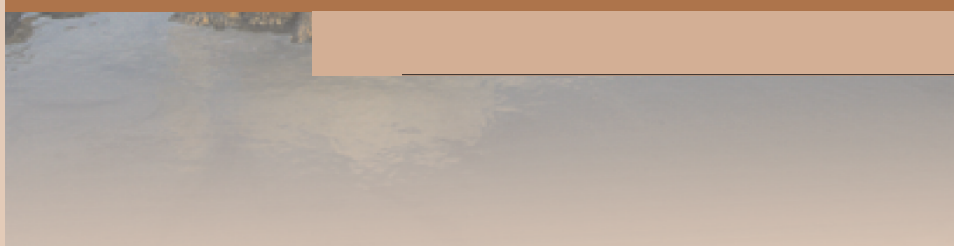




INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



Estatísticas do Ambiente 2012



Edição 2013



Estatísticas
oficiais



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Estatísticas do Ambiente

2012

Edição 2013

FICHA TÉCNICA

Título

Estatísticas do Ambiente 2012

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 845 40 84

Presidente do Conselho Diretivo

Alda de Caetano Carvalho

Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

ISSN 0872-5276

ISBN 978-989-25-0197-0

Periodicidade Anual

**2013: Ano Internacional da Estatística**

Promover, à escala mundial, o reconhecimento
da Estatística ao serviço da Sociedade

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt



Apoio | a clientes

808 201 808

(rede fixa nacional)

+ 351 218 440 695 (outras redes)

INTRODUÇÃO

A publicação Estatísticas do Ambiente, na sua edição de 2012, segue a linha editorial e a estrutura do ano anterior e apresenta uma análise detalhada do setor do ambiente privilegiando-se a divulgação da informação através de quadros com indicadores síntese, figuras e mapas. O Instituto Nacional de Estatística (INE) tem vindo a reforçar a apropriação de dados administrativos para fins estatísticos, com o objetivo de reduzir a carga sobre os respondentes e os custos de produção. Contudo, o acesso a tais dados não está isento de dificuldades pelo que, nesta publicação, não é possível apresentar um quadro exaustivo de informação relativo ao abastecimento público de água e saneamento de águas residuais nas suas componentes físicas e económica. Também não foi possível integrar parte da informação da competência do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas. Regista-se igualmente a ausência de informação, pelo segundo ano consecutivo, do índice das aves comuns. Em contrapartida, a edição de 2012 inclui pela primeira vez, informação relativa às águas balneares, às praias com bandeira azul, às marcas e patentes ambientais e aos Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

A informação estatística divulgada nesta publicação não esgota o vasto conjunto de dados existentes. O INE pode disponibilizá-la com uma maior desagregação geográfica, bem como informação adicional a ser fornecida sob pedido específico, com proteção da confidencialidade estatística, em condições e suportes a acordar.

O INE expressa os seus agradecimentos a todas as entidades que contribuíram para a elaboração desta publicação, em especial à Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), à Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), à Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), à Direção Geral do Orçamento (DGO), à Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), à Direção Regional do Orçamento e Tesouro (DROT, R. A. Açores), à Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM), à Direção Regional do Orçamento e Contabilidade (DROC, R. A. Madeira), às empresas, às entidades detentoras de Corpos de Bombeiros e outras entidades inquiridas, à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), ao Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional, I.P. (IFDR), ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP), ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) ao Instituto Português do Mar e da Atmosfera I.P. (IPMA), aos Municípios, às Organizações Não Governamentais de Ambiente, ao Serviço Regional de Estatísticas dos Açores (SREA), ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da Guarda Nacional Republicana (GNR) e a todos os utilizadores que participaram na reformulação desta publicação, esperando que a mesma possa constituir um bom instrumento de trabalho.

Agradecem-se antecipadamente todas as sugestões e comentários ao conteúdo desta publicação, com o objetivo de enriquecer as futuras edições.

Dezembro de 2013

INTRODUCTION

The 2012 edition of Environment Statistics, with a similar structure of the previous year, presents through summary tables, indicators, figures and maps a detailed analysis of environment and economic activities related.

Throughout the production of environmental statistics, the (INE) aims to maximize the use of administrative sources whenever possible, in order to reduce costs and the burden on respondents. Nevertheless, the access to such data faces some problems and constraints. Due to limitations on scope and geographical breakdown it is not possible to provide updated data on Public Systems for Water Supply and Wastewater Management, in both economic and physical dimensions.

There is also a lack of information concerning the index of common birds and statistics on nature preservation and natural parks, which those last is produced by the Nature and Forests Conservation Institute.

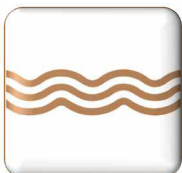
The 2012 edition includes for the first time, data on recreational bathing waters, data on Blue Flag Beaches program issued in Portugal by the Associação Bandeira Azul da Europa (at EU level by the Foundation for Environmental Education with the support of the European Commission). Also includes for the first time data on trademarks and patents and Genetical Modified Organisms.

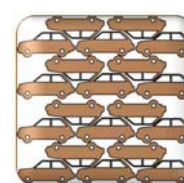
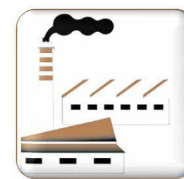
Environment statistics covers a wide range of thematic areas and it is not yet possible to include in this edition figures for some emerging topics related to environment impacts on our daily life and choices. However Statistics Portugal is able to provide some of the contents at a more detailed geographical level, within customized user needs and whenever the statistical confidentiality is not applicable.

Statistics Portugal welcomes all comments and suggestions about the contents of this publication in order to identify opportunities for quality improvement in future editions.

December 2013

ÍNDICE

INTRODUÇÃO		3
INTRODUCTION		4
SUMÁRIO EXECUTIVO		6
EXECUTIVE SUMMARY		9
SINAIS CONVENCIONAIS/SIGLAS E ABREVIATURAS		12
POPULAÇÃO E ATIVIDADES HUMANAS COM IMPACTO NO AMBIENTE - pág. 19		EMPRESAS COM ATIVIDADES DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE - pág. 153
AR E CLIMA - pág. 51		SETOR DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE - pág. 171
ÁGUAS RESIDUAIS - pág. 93		ORGANIZAÇÕES COM ATUAÇÃO NA ÁREA DO AMBIENTE - pág. 179
SOLOS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS - pág. 97		EMPREGO AMBIENTAL - pág. 193
BIODIVERSIDADE E PAISAGEM - pág. 115		SÍNTESE ECONÓMICO FINANCEIRA - pág. 207
RESÍDUOS - pág. 131		METODOLOGIAS, CONCEITOS E NOMENCLATURAS - pág. 229
OUTROS DOMÍNIOS DE AMBIENTE - pág. 147		ANEXOS - pág. 255



SUMÁRIO EXECUTIVO

A publicação “Estatísticas do Ambiente” divulga um vasto conjunto de informação organizada em 14 capítulos, com textos de análise económica, financeira e física e quadros estatísticos.

CONTEXTO SOCIOECONÓMICO

No período 2006-2012, 2012 foi o ano que registou a variação negativa mais intensa do PIB (-3,2%) (em 2011 a redução foi -1,3%).

O consumo privado das famílias residentes regista em 2012 e pelo segundo ano consecutivo uma diminuição em volume. Em 2012 este decréscimo foi de - 5,4%.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB), em termos reais, diminuiu 2,3% em 2012, após a redução de 0,6% observada no ano anterior.

Em 2012, a população residente registou um decréscimo de 17 757 habitantes.

A taxa de desemprego média anual de 2012 foi de 15,7%, o que representa um acréscimo de 3 p.p. em relação ao ano anterior.

Como principais resultados salientam-se:

ATIVIDADES HUMANAS COM IMPACTO NO AMBIENTE

De acordo com os dados apurados do Recenseamento Agrícola de 2009, 88,3% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) e 76,1% das explorações agrícolas estão localizadas em zonas desfavorecidas.

Em 2012 Portugal a área de milho geneticamente modificado em Portugal foi 9 278 hectares, +20,1% face a 2011 (em 2010 o aumento foi de 58,6%).

Portugal transacionou, em 2012, menos 12,5 mil toneladas de produtos fitofarmacêuticos (-11,1% face a 2011).

O balanço do azoto apresentou em 2011 um excedente que equivale a uma deposição de 11 kg N por hectare de SAU. Face a 2010, o resultado do balanço decresceu 6 mil toneladas (-12,8%).

Em 2012, o consumo de energia primária em Portugal foi de 21 474 ktep, tendo decrescido de forma sustentada cerca de 11,3%, entre 2008 e 2012.

O consumo de energia final situou-se nos 16 mil ktep em 2012, menos 5,6% face a 2011.

Em 2012, as fontes de energia renováveis contribuíram com 21,8% do consumo de energia primária, menos 5,5% face a 2011.

AR E CLIMA

Em 2011, o setor LULUCF foi responsável pelo sequestro líquido de 5 320 kt de CO₂ eq. Em 2010 este valor foi de 3 485 kt de CO₂ eq..

Em 2011, 69,3% das emissões ocorridas tiveram origem no setor “energia”, no qual se destacam os “transportes” como os principais responsáveis pelas emissões de gases de efeito de estufa, representando 25,6% do total das emissões.

Em 2011, Portugal registava uma intensidade carbónica de 409 t CO₂eq./10⁶ PIB a preços correntes de 2006. Em 2010 este valor era de 413 t CO₂eq./10⁶. PIB 2006.

Em 2011, registava-se uma emissão de 6,6 t CO₂ eq. por pessoa. Em 2010 este rácio era de 6,8 t CO₂eq. por pessoa.

A aplicação do regime Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) levou à atribuição anual de licenças de emissão no período de 2008-2012 de 30,5 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes.

Em Portugal, verifica-se que no período de 2008 a 2012, a classe predominante do índice de qualidade do ar (IQAr) foi “Bom”. Em 2012 foi registado o valor mais elevado, com 272 dos dias com qualidade do ar “bom”.

Em 2012, a despesa das Administrações Públicas com a “Proteção da qualidade do ar e clima” decresceu 35,5% face ao ano anterior, fixando-se nos 7 milhões de euros (11 milhões de euros em 2011).

SOLOS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS

Em 2012 estavam constituídas 162 Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) (157 no exercício anterior) que abrangiam uma superfície florestal com 847 mil hectares (799 mil hectares em 2011).

Em 2012 registou-se no território do Continente um nível de água segura de 98,1%, o que revela uma melhoria de 0,4 p.p. face ao ano de 2011 que se situava em 97,8%.

Em 2012 existiam 267 praias com bandeira azul, a que corresponde um acréscimo de 112 praias face ao número de 155 registado em 2004.

A despesa das Administrações Públicas com a “Proteção e recuperação dos solos e águas subterrâneas e superficiais” registou um decréscimo de 40,6%, fixando-se, em 2012, nos 63 milhões de euros (106 milhões de euros em 2011).

BIODIVERSIDADE E PAISAGEM

Em 2012 deflagraram no Continente 21 176 incêndios florestais (25 222 em 2011) abrangendo 110 mil hectares (74 mil hectares em 2011).

Em 2012, os 773 incêndios registados em áreas protegidas consumiram 10 956 hectares de áreas protegidas, menos 2 251 hectares que em 2011.

Em 2012, a despesa das Administrações Públicas na “Proteção da biodiversidade e paisagem” decresceu 14,4%, tendo ficado abaixo da média do quinquénio 2008-2012.

RESÍDUOS

Em 2012, cada habitante gerou em média 453 kg de resíduos urbanos (490 kg em 2011), dos quais, perto de 118 kg (99 kg em 2011), foram separados/triados para valorização multimaterial e/ou orgânica.

No período 2008-2012 a valorização orgânica foi a operação de gestão de resíduos que mais cresceu com uma variação média anual de 16,1%, fixando-se em 2012 em 694 mil toneladas (447 mil toneladas em 2011).

Em 2012 foram recolhidos um total 1,1 milhão de toneladas de resíduos de fluxos específicos (1,2 milhões de toneladas em 2011), o que corresponde a uma média de 109 kg de resíduos por habitante (119 kg em 2011).

Em 2012, exportaram-se 65 mil toneladas de resíduos (62 mil toneladas em 2011), registando-se que a maior parte (96,6%) se destinaram a operações de valorização.

Em 2012, o montante despendido no domínio “Gestão de resíduos” foi de 451 milhões de euros (484 milhões de euros em 2011).

EMPRESAS COM ATIVIDADES DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

Em 2012, o compromisso ambiental das empresas relativo aos respetivos processos produtivos traduziu-se num investimento de 83 milhões de euros (menos 66 milhões de euros face a 2011) e um resultado financeiro negativo da ordem dos 112 milhões de euros, superior em 10 milhões de euros face ao exercício de 2011.

Cerca de 92,9% das empresas com 1 000 ou mais pessoas ao serviço adotaram em 2012 medidas de proteção ambiental, quando no ano anterior todas as empresas do escalão tiveram essa preocupação.

Em 2012, apenas 11,4% das empresas possuíam certificações ambientais (10,8% em 2011), destacando-se os setores das “Indústrias petrolíferas” (100%) “Indústrias de material de transporte” (24,2%) e “Eletricidade, gás e água” (23,9%).

SETOR DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE

O volume de negócios das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente alcançou o patamar dos 4,9 mil milhões de euros no exercício fiscal de 2012, recuando 14,9% face aos 5,8 mil milhões de euros faturados no ano precedente.

O grupo “Gestão da poluição” gerou em 2012 um volume de negócios de 2,5 mil milhões de euros (2,9 mil milhões de euros em 2011).

ORGANIZAÇÕES COM ATUAÇÃO NA ÁREA DO AMBIENTE

As atividades desenvolvidas pelas ONG de ambiente aumentaram em 2012 (+5,5%) face ao ano transato, atingindo as 41 752 ações.

O investimento e os gastos registaram um decréscimo de, respetivamente 23,4% e 7,9%, enquanto os rendimentos mantiveram os níveis de 2011.

Em 2012, a participação dos corpos de bombeiros no combate a incêndios em povoamentos florestais diminuiu 8,6%, contabilizando 9 708 ocorrências.

De 2008 a 2012 o número total de atividades desenvolvidas pelo SEPNA diminuiu 38,4%, sendo que a área de intervenção que registou a maior descida foi o “patrulhamento de prevenção de fogos florestais” (-44,4%) seguindo-se as “ações de sensibilização ambiental” (-25,2%).

EMPREGO AMBIENTAL

Em 2012 as empresas das indústrias extrativas, transformadoras, de eletricidade e gás e de captação, tratamento e distribuição de água empregavam 11 147 indivíduos dedicados a atividades de proteção ambiental (em 2011 este número era de 11 964).

Em 2012 o número de indivíduos ao serviço das ONG era de 1 960 (1 896 em 2011), predominando o número de homens (57,8% do total do efetivo).

O efetivo dos corpos de bombeiros aumentou em 2012 (+3,7%), fixando-se o quadro de pessoal (comando e ativo) em 31 646 indivíduos.

SÍNTESE ECONÓMICO FINANCEIRA

Em 2012, a despesa das Administrações Públicas em atividades de proteção ambiental registou um decréscimo de 11,2% face ao ano anterior, fixando-se nos 837 milhões de euros (942 milhões em 2011).

Em 2012, o valor dos impostos com relevância ambiental fixou-se nos 5,03 mil milhões de euros, este valor foi inferior em 9,7% ao registado em 2011.

Em 2011, as taxas com relevância ambiental atingiram 722 milhões de euros (0,4% do PIB), diminuindo 4,0% face a 2010.

Até julho de 2013, estavam aprovados pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013) 2 421 milhões de euros orientados para proteção do ambiente através do financiamento de operações em matéria de energias renováveis, abastecimento de água, gestão de resíduos urbanos, prevenção de riscos, saneamento de águas residuais e outros. Em julho de 2013 a taxa de execução foi 50,1%, fixando-se em 1 214 milhões de euros.

EXECUTIVE SUMMARY

“Environment Statistics” edition covers a wide range of themes organized into 14 chapters, including statistical tables, economic and financial analysis and physical data.

SOCIOECONOMIC CONTEXT

In the period 2006-2012, 2012 was the year that recorded the most significant negative growth of Gross Domestic Product (-3.2%) (in 2011 recorded a variation rate of -1.3%).

Private consumption of households recorded in 2012, by the second consecutive year, a decrease in volume. In 2012 this decrease was - 5.4%.

The Gross Value Added in real terms decreased by 2.3% in 2012, after declining 0.6% in the previous year.

In 2012, the resident population decreased by 17 757 inhabitants.

The annual unemployment rate for 2012 was 15.7%, which represents an increase of 3 p.p. over the previous year.

The overall results are the following:

HUMAN ACTIVITIES WITH IMPACT ON THE ENVIRONMENT

According with 2009 Agricultural Census, 88.3% of the utilized agricultural area (UAA) and 76.1% of the farms are located in disadvantaged areas.

In 2012, the area of genetically modified maize was 9 278 hectares, more 20.1% than in 2011 (in 2010 the increase was 58.6%).

In 2012, Portugal sold less than 12 500 tonnes of plant protection products (-11.1% compared to 2011).

In 2012, the nitrogen balance presented a surplus, equivalent to a deposition of 11 kg N per hectare of UAA. In comparison with 2010, the balance declined 6 thousand tons (-12.8%).

In 2011, primary energy consumption in Portugal reached 21 474 ktep, decreasing gradually 11.3% between 2008 and 2012.

The final energy consumption stood at 16 thousand ktep in 2012, with a decrease of 5.6% in comparison with 2011.

The contribution of renewable energy sources to primary energy consumption was 21.8% in 2012, decreasing 5.5% in comparison with 2011.

AIR AND CLIMATE

In 2011, the LULUCF sector was responsible for net sequestration of 5 320 kt CO₂eq.. In 2010, the figure was 3 485 ktCO₂eq..

In 2011, 69.3% of the emissions were originated in the “energy” sector, where “transport” stands out as the major emitter of greenhouse gases, accounting for 25.6% of total emissions.

In 2011, Portugal registered a carbon intensity of 409 t CO₂eq./10⁶ GDP at current 2006 prices. In 2010, this figure was 413 t CO₂eq./10⁶ GDP at current 2006 prices.

In 2011, were registered emissions of 6.6 t CO₂ eq per person. In 2010, this ratio was 6.8 t CO₂ eq per person.

In Portugal, for the period 2008-2012, the predominant class of air quality index was “Good”. In 2012 was recorded the highest number of days with classification “Good” (272 days).

In 2012, General Government expenditure with the “Protection of air quality and climate” fell by 35.5% over the previous year, amounting to 7 million euros (11 million euros in 2011).

SOILS, SURFACE AND GROUNDWATER BODIES

In 2012, were constituted 162 Forest Intervention Areas (157 in 2011), covering a forest area of 847 thousand hectares (799 thousand hectares in 2011).

In 2012, 98.1% of the water in Mainland was considered safe for human consumption, which shows an improvement of 0.4 pp compared to 2011, which stood at 97.8%.

In 2012, there were 267 beaches with blue flag, which represents an increase of 112 beaches since 2004, when 155 were registered.

In 2012, General Government expenditure with the "Protection and recovery of soil, ground and surface water bodies" fell by 40.6%, standing at 63 million euros (106 million euros in 2011).

BIODIVERSITY AND LANDSCAPE

In 2012, 21 176 forest fires occurred in Mainland (25 222 in 2011), responsible for the loss of 110 thousand hectares (74 thousand hectares in 2011).

In 2012, 773 fires recorded in protected areas consumed 10 956 hectares, less 2 251 hectares than in 2011.

In 2012, General Government expenditure with the "Protection of Biodiversity and landscape" decreased 14.4%, standing below the average for the period 2008-2012.

WASTE

In 2012, each inhabitant generated around 453 kg of municipal waste (490 kg in 2011), of which around 118 kg (99 kg in 2011), were sorted out for multimaterial recycling and / or organic recovery.

For the period 2008-2012, the organic recovery showed the most significant variation (16,1%) in terms of time series evolution and accounted 693,8 thousand tonnes (447 thousand tonnes in 2011).

In 2012 was collected nearly 1,1 million tons of specific waste streams (1,2 million tons in 2011), to which corresponds an average of 109 kg per inhabitant (119 kg in 2011).

In 2012, total exports sum up 65 thousand tons (62 thousand tons in 2011), from which the most of it (96.6%) was sent to recovery operations.

In 2012, the total expenditure on waste management operations domain, reached 451 millions euros (484 millions euros in 2011).

BUSINESS ACTIVITIES WITH MANAGEMENT AND PROTECTION OF ENVIRONMENT

In 2012, the corporations and businesses environmental policy fostered an investment of 83 million euros (less 66 million euros when comparing to 2011) and a financial loss of around 112 million euros, around 10 million euros more than in 2011.

About 92.9% companies with 1 000 or more employees have adopted environmental protection measures, the previous year all businesses had this level of concern.

In 2012, only 11.4% of companies had environmental certifications, especially "Oil Industry" (100%), "Manufacture of transport equipment" (24.2%), and "Electricity, gas and water" (23.9%).

SECTOR OF GOODS AND SERVICES ENVIRONMENT

The turnover of the entities producing environmental goods and services reached the level of 4.9 billion euros in 2012, 14.9% less when compared to 5.8 billion euros billed in the previous year.

The group "Management of pollution" generated in 2012 a turnover of 2.5 billion euros (2.9 billion euros in 2011).

ORGANIZATIONS ACTIONS IN THE FIELD OF ENVIRONMENT

The activities carried out by environmental NGO increased in 2012 (+5.5%) comparing with previous year and summed up 41 752 initiatives.

The investment and costs decreased by, respectively 23.4% and 7.9%, while the income maintained the 2011 level.

In 2012, the participation of fire departments in fighting fires in forest stands decreased by 8.6%, accounting for 9 708 occurrences.

From 2008 to 2012, the total number of activities developed by SEPNA decreased by 38.4%. The activity "patrols to prevent forest fires" registered the largest decline (-44.4%) followed by "actions of environmental awareness" (-25.2%).

WORK ENVIRONMENT

In 2012, the companies of the extractive industries, manufacturing, electricity and gas and abstraction, treatment and distribution of water employed 11 147 individuals dedicated to environmental protection activities.

In 2012 the number of staff employed by NGOs was 1 960 (1 896 in 2011), from which 57.8% were men.

The firefighting departments personnel increased (+3.7%) in 2012 and totaled 31 646 individuals.

ECONOMIC AND FINANCIAL SUMMARY

In 2012, General Government expenditure on environmental and protection activities decreased by 11.2% comparing with previous year and summed up 837 million euros (942 million in 2011).

In 2012, the environmentally related taxes stood at 5.03 billion euros, less 9.7% than in 2011.

In 2011, environmentally relevant fees reached 722 million euros (0.4% of GDP), with a 4,0% decrease over 2010.

Until July 2013, the National Strategic Reference Framework (NSRF 2007-2011) approved 2 421 million euros targeted to environmental protection activities, financing operations in renewable energy sources, water supply, municipal waste management, risk prevention, sanitation and other. In July 2013 the implementation rate was 50,1%, totaling 1 214 million euros.

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Valor confidencial
X	Dado não disponível
ø	Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada
//	Não aplicável
Po	Valor provisório
Rv	Valor revisto

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
AP	Áreas Protegidas
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ARH	Administrações de Região Hidrográfica
CAE - Rev. 3	Classificação das Atividades Económicas - Revisão 3
CE	Comunidade Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
CGE	Conta Geral do Estado
CH ₄	Metano
CIRVER	Centros Integrados de Recuperação e Valorização de Resíduos
CITES	Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
CN	Cabeça Normal
°C	Graus Celsius
CO ₂	Dióxido de Carbono
COV	Compostos Orgânicos Voláteis
COVNM	Compostos Orgânicos Voláteis Não Metanos
DMC	Consumo Interno de Materiais
DMI	Entrada Direta de Materiais
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DGEG	Direção Geral de Energia e Geologia
DRA	Direção Regional do Ambiente
DRACA	Direção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura
DRADR	Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DREM	Direção Regional de Estatísticas da Madeira

DGADR	Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DRF	Direção Regional de Florestas
EMAS	Sistema Comunitário de Auditoria e Ecogestão
ENE	Estratégia Nacional para a Energia
EPS	Escalões de Pessoal ao Serviço
eq.	Equivalente
ERA	Embalagens e Resíduos de Embalagens
ERSAR	Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos
EUR	Euros
EUROSTAT	Statistical office of the European Union
EVN	Escalão de Volume de Negócios
Expl.	Explorações agrícolas
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEP	Fundo Europeu das Pescas
FPC	Fundo Português do Carbono
FSE	Fundo Social Europeu
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
GEE	Gases de Efeito de Estufa
GPP	Gabinete de Planeamento e Políticas
ha	Hectare
hab	Habitante
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
IES	Informação Empresarial Simplificada
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.
IMPA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.
INE	Instituto Nacional de Estatística, I. P.
INSAAR	Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento e Água e de Águas Residuais
ISFL	Instituições Sem Fins Lucrativos
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
kg	Quilograma
kt	Quilotonelada
ktep	Quilotonelada equivalente de petróleo
l	Litro
LULUCF	<i>Land Use, Land-Use Change and Forestry</i>
m ³	Metro cúbico

MAA	Medidas Agro-Ambientais
mm	Milímetros
MRRI	Mapas de Registo de Resíduos Industriais
MW	Mega Watt
N	Azoto
N ₂ O	Óxido Nitroso
NH ₃	Amónia
NOx	Óxidos de azoto
NPS	Número de Pessoas ao Serviço
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
O ₃	Ozono troposférico
ONGA	Organizações Não-Governamentais de Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Posto de Cloragem
PDRu Açores	Plano de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (2000-2006)
PDRu Madeira	Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (2000-2006)
PIB	Produto Interno Bruto
PM ₁₀	Partículas inaláveis com dimensão inferior a 10 micrômetros de diâmetro
PM _{2,5}	Partículas inaláveis com dimensão inferior a 2,5 micrômetros de diâmetro
PNAC	Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNAER	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
PNALE	Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (2007-2013)
PRODERAM	Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (2007-2013)
PRORURAL	Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (2007-2013)
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
RIP	Resíduos Industriais Perigosos
RFCN	Rede Fundamental de Conservação da Natureza
RURIS	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (2000-2006)
s.a.	Substância ativa
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
SERIEE	Sistema Europeu de Recolha de Informação Económica sobre o Ambiente

SIRAPA	Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente
SIRER	Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SOx	Óxido de Enxofre
SREA	Serviço Regional de Estatísticas dos Açores
SRA	Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais da Região Autónoma da Madeira
SRAF	Secretaria Regional da Agricultura e Floresta
SRAM	Secretaria Regional do Ambiente e do Mar da Região Autónoma dos Açores
t	Tonelada
tep	Tonelada equivalente de petróleo
TOPF	Potencial de Formação do Ozono Troposférico
UE	União Europeia
$\mu\text{g}/\text{m}^3$	Micrograma por metro cúbico de ar
VVN	Volume de Negócios

INFORMAÇÃO DISPONÍVEL E NÃO PUBLICADA

Em condições a acordar, dentro do regime de prestação de serviços, os dados relativos às variáveis inquiridas pelos questionários em anexo (desde que não se encontrem sujeitos a segredo estatístico) poderão ser fornecidos sob pedido específico dirigido ao INE.



**População e
atividades
humanas
com impacto
no ambiente**

1 - POPULAÇÃO E ATIVIDADES HUMANAS COM IMPACTO NO AMBIENTE

- O impacto ambiental define-se como o conjunto das alterações favoráveis e desfavoráveis produzidas em parâmetros ambientais e sociais, num determinado período de tempo e numa determinada área (situação de referência), resultantes da realização de um projeto, comparadas com a situação que ocorreria, nesse período de tempo e nessa área, se esse projeto não viesse a ter lugar (Decreto - Lei nº 69/2000 de 3 de Maio).
- Todas as atividades humanas geram impactos ambientais em maior ou menor escala, nomeadamente as atividades relacionadas com a energia, as indústrias, a agricultura e os transportes.
- Neste capítulo, são apresentados diversos indicadores que permitem perceber a evolução, ao longo dos últimos anos, do ritmo de crescimento da população residente, dos respetivos níveis de consumo e do comportamento de algumas das principais atividades com impacto ambiental: a agricultura, a produção industrial, a produção e o consumo de energia.
- Esta abordagem permite avaliar o sentido da evolução da pressão exercida pelas atividades humanas sobre o ambiente e contribui para a definição de estratégias de prevenção relativamente aos impactos negativos que geram.



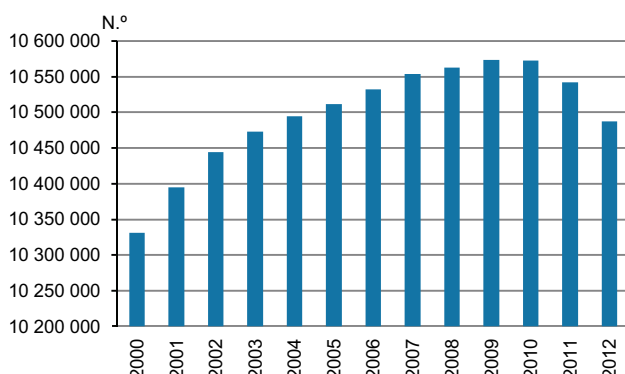
Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Variação populacional		Pressão 	Entre 2009 e 2012, a população residente registou um decréscimo de 86 190 habitantes, com uma taxa de crescimento efetivo de -0,82%.
Consumo privado		Pressão 	O consumo privado das famílias residentes apresentou em 2012 um valor total de 96 488 milhões de euros, refletindo uma variação negativa de 5,4% face a 2011 e reforçando o decréscimo já observado em 2011 face a 2010 (-3,4%).
Índice de Produção Industrial		Pressão 	O Índice de Produção Industrial apresentou um decréscimo de 5,0% em 2012, face a 2011, reforçando a tendência de evolução negativa iniciada em 2010 (-1,9%).
Consumo primário de energia	Redução no consumo de energia primária de 25% até 2020.	Pressão 	Em 2012, o consumo de energia primária em Portugal foi de 21 474 ktep, tendo decrescido de forma gradual cerca de 11,3%, entre 2008 e 2012.
Consumo final de energia		Pressão 	O consumo de energia final em Portugal foi de 15 588 tep em 2012, realçando-se os decréscimos registados em 2011 (-6,8%) e em 2012 (5,6%).
Proporção de fontes renováveis no consumo de energia primária		Resposta 	A contribuição das fontes de energia renováveis para o consumo de energia primária foi de 21,8% em 2012, com um decréscimo de 5,5% face a 2011.
Produção de eletricidade a partir de fontes renováveis	Quota de 60% de fontes de energia renováveis no consumo final bruto de energia em 2020.	Resposta 	A energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis, cerca de 1776 ktep em 2012, diminuiu 17,3% em 2012 face a 2011.
Veículos automóveis presumivelmente em circulação		Pressão 	Em 2012, os veículos automóveis presumivelmente em circulação decresceram 10,1%.
Patentes verdes registadas em Portugal		Pressão 	Em 2010, o número de patente verdes registado era de 44, enquanto que em 2012 foi de apenas 22, o que corresponde a uma evolução negativa de 50,0%.



1.1 - POPULAÇÃO E ATIVIDADES ECONÓMICAS

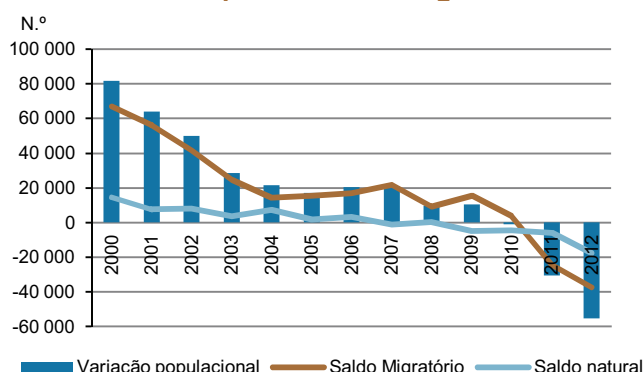
1.1.1 - População

Figura 1.1 - População residente em Portugal



Fonte: INE, I. P.

Figura 1.2 - Variação populacional e suas componentes - Portugal



Fonte: INE, I. P.

A população residente em Portugal aumentou progressivamente de 2000 a 2009, ano em que atingiu o máximo de 10 573 479 pessoas. Apesar do aumento da população, verificou-se um abrandamento do crescimento demográfico neste período, com a variação populacional a decrescer consecutivamente de 2000 a 2005.

Já entre 2009 e 2012, a população residente registou um decréscimo de 86 190 habitantes, com uma taxa de crescimento efetivo de -0,82%, fixando-se a 31 de dezembro de 2012 em 10 487 289 pessoas. Só em 2012 a população residente perdeu 55 109 habitantes, fixando-se a 31 de dezembro de 2012 em 10 487 289 pessoas. Para este decréscimo contribuiu o saldo natural de -17 757 pessoas e sobretudo o saldo migratório de -37 352 pessoas.

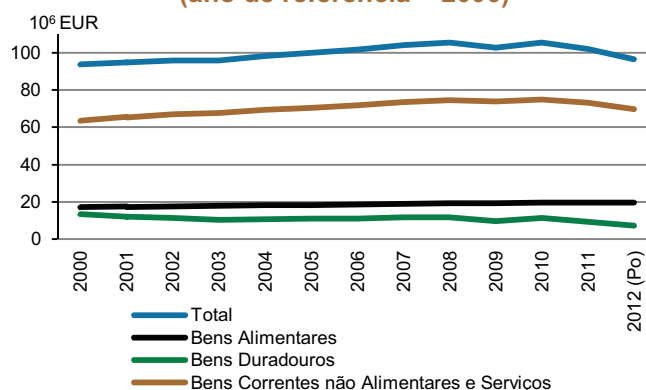
1.1.2 – Consumo privado

O consumo privado das famílias residentes apresentou em 2012 um valor total de 96 488 milhões de euros, refletindo uma variação negativa de 5,4% face a 2011 e reforçando o decréscimo já observado em 2011 face a 2010 (-3,4%).

A evolução negativa do consumo em 2012 verificou-se a nível de aquisição de todos os bens, mas em particular na aquisição de bens duradouros (-22,4%) e de bens correntes não alimentares e de serviços (-4,7%). A aquisição de bens alimentares apresentou um decréscimo de 0,4% no mesmo período.

O decréscimo na aquisição de bens duradouros em 2012 teve maior expressão na aquisição de automóveis (-33,9%), situação que já se tinha verificado em 2011 (-23%).

Figura 1.3 - Consumo privado (despesa de consumo final) - Dados encadeados em volume (ano de referência = 2006)



Fonte: INE, I. P.

1.1.3. Atividade agrícola

1.1.3.1 - Zonas desfavorecidas

As áreas designadas por [zonas desfavorecidas](#) apresentam condições naturais ou condicionantes ambientais desfavoráveis à atividade agrícola. Segundo o Regulamento (CE) N.º 1257/99, as zonas desfavorecidas podem ser classificadas segundo três categorias: zonas desfavorecidas de montanha, zonas desfavorecidas com desvantagens específicas e outras zonas desfavorecidas.

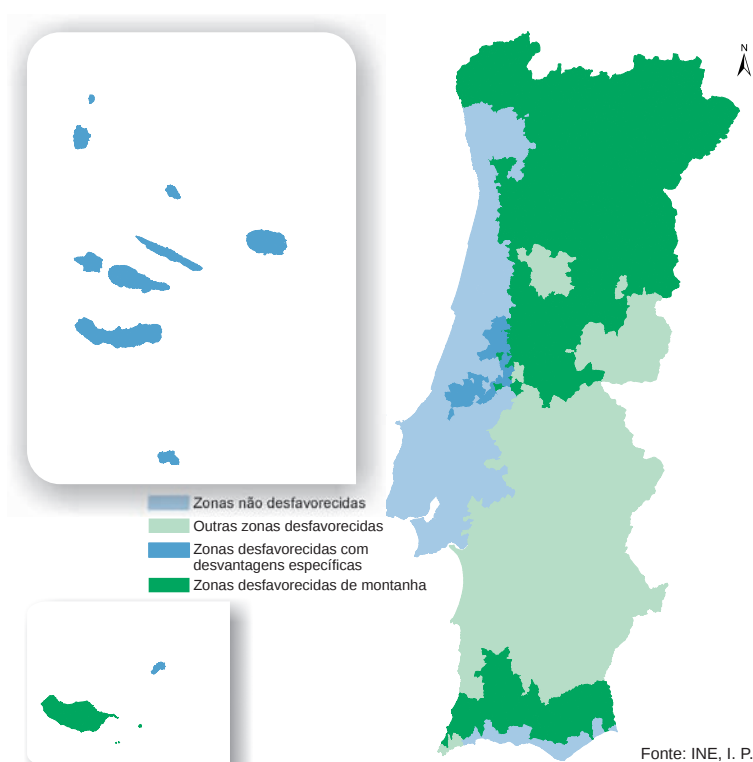


As zonas de montanha caracterizam-se por uma considerável limitação da utilização da terra e pelo aumento do custo de trabalho. Entre essas limitações incluem-se condições climáticas desfavoráveis resultantes da altitude, com efeitos no período vegetativo das culturas, e os declives acentuados que impedem a utilização de máquinas ou que exigem a utilização de equipamentos onerosos.

As zonas desfavorecidas com desvantagens específicas são áreas em que a atividade agrícola deve ser mantida como forma de conservar e melhorar o meio ambiente, preservar o espaço rural e o potencial turístico dessas zonas ou por motivos de proteção da linha costeira.

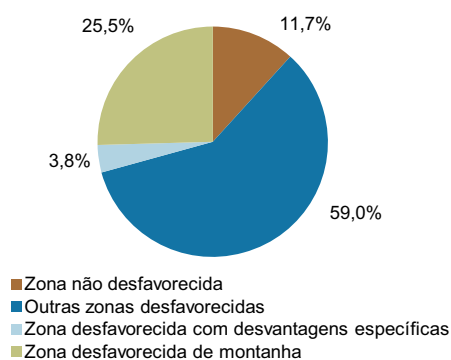
As outras zonas desfavorecidas são áreas com risco de abandono da atividade agrícola, com população escassa e dependente quase em exclusivo da agricultura. São normalmente zonas com terras pouco produtivas, de difícil cultivo e de reduzidas potencialidades, adequadas sobretudo à produção animal extensiva.

Figura 1.4 - Zonas desfavorecidas



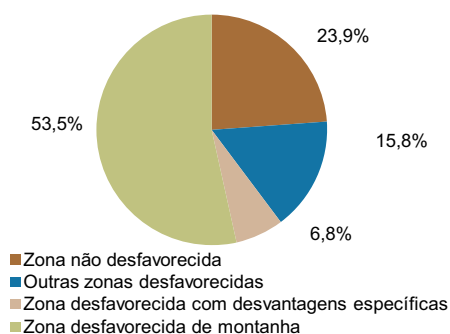
Em Portugal, tendo por base dados do Recenseamento Agrícola de 2009, 88,3% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) encontra-se em zonas desfavorecidas, correspondendo a 76,1% das explorações agrícolas nacionais.

Figura 1.5 - Distribuição da SAU por categoria de zonas desfavorecidas - 2009



Fonte: INE, I. P.

Figura 1.6 - Distribuição das explorações agrícolas por categoria de zonas desfavorecidas - 2009



Fonte: INE, I. P.



Tendo em conta as diferentes categorias de zonas desfavorecidas, mais de metade da SAU (59,0%) concentra-se em outras zonas desfavorecidas, o que significa que mais de metade das áreas agrícolas apresenta risco de abandono, apesar de corresponderem apenas a 15,8% das explorações agrícolas nacionais. Estas explorações apresentam uma dimensão média de 44,7 hectares por exploração, valor muito acima da média nacional de 12 hectares por exploração.

As explorações agrícolas, por sua vez, localizam-se maioritariamente em zonas desfavorecidas de montanha (53,5%), ao que corresponde 25,5% da SAU e que resulta numa dimensão média de 5,7 hectares por exploração.

Apenas 3,8% da SAU se encontra em zonas desfavorecidas com desvantagens específicas, equivalente a 6,8% das explorações nacionais.

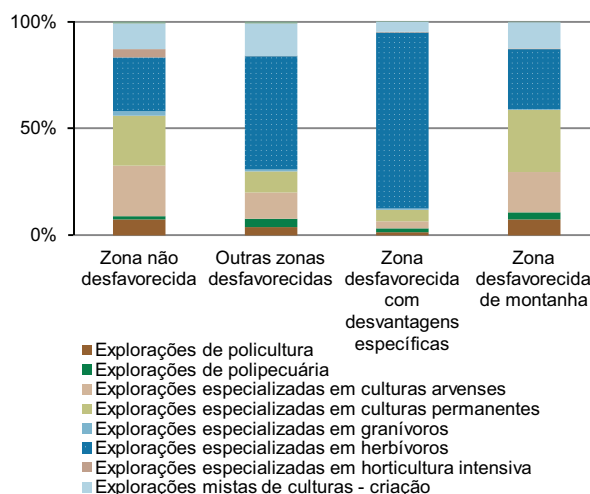
Relativamente à [orientação técnico-económica](#) das explorações agrícolas nas zonas desfavorecidas, verifica-se que 53,1% da SAU das outras zonas desfavorecidas se encontrava em explorações especializadas em herbívoros, principalmente bovinos para criação de carne, assim como 82,6% da SAU das zonas desfavorecidas com desvantagens específicas. Já a SAU que se encontrava nas zonas desfavorecidas de montanha concentrava-se predominantemente em explorações especializadas em culturas permanentes (29,0%), principalmente em explorações vinícolas que produzem vinho de qualidade, e em explorações especializadas em herbívoros (28,1%), com maior importância para as produtoras de ovinos.

1.1.3.2 – Culturas transgénicas

Em 2012, a área total semeada com culturas transgénicas no Mundo atingiu os 170 milhões de hectares, distribuída por 28 países, segundo dados do *International Service for the Acquisition of Agro-biotech Applications* (ISAAA).

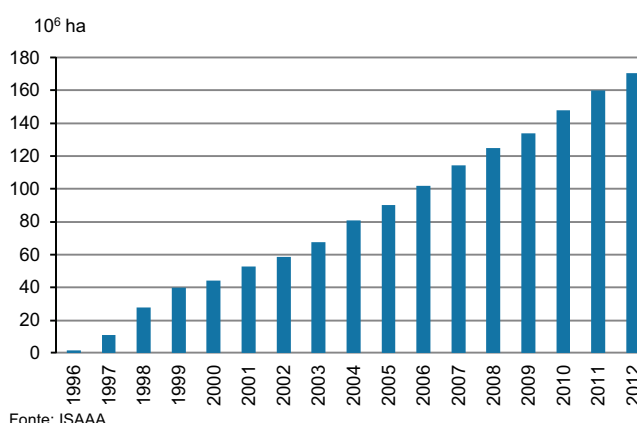
Tendo em conta a área mundial de terra arável, 293 milhões de hectares segundo dados da FAO para 2011, a área semeada com culturas transgénicas representava 58,0% desse valor. As espécies vegetais com variedades geneticamente modificadas mais importantes são o milho, a soja, o algodão e a colza.

Figura 1.7 - SAU das zonas desfavorecidas por orientação técnico-económica (OTE) - 2009



Fonte: INE, I. P.

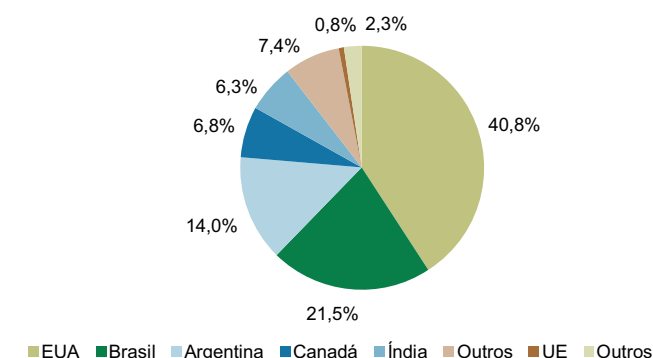
Figura 1.8 - Área mundial de culturas geneticamente modificadas



Fonte: ISAAA



Figura 1.9 - Área mundial de culturas geneticamente modificadas - 2012



Fonte: ISAAA

Dos 28 países que cultivaram transgênicos em 2012, 5 foram responsáveis por 152 milhões de hectares, ou seja, 89,4% da área mundial cultivada com culturas transgênicas (Estados Unidos da América, Brasil, Argentina, Canadá e Índia). Os Estados Unidos da América são os maiores produtores destas culturas, representando 40,8% da área total cultivada com variedades transgênicas em 2012, seguidos do Brasil com 21,5% e da Argentina com 14,0%.

Na União Europeia (UE) só estão autorizadas, para cultivo, variedades de milho com o organismo geneticamente modificado MON80, denominados por Milhos Bt, e uma variedade de batata para uso industrial que não é produzida atualmente na Europa.

As variedades Milhos Bt possuem maior resistência

às brocas do milho, insetos que danificam severamente a cultura. A alteração genética em causa faz com que as plantas do milho produzam uma proteína que pela sua toxicidade, quando consumida pelas larvas dos insetos, lhes provoca a morte, protegendo as plantas do ataque destas pragas. Deste modo, reduz-se a utilização de inseticidas e a exposição dos agricultores/aplicadores a estas substâncias, apesar dos custos na aquisição de semente transgénica serem mais elevados face à semente convencional.

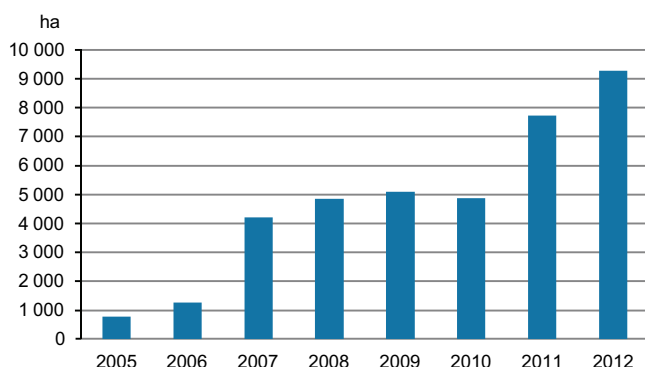
A área cultivada com milho geneticamente modificado na UE foi 129 mil hectares em 2012, tendo registado um aumento de 12,7% relativamente a 2011. Este modo de produção ocorreu em 5 países (Espanha, Portugal, República Checa, Roménia e Eslováquia), sendo que Espanha foi o país com maior área de cultivo destas variedades de milho com 116,3 mil hectares, seguindo-se Portugal com 9,3 mil hectares. Estes dois países foram responsáveis por 97,3% da área cultivada na UE, ao que não será alheio o facto de existir nos países do sul da Europa uma maior incidência de ataques de brocas do milho face a países do centro e norte da Europa.

Atualmente, existem 6 Estados Membros que aplicam a cláusula de salvaguarda (Art.º 23 Diretiva 2001/18/EC), o que lhes permite temporariamente restringir ou proibir o cultivo e/ou a venda de organismos geneticamente modificados no seu território (Áustria, França, Grécia, Hungria, Alemanha e Luxemburgo).

No caso de Portugal, o cultivo está autorizado desde 2005, tendo sido o segundo país da União Europeia a publicar legislação específica (Decreto - Lei nº 160/2005) em matéria de regulação do cultivo de variedades geneticamente modificadas, com vista a assegurar a sua coexistência com variedades convencionais.

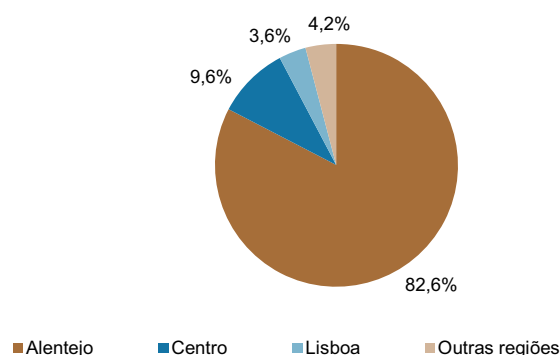
Desde 2005 que os Milhos Bt estão presentes no Continente, tendo-se registado em 2011 os primeiros campos de milho geneticamente modificado nos Açores, na ilha de São Miguel, com a finalidade quase exclusiva de produção de milho silagem.

Figura 1.10 - Área de milho geneticamente modificado cultivado em Portugal



Fonte: DGAV-MAM; INE, I.P.

Figura 1.11 - Distribuição regional da área de milho geneticamente modificado cultivado em Portugal (NUTS 2002) - 2012

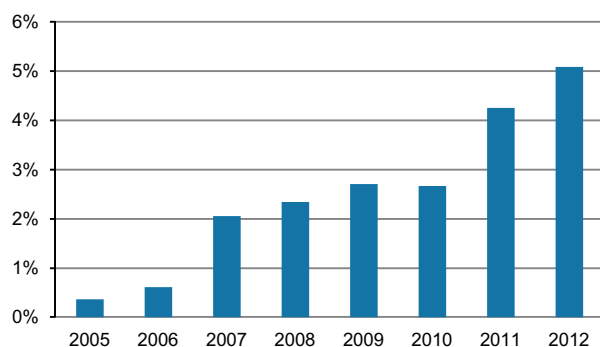


Fonte: DGAV-MAM; INE, I.P.

A área nacional de milho geneticamente modificado registada em 2012, 9 278 hectares, revelou um aumento de 20,1% face a 2011, reforçando a tendência de aumento verificada em 2011 face a 2010 (+58,6%). Desde 2005, esta área aumentou em Portugal cerca 8 506 hectares. Em termos regionais, o Alentejo é a região do país com maior área de milho geneticamente modificado, com 7 667 hectares em 2012, o que equivale a 82,6% da área nacional de milho transgénico, seguido da região Centro com 894 hectares (9,6%).

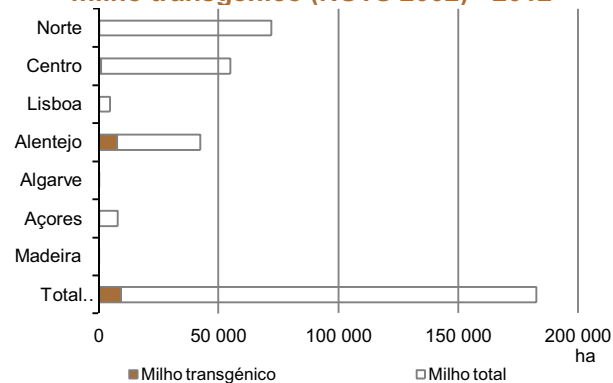


Figura 1.12 - Representatividade da área de milho geneticamente modificado face à área nacional de milho



Fonte: DGAV-MAM; INE, I.P.

Figura 1.13 - Representatividade regional do milho transgénico (NUTS 2002) - 2012



Fonte: DGAV-MAM; INE, I.P.

A representatividade do milho transgénico face ao total da área nacional de milho é relativamente marginal em Portugal, cerca de 5,1% em 2012, o maior valor desde que as variedades transgénicas de milho foram introduzidas em 2005. Em termos da representatividade regional, é no Alentejo que se verifica uma maior importância do milho transgénico face ao milho total da região, 18,1% em 2012.

1.1.3.3 - Produtos fitofarmacêuticos

A quantificação das vendas de [produtos fitofarmacêuticos](#) são uma forma indireta de avaliar o impacto destes produtos na agricultura, podendo a sua utilização variar consideravelmente de ano para ano, de acordo com as condições climáticas e problemas fitossanitários do ano agrícola, e ainda com o preço de mercado destes fatores de produção.

O uso destes produtos pode acarretar riscos para a saúde humana e para o ambiente, pelo que a sua utilização deve ser sustentável, ou seja, apenas na medida suficiente para garantir a fitossanidade e dessa forma garantir produções e rendimentos para os agricultores e o abastecimento das populações, salvaguardando a saúde pública dos consumidores. Relativamente aos riscos para o ambiente, o arrastamento destes produtos pelo vento, a lixiviação ou o escoamento são fontes de disseminação não controlada de produtos fitofarmacêuticos no ambiente, causando poluição do solo e das águas. A utilização de produtos fitofarmacêuticos pode ter igualmente implicações ao nível da perda de biodiversidade.

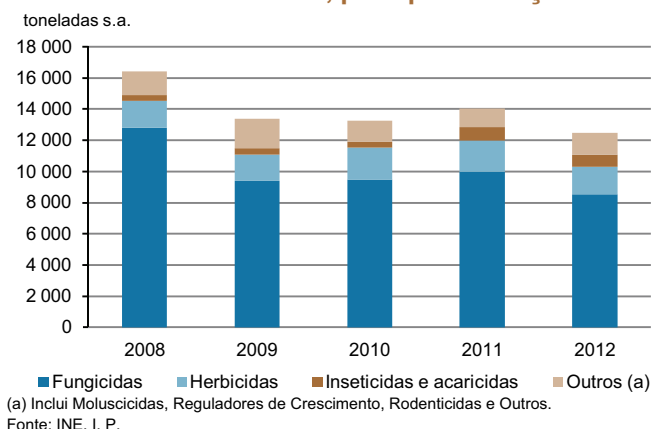
A comercialização de produtos fitofarmacêuticos em Portugal foi de 12,5 mil toneladas em 2012, menos 11,1% face a 2011.

Em termos da estrutura de vendas, o grupo dos [fungicidas](#) foi o mais importante, representando em 2012 cerca de 68,3% do volume total de vendas, seguido dos [herbicidas](#) (14,3%). De referir que o enxofre, substância ativa de toxicidade reduzida, foi responsável, neste ano, por 71,4% do volume de vendas dos fungicidas e por 48,8% do volume total de produtos fitofarmacêuticos.

1.1.3.2 - Consumo de fertilizantes

Os [fertilizantes](#) inorgânicos, em cuja composição entram os macronutrientes essenciais ao crescimento das plantas, azoto e/ou fósforo e/ou potássio, são utilizados na agricultura com o objetivo de aumentar e otimizar as produções e as produtividades. Contudo, em termos ambientais, a sua aplicação excessiva produz efeitos negativos, nomeadamente ao nível da poluição da água e dos solos. O risco de poluição por fertilizantes minerais encontra-se associado à intensidade da sua utilização, a qual por sua vez depende de diversos fatores, nomeadamente do tipo de culturas presentes, de fatores edafo-climáticos e das práticas de gestão agrícola.

Figura 1.14 - Vendas de produtos fitofarmacêuticos, por tipo de função

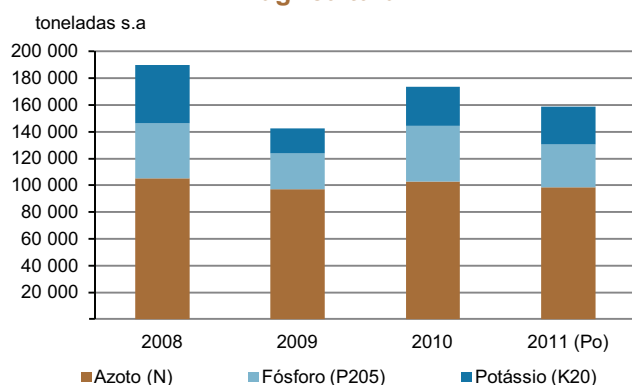


(a) Inclui Moluscicidas, Reguladores de Crescimento, Rodenticidas e Outros.

Fonte: INE, I. P.



Figura 1.15- Consumo aparente de fertilizantes inorgânicos azotados, fosfatados e potássicos na agricultura



Fonte: INE, I. P.

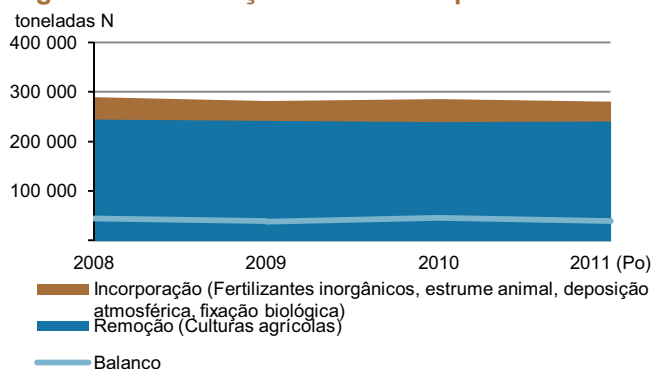
ainda assim superiores aos de 2009, ano em que foi atingido o valor mínimo de consumo destes produtos. De facto, as condições climáticas adversas em 2011 implicaram um decréscimo acentuado na área cultivada de cereais de inverno, a menor dos últimos 25 anos, assim como nas áreas de tomate para indústria e batata, o que, em conjunto com o aumento dos preços dos fertilizantes, foi determinante para o decréscimo no consumo.

1.1.3.4 - Balanço de nutrientes

O fornecimento adequado de nutrientes aos solos é fundamental para o desenvolvimento das culturas agrícolas. No entanto, a manutenção do equilíbrio entre a incorporação de nutrientes no solo e a sua remoção pelas culturas é também de extrema importância para a utilização racional de recursos (fertilizantes inorgânicos e orgânicos) e para impedir a poluição relacionada com a deposição excessiva de azoto e fósforo no solo. Por outro lado, a deficiência de nutrientes nos solos põe em causa a sua fertilidade e a produtividade das culturas neles instalados.

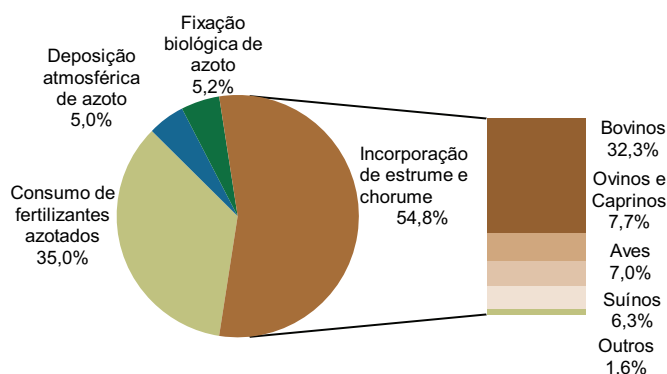
O cálculo dos Balanços de Nutrientes permite, assim, identificar situações de excesso ou défice de nutrientes no solo e antever situações que podem colocar em risco quer o ambiente quer a produção agrícola. Sempre que o Balanço de nutrientes aumenta, incorpora-se uma maior carga de nutrientes no solo, aumentando o risco de consequências negativas para o ambiente.

Figura 1.16- Balanço do azoto à superfície do solo



Fonte: INE, I. P.

Figura 1.17 - Repartição da incorporação de azoto no solo por fonte de azoto (2011)



Fonte: INE, I. P.

Em 2011, o balanço do azoto resultou em cerca de 40 mil toneladas de azoto, o que equivale a uma deposição de cerca de 11 kg por hectare de SAU. Face a 2010, o balanço decresceu cerca de 6 mil toneladas (-12,8%), o que se traduziu em menos 1,5 kg de azoto por hectare de SAU (-11,8%), promovido pela menor incorporação deste macronutriente via consumo de fertilizantes.

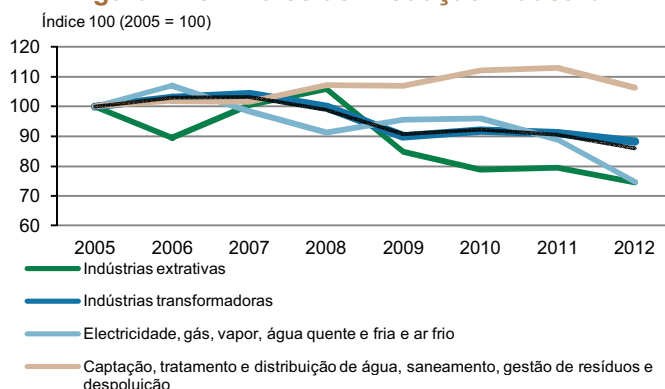
Em termos da incorporação de azoto no solo, a principal fonte deste macronutriente é a incorporação de estrume e chorume proveniente da produção animal, 54,8% em 2011, seguido do consumo de fertilizantes com 35,0%.



1.1.4 - Índice de produção industrial

O Índice de Produção Industrial apresentou um decréscimo de 5,0% em 2012, face a 2011, reforçando a tendência de evolução negativa iniciada em 2010 (-1,9%). Todas as secções que compõem o índice apresentaram um comportamento negativo em 2012 face a 2011, com decréscimos assinaláveis nos índices de produção industrial respetivos. As secções de “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio”, “Indústrias Extrativas” e “Captação, tratamento e distribuição da água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição” decresceram, respetivamente, 16,0%, 6,1% e 6,0%, sendo o menor decréscimo o verificado nas “Indústrias extrativas” (-3,0%).

Figura 1.18 - Índice de Produção Industrial



Fonte: INE, I. P.

1.2 - ENERGIA

O setor energético, essencial para o equilíbrio das economias mundiais, tem um forte impacto ambiental, quer pela ligação ao consumo de combustíveis fósseis com uma disponibilidade finita, como o petróleo, mas essencialmente porque gera, através do consumo destes combustíveis, um nível considerável de emissões de gases com efeito de estufa, em particular dióxido de carbono (CO₂), que estão diretamente relacionadas com as alterações climáticas.

Os objetivos da política energética - segurança no abastecimento, crescimento económico e competitividade e sustentabilidade ambiental - continuam a ser os principais pilares sobre os quais deve assentar qualquer estratégia neste domínio, sobretudo para um país como Portugal, que tem um elevado grau de dependência externa, apesar de se ter registado neste domínio uma evolução positiva. A política nacional para as Fontes de Energia Renováveis (FER) está integrada numa nova visão para 2020 do setor energético, a qual procura aproveitar as sinergias resultantes da articulação das estratégias para a procura e oferta de energia, tendo como principal objetivo colocar a energia ao serviço da economia e das famílias, garantindo em simultâneo a sustentabilidade de preços.

Foi desta forma estabelecido para Portugal, para o horizonte de 2020, um objetivo geral de redução no consumo de energia primária de 25% e um objetivo específico de redução de 30% para a Administração Pública. No plano da utilização de energia proveniente de fontes endógenas renováveis, pretende-se que os objetivos definidos para 2020, 31% do consumo final bruto de energia e 10% da energia utilizada nos transportes, sejam cumpridos ao menor custo para a economia. Em simultâneo, pretende-se reduzir a dependência energética do país e garantir a segurança de abastecimento, através da promoção de uma matriz energética equilibrada.

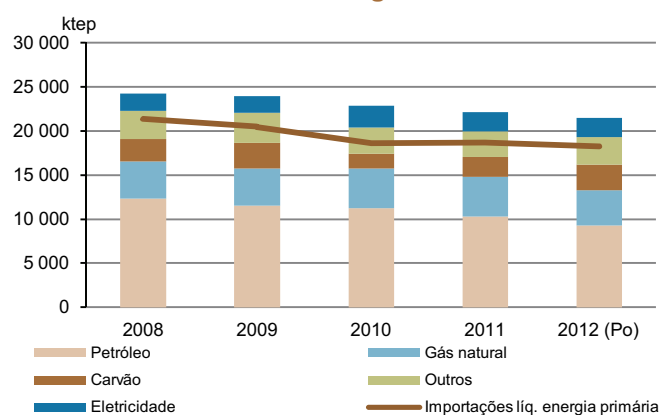
1.2.1. Consumo de Energia

1.2.1.1. - Consumo de Energia Primária

Em 2012, o consumo de [energia primária](#) em Portugal foi 21 474 ktep, tendo decrescido de forma gradual cerca de 11,3%, entre 2008 e 2012, ao que não terá sido alheia a conjuntura socioeconómica nacional e internacional.

Esta evolução foi acompanhada pelo decréscimo das importações líquidas de energia primária (-14,3%) no mesmo período. A evolução quer do consumo primário quer das importações líquidas está relacionada com a redução no consumo de petróleo no período em análise (-24,8%).

Figura 1.19 - Consumo de energia primária por fonte energética



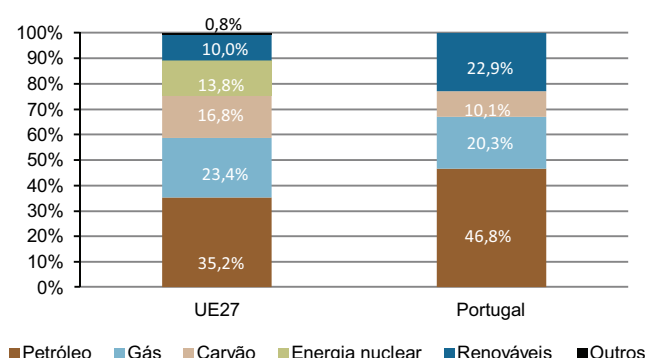
Fonte: INE, I. P.



Relativamente à estrutura do consumo primário, em 2012, o petróleo representou 43,3% da energia primária consumida, apesar da sua importância ter decrescido consecutivamente, no período em análise, cerca de 7,8 p.p.. O gás natural surge como a segunda fonte energética mais consumida, 18,4% em 2012, seguido do carvão com 13,6%.

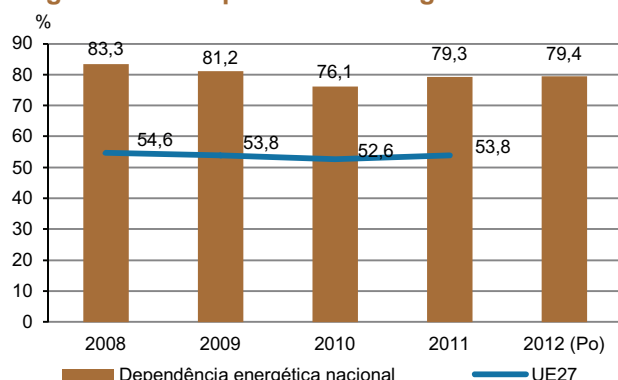
Realça-se o comportamento do consumo de carvão no período em análise, como resposta aos períodos em que a produção de eletricidade pelas centrais hidroelétricas varia de acordo com os níveis de precipitação ocorridos. Em 2010, verificou-se um aumento da produção hidroelétrica promovida pelos níveis elevados de precipitação nesse ano, pelo que o consumo de carvão pelas centrais termoelétricas diminuiu 42,0% face a 2009. Já em 2011 e 2012, o consumo de carvão para a produção de eletricidade voltou a aumentar, respetivamente 34,1% e 31,2%, devido ao decréscimo da produção por parte das centrais hidroelétricas dado o regime hidrológico mais seco verificado nestes dois anos.

Figura 1.20 - Consumo de energia primária por fonte energética - UE27 e Portugal (2011)



Em comparação com a estrutura de consumo de energia primária da UE27, segundo dados de 2011, Portugal tem uma maior dependência do petróleo, 46,8% face a 35,2%, mas por outro lado consome menos carvão, 10,1% face a 16,8%, e consome mais energia proveniente de fontes renováveis, 22,9% em contraponto aos 10,0% que se consomem na UE27. Realça-se ainda a importância que a energia nuclear tem como fonte de energia primária na UE27, representando 13,8% do total de energia primária consumida em 2011.

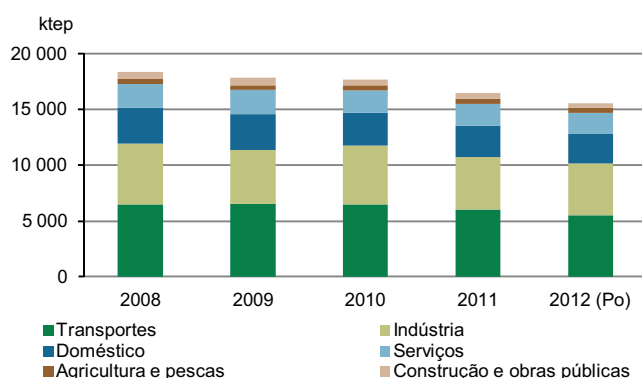
Figura 1.21 - Dependência energética nacional



Em 2012, cerca de 79,4% da energia primária consumida em Portugal foi importada, o que traduz a elevada dependência energética do nosso país face ao exterior e que se situa muito acima da média da UE27, que, em 2011, foi 53,8%. Este indicador aumentou cerca de 3 p.p. desde 2010, promovido pelo aumento já referido do consumo de carvão para produção de eletricidade como resposta à diminuição da produção hidroelétrica neste período.

1.2.1.2 - Consumo de energia final

Figura 1.22 - Consumo de energia final por setor de atividade



O consumo de energia final em Portugal foi 15 588 ktep em 2012, menos 15,1% face a 2008. Realça-se que os decréscimos observados em 2011 (-6,8%) e em 2012 (-5,6%) foram os mais significativos no período em análise, coincidindo com o início da crise económica.

Relativamente à estrutura do consumo final por setor de atividade, manteve-se inalterada entre 2008 e 2012, sendo os setores dos transportes (35,5%), da indústria (29,6%) e o doméstico (17,0%), os que apresentaram maiores consumo de energia final.

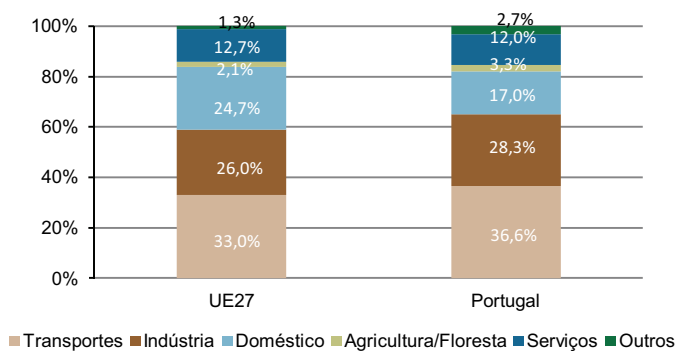


Em termos evolutivos, destaca-se a retração no consumo de energia final em 2009 pelo setor industrial (-11,5%), motivada pela crise económica mundial, situação esta que não afetou significativamente os outros setores. Já em 2010, a retoma económica da atividade industrial promoveu o aumento do consumo final de energia neste setor, que foi da ordem dos 8,7%.

Com a evolução negativa da economia nacional, a partir de 2011 todos os setores apresentaram um decréscimo no consumo final de energia. Destaca-se a variação negativa em 2011, face a 2010, do setor industrial (-11,4%) e do setor dos transportes (-6,8%), assim como a observada em 2012, face a 2011, no setor da construção e obras públicas (-21,3%) e dos transportes (-8,6%).

Comparando a estrutura nacional do consumo final de energia por setor de atividade com a da UE27, verifica-se, em 2011, que o setor dos transportes foi responsável pela maior fatia do consumo final de energia (36,6% em Portugal e 33,0% na UE27), seguido do setor industrial (28,3% em Portugal e 26,0% na UE27), seguido do setor doméstico (24,7% em Portugal e 24,7% na UE27), seguido do setor da agricultura e floresta (2,1% em Portugal e 2,1% na UE27), seguido do setor dos serviços (12,0% em Portugal e 12,7% na UE27), seguido do setor dos outros (2,7% em Portugal e 1,3% na UE27).

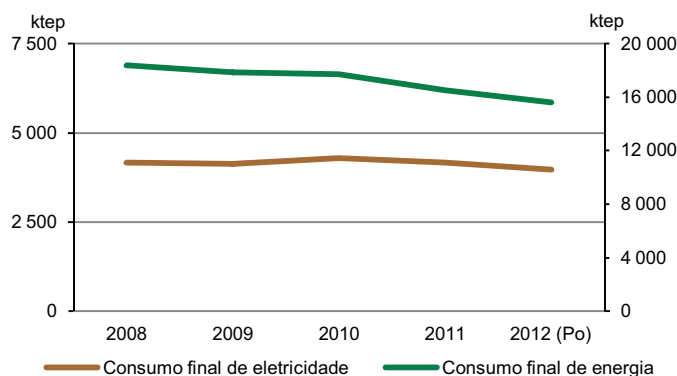
Figura 1.23 - Consumo de energia final por setor - UE27 e Portugal (2011)



Fonte: INE, I. P.

O consumo final de eletricidade representou, em 2012, cerca de 25,5% do consumo final de energia, equivalente a 3 976 ktep, menos 4,4% que em 2011, reforçando o decréscimo que se verificou entre 2010 e 2011 (-3,0%).

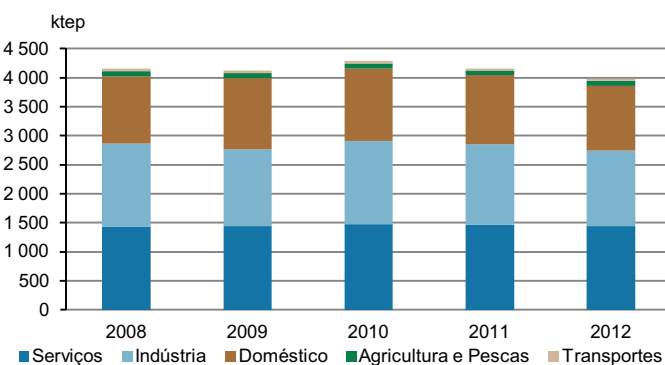
Figura 1.24 - Consumo final de eletricidade



Fonte: INE, I. P.

Figura 1.25 - Consumo de eletricidade por setor de atividade

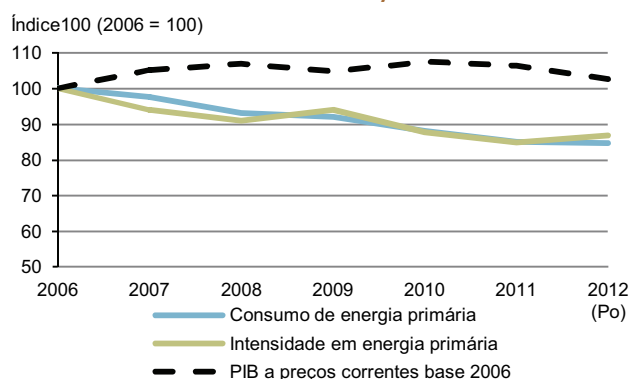
O setor dos serviços foi responsável por 36,3% do consumo final de eletricidade em 2012, seguido da indústria com 32,7% e do setor doméstico com 27,9%. Quase todos os setores diminuíram o consumo de eletricidade em 2012 face a 2011, destacando-se a indústria (-6,8%) e o setor doméstico (-6,2%). O setor da agricultura e pescas foi o único que registou um aumento no consumo final de eletricidade em 2012 (+2,2%).



Fonte: INE, I. P.

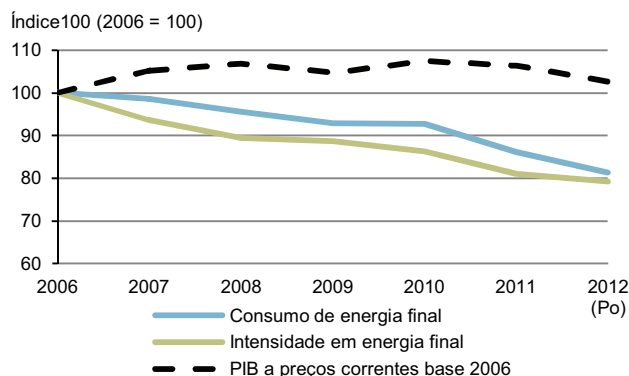


1.2.1.3 - Intensidade energética

Figura 1.26 - Intensidade energética (Energia Primária)

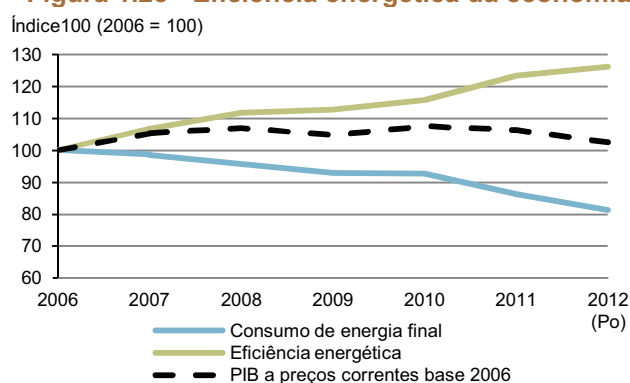
A intensidade energética em energia primária mede a quantidade de energia primária necessária para produzir uma unidade de Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2012, a intensidade de utilização de energia primária foi de 130 tep/10⁶ euros (preços de 2006), apresentando um aumento, face a 2011, de 0,7% e contrariando a tendência de decréscimo que se vinha a verificar desde 2009. Esta inversão é justificada pelo menor decréscimo do consumo primário de energia em 2012 face a 2011, promovido pelo maior consumo de carvão para a produção de eletricidade, e pelo decréscimo do PIB, menos 3,5% no mesmo período. Desta forma, Portugal produziu menos riqueza em 2012 face a 2011, mas nem por isso o consumo de energia primária diminuiu na mesma proporção.

Figura 1.27 - Intensidade energética (Energia final)

A intensidade energética em energia final é calculada tendo em conta o PIB e o consumo de energia final, traduzindo a quantidade de energia final necessária para produzir uma unidade de PIB.

Entre 2006 e 2012, verificou-se um decréscimo progressivo de 20,8% neste indicador, para o que foi essencial a redução de 18,7% do consumo final de energia, situando-se em 2012 em 91,6 tep/10⁶ euros. Atualmente, para produzir a mesma riqueza, Portugal está a consumir menos energia final.

Figura 1.28 - Eficiência energética da economia

A eficiência energética da economia é calculada tendo em conta o PIB e o consumo de energia final, traduzindo a riqueza gerada por cada unidade de energia final consumida.

Constata-se que a eficiência energética da economia aumentou de forma contínua no período em análise (+26,2%), para o que foi determinante o decréscimo de 18,7% no consumo final de energia. Apesar da riqueza gerada no país ter decrescido em 2011 e 2012, o consumo final de energia diminuiu mais acentuadamente, garantindo o aumento da eficiência com que esta energia foi consumida.

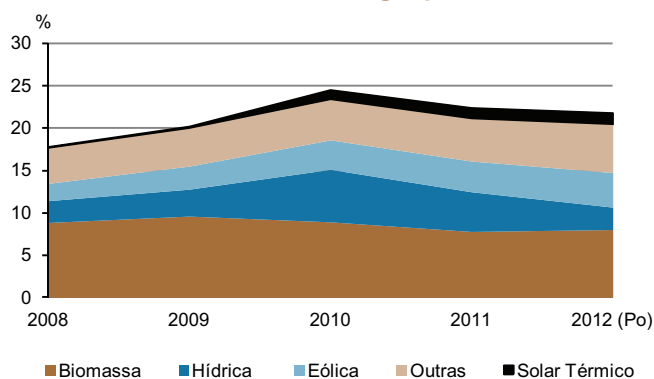


1.2.2 - Energias Renováveis

A contribuição das fontes de energia renováveis para o consumo de energia primária foi 21,8% em 2012, com um decréscimo de 5,5% face a 2011. À semelhança do ano anterior, os baixos níveis de precipitação verificados em 2012 promoveram a menor contribuição da energia hídrica para o total das energias renováveis no consumo primário. Se em 2010 esta contribuição foi 6,2% devido aos altos níveis de precipitação que ocorreram, já em 2012 foi de apenas 2,7%.

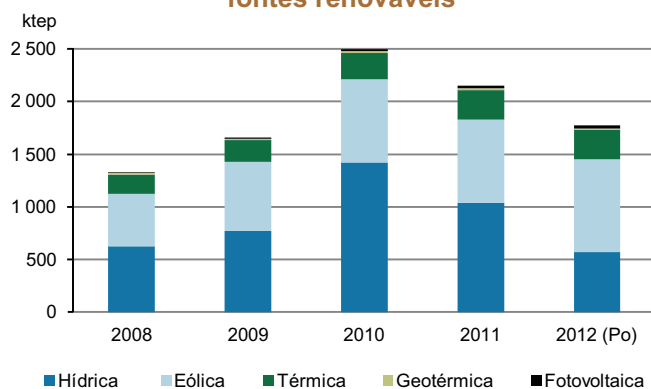
A biomassa (lenhas e resíduos florestais, biogás e biodiesel) continuou a ser em 2012 a fonte de energia renovável com maior contribuição para o consumo primário (8,0%).

Figura 1.29 - Proporção de fontes renováveis no consumo de energia primária



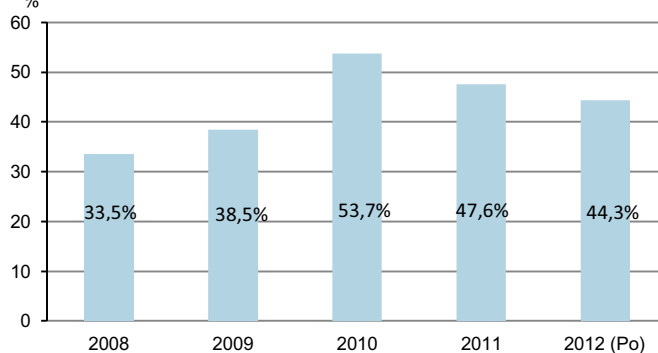
Fonte: INE, I. P.

Figura 1.30 - Produção de eletricidade a partir de fontes renováveis



Fonte: INE, I. P.

Figura 1.31 - Contribuição das fontes renováveis para a produção total de eletricidade



Fonte: INE, I. P.

A energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis, cerca de 1 776 ktep em 2012, representou 44,3% do total de eletricidade produzida em Portugal, contribuindo com 44,7% para o consumo final de eletricidade.

Em termos do peso relativo de cada fonte no total da produção de eletricidade a partir das fontes renováveis, em 2012, a hídrica representou 32,2%, a eólica 49,7% e a térmica 15,5% (inclui a queima de biomassa e resíduos sólidos urbanos), sendo as restantes pouco significativas.

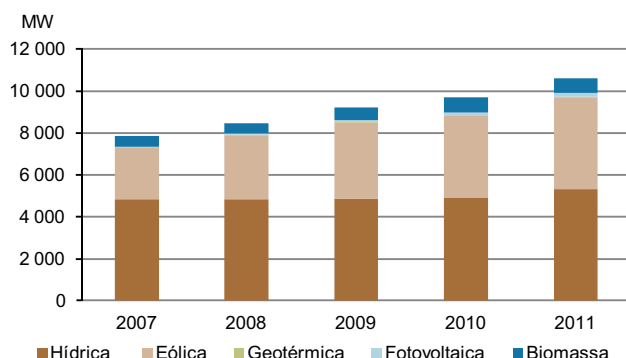
Realça-se neste período o ano de 2010, no qual se registou um aumento de 50,4% na produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, evolução esta justificada pelo aumento de 83,4% na produção de eletricidade a partir da componente hídrica e de 21,2% na componente eólica, o que resultou numa contribuição de 53,7% para o total de eletricidade produzida no país.

A partir de 2011, a componente hídrica diminuiu a sua contribuição para a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis (-59,7%), atingindo em 2012 o valor mínimo do período em análise.

Destaca-se ainda o aumento da componente eólica em 2012, face a 2011, passando a ser a fonte com maior importância na produção de eletricidade a partir de fontes renováveis (49,7%).



Figura 1.32 - Capacidade instalada de energias renováveis



Fonte: INE, I. P.

Em 2012, a potência total instalada de energias renováveis foi 11 054 MW, a qual apresentou desde 2008 um crescimento consecutivo de 30,5%, promovido essencialmente pelo aumento de 1 501 MW de potência instalada de energia eólica.

Em termos relativos, a potência instalada de energia hídrica representou, em 2012, cerca de 50,1% da potência instalada total e a energia eólica cerca de 41,0%.

1.3 - TRANSPORTES

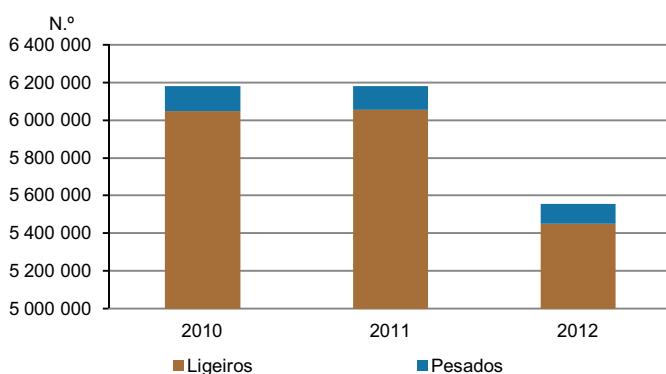
O setor dos transportes apresenta um elevado peso na emissão de poluentes. As principais fontes de poluição decorrem, quer da produção de resíduos no contexto das atividades de manutenção de veículos automóveis, embarcações e aeronaves quer em particular, da emissão de poluentes gasosos e de ruído durante a circulação dos mais diversos meios de transporte por via rodoviária, marítima, fluvial e aérea.

As emissões provocadas pelo setor dos transportes são analisadas no âmbito do tema das emissões atmosféricas de poluentes. O presente subcapítulo tem como objetivo dar a conhecer a dimensão do parque automóvel existente em Portugal, tipificando-o segundo algumas características como o tipo de veículo, tipo de motorização por combustível usado e a idade média dos automóveis, que têm impacto ao nível das emissões e, por extensão, na qualidade do ambiente.

Segundo o último relatório do Sistema de Relatórios de Transportes e Ambiente (TERM acrónimo do inglês *Transport and Environment Reporting Mechanism*) da AEA, que avalia o impacto ambiental dos transportes na Europa, “pessoas que residem próximo de estradas movimentadas, na Europa, continuam a estar particularmente expostas a níveis excessivos de poluição atmosférica. Em 2010, 44% das estações rodoviárias de controlo da qualidade do ar registaram níveis de dióxido de azoto (NO₂) nocivos, superiores aos limites legais, e os níveis de partículas (PM₁₀) ultrapassaram os limites em 33% dessas estações. Estes poluentes podem afetar o sistema cardiovascular, os pulmões, o fígado, o baço e o sangue.”

Neste contexto não deixa de ser relevante e importante conhecer a dimensão e as características do parque automóvel.

Figura 1.33 - Parque de veículos rodoviários motorizados presumivelmente em circulação ^(a), segundo o tipo de veículo



Nota: (a) Parque com exclusão de ciclomotores, motociclos e tratores agrícolas; veículos presumivelmente em circulação: compareceram a pelo menos uma das duas últimas inspeções obrigatórias

Fonte: INE, I. P.

Em Portugal, estimava-se que, entre 2010 e 2012, o número de médio de veículos automóveis (ligeiros e pesados) em circulação no país fosse na ordem dos 5,9 milhões.

Em 2012, os veículos automóveis presumivelmente em circulação decresceram 10,1% (-625 mil unidades) após dois anos de relativa manutenção.



Em 2012, verificava-se que, por cada automóvel movido a GPL ou outro combustível, estavam igualmente em circulação cerca de 68,3 veículos movidos a gasóleo. Em 2011, este rácio era de 74,9 veículos.

Esta relação aplicada entre automóveis movidos a gasolina e a gasóleo permite estimar que, por cada veículo em circulação movido a gasolina, circulavam 1,5 veículos movidos a gasóleo, sendo que, em 2011, este quociente era de 1,4.

No que respeita à estrutura do ciclo de vida do parque automóvel de ligeiros de passageiros, em 2012, verificava-se que mais de metade dos veículos (56,7%) se encontrava em circulação há 10 ou mais anos (em 2011 esta percentagem era de 55,4%). Já no que diz respeito aos veículos com menos de 2 anos, constata-se que estes representavam somente 5,7% do total (8,0% em 2011) e que, contabilizando todos os veículos com menos de 5 anos, a proporção de veículos presumivelmente em circulação atingia 20,5% do total de veículos ligeiros, sendo que este valor era de 21,1%.

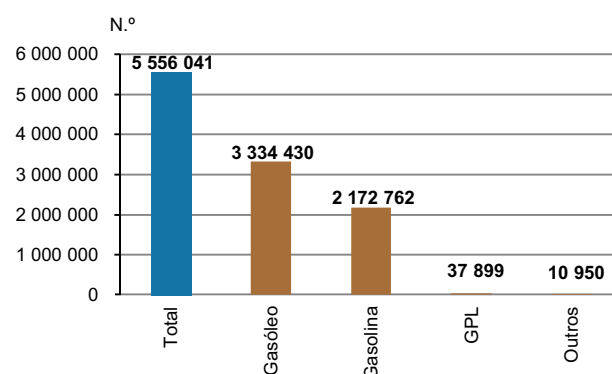
Considerando as variações anuais por classes de idade, constata-se que, com exceção dos veículos com idade compreendida entre os 2 e 5 anos que tiveram um acréscimo de 14 354 unidades, todas as restantes classes de veículos ligeiros registaram um decréscimo no número de veículos face a 2011.

No que se refere à idade média dos automóveis ligeiros de passageiros, esta situava-se nos 10,6 anos em 2012, a mesma que em 2011, sendo que no grupo de automóveis com 10 ou mais anos de circulação a idade média atingiu os 15,5 anos (15,3 em 2011).

A estrutura do ciclo de vida dos veículos pesados de passageiros aponta para um predomínio dos veículos mais antigos. Desta forma, a idade média por veículo atingiu os 11,3 anos (quase mais 1 ano que os ligeiros) dos quais cerca de 60,7% possuíam mais de 10 anos de existência, 58,1% em 2011 (mais 3 p.p. que o peso relativo equivalente nos automóveis ligeiros).

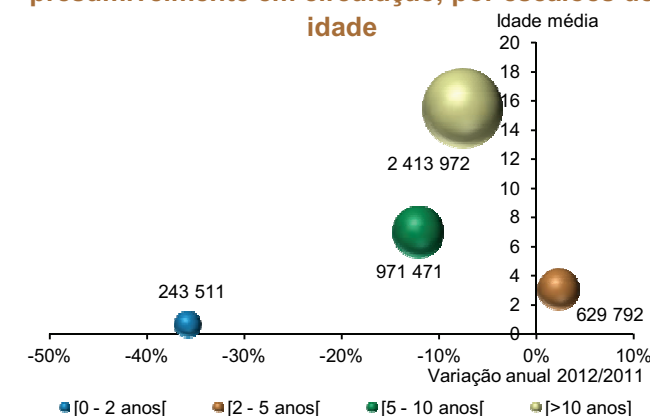
Em termos de variação face ao ano anterior, verifica-se que todas as classes de veículos pesados de passageiros decresceram, sendo que a redução mais acentuada ocorreu nos veículos com idade inferior a 2 anos (-31,7%).

Figura 1.34 - Parque de veículos rodoviários motorizados presumivelmente em circulação por tipo de veículo, segundo o combustível principal



Fonte: INE, I. P.

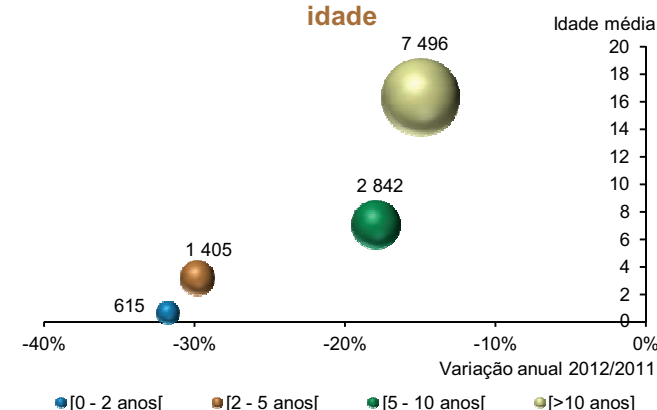
Figura 1.35- Veículos ligeiros de passageiros presumivelmente em circulação, por escalões de idade



A dimensão dos globos representa o número de veículos ligeiros presumivelmente em circulação em 2012.

Fonte: INE, I.P.

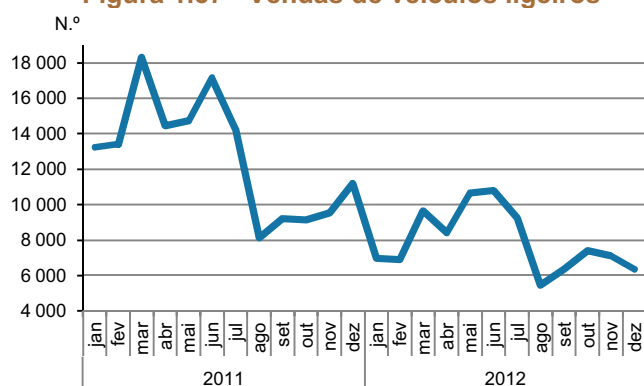
Figura 1.36 - Veículos pesados de passageiros presumivelmente em circulação, por escalões de idade



A dimensão dos globos representa o número de veículos pesados presumivelmente em circulação em 2012.

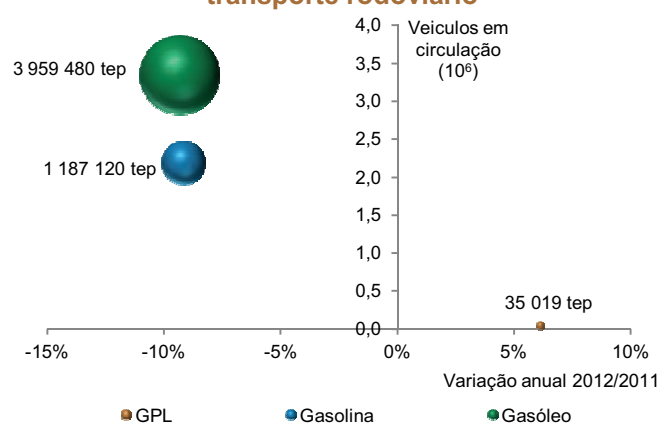
Fonte: INE, I.P.



Figura 1.37 - Vendas de veículos ligeiros

Fonte: INE, I. P.

A análise mensal das vendas de veículos ligeiros nos anos 2011 e 2012, indica uma tendência acentuada de decréscimo. Em 2012, o mês de junho foi o melhor em termos de vendas, com 10 803 unidades vendidas, enquanto o mês de agosto foi o pior com 5 442 unidades comercializadas. Em 2011, o pior mês foi também agosto (8 136 veículos), mas março foi o mês com maior número de unidades transacionadas (18 325).

Figura 1.38 - Consumo de combustíveis no transporte rodoviário

A dimensão dos globos representa o consumo de combustíveis (GPL, Gasolina e Gasóleo) em 2012

Fonte: INE, I. P.

Atendendo ao parque automóvel em circulação, verifica-se que no consumo de combustíveis (medido em toneladas equivalentes de petróleo = tep) a proporção do uso de gasóleo é esmagadora, representando cerca de 75,7% dos combustíveis consumidos (75,8% em 2011).

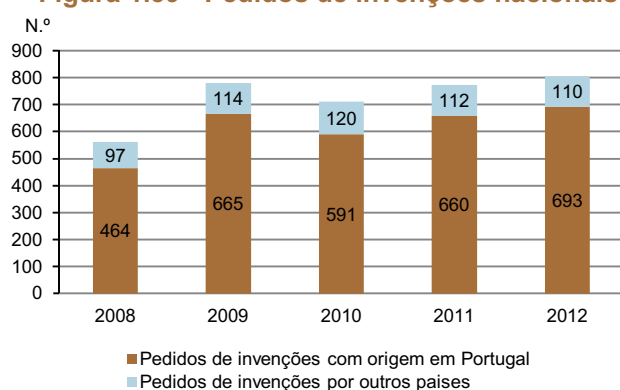
De referir que os veículos movidos a gasóleo (-405 989 tep) e gasolina (-119 415 tep) registaram decréscimos face ao ano anterior. Em contrapartida o consumo de GPL aumentou, atingindo os 35 019 tep, embora continue a representar menos de 1% (0,7%) do consumo de combustíveis.

1.4 – PATENTES AMBIENTAIS

Os pedidos de invenções obedecem a uma Classificação Internacional de Patentes – CIP (estabelecida em 1971, Estrasburgo), utilizada a nível mundial para classificação/indexação e pesquisa de patentes e metainformação associada.

Em 2010, a Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI) desenvolveu o “Inventário Verde da CIP”, que contem 200 temas diretamente relacionados com o ambiente e com as tecnologias ecologicamente sustentáveis em termos ambientais.

Segundo a definição da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o âmbito das “patentes verdes” inclui todas as vertentes relacionadas com a gestão de resíduos, a redução de poluição, as energias renováveis, os carros híbridos/elétricos e a eficiência energética.

Figura 1.39 - Pedidos de invenções nacionais

Fonte: INE, I. P.

Neste subcapítulo são apresentados, pela primeira vez, alguns indicadores sobre patentes verdes, os quais permitem retratar a sua relevância enquanto mecanismo para estimular a inovação verde.

Em 2012, foram apresentados um total de 803 pedidos de invenções, o que corresponde a um aumento de 4,0% face ao ano anterior. Também ao longo do período em análise a tendência foi crescente com o número de patentes a crescer a um ritmo anual de 9,4%.



Os pedidos de invenções apresentados em Portugal são maioritariamente de origem portuguesa, sendo que em 2012, da totalidade dos pedidos apresentados 86,3% teve origem em Portugal. Os restantes 13,7% correspondem a pedidos de invenções realizados por outros países.

Relativamente aos pedidos de invenções realizados por não residentes, a maioria provém de Espanha com 27 pedidos, seguindo-se os Estados Unidos da América com 25, Alemanha com 9, Reino Unido com 8 e Japão com 6.

Figura 1.40 - Pedidos de invenções por país de origem do requerente, 2012

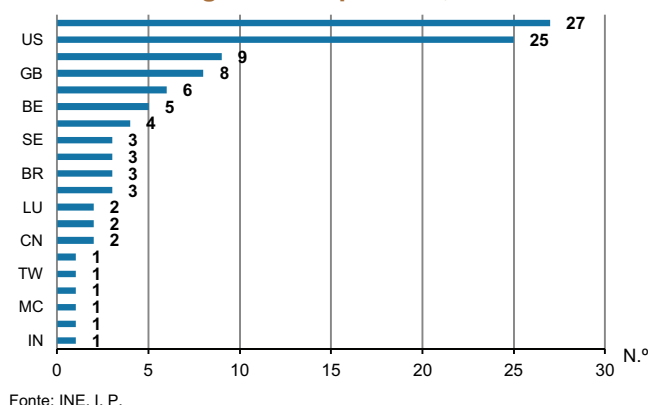


Figura 1.41 - Pedidos de invenções nacionais com origem em Portugal, por NUTS II

NUTS II	Patentes (N.º)		Crescimento anual
	2008	2012	
Total	462	685	10,3%
Norte	154	212	8,3%
Centro	96	195	19,4%
Lisboa	188	225	4,6%
Alentejo	16	20	5,7%
Algarve	7	30	43,9%
Região Autónoma dos Açores	1	3	31,6%
Região Autónoma da Madeira	2	8	41,4%

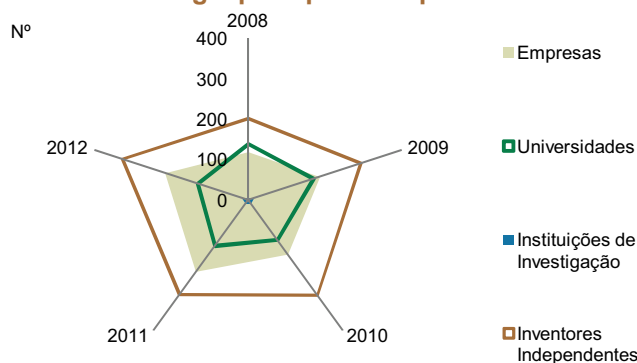
Fonte: INE, I. P.

Analisando os pedidos de invenções em 2012, com origem nacional e ventilados por NUTSII, constata-se que as regiões que apresentaram maior atividade inventiva foram Lisboa (225 pedidos), Norte (212 pedidos) e Centro (195 pedidos). Em contraste, as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores registaram o menor número de pedidos de invenções, 8 e 3 respetivamente.

Salienta-se ainda o facto de, entre 2008 e 2012, as regiões que apresentaram uma variação anual mais elevada foram as regiões do Algarve (43,9%) e Regiões Autónomas da Madeira (41,4%) e Açores (31,6%).

Os inventores independentes constituem o perfil do requerente mais comum, totalizando, em 2012, 47,3% dos pedidos de invenções nacionais. As universidades foram até 2009 o segundo tipo de requerente mais importante mas foram ultrapassadas pelas empresas que, em 2012, já eram responsáveis por 31,3% da totalidade dos pedidos. O número de pedidos de invenções por parte das instituições de investigação é marginal.

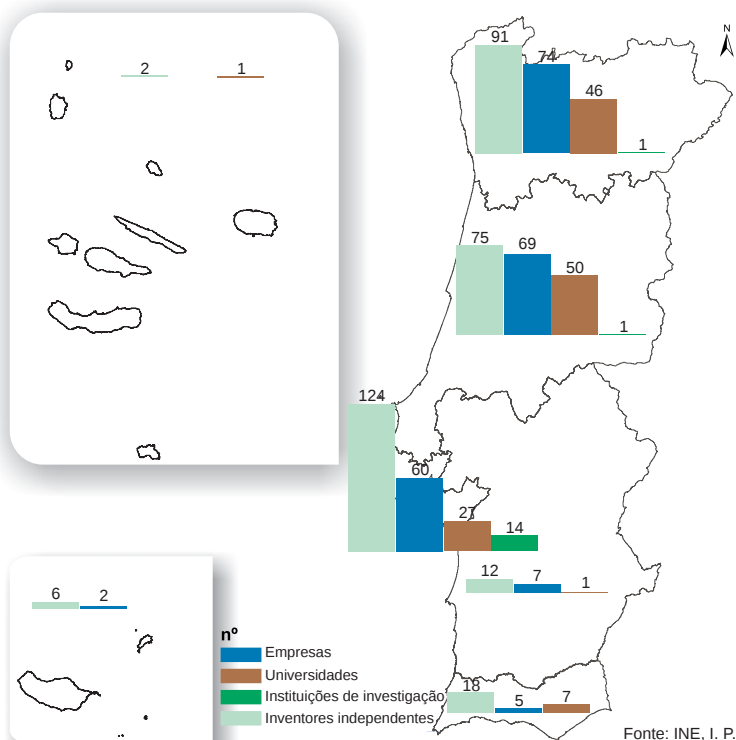
Figura 1.42 - Pedidos de invenções com origem em Portugal por tipo de requerente



Fonte: INE, I. P.



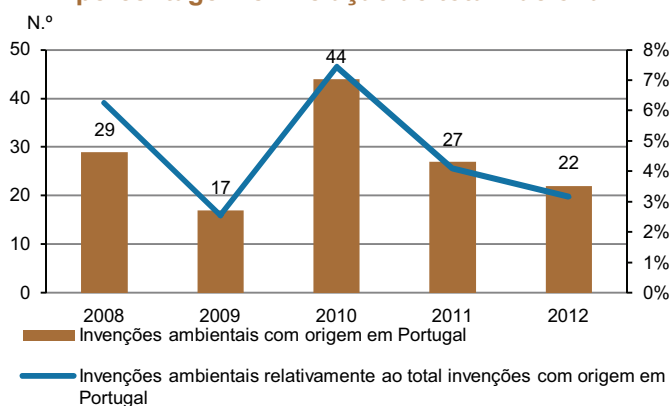
Figura 1.43 - Distribuição dos pedidos de invenções com origem em Portugal por tipo de requerente



A figura ilustra a distribuição regional dos pedidos de invenções com origem em Portugal segundo a tipologia dos requerentes.

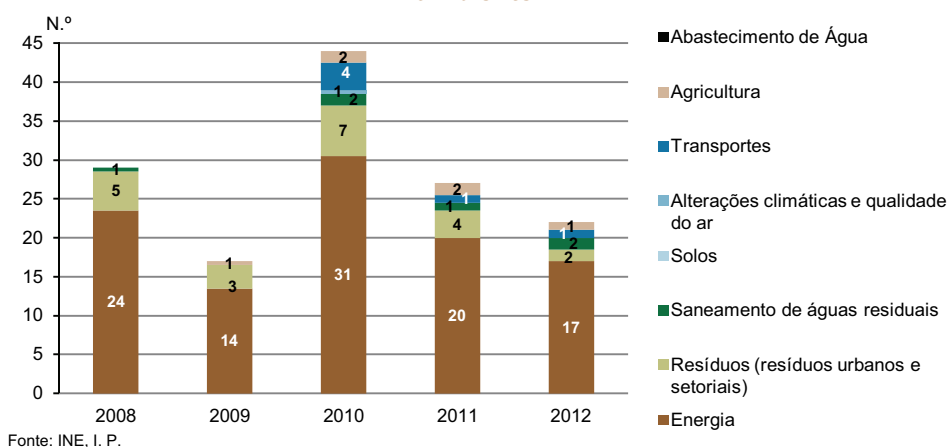
A análise da distribuição regional em 2012 por tipologia de requerente segue em termos genéricos a tendência verificada a nível nacional, sendo a exceção o Algarve, onde as universidades constituem o segundo principal tipo de requerente. De referir ainda que a quase totalidade dos pedidos efetuados pelas instituições de investigação (87,5%) estavam concentrados na região de Lisboa, sendo também a região que congregava maior número de pedidos efetuados por investigadores independentes, 37,8% do total. Nas Regiões Autónomas, destaque nos Açores para a ausência de pedidos por parte das empresas e na Madeira a ausência de pedidos de invenções por universidades.

Figura 1.44 - Número de invenções ambientais e percentagem em relação ao total nacional



O número de patentes verdes em Portugal foi em média no período em análise de 28, 20,0% do número total de patentes pedidas. O número de patentes verdes apresentou um ritmo de crescimento anual de 51,7%, entre 2008 e 2010, sendo que a partir de 2010 esta tendência inverteu-se. Em 2010, o número de patente verdes registado era 44, enquanto que em 2012 foi apenas 22, o que corresponde a uma diminuição de 50,0%.

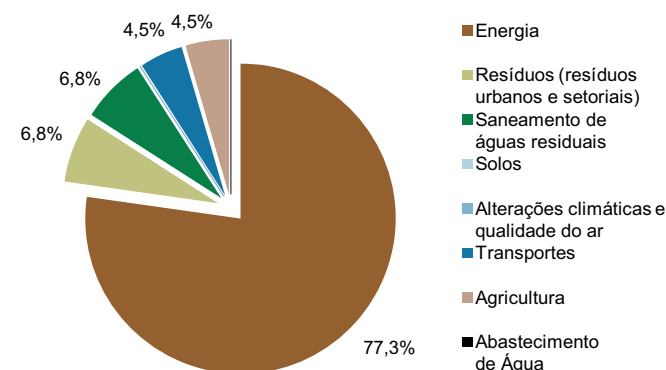
Figura 1.45 - Pedido de invenções nacionais por áreas temáticas de ambiente



Analisando o número de pedidos de patentes de acordo com as principais áreas de ambiente, verificou-se que as áreas da energia e dos resíduos registaram sempre pedidos de patentes, entre 2008 e 2012. O ano de 2010 destaca-se particularmente, na medida em que foi o ano em que Portugal apresentou pedidos em quase todas as áreas do ambiente exceto nas áreas de solos e abastecimento de água. Em 2012, dos 22 pedidos ambientais efetuados 17 disseram respeito à área da energia, e os restantes 6 pedidos distribuíram-se pelas áreas de resíduos, saneamento de águas residuais, transportes e agricultura.

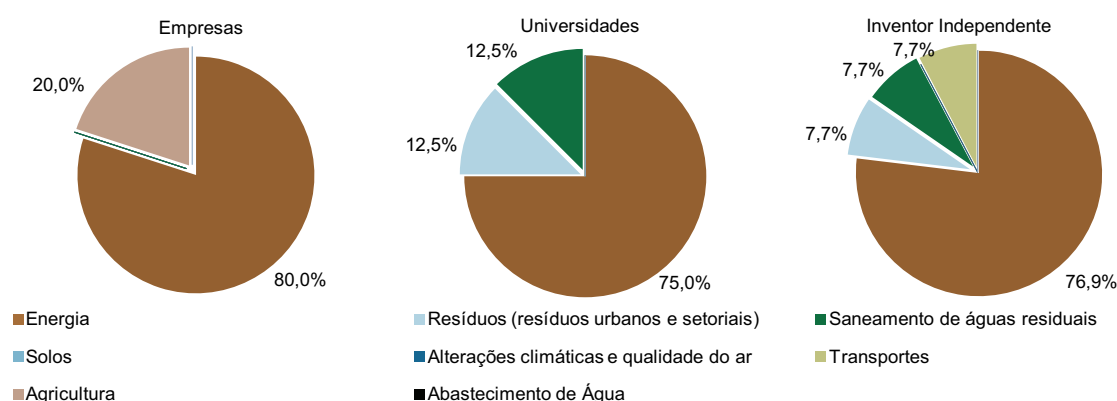
Do universo de pedidos de patentes ambientais realizados em 2012, a área da energia foi a que apresentou maior número de pedidos, representando aproximadamente 77,3% do total de pedidos ambientais. A área dos resíduos e saneamento de águas residuais concentraram cerca de 13,6% dos pedidos, enquanto as áreas dos transportes e agricultura congregaram apenas 9,1% dos pedidos. Salienta-se o facto de ter havido áreas que não registaram qualquer pedido de patentes ambientais, nomeadamente a área de solos, alterações climáticas e qualidade do ar e abastecimento de água.

Figura 1.46 - Pedido de invenções com origem em Portugal por área temática de ambiente (2012)



Fonte: INE, I. P.

Figura 1.47 - Pedido de invenções com origem em Portugal por área temática de ambiente e tipo de requerente (2012)



Fonte: INE, I. P.

Em 2012, as instituições de investigação não fizeram qualquer pedido de patente na área do ambiente. O setor da energia foi o principal alvo dos pedidos efetuados pelos requerentes (maior ou igual a 75,0% em todos os tipos de requerentes). As empresas concentraram os restantes pedidos na área da agricultura, enquanto as universidades apostaram na temática dos solos e saneamento de águas residuais e os inventores independentes alargaram ao setor dos transportes os pedidos de patentes.

Os inventores independentes destacam-se particularmente uma vez que foram os requerentes que apresentaram um maior número de pedidos de invenções ambientais (13 pedidos dos 22), representando cerca de 59,1% dos pedidos de invenções na área do ambiente.

1.5 – SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS.

Em virtude dos constrangimentos financeiros na Administração Pública em geral e na sequência da recente integração do ex-INAG na nova Agência Portuguesa do Ambiente, foi interrompida a respetiva atividade “Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR)”. Este projeto disponibilizava informação administrativa passível de uso para fins estatísticos e cálculo de indicadores relativos a serviços de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, publicados em anteriores edições da publicação “Estatísticas do Ambiente”. Os últimos dados disponibilizados pelo INSAAR dizem respeito ao ano de referência de 2009.



Dado o contexto e as contingências verificadas, o INE tem em curso trabalhos para o uso de fonte alternativa, tendo estabelecido para o efeito um protocolo de colaboração com a Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), que permite dispor de dados equivalentes, provenientes do Sistema de Informação de Avaliação da Qualidade de Serviço aplicado pela ERSAR junto das Entidades Gestoras a operar no setor. Todavia, por existirem ainda algumas condicionantes de desagregação geográfica e cobertura de dados, não foi possível, até à data, disponibilizar resultados através desta nova fonte de informação, com exceção de estimativas de totais para 3 indicadores essenciais: água captada para abastecimento domiciliário de água, água distribuída e águas residuais drenadas.

Figura 1.48 – Principais rubricas de serviços de águas em Portugal (2011)

Unidade: 10^3 m^3

Principais rubricas	Continente (a)	R. A. dos Açores	R. A. da Madeira (b)
Água captada (c)	865 051	n.d.	59 593
Água distribuída	646 013	n.d.	26 411
Águas residuais drenadas	636 828	n.d.	12 266

(a) Fonte: ERSAR, (RASARP 2012). Dados estimados.

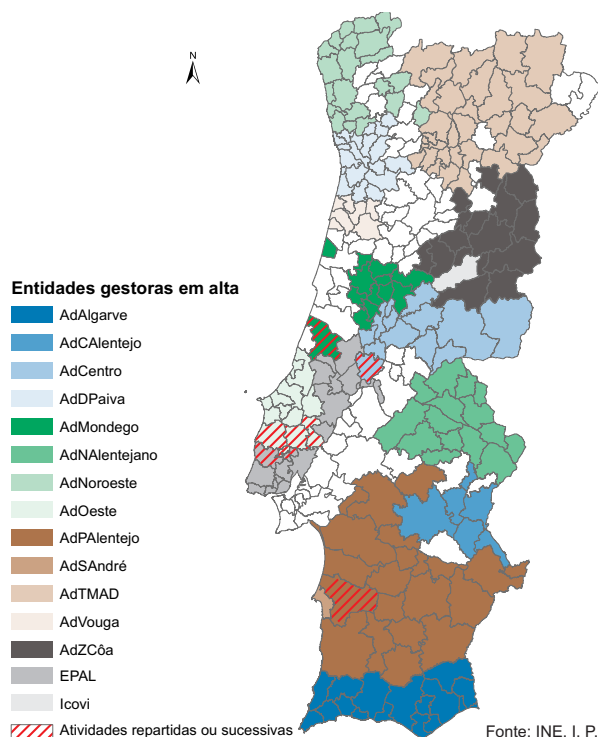
(b) Fonte: Inquérito ao Abastecimento de Água e à Gestão de Águas Residuais (IAAGAR), DREM.

(c) Inclui água captada por entidades gestoras em alta e em baixa.

O setor de serviços de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais estrutura-se num conjunto de entidades gestoras com modelos de gestão e natureza empresarial que é em grande medida resultado da história em torno deste tipo de serviço público e do papel dos municípios sobre o mesmo.

Com a aprovação no início dos anos 90 do século passado de uma nova lei de delimitação de setores sobre o serviço público de serviços de águas (possibilitando a participação de entidades de caráter privado no setor), iniciou-se um processo de modernização do setor, que passou pelas ações de investimento dos municípios e de outras entidades com apoio financeiro da UE, e também pela segmentação do serviço em alta e em baixa em função das fases de processo que envolve o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais.

Figura 1.49 - Sistemas de abastecimento de água a operar em alta (2011)



Na figura 1.49, representam-se as áreas geográficas de intervenção das entidades gestoras em alta por municípios servidos.

Fonte: INE, I. P.



Nas figuras 1.50 e 1.51 classificam-se os municípios segundo a tipologia dos modelos de gestão e natureza jurídica das entidades gestoras que prestam os serviços em baixa de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

Figura 1.50- Modelo de gestão e natureza das EG de abastecimento de água a operar em baixa por municípios (2011)

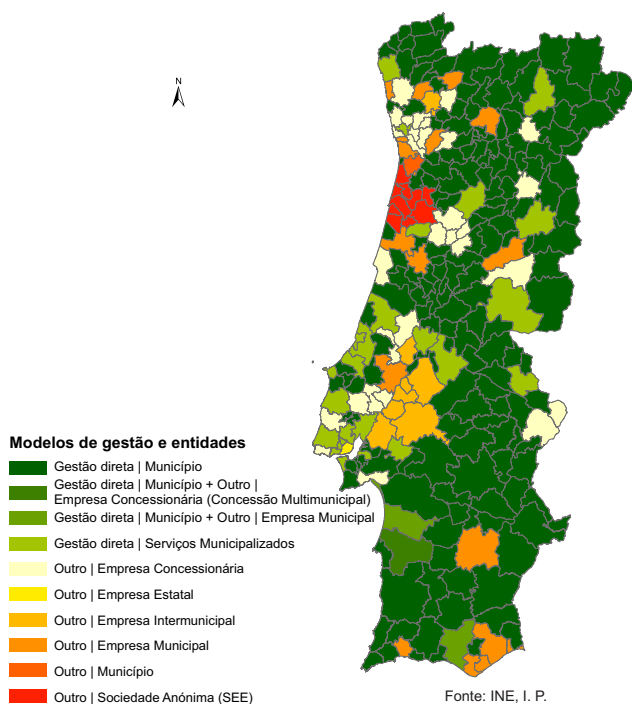
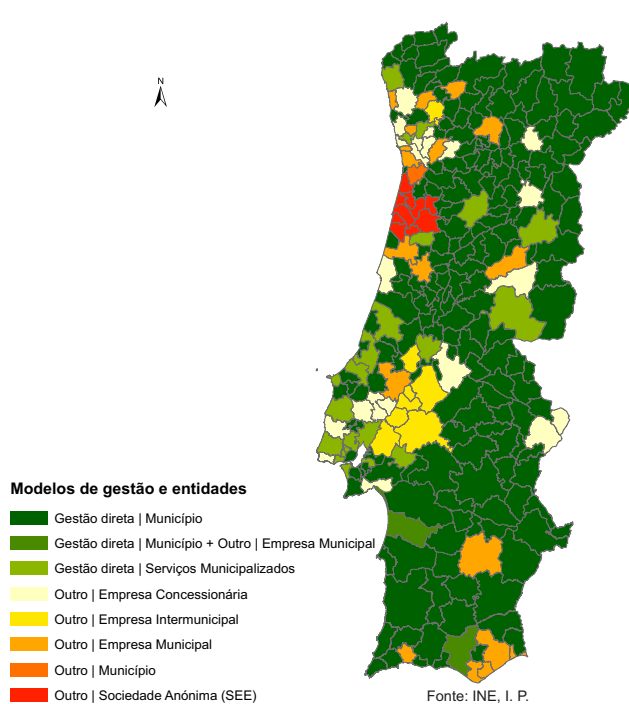


Figura 1.51 - Modelo de gestão e natureza das EG de saneamento de águas residuais a operar em baixa por municípios (2011)



1.6 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 1.1 - População residente e taxa de crescimento efetivo, por NUTS II

Ano	NUTS								
	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
2000	10 330 774	9 845 237	3 679 741	2 344 671	2 651 729	775 954	393 142	241 387	244 150
2001	10 394 669	9 904 113	3 696 333	2 351 652	2 678 695	776 496	400 937	242 544	248 012
2002	10 444 592	9 950 051	3 708 294	2 355 304	2 702 293	776 131	408 029	243 303	251 238
2003	10 473 050	9 975 209	3 713 740	2 354 349	2 719 233	774 276	413 611	243 916	253 925
2004	10 494 672	9 993 865	3 716 870	2 352 891	2 732 440	773 134	418 530	244 491	256 316
2005	10 511 988	10 008 242	3 718 061	2 350 150	2 745 623	770 869	423 539	245 118	258 628
2006	10 532 588	10 025 838	3 719 898	2 348 308	2 759 501	769 333	428 798	245 671	261 079
2007	10 553 339	10 043 520	3 719 773	2 345 981	2 775 675	767 535	434 556	246 373	263 446
2008	10 563 014	10 051 206	3 712 554	2 341 807	2 792 105	764 652	440 088	246 670	265 138
2009	10 573 479	10 059 864	3 705 980	2 337 787	2 808 205	762 068	445 824	246 900	266 715
2010	10 572 721	10 057 999	3 693 585	2 331 642	2 822 761	758 707	451 304	246 757	267 965
2011	10 542 398	10 030 968	3 687 224	2 316 169	2 827 050	754 385	446 140	247 194	264 236
2012	10 487 289	9 976 649	3 666 234	2 298 938	2 818 388	748 699	444 390	247 549	263 091

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.2 - Consumo privado (despesa de consumo final) - Dados encadeados em volume
(ano de referência = 2006)

Ano	Consumo privado (10 ⁶ euros)	Taxas de variação em volume (%)
2000	93 716,9	3,8
2001	94 787,9	1,2
2002	95 934,1	1,2
2003	95 725,0	-0,2
2004	98 262,9	2,7
2005	99 867,7	1,6
2006	101 660,7	1,8
2007	104 089,9	2,4
2008	105 424,0	1,3
2009	102 890,2	-2,3
2010	105 586,5	2,6
2011 (Po)	102 046,2	-3,4
2012 (Pe)	96 488,4	-5,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.3 - Cultivo de milho geneticamente modificado em Portugal

Unidade: ha

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total	772	1 257	4 199	4 856	5 094	4 869	7 724	9 278

Fonte: Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária



Quadro 1.4 - Vendas de produtos fitofarmacêuticos, por tipo de função

Unidade: t s.a.

	2008	2009	2010	2011	2012
Total	16 430	13 366	13 253	14 026	12 462
Fungicidas	12 820	9 399	9 475	9 975	8 517
Enxofre	9 938	6 693	6 719	6 697	6 081
Herbicidas	1 693	1 700	2 042	1 996	1 769
Inseticidas e acaricidas	370	383	371	880	811
Outros (a)	1547	1883	1364	1175	1365

Fonte: Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária

(a) Inclui Moluscicidas, Reguladores de Crescimento, Rodenticidas e Outros.

Quadro 1.5 - Consumo aparente de fertilizantes inorgânicos azotados, fosfatados e potássicos na agricultura

Portugal

	Unidade	2008	2009	2010	2011 (Po)
Total	t	189 729	142 395	173 478	158 832
Azoto	t N	105 131	97 293	102 772	98 329
Fósforo	t P ₂ O ₅	41 135	26 427	41 432	32 143
Potássio	t K ₂ O	43 463	18 675	29 258	28 359

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.6 - Balanço do azoto à superfície do solo

	Unidade	2008	2009	2010	2011 (Po)
Incorporação (Fertilizantes inorgânicos, estrume animal, deposição atmosférica, fixação biológica)	t N	289 921	282 075	286 313	281 035
Remoção (Culturas agrícolas)	t N	245 473	242 492	240 191	240 809
Balanço (Incorporação - Remoção)	t N	44 448	38 669	46 122	40 227
Balanço (Incorporação - Remoção) / Superfície agrícola utilizada	kg N / ha	12	11	13	11

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.7 - Índices de Produção Industrial - média anual (a)

Ano	Total	Indústrias extrativas	Indústrias transformadoras	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição
2005	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2006	103,1	89,6	102,9	107,0	101,8
2007	103,1	100,5	104,1	98,4	101,7
2008	98,9	105,8	99,9	91,3	107,1
2009	90,8	84,8	90,1	95,6	107,0
2010	92,2	78,9	91,9	96,1	112,1
2011	90,5	79,4	91,0	89,0	113,0
2012 (Po)	85,9	74,6	88,3	74,8	106,2

(a) ajustados dos efeitos de calendário e da sazonalidade

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.



Quadro 1.8 - Consumo de energia primária por fonte energética

Unidade: ktep

NUTS I	Fonte energética					
	Total	Carvão	Petróleo	Electricidade	Gás natural	Outros
Portugal						
2007	25 350	2 883	13 567	1 909	3 821	3 145
2008	24 215	2 526	12 365	1 953	4 157	3 214
2009	23 920	2 858	11 533	1 867	4 233	3 429
2010	22 879	1 657	11 241	2 475	4 507	3 000
2011	22 099	2 222	10 331	2 114	4 483	2 948
2012 (Po)	21 474	2 915	9 292	2 180	3 950	3 136
Continente						
2007	24 544	2 883	12 804	1 881	3 821	3 130
2008	23 383	2 526	11 577	1 924	4 157	3 199
2009	23 093	2 858	10 757	1 831	4 233	3 415
2010	22 089	1 657	10 516	2 434	4 507	2 978
2011	21 326	2 222	9 622	2 072	4 483	2 927
2012 (Po)	x	x	x	x	x	x
Região Autónoma dos Açores						
2007	394	0	372	21	0	0
2008	405	0	384	21	0	0
2009	416	0	395	20	0	0
2010	405	0	379	23	0	3
2011	400	0	373	24	0	3
2012 (Po)	x	x	x	x	x	x
Região Autónoma da Madeira						
2007	412	0	391	7	0	14
2008	427	0	404	9	0	14
2009	411	0	382	16	0	13
2010	385	0	346	18	0	19
2011	373	0	337	18	0	18
2012 (Po)	x	x	x	x	x	x

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético Nacional, 2007-2012; Balanço energético RAA e RAM 2007-2011

Quadro 1.9 - Consumo de energia final por setor de atividade

Unidade: ktep

NUTS I	Setor de atividade						
	Total	Agricultura e pescas	Indústria	Transportes	Construção e obras públicas	Doméstico	Serviços
Portugal							
2007	18 937	474	5 617	6 791	632	3 213	2 210
2008	18 365	452	5 488	6 491	632	3 191	2 112
2009	17 841	424	4 858	6 539	657	3 203	2 160
2010	17 721	455	5 281	6 488	555	2 954	1 988
2011	16 508	444	4 680	6 047	544	2 808	1 986
2012 (Po)	15 588	433	4 618	5 526	428	2 657	1 925
Continente							
2007	18 332	444	5 573	6 508	609	3 131	2 068
2008	17 743	416	5 450	6 170	597	3 107	2 003
2009	17 218	387	4 816	6 235	610	3 118	2 052
2010	17 126	421	5 241	6 189	523	2 859	1 894
2011	15 919	407	4 642	5 755	509	2 719	1 888
2012 (Po)	x	x	x	x	x	x	x
Região Autónoma dos Açores							
2007	318	21	34	129	18	40	77
2008	322	26	31	150	23	42	50
2009	329	29	32	144	29	43	52
2010	320	32	30	146	23	52	36
2011	314	28	30	145	25	46	39
2012 (Po)	x	x	x	x	x	x	x
Região Autónoma da Madeira							
2007	287	10	10	153	6	42	66
2008	300	9	7	171	12	43	58
2009	295	8	10	161	17	43	57
2010	276	2	10	152	9	43	59
2011	275	9	9	147	10	42	58
2012 (Po)	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético Nacional, 2007-2012; Balanço energético RAA e RAM 2007-2011



Quadro 1.10 - Consumo final de eletricidade

NUTS I	Unidade: ktep					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (Po)
Portugal	4 216	4 159	4 126	4 289	4 160	3 976
Continente	4 080	4 017	3 984	4 146	4 020	x
Região Autónoma dos Açores	63	65	65	67	67	x
Região Autónoma da Madeira	74	77	77	75	74	x

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético Nacional, 2007-2012; Balanço energético RAA e RAM 2007-2011

Quadro 1.11 - Intensidade energética da economia e importação de energia primária

Ano	Intensidade energética da economia em energia primária (tep/10 ⁶ euros)	Importação de energia primária (tep)					
		Total	Carvão	Petróleo	Elettricidade	Gás natural	Renováveis
2006	149,5	26 274 405	3 497 905	18 360 581	741 664	3 674 256	0
2007	140,5	24 539 493	2 909 866	17 027 341	829 126	3 773 160	0
2008	136,1	24 022 754	2 327 219	16 608 384	923 984	4 163 167	0
2009	140,5	23 059 640	3 095 934	15 015 644	653 428	4 282 310	12 324
2010	131,3	21 908 084	1 700 470	15 168 389	500 004	4 523 693	15 528
2011	126,8	22 235 668	2 242 680	14 775 259	579 838	4 552 810	85 081
2012 (Po)	129,8	22 596 508	3 098 409	14 588 441	925 876	3 938 768	45 014

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético 2007-2012

Quadro 1.12 - Eficiência energética da economia em energia final

Ano	Eficiência energética da economia (10 ⁶ euros/tep)
2006	0,00865
2007	0,00923
2008	0,00967
2009	0,00975
2010	0,01002
2011	0,01067
2012 (Po)	0,01091

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético 2007-2012 / Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Quadro 1.13 - Produção de eletricidade a partir de fontes renováveis

NUTS	Unidade: tep					
	Total	Hídrica	Eólica	Fotovoltaica	Geotérmica	Biomassa
Portugal						
2007	1 449 186	898 614	347 182	2 064	17 286	184 040
2008	1 325 862	627 456	495 102	3 268	16 512	183 524
2009	1 661 004	774 774	651 622	13 760	15 824	205 024
2010	2 497 612	1 423 042	789 652	18 404	16 942	249 572
2011	2 148 731	1 041 822	787 899	24 080	18 096	276 834
2012 (Po)	1 776 255	572 781	882 341	33 767	12 596	274 770

Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia - Balanço energético 2007-2012

Quadro 1.14 - Parque de veículos rodoviários motorizados presumivelmente em circulação ^(a), segundo o tipo de veículo

Unidade: N.º											
Data	Tipo de veículo	Total	Ligeiros				Pesados				
			Total	Passageiros	Mercadorias	Outros	Total	Passageiros	Mercadorias		Outros
									Camións	Tratores	
31-12-2010		6 182 106	6 049 889	4 692 000	1 337 373	20 516	132 217	15 425	65 236	41 657	9 899
31-12-2011		6 181 188	6 054 508	4 712 354	1 321 711	20 443	126 680	15 181	61 482	40 358	9 659
31.12.2012		5 556 041	5 450 699	4 258 746	1 172 906	19 047	105 342	12 358	50 971	34 009	8 004

Nota: (a) Parque com exclusão de ciclomotores, motociclos e tratores agrícolas; veículos presumivelmente em circulação: compareceram a pelo menos uma das duas últimas inspeções obrigatórias

Fonte: IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres



Quadro 1.15 - Parque de veículos rodoviários motorizados de passageiros presumivelmente em circulação ^(a), por escalões de idade segundo o tipo de veículo

Idade dos veículos		Tipo de veículo		Transporte de passageiros			
				Ligeiros		Pesados	
				Nº	Idade média	Nº	Idade média
2011							
Total				4 712 354	10,6	15 181	11,3
<2 anos				379 218	0,6	901	0,6
2 - <5 anos				615 438	3,1	2 001	3,1
5 - <10 anos				1 105 379	7,1	3 463	7,1
10 anos ou mais				2 612 319	15,3	8 816	15,9
2012							
Total				4 258 746	10,6	12 358	11,3
[0 - 2 anos[				243 511	0,6	615	0,6
[2 - 5 anos[				629 792	3,0	1 405	3,1
[5 - 10 anos[				971 471	7,0	2 842	7,0
[>10 anos]				2 413 972	15,5	7 496	16,3

Nota : (a) Parque com exclusão de ciclomotores e motociclos; veículos presumivelmente em circulação: compareceram a pelo menos uma das duas últimas inspeções obrigatórias

Fonte: IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres

Quadro 1.16 - Parque de veículos rodoviários motorizados presumivelmente em circulação ^(a) por tipo de veículo, segundo o combustível principal

Unidade: N.º

Tipo de veículo Combustível		Total	Ligeiros				Pesados				
			Total	Passageiros	Mercadorias	Outros	Total	Passageiros	Mercadorias		Outros
									Camiões	Tratores	
Total		5 556 041	5 450 699	4 258 746	1 172 906	19 047	105 342	12 358	50 971	34 009	8 004
Gasóleo		3 334 430	3 229 565	2 050 615	1 160 144	18 806	104 865	12 030	50 941	33 980	7 914
Gasolina		2 172 762	2 172 739	2 160 440	12 094	205	23	5	5	0	13
GPL		37 899	37 860	37 190	635	35	39	2	4	28	5
Outros		10 950	10 535	10 501	33	1	415	321	21	1	72

Nota: (a) Parque com exclusão de ciclomotores, motociclos e tratores agrícolas; veículos presumivelmente em circulação: compareceram a pelo menos uma das duas últimas inspeções obrigatórias

Fonte: IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres

Quadro 1.17 - Consumo de combustíveis no transporte rodoviário

Unidade: tep

	2010	2011 (Rc)	2012 (Po)
Consumo de combustíveis no transporte rodoviário - Total	6 193 453	5 758 324	5 228 150
GPL	31 801	32 996	35 019
Gasolinas	1 450 134	1 306 535	1 187 120
Petróleos	6	0	0
Gasóleo	4 654 280	4 365 469	3 959 480
no qual, biodiesel incorporado	321 473	303 203	275 300
Lubrificantes	40 686	36 682	30 606
Gás Natural	12 581	12 618	11 716
Biodiesel	3 965	4 024	4 209

Fonte: DGEG - Direção Geral de Energia e Geologia

Quadro 1.18 - Pedido de invenções nacionais com origem em Portugal por NUTSII

Unidade: N.º

NUTS II	2008	2009	2010	2011	2012
Total	464	665	591	660	693
Norte	154	224	204	188	212
Centro	96	174	154	177	195
Lisboa	188	215	157	228	225
Alentejo	16	20	23	27	20
Algarve	7	24	35	31	30
Região Autónoma dos Açores	1	2	3	3	3
Região Autónoma da Madeira	2	6	15	6	8

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial



Quadro 1.19 - Pedido de invenções nacionais por país de origem

Unidade: N.º

País de Residência	Ano Pedido				
	2008	2009	2010	2011	2012
Total	561	779	711	772	803
AR	0	0	0	0	0
AT	x	1	0	0	0
AU	1	0	0	1	3
BE	3	2	5	1	5
BG	0	0	0	0	0
BM	0	0	0	0	0
BR	5	5	2	4	3
CA	1	1	1	0	0
CH	5	7	7	6	3
CL	0	0	1	0	0
CN	0	3	x	0	2
CO	0	0	0	1	0
CV	1	0	0	0	0
DE	5	7	10	7	9
DK	4	1	0	0	2
ES	33	36	36	38	27
FI	1	0	1	2	0
FR	6	9	8	6	2
GB	4	0	2	1	8
GR	0	0	0	0	0
HU	0	0	0	3	0
IE	0	0	0	0	0
IL	0	1	0	1	0
IN	0	0	0	2	1
IT	2	2	8	6	4
JP	5	7	7	9	6
KR	0	2	1	0	1
LI	0	0	0	0	0
LU	0	0	1	0	2
MC	0	0	0	0	1
MO	0	0	0	0	0
MX	0	0	0	1	0
MY	0	0	1	0	0
NL	1	1	3	0	0
NO	1	3	1	0	0
NZ	0	0	0	0	0
PT	464	665	591	660	693
RU	0	0	0	0	1
SE	1	1	2	5	3
SG	0	0	0	0	0
SK	0	0	0	0	0
SU	0	0	0	0	0
TD	0	0	0	1	0
TH	0	0	0	0	0
TR	0	2	2	0	0
TW	1	4	2	2	1
UA	0	0	1	0	0
US	17	19	18	15	25
VG	0	0	0	0	1
ZA	0	0	0	0	0

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial



Quadro 1.20 - Pedido de invenções nacionais com origem em Portugal, por tipo de requerente e por NUTSII

Unidade: N.º

NUTS II	Tipo Requerente	Ano Pedido				
		2008	2009	2010	2011	2012
Total		464	665	591	660	693
	Total	154	224	204	188	212
	Empresas	59	88	78	81	74
Norte	Universidades	34	33	27	39	46
	Instituições de Investigação	1	3	3	1	1
	Inventores Independentes	60	100	96	67	91
	Total	96	174	154	177	195
	Empresas	31	45	37	65	69
Centro	Universidades	24	60	61	53	50
	Instituições de Investigação	1	0	1	0	1
	Inventores Independentes	40	69	55	59	75
	Total	188	215	157	228	225
	Empresas	22	45	43	52	60
Lisboa	Universidades	75	58	17	42	27
	Instituições de Investigação	2	12	7	10	14
	Inventores Independentes	89	100	90	124	124
	Total	16	20	23	27	20
	Empresas	6	7	6	14	7
Alentejo	Universidades	1	5	3	1	1
	Instituições de Investigação	0	0	0	0	0
	Inventores Independentes	9	8	14	12	12
	Total	7	24	35	31	30
	Empresas	1	2	2	4	5
Algarve	Universidades	5	14	14	5	7
	Instituições de Investigação	0	0	0	0	0
	Inventores Independentes	1	8	19	22	18
	Total	1	2	3	3	3
Região Autónoma dos Açores	Empresas	0	0	1	3	0
	Universidades	0	0	0	0	1
	Instituições de Investigação	0	0	0	0	0
	Inventores Independentes	1	2	2	0	2
	Total	2	6	15	6	8
Região Autónoma da Madeira	Empresas	0	0	0	1	2
	Universidades	0	0	0	0	0
	Instituições de Investigação	0	0	0	0	0
	Inventores Independentes	2	6	15	5	6

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial



Quadro 1.21 - Pedido de invenções com origem em Portugal por área temática de ambiente

Unidade: N.º

Ano / NUTS II	Área Temática de Ambiente							
	Energia	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	Saneamento de águas residuais	Solos	Alterações climáticas e qualidade do ar	Transportes	Agricultura	Abastecimento de Água
2008								
Total	23,5	5,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Norte	4,5	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Centro	7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lisboa	10,0	1,5	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alentejo	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Algarve	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Região Autónoma dos Açores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Região Autónoma da Madeira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2009								
Total	13,5	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0
Norte	3,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Centro	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lisboa	6,5	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0
Alentejo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Algarve	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Região Autónoma dos Açores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Região Autónoma da Madeira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2010								
Total	30,5	6,5	1,5	0,0	0,5	3,5	1,5	0,0
Norte	10,5	3,5	0,0	0,0	0,0	2,5	0,5	0,0
Centro	8,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lisboa	10,0	1,5	0,5	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Alentejo	1,0	0,5	0,5	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Algarve		1,0	0,5	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0
Região Autónoma dos Açores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Região Autónoma da Madeira	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2011								
Total	20,0	3,5	1,0	0,0	0,0	1,0	1,5	0,0
Norte	6,0	0,5	0,0	0,0	0,0	1,0	0,5	0,0
Centro	6,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lisboa	5,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Alentejo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Algarve	2,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Região Autónoma dos Açores	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Região Autónoma da Madeira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2012								
Total	17,0	1,5	1,5	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0
Norte	1,0	0,5	0,5	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Centro	7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lisboa	9,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Alentejo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Algarve	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Região Autónoma dos Açores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Região Autónoma da Madeira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial



Quadro 1.22 - Pedidos de invenções com origem em Portugal por área temática de ambiente e tipo de requerente

2012

Unidade: N.º

NUTS II	Tipo Requerente	Área Temática de Ambiente							
		Energia	Resíduos (resíduos urbanos e setoriais)	Saneamento de águas residuais	Solos	Alterações climáticas e qualidade do ar	Transportes	Agricultura	Abastecimento de Água
Total		17,0	1,5	1,5	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0
	Total	1,0	0,5	0,5	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
	Empresa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Norte	Universidade	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Instituições de Investigação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Inventor Independente	1,0	0,5	0,5	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
	Total	7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Empresa	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Centro	Universidade	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Instituições de Investigação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Inventor Independente	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Total	9,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
	Empresa	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Lisboa	Universidade	2,0	0,5	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Instituições de Investigação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Inventor Independente	6,0	0,5	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Total	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Empresa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alentejo	Universidade	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Instituições de Investigação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Inventor Independente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Total	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Empresa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Algarve	Universidade	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Instituições de Investigação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Inventor Independente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Total	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Região Autónoma dos Açores	Empresa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Universidade	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Instituições de Investigação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Inventor Independente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Total	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Região Autónoma da Madeira	Empresa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Universidade	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Instituições de Investigação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Inventor Independente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Quadro 1.23 - Número de municípios por modelo de gestão e natureza jurídica das EG que operam serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais - Continente

2012

Unidade: N.º

Modelo de gestão e natureza jurídica das EG	Abastecimento de água	Saneamento de águas residuais
Total	278	278
Gestão direta Município	181	195
Gestão direta Município + Outro Empresa Concessionária (Concessão Multimunicipal)	1	-
Gestão direta Município + Outro Empresa Municipal	2	2
Gestão direta Serviços Municipalizados	24	21
Outro Empresa Concessionária	31	21
Outro Empresa Estatal	1	-
Outro Empresa Intermunicipal	9	9
Outro Empresa Municipal	18	19
Outro Município	1	1
Outro Sociedade Anónima (SEE)	10	10

Fonte: Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e de Resíduos.





Ar e clima

2 - AR E CLIMA

- A Convenção-Quadro das Nações Unidas relativa às Alterações Climáticas (CQNUAC) e as negociações em curso sobre o regime climático pós-2012, têm como objetivo de longo prazo a estabilização das concentrações de gases com efeito de estufa (GEE) na atmosfera.
- No âmbito do Protocolo de Quioto Portugal está obrigado a limitar as suas emissões em 27% face ao valor das emissões verificadas em 1990. A quantidade atribuída para Portugal, é de 382 milhões de toneladas de equivalentes de CO₂ (Mt CO₂eq), representando um valor médio anual de 76,39 Mt CO₂eq.
- O cumprimento dos objetivos nacionais em matéria de alterações climáticas no âmbito do Protocolo de Quioto baseia-se nos seguintes instrumentos fundamentais: o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão para o período 2008-2012 (PNALE II) e o Fundo Português de Carbono.
- Para o período pós 2012, Portugal desenvolveu os seguintes instrumentos de política: Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC), Programa Nacional para as Alterações Climáticas para o período 2013-2020 (PNAC 2020) e Planos Sectoriais de Baixo Carbono.
- Neste capítulo são apresentados alguns indicadores climatológicos os quais permitem retratar a mudança climática em Portugal. Adicionalmente, são apresentados indicadores sobre o fundo português de carbono e sobre poluentes atmosféricos que têm impacto na qualidade do ar.



Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Potencial de efeito de estufa	Ao abrigo do Protocolo de Quioto e de acordo com as partilhas de responsabilidade, Portugal deverá limitar em 27% o aumento das emissões de gases de efeito de estufa, no período de 2008-2012, face ao valor de referência ajustado a partir o registo de 1990.	Pressão 	Desde 2009 que Portugal vem superando este objetivo. Em 2011 o objetivo foi superado em 12 p.p.
Índice de qualidade do ar		Estado 	Entre 2008 e 2012 Predomina a classe "bom" com tendência para ainda melhorar, já que em 2012, 74,5% dos dias foram classificados de bom, o que constitui o maior valor deste período.
Ozono troposférico	Decreto-Lei n.º 102/2010 de 23 de setembro estabelece, para além dos limiares de ozono, valor alvo e objectivo a longo prazo, para a proteção da saúde humana e para a proteção de vegetação. O valor alvo para a proteção da saúde humana corresponde a $120\mu\text{g}/\text{m}^3$ a não ultrapassar mais de 25 dias por ano civil e em média num período de três anos, enquanto que objetivo a longo prazo corresponde a não ultrapassar esta concentração em nenhum dia do ano.	Estado 	Em 2012 registaram-se 19 dias de excedências nas Zonas e 9 dias nas Aglomerações, valores muito abaixo do valor alvo para a proteção da saúde humana. Entre 2008 e 2012, o valor médio anual das concentrações médias octo-horárias de ozono troposférico ($152,4\mu\text{g}/\text{m}^3$ nas Zonas e $151,9\mu\text{g}/\text{m}^3$ nas Aglomerações) esteve acima do objetivo a longo prazo definido.
Partículas inaláveis (PM_{10})	De acordo com o Decreto-Lei 102/2010 de 23 de Setembro, não é permitido ultrapassar o limite de $40\mu\text{g}/\text{m}^3$ da concentração média diária de PM_{10} .	Estado 	Com $19\mu\text{g}/\text{m}^3$ em 2012, Portugal apresenta uma concentração muito abaixo do valor limite.
Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico		Estado 	Desde 2004 que o potencial de formação de ozono troposférico vem diminuindo. Em 2011 foi quantificado um total de emissões de 391,0 kt de COVNM equivalente, -26,4% do que em 1984 e - 31,2% que em 1990.
Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes		Estado 	Com uma redução sustentada desde 1998, as 8 035 kt de equivalente ácido emitidas em 2011 são apenas 58,4% das emissões registadas em 1990.
Despesas na Proteção da Qualidade do Ar e Clima		Resposta 	As despesas com a Qualidade do Ar e Clima são marginais (3,3% na Administração Central e 0,1% na Administração Regional) e ainda assim apresentam em 2012 uma redução de 35,5% correspondente a cerca de 7 milhões de euros.

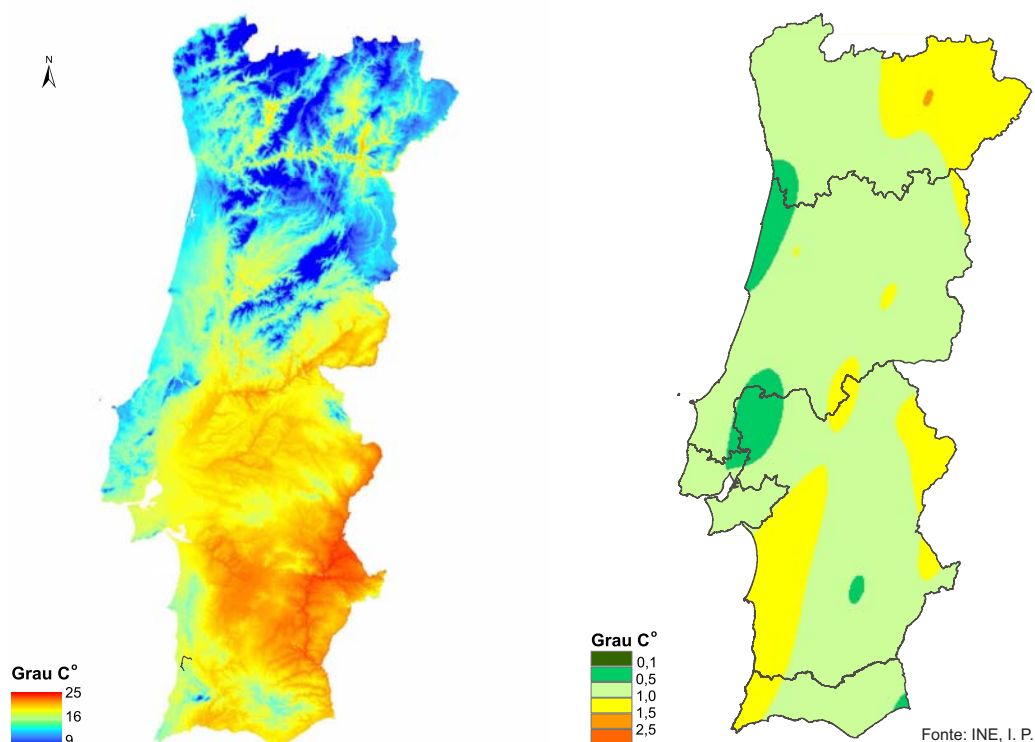


2.1 – CARATERIZAÇÃO CLIMÁTICA

Para a caracterização climática de 2012 foram analisadas as variáveis climatológicas temperatura do ar e precipitação e alguns fenómenos extremos meteorológicos ou climáticos (ondas de calor, ondas de frio, precipitação intensa/muito intensa e situações de seca). Os valores normais utilizados referem-se ao período 1971-2000. A distribuição espacial (temperatura do ar e precipitação) foi efetuada através de interpolação dos valores observados nas estações meteorológicas da rede do IPMA, sendo que para a caracterização dos fenómenos climáticos extremos, os resultados foram expressos por estação, tendo sido analisadas em 2012, 38 estações distribuídas por todo o território nacional.

2.1.1 – Temperatura

Figura 2.1 - Temperatura máxima 2012 e desvio à normal 1971-2000



Na Figura 2.1 apresenta-se a distribuição espacial da estimativa dos valores médios anuais da temperatura máxima do ar e das anomalias da temperatura máxima para Portugal continental.

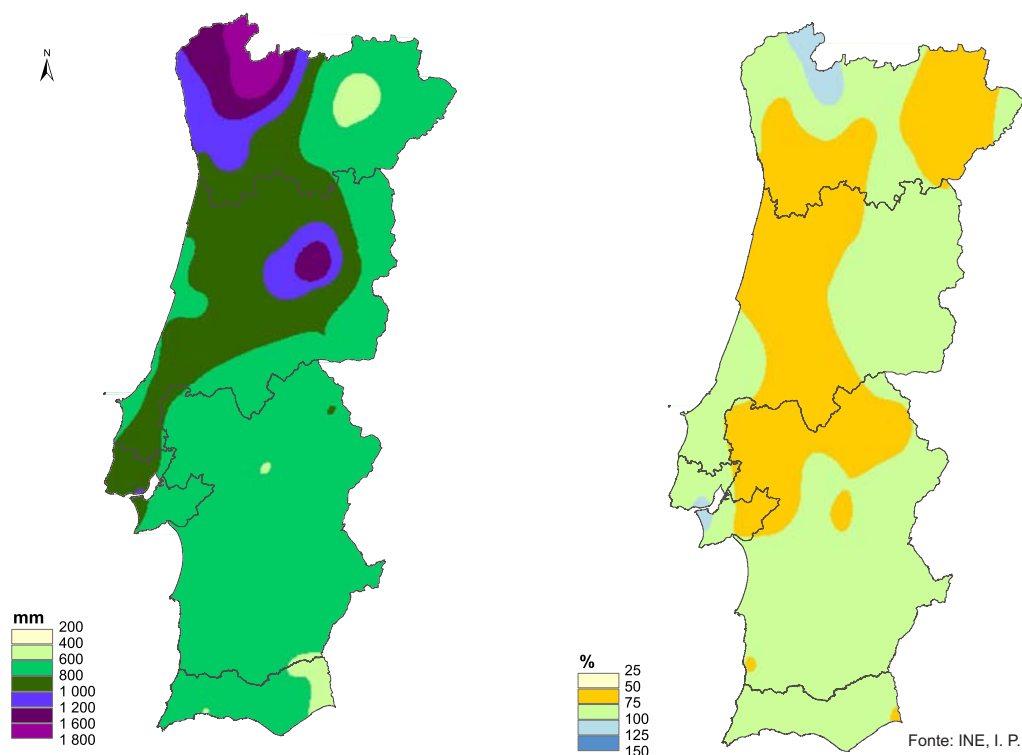
Em 2012 os valores médios da temperatura máxima variaram entre 8,7 °C no topo da Serra da Estrela e 25,3 °C nalguns concelhos do interior do Alentejo. Analisando a distribuição da temperatura máxima por NUTS II, verifica-se que nos locais de maior altitude das regiões do Centro e Norte, registaram-se valores mais baixos da média da temperatura máxima do ar, com três municípios da região Centro próximos dos 8,7 °C (Covilhã, Manteigas e Seia, correspondendo aos municípios situados nos locais de maior altitude da Serra da Estrela) e no Norte, o município de Arcos de Valdevez com 10,9 °C. Nestas duas regiões o maior valor registado foi 24,6 °C em Idanha-a-Nova e 23,6 °C em Carraceda de Ansiães. Na região do Alentejo, registou-se o valor mais elevado da média da temperatura máxima do ar (25,3 °C) e cerca de 11 municípios registaram valores acima dos 24,5 °C. Os valores variaram entre 17,2°C em Portalegre (Serra de São Mamede) e 25,3 °C em Reguengos de Monsaraz, Moura, Mourão e Portel.

Os desvios da temperatura máxima variaram entre -0,07 °C em Aveiro (região Centro) e +1,6 °C, em Bragança, (Região Norte). A maior parte do território apresentou um desvio em relação à normal entre 0,5 °C e 1,0 °C. De referir que 2 municípios apresentaram anomalias negativas da temperatura máxima nomeadamente Aveiro e Ílhavo.



2.1.2 – Precipitação

Figura 2.2 - Precipitação total 2012 e desvio à normal 1971-2000



Na Figura 2.2 apresenta-se a distribuição espacial dos valores da quantidade de precipitação para o ano de 2012 e a respetiva percentagem em relação à média.

Os valores de precipitação neste período variaram entre 284,7 mm em Mirandela e 1 560,7 mm em Montalegre. Os valores da quantidade de precipitação foram inferiores aos valores médios em quase todo o território, variando entre 56% e 100%, exceto em algumas regiões dos distritos de Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Lisboa e Setúbal que registaram valores de precipitação superiores à normal.

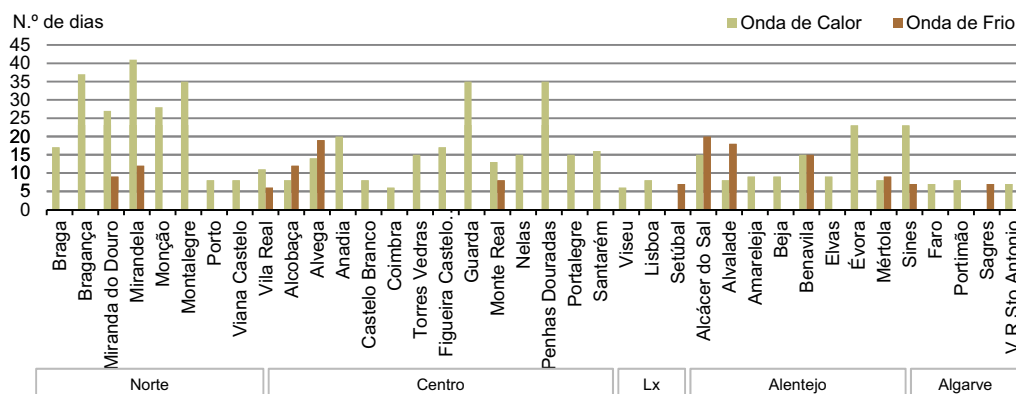
2.1.3 – Fenómenos meteorológicos extremos

Os fenómenos meteorológicos extremos e a variabilidade climática podem ser caracterizados através de índices climáticos, geralmente calculados a partir de observações diárias de temperatura e precipitação. Apresentam-se de seguida alguns índices climáticos, tais como: o número de noites tropicais (para o Continente, Açores e Madeira), o número de ondas de calor e de frio (Continente), e o índice de precipitação padronizada (SPI)



2.1.3.1- Ondas de calor e de frio

Figura 2.3 - Número de dias em ondas de calor e de frio por estação, no Continente 2012



Fonte: INE, I.P

As [ondas de calor](#)¹ e de [frio](#)² são extremos climáticos que podem ocorrer em qualquer altura do ano; são mais notórias e sentidas pelos seus impactos, quando ocorrem nos meses de verão/inverno.

As ondas de calor têm efeitos diretos ou indiretos sobre a saúde humana e contribuem também para a criação de condições propícias à propagação de incêndios florestais.

Na Figura 2.3 apresenta-se o número de dias em onda de calor e de frio, para 38 estações meteorológicas do Continente, em 2012. Nas Regiões Autónomas, a ocorrência de ondas de calor é reduzida ou mesmo inexistente, uma vez que nestas regiões a variabilidade da temperatura máxima e mínima do ar é baixa, pelo que foi analisado o indicador noites tropicais para as Regiões Autónomas (Figura 2.5).

Relativamente às ondas de calor, no ano em análise verifica-se que quase todas as estações registaram ondas de calor exceto as estações de Sagres e de Setúbal. As estações que registaram um maior número de dias em onda de calor foram as estações de Mirandela (41 dias) e de Bragança (37 dias).

As ondas de frio, em 2012 foram observadas em 13 das 38 estações em análise. De referir que as estações que registaram maior número de dias em onda de frio foram Alcácer do Sal (20 dias), Alvega (19 dias) e Alvalade (18 dias), localizadas nas regiões do Centro e Alentejo.

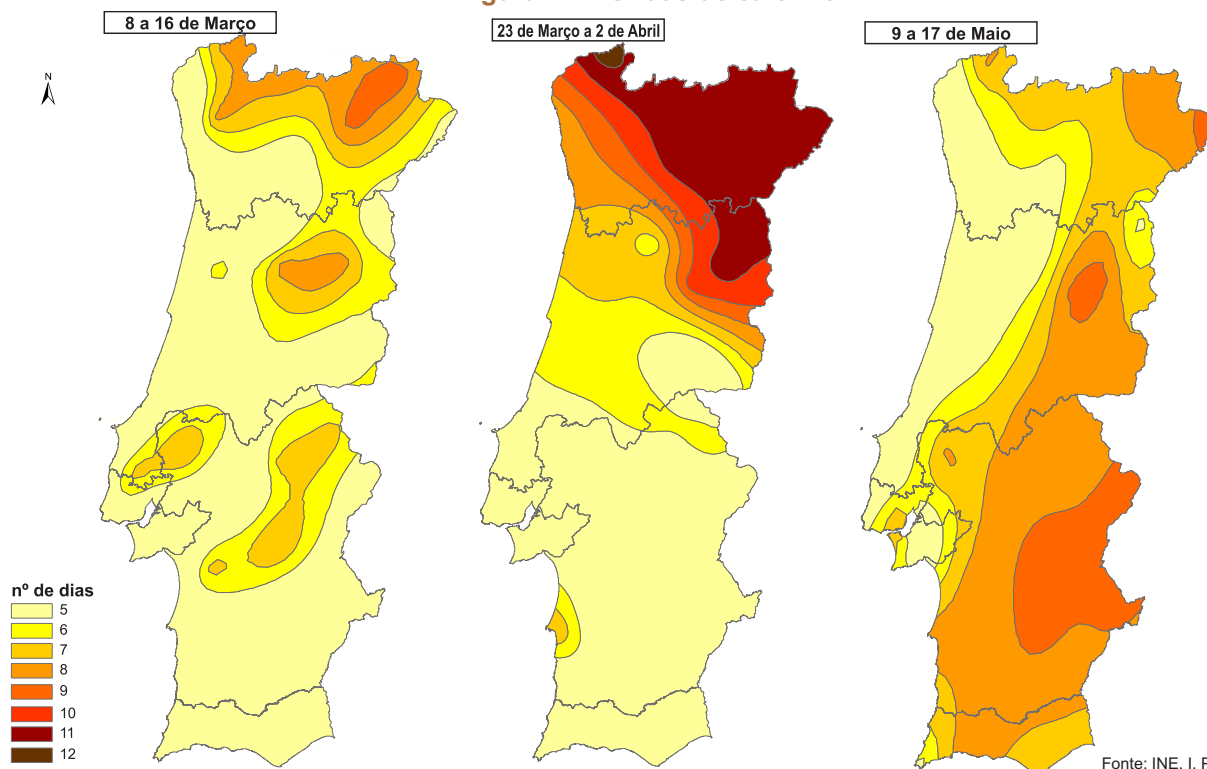
A Figura 2.4 apresenta a distribuição das 3 ondas de calor com maior duração no Continente, em 2012.

¹ Considera-se que ocorre uma onda de calor (do ponto de vista climatológico) quando num intervalo de, pelo menos, 6 dias consecutivos, a temperatura máxima do ar é superior em 5°C ao respetivo valor médio diário da temperatura máxima (no período de referência 1961-1990).

² Considera-se que ocorre uma onda de frio (do ponto de vista climatológico) quando num intervalo de pelo menos 6 dias consecutivos, a temperatura mínima do ar é inferior em 5°C ao respetivo valor médio diário da temperatura mínima (no período de referência 1961-1990).



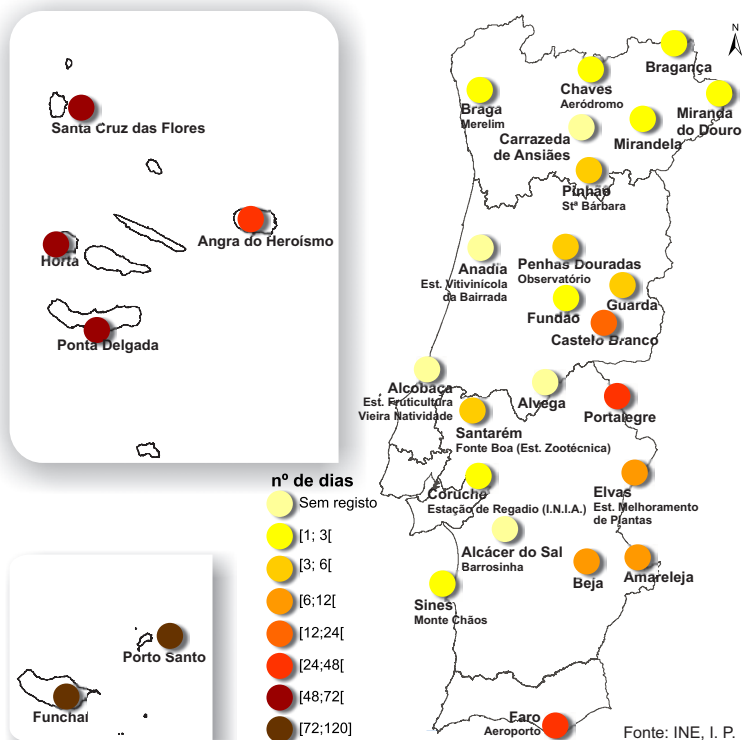
Figura 2.4 - Ondas de calor 2012



Durante o mês de março ocorreram duas ondas de calor, a primeira entre os dias 8 e 15 de março (essencialmente na Região Norte, no Interior Centro, no Vale do Tejo e Alto Alentejo (Figura 2.4a) e a segunda, entre 23 de março e 2 de abril (Figura 2.4b), ocorreu em toda a Região Norte e parte do Centro, assim como em Sines. De referir que na Região Norte, os municípios em que ocorreu uma onda de calor com maior duração (12 dias) foram Arcos de Valdevez, Melgaço e Monção.

No mês de maio registou-se uma onda de calor entre os dias 9 e 17, com maior persistência (9 dias) nas regiões do interior, abrangendo 32 municípios.

Figura 2.5 - Número de dias com noites tropicais 2012



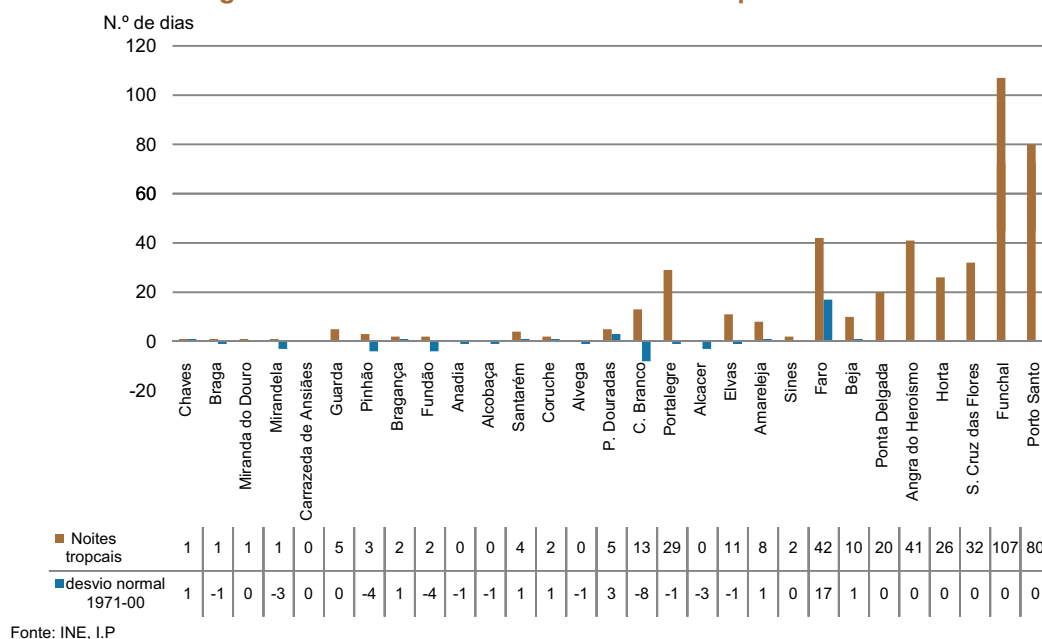
Em 2012, o número de dias com noites tropicais (Figura 2.5), número de dias em que a temperatura mínima é igual ou superior a 20°C, teve no Continente o seu expoente máximo nas estações de Faro (42 dias) e Portalegre (29 dias).

Nas Regiões Autónomas este fenómeno ocorre com maior frequência tendo-se registado o maior número de dias com noites tropicais (107 dias) no Funchal/Madeira. Nos Açores a estação que registou a maior ocorrência deste fenómeno foi Angra do Heroísmo (41 dias).

A comparação com a normal revela que as maiores variações ocorrem no Continente. Em 2012, a estação meteorológica de Faro foi a que registou uma maior variação, comparativamente à normal, mais 17 dias de noites tropicais. Já a estação de Castelo Branco foi a que registou o maior desvio negativo do número de noites tropicais, cerca de 8 dias. Relativamente às Regiões Autónomas os valores do número de noites tropicais não apresentaram desvios em relação à normal.



Figura 2.6 - Número de dias com noites tropicais 2012



2.1.3.2- Precipitação intensa

A eventual alteração dos padrões de precipitação pode traduzir-se num aumento da frequência do número de dias com precipitação intensa e muito intensa (≥ 10 mm e ≥ 30 mm).

Mudanças nos extremos de precipitação, como por exemplo a frequência de precipitação intensa e a possível ocorrência de cheias e inundações, podem trazer graves consequências económicas, sociais e ambientais.

A Figura 2.7 apresenta o número de dias com precipitação intensa (≥ 10 mm) e os respetivos desvios em relação à normal.

Figura 2.7 - Número de dias com precipitação ≥ 10 mm 2012 e normal 1971-2000

Em 2012 e no Continente, o número de dias com precipitação intensa (≥ 10 mm), variou entre os 12, em Beja e 34 dias nas Penhas Douradas. De referir que com exceção de Sines (desvio de +3 dias), os registos de precipitação intensa foram inferiores à normal.

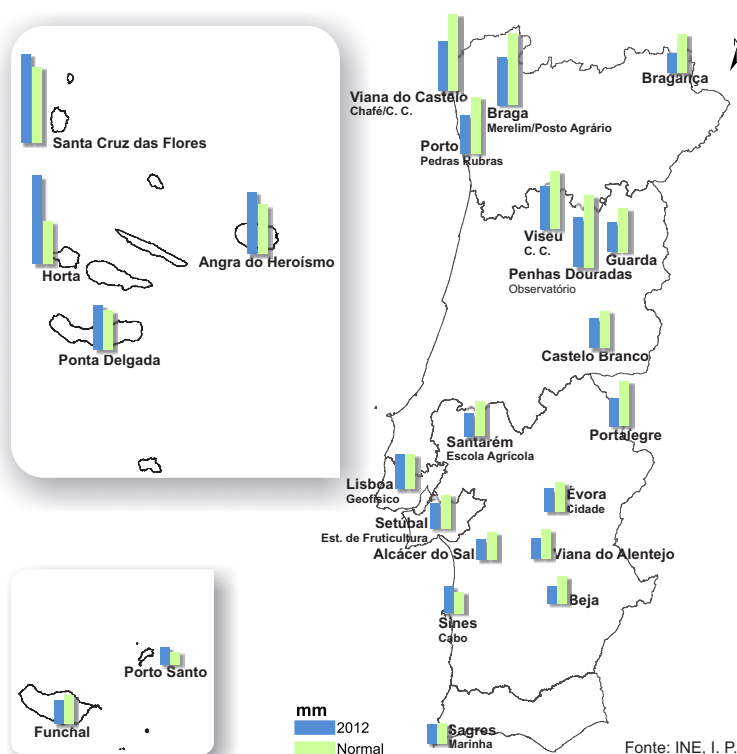
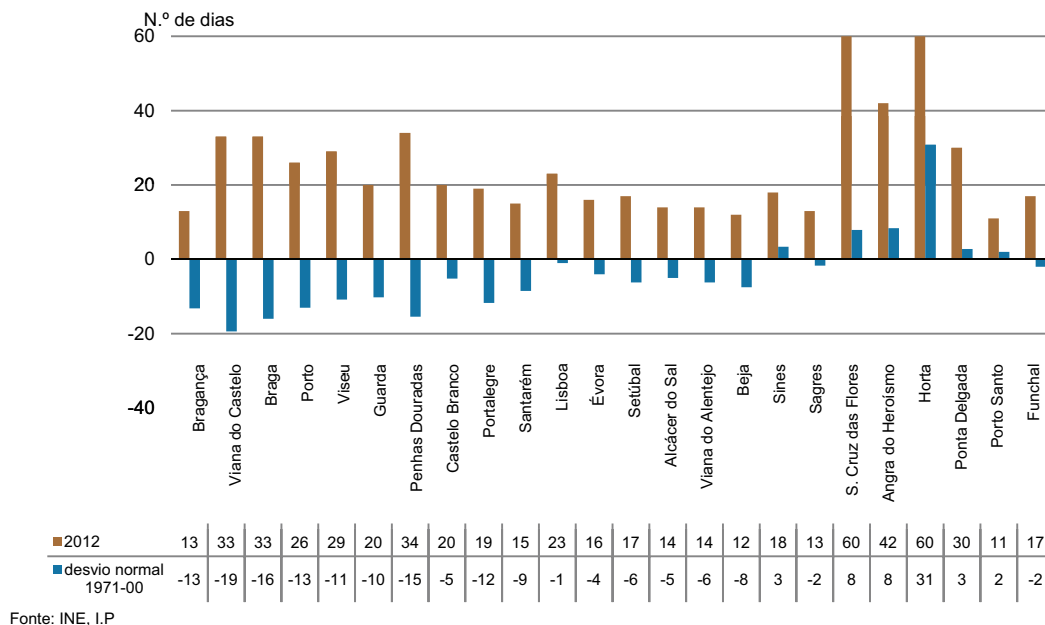


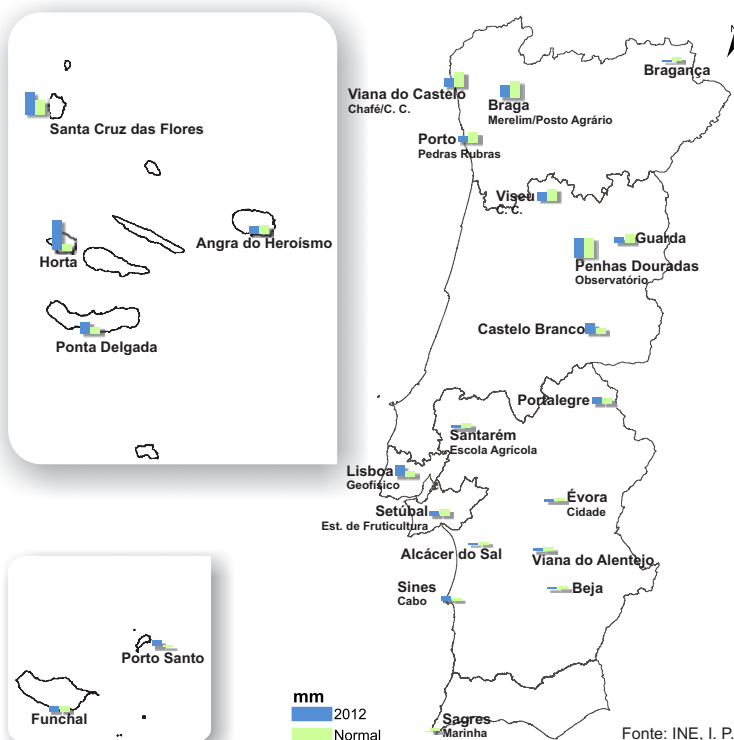
Figura 2.8 - Número de dias com precipitação ≥ 10 mm 2012 e desvio à normal 1971-2000



Na Região Autónoma dos Açores, todas as estações analisadas apresentaram desvios positivos, sendo que na Horta, o número de dias com precipitação intensa foi superior à normal em 31 dias. De referir ainda que este fenómeno extremo variou entre 30 (Ponta Delgada) e 60 dias (Horta e Santa Cruz das Flores).

No Funchal e Porto Santo/Madeira, o número de dias com precipitação intensa variou entre 11 (Porto Santo) e 17 dias (Funchal), e apresentou um desvio negativo de 2 dias.

Figura 2.9 - Número de dias com precipitação ≥ 30 mm 2012 e normal 1971-2000

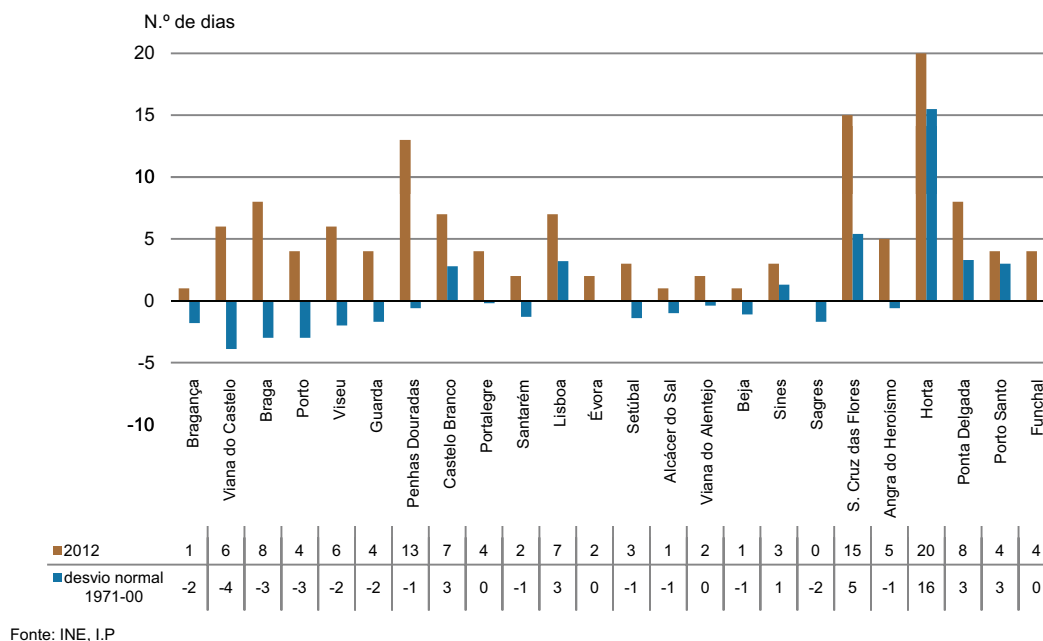


No Continente, os valores mais elevados de precipitação muito intensa (30 mm) foram observados nas estações de Penhas Douradas (13 dias), Braga (8 dias), Lisboa (7 dias) e Castelo Branco (7 dias). Relativamente às Regiões Autónomas o número de dias com precipitação intensa variou entre 4 e 20 dias, tendo-se registado o maior número de dias na Horta/Açores.

Observando os desvios à normal, verifica-se que das 17 estações do Continente apenas 3 apresentaram um desvio positivo do número de dias com precipitação muito intensa, nomeadamente as estações de Lisboa (+3 dias), Castelo Branco (+3 dias) e Sines (+1 dia).

Nas Regiões Autónomas, por outro lado, quase todas as estações apresentaram desvios positivos, particularmente acentuados na Horta (+16 dias).

Figura 2.10 - Número de dias com precipitação ≥ 30 mm 2012 e desvio à normal 1971-2000



2.1.3.3 – Índice de Precipitação Padronizada

Uma área em seca pode ser entendida como uma superfície exposta a um período suficientemente longo com ausência ou deficiência de precipitação e que causa um desequilíbrio hidrológico acentuado. Consoante as suas consequências, distinguem-se entre secas meteorológicas, agrícolas, hidrológicas e socioeconómicas.

A seca hidrológica corresponde a períodos de redução do nível de água nos reservatórios superficiais e subterrâneos.

De entre os índices existentes para avaliar a intensidade das secas, um dos mais utilizados é o índice de precipitação padronizada (em inglês, *Standardized Precipitation Index*), desenvolvido por *Mckee et al.* (1993).

As escalas de tempo mais frequentes para cálculo do SPI são 3, 6, 9 e 12 meses, sendo entendimento geral que as escalas inferiores a 6 meses, permitem monitorizar a seca meteorológica e agrícola (défice de precipitação e de humidade no solo, respetivamente), e as escalas superiores, em particular 9 e 12 meses, permitem monitorizar a seca hidrológica que reflete a escassez de água nos escoamentos e nos reservatórios artificiais (albufeiras).

A classificação do índice SPI varia entre a seca extrema (inferior a -2) e chuva extrema (superior a +2), estando os valores negativos (inferiores a -0,5) associados a episódios de seca e os valores positivos (superiores a 0,5) associados a situações de chuva. A Figura 2.11 apresenta a classificação do índice SPI, para períodos secos e chuvosos.

Figura 2.11 - Classificação do índice SPI para períodos secos e períodos chuvosos

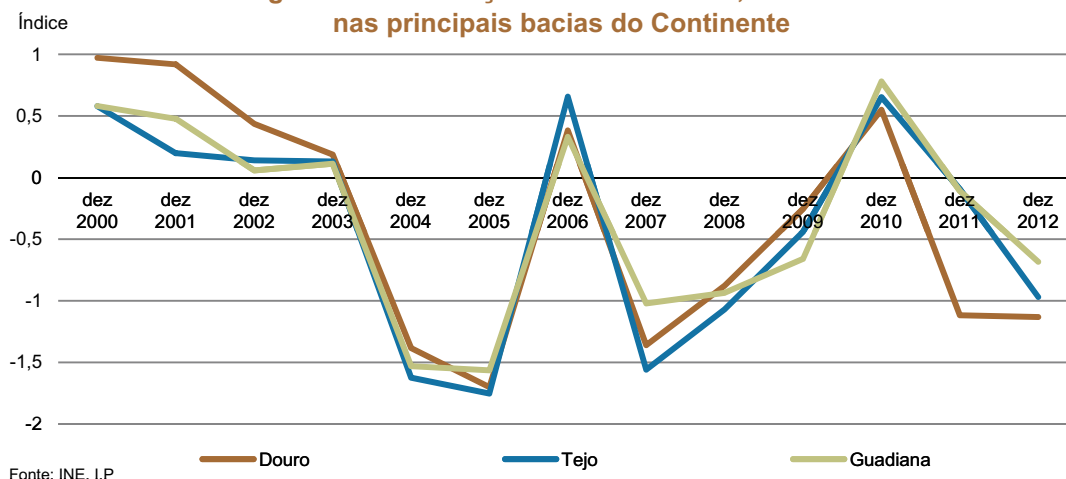
Valores do SPI	Categoria da Seca
>2,00	chuva extrema
1,50 a 1,99	chuva severa
1,00 a 1,49	chuva moderada
0,99 a 0,50	chuva fraca
0,49 a -0,49	normal
-0,50 a -0,99	seca fraca
-1,00 a -1,49	seca moderada
-1,50 a -1,99	seca severa
<- 2,00	seca extrema

Fonte: INE, I.P

Com base na Figura 2.12 pode ser analisada a evolução dos valores do SPI-12 meses, de 2000 a 2012, para as 3 principais bacias do Continente: Douro, Tejo e Guadiana.



Figura 2.12 - Evolução histórica do SPI, 2000-2012 nas principais bacias do Continente



Em 2012, de acordo com a classificação do SPI, as bacias do Tejo e do Guadiana estiveram expostas a um período de seca fraca, já a bacia do Douro apresentou situações de seca moderada.

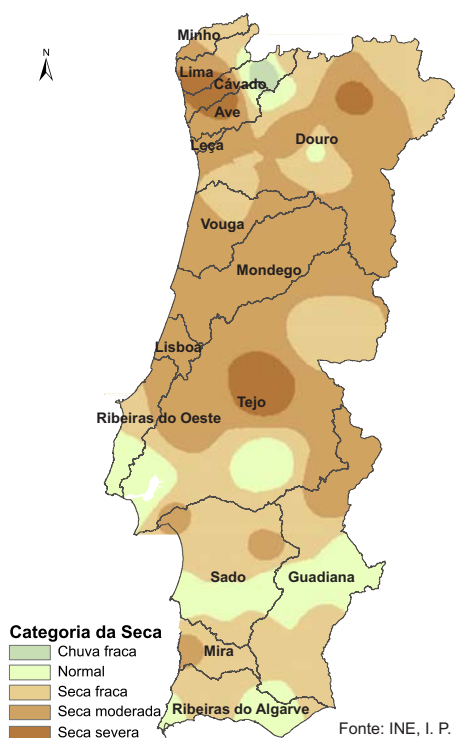
Salienta-se ainda que na série temporal em análise, houve uma situação de seca com maior severidade, no período 2004-2005, nas 3 principais bacias hidrográficas, chegando as bacias do Tejo e do Guadiana a atingir valores de SPI inferiores a -1,5, o que corresponde a uma situação de seca severa.

Figura 2.13 - Percentagem do território afetado por principais bacias 2012

Classes SPI	Principais bacias		
	Douro	Guadiana	Tejo
	%		
seca severa	3,4	0,0	8,8
seca moderada	56,0	20,0	47,6
seca fraca	36,9	46,4	31,2
normal	3,5	33,6	12,4
chuva fraca	0,1	0,0	0,0

Fonte: INE, I.P.

Figura 2.14 - SPI Continente 2012



No ano 2012 e no que diz respeito às áreas das principais bacias expostas a episódios de seca (classes de seca fraca a severa), constata-se:

- as bacias do Douro e do Tejo apresentaram a maior percentagem de área afetada por seca;
- na bacia do Douro a área afetada foi cerca de 96,4%, enquanto na bacia do Tejo foi 87,6%;
- a bacia do Tejo foi a que registou a maior percentagem de área afetada por seca severa, cerca de 8,8% da área da bacia.

A maior parte do território de Portugal continental apresentou valores de SPI-12 negativos (associados a episódios de seca). A percentagem de território afetado por seca fraca, moderada e severa corresponde a 35,8%, 44,2% e 4,7% respetivamente.



2.2 – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

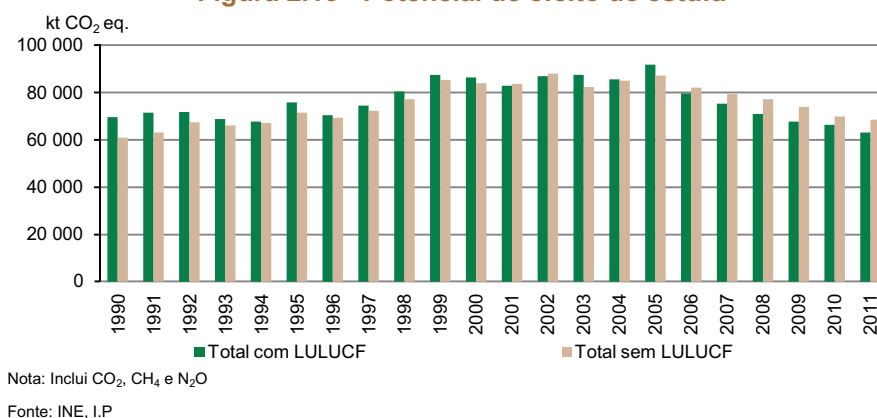
Os Gases de Efeito de Estufa (GEE), como o dióxido de carbono, o metano ou o óxido nitroso, retêm a radiação infravermelha emitida pela superfície da terra, impedindo que parte desta seja libertada para o espaço. Se este processo permite a vida na Terra, impedindo que esta se torne demasiado fria, o aumento da libertação de GEE, resultante das atividades humanas (principalmente atividades industriais e transportes), origina o aumento da temperatura da troposfera.

As negociações do Protocolo de Quioto, no seio da UE, foram favoráveis a Portugal, dado o país ter baixas emissões; assim, foi permitido aumentar a quota nacional de emissão de gases com efeito de estufa (GEE) em 27%, no período de 2008-2012, face a 1990 ano base, e em cerca de 40%, no caso do CO₂.

2.2.1 - Emissões de gases de efeito de estufa

A fotossíntese que ocorre nas plantas terrestres permite a retenção do CO₂ no material vegetal e na matéria orgânica do solo. Durante milhares e milhares de anos esta fixação foi suficiente para compensar o CO₂ que se ia libertando. No entanto, desde há algumas décadas, com a destruição das florestas naturais e a libertação de grandes quantidades de CO₂, que a concentração deste gás na atmosfera atingiu níveis elevados. Por esta razão a avaliação do potencial de efeito de estufa é normalmente efetuada com e sem o setor floresta e alteração de uso do solo (sigla inglesa: LULUCF, *Land Use, Land-Use Change and Forestry*), no sentido de aferir se está a funcionar como fonte de emissão ou como sumidouro.

Figura 2.15 - Potencial de efeito de estufa

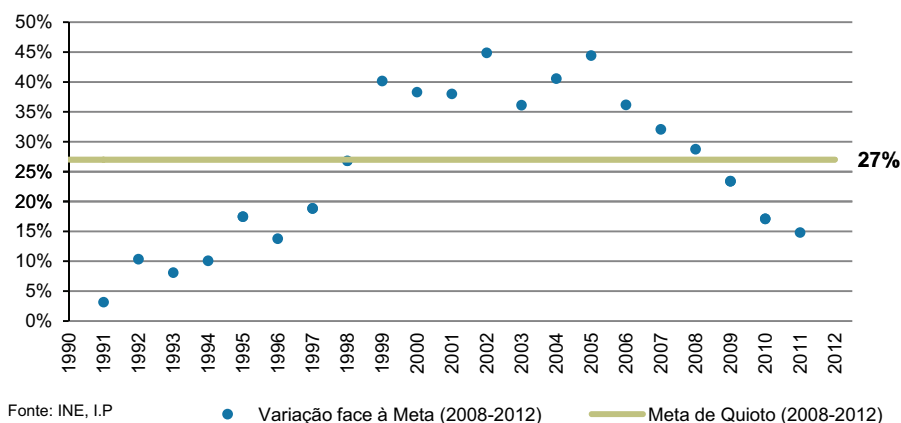


Entre 2005 e 2011, o potencial de efeito de estufa (somatório dos três principais gases de efeito de estufa: dióxido de carbono, o óxido nitroso e metano) com e sem LULUCF, tem vindo a decrescer a uma taxa média anual de 6,0% e 3,9%, respetivamente.

Em 2011, as emissões de gases de efeito estufa sem LULUCF foram cerca de 68 452 kt de CO₂eq. e com LULUCF foram de 63 132 kt de CO₂eq., o que resulta de um sequestro líquido de 5 320 kt de CO₂eq. por parte do setor LULUCF. Em 2010, o contributo deste setor foi estimado em - 3 485 kt de CO₂eq. representando um sequestro inferior de carbono nesse ano. A variação anual do LULUCF depende da variação das taxas de alteração de uso de solo, da procura de biomassa, da exploração florestal e em particular da incidência dos incêndios florestais.

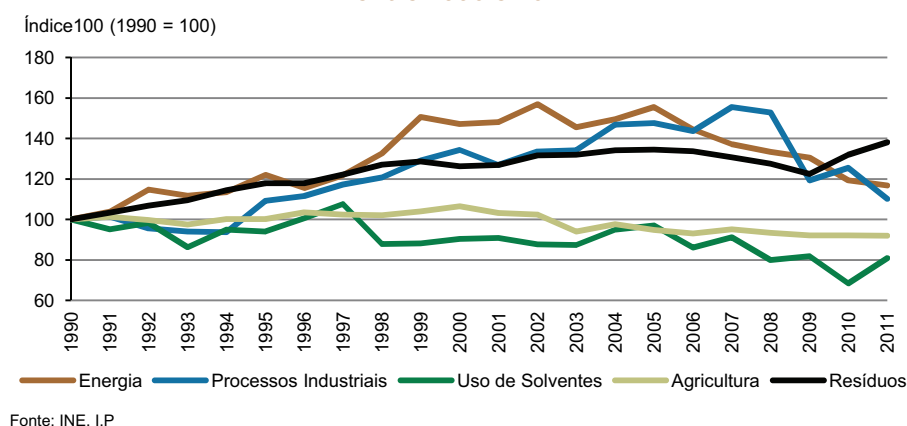
Apesar de nos últimos 22 anos o balanço líquido do contributo do LULUCF apontar para uma emissão líquida de CO₂ de 19 468 kt de CO₂eq., nos últimos anos, em 2001 e 2002 e posteriormente a partir de 2006, o setor LULUCF assume-se como um sumidouro.



Figura 2.16 - Taxa de variação face à Meta (2008-2012)

Ao abrigo do Protocolo de Quioto e do acordo da partilha de responsabilidades, Portugal deverá limitar em 27% o aumento das emissões de GEE, no período 2008-2012, face ao valor de referência ajustado a partir do registo de 1990.

Tendo em conta este limiar, verifica-se que entre 1999 e 2008 as emissões de GEE ultrapassaram a meta estipulada. Contudo, desde 2009 que Portugal tem aplicado medidas que permitiram baixar progressivamente o desvio à meta fixada, situando-se 15% abaixo desse valor em 2011.

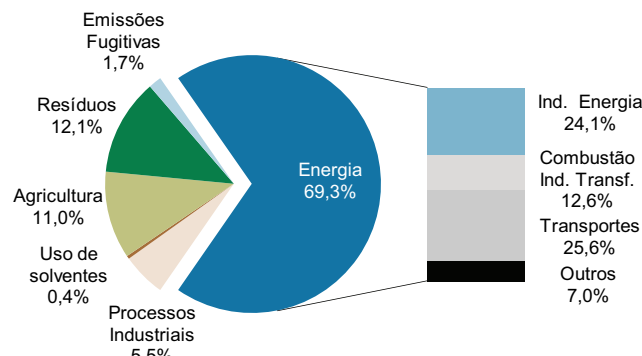
Figura 2.17 - Emissão de GEE (sem LULUCF) por setor de emissão, entre 1990 e 2011

Entre 1990 e 2005, os níveis de emissão de GEE aumentaram em quase todos os setores de atividade, exceto no setor da “agricultura” e de “uso de solventes” que apresentaram até 2005 uma taxa de variação de -5,1% e de -2,9%. Após 2005, a tendência é de decréscimo, sobretudo nos setores da energia e dos processos industriais com taxas médias de variação anual de -4,2% e -5,2%, respetivamente.



O setor da “energia” reforçou em 2011 a sua importância enquanto principal responsável pelas emissões de gases de efeito de estufa, representando cerca de 69,3% das emissões nacionais (em 2010 esta percentagem era 68,8%). Neste setor, os “transportes” e a “indústria da energia” constituem as principais fontes emissoras, representando respetivamente, 25,6% (27,7% em 2010) e 24,1% (21,3% em 2010) do total das emissões.

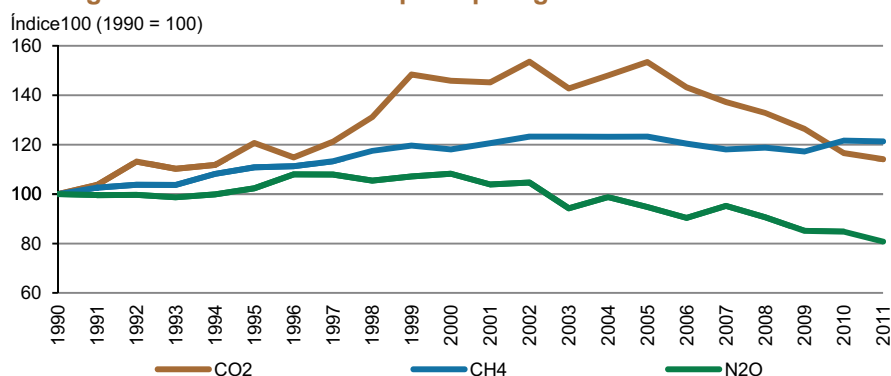
Figura 2.18 - Emissão de GEE (sem LULUCF) por sector de emissão, em 2011



Nota: Inclui CO₂, CH₄ e N₂O

Fonte: INE, I.P

Figura 2.19 - Emissão dos principais gases de efeito de estufa



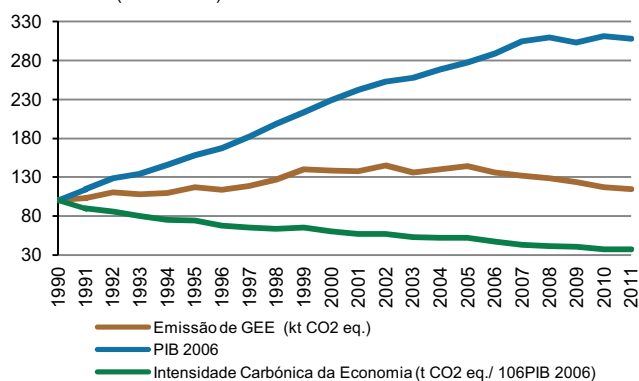
Fonte: INE, I.P

O CO₂ é o principal gás responsável pelo efeito de estufa, representando 73,6% do total de emissões em 2011 (73,7% em 2010). A partir de 2005 a emissão de CO₂ tem vindo a decrescer, tendo em 2011, e pela primeira vez nos 22 anos de observação apresentar, face a 1990, uma evolução inferior à verificada para as emissões de gás metano (CH₄).

As emissões de CH₄ que em 2011 representaram 17,8% do total (17,5% em 2010) estão acima das de 1990 e têm apresentado uma trajetória crescente desde então. O setor dos resíduos é o principal responsável pelas emissões de CH₄. A trajetória crescente verificada desde 1990 poderá ser explicada pelo aumento das emissões no setor dos resíduos. O crescimento do setor dos resíduos está relacionado com a evolução dos padrões de consumo e a urbanização crescente, podendo ainda ser explicado pelo método de contabilização das emissões que, no caso da deposição em aterro, considera uma degradação da matéria orgânica no tempo e não imediatamente após deposição em aterro.

Em relação a 1990, apenas as emissões de N₂O diminuíram, a uma taxa média anual de 1,0%. As emissões de NO₂ são em grande parte provenientes do setor agrícola. Este setor de atividade sofreu um decréscimo de emissões relativamente a 1990, de 5% até 2007. A estagnação das emissões nos últimos anos leva a que a taxa média anual no período analisado se situe nos 1,0%.

Figura 2.20 - Intensidade carbónica da economia
Índice 100 (1990 = 100)



Fonte: INE, I.P

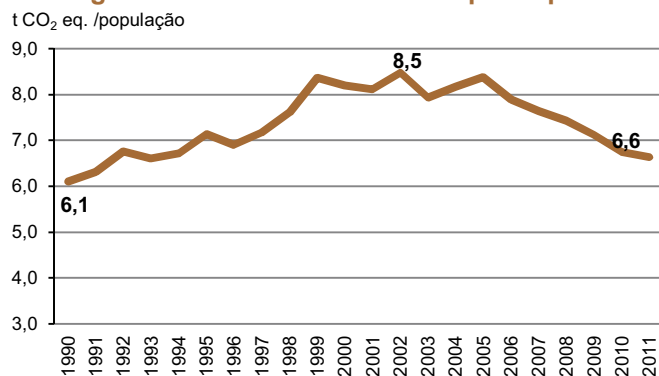


A análise das emissões de gases de efeito de estufa por unidade de PIB indicia um processo de descarbonização da economia, entre 1990 e 2011, com menos carbono emitido por unidade de riqueza produzida.

Em 1990, Portugal registava uma intensidade carbónica de 1 096 tCO₂eq./10⁶ PIB 2006 alcançando em 2011 as 409 tCO₂eq./10⁶ PIB 2006, o que corresponde a uma taxa de variação média anual de cerca de -4,6%.

A trajetória descendente verificada nos últimos anos pode explicar-se pela conjugação de vários fatores, em particular: a penetração de fontes energéticas menos poluentes e de tecnologias mais eficientes (como o gás natural, instalação de centrais de ciclo combinado e de unidades de cogeração); o crescimento da energia produzida a partir de fontes renováveis, e a implementação de medidas de eficiência energética, entre outras.

Figura 2.21 - Emissões de GEE per capita



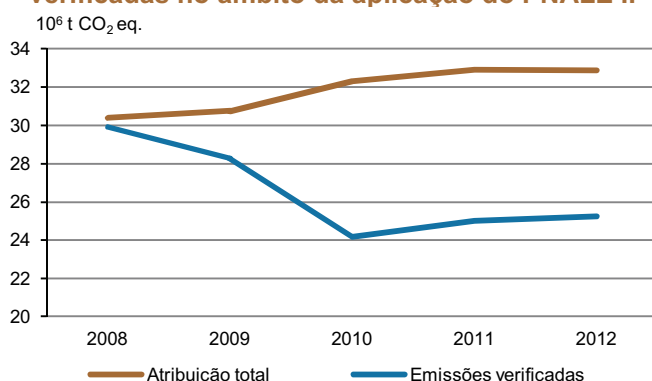
Fonte: INE, I.P.

No período de 2002 a 2011, as emissões de GEE per capita decresceram progressivamente, a uma taxa média anual de 2,7%, registando-se uma taxa de -1,8% em 2011, relativamente a 2010.

No que respeita às emissões *per capita*, o valor registado em 2011 (6,6 tCO₂eq./per capita) foi praticamente da mesma ordem de grandeza do verificado em 1990 (6,1 tCO₂eq./per capita).

2.2.2 – Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE)

Figura 2.22 - Licenças atribuídas e emissões verificadas no âmbito da aplicação do PNALE II



Fonte: INE, I.P.

O CELE consiste num mecanismo político-administrativo harmonizado a nível europeu para controlo e mitigação das emissões de gases de efeito de estufa gerados por diversos setores de atividade.

Nos dois períodos de aplicação do CELE, 2005-2007 (PNALE³ I, fase experimental) e 2008-2012 (PNALE II), os fundamentos genéricos de funcionamento do mercado consistiram na atribuição gratuita de licenças de emissão (LE), entregues pela APA, I. P. aos mais diversos agentes dos setores abrangidos.

No período 2008-2012 (PNALE II) foi prevista a atribuição de 30,5 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes por ano.

No período 2008-2012 a atribuição total de LE registou um crescimento médio de 1,9% ao ano. Verificou-se que desde 2009 a atribuição total de LE superou sempre o número previsto, somando no período um total de 6,8 milhões de toneladas de CO₂ e de LE atribuídas acima da quantidade total prevista.

Por seu lado, as emissões verificadas nos setores abrangidos registaram um decréscimo médio de 4,1% ao ano. Na Figura 2.22 é patente a divergência ocorrida entre as quantidades de LE atribuídas e as emissões verificadas. Em 2012 registou-se uma ligeira convergência, mas ainda assim, o valor das emissões verificadas correspondeu apenas a 76,0% da quantidade de LE atribuídas nesse mesmo ano.

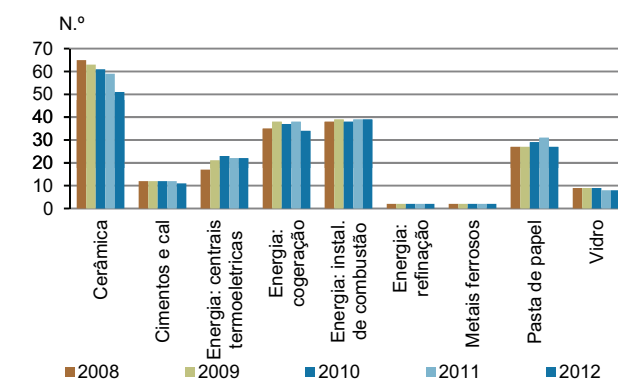
³ Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão.



O número de empresas que usufruíram da atribuição de LE manteve-se praticamente inalterado no período 2008-2012. Todavia, registou-se um decréscimo significativo no último ano do período, em que o número de empresas abrangidas diminuiu de 208 (2011) para 196 empresas (2012). Destaca-se o setor das Cerâmicas em que o número de empresas abrangidas decresceu de 56 para 51 empresas.

A Agência Portuguesa do Ambiente é a Autoridade Competente que no âmbito nacional e conforme a legislação detém as responsabilidades de coordenação geral do instrumento CELE.

Figura 2.23 - Número de empresas abrangidas por setor emissor no âmbito da aplicação do PNALE II



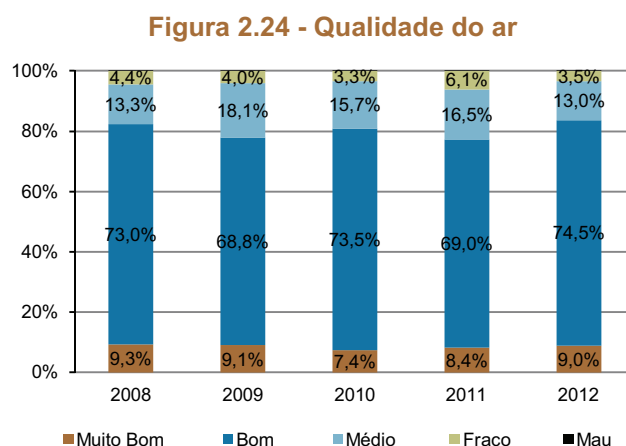
Fonte: INE, I.P.

2.3 - QUALIDADE DO AR

2.3.1 - Índice de qualidade do ar

O índice de qualidade do ar expressa de forma simples a qualidade do ar em Portugal, no qual são considerados poluentes como o dióxido de azoto (NO_2), o ozono (O_3) e as partículas inaláveis com diâmetro inferior a $10 \mu\text{m}$ (PM_{10}).

Este índice é, calculado em função da gama de concentrações dos poluentes, associadas a uma escala de cores, sendo os piores poluentes responsáveis pelo índice. Este índice apresenta-se dividido em cinco classes de qualidade que vão de “muito bom” a “mau” com respetiva cor associada.



Fonte: INE, I.P.

Entre 2008 e 2012 constata-se um predomínio da classe “bom”, sendo que o valor mais elevado registado foi em 2012, com 74,5% dos dias com qualidade do ar “bom”. Relativamente a 2012, salienta-se ainda o decréscimo acentuado das classes de “médio”, “fraco” e “mau”, face a 2011.

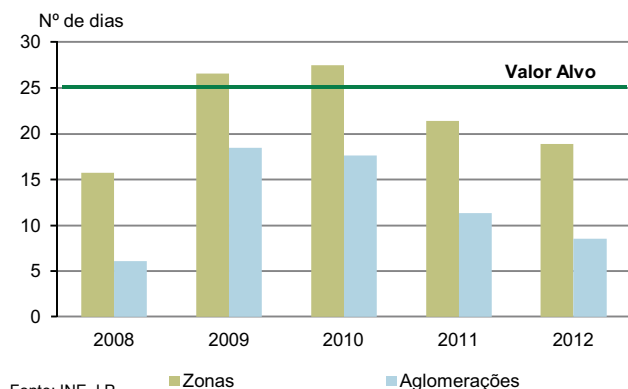
2.3.2 – Ozono troposférico

O Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro, fixa os objetivos para a qualidade do ar ambiente tendo em conta as normas, orientações e programas da Organização Mundial da Saúde, destinados a evitar, prevenir ou reduzir as emissões de poluentes atmosféricos. Define ainda, as unidades de avaliação e gestão da qualidade do ar, as zonas, que são áreas geográficas de características homogêneas em termos de ocupação do solo, densidade populacional e qualidade do ar, e também as aglomerações, coincidentes com as grandes áreas urbanas e suburbanas, cuja delimitação tem em conta o número de habitantes (superior a 250 000) e/ou a densidade populacional (superior a 500 hab/km²).

Para o ozono troposférico, este decreto fixa como limiar de alerta o valor de $240 \mu\text{g}/\text{m}^3$ e como limiar de informação ao público, o valor de $180 \mu\text{g}/\text{m}^3$ (concentrações médias horárias). Além dos referidos limiares, o Decreto-Lei n.º 102/2010 estabelece outros parâmetros para o ozono, como o valor alvo e o objetivo de longo prazo, ambos definidos para a proteção da saúde humana e para a proteção da vegetação. O valor alvo para proteção da saúde humana corresponde a $120 \mu\text{g}/\text{m}^3$, a não ultrapassar mais de 25 dias por ano civil e em média num período de três anos, enquanto o objetivo de longo prazo consiste em não ultrapassar essa concentração em qualquer dia do ano.

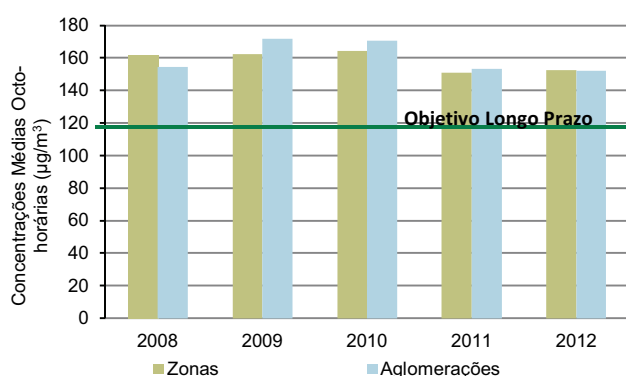


Figura 2.25 - Tendência do valor alvo para a proteção da saúde humana



Durante o período em análise verifica-se que a agregação das estatísticas relativas ao valor alvo para a proteção da saúde revela uma tendência decrescente, constatando-se, como expectável, valores mais elevados nas zonas relativamente às aglomerações, uma vez que, não sendo emitido diretamente para o ar, as concentrações de ozono são frequentemente mais baixas nos centros urbanos do que nas áreas suburbanas e/ou rurais adjacentes.

Figura 2.26 - Objetivo de longo prazo para a proteção da saúde humana

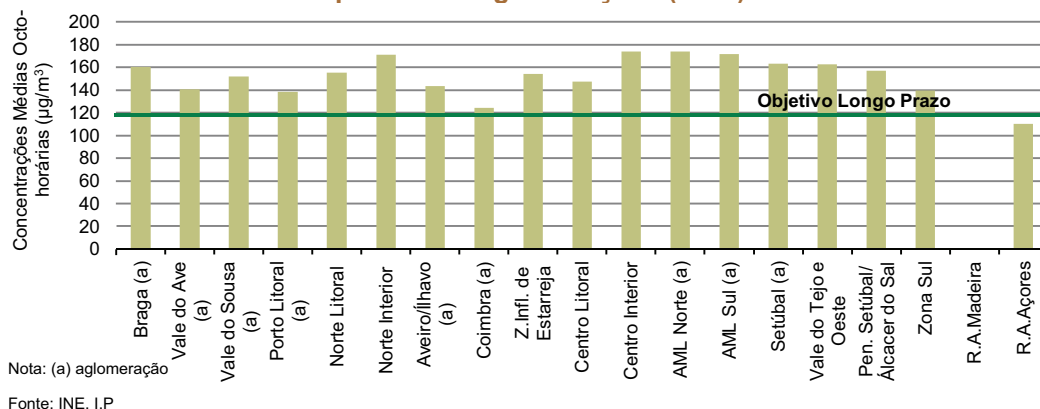


A Figura 2.26 pretende ilustrar uma análise de tendência, efetuada com base na média de todos os valores máximos anuais (das concentrações máximas diárias das médias octo-horárias de ozono), considerando as estações de monitorização com uma eficiência de medição superior a 85%, agregadas por zona e aglomeração.

Entre 2008 e 2009, as aglomerações registaram um crescimento da concentração média octo-horária de ozono, observando-se a partir de 2010 um ligeiro decréscimo dos níveis medidos, sendo que o valor obtido em 2012 foi 151,9 µg/m³.

No que se refere às zonas os níveis de ozono medidos cresceram até 2010, sendo que a partir desse ano a tendência inverteu-se, registando-se 152,4 µg/m³ em 2012.

Figura 2.27 - Objetivo de longo prazo para a proteção da saúde humana, por Zonas/Aglomerações (2012)



Confirmando a tendência dos últimos cinco anos, os valores das concentrações obtidas em 2012 continuaram acima do objetivo de longo prazo estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 102/2010.

Em 2012, os valores registados das concentrações médias octo-horárias por zona/aglomeração ultrapassaram quase sempre o objetivo de longo prazo estabelecido (120 µg/m³), exceto a zona da Região Autónoma dos Açores que registou 111 µg/m³.

2.3.3 – Partículas Inaláveis

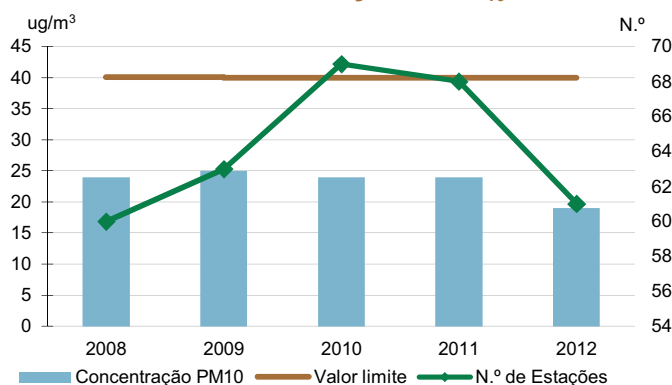
As partículas inaláveis, e com potencial para causar efeitos nocivos na saúde, podem provir de fontes naturais (erupções vulcânicas, incêndios florestais, pólen, transporte atmosférico de partículas provenientes de regiões áridas) e antropogénicas (indústrias, pedreiras, transportes).



Relativamente às partículas inaláveis com diâmetro inferior a 10 μm , constata-se um decréscimo de 20,8% da concentração média anual deste poluente, entre 2011 e 2012.

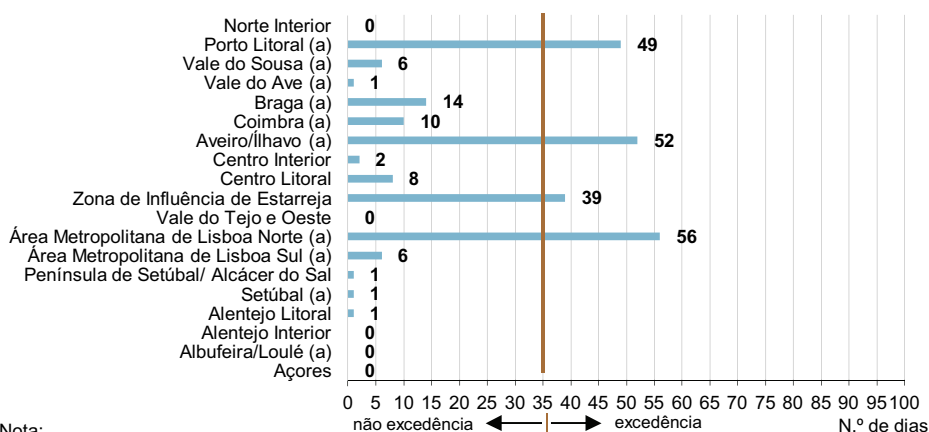
Para a proteção da saúde humana, de acordo com o Decreto-Lei nº 102/2010 de 23 de setembro, não é permitido ultrapassar o limite de 40 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ da concentração média anual de PM_{10} . Verifica-se que no período de 2008 a 2012, as concentrações médias anuais estiveram muito abaixo daquele limite, situando-se nos 19 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ em 2012.

Figura 2.28 - Concentração média anual e estações de monitorização de PM_{10}



Fonte: INE, I.P

Figura 2.29 - Excedências ao valor limite diário de PM_{10} nas zonas e aglomerações com estações que monitorizam as partículas, em 2012 (Estações de Fundo, Tráfego, Industrial)



Nota:

(a) aglomeração

VL Diário = 50 $\mu\text{g}/\text{m}^3$

Valor a não exceder mais do que 35 vezes no ano (—)

Fonte: INE, I.P

A Figura 2.29 apresenta as excedências ao valor limite diário de PM_{10} nas zonas e aglomerações com estações que monitorizam as partículas, em 2012 (Estações de Fundo, Tráfego, Industrial).

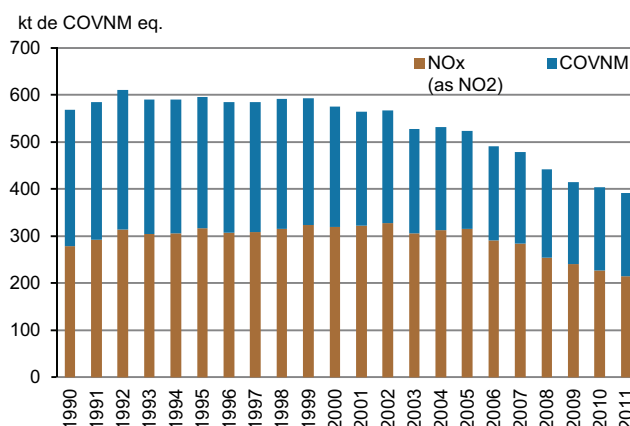
Constata-se que das 19 zonas/aglomerações monitorizadas, durante o ano de 2012, 4 ultrapassaram o valor médio diário de PM_{10} . Em 2012, a aglomeração da Área Metropolitana de Lisboa Norte foi a que apresentou o pior resultado, tendo excedido o valor médio diário em 56 dias.

2.3.4 - Substâncias precursoras de ozono troposférico

Em 2011, o valor do potencial de formação do ozono troposférico (TOPF) sofreu uma redução de 31,2%, em relação a 1990, devido sobretudo à diminuição de COVNM, cuja taxa de variação registada foi - 38,9%.

Salienta-se que, no período entre 2004 e 2011, verificou-se um decréscimo acentuado de TOPF de 26,4%, tendo-se registado em 2011 a emissão de 391,0 kt de COVNM equivalente.

Figura 2.30 - Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico, por poluente



Fonte: INE, I.P



Figura 2.31 - Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico, por setor de emissão

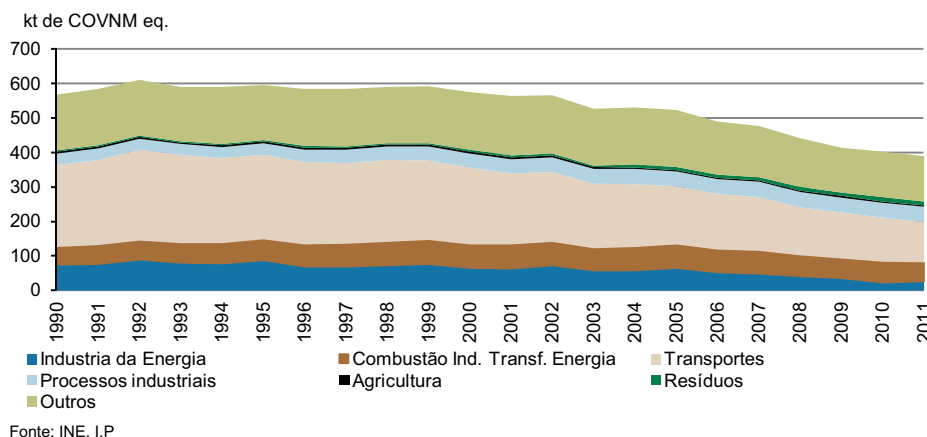
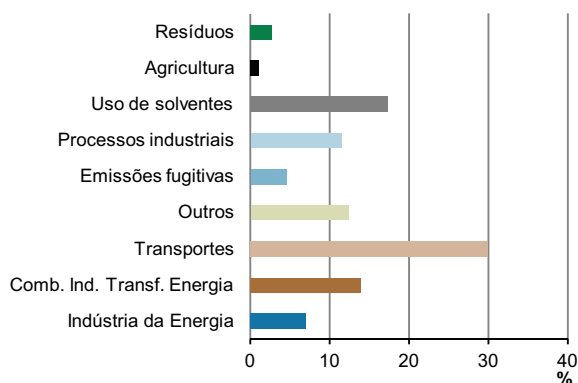


Figura 2.32 - Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico por setor de emissão em 2011



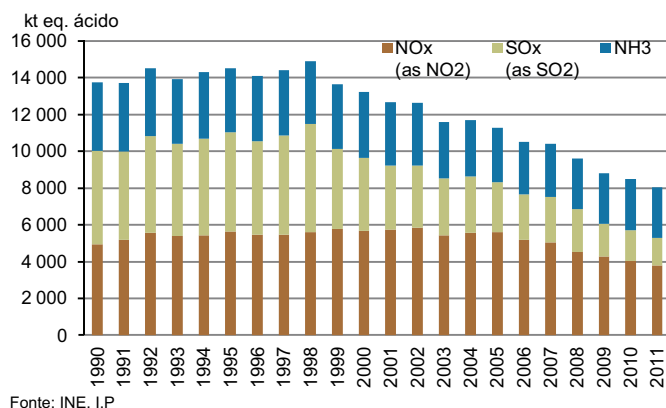
A análise setorial revela que quase todos os setores contribuíram para o decréscimo das emissões de substâncias precursoras de ozono troposférico, à exceção da “combustão na indústria transformadora”, dos “processos industriais” e dos “resíduos” que registaram um crescimento médio anual de 0,3%, 1,4% e 5,8%, respetivamente, face a 1990.

O setor dos “transportes” e do “uso de solventes” foram os que mais contribuíram para a formação de ozono na troposfera em 2011 (29,9% e 17,3% respetivamente).

2.3.4 - Substâncias acidificantes e eutrofizantes

Tendo por base o Inventário nacional de emissões de poluentes atmosféricos de 2013, constata-se que Portugal tem também desenvolvido esforços para diminuir as emissões de substâncias acidificantes e eutrofizantes para a atmosfera (óxido de enxofre (SO_x), amónia (NH_3) e óxidos de azoto (NO_x)).

Figura 2.33 - Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes por poluente

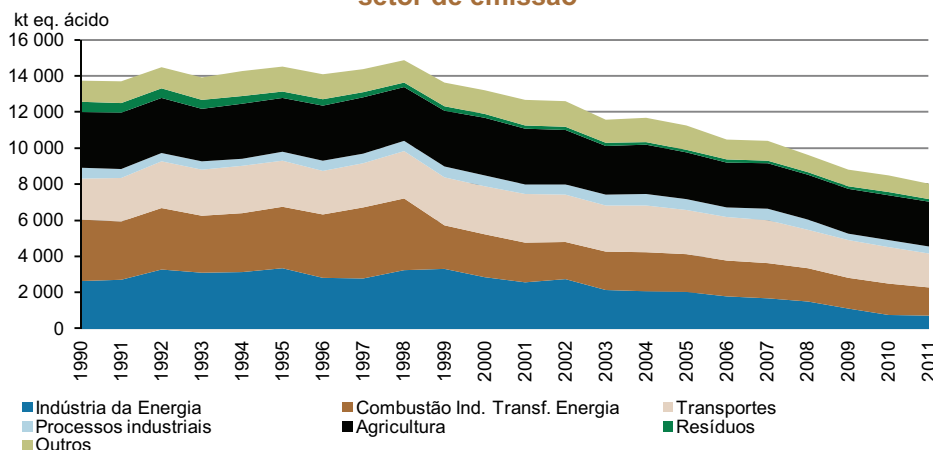


Em 2011 foram emitidas 3 820 kt de eq. ácido de NO_x , 1 467 kt de eq. ácido de SO_x e 2 747 kt de eq. ácido de NH_3 , perfazendo um total de 8 035 kt de equivalente ácido, valor abaixo do registado em 1990 (13 766 kt de equivalente ácido).

O SO_x , principal gás acidificante, foi o que registou um decréscimo médio anual mais acentuado de 5,7%, seguindo-se o NH_3 com 1,5% e o NO_x com 1,2%.



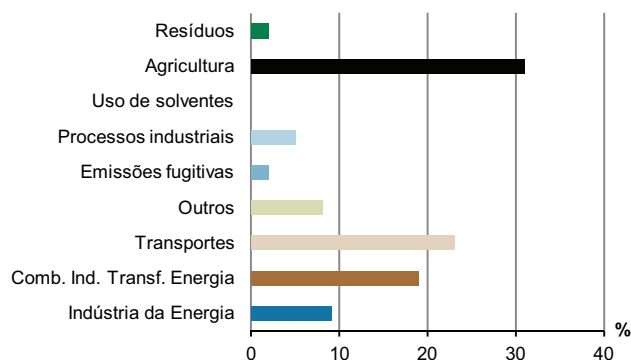
Figura 2.34 - Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes por setor de emissão



Fonte: INE, I.P.

No que se refere à evolução das substâncias acidificantes e eutrofizantes por setor de atividade, entre 1990 e 2011, verifica-se que todos os setores diminuíram os seus níveis de emissão. Destaca-se o setor dos “resíduos” o qual decresceu a um ritmo médio anual de 6,1%, seguindo-se o setor da “indústria da energia” (5,9%) e da “comb. ind. transformadora de energia” (3,7%).

Figura 2.35 - Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes por setor de emissão, em 2011



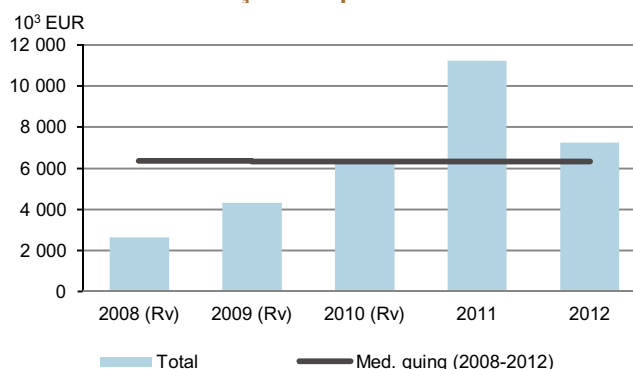
Fonte: INE, I.P.

2.4 – Despesa na proteção da qualidade do ar e clima

Em 2012, a despesa das Administrações Públicas com a “Proteção da qualidade do ar e clima” decresceu 35,5% face ao ano anterior, fixando-se nos 7 milhões de euros (11 milhões de euros em 2011). Esta redução resulta sobretudo da diminuição dos gastos do Fundo Português de Carbono (FPC), instrumento financeiro criado pelo Estado Português para suprir o desvio do cumprimento do Protocolo de Quioto.

A comparticipação da despesa das Administrações Públicas na “Proteção da qualidade do ar e clima” no total da despesa em ambiente continua a ser diminuta. O montante despendido neste domínio ambiental corresponde apenas a 3,3% do total dos gastos da Administração Central, bem como da Administração Regional da Região Autónoma dos Açores e da Administração Local que contribuíram com percentagens residuais, respetivamente 0,2% e 0,1%.

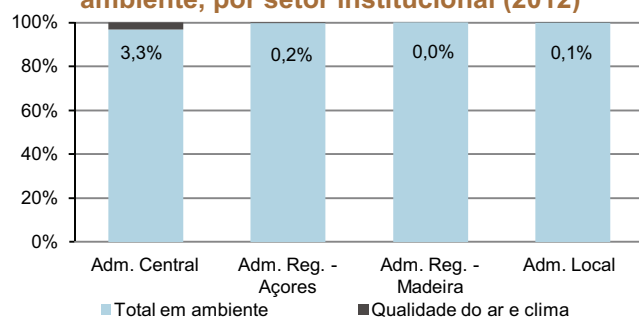
Figura 2.36 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da qualidade do ar e clima



Fonte: INE, I.P.



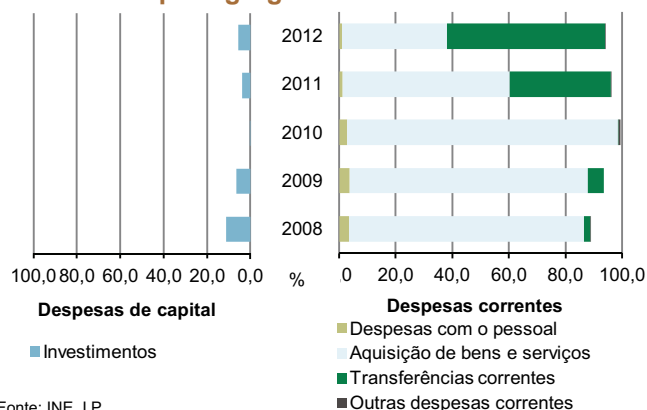
Figura 2.37 - Percentagem da Proteção da qualidade do ar e clima no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2012)



Nota: não foi considerada no período de referência de 2012 a informação sobre o domínio Gestão de águas residuais (dados não disponíveis)

Fonte: INE, I.P

Figura 2.38 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da qualidade do ar e clima, por agregado económico



Fonte: INE, I.P

A análise da estrutura da despesa na “Proteção da qualidade do ar e clima” coloca em evidência as “Despesas correntes” que constituíram o principal encargo nos últimos cinco anos. De referir que a estrutura da despesa se alterou em 2012, com a contribuição das “aquisições de bens e serviços” a recuar 22 p.p. o que foi compensado pelas “transferências correntes” que absorveram 55,9% (35,8% em 2011) do total da despesa. Para estes resultados destacam-se:

1. As verbas despendidas pelo FPC com o Programa de Apoio a Projetos no País, programa que apoia iniciativas que conduzam à redução de emissões de gases com efeito de estufa ou ao sequestro de carbono, particularmente os projetos das Pastagens Permanentes Semeadas Biodiversas Ricas em Leguminosas 2009 -2012 e 2011-2014 e do Controlo de Matos 2011-2014;

2. O montante gasto pelo FPC no apoio à participação de entidades públicas e privadas no mercado de carbono, e dos acordos internacionais de cooperação climática para as denominadas “medidas de implementação imediata” designadas de “Fast Start”, em países em vias de desenvolvimento. Este contributo financeiro está direcionado para ações relacionadas com alterações climáticas ou ações que integrem a vertente das alterações climáticas. Em 2012, Portugal continuou a dar enfoque especial aos PALOP com 2 projetos localizados em Moçambique denominados por “Atlas das energias renováveis de Moçambique” e “Fornecimento e instalação de sistemas fotovoltaicos para eletrificação de 50 vilas de Moçambique”.

De referir que as “Despesas de capital” no quinquénio em análise referiram-se exclusivamente a “investimentos”. Estes têm vindo gradualmente a recuperar, contribuindo em 2012 com 5,7% do total da despesa deste domínio (3,9% em 2011).



2.5 – QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 2.1 - Temperatura média mensal e número de dias com noites tropicais

2012

Estações	Mês mais quente				Mês mais frio				Número de dias	
	Designação	Temperatura média mensal			Designação	Temperatura média mensal			Noites tropicais (tmin>=20°C)	desvio normal 1971-00
		Média	Mínima	Máxima		Média	Mínima	Máxima		
		°C				°C				
Continente	Agosto	22,0	15,0	29,0	Fevereiro	7,6	0,9	14,0	x	x
Norte										
Alijó / Pinhão / Santa Bárbara	Agosto	24,8	16,4	33,2	Janeiro	7,3	- 0,1	13,9	3	-4
Arouca	Setembro	19,5	11,6	27,4	Fevereiro	6,2	- 2,1	11,6	1	x
Braga	Setembro	20,6	13,7	27,8	Fevereiro	8,0	0,4	13,7	1	-1
Bragança	Julho	21,0	12,9	29,5	Janeiro	3,6	- 3,1	10,0	2	1
Cabeceiras de Basto	Setembro	20,5	12,6	28,5	Fevereiro	6,7	- 1,9	12,6	1	x
Carraceda de Ansiães	Agosto	19,2	10,7	28,5	Fevereiro	3,8	- 3,5	9,8	0	0
Chaves	Agosto	20,9	12,1	29,8	Janeiro	4,9	- 3,5	11,8	1	1
Miranda do Douro	Agosto	21,3	12,5	30,0	Fevereiro	3,6	- 4,6	9,5	1	0
Mirandela	Agosto	23,4	13,3	33,7	Janeiro	4,8	- 4,0	12,5	1	-3
Moimenta da Beira	Agosto	21,0	12,8	29,7	Janeiro	5,7	- 0,3	10,9	1	x
Porto	Setembro	21,0	16,4	25,6	Fevereiro	9,1	3,8	14,6	4	x
Viana do Castelo	Setembro	20,1	14,8	25,5	Fevereiro	7,9	2,6	14,2	1	x
Vila Nova de Cerveira	Julho	20,0	13,2	26,9	Fevereiro	7,5	0,1	13,2	1	x
Vila Real	Julho	20,8	13,8	28,0	Janeiro	5,8	0,6	10,9	4	x
Centro										
Abrantes / Alvega	Agosto	23,9	14,5	33,4	Fevereiro	6,9	- 3,6	14,5	0	-1
Alcobaça	Setembro	20,9	14,5	28,7	Fevereiro	7,4	- 1,0	14,5	0	-1
Anadia	Setembro	22,2	14,5	29,9	Fevereiro	8,4	0,8	14,5	0	-1
Aveiro	Setembro	21,1	16,5	25,7	Fevereiro	9,3	4,2	15,3	1	x
Castelo Branco	Agosto	24,5	16,5	32,5	Fevereiro	8,6	2,4	12,6	13	-8
Coimbra	Setembro	22,4	16,3	28,5	Fevereiro	9,0	3,5	14,0	2	x
Figueira de Castelo Rodrigo	Agosto	22,2	13,6	30,8	Janeiro	4,3	- 1,6	10,3	2	x
Fundão	Agosto	23,0	14,6	31,6	Janeiro	6,9	- 0,2	12,6	2	-4
Guarda	Agosto	20,0	13,6	26,5	Fevereiro	4,3	- 0,2	7,9	5	0
Leiria	Setembro	21,2	15,2	28,8	Fevereiro	7,9	0,3	15,2	1	x
Manteigas / Penhas Douradas	Agosto	18,1	13,1	23,2	Fevereiro	2,6	- 1,6	7,2	5	3
Pampilhosa da Serra	Agosto	20,5	14,9	27,4	Fevereiro	6,4	2,0	10,2	10	x
Proença-a-Nova	Agosto	23,4	16,6	31,2	Fevereiro	9,2	3,6	13,0	12	x
Sabugal	Agosto	21,4	12,2	30,6	Fevereiro	4,5	- 2,0	10,1	2	x
Tomar	Agosto	23,6	15,3	31,9	Fevereiro	7,4	- 1,6	14,6	0	x
Torres Vedras / Dois portos	Setembro	21,9	15,9	29,4	Fevereiro	9,0	2,3	15,5	0	x
Trancoso	Agosto	20,7	13,4	28,0	Fevereiro	4,4	- 0,5	8,9	4	x
Viseu	Agosto	20,7	14,8	27,4	Fevereiro	7,0	2,1	11,0	8	x
Lisboa										
Lisboa	Agosto	23,5	18,7	28,6	Fevereiro	11,2	6,6	15,8	22	x
Alentejo										
Alcácer do Sal	Agosto	24,0	16,0	32,1	Fevereiro	8,1	- 1,5	16,0	0	-3
Avis	Agosto	24,5	16,0	33,0	Fevereiro	7,4	- 0,8	14,7	3	x
Beja	Agosto	24,5	16,6	32,9	Fevereiro	8,7	2,5	14,7	10	1
Castro Verde / Neves Corvo	Agosto	24,8	16,0	33,6	Fevereiro	7,4	- 0,7	15,6	7	x
Coruche	Agosto	22,9	14,4	31,8	Fevereiro	7,0	- 2,6	14,4	2	1
Elvas	Agosto	25,7	16,7	34,8	Janeiro	8,0	- 0,2	13,7	11	-1
Évora	Agosto	24,2	15,6	32,9	Fevereiro	7,8	0,5	14,3	4	x
Mértola	Agosto	25,0	16,1	33,9	Fevereiro	7,7	- 0,3	14,9	4	x
Moura / Amareleja	Agosto	26,1	16,4	35,7	Fevereiro	8,3	1,0	15,1	8	1
Odemira	Setembro	21,7	15,7	27,8	Fevereiro	9,1	3,2	15,7	1	x
Portalegre	Agosto	23,9	17,0	31,1	Fevereiro	8,5	4,2	11,7	29	-1
Reguengos de Monsaraz	Agosto	25,7	16,8	34,6	Fevereiro	8,6	1,7	14,5	14	x
Santarém / Fonte Boa	Agosto	23,4	16,4	30,5	Fevereiro	9,3	2,3	15,2	4	1
Santiago do Cacém / Alvalade	Agosto	23,4	14,0	32,8	Fevereiro	7,0	- 2,7	14,0	0	x
Sines	Setembro	21,7	17,1	26,3	Fevereiro	9,8	5,2	15,6	2	0
Viana do Alentejo	Agosto	24,7	15,7	33,8	Fevereiro	8,0	0,1	14,8	4	x
Algarve										
Aljezur	Agosto	20,5	13,3	28,7	Fevereiro	6,8	- 3,6	13,3	0	x
Castro Marim	Agosto	26,2	19,8	32,4	Fevereiro	10,0	3,4	17,0	32	x
Faro	Agosto	25,0	19,8	30,1	Fevereiro	10,8	5,9	16,7	42	17
Portimão	Agosto	23,5	15,2	31,7	Fevereiro	8,2	- 0,8	15,2	4	x
Vila do Bispo / Sagres	Agosto	21,9	17,9	25,9	Fevereiro	10,1	5,0	16,9	9	x
R. A. Açores									x	x
Angra do Heroísmo	Agosto	22,5	19,8	25,0	Março	14,6	12,3	16,8	41	0
Horta	Agosto	22,2	19,3	25,2	Março	14,8	12,5	17,1	26	0
Ponta Delgada	Agosto	21,5	18,9	24,1	Fevereiro	14,8	12,3	17,3	32	0
Santa Cruz das Flores	Agosto	21,9	19,3	24,5	Março	14,3	11,7	16,9	20	0
R. A. Madeira									x	x
Funchal	Setembro	24,7	21,8	27,5	Fevereiro	16,1	13,0	19,3	107	0
Porto Santo	Setembro	23,9	21,1	26,8	Fevereiro	15,0	12,4	17,5	80	0

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.



Quadro 2.2 - Desvio à normal 1971-2000 da temperatura máxima do ar

Unidade: °C

NUTSII	Mínimo	Máximo
Norte	0,3	1,6
Centro	-0,1	1,1
Lisboa	0,4	1,0
Alentejo	0,2	1,5
Algarve	0,4	1,3

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.



Quadro 2.3 - Média da temperatura máxima do ar por municípios

2012

Unidade: °C

Municípios	Mínimo	Máximo
1 Continente	10,9	23,6
11 Norte	10,9	23,6
111 Minho- Lima	10,9	21,7
Arcos de Valdevez	10,9	21,7
Caminha	13,7	19,8
Melgaço	11,7	21,2
Monção	12,9	21,0
Paredes de Coura	14,1	19,3
Ponte da Barca	11,9	21,6
Ponte de Lima	13,9	21,1
Valença	14,6	20,5
Viana do Castelo	13,6	20,1
Vila Nova de Cerveira	15,1	20,1
112 Cávado	11,4	22,0
Amares	15,3	22,0
Barcelos	16,2	20,9
Braga	17,4	21,7
Esposende	17,4	19,8
Terras de Bouro	11,4	22,0
Vila Verde	15,7	21,5
113 Ave	14,0	22,0
Fafe	16,7	21,8
Guimarães	17,6	21,8
Póvoa de Lanhoso	17,1	22,0
Santo Tirso	17,7	21,5
Trofa	18,2	20,8
Vieira do Minho	14,0	22,0
Vila Nova de Famalicão	17,9	21,3
Vizela	19,0	21,7
114 Grande Porto	17,9	21,6
Espinho	19,0	20,1
Gondomar	17,9	21,6
Maia	18,6	20,7
Matosinhos	18,9	20,6
Porto	19,6	21,6
Póvoa de Varzim	18,3	20,0
Valongo	18,7	21,3
Vila do Conde	18,3	20,1
Vila Nova de Gaia	18,6	21,6
115 Tâmega	12,5	23,3
Amarante	13,0	23,1
Baião	12,5	22,9
Cabeceiras de Basto	15,1	23,3
Castelo de Paiva	17,1	22,2
Celorico de Basto	17,4	23,2
Cinfães	12,5	22,7
Felgueiras	18,2	21,9
Lousada	18,1	21,5
Marco de Canaveses	15,8	22,8
Mondim de Basto	13,4	23,3
Paredes	18,1	21,4
Paços de Ferreira	17,7	20,3
Penafiel	17,9	22,2
Resende	13,8	22,9
Ribeira de Pena	13,6	23,2
116 Entre Douro e Vouga	13,4	21,9
Arouca	13,4	21,9
Oliveira de Azeméis	16,3	20,2
Santa Maria da Feira	17,3	21,2
São João da Madeira	18,3	19,4
Vale de Cambra	13,9	21,3
117 Douro	12,3	23,6
Alijó	15,7	23,5
Armamar	16,5	23,1
Carrazeda de Ansiães	17,2	23,6
Freixo de Espada à Cinta	17,4	23,4
Lamego	14,6	23,0
Mesão Frio	15,3	22,9
Moimenta da Beira	16,1	21,2
Penedono	16,5	20,6
Peso da Régua	12,6	23,1
Sabrosa	14,9	23,2
Santa Marta de Penaguião	12,3	22,8
Sernancelhe	16,6	20,5
São João da Pesqueira	16,6	23,5
Tabuaço	16,5	23,3
Tarouca	15,0	21,1
Torre de Moncorvo	17,1	23,4
Vila Flor	17,6	23,3
Vila Nova de Foz Côa	18,0	23,4
Vila Real	12,9	22,5

(continua)



Quadro 2.3 - Média da temperatura máxima do ar por municípios (cont.)

2012

Unidade: °C

Municípios	Minímo	Máximo
118 Alto de Trás-os-Montes	11,3	23,0
Boticas	14,2	21,9
Bragança	12,8	22,0
Chaves	15,2	21,1
Macedo de Cavaleiros	14,5	22,6
Miranda do Douro	17,9	21,4
Mirandela	16,6	22,7
Mogadouro	16,5	23,0
Montalegre	11,3	22,0
Murça	15,5	22,7
Valpaços	14,4	22,2
Vila Pouca de Aguiar	14,2	22,1
Vimioso	17,4	22,2
Vinhais	14,1	21,9
Alfândega da Fé	14,9	23,0
16 Centro	12,5	24,2
161 Baixo Vouga	15,0	21,9
Albergaria-a-Velha	17,8	20,9
Estarreja	19,1	20,1
Mealhada	18,1	21,8
Anadia	18,2	21,9
Aveiro	19,2	20,8
Murtosa	19,1	19,6
Oliveira do Bairro	20,0	21,5
Ovar	18,4	19,6
Sever do Vouga	15,0	21,6
Vagos	19,4	20,4
Águeda	16,5	21,7
Ílhavo	19,3	19,9
162 Baixo Mondego	18,1	22,7
Cantanhede	19,9	21,8
Coimbra	18,7	22,5
Condeixa-a-Nova	18,7	21,6
Figueira da Foz	18,2	21,0
Mira	19,6	20,4
Montemor-o-Velho	19,9	21,6
Penacova	18,1	22,7
Soure	18,2	21,6
163 Pinhal Litoral	17,0	22,3
Batalha	18,4	21,2
Leiria	18,8	21,3
Marinha Grande	19,4	20,7
Pombal	18,3	22,3
Porto de Mós	17,0	21,1
164 Pinhal Interior Norte	13,3	23,0
Alvaiázere	18,9	22,7
Ansião	19,0	22,2
Arganil	13,3	22,7
Castanheira de Pêra	14,3	21,1
Figueiró dos Vinhos	15,8	23,0
Góis	14,2	22,4
Lousã	14,3	22,6
Miranda do Corvo	16,1	22,5
Oliveira do Hospital	14,6	22,6
Pampilhosa da Serra	13,3	22,1
Pedrogão Grande	17,7	22,8
Penela	16,7	21,9
Tábua	19,8	22,6
Vila Nova de Poiares	19,3	22,6
165 Dão Lafões	12,5	22,6
Aguiar da Beira	16,2	20,4
Carregal do Sal	20,4	22,6
Castro Daire	12,5	21,2
Mangualde	17,9	22,1
Mortágua	16,6	22,5
Nelas	19,9	22,4
Oliveira de Frades	14,5	21,7
Penalva do Castelo	18,3	21,3
Santa Comba Dão	20,3	22,5
Sátão	17,3	20,9
São Pedro do Sul	13,8	21,7
Tondela	14,6	22,2
Vila Nova de Paiva	15,8	19,7
Viseu	16,6	21,9
Vouzela	14,7	21,7
166 Pinhal Interior Sul	15,8	24,2
Mação	19,4	24,2
Oleiros	15,8	22,4
Proença-a-Nova	16,9	23,7
Sertã	15,8	23,1
Vila de Rei	19,5	23,1

(continua)



Quadro 2.3 - Média da temperatura máxima do ar por municípios (cont.)

2012	Municípios	Minímo	Máximo	Unidade: °C
	167 Serra da Estrela	8,7	22,4	
	Fornos de Algodres	16,8	21,4	
	Gouveia	11,5	22,0	
	Seia	8,7	22,4	
	168 Beira Interior Norte	8,7	23,3	
	Almeida	18,4	20,7	
	Celorico da Beira	14,1	21,1	
	Figueira de Castelo Rodrigo	16,7	23,3	
	Guarda	13,9	20,6	
	Manteigas	8,7	20,1	
	Meda	16,9	22,3	
	Pinhel	17,0	22,9	
	Sabugal	16,2	21,2	
	Trancoso	16,2	20,6	
	169 Beira Interior Sul	15,1	24,6	
	Castelo Branco	15,1	24,1	
	Idanha-a-Nova	19,1	24,6	
	Penamacor	17,4	23,2	
	Vila Velha de Ródão	20,2	24,2	
	16A Cova da Beira	8,7	22,9	
	Fundão	15,1	22,9	
	Belmonte	17,8	21,1	
	Covilhã	8,7	21,5	
	16B Oeste	16,8	22,2	
	Alcobaca	17,8	21,1	
	Alenquer	16,8	22,2	
	Arruda dos Vinhos	19,0	21,7	
	Bombarral	19,0	21,0	
	Cadaval	16,8	21,3	
	Caldas da Rainha	18,6	21,0	
	Lourinhã	18,7	20,5	
	Nazaré	19,1	21,0	
	Peniche	18,3	19,4	
	Torres Vedras	18,7	21,3	
	Sobral de Monte Agraço	18,5	21,0	
	Óbidos	18,7	20,8	
	16C Médio Tejo	17,5	24,2	
	Abrantes	21,4	24,2	
	Alcanena	17,5	22,6	
	Constância	22,0	23,7	
	Entroncamento	22,6	23,2	
	Ferreira do Zêzere	20,2	23,0	
	Ourém	17,5	22,8	
	Sardoal	20,7	23,7	
	Tomar	20,8	23,4	
	Torres Novas	17,5	23,2	
	Vila Nova da Barquinha	22,0	23,5	
	17 Lisboa	17,6	23,0	
	171 Grande Lisboa	17,6	22,4	
	Amadora	20,0	21,9	
	Cascais	17,9	21,9	
	Lisboa	20,5	22,3	
	Loures	19,0	22,1	
	Mafra	18,5	21,3	
	Odivelas	19,4	22,1	
	Oeiras	20,5	22,1	
	Sintra	17,6	21,4	
	Vila Franca de Xira	19,1	22,4	
	172 Península de Setúbal	18,3	23,0	
	Alcochete	21,8	22,5	
	Almada	21,2	22,3	
	Barreiro	21,6	22,2	
	Moita	21,8	22,2	
	Montijo	21,8	23,0	
	Palmela	19,3	22,8	
	Seixal	21,6	22,2	
	Sesimbra	19,2	22,2	
	Setúbal	18,3	22,5	
	18 Alentejo	19,5	24,5	
	181 Alentejo Litoral	19,5	24,5	
	Alcácer do Sal	22,0	24,5	
	Grândola	20,4	24,5	
	Odemira	19,5	23,6	
	Santiago do Cacém	19,7	24,1	
	Sines	20,2	21,7	

(continua)



Quadro 2.3 - Média da temperatura máxima do ar por municípios (cont.)

2012	Municípios	Unidade: °C
	Mínimo	Máximo
182 Alto Alentejo	17,2	24,6
Alter do Chão	21,6	23,5
Arronches	21,1	23,8
Avis	22,4	23,6
Campo Maior	22,9	24,6
Castelo de Vide	18,8	23,7
Crato	21,5	23,5
Elvas	21,5	24,5
Fronteira	21,9	23,4
Gavião	22,0	24,2
Marvão	17,2	23,4
Monforte	21,7	23,3
Mora	22,5	23,7
Nisa	21,1	24,2
Ponte de Sor	22,1	23,7
Portalegre	17,2	23,0
183 Alentejo Central	19,9	25,3
Alandroal	22,1	25,1
Arraiolos	21,4	23,1
Borba	20,7	23,3
Estremoz	19,9	23,1
Montemor-o-Novo	21,1	23,7
Mourão	23,7	25,3
Portel	22,0	25,3
Redondo	20,0	23,7
Reguengos de Monsaraz	22,7	25,3
Sousel	21,2	23,2
Vendas Novas	22,2	23,1
Viana do Alentejo	22,1	24,0
Vila Viçosa	21,5	24,3
Évora	21,0	24,3
184 Baixo Alentejo	19,9	25,3
Aljustrel	22,6	24,1
Almodôvar	19,9	23,9
Alvito	22,5	24,2
Barrancos	22,3	24,9
Beja	22,6	25,1
Castro Verde	22,6	24,3
Cuba	22,5	23,8
Ferreira do Alentejo	22,8	24,6
Moura	20,7	25,3
Mértola	22,3	25,0
Ourique	21,5	23,7
Serpa	21,3	25,2
Vidigueira	21,9	25,2
185 Lezíria do Tejo	17,8	23,7
Almeirim	21,9	23,2
Alpiarça	22,4	23,4
Azambuja	20,7	22,7
Benavente	21,9	22,8
Cartaxo	21,3	23,0
Chamusca	22,1	23,5
Coruche	22,1	23,7
Golegã	22,4	23,4
Rio Maior	18,0	22,7
Salvaterra de Magos	22,3	23,1
Santarém	17,8	23,3
15 Algarve	16,4	24,5
Albufeira	21,7	23,2
Alcoutim	21,2	24,5
Aljezur	20,0	22,5
Castro Marim	21,7	24,0
Faro	20,3	22,8
Lagoa	22,6	23,6
Lagos	20,6	23,2
Loulé	19,8	23,3
Monchique	16,4	23,6
Olhão	20,0	23,0
Portimão	20,8	23,6
Silves	20,9	23,7
São Brás de Alportel	19,8	22,4
Tavira	19,9	23,4
Vila do Bispo	20,1	22,2
Vila Real de Santo António	21,8	23,4
2 R. A. Açores	x	x
3 R. A. Madeira	x	x

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.



Quadro 2.4 - Precipitação total por NUTSIII

2012	Unidade: mm	
NUTSIII	Minímo	Máximo
Portugal	284,7	1560,7
1 Continente	284,7	1560,7
11 Norte	284,7	1560,7
111 Minho-Lima	931,7	1421,4
112 Cávado	896,1	1472,2
113 Ave	695,2	1508,0
114 Grande Porto	755,1	984,6
115 Tâmega	655,8	1034,7
116 Entre Douro e Vouga	700,1	804,5
117 Douro	396,9	713,6
118 Alto de Trás-os-Montes	284,7	1560,7
16 Centro	434,6	1201,6
161 Baixo Vouga	582,6	758,0
162 Baixo Mondego	561,8	778,1
163 Pinhã Litoral	583,5	665,8
164 Pinhal Interior Norte	625,1	983,6
165 Dão-Lafões	653,2	883,9
166 Pinhal Interior Sul	458,5	768,1
167 Serra da Estrela	688,9	1189,8
168 Beira Interior Norte	434,6	1201,6
169 Beira Interior Sul	463,7	714,7
16A Cova de Beira	589,9	1165,0
16B Oeste	518,1	680,8
16C Médio Tejo	450,9	643,7
17 Lisboa	388,4	852,8
171 Grande Lisboa	529,8	852,8
172 Península de Setúbal	452,3	796,9
18 Alentejo	388,4	637,4
181 Alentejo Litoral	423,6	522,1
182 Alto Alentejo	408,5	612,6
183 Alentejo Central	388,4	494,2
184 Baixo Alentejo	391,8	570,1
185 Lezíria do Tejo	410,7	637,4
15 Algarve	349,2	503,0
150 Algarve	349,2	503,0
2 R. A. Açores	x	x
3 R. A. Madeira	x	x

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Quadro 2.5 - Desvio à normal 1971-2000 da precipitação total

2012	Unidade: %	
NUTSII	Minímo	Máximo
Norte	56,3	124,1
Centro	63,9	89,9
Lisboa	71,2	117,4
Alentejo	69,4	98,6
Algarve	72,9	94,8

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.



Quadro 2.6 - Dias em onda de calor e de frio por estação

2012

Unidade: N.º

Estações	Onda de Calor	Onda de Frio
Continente		
Norte		
Braga	17	0
Bragança	37	0
Miranda do Douro	27	9
Mirandela	41	12
Monção	28	0
Montalegre	35	0
Porto	8	0
Viana Castelo	8	0
Vila Real	11	6
Centro		
Alcobaça	8	12
Alvega	14	19
Anadia	20	0
Castelo Branco	8	0
Coimbra	6	0
Torres Vedras	15	0
Figueira Castelo Rodrigo	17	0
Guarda	35	0
Monte Real	13	8
Nelas	15	0
Penhas Douradas	35	0
Portalegre	15	0
Santarém	16	0
Viseu	6	0
Lisboa		
Lisboa	8	0
Setúbal	0	7
Alentejo		
Alcácer do Sal	15	20
Alvalade	8	18
Amareleja	9	0
Beja	9	0
Benavila	15	15
Elvas	9	0
Évora	23	0
Mértola	8	9
Sines	23	7
Algarve		
Faro	7	0
Portimão	8	0
Sagres	0	7
V R Sto Antonio	7	0

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.



Quadro 2.7 - Precipitação total por NUTS II e por estação meteorológica

2012

Estações	Mês com maior precipitação		Mês com menor precipitação		Número de dias					Máximo prec.diária (mm)
	Designação	Total (mm)	Designação	Total (mm)	sem precipitação	com precipitação ≥10mm	desvio normal 1971-00	com precipitação ≥30mm	desvio normal 1971-00	
Continente	novembro	143,0	fevereiro	2,2	252	19	-6	3	-1	118,4
Norte										
Braga / Merelim (1)	dezembro	254,3	fevereiro	1,9	214	33	-16	8	-3	85,6
Bragança	dezembro	94,2	fevereiro	0,0	263	13	-13	1	-2	34,7
Cabeceira de Basto	dezembro	238,8	fevereiro	0,6	227	26	x	6	x	66,1
Miranda Douro	novembro	80,4	fevereiro	0,5	240	9	x	1	x	31,4
Mogadouro	outubro	107,3	fevereiro	3,5	257	21	x	2	x	42,3
Moimenta da Beira	novembro	142,2	fevereiro	1,7	240	25	x	3	x	43,1
Montalegre / Cabril	dezembro	416,4	fevereiro	2,4	222	48	x	14	x	118,4
Porto / Pedras Rubras	dezembro	179,6	fevereiro	5,0	236	26	-13	4	-3	51,3
Viana do Castelo / Chafé (2)	dezembro	228,7	fevereiro	3,9	210	33	-19	6	-4	66,8
Vila Real	dezembro	141,1	fevereiro	0,3	249	20	x	2	x	50,3
Centro										
Aveiro	novembro	115,2	julho	3,9	245	22	x	1	x	31,4
Alcobaça	novembro	143,4	julho	0,3	239	22	x	3	x	39,2
Castelo Branco (6)	novembro	218,5	fevereiro	0,0	287	20	-5	7	3	55,5
Coimbra / Cernache	outubro	121,2	julho	4,0	234	20	x	1	x	31,6
Guarda	novembro	197,9	julho	0,7	242	20	-10	4	-2	75,0
Manteigas / Penhas Douradas	novembro	276,3	fevereiro	2,8	248	34	-15	13	-1	89,9
Viseu CC (4)	novembro	154,1	fevereiro	1,1	240	29	-11	6	-2	51,2
Lisboa										
Lisboa / Instituto Geofísico	novembro	253,1	fevereiro	0,0	277	23	-1	7	3	91,0
Setúbal / Estação de	novembro	155,5	fevereiro/	0,0	271	17	-6	3	-1	63,0
Alentejo										
Alcácer do Sal	novembro	106,4	junho e julho	0,0	273	14	-5	1	-1	39,2
Amareleja	novembro	153,2	julho	0,0	261	14	x	2	x	33,1
Beja	novembro	239,9	junho/julho/a	0,0	283	12	-8	1	-1	41,1
Castro Verde / Neves Corvo	novembro	195,5	junho e julho	0,0	272	7	x	3	x	93,5
Estremoz	novembro	168,7	julho	0,0	252	13	x	5	x	39,1
Évora CC (8)	novembro	182,6	julho	0,0	263	16	-4	2	0	55,2
Odemira	novembro	184,7	julho	0,8	229	21	x	4	x	61,1
Portalegre	novembro	179,8	fevereiro/	0,0	269	19	-12	4	0	48,4
Santarém / Fonte Boa (3)	novembro	162,2	julho	0,0	257	15	-9	2	-1	34,5
Sines / Monte dos Chãos (7)	novembro	114,9	julho	0,0	265	18	3	3	1	41,9
Viana do Alentejo	novembro	205,2	julho	0,0	275	14	-6	2	0	66,8
Algarve										
Aljezur	novembro	142,2	julho	0,1	254	18	x	2	x	42,0
Castro Marim	novembro	153,6	junho e julho	0,0	295	11	x	1	x	63,1
Vila do Bispo / Sagres /	novembro	154,7	julho	0,0	270	13	-2	0	-2	29,7
R.A. Açores	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Angra do Heroísmo	dezembro	207,4	julho	5,2	156	42	8	5	-1	60,9
Horta	outubro	405,8	julho	5,1	137	60	31	20	16	113,2
S. Cruz das Flores	dezembro	347,0	abril	13,7	107	60	8	15	5	72,8
Ponta Delgada	setembro	204,8	julho	13,9	164	30	3	8	3	79,0
R.ª Madeira	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Funchal	novembro	230,8	março	0,0	283	17	-2	4	0	69,7
Porto Santo	novembro	322,8	agosto	2,7	259	11	2	4	3	68,6

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Nota:

Estações das normais climatológicas

(1) Braga / Posto Agrário

(2) Viana do Castelo / Meadela / C. C.

(3) Santarém / Escola Agrícola

(4) Viseu / Escola Agrária

(5) Penhas Douradas / Observatório

(6) Castelo Branco / C. C.

(7) Sines/Cabo

(8) Évora / Cidade



Quadro 2.8 - Índice de precipitação padronizada (SPI)

Data	Bacias		
	Douro	Tejo	Guadiana
dez- 2000	0,97	0,58	0,58
dez- 2001	0,92	0,20	0,48
dez- 2002	0,44	0,14	0,06
dez- 2003	0,19	0,13	0,11
dez- 2004	-1,38	-1,62	-1,53
dez- 2005	-1,70	-1,75	-1,56
dez- 2006	0,38	0,66	0,33
dez- 2007	-1,36	-1,56	-1,02
dez- 2008	-0,88	-1,07	-0,94
dez- 2009	-0,25	-0,44	-0,66
dez- 2010	0,55	0,65	0,78
dez- 2011	-1,12	-0,10	-0,11
dez- 2012	-1,13	-0,97	-0,68

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Quadro 2.9 - Número de empresas abrangidas pelo regime CELE

Setor de emissão	Unidade: N.º				
	2008	2009	2010	2011	2012
Total	209 (Rv)	217 (Rv)	209 (Rv)	208 (Rv)	196
Cerâmica	65 (Rv)	63 (Rv)	59 (Rv)	56 (Rv)	51
Cimentos e cal	12	12	12	12	11
Energia / Centrais termoelétricas	17	22	23	22	22
Energia / Cogeração	35	38	38	38	34
Energia / Instalações de combustão	39	40	39	40	39
Energia / Refinação	2	2	2	2	2
Metais ferrosos	2	2	2	2	2
Pasta de papel	28	29 (Rv)	25 (Rv)	27 (Rv)	27
Vidro	9	9	9	9	8

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.



Quadro 2.10 - Licenças de emissão atribuídas às empresas e emissões verificadas por setor de atividade

Setor de emissão	Anos	Atribuição Prevista (PNALE II)	Atribuição efetiva	Atribuição reserva	Unidade: t CO ₂ eq.
					Emissões verificadas
Total	2008	30 510 334	30 367 854	19 877	29 915 011 (Rv)
	2009	30 510 334	30 206 748 (Rv)	538 414	28 261 960
	2010	30 510 334	30 024 111 (Rv)	2 166 350	24 167 190
	2011	30 510 334	28 869 155 (Rv)	3 038 952	25 010 518
	2012	30 510 334	29 678 361	3 197 985	25 244 423
Cerâmica	2008	567 628	487 690	797	265 917 (Rv)
	2009	567 628	454 996 (Rv)	5 696	212 520
	2010	567 628	385 117 (Rv)	7 875	196 044
	2011	567 628	375 243 (Rv)	8 686	169 682
	2012	567 628	344 302	15 067	130 100
Cimentos e cal	2008	7 207 913	7 190 874	0	6 782 263
	2009	7 207 913	7 190 874	0	5 451 997
	2010	7 207 913	7 190 874	0	5 736 026
	2011	7 207 913	7 190 874	107 291	4 870 715
	2012	7 207 913	7 190 874	103 787	4 384 256
Energia / Centrais termoelétricas	2008	14 001 981	14 001 981	5 255	15 776 515
	2009	14 001 981	14 001 981	108 550	16 171 752
	2010	14 001 981	14 001 981	1 241 540	11 075 099
	2011	14 001 981	13 863 004	1 805 447	13 128 476
	2012	14 001 981	13 863 004	1 599 467	13 981 925
Energia / Cogeração	2008	2 583 778	2 583 778	5 576	1 891 379
	2009	2 583 778	2 583 778	117 724	1 887 776
	2010	2 583 778	2 583 778	518 884	2 231 966
	2011	2 583 778	2 572 357	716 945	2 243 184
	2012	2 583 778	2 445 635	748 179	2 136 305
Energia / Instalações de combustão	2008	1 422 666	1 416 757	0	1 041 312
	2009	1 422 666	1 291 716	9 438	825 524
	2010	1 422 666	1 275 135 (Rv)	20 733	1 032 619
	2011	1 422 666	1 280 451	126 919	937 186
	2012	1 422 666	1 249 950	126 146	767 710
Energia / Refinação	2008	3 235 575	3 235 575	0	2 949 946
	2009	3 235 575	3 235 575	241 635	2 616 075
	2010	3 235 575	3 235 575	169 735	2 832 142
	2011	3 235 575	3 235 575	44 248	2 612 182
	2012	3 235 575	3 235 575	235 768	2 722 030
Metais ferrosos	2008	335 436	335 436	0	204 304
	2009	335 436	335 436	0	154 594
	2010	335 436	335 436	0	127 565
	2011	335 436	335 436	0	142 192
	2012	335 436	335 436	0	153 674
Pasta de papel	2008	388 320	361 245	8 249	345 148 (Rv)
	2009	388 320	357 874	55 371	375 339
	2010	388 320	357 874	207 583	388 069
	2011	388 320	357 874	212 716	358 486
	2012	388 320	355 244	223 596	371 794
Vidro	2008	767 037	754 518	0	658 227
	2009	767 037	754 518	0	566 383
	2010	767 037	658 341 (Rv)	0	547 660
	2011	767 037	658 341	16 700	548 415
	2012	767 037	658 341	145 975	596 629

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.



Quadro 2.11 - Emissão de gases de efeito de estufa por setor de emissão

Unidade: kt CO₂ eq.

Ano	Total (Sem LULUCF)	Total (Com LULUCF)	Setor de emissão					
			Energia	Processos Industriais	Uso de Solventes	Agricultura	Floresta e Alteração do Uso do Solo	Resíduos
1990	60 952	69 449	41 635	4 834	330	8 160	8 496	5 995
1991	62 884	71 358	43 208	4 908	314	8 261	8 475	6 193
1992	67 269	71 564	47 780	4 623	324	8 133	4 295	6 408
1993	65 892	68 696	46 531	4 547	284	7 962	2 803	6 568
1994	67 101	67 679	47 228	4 532	313	8 170	578	6 858
1995	71 604	75 808	50 766	5 282	310	8 181	4 204	7 065
1996	69 357	70 392	48 120	5 391	331	8 450	1 034	7 066
1997	72 438	74 540	50 743	5 668	355	8 353	2 102	7 319
1998	77 302	80 471	55 228	5 839	289	8 326	3 170	7 620
1999	85 438	87 598	62 713	6 241	291	8 481	2 161	7 712
2000	84 303	86 564	61 246	6 494	298	8 693	2 261	7 572
2001	84 127	83 092	61 668	6 132	299	8 419	-1 035	7 607
2002	88 317	87 232	65 328	6 456	289	8 355	-1 085	7 888
2003	82 975	88 096	60 617	6 482	288	7 677	5 121	7 912
2004	85 680	86 189	62 263	7 094	313	7 964	509	8 047
2005	88 037	92 559	64 778	7 135	320	7 743	4 521	8 061
2006	83 008	80 445	60 166	6 943	284	7 599	-2 562	8 015
2007	80 510	76 222	57 100	7 517	300	7 758	-4 288	7 835
2008	78 482	72 221	55 563	7 391	264	7 617	-6 261	7 647
2009	75 216	68 989	54 324	5 767	270	7 513	-6 227	7 341
2010	71 382	67 897	49 667	6 065	226	7 517	-3 485	7 907
2011	69 986	64 667	48 610	5 324	267	7 505	-5 320	8 280

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.



Quadro 2.12 - Emissão dos principais gases de efeito de estufa (CO₂, CH₄ e N₂O)Unidade: kt CO₂ eq.

Unidade: kt CO ₂ eq.															
Poluente	Total com LULUCF	Total sem LULUCF	Setor de emissão												
			Energia								Proce-ssos Indus-triais	Uso de solventes	Agricultura	Floresta e Alteração do Uso do Solo	Resíduos
			Total	Queima de Combustíveis				Emissões Fugitivas							
				Total	Ind. Energia	Combustão Ind.	Trans-portes		Outros						
CO ₂															
1990	52 881	45 149	40 609	40 334	16 261		9 759	10 140	4 174	276	4 297	231	0	7 731	13
1991	54 455	46 835	42 180	41 902	16 882		9 873	10 739	4 408	278	4 408	235	0	7 620	13
1992	54 847	51 094	46 733	46 441	19 947		10 303	11 639	4 552	292	4 128	221	0	3 753	13
1993	52 127	49 777	45 406	45 101	18 009		10 323	12 066	4 703	305	4 152	206	0	2 350	13
1994	50 655	50 466	46 039	45 472	17 190		10 643	12 678	4 961	567	4 202	213	0	188	13
1995	58 077	54 486	49 544	48 805	19 808		10 854	13 322	4 819	739	4 721	208	0	3 591	13
1996	52 483	51 858	46 826	46 151	15 852		11 106	13 982	5 211	675	4 794	224	0	624	14
1997	56 488	54 703	49 440	48 630	16 574		12 082	14 769	5 206	810	5 013	233	0	1 785	16
1998	61 927	59 227	53 896	53 110	19 190		11 978	16 541	5 401	786	5 077	241	0	2 700	13
1999	68 784	66 991	61 279	60 508	25 263		12 064	17 388	5 793	771	5 460	241	0	1 793	12
2000	67 641	65 863	60 037	59 338	21 490		12 647	19 157	6 044	700	5 572	244	0	1 778	9
2001	64 135	65 574	60 165	59 309	21 962		11 493	19 462	6 392	856	5 158	248	0	-1 439	3
2002	67 792	69 331	63 715	62 865	25 371		10 949	19 959	6 587	850	5 367	246	0	-1 539	3
2003	68 473	64 441	58 956	58 035	20 872		10 531	19 850	6 782	921	5 242	235	0	4 032	8
2004	66 877	66 807	60 872	59 980	22 333		10 811	19 809	7 027	892	5 692	229	0	69	14
2005	72 898	69 265	63 361	62 354	25 331		10 555	19 586	6 882	1 006	5 665	222	0	3 633	17
2006	61 713	64 655	59 044	58 085	22 383		10 345	19 636	5 721	959	5 370	225	0	-2 943	16
2007	57 401	61 979	55 973	55 031	19 743		10 473	19 242	5 573	942	5 769	224	0	-4 579	14
2008	53 452	59 984	54 204	53 216	19 172		9 879	18 957	5 208	988	5 544	212	0	-6 532	25
2009	50 463	57 050	52 821	51 808	19 345		8 487	18 933	5 042	1 013	4 018	195	0	-6 586	16
2010	48 641	52 641	48 248	47 229	14 422		9 138	18 712	4 958	1 019	4 171	203	0	-3 999	18
2011	45 801	51 527	47 610	46 622	16 385		8 477	17 351	4 410	988	3 684	218	0	-5 726	14
CH ₄															
1990	10 481	10 260	571	467	4		27	87	349	104	19	0	4 151	221	5 519
1991	10 862	10 530	560	459	4		28	93	333	101	19	0	4 247	332	5 705
1992	10 759	10 650	558	458	5		30	101	323	100	22	0	4 159	109	5 911
1993	10 713	10 642	546	448	5		30	98	316	98	22	0	4 010	71	6 065
1994	11 148	11 100	530	441	5		29	95	313	89	23	0	4 209	48	6 338
1995	11 621	11 372	488	442	5		31	93	312	46	24	0	4 316	249	6 544
1996	11 514	11 419	480	440	4		31	91	314	41	24	0	4 362	95	6 552
1997	11 658	11 624	518	431	5		34	87	305	87	26	0	4 297	34	6 782
1998	12 231	12 055	576	422	5		34	87	297	154	28	0	4 387	176	7 064
1999	12 369	12 277	618	414	6		35	84	288	204	29	0	4 480	92	7 149
2000	12 302	12 113	593	401	6		34	81	280	192	31	0	4 480	189	7 009
2001	12 496	12 373	886	383	6		34	71	272	503	31	0	4 387	124	7 069
2002	12 816	12 649	965	376	7		35	70	264	590	30	0	4 328	167	7 325
2003	13 344	12 650	1 047	359	7		34	63	255	688	31	0	4 240	695	7 331
2004	12 795	12 639	766	349	7		37	58	247	417	34	0	4 401	156	7 438
2005	13 174	12 644	754	336	8		37	53	238	418	36	0	4 402	530	7 453
2006	12 463	12 355	479	320	8		36	48	228	159	37	0	4 425	108	7 414
2007	12 149	12 116	499	307	7		36	44	219	192	38	0	4 364	34	7 214
2008	12 208	12 190	746	291	8		34	39	210	455	40	0	4 363	18	7 040
2009	12 107	12 028	925	281	8		35	37	201	644	37	0	4 293	79	6 773
2010	12 679	12 484	853	268	8		33	34	193	585	37	0	4 299	194	7 295
2011	12 538	12 447	437	274	8		34	30	202	163	40	0	4 304	92	7 665
N ₂ O															
1990	6 087	5 543	454	452	61		68	83	241	2	518	99	4 008	544	463
1991	6 041	5 519	468	466	63		69	89	246	2	481	79	4 014	523	475
1992	5 958	5 524	489	486	71		72	97	246	3	474	103	3 974	434	485
1993	5 855	5 473	579	577	68		72	185	252	3	373	78	3 952	382	490
1994	5 877	5 535	659	656	68		71	263	253	3	308	101	3 961	342	507
1995	6 038	5 673	735	732	77		74	333	248	3	464	102	3 865	365	507
1996	6 300	5 985	813	811	66		75	403	267	3	477	107	4 088	315	500
1997	6 263	5 980	784	781	69		80	405	227	3	497	122	4 056	283	521
1998	6 138	5 844	755	752	77		81	424	171	3	559	48	3 939	294	544
1999	6 212	5 937	816	813	125		85	430	172	3	518	50	4 001	275	551
2000	6 292	5 998	615	612	123		88	222	180	3	563	53	4 214	294	553
2001	6 038	5 758	617	615	123		85	220	186	3	521	52	4 032	280	536
2002	6 089	5 801	648	645	140		84	229	192	3	523	43	4 027	288	560
2003	5 617	5 223	613	611	127		86	228	169	3	547	53	3 437	394	573
2004	5 757	5 474	625	622	138		91	228	164	3	608	84	3 563	284	594
2005	5 613	5 254	663	660	149		90	222	199	3	561	98	3 341	359	591
2006	5 282	5 009	644	640	139		93	219	190	3	548	59	3 174	272	585
2007	5 535	5 278	628	625	128		96	214	187	3	572	77	3 395	257	606
2008	5 276	5 023	614	611	131		94	207	178	3	522	52	3 254	253	582
2009	4 999	4 719	578	576	139		88	182	167	2	293	75	3 220	281	553
2010	5 018	4 699	567	564	120		95	184	165	3	298	23	3 218	319	594
2011	4 793	4 479	563	561	132		97	170	163	2	65	48	3 201	314	601

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.



Quadro 2.13 - Intensidade carbónica da economia nacional

Unidade: t CO₂eq. / 10⁶ PIB.

Ano	Intensidade Carbónica da Economia
1990	1 096
1991	986
1992	939
1993	879
1994	826
1995	815
1996	744
1997	716
1998	700
1999	720
2000	662
2001	626
2002	628
2003	578
2004	574
2005	571
2006	516
2007	475
2008	456
2009	446
2010	413
2011	409

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. / Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 2.14 - Índice de qualidade do ar

Unidade: N.º de dias

Zonas / Aglomerações	Classe de qualidade														
	2008						2009						2010		
	N.º total de Obser-vações	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau	N.º total de Obser-vações	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau	N.º total de Obser-vações	Muito Bom	Bom
Norte Litoral	262	47	198	14	3	0	276	71	191	14	0	0	205	16	181
Norte Interior	322	1	246	60	15	0	294	2	194	83	13	2	170	0	141
Braga (a)	351	54	220	53	24	0	298	37	167	69	25	0	351	28	251
Vale do Ave (a)	355	83	201	52	19	0	363	47	231	62	23	0	365	63	261
Vale do Sousa (a)	337	60	235	34	8	0	333	49	235	41	8	0	269	45	190
Porto Litoral (a)	366	28	236	67	34	1	365	46	208	75	36	0	365	32	217
Zona de Influência de Estarreja	289	22	162	62	42	1	283	27	172	63	21	0	290	11	173
Centro Interior	362	19	307	33	3	0	361	19	283	58	1	0	365	8	291
Aveiro/Ílhavo (a)	366	16	233	81	35	1	362	15	239	85	23	0	286	6	188
Centro Litoral	366	73	254	34	5	0	364	30	287	43	4	0	363	17	282
Coimbra (a)	305	60	222	19	4	0	362	13	248	83	18	0	360	13	244
Vale do Tejo e Oeste	348	15	288	43	2	0	365	21	282	62	0	0	365	19	297
AML Norte (a)	366	14	295	41	16	0	365	23	243	85	14	0	365	17	257
AML Sul (a)	365	7	244	81	33	0	365	16	243	75	31	0	365	22	263
Setúbal (a)	365	7	274	72	12	0	365	13	246	88	18	0	365	15	275
Península de Setúbal/Alcácer do Sal	344	13	279	44	8	0	332	16	232	76	8	0	322	16	242
Alentejo Litoral	363	23	318	20	2	0	357	23	281	50	3	0	357	54	265
Alentejo Interior	205	35	151	14	5	0	232	52	152	25	3	0	253	34	176
Algarve	0	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	0	0	0
Portimão/Lagoa (a)	0	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	0	0	0
Albufeira/Loulé (a)	0	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	63	0	37
Faro/Olhão (a)	0	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	116	6	100
Açores	72	0	70	2	0	0	4	0	4	0	0	0	236	43	190
Funchal (a)	366	25	292	35	12	2	359	62	266	23	8	0	345	21	284

Zonas / Aglomerações	Classe de qualidade														
	2010			2011						2012					
	Médio	Fraco	Mau	N.º total de Obser-vações	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau	N.º total de Obser-vações	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau
Norte Litoral	8	0	0	182	10	141	31	0	0	296	26	235	35	0	0
Norte Interior	27	2	0	297	0	215	69	13	0	336	1	281	47	6	1
Braga (a)	52	20	0	348	16	240	71	21	0	349	16	253	61	19	0
Vale do Ave (a)	31	10	0	340	52	243	35	10	0	358	117	205	33	3	0
Vale do Sousa (a)	29	4	1	191	26	116	33	16	0	334	32	244	55	3	0
Porto Litoral (a)	77	39	0	365	57	178	80	50	0	366	75	201	56	34	0
Zona de Influência de Estarreja	71	31	4	360	62	159	76	62	1	350	32	201	68	49	0
Centro Interior	59	6	1	363	34	303	25	1	0	365	44	293	25	3	0
Aveiro/Ílhavo (a)	79	13	0	363	14	197	85	67	0	365	24	222	62	57	0
Centro Litoral	57	7	0	341	24	240	56	21	0	356	46	258	46	6	0
Coimbra (a)	85	18	0	339	45	212	63	19	0	366	57	245	51	13	0
Vale do Tejo e Oeste	46	3	0	356	18	290	45	3	0	361	14	323	23	1	0
AML Norte (a)	78	13	0	363	21	239	78	25	0	366	16	281	63	6	0
AML Sul (a)	65	15	0	363	22	235	73	33	0	366	17	285	53	11	0
Setúbal (a)	68	7	0	354	12	240	81	21	0	357	16	270	60	11	0
Península de Setúbal/ Alcácer do Sal	58	6	0	312	17	238	48	9	0	322	11	255	46	10	0
Alentejo Litoral	32	6	0	363	53	264	38	8	0	366	22	304	36	4	0
Alentejo Interior	36	6	1	90	11	70	5	4	0	290	49	208	23	10	0
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0	0	230	4	182	40	4	0
Portimão/Lagoa (a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Albufeira/Loulé (a)	25	1	0	0	0	0	0	0	0	243	4	209	28	2	0
Faro/Olhão (a)	9	1	0	279	2	220	55	2	0	238	3	204	28	3	0
Açores	3	0	0	322	45	276	1	0	0	282	27	253	2	0	0
Funchal (a)	32	8	0	196	2	159	25	10	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Nota: (a) aglomeração



Quadro 2.15 - Concentrações médias octo-horárias de ozono troposférico e nº de excedências ao valor alvo para a proteção da saúde humana

Estações por aglomeração/zona		2008		2009		2010		2011		2012	
		Exc. (N.º de dias)	Conc. (ug/m ³)	Exc. (N.º de dias)	Conc. (ug/m ³)	Exc. (N.º de dias)	Conc. (ug/m ³)	Exc. (N.º de dias)	Conc. (ug/m ³)	Exc. (N.º de dias)	Conc. (ug/m ³)
Aglomeração	Braga	1	130	1	124	10	169	17	170	13	160
	Vale do Ave	7	177	27	176	16	193	4	130	6	141
	Vale do Sousa	5	158	13	155	5	151	10	155	15	152
	Porto Litoral	8	161	10	213	8	165	7	178	4	139
	Aveiro/Ilhavo	10	149	16	155	21	187	13	157	7	143
	Coimbra	3	130	22	172	17	168	0	112	1	124
	AML Norte	9	167	33	171	22	166	17	175	10	174
	AML Sul	6	160	5	166	19	159	17	156	11	172
	Setúbal	6	159	22	166	28	156	16	149	10	163
Zona	Norte Litoral	11	155	1	123	3	133	26	159	28	156
	Norte Interior	47	202	78	210	65	240	67	192	31	171
	Z. Infl. de Estarreja	7	172	8	170	32	202	4	131	11	154
	Centro Litoral	8	155	22	185	29	198	52	169	7	147
	Centro Interior	19	148	48	181	65	212	14	136	22	174
	Vale do Tejo e Oeste	23	174	55	165	56	193	38	181	24	162
	Pen. Setúbal/Álcacer do Sal	7	162	31	183	35	154	26	186	16	157
	Zona Sul	8	144	18	142	0	110	16	135	31	140
	RAM	3	151	11	156	1	121	0	114	x	x
	Açores	5	135	4	147	2	125	0	119	0	111

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Quadro 2.16 - Concentração média anual de partículas PM₁₀

Ano	Estações (N.º)	Concentração PM ₁₀ (ug/m ³)
2000	12	37,0
2001	20	45,3
2002	32	34,3
2003	43	37,2
2004	56	31,4
2005	60	34,0
2006	59	32,0
2007	65	32,0
2008	60	24,0
2009	63	25,0
2010	69	24,0
2011	68	24,0
2012	61	19,0

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.



Quadro 2.17 - Emissão de substâncias precursoras de ozono troposférico, por poluente e por setor de emissão

Unidade: kt de COVNM equivalente

Unidade: kt de CO2NM equivalente											
Poluente	Total	Setor de emissão									
		Energia						Processos industriais	Uso de solventes	Agricultura	Resíduos
		Queima de Combustíveis					Emissões fugitivas				
		Total	Indústria da Energia	Combustão Ind. Transformadora	Transportes	Outros					
NOx (inclui NO2)											
1990	278,7	270,8	74,7	45,9	103,1	47,1	0,0	4,7	0,0	3,1	0,1
1991	292,4	284,2	78,0	47,8	108,9	49,5	0,0	4,9	0,0	3,1	0,1
1992	313,3	305,4	89,6	49,5	116,8	49,5	0,0	4,9	0,0	2,8	0,1
1993	304,1	296,7	80,9	50,9	115,2	49,7	0,1	4,7	0,0	2,6	0,1
1994	305,9	297,9	78,5	52,5	114,7	52,2	0,3	4,7	0,0	2,9	0,1
1995	317,4	308,8	87,9	55,0	116,4	49,5	0,5	5,2	0,0	2,8	0,1
1996	307,1	298,4	70,7	56,4	118,3	52,9	0,4	5,2	0,0	3,0	0,1
1997	307,9	298,7	69,0	60,1	119,3	50,3	0,5	5,6	0,0	3,0	0,1
1998	315,9	306,8	73,3	60,5	128,2	44,8	0,5	5,7	0,0	2,9	0,1
1999	324,1	314,8	77,1	62,1	128,8	46,8	0,5	5,9	0,0	2,8	0,1
2000	319,8	310,5	65,5	61,4	135,1	48,6	0,4	6,0	0,0	2,8	0,1
2001	322,6	313,7	63,9	61,2	136,2	52,4	0,5	5,4	0,0	2,8	0,1
2002	328,0	319,1	72,9	60,0	133,6	52,7	0,5	5,6	0,0	2,7	0,1
2003	305,2	296,0	57,6	57,0	130,0	51,5	0,6	5,8	0,0	2,6	0,2
2004	312,9	302,9	57,3	60,8	130,8	54,0	0,6	6,2	0,0	2,4	0,9
2005	315,9	305,7	64,6	59,6	126,5	55,0	0,6	6,3	0,0	2,2	1,1
2006	290,6	280,4	52,8	56,9	126,1	44,6	0,6	6,4	0,0	2,2	1,1
2007	283,8	273,5	49,8	57,3	123,6	42,8	0,6	6,5	0,0	2,3	0,8
2008	254,6	244,3	40,7	53,8	111,6	38,3	0,5	6,3	0,0	2,3	1,3
2009	240,0	230,1	35,7	48,5	108,3	37,5	0,4	6,2	0,0	2,3	1,0
2010	226,6	216,1	23,0	50,9	105,9	36,3	0,5	6,4	0,0	2,2	1,5
2011	214,4	203,9	25,6	46,7	98,5	33,2	0,5	6,7	0,0	2,1	1,1
COVNM											
1990	289,2	165,2	0,4	5,6	134,3	24,8	18,0	28,8	71,4	2,6	3,2
1991	292,9	169,2	0,5	5,7	138,9	24,1	17,8	27,2	72,6	2,7	3,3
1992	297,5	175,6	0,6	6,1	145,4	23,5	19,6	28,2	68,4	2,4	3,4
1993	285,8	169,2	0,5	6,2	139,4	23,2	20,2	27,0	63,8	2,1	3,5
1994	284,5	161,3	0,4	5,9	131,9	23,1	23,0	28,3	65,8	2,5	3,6
1995	278,9	156,8	0,5	6,4	127,0	22,9	22,6	29,0	64,4	2,4	3,8
1996	278,4	151,7	0,4	6,5	121,4	23,4	20,3	30,5	69,5	2,6	3,9
1997	277,7	142,8	0,4	7,0	113,0	22,4	22,4	33,6	72,2	2,6	4,0
1998	275,5	137,1	0,5	6,9	108,7	21,0	22,7	34,2	74,7	2,6	4,2
1999	269,2	130,5	0,9	7,5	101,6	20,6	23,5	33,7	74,5	2,6	4,4
2000	255,2	115,9	0,7	7,2	87,8	20,3	21,9	34,6	75,7	2,5	4,6
2001	242,1	99,2	0,8	7,3	71,0	20,1	23,1	35,9	76,7	2,5	4,7
2002	239,1	97,7	0,9	7,5	69,5	19,7	21,1	36,9	76,2	2,4	4,8
2003	223,2	84,5	0,8	7,5	57,3	19,0	21,6	37,2	72,9	2,3	4,7
2004	218,4	77,9	0,9	8,2	50,2	18,6	21,8	38,1	71,0	2,0	7,5
2005	207,2	70,0	1,0	8,0	42,5	18,5	21,0	37,0	68,9	1,9	8,5
2006	200,1	62,9	0,9	8,0	36,8	17,2	21,4	35,5	69,8	1,9	8,6
2007	194,3	57,9	0,9	7,9	32,5	16,6	20,5	37,1	69,3	2,1	7,5
2008	186,9	52,3	1,1	7,5	28,0	15,7	19,9	37,4	65,7	2,1	9,5
2009	174,7	49,3	1,4	7,8	25,1	15,0	17,5	36,9	60,6	2,1	8,3
2010	177,2	45,9	1,7	7,6	22,1	14,4	18,4	37,3	63,0	2,0	10,6
2011	176,6	42,7	1,8	7,6	18,5	14,8	17,1	37,7	67,7	1,9	9,5

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. / Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 2.18 - Emissão de substâncias acidificantes e eutrofizantes por poluente e setor de emissão

Unidade: kt de equivalente ácido

Poluente	Total	Setor de emissão									
		Energia						Processos industriais	Uso de solventes	Agricultura	Resíduos
		Queima de Combustíveis					Emissões fugitivas				
		Total	Indústria da Energia	Combustão Ind. Transformadora	Transportes	Outros					
NOx (inclui NO ₂)											
1990	4 966,0	4 825,5	1 330,8	818,5	1 836,6	839,5	0,6	83,5	0,0	54,5	1,9
1991	5 209,9	5 063,8	1 390,3	852,0	1 939,8	881,7	0,7	87,7	0,0	55,7	1,9
1992	5 583,7	5 442,6	1 597,2	881,8	2 081,8	881,8	0,8	88,1	0,0	50,3	1,9
1993	5 419,8	5 287,3	1 442,4	907,2	2 052,2	885,4	1,0	83,5	0,0	46,1	2,0
1994	5 451,0	5 308,2	1 399,3	934,9	2 043,4	930,6	5,3	84,6	0,0	50,9	2,0
1995	5 655,6	5 502,5	1 566,3	981,0	2 073,9	881,3	8,7	92,9	0,0	49,5	2,0
1996	5 471,7	5 316,8	1 260,3	1 005,3	2 108,3	942,8	7,6	92,6	0,0	52,7	2,1
1997	5 486,8	5 322,5	1 229,3	1 071,7	2 125,4	896,1	9,8	99,7	0,0	52,6	2,2
1998	5 629,7	5 466,3	1 305,8	1 078,0	2 284,7	797,8	9,0	100,8	0,0	51,5	2,1
1999	5 775,0	5 609,5	1 373,8	1 106,2	2 295,5	833,9	8,2	104,5	0,0	50,8	2,1
2000	5 698,4	5 533,1	1 167,0	1 094,1	2 406,8	865,2	7,3	106,2	0,0	49,7	2,2
2001	5 748,8	5 590,6	1 138,3	1 091,3	2 427,1	933,9	9,0	97,1	0,0	49,8	2,3
2002	5 845,4	5 686,9	1 298,3	1 068,9	2 380,9	938,8	8,9	99,6	0,0	47,5	2,4
2003	5 438,2	5 275,5	1 026,9	1 015,2	2 316,2	917,1	10,1	103,6	0,0	45,9	3,0
2004	5 576,3	5 397,8	1 021,5	1 082,8	2 331,3	962,2	10,3	110,9	0,0	41,9	15,3
2005	5 628,8	5 448,1	1 150,3	1 062,4	2 254,8	980,5	9,8	111,6	0,0	39,4	19,8
2006	5 179,2	4 996,1	940,8	1 013,4	2 246,5	795,4	9,8	113,3	0,0	39,8	20,2
2007	5 057,4	4 874,5	887,6	1 021,2	2 202,7	763,0	9,9	116,3	0,0	41,7	15,0
2008	4 537,1	4 353,3	724,9	958,1	1 988,2	682,1	8,1	111,4	0,0	41,2	23,0
2009	4 277,3	4 099,8	635,4	865,1	1 930,2	669,1	7,6	110,0	0,0	41,5	18,3
2010	4 038,1	3 850,3	409,7	907,3	1 886,5	646,8	9,2	113,7	0,0	39,0	25,9
2011	3 820,3	3 634,0	455,5	831,7	1 756,0	590,8	8,8	119,8	0,0	37,8	19,9
SOx (inclui SO ₂)											
1990	5 060,2	4 628,6	1 304,1	2 553,2	452,3	319,0	15,5	407,8	0,0	3,7	4,6
1991	4 781,6	4 423,7	1 314,1	2 341,4	471,3	296,9	13,0	335,8	0,0	3,8	5,3
1992	5 238,3	4 960,1	1 696,5	2 472,7	499,6	291,2	14,0	257,6	0,0	3,2	3,4
1993	5 003,1	4 674,5	1 675,7	2 188,8	512,3	297,6	82,4	240,2	0,0	2,7	3,3
1994	5 232,2	4 969,0	1 737,2	2 310,7	539,9	381,1	60,6	196,8	0,0	3,4	2,5
1995	5 398,9	4 974,9	1 782,6	2 403,3	438,1	350,9	124,9	293,5	0,0	3,3	2,3
1996	5 075,2	4 580,3	1 561,6	2 490,0	256,7	272,0	150,4	334,1	0,0	3,7	6,7
1997	5 361,9	4 854,3	1 561,5	2 820,3	265,3	207,1	169,4	327,8	0,0	3,7	6,7
1998	5 863,4	5 333,0	1 955,2	2 828,8	284,8	264,2	172,0	347,9	0,0	3,6	6,9
1999	4 374,5	3 807,0	1 948,6	1 272,8	287,0	298,5	187,8	368,9	0,0	3,5	7,4
2000	3 945,4	3 371,9	1 695,0	1 228,3	158,6	290,0	164,2	397,9	0,0	3,4	8,0
2001	3 493,3	2 956,8	1 444,1	1 071,2	157,7	283,9	183,3	343,1	0,0	3,4	6,6
2002	3 380,2	2 866,7	1 469,8	934,8	161,7	300,4	168,3	335,7	0,0	3,2	6,3
2003	3 112,5	2 523,0	1 110,9	1 071,8	161,7	178,6	185,7	392,8	0,0	3,0	8,0
2004	3 048,8	2 449,3	1 046,9	1 057,8	163,1	181,5	184,5	401,5	0,0	2,6	11,0
2005	2 704,2	2 130,0	884,0	1 006,2	76,6	163,3	186,4	374,5	0,0	2,3	11,0
2006	2 497,5	1 987,6	841,7	926,2	76,6	143,0	186,4	312,1	0,0	2,4	9,1
2007	2 471,6	1 905,8	787,6	906,5	76,4	135,3	183,0	370,6	0,0	2,7	9,7
2008	2 310,2	1 794,4	774,2	845,9	75,7	98,5	157,4	345,0	0,0	2,6	10,8
2009	1 784,0	1 457,9	482,2	811,7	64,5	99,5	142,8	176,1	0,0	2,7	4,4
2010	1 684,7	1 325,1	368,5	783,1	65,1	108,4	170,0	180,9	0,0	2,4	6,2
2011	1 467,9	1 135,0	286,5	701,4	57,8	89,4	149,6	176,1	0,0	2,3	4,9
NH ₃											
1990	3 740,5	37,2	0,0	33,2	3,8	0,2	0,0	120,5	0,0	3 013,6	569,2
1991	3 714,9	40,6	0,0	36,3	4,1	0,2	0,0	100,2	0,0	3 036,9	537,2
1992	3 680,0	42,4	0,0	37,7	4,6	0,2	0,0	135,9	0,0	3 001,9	499,7
1993	3 516,9	56,6	0,0	39,6	16,8	0,2	0,0	115,2	0,0	2 880,9	464,2
1994	3 607,1	63,8	0,0	36,3	27,4	0,2	0,0	125,3	0,0	2 994,1	424,0
1995	3 476,0	73,9	0,0	37,3	36,5	0,2	0,0	105,4	0,0	2 918,5	378,2
1996	3 555,4	79,6	0,0	33,8	45,6	0,2	0,0	120,1	0,0	3 018,8	337,0
1997	3 557,3	98,2	0,0	42,2	55,9	0,1	0,0	121,8	0,0	3 040,9	296,4
1998	3 413,5	111,4	0,0	42,6	68,8	0,1	0,0	113,6	0,0	2 933,3	255,2
1999	3 504,8	122,9	0,1	42,2	80,6	0,1	0,0	116,2	0,0	3 050,7	215,0
2000	3 582,7	134,7	0,2	42,3	92,1	0,1	0,0	126,6	0,0	3 121,8	199,5
2001	3 438,3	130,8	0,2	43,0	87,5	0,1	0,0	111,2	0,0	3 011,5	184,9
2002	3 398,0	135,2	0,2	43,6	91,3	0,1	0,0	116,5	0,0	2 957,9	188,4
2003	3 043,6	132,4	0,2	42,6	89,5	0,1	0,0	112,7	0,0	2 641,2	157,3
2004	3 065,1	128,7	0,2	42,1	86,4	0,1	0,0	145,4	0,0	2 655,5	135,5
2005	2 935,7	152,5	0,2	43,6	108,5	0,1	0,0	132,3	0,0	2 537,7	113,2
2006	2 829,9	145,8	0,2	44,4	101,1	0,1	0,0	114,6	0,0	2 441,6	127,9
2007	2 881,3	139,3	0,2	45,4	93,5	0,1	0,0	132,1	0,0	2 497,4	112,5
2008	2 781,9	130,4	0,2	42,6	87,5	0,1	0,0	99,0	0,0	2 435,7	116,7
2009	2 743,0	116,4	0,2	31,2	84,8	0,1	0,0	67,9	0,0	2 442,7	116,0
2010	2 775,9	109,9	0,2	31,9	77,6	0,1	0,0	88,3	0,0	2 452,2	125,5
2011	2 746,7	86,4	0,2	18,1	67,9	0,1	0,0	86,8	0,0	2 443,9	129,6

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.



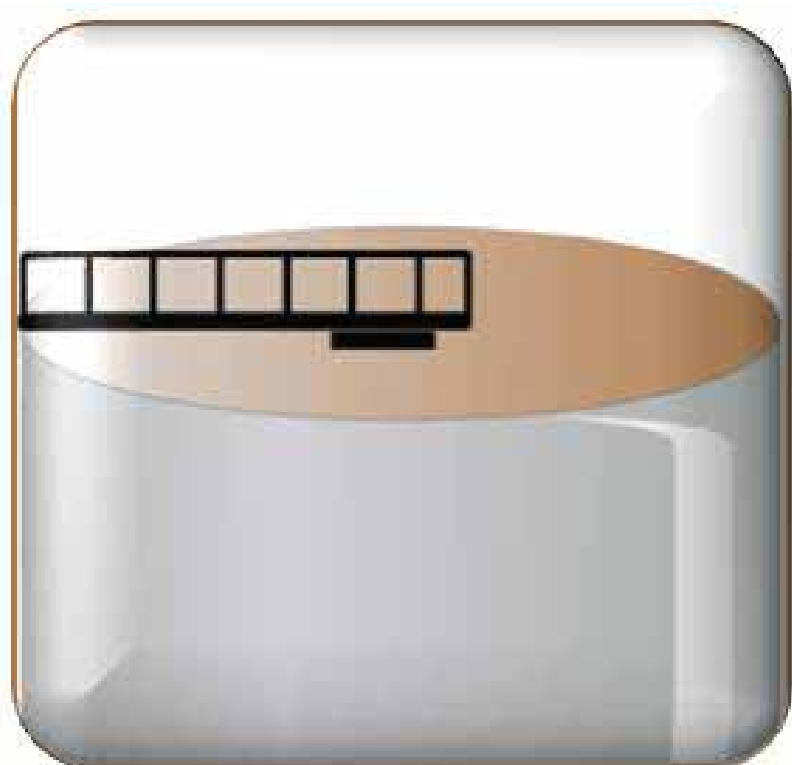
Quadro 2.19 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da qualidade do ar e clima, por setor institucional e agregado económico

Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2008	2009	2010	2011	2012
Administrações Públicas					
Total das despesas	2 628 (Rv)	4 312 (Rv)	6 291 (Rv)	11 230	7 247
Despesas correntes	2 332	4 032	6 261	10 795	6 833
Despesas com o pessoal	94	164	171	145	79
Aquisição de bens e serviços	2 180	3 630	6 021	6 625	2 679
Transferências correntes	58	238	23	4 024	4 054
Outras despesas correntes	æ	0	46	æ	21
Despesas de capital	296	280	30	435	414
Investimentos	296	280	30	435	414
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Central					
Total das despesas	2 430 (Rv)	4 059 (Rv)	5 989 (Rv)	10 536	6 464
Despesas correntes	2 285	3 857	5 973	10 531	6 464
Despesas com o pessoal	72	73	72	67	9
Aquisição de bens e serviços	2 154	3 551	5 886	6 449	2 412
Transferências correntes	58	232	16	4 015	4 043
Outras despesas correntes	0	0	0	æ	0
Despesas de capital	146	202	16	5	0
Investimentos	146	202	16	5	0
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	0	0	0	243	45
Despesas correntes	0	0	0	24	45
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	0	0	0	24	38
Transferências correntes	0	0	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	7
Despesas de capital	0	0	0	218	0
Investimentos	0	0	0	218	0
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	12	32	75	0	0
Despesas correntes	8	32	61	0	0
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	8	32	61	0	0
Transferências correntes	0	0	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	4	æ	14	0	0
Investimentos	4	æ	14	0	0
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	186	221	227	451	738
Despesas correntes	40	143	227	240	324
Despesas com o pessoal	22	91	99	78	70
Aquisição de bens e serviços	18	47	75	152	229
Transferências correntes	0	6	7	10	10
Outras despesas correntes	æ	0	46	æ	14
Despesas de capital	146	78	0	212	414
Investimentos	146	78	0	212	414
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



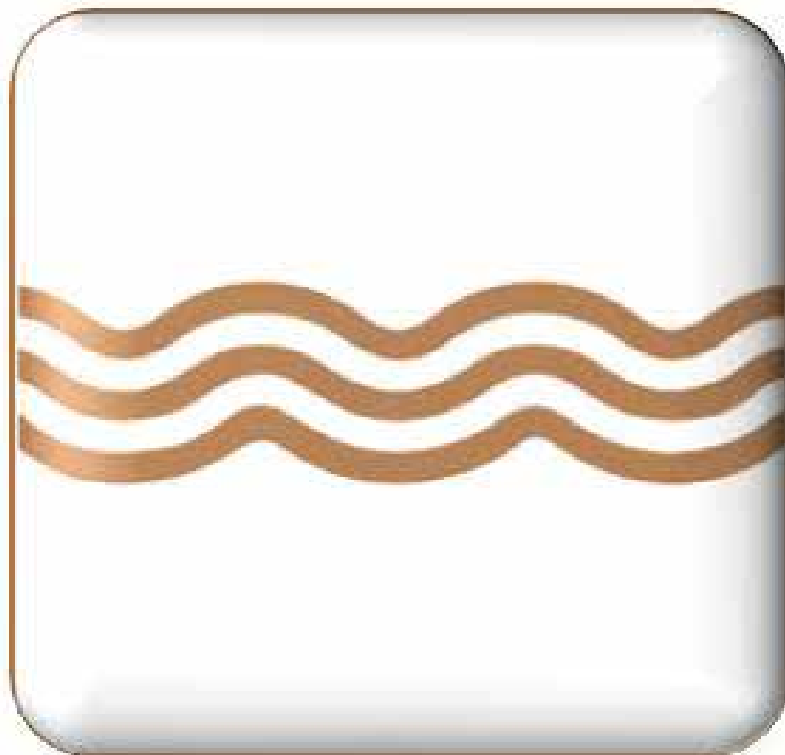


**Águas
residuais**

3 - ÁGUAS RESIDUAIS

- O INE estabeleceu um protocolo com a Entidade Reguladora de Serviços de Água e Resíduos a fim de utilizar a informação administrativa resultante do Sistema de Avaliação de Qualidade de Serviço das Entidades Gestoras de Serviços de Águas e Resíduos.
- Todavia, dadas algumas condicionantes de desagregação geográfica e cobertura de dados (2011), ainda não foi possível disponibilizar resultados desta nova fonte de informação para esta temática, com exceção de estimativa global de águas residuais drenadas que por motivos de simplificação foi apresentado no Capítulo 1 junto da informação do serviço de abastecimento de água.
- Esta nova fonte de informação administrativa visa igualmente servir os fins estatísticos que até ao ano de referência de 2009 eram garantidos com a operação Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento e de Águas Residuais (INSAAR), o qual foi interrompido pela Agência Portuguesa do Ambiente desde 2010.





**Solos, águas
subterrâneas
e
superficiais**

4 - SOLOS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS

- A atividade humana é um fator de pressão sobre o ambiente e clima, nomeadamente sobre a água, recurso essencial à vida e subsistência da vida no planeta, e que será alvo de análise neste capítulo.
- As descargas de águas residuais e a utilização de fertilizantes e pesticidas na agricultura são fontes de poluição, que exercem especial pressão sobre os solos e massas de água (interiores e costeiras). A sua sustentabilidade implica bons níveis de salubridade e qualidade que garantam a continuidade da sua utilização para as mais diversas atividades humanas ou preservem o equilíbrio de habitats e ecossistemas.
- Neste capítulo disponibilizam-se dados sobre a constituição de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), tendo em conta a sua importância para a gestão sustentada da floresta. Apresentam-se também dados sobre a qualidade da água para consumo humano distribuída pelos sistemas públicos urbanos e dados sobre a qualidade das massas de água por bacias hidrográficas bem como sobre qualidade das águas balneares.
- Apresenta-se ainda, pela primeira vez, informação relativa a praias com “Bandeira Azul”, galardão atribuído a zonas balneares que reúnam não só boas condições de comodidade aos utilizadores (facilidade de acessos, instalações sanitárias, meios de socorro e auxílio em casos de emergência, serviços de restauração, etc.) como igualmente condições ambientais e de qualidade da água.
- Por motivos apontados no capítulo 1, relacionados com as dificuldades surgidas no apuramento exaustivo e desagregação geográfica da informação administrativa obtida pela ERSAR, não é ainda possível disponibilizar informação sobre saneamento de águas residuais urbanas geridas pelos sistemas públicos urbanos.

Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Despesa na Proteção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais		 Resposta	Em 2012, a despesa das Administrações Públicas na Proteção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais diminuiu 40,0%, fixando-se nos 63 milhões de euros.



4 - SOLOS, ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS

O solo pode apresentar-se mais ou menos modificado como resultado da sua utilização pelo Homem. O solo está a ser degradado como resultado das pressões exercidas pelos diversos setores económicos, que muitas vezes têm intervenções inadequadas sobre este meio natural.

A construção em solos com aptidão agrícola ou florestal, a deposição de material contaminado e a erosão acelerada devida a práticas agrícolas insustentáveis, são alguns dos exemplos que promovem a degradação do solo.

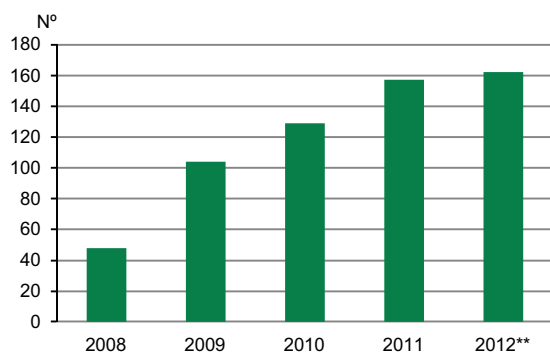
Embora ainda não exista uma política europeia explícita centrada na proteção do solo, há instrumentos da UE que pretendem garantir a sua preservação como por exemplo as medidas agroambientais.

Neste capítulo apresentam-se alguns indicadores que permitem retratar o estado deste meio natural - o Solo.

4.1 – SOLO

4.1.1 – Ocupação do Solo

Figura 4.1 - Número de ZIF constituídas* em julho de 2013

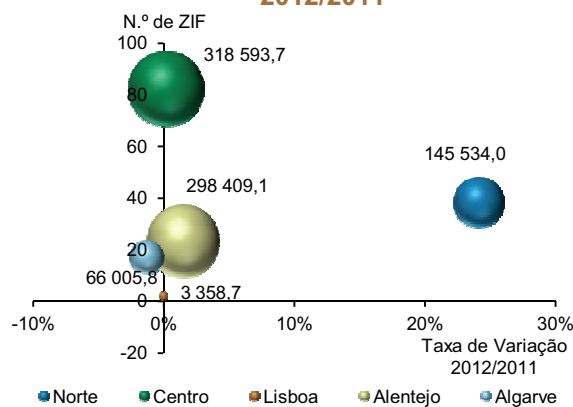


Nota: * Valores acumulados ** Dados até 25 de Julho de 2013

Fonte: INE, I. P.

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) têm como objetivo promover a integração das diferentes vertentes da política para os espaços florestais, designadamente a gestão sustentável dos espaços florestais, conservação da natureza e biodiversidade, proteção do solo e recursos hídricos, desenvolvimento rural, proteção civil e fiscalidade¹.

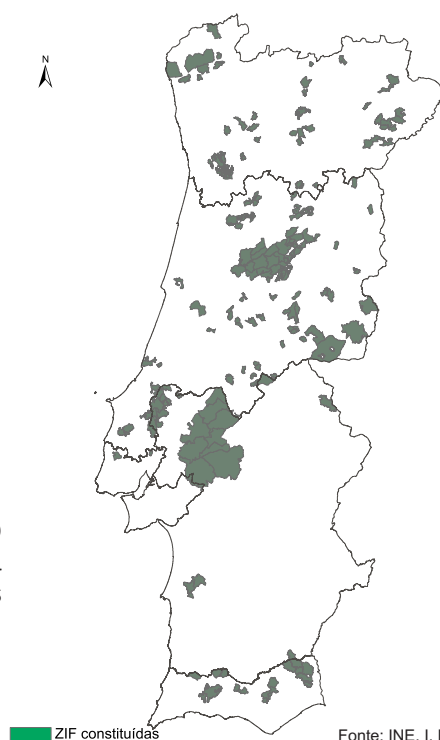
Figura 4.3 - Taxa de variação das ZIF constituídas 2012/2011



Dimensão dos globos representa a Área em ha das ZIF

Fonte: INE, I. P.

Figura 4.2 - Distribuição das ZIF



Fonte: INE, I. P.

Na série temporal em análise verifica-se que o número de ZIF constituídas no Continente apresenta um forte crescimento (taxa média anual de 35,5%). A maior parte das ZIF foram criadas em 2009 (56), sendo que em 2012, apenas foram criadas 5 ZIF.

Atualmente existem constituídas 162 ZIF que abrangem uma superfície florestal de 847 mil hectares.

A região que apresenta uma maior dinâmica é o Centro com cerca de 318 594 hectares, seguida da região do Alentejo (298 409 ha) e do Norte (145 534 ha).

¹ Decreto-Lei n.º15/2009.

Em termos reais, verifica-se em 2012 um aumento da área com intervenção florestal na maioria das regiões, sendo que o crescimento mais acentuado ocorreu na região do Norte (+24,2%). Em oposição, a região do Algarve foi a única que registou um decréscimo de 1,3%, face ao ano anterior.

Em 2012 dos 278 municípios existentes no Continente, 142 apresentavam ZIF. Destes, 66,2% tinham menos de 15,0% da área geográfica total ocupada, e apenas 10,6% apresentam mais de 45,0% do seu território ocupado com ZIF.

Salienta-se que as Regiões do Centro e do Alentejo são as que apresentavam maior número de ZIF de grande dimensão.

4.2 – QUALIDADE DE ÁGUA

4.2.1 – Qualidade de água para consumo humano

A informação apresentada neste ponto refere-se apenas aos dados disponíveis para o território do Continente e da região Autónoma da Madeira, não existindo dados para a Região Autónoma dos Açores.

A Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), é o organismo nacional competente para regulação e supervisão do setor dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos no Continente. Nesta medida, entre outras valências do setor, monitoriza as ações que as respetivas entidades gestoras devem realizar regularmente no controlo da qualidade da água para consumo humano.

De acordo com os dados mais recentes sobre o controlo da qualidade da água para consumo humano, Portugal (Continente) alcançou desde 2008 um nível de cumprimento de análises regulamentares obrigatórias sempre acima dos 99,3%.

Em termos absolutos, é de realçar que no último biénio 2011-2012 o número de análises em falta decresceu de forma expressiva, fixando-se em 844 análises em falta (valor médio nos 2 anos). Em 2008 ainda se registaram 4 217 análises em falta.

O ano de 2010 apresentou um valor de 1 815 análises em falta, cerca do dobro do valor registado em 2009 (914 análises em falta), o que ficou a dever-se a rotura na capacidade de resposta de alguns dos laboratórios especializados neste tipo de análises.

Figura 4.4 - Importância das ZIF por município (ZIF constituídas em julho de 2013)

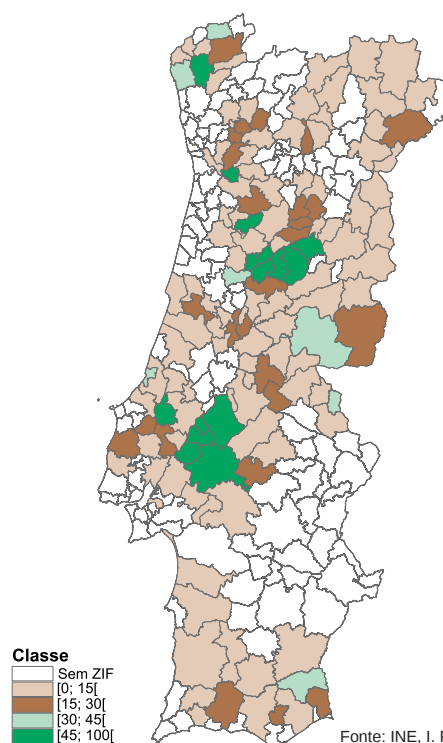
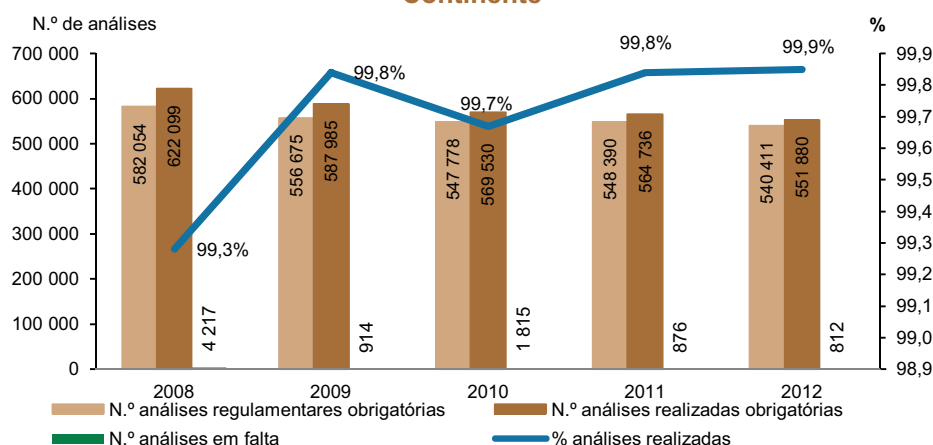
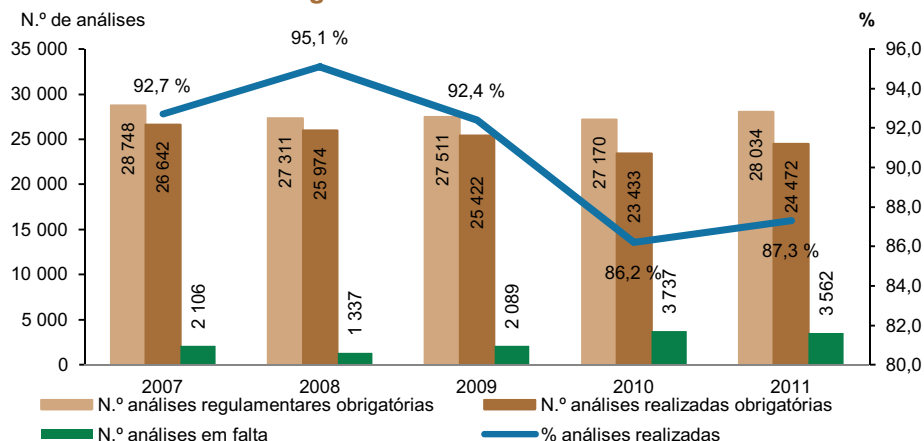


Figura 4.5 - Análises efetuadas em relação ao regulamentar Continente



**Figura 4.6 - Análises efetuadas em relação ao regulamentar
Região Autónoma da Madeira**

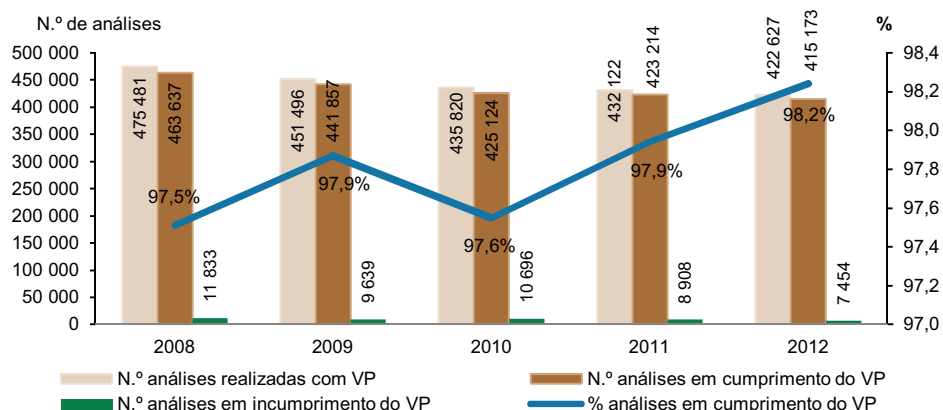


Todavia, na Região Autónoma da Madeira, verificou-se um agravamento da situação tendo em conta que no período 2008-2010 o número de análises em falta mais que duplicaram, fixando-se em 3 737 em 2010.

Em 2011 regista-se uma inversão na tendência, dado que se verificou uma redução ligeira no número de análises em falta decrescendo 3,8% face a 2010. Ainda assim, num número superior ao dobro do valor registado em 2008 que se fixou em 1 337 análises em falta.

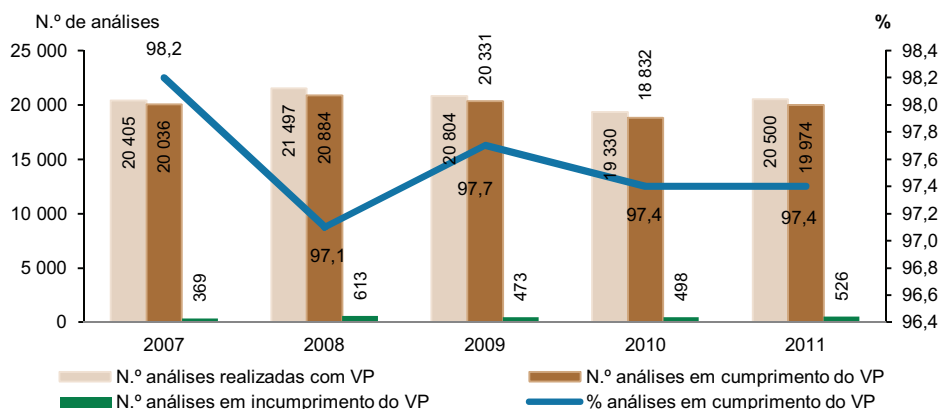
No que se refere à monitorização das normas de qualidade da água fixadas na legislação, verifica-se que a proporção de análises que revelam o cumprimento dos valores paramétricos segue uma tendência crescente, fixando-se em 98,2% no ano de 2012.

**Figura 4.7 - Análises efetuadas em cumprimento do valor paramétrico
Continente**



Fonte: INE, I. P.

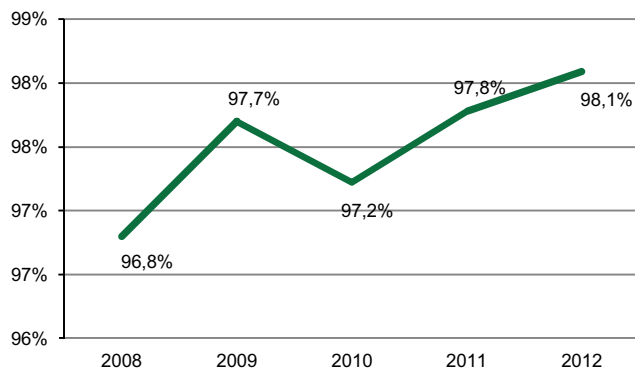
**Figura 4.8 - Análises efetuadas em cumprimento do valor paramétrico
Região Autónoma da Madeira**



Assinala-se que até julho de 2013 foram aprovados fundos no montante de 521,6 milhões de euros em projetos financiados pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013) para a melhoria e o desenvolvimento de sistemas de abastecimento de água.

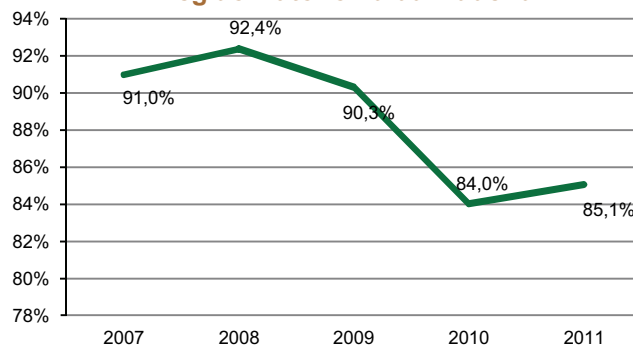
No referido período registava-se a execução de 267,4 milhões de euros referentes a estes mesmos projetos, o que corresponde a 51,3% dos respetivos fundos aprovados.

Figura 4.9 - Água Segura - Continente



Fonte: INE, I. P.

Figura 4.10 - Água Segura Região Autónoma da Madeira



Fonte: INE, I. P.

O indicador Água Segura estipulado pela ERSAR corresponde à percentagem de água controlada e de boa qualidade e trata-se simplesmente do produto da percentagem de análises realizadas multiplicada pela percentagem de análises em cumprimento dos valores paramétricos (ver conceito de água segura). Em 2012 registou-se no território do Continente um nível de água segura de 98,1%, o que revela uma melhoria de 0,4 p.p. face ao ano de 2011 que se situava em 97,8%.

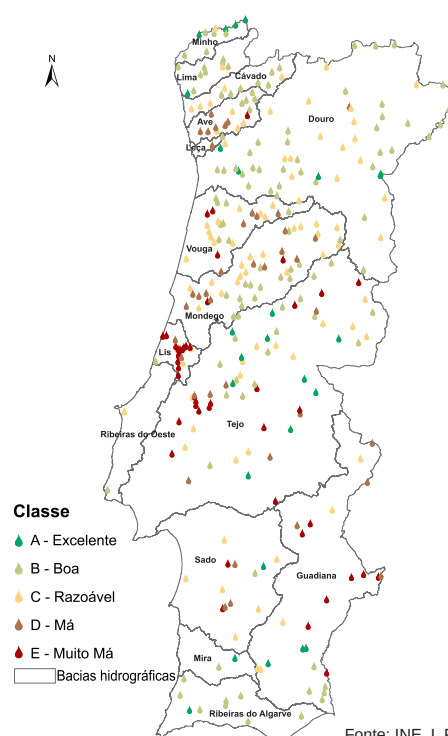
Na Região Autónoma da Madeira (2011) regista-se um agravamento do indicador de água segura. Embora se assinale uma ligeira melhoria de 2010 para 2011, os níveis alcançados neste último biénio, estão abaixo dos valores alcançados no biénio 2008-2009, anos em que se atingiram níveis de água segura de 92,4% e 90,3%, respetivamente.

4.2.2 – Qualidade das massas de água superficiais e subterrâneas

Figura 4.11 - Classe de qualidade das águas superficiais, por estações e por bacias hidrográficas

2012

Bacia	Classe de Qualidade				
	A	B	C	D	E
Total	26	119	86	40	46
Âncora, Lima e Neiva	1	8	1	0	0
Arade e Ribeiras do Algarve	1	8	0	0	0
Ave e Leça	0	6	4	7	1
Cávado	0	8	5	0	0
Douro	5	35	18	1	0
Guadiana	3	5	5	4	8
Lis	0	0	2	2	15
Minho	4	5	1	0	0
Mira	1	1	0	0	0
Mondego	0	15	18	11	2
Ribeiras do Oeste	0	2	1	0	0
Sado e Ribeiras do Alentejo	1	1	6	3	2
Tejo	10	17	14	7	15
Vouga	0	8	11	5	3



Fonte: INE, I. P.



Na Figura 4.11 apresenta-se a distribuição espacial das estações de monitorização da qualidade das massas de águas superficiais no território continental, de acordo com os níveis de qualidade registados por estação e bacia hidrográfica no ano de 2012.

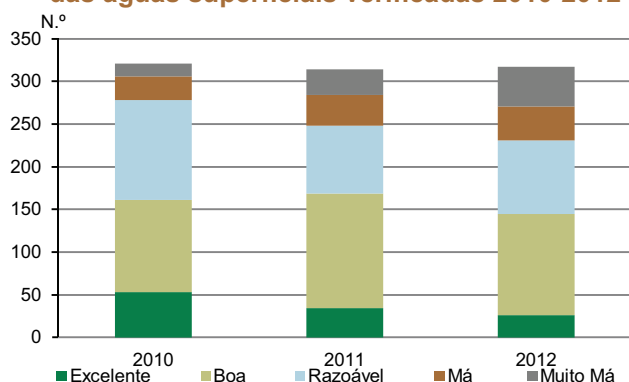
Assinala-se que do conjunto de 317 estações de monitorização da qualidade das massas de água, apenas 26 (8,2%) registaram um nível de qualidade “Excelente”, das quais, 10 localizadas na bacia hidrográfica do Tejo. Contudo, é também nesta bacia hidrográfica que se verifica um número significativo de estações com níveis de qualidade da água classificados como “Muito Má”, fixando-se em 15 estações (32,6%) num total de 46 com semelhante nível registado. Destaca-se ainda a bacia do Lis onde existem igualmente 15 estações com registos de qualidade de água “Muito Má”.

De referir, contudo, que na bacia do Tejo as estações com leituras de qualidade de água “Muito Má” correspondem apenas a 23,8% das estações existentes, enquanto na bacia do Lis representavam 78,9% do total das estações nesta bacia.

Avaliando as bacias hidrográficas segundo os níveis de qualidade registados pelas respetivas estações destacam-se as bacias do rio Mira, do rio Arade e Ribeiras do Algarve onde a totalidade das estações registaram níveis de qualidade de água “Boa” ou “Excelente”. A bacia do Âncora, Lima e Neiva encontra-se igualmente bem avaliada com 90,0% das estações a apresentarem água de boa ou excelente qualidade.

Pelo contrário, releva-se bacia do rio Lis, onde 89,5% das estações registaram níveis de qualidade da água de “Má” ou “Muito Má”, seguindo-se a bacia hidrográfica do Guadiana onde 48,0% das estações registaram também níveis de qualidade de água de “Má” ou “Muito Má”.

Figura 4.12 - Estações por classes de qualidade das águas superficiais verificadas 2010-2012



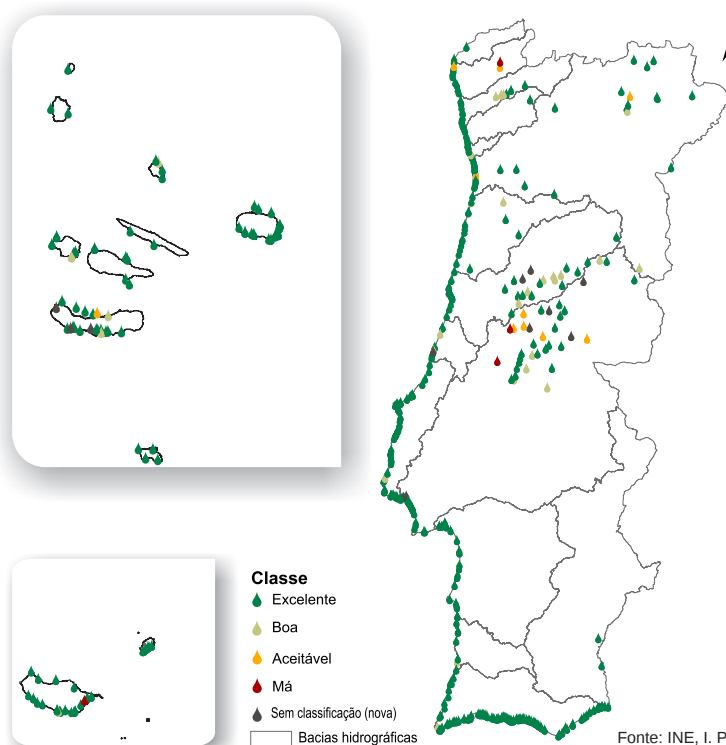
Fonte: INE, I. P.

Em termos globais, no período 2010-2012 verificou-se um decréscimo médio anual de 30,0% no número de estações que registaram níveis de qualidade da água “Excelente”, fixando-se em 26 estações em 2012, quando em 2010 o seu número ascendia a 53. O número de estações que registaram níveis de qualidade da água de “Má” e “Muito Má” aumentaram significativamente a um ritmo médio anual de 19,5% e 75,1% respetivamente. Em termos absolutos destacam-se as estações com nível de qualidade de água “Muito Má” que, de 2010 para 2011, duplicaram (15 para 30) e de 2011 para 2012 aumentaram mais de metade do valor inicial (30 para 46).

4.2.3 – Qualidade das águas balneares

Na Figura 4.13 representa-se a distribuição espacial das estações de avaliação da qualidade das águas balneares, segundo os níveis de qualidade verificados em 2012.

Figura 4.13 - Classe de qualidade das águas balneares, por estações e por bacias hidrográficas



Na Figura 4.14 apresenta-se a distribuição do número de estações de monitorização da qualidade das águas balneares segundo os níveis de qualidade verificados em cada um dos anos no período de 2010 a 2012.

Em termos médios anuais regista-se um acréscimo de 8,9% no número de estações águas balneares monitorizadas, atingindo um total de 89 em 2012 (75 em 2010). Contudo, verificou-se que o número de estações de águas balneares com qualidade de água “Excelente” manteve-se praticamente estável no período. Na medida em que nas novas estações de águas balneares que foram alvo de monitorização, o número de águas balneares com qualidade de “Má” ou “Sem classificação” aumentou em semelhante proporção.

Figura 4.14 - Avaliação das águas balneares interiores em cumprimento das normas de qualidade (nº de estações)

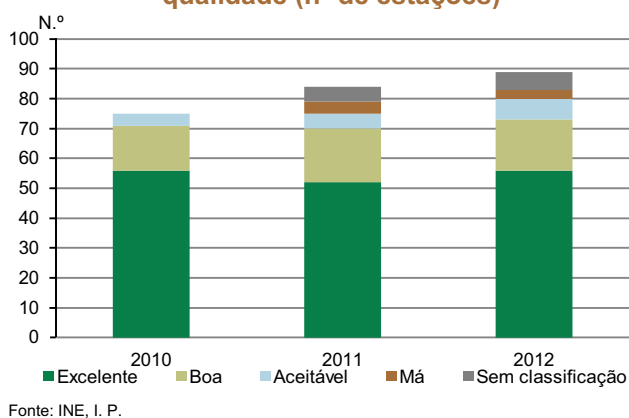
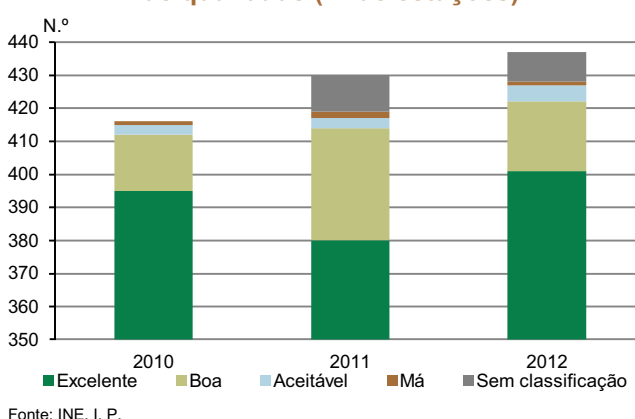


Figura 4.15 - Avaliação das águas balneares costeiras/transição em cumprimento das normas de qualidade (nº de estações)



4.2.4 – Praias com Bandeira Azul

Na Figura 4.16 assinalam-se os municípios em que se verificou existirem praias (fluviais e costeiras) ostentando o galardão de Bandeira Azul. Como expectável, na quase totalidade dos municípios da orla costeira existem praias com Bandeira Azul. Quanto a praias fluviais destaca-se a região hidrográfica do Centro onde se concentram 7 dos 12 municípios interiores com praias com Bandeira Azul.



Figura 4.16 - Distribuição das praias com bandeira azul em 2012

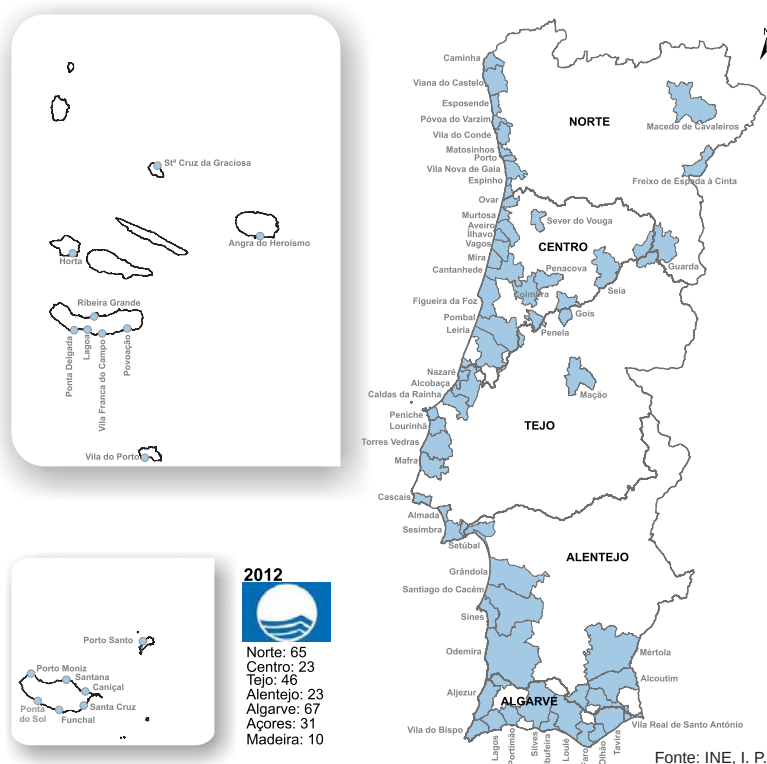
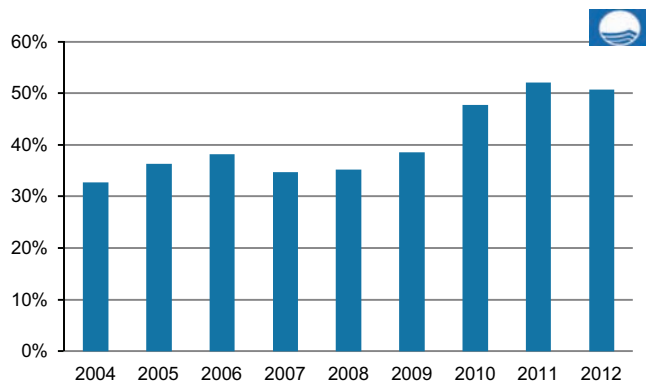


Figura 4.17 - Percentagem de praias com bandeira azul



Fonte: INE, I. P.

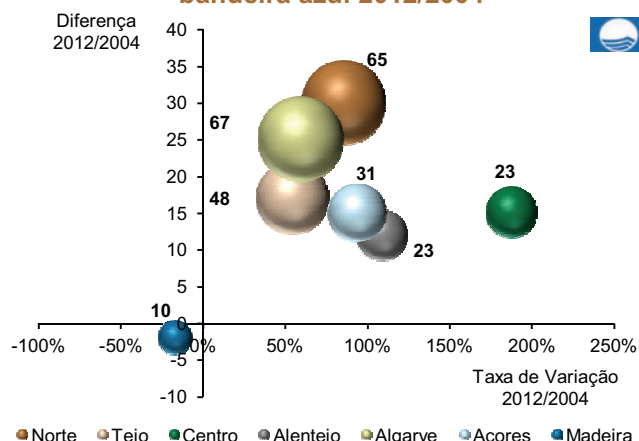
Na Figura 4.17 apresenta-se a evolução da proporção de praias com Bandeira Azul, relevando-se o ano de 2011 em que pela primeira vez cerca de 52,14% praias (mais de metade) detiveram Bandeira Azul. De salientar ainda, que em 2012 registou-se um ligeiro decréscimo na proporção de praias com Bandeira Azul, que se deve mais ao acréscimo no número de zonas balneares classificadas (514 em 2011 e 526 em 2012) que ao decréscimo do número de praias com Bandeira Azul (268 em 2011 e 267 em 2012).

No período em análise (2004-2012) regista-se uma taxa de crescimento médio anual de 7,0% no número de praias a que foi atribuída bandeira azul. Em 2012 existiam 267 praias com bandeira azul, a que corresponde um acréscimo de 112 praias face ao número de 155 registado em 2004. Figura 4.18

Em termos de regiões hidrográficas, destacam-se as regiões Norte e Algarve como as zonas onde se encontram maior número de praias com bandeira azul. Contudo, a zona Centro (esfera verde da Figura 4.18) é a região hidrográfica que no período em análise registou a mais elevada (14,1%) taxa de crescimento médio anual do número de praias com bandeira azul. Seguiram-se a região Alentejo com uma taxa de crescimento médio ao ano de 9,6% e a região dos Açores com uma taxa de 8,6%.

Destaca-se ainda o caso da Madeira, que desde 2004 (12 praias) e após sucessivos acréscimos no número de praias com bandeira azul até atingir um máximo de 17 em 2009, sofreu no último biénio (2011-2012) uma redução significativa, fixando-se em apenas 10 praias com bandeira azul no ano de 2012. Circunstância pela qual surge como a única região hidrográfica com evolução negativa expressa numa taxa de variação média de -2,2% ao ano.

Figura 4.18 - Taxa de variação das praias com bandeira azul 2012/2004



Dimensão dos globos representa o número de praias com bandeira azul em 2012

Fonte: INE, I. P.

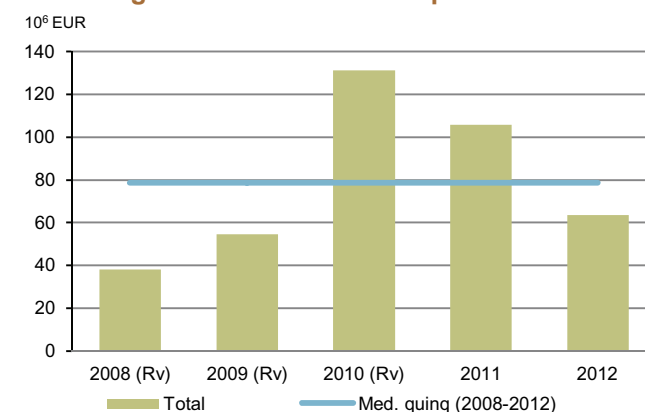
4.3 - DESPESA NA PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SOLOS, DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS

Após o valor máximo alcançado em 2010, a despesa das Administrações Públicas com a “Proteção e recuperação dos solos e águas subterrâneas e superficiais” influiu a tendência fixando-se em 2012 nos 63 milhões de euros (106 milhões de euros em 2011). Esta diminuição deveu-se a duas situações distintas:

1. O abrandamento das obras de reconstrução, reabilitação e correção preventiva de cursos de água na Região Autónoma da Madeira;

2. A reestruturação orgânica realizada pelo XIX Governo Constitucional com a integração das 5 ex-Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH) e do ex-Instituto da Água (INAG) na nova Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.). A partir de agosto de 2012 verificou-se a reafectação das despesas destas entidades, que passaram a constar no domínio Outras Atividades de Proteção do Ambiente.

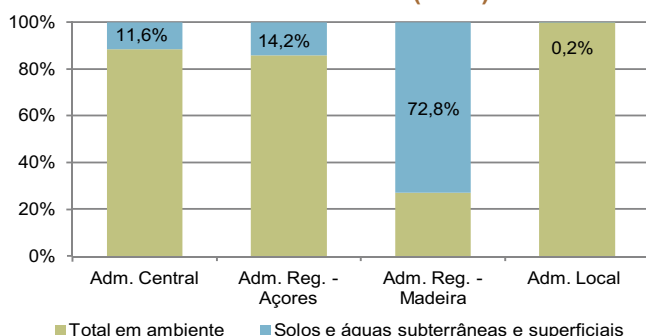
Figura 4.19 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais



Fonte: INE, I. P.



Figura 4.20 - Percentagem da Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2012)



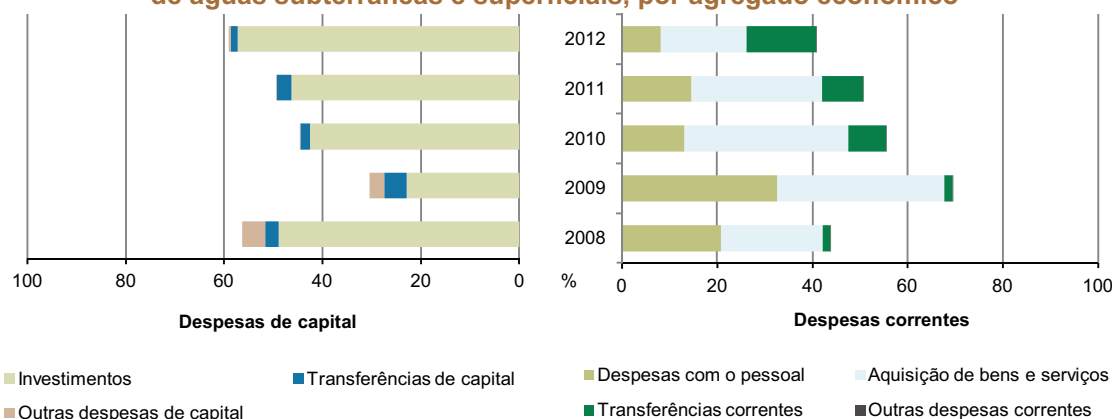
Nota: não foi considerado no período de referência de 2012 a informação do domínio Gestão de águas residuais (dados não disponíveis).

Fonte: INE, I. P.

Em termos setoriais, os gastos aplicados na “Proteção e recuperação dos solos e águas subterrâneas e superficiais” representaram em 2012, 11,6% do total da despesa da Administração Central e 14,2% da Administração Regional/Região Autónoma dos Açores, refletindo um decréscimo, face ao ano anterior, de 9 p.p. e de 2 p.p., respetivamente, na estrutura da despesa. Apesar de terem registado um decréscimo de 23,6% face a 2011, os gastos da Região Autónoma da Madeira neste domínio ambiental ainda contribuíram com 72,8% do total das despesas da região, 37 milhões de euros (48 milhões no ano transato).

Em 2012 mais de metade dos gastos deste domínio foram aplicados em “investimentos”, dos quais 81,8% na Região Autónoma da Madeira. A rubrica “aquisição de bens e serviços” diminuiu 60,4% pelo que a sua contribuição para a estrutura diminuírem 9 p.p., face ao ano anterior. Por sua vez, as “despesas com o pessoal” decresceram 7 p.p. devido essencialmente à passagem das 5 ex-ARH e do ex-INAG para a APA, I.P. e consequente integração no domínio Outras Atividades de Proteção do Ambiente, De salientar ainda que as “transferências correntes” registaram um aumento de 1,9% que se traduziu num aumento de 6 p.p. na estrutura da despesa.

Figura 4.21 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais, por agregado económico



Fonte: INE, I. P.

4.4 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 4.1 - Zonas de Intervenção Florestal constituídas até 25 de julho de 2013

Unidade: N.º

Ano	ZIF constituídas*
2007	12
2008	48
2009	104
2010	129
2011	157
2012 **	162

* Valores acumulados

** dados até 25 de Julho de 2013

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta



Quadro 4.2 - Qualidade das águas balneares por tipo

Unidade: N.º

Ano	NUTS	Tipo de água balnear																			
		Total						Interiores						Costeiras/ transição							
		Classes de qualidade																			
		Total	Exce- lente	Boa	Aceitável	Má	SC*	Total	Exce- lente	Boa	Aceitável	Má	SC*	Total	Exce- lente	Boa	Aceitável	Má	SC*		
Portugal	491	451	32		7	1	x	75	56	15		4	0	x	416	395	17		3	1	x
Continente	411	374	30		6	1	x	75	56	15		4	0	x	336	318	15		2	1	x
Norte	102	85	14		2	1	x	24	17	6		1	0	x	78	68	8		1	1	x
Minho-Lima	15	13	2		0	0	x	1	0	1		0	0	x	14	13	1		0	0	x
Cávado	11	7	4		0	0	x	5	2	3		0	0	x	6	5	1		0	0	x
Ave	2	2	0		0	0	x	2	2	0		0	0	x	0	0	0		0	0	x
Grande Porto	59	51	6		1	1	x	1	1	0		0	0	x	58	50	6		1	1	x
Tâmega	1	1	0		0	0	x	1	1	0		0	0	x	0	0	0		0	0	x
Entre Douro e Vouga	2	1	1		0	0	x	2	1	1		0	0	x	0	0	0		0	0	x
Douro	1	1	0		0	0	x	1	1	0		0	0	x	0	0	0		0	0	x
Alto Trás-os-Montes	11	9	1		1	0	x	11	9	1		1	0	x	0	0	0		0	0	x
Centro	123	111	9		3	0	x	48	36	9		3	0	x	75	75	0		0	0	x
Baixo Vouga	14	14	0		0	0	x	1	1	0		0	0	x	13	13	0		0	0	x
Baixo Mondego	18	18	0		0	0	x	2	2	0		0	0	x	16	16	0		0	0	x
Pinhal Litoral	7	7	0		0	0	x	0	0	0		0	0	x	7	7	0		0	0	x
Pinhal Interior Norte	19	10	7		2	0	x	19	10	7		2	0	x	0	0	0		0	0	x
Dão-Lafões	3	3	0		0	0	x	3	3	0		0	0	x	0	0	0		0	0	x
Pinhal Interior Sul	11	11	0		0	0	x	11	11	0		0	0	x	0	0	0		0	0	x
Serra da Estrela	2	2	0		0	0	x	2	2	0		0	0	x	0	0	0		0	0	x
Beira Interior Norte	3	2	1		0	0	x	3	2	1		0	0	x	0	0	0		0	0	x
Beira Interior Sul	1	0	0		1	0	x	1	0	0		1	0	x	0	0	0		0	0	x
Cova da Beira	0	0	0		0	0	x	0	0	0		0	0	x	0	0	0		0	0	x
Oeste	39	39	0		0	0	x	0	0	0		0	0	x	39	39	0		0	0	x
Médio Tejo	6	5	1		0	0	x	6	5	1		0	0	x	0	0	0		0	0	x
Lisboa	51	50	1		0	0	x	0	0	0		0	0	x	51	50	1		0	0	x
Grande Lisboa	24	24	0		0	0	x	0	0	0		0	0	x	24	24	0		0	0	x
Península de Setúbal	27	26	1		0	0	x	0	0	0		0	0	x	27	26	1		0	0	x
Alentejo	28	27	1		0	0	x	2	2	0		0	0	x	26	25	1		0	0	x
Alentejo Litoral	26	25	1		0	0	x	0	0	0		0	0	x	26	25	1		0	0	x
Alto Alentejo	1	1	0		0	0	x	1	1	0		0	0	x	0	0	0		0	0	x
Alentejo Central	0	0	0		0	0	x	0	0	0		0	0	x	0	0	0		0	0	x
Baixo Alentejo	1	1	0		0	0	x	1	1	0		0	0	x	0	0	0		0	0	x
Lezíria do Tejo	0	0	0		0	0	x	0	0	0		0	0	x	0	0	0		0	0	x
Algarve	107	101	5		1	0	x	1	1	0		0	0	x	106	100	5		1	0	x
Algarve	107	101	5		1	0	x	1	1	0		0	0	x	106	100	5		1	0	x
Região Autónoma dos Açores	50	48	2		0	0	x	0	0	0		0	0	x	50	48	2		0	0	x
Região Autónoma dos Açores	50	48	2		0	0	x	0	0	0		0	0	x	50	48	2		0	0	x
Região Autónoma da Madeira	30	29	0		1	0	x	0	0	0		0	0	x	30	29	0		1	0	x
Região Autónoma da Madeira	30	29	0		1	0	x	0	0	0		0	0	x	30	29	0		1	0	x
Portugal	514	432	52		8	6	16	84	52	18		5	4	5	430	380	34		3	2	11
Continente	425	358	45		8	5	9	84	52	18		5	4	5	341	306	27		3	1	4
Norte	105	79	16		3	4	3	27	14	8		0	3	2	78	65	8		3	1	1
Minho-Lima	16	12	2		0	1	1	2	0	0		0	1	1	14	12	2		0	0	0
Cávado	11	7	4		0	0	0	5	2	3		0	0	0	6	5	1		0	0	0
Ave	2	2	0		0	0	0	2	2	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0
Grande Porto	60	49	6		3	1	1	2	1	1		0	0	0	58	48	5		3	1	1
Tâmega	2	1	0		0	0	1	2	1	0		0	0	1	0	0	0		0	0	0
Entre Douro e Vouga	2	1	0		0	1	0	2	1	0		0	1	0	0	0	0		0	0	0
Douro	1	1	0		0	0	0	1	1	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0
Alto Trás-os-Montes	11	6	4		0	1	0	11	6	4		0	1	0	0	0	0		0	0	0
Centro	132	107	14		5	1	5	53	34	10		5	1	3	79	73	4		0	0	2
Baixo Vouga	14	13	1		0	0	0	1	1	0		0	0	0	13	12	1		0	0	0
Baixo Mondego	20	18	1		0	0	1	3	3	0		0	0	0	17	15	1		0	0	1
Pinhal Litoral	8	6	1		0	0	1	0	0	0		0	0	0	8	6	1		0	0	1
Pinhal Interior Norte	19	9	7		2	1	0	19	9	7		2	1	0	0	0	0		0	0	0
Dão-Lafões	2	1	1		0	0	0	2	1	1		0	0	0	0	0	0		0	0	0
Pinhal Interior Sul	13	10	1		1	0	1	13	10	1		1	0	1	0	0	0		0	0	0
Serra da Estrela	3	2	0		0	0	1	3	2	0		0	0	1	0	0	0		0	0	0
Beira Interior Norte	4	3	1		0	0	0	4	3	1		0	0	0	0	0	0		0	0	0
Beira Interior Sul	2	0	0		1	0	1	2	0	0		1	0	1	0	0	0		0	0	0
Cova da Beira	0	0	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0
Oeste	41	40	1		0	0	0	0	0	0		0	0	0	41	40	1		0	0	0
Médio Tejo	6	5	0		1	0	0	6	5	0		1	0	0	0	0	0		0	0	0
Lisboa	55	48	6		0	0	1	0	0	0		0	0	0	55	48	6		0	0	1
Grande Lisboa	28	23	4		0	0	1	0	0	0		0	0	0	28	23	4		0	0	1
Península de Setúbal	27	25	2		0	0	0	0	0	0		0	0	0	27	25	2		0	0	0
Alentejo	27	26	1		0	0	0	2	2	0		0	0	0	25	24	1		0	0	0
Alentejo Litoral	25	24	1		0	0	0	0	0	0		0	0	0	25	24	1		0	0	0
Alto Alentejo	1	1	0		0	0	0	1	1	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0
Alentejo Central	0	0	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0
Baixo Alentejo	1	1	0		0	0	0	1	1	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0
Lezíria do Tejo	0	0	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0

(continua)



Quadro 4.2 - Qualidade das águas balneares por tipo (cont.)

Unidade: N.º

Ano	NUTS	Tipo de água balnear																				
		Total						Interiores						Costeiras/ transição								
		Classes de qualidade																				
		Total	Exce- lente	Boa	Aceitável	Má	SC*	Total	Exce- lente	Boa	Aceitável	Má	SC*	Total	Exce- lente	Boa	Aceitável	Má	SC*			
2011	Algarve	106	98	8		0	0	0	2	2	0		0	0	0	104	96	8		0	0	0
	Algarve	106	98	8		0	0	0	2	2	0		0	0	0	104	96	8		0	0	0
	Região Autónoma dos Açores	58	49	2		0	0	7	0	0	0		0	0	0	58	49	2		0	0	7
	Região Autónoma dos Açores	58	49	2		0	0	7	0	0	0		0	0	0	58	49	2		0	0	7
	Região Autónoma da Madeira	31	25	5		0	1	0	0	0	0		0	0	0	31	25	5		0	1	0
	Região Autónoma da Madeira	31	25	5		0	1	0	0	0	0		0	0	0	31	25	5		0	1	0
	Portugal	526	457	38		12	4	15	89	56	17		7	3	6	437	401	21		5	1	9
2012	Continente	437	378	33		11	3	12	89	56	17		7	3	6	348	322	16		4	0	6
	Norte	105	88	10		6	1	0	26	18	5		2	1	0	79	70	5		4	0	0
	Minho-Lima	16	13	0		2	1	0	2	0	0		1	1	0	14	13	0		1	0	0
	Cávado	11	8	3		0	0	0	5	2	3		0	0	0	6	6	0		0	0	0
	Ave	2	2	0		0	0	0	2	2	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0
	Grande Porto	60	52	5		3	0	0	1	1	0		0	0	0	59	51	5		3	0	0
	Tâmega	2	2	0		0	0	0	2	2	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0
	Entre Douro e Vouga	2	1	1		0	0	0	2	1	1		0	0	0	0	0	0		0	0	0
	Douro	1	1	0		0	0	0	1	1	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0
	Alto Trás-os-Montes	11	9	1		1	0	0	11	9	1		1	0	0	0	0	0		0	0	0
	Centro	138	109	14		5	2	8	59	35	11		5	2	6	79	74	3		0	0	2
	Baixo Vouga	14	13	1		0	0	0	1	1	0		0	0	0	13	12	1		0	0	0
	Baixo Mondego	21	19	0		0	0	2	4	3	0		0	0	1	17	16	0		0	0	1
	Pinhal Litoral	8	5	2		0	0	1	0	0	0		0	0	0	8	5	2		0	0	1
	Pinhal Interior Norte	21	9	6		3	1	2	21	9	6		3	1	2	0	0	0		0	0	0
	Dão-Lafões	3	2	0		0	0	1	3	2	0		0	0	1	0	0	0		0	0	0
	Pinhal Interior Sul	13	10	2		1	0	0	13	10	2		1	0	0	0	0	0		0	0	0
	Serra da Estrela	3	3	0		0	0	0	3	3	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0
	Beira Interior Norte	4	2	2		0	0	0	4	2	2		0	0	0	0	0	0		0	0	0
	Beira Interior Sul	3	1	0		1	0	1	3	1	0		1	0	1	0	0	0		0	0	0
Cova da Beira	1	0	0		0	0	1	1	0	0		0	0	1	0	0	0		0	0	0	
Oeste	41	41	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	41	41	0		0	0	0	
Médio Tejo	6	4	1		0	1	0	6	4	1		0	1	0	0	0	0		0	0	0	
Lisboa	59	54	1		0	0	4	0	0	0		0	0	0	59	54	1		0	0	4	
Grande Lisboa	32	27	1		0	0	4	0	0	0		0	0	0	32	27	1		0	0	4	
Península de Setúbal	27	27	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	27	27	0		0	0	0	
Alentejo	27	25	2		0	0	0	2	1	1		0	0	0	25	24	1		0	0	0	
Alentejo Litoral	25	24	1		0	0	0	0	0	0		0	0	0	25	24	1		0	0	0	
Alto Alentejo	1	0	1		0	0	0	1	0	1		0	0	0	0	0	0		0	0	0	
Alentejo Central	0	0	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	
Baixo Alentejo	1	1	0		0	0	0	1	1	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	
Lezíria do Tejo	0	0	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0		0	0	0	
Algarve	108	102	6		0	0	0	2	2	0		0	0	0	106	100	6		0	0	0	
Algarve	108	102	6		0	0	0	2	2	0		0	0	0	106	100	6		0	0	0	
Região Autónoma dos Açores	58	50	4		1	0	3	0	0	0		0	0	0	58	50	4		1	0	3	
Região Autónoma dos Açores	58	50	4		1	0	3	0	0	0		0	0	0	58	50	4		1	0	3	
Região Autónoma da Madeira	31	29	1		0	1	0	0	0	0		0	0	0	31	29	1		0	1	0	
Região Autónoma da Madeira	31	29	1		0	1	0	0	0	0		0	0	0	31	29	1		0	1	0	

Nota: O total das águas balneares não engloba as águas "Sem Classificação*", ou seja, a águas balneares que ainda não podem ser classificadas em termos de qualidade, nos termos da Diretiva 7/2006/CE, por não terem sido realizadas amostragens em número suficiente ou por não terem sido cumpridas todas as regras.

* sem classificação

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente



Quadro 4.3 - Qualidade das águas superficiais

Unidade: N.º

NUTS	2010					2011					2012				
	Classes de qualidade					Classes de qualidade					Classes de qualidade				
	Excelente	Boa	Razoável	Má	Muito Má	Excelente	Boa	Razoável	Má	Muito Má	Excelente	Boa	Razoável	Má	Muito Má
Portugal	53	108	117	28	15	34	135	79	36	30	26	119	86	40	46
Continente	53	108	117	28	15	34	135	79	36	30	26	119	86	40	46
Norte	21	60	26	6	5	9	68	16	8	3	9	60	26	8	2
Minho-Lima	8	14	1	0	0	3	15	0	0	0	4	12	2	0	0
Cávado	1	5	3	0	0	0	6	1	1	0	1	4	4	0	0
Ave	3	8	1	4	2	0	7	2	5	1	0	8	3	5	1
Grande Porto	5	0	3	1	0	1	2	1	0	1	0	2	0	2	0
Tâmega	1	4	5	0	1	2	4	4	1	0	2	6	3	0	0
Entre Douro e Vouga	0	4	0	0	1	1	3	1	0	1		4	1	0	1
Douro	1	8	8	1	0	1	13	3	1	0	2	8	7	0	0
Alto Trás-os-Montes	2	17	5	0	1	1	18	4	0	0	0	16	6	1	0
Centro	10	36	68	10	7	16	54	38	16	18	7	42	45	22	25
Baixo Vouga	0	4	7	0	2	0	7	3	1	2	0	4	6	1	2
Baixo Mondego	0	2	7	4	2	0	5	4	4	2	0	1	8	5	1
Pinhal Litoral	0	0	6	4	1	0	0	2	6	11	0	0	2	2	15
Pinhal Interior Norte	1	8	8	0	0	2	14	1	0	0	2	11	1	1	2
Dão-Lafões	0	4	17	1	0	0	6	13	2	1	0	6	9	7	0
Pinhal Interior Sul	4	3	0	0	0	5	2	1	0	0	2	2	3	0	0
Serra da Estrela	0	2	6	0	0	1	6	1	0	0	0	3	3	2	0
Beira Interior Norte	2	1	7	0	0	2	5	3	0	0	1	4	5	0	0
Beira Interior Sul	1	3	6	0	0	2	3	4	0	0	1	3	4	1	1
Cova da Beira	1	2	0	0	2	2	1	1	0	0	0	2	0	0	1
Oeste	1	1	1	1	0	0	0	2	1	0	0	1	1	0	0
Médio Tejo	0	6	3	0	0	2	5	3	2	2	1	5	3	3	3
Lisboa	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
Grande Lisboa	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
Península de Setúbal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alentejo	14	6	15	12	3	1	11	24	12	9	9	5	15	10	18
Alentejo Litoral	2	1	2	5	0	0	2	1	6	1	0	2	3	3	2
Alto Alentejo	3	3	5	2	1	0	3	9	2	0	4	0	2	4	2
Alentejo Central	2	0	2	2	0	0	0	2	2	2	0	0	1	1	4
Baixo Alentejo	7	1	2	3	1	1	2	11	1	1	5	2	6	1	4
Lezíria do Tejo	0	1	4	0	1	0	4	1	1	5		1	3	1	6
Algarve	7	6	7	0	0	8	2	0	0	0	1	11	0	0	1
Algarve	7	6	7	0	0	8	2	0	0	0	1	11	0	0	1
Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Reg. Aut. Açores	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Reg. Aut. Açores	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Reg. Aut. Madeira	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Reg. Aut. Madeira	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Quadro 4.4 - Praias com bandeira azul

Unidade: N.º

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total praias desig. costeiras/transição e fluviais	473	487	508	519	533	540	492	514	526
Zonas Balneares Costeiras									
Portugal	155	177	194	180	188	208	235	268	267
Continente	127	143	155	142	150	168	195	221	226
Norte	35	31	34	32	36	43	56	63	65
Centro	8	14	15	18	18	18	19	18	23
Tejo	31	41	45	32	30	34	28	45	48
Alentejo	11	13	14	13	18	21	23	21	23
Algarve	42	44	47	47	48	52	69	74	67
R. A. Açores	16	22	24	22	23	23	25	32	31
R. A. Madeira	12	12	15	16	15	17	15	15	10

Fonte: Associação Bandeira Azul da Europa

Quadro 4.5 - Qualidade da água para consumo humano

	2007	2008	2009	2010	2011
Número de análises regulamentares obrigatórias	520 422	603 582	578 069	547 778	543 390
Número de análises realizadas obrigatórias	621 806	644 590	610 362	569 530	564 736
Número de análises em falta	5 673	4 270	951	1 815	876
Proporção de análises realizadas (%)	98,91	99,29	99,84	99,67	99,84
Número de análises em cumprimento do VP	467 085	517 165	490 178	455 420	453 802
Proporção de análises em cumprimento do VP (%)	97,43	97,63	97,91	97,71	98,07
Número de análises realizadas com VP	479 403	529 771	500 616	466 116	462 710
Número de análises em incumprimento do VP	12 318	12 606	10 438	10 696	8 908
Proporção (%) de água controlada e de boa qualidade (%)	96,37	96,93	97,75	97,38	97,92

Fonte: Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos



Quadro 4.6 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais, por setor institucional e agregado económico

Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2008	2009	2010	2011	2012
Administrações Públicas					
Total das despesas	38 120 (Rv)	54 483 (Rv)	131 336 (Rv)	105 725	63 437
Despesas correntes	16 657	37 869	72 907	53 569	25 926
Despesas com o pessoal	7 899	17 724	17 240	15 426	5 139
Aquisição de bens e serviços	8 181	19 195	45 246	28 994	11 469
Transferências correntes	575	902	10 322	9 072	9 248
Outras despesas correntes	2	47	100	77	70
Despesas de capital	21 463	16 614	58 428	52 156	37 511
Investimentos	18 669	12 525	55 929	49 032	36 327
Transferências de capital	1 024	2 442	2 499	3 108	943
Outras despesas de capital	1 770	1 647	1	16	241
Administração Central					
Total das despesas	14 483 (Rv)	44 537 (Rv)	58 114 (Rv)	51 494	22 918
Despesas correntes	11 553	34 682	45 438	42 929	17 742
Despesas com o pessoal	6 458	17 544	17 178	15 282	4 777
Aquisição de bens e serviços	5 095	16 788	18 451	18 533	3 703
Transferências correntes	0	315	9 716	9 047	9 199
Outras despesas correntes	0	35	93	67	63
Despesas de capital	2 929	9 855	12 676	8 564	5 176
Investimentos	2 659	8 843	11 182	6 243	5 027
Transferências de capital	270	1 013	1 494	2 321	150
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	4 482	4 937	3 754	4 974	2 588
Despesas correntes	1 852	1 840	1 709	2 290	1 154
Despesas com o pessoal	19	22	21	0	262
Aquisição de bens e serviços	1 833	1 819	1 655	2 263	877
Transferências correntes	0	0	33	25	15
Outras despesas correntes	0	0	1	2	0
Despesas de capital	2 630	3 097	2 045	2 684	1 434
Investimentos	109	20	1 041	1 957	640
Transferências de capital	754	1 429	1 004	726	794
Outras despesas de capital	1 766	1 647	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	15 340	3 417	67 970	47 843	36 554
Despesas correntes	867	384	24 937	7 706	6 841
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	867	384	24 937	7 706	6 807
Transferências correntes	0	0	0	0	34
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	14 473	3 033	43 034	40 137	29 713
Investimentos	14 473	3 033	43 034	40 137	29 713
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	3 812 (Rv)	1 592	1 497	1 415	1 376
Despesas correntes	2 385	962	824	643	189
Despesas com o pessoal	1 422	159	40	144	100
Aquisição de bens e serviços	386	204	204	491	82
Transferências correntes	575	587	573	0	0
Outras despesas correntes	2	12	7	9	7
Despesas de capital	1 428	629	673	772	1 187
Investimentos	1 428	629	672	695	946
Transferências de capital	0	0	0	60	0
Outras despesas de capital	0	0	1	16	241

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





**Biodiversidade
e paisagem**

5 - BIODIVERSIDADE E PAISAGEM

- A perda de biodiversidade, isto é de variabilidade entre organismos vivos de todas as origens, surge como resposta às alterações climáticas e a outras pressões, nomeadamente desflorestação, incêndios, intensificação dos sistemas de produção biológica, entre outros.

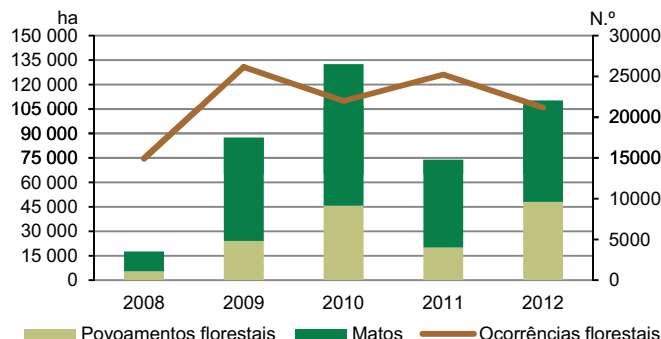
Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Incêndios Florestais		Estado 	Em 2012 deflagraram 21 408 incêndios florestais menos 3 937 do que em 2011. Contudo a área ardida foi maior do que a registada em 2011. (mais 42 625 ha).
Despesa na Proteção da Biodiversidade e Paisagem		Resposta 	A despesa com a conservação da natureza e da biodiversidade registou em 2012 uma diminuição de 14,4% com retração na Administração Central (-23,1%) e na Região Autónoma dos Açores (-19,8%).



5.1 - CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

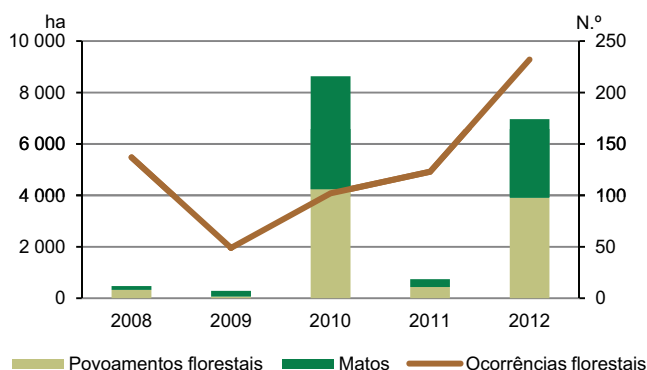
5.1.1 – Incêndios florestais

Figura 5.1 - Incêndios florestais por tipo de área ardida - Portugal Continental



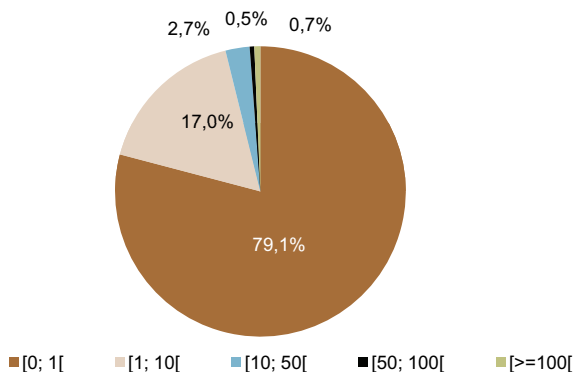
Fonte: INE, I.P.

Figura 5.2 - Incêndios florestais por tipo de área ardida - R.A.Madeira



Fonte: INE, I.P.

Figura 5.3 - Número de ocorrências florestais por classes de área ardida - Portugal Continental (2012)



Fonte: INE, I.P.

No que respeita aos incêndios florestais por tipo de área, em 2012 deflagraram 21 176 incêndios florestais (em 2011 tinham deflagrado 25 222) que foram responsáveis pela perda de 110 mil hectares (73 mil hectares em 2011) dos quais 56,4% eram matos (72,9% em 2011). Esta área ardida representa um aumento de 49,3% face a 2011.

Salienta-se ainda o facto de, em todos os anos, os incêndios florestais terem afetado sobretudo zonas de matos, totalizando, no período em análise, a área ardida acumulada de 278 mil hectares de matos contra 143 mil hectares de povoamentos florestais atingidos.

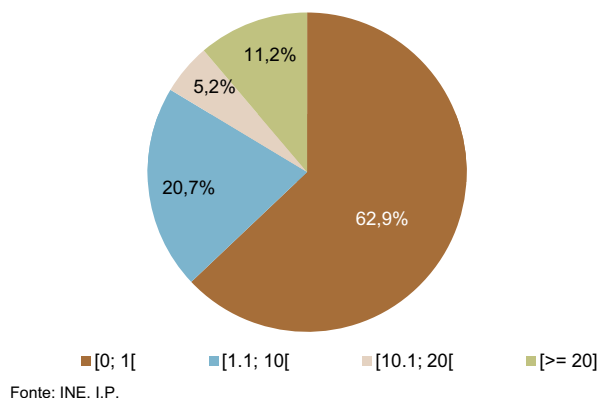
Relativamente à Região Autónoma da Madeira, os anos de 2010 e 2012 destacam-se por apresentarem uma área ardida elevada, 8 632 e 6 966 hectares, respetivamente. O ano de 2012 foi o que registou o maior número de ocorrências, cerca de 232. Os anos de 2008 e 2009 distanciaram-se dos valores mais frequentes por registarem uma área ardida significativamente inferior, cerca de 476 e 289 hectares, respetivamente.

Em 2012 os incêndios com menos de 1 hectare - fogachos (16 751 incêndios), tiveram um peso bastante significativo nos de incêndios registados, representando 79,1% do total. Os incêndios com valores de área superiores a 100 hectares (143 incêndios) representaram apenas 0,68% no total de incêndios ocorridos em 2012. Em 2011, do total de ocorrências, 121 foram a incêndios com áreas superiores a 100 hectares, representando 0,48% do total.



Na Região Autónoma da Madeira constata-se que os incêndios de dimensão inferior a 1 hectare constituíram a ocorrência com maior peso no total de incêndios registados, cerca de 62,9% (64,2% em 2011), tal como sucede no Continente. Os incêndios com grandes dimensões (≥ 20 ha) representaram 11,2% do total de incêndios (6,5% em 2011).

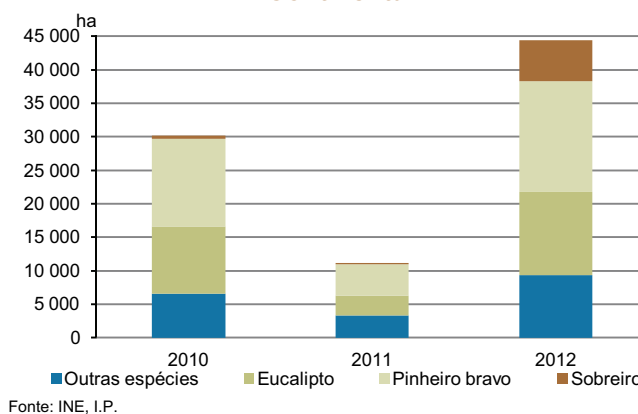
Figura 5.4 - Número de ocorrências florestais por classes de área ardida - R.A. Madeira (2012)



Segundo os dados do Inventário Florestal Nacional (IFN6 – Resultados preliminares), no Continente, o eucalipto (dominado pela espécie *Eucalyptus globulus*) é a principal ocupação florestal, abrangendo uma área de 812 mil hectares, seguindo-se o sobreiro com 737 mil hectares e o pinheiro bravo com 714 mil hectares.

O pinheiro bravo e o eucalipto constituem as espécies com maior área ardida cerca de 37,3% (41,5% em 2011) e 27,9% (26,9% em 2011), respetivamente. Por seu lado, o sobreiro (*Quercus suber*) merece destaque pois apresentou uma área ardida de 6 138 hectares (232 hectares em 2011), mais 5 905 hectares que em 2011, aumentando a sua importância face ao total de área ardida.

Figura 5.5 - Área ardida por espécie - Portugal Continental



Na Região Autónoma da Madeira, verifica-se que o eucalipto e o pinheiro bravo são as duas espécies mais afetadas anualmente pelos incêndios, com uma média anual, entre 2010 e 2012, de 880 hectares e 731 hectares, respetivamente.

O ano de 2012 não foi exceção e a espécie mais afetada, no universo em análise, foi o eucalipto (34,5%) e o pinheiro (34,3%), seguindo-se a Floresta "Laurissilva" (16,0%), que no ano anterior não tinha registado qualquer episódio de incêndio.

Figura 5.6 - Área ardida por espécie - R.A. Madeira

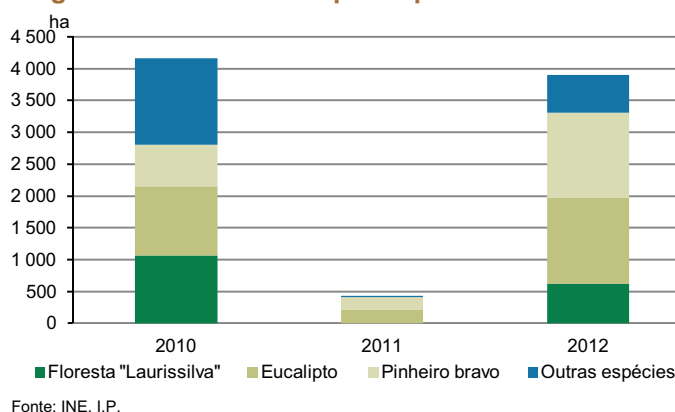
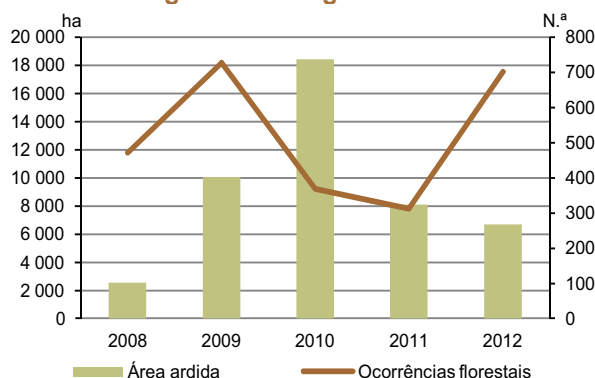
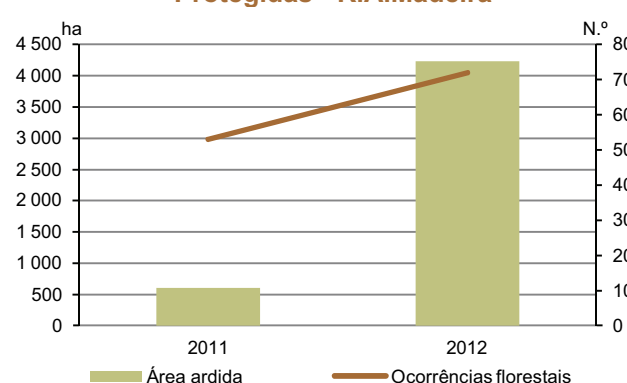


Figura 5.7 - Distribuição anual do número de ocorrências florestais e área ardida em Áreas Protegidas - Portugal Continental



Fonte: INE, I.P.

Figura 5.8 - Distribuição anual do número de ocorrências florestais e área ardida em Áreas Protegidas - R.A.Madeira

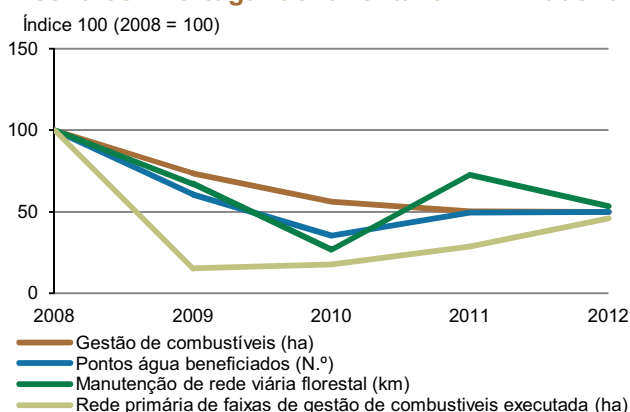


Fonte: INE, I.P.

Em 2012 os 701 incêndios registados em áreas protegidas consumiram 6 712 hectares dessas áreas, menos 1 383 hectares que em 2011. Apesar da menor área ardida face ao ano anterior, o número de ocorrências foi duas vezes maior que o registado em 2011 (312 incêndios).

Em 2012, na Região Autónoma da Madeira arderam 4 237 hectares de área protegida, o que representa um aumento de 4 165 hectares de área ardida face a 2011.

Figura 5.9 - Ações de defesa da floresta contra incêndios - Portugal Continental e R. A. Madeira



Nota: a informação apresentada inclui dados da Autoridade Florestal Nacional e da Direcção Regional de Florestas da Madeira

Fonte: INE, I. P.

todas as ações sofreram um decréscimo entre 2008 e 2012, sendo que a rede primária de faixas de gestão de combustíveis executadas foi a que registou o maior decréscimo, cerca de 53,9%, seguindo-se a gestão de combustíveis (50,1%), os pontos de água beneficiados (50,2%) e a manutenção da rede viária florestal (46,4%).

Em 2012, a rede primária de faixas de gestão de combustíveis executada e os pontos de água beneficiados foram as únicas ações de defesa de floresta que registaram um crescimento face a 2011, cerca de 59,6% e 0,2%, respetivamente. A manutenção da rede viária florestal e a gestão de combustíveis apresentaram uma trajetória negativa, sendo a taxa de variação de -0,8% e -26,4%, respetivamente.

No âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra incêndios, o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, estabelece medidas e ações estruturais e operacionais relativas à prevenção e proteção da floresta contra incêndios.

Prevenir os incêndios implica o desenvolvimento de diversas atividades, nomeadamente ações de silvicultura preventiva, como gestão de combustíveis florestais (corte de mato, limpeza de povoamentos, etc.), beneficiação de pontos de água, manutenção da rede viária florestal (caminhos, estradões ou trilhos) e rede de faixas de gestão de combustível.

Analisando as ações de silvicultura preventiva levadas a cabo pelo Instituto de Conservação da Natureza e Floresta (ICNF) e pela Direcção Regional de Florestas da Madeira (DRFM), verifica-se que



5.1.2 - Medidas Agro-ambientais

As Medidas Agro-Ambientais (MAA) têm como principal objetivo incentivar os agricultores a utilizar ou a manter práticas agrícolas compatíveis com a preservação do ambiente, dos recursos naturais e da biodiversidade. Estas medidas foram incluídas nos Programas de Desenvolvimento Rural nacionais, RURIS/PDRu Açores/PDRu Madeira – 2000-2006 e PRODER/PRODERAM/PRORURAL – 2007-2013.

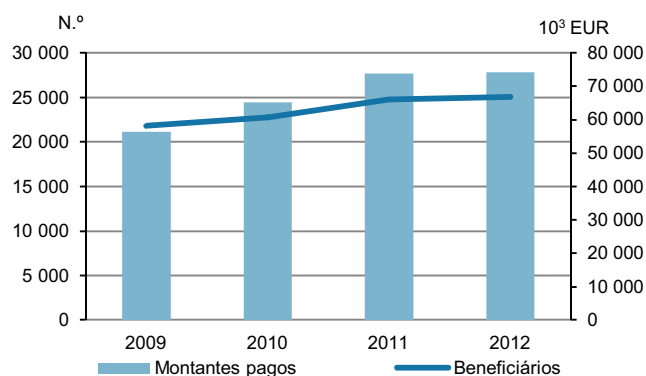
Em 2012, cerca de 25 mil agricultores receberam apoios no âmbito das MAA do PRODER/PRODERAM/PRORURAL, num total de 74 milhões de euros. Desde 2009, ano em que entraram em vigor os atuais programas de desenvolvimento rural, o número de beneficiários abrangido por estas medidas aumentou 15,2% (+ 3 295 agricultores) e os montantes pagos aumentaram 31,7% (+ 18 milhões de euros) no mesmo período. No entanto, verificou-se em 2012, relativamente a 2011, um abrandamento no crescimento, quer do número de beneficiários (+1,2%) quer dos montantes de ajudas pagas (+0,7%).

A área total de compromissos das MAA rondou os 501 mil hectares em 2012, observando-se entre 2009 e 2012 um aumento gradual de 47,1%, com um ligeiro abrandamento de 2011 para 2012 (+2,5%). Relativamente às medidas de proteção da biodiversidade doméstica (raças autóctones), foram contabilizadas cerca de 42 mil cabeças normais (CN) em 2012, mais 8,7% face a 2011.

5.2 - DESPESA NA PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E PAISAGEM

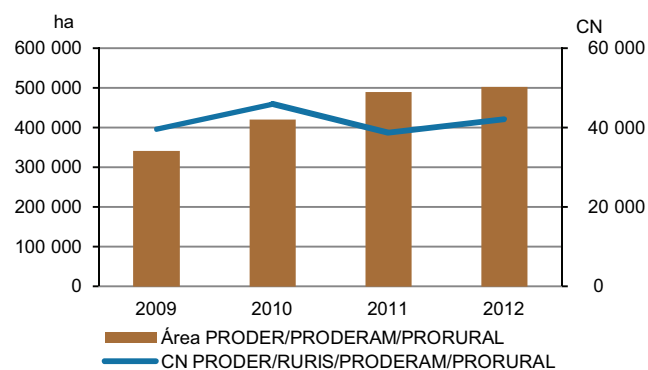
Nos últimos três anos a despesa com a conservação da natureza e da biodiversidade tem vindo a decrescer, tendo em 2012 registado uma diminuição de 14,4% face ao ano transato, fixando-se nos 237 milhões de euros (277 milhões em 2011). Esta contração foi extensível a três setores institucionais, com destaque para a Administração Central que apresentou uma retração da despesa de 23,1% e para a Região Autónoma dos Açores com 19,8%. Em sentido oposto, a Região Autónoma da Madeira, que desde 2009 apresentava decréscimos sucessivos, registou em 2012 um aumento de 19,6% que ficou a dever-se a projetos relativos ao reforço de meios de prevenção, gestão e monitorização de riscos em espaços naturais, à melhoria da monitorização do lobo marinho e gestão do Bioparque da Lagoa do Lugar de Baixo.

Figura 5.10 - Beneficiários das Medidas Agro-Ambientais e montantes pagos



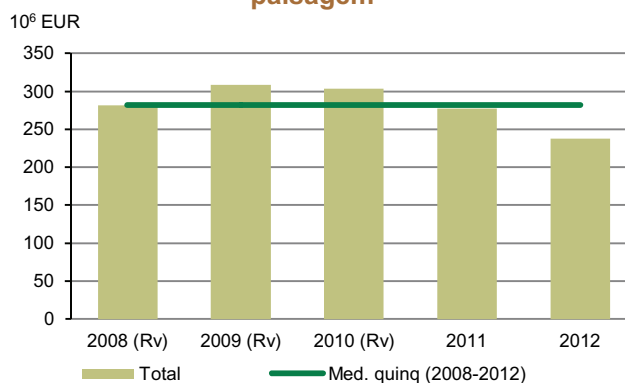
Fonte: INE, I. P

Figura 5.11 - Área e Cabeças Normais pagas ao abrigo das Medidas Agro-Ambientais (2009-2012)



Fonte: INE, I. P

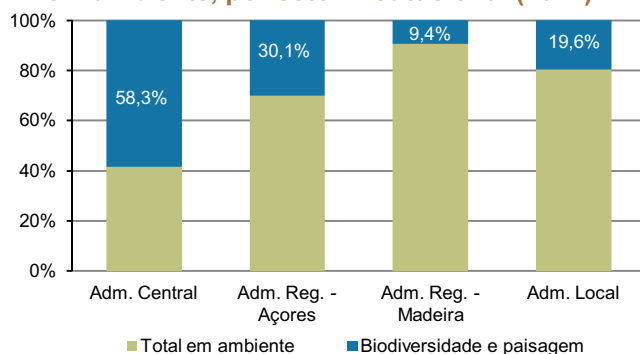
Figura 5.12 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da biodiversidade e paisagem



Fonte: INE, I. P



Figura 5.13 - Percentagem da Proteção da biodiversidade e paisagem no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2012)



Nota: não foi considerado no período de referência de 2012 a informação do domínio Gestão de águas residuais (dados não disponíveis).

Fonte: INE, I. P

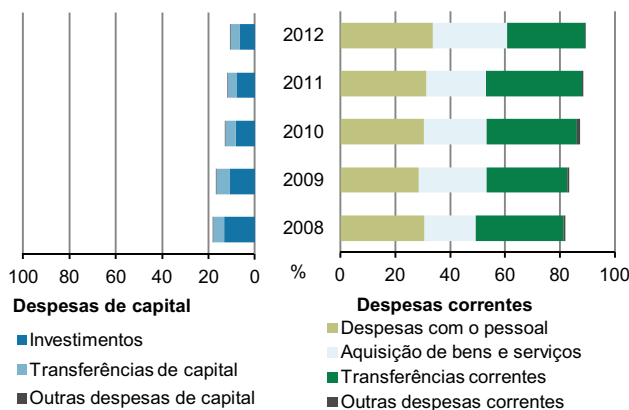
A Administração Central absorveu mais de metade dos gastos deste domínio ambiental em ações e medidas empreendidas pela APA, I.P. e pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas nas áreas protegidas, na alimentação artificial das praias e na gestão e proteção das zonas costeiras. A Autoridade Nacional de Proteção Civil também realizou despesas na prevenção e combate a incêndios florestais e no apoio aos municípios com Corpos de bombeiros e às Associações humanitárias de bombeiros voluntários no território continental.

Na Região Autónoma dos Açores, 30,1% dos gastos foram aplicados neste domínio, com realce para os projetos relacionados com a comparticipação regional relativa às medidas agroambientais, em particular as que dizem respeito à manutenção da extensificação da produção pecuária, e Natura 2000 e ao uso múltiplo

da floresta, aos programas Conservação da Natureza e Património mundial, nomeadamente com os projetos do Parque Natural dos Açores e da Paisagem protegida da vinha do Pico.

Este domínio representou apenas 9,4% da despesa da Região Autónoma da Madeira e 19,6% da Administração Local, neste último, com realce para as despesas de manutenção dos Corpos de bombeiros de iniciativa municipal e para a gestão dos parques e matas florestais de nível concelhio.

Figura 5.14 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da biodiversidade e paisagem, por agregado económico



Fonte: INE, I. P

As “despesas com o pessoal” e as “transferências correntes e de capital” constituíram as principais rubricas dos gastos no quinquénio em análise, absorvendo em média, respetivamente 33,6% e 32,1% do total das despesas das Administrações Públicas na “Proteção da biodiversidade e paisagem”. As transferências destinaram-se sobretudo a apoiar as equipas de combate a incêndios florestais e de intervenção permanente do território continental, à reparação de viaturas e equipamentos, e ao apoio dos municípios detentores de Corpos de bombeiros, bem como ao patrocínio das associações humanitárias de bombeiros voluntários do país.

Em média, cerca de 1/5 dos gastos foram direcionados para “aquisição de bens e serviços”, nomeadamente para o aluguer de meios aéreos para o combate a incêndios florestais por parte da Administração Central.



5.3 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 5.1 - Incêndios florestais, Continente

Ano	NUTSIII	Fogachos (N.º)	Incêndios Florestais (N.º)	Ocorrências por classe de área ardida (N.º)								Área Ardida Espaço Florestal (ha)		
				Total	[0-1ha]	[1-10ha]	[10-50ha]	[50-100ha]	[100-500ha]	[500-1000ha]	[>=1000ha]	Total	Povoamentos (ha)	Mato (ha)
2008	1 Continente	12 339	2 591	14 930	12 339	2 346	192	33	18	2	0	17 565	5 461	12 103
	11 Norte	5 796	1 334	7 130	5 796	1 199	114	13	8	0	0	7 788	1 961	5 827
	111 Minho-Lima	463	124	587	463	113	8	2	1	0	0	810	454	356
	112 Cávado	296	70	366	296	64	5	0	1	0	0	426	70	356
	113 Ave	602	159	761	602	142	16	0	1	0	0	832	230	602
	114 Grande Porto	889	36	925	889	34	2	0	0	0	0	163	74	89
	115 Tâmega	1 666	213	1 879	1 666	202	10	0	1	0	0	843	223	620
	116 Entre Douro e Vouga	426	28	454	426	25	2	1	0	0	0	186	146	41
	117 Douro	701	242	943	701	218	19	2	3	0	0	1 680	279	1 401
	118 Alto Trás-os-Montes	753	462	1 215	753	401	52	8	1	0	0	2 847	485	2 362
	16 Centro	3 900	886	4 786	3 900	798	61	17	8	2	0	7 881	2 616	5 264
	161 Baixo Vouga	532	31	563	532	30	1	0	0	0	0	103	56	46
	162 Baixo Mondego	333	22	355	333	20	0	1	1	0	0	482	283	199
	163 Pinhal Litoral	223	19	242	223	18	0	1	0	0	0	115	26	89
	164 Pinhal Interior Norte	287	24	311	287	20	3	1	0	0	0	175	139	36
	165 Dão-Lafões	651	144	795	651	136	6	2	0	0	0	657	137	520
	166 Pinhal Interior Sul	122	8	130	122	6	2	0	0	0	0	75	56	19
	167 Serra da Estrela	127	51	178	127	43	6	1	1	0	0	472	75	397
	168 Beira Interior Norte	327	297	624	327	255	31	8	2	1	0	2 938	623	2 315
	169 Beira Interior Sul	158	51	209	158	43	3	2	3	0	0	1 215	470	746
	16A Cova da Beira	186	47	233	186	42	3	1	1	0	0	499	245	255
	16B Oeste	706	157	863	706	154	3	0	0	0	0	405	47	358
	16C Médio Tejo	248	35	283	248	31	3	0	0	1	0	744	460	284
	17 Lisboa	1 585	208	1 793	1 585	201	5	2	0	0	0	734	167	568
	171 Grande Lisboa	878	158	1 036	878	152	4	2	0	0	0	566	105	460
	172 Península de Setúbal	707	50	757	707	49	1	0	0	0	0	169	62	107
	18 Alentejo	587	120	707	587	108	11	0	1	0	0	862	608	254
	181 Alentejo Litoral	150	22	172	150	16	6	0	0	0	0	141	92	49
	182 Alto Alentejo	66	9	75	66	9	0	0	0	0	0	34	20	14
	183 Alentejo Central	81	16	97	81	15	1	0	0	0	0	65	56	8
	184 Baixo Alentejo	47	19	66	47	17	2	0	0	0	0	99	79	21
	185 Lezíria do Tejo	243	54	297	243	51	2	0	1	0	0	524	361	162
2009	15 Algarve	471	43	514	471	40	1	1	1	0	0	300	109	191
	150 Algarve	471	43	514	471	40	1	1	1	0	0	300	109	191
	1 Continente	20 274	5 862	26 136	20 274	4 999	596	131	111	15	10	87 421	24 097	63 323
	11 Norte	13 728	4 433	18 161	13 728	3 744	487	106	80	11	5	59 304	14 727	44 577
	111 Minho-Lima	1 365	512	1 877	1 365	419	67	18	8	0	0	5 856	1 089	4 767
	112 Cávado	754	192	946	754	143	39	7	2	1	0	2 840	564	2 276
	113 Ave	1 749	529	2 278	1 749	426	77	20	6	0	0	5 515	2 111	3 404
	114 Grande Porto	1 636	136	1 772	1 636	127	9	0	0	0	0	623	367	256
	115 Tâmega	5 051	1 273	6 324	5 051	1 111	113	24	20	4	1	15 765	4 500	11 265
	116 Entre Douro e Vouga	1 015	75	1 090	1 015	64	10	1	0	0	0	528	182	346
	117 Douro	935	448	1 383	935	371	47	10	17	1	2	9 757	1 965	7 792
	118 Alto Trás-os-Montes	1 223	1 268	2 491	1 223	1 083	125	26	27	5	2	18 420	3 949	14 471
	16 Centro	4 236	1 138	5 374	4 236	989	91	24	27	3	4	24 485	8 263	16 223
	161 Baixo Vouga	694	41	735	694	37	2	0	2	0	0	499	434	65
	162 Baixo Mondego	291	23	314	291	21	2	0	0	0	0	85	57	29
	163 Pinhal Litoral	205	14	219	205	12	2	0	0	0	0	71	18	53
	164 Pinhal Interior Norte	349	48	397	349	42	4	0	2	0	0	524	329	196
	165 Dão-Lafões	1 008	328	1 336	1 008	286	27	8	6	1	0	4 297	724	3 573
	166 Pinhal Interior Sul	65	6	71	65	6	0	0	0	0	0	16	14	2
	167 Serra da Estrela	100	50	150	100	39	4	3	4	0	0	1 201	193	1 008
	168 Beira Interior Norte	447	410	857	447	345	35	12	12	2	4	16 845	6 149	10 695
	169 Beira Interior Sul	104	44	148	104	34	9	1	0	0	0	242	137	105
	16A Cova da Beira	193	45	238	193	40	4	0	1	0	0	312	106	207
	16B Oeste	551	105	656	551	103	2	0	0	0	0	311	54	258
	16C Médio Tejo	229	24	253	229	24	0	0	0	0	0	80	47	33
	17 Lisboa	1 306	136	1 442	1 306	129	5	0	2	0	0	724	314	410
	171 Grande Lisboa	696	98	794	696	95	2	0	1	0	0	410	117	293
	172 Península de Setúbal	610	38	648	610	34	3	0	1	0	0	313	196	117
	18 Alentejo	454	104	558	454	91	9	1	2	1	0	1 166	415	752
	181 Alentejo Litoral	99	23	122	99	20	2	0	1	0	0	186	162	24
	182 Alto Alentejo	83	7	90	83	6	1	0	0	0	0	43	14	28
	183 Alentejo Central	45	11	56	45	9	2	0	0	0	0	39	32	7
	184 Baixo Alentejo	36	16	52	36	11	2	1	1	1	0	772	129	643
	185 Lezíria do Tejo	191	47	238	191	45	2	0	0	0	0	127	77	50
	15 Algarve	550	51	601	550	46	4	0	0	0	1	1 741	379	1 362
	150 Algarve	550	51	601	550	46	4	0	0	0	1	1 741	379	1 362

(continua)



Quadro 5.1 - Incêndios florestais, Continente (cont.)

Ano	NUTSIII	Fogachos (N.º)	Incêndios Florestais (N.º)	Ocorrências por classe de área ardida (N.º)								Área Ardida Espaço Florestal (ha)		
				Total	[0-1ha[	[1-10ha[	[10-50ha[	[50-100ha[	[100-500ha[	[500-1000ha[	[>=1000ha[	Total	Povoamentos (ha)	Mato (ha)
2010	1 Continente	18 057	3 970	22 027	18 057	3 172	481	127	135	28	27	133 091	46 079	87 011
	11 Norte	11 780	2 802	14 582	11 780	2 210	365	93	98	21	15	84 494	27 488	57 006
	111 Minho-Lima	1 368	736	2 104	1 368	544	124	25	32	7	4	24 246	6 409	17 837
	112 Cávado	616	155	771	616	120	18	10	3	2	2	7 329	1 610	5 718
	113 Ave	1 349	374	1 723	1 349	289	58	15	9	3	0	7 245	2 940	4 305
	114 Grande Porto	1 755	113	1 868	1 755	96	14	1	2	0	0	1 281	817	464
	115 Tâmega	4 182	691	4 873	4 182	584	68	18	15	4	2	18 236	6 530	11 706
	116 Entre Douro e Vouga	1 191	110	1 301	1 191	80	15	4	7	1	3	6 838	4 629	2 209
	117 Douro	638	200	838	638	150	25	10	11	1	3	9 145	2 402	6 743
	118 Alto Trás-os-Montes	681	423	1 104	681	347	43	10	19	3	1	10 175	2 151	8 024
	16 Centro	4 183	842	5 025	4 183	685	81	26	32	7	11	44 171	15 787	28 383
	161 Baixo Vouga	1 006	66	1 072	1 006	56	7	2	1	0	0	858	806	51
	162 Baixo Mondego	241	22	263	241	19	1	1	0	1	0	1 031	706	325
	163 Pinhal Litoral	139	16	155	139	14	1	0	1	0	0	507	167	340
	164 Pinhal Interior Norte	323	57	380	323	45	10	0	1	1	0	1 120	467	653
	165 Dão-Lafões	1 154	262	1 416	1 154	212	23	11	12	1	3	12 820	4 383	8 437
	166 Pinhal Interior Sul	68	5	73	68	4	1	0	0	0	0	71	62	8
	167 Serra da Estrela	71	46	117	71	37	2	0	4	0	3	13 163	5 719	7 444
	168 Beira Interior Norte	278	215	493	278	170	21	6	10	3	5	12 460	2 552	9 908
	169 Beira Interior Sul	53	22	75	53	15	2	4	1	0	0	456	214	242
	16A Cova da Beira	129	30	159	129	21	6	1	2	0	0	729	140	589
	16B Oeste	567	84	651	567	79	5	0	0	0	0	288	53	234
	16C Médio Tejo	154	17	171	154	13	2	1	0	1	0	668	517	151
	17 Lisboa	1 436	155	1 591	1 436	143	9	3	0	0	0	794	126	668
	171 Grande Lisboa	863	108	971	863	100	5	3	0	0	0	565	43	522
	172 Península de Setúbal	573	47	620	573	43	4	0	0	0	0	229	83	146
	18 Alentejo	355	147	502	355	112	24	5	5	0	1	3 527	2 651	877
	181 Alentejo Litoral	75	23	98	75	18	2	2	0	0	1	2 052	1 683	369
	182 Alto Alentejo	39	23	62	39	17	4	1	1	0	0	223	196	27
	183 Alentejo Central	50	28	78	50	18	7	0	3	0	0	467	313	154
	184 Baixo Alentejo	23	20	43	23	14	6	0	0	0	0	210	169	41
	185 Lezíria do Tejo	168	53	221	168	45	5	2	1	0	0	575	290	286
	15 Algarve	303	24	327	303	22	2	0	0	0	0	104	27	78
	150 Algarve	303	24	327	303	22	2	0	0	0	0	104	27	78
2011	1 Continente	20 179	5 043	25 222	20 179	4 238	555	129	97	18	6	73 828	20 044	53 785
	11 Norte	13 793	3 731	17 524	13 793	3 172	398	82	64	11	4	49 328	13 155	36 172
	111 Minho-Lima	1 609	552	2 161	1 609	476	61	7	8	0	0	5 606	2 304	3 302
	112 Cávado	861	259	1 120	861	202	46	9	2	0	0	2 680	1 099	1 582
	113 Ave	1 900	472	2 372	1 900	409	48	8	6	1	0	4 283	1 422	2 862
	114 Grande Porto	2 102	188	2 290	2 102	179	7	1	1	0	0	982	706	275
	115 Tâmega	4 008	699	4 707	4 008	625	54	11	9	0	0	5 524	1 655	3 869
	116 Entre Douro e Vouga	1 193	93	1 286	1 193	75	12	4	1	1	0	1 803	1 350	453
	117 Douro	953	426	1 379	953	340	53	14	14	3	2	10 399	1 801	8 597
	118 Alto Trás-os-Montes	1 167	1 042	2 209	1 167	866	117	28	23	6	2	18 050	2 817	15 232
	16 Centro	4 546	1 013	5 559	4 546	802	131	41	30	7	2	22 277	5 756	16 521
	161 Baixo Vouga	923	77	1 000	923	61	12	4	0	0	0	828	727	101
	162 Baixo Mondego	429	37	466	429	33	3	1	0	0	0	297	204	93
	163 Pinhal Litoral	253	22	275	253	17	2	1	2	0	0	1 062	369	692
	164 Pinhal Interior Norte	330	39	369	330	30	6	1	1	1	0	1 006	653	353
	165 Dão-Lafões	986	254	1 240	986	209	31	10	2	2	0	3 791	572	3 219
	166 Pinhal Interior Sul	73	8	81	73	5	1	0	2	0	0	534	379	156
	167 Serra da Estrela	76	39	115	76	26	5	2	5	1	0	2 107	330	1 777
	168 Beira Interior Norte	245	258	503	245	175	46	17	17	2	1	8 880	1 277	7 603
	169 Beira Interior Sul	98	28	126	98	22	3	1	0	1	1	2 252	857	1 395
	16A Cova da Beira	138	26	164	138	19	4	2	1	0	0	386	119	267
	16B Oeste	787	202	989	787	187	14	1	0	0	0	999	179	820
	16C Médio Tejo	208	23	231	208	18	4	1	0	0	0	136	91	46
	17 Lisboa	1 113	144	1 257	1 113	128	14	2	0	0	0	890	203	688
	171 Grande Lisboa	598	113	711	598	99	12	2	0	0	0	711	122	589
	172 Península de Setúbal	515	31	546	515	29	2	0	0	0	0	179	81	99
	18 Alentejo	384	104	488	384	86	11	4	3	0	0	1 214	911	303
	181 Alentejo Litoral	61	20	81	61	20	0	0	0	0	0	45	29	17
	182 Alto Alentejo	44	17	61	44	12	3	2	0	0	0	166	91	75
	183 Alentejo Central	18	12	30	18	7	3	0	2	0	0	488	488	0
	184 Baixo Alentejo	16	15	31	16	11	2	2	0	0	0	207	154	53
	185 Lezíria do Tejo	245	40	285	245	36	3	0	1	0	0	308	150	158
	15 Algarve	343	51	394	343	50	1	0	0	0	0	119	19	100
	150 Algarve	343	51	394	343	50	1	0	0	0	0	119	19	100

(continua)



Quadro 5.1 - Incêndios florestais, Continente (cont.)

Ano	NUTSIII	Fogachos (N.º)	Incêndios Florestais (N.º)	Ocorrências por classe de área ardida (N.º)								Área Ardida Espaço Florestal (ha)		
				Total	[0-1ha[	[1-10ha[	[10-50ha[	[50-100ha[	[100-500ha[	[500-1000ha[	[>=1000 ha[	Total	Povoa- mentos (ha)	Mato (ha)
2012	1 Continente	16 751	4 425	21 176	16 751	3 607	567	108	116	16	11	110 232	48 067	62 165
	11 Norte	10 146	2 979	13 125	10 146	2 443	398	66	62	7	3	42 653	13 466	29 187
	111 Minho-Lima	809	343	1 152	809	286	49	7	1	0	0	2 918	796	2 121
	112 Cávado	483	119	602	483	93	18	2	5	0	1	3 380	2 177	1 203
	113 Ave	1 231	330	1 561	1 231	263	48	12	7	0	0	3 763	1 747	2 016
	114 Grande Porto	1 779	86	1 865	1 779	74	11	0	1	0	0	802	548	254
	115 Tâmega	3 149	640	3 789	3 149	538	77	11	14	0	0	6 686	2 235	4 451
	116 Entre Douro e Vouga	831	121	952	831	97	22	0	2	0	0	948	660	288
	117 Douro	897	448	1 345	897	354	69	11	11	2	1	8 725	1 080	7 645
	118 Alto Trás-os-Montes	967	892	1 859	967	738	104	23	21	5	1	15 432	4 223	11 209
	16 Centro	4 495	1 110	5 605	4 495	870	141	35	50	7	7	41 612	25 402	16 210
	161 Baixo Vouga	690	56	746	690	49	4	1	1	1	0	1 720	1 660	60
	162 Baixo Mondego	370	33	403	370	24	4	1	4	0	0	1 051	856	195
	163 Pinhal Litoral	322	42	364	322	35	6	1	0	0	0	295	139	156
	164 Pinhal Interior Norte	477	102	579	477	75	9	6	8	4	0	5 865	4 474	1 391
	165 Dão-Lafões	1 031	281	1 312	1 031	225	29	9	15	1	2	11 842	6 170	5 673
	166 Pinhal Interior Sul	87	11	98	87	7	2	0	2	0	0	566	524	41
	167 Serra da Estrela	64	57	121	64	46	5	2	2	0	2	5 098	3 767	1 331
	168 Beira Interior Norte	213	254	467	213	173	62	12	7	0	0	4 356	1 204	3 152
	169 Beira Interior Sul	133	27	160	133	20	5	0	2	0	0	722	588	134
	16A Cova da Beira	180	37	217	180	26	6	2	3	0	0	879	243	635
	16B Oeste	676	170	846	676	159	5	1	4	1	0	1 807	1 167	640
	16C Médio Tejo	252	40	292	252	31	4	0	2	0	3	7 411	4 609	2 801
	17 Lisboa	1 075	133	1 208	1 075	123	9	1	0	0	0	715	89	627
	171 Grande Lisboa	549	115	664	549	107	7	1	0	0	0	607	71	536
	172 Península de Setúba	526	18	544	526	16	2	0	0	0	0	108	17	91
	18 Alentejo	553	153	706	553	127	17	4	3	2	0	3 069	2 751	319
	181 Alentejo Litoral	99	23	122	99	19	3	0	1	0	0	296	228	69
	182 Alto Alentejo	68	24	92	68	19	3	1	0	1	0	1 187	1 167	20
	183 Alentejo Central	26	17	43	26	13	2	1	1	0	0	332	328	3
	184 Baixo Alentejo	24	11	35	24	8	2	0	0	1	0	752	684	68
	185 Lezíria do Tejo	336	78	414	336	68	7	2	1	0	0	503	344	159
	15 Algarve	482	50	532	482	44	2	2	1	0	1	22 182	6 360	15 823
150 Algarve	482	50	532	482	44	2	2	1	0	1	22 182	6 360	15 823	

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta / Região Autónoma da Madeira

Quadro 5.2 - Incêndios florestais, R.A.Madeira

Ano	Ocorrências por classe de área ardida (N.º)					Área Ardida Espaço Florestal (ha)		
	Total	[0; 1[	[1,1; 10[	[10,1; 20[	[>= 20]	Total	Povoamentos (ha)	Mato (ha)
2008	137	105	24	3	5	476	327	149
2009	49	32	14	0	3	289	62	227
2010	102	68	24	1	9	8 632	4 241	4 391
2011	123	79	30	6	8	745	436	309
2012	232	146	48	12	26	6 966	3 906	3 060

Fonte: Região Autónoma da Madeira



Quadro 5.3 - Áreas ardidas por espécie, por NUTS I

Unidade: ha

NUTS I		Total	Espécie								Unidade: ha
			Acácia	Alfarrobeira	Azinheira	Carvalhos	Carrasco	Castanheiro	Eucalipto	Indeterminada	Outras Folhosas
Continente	2008	3 235	19	x	98	x	73	40	1 149	136	73
	2009	10 869	0	x	232	x	20	188	2 177	502	935
	2010	30 162	0	x	82	x	0	160	10 078	510	1 222
	2011	11 170	0	x	167	x	222	175	3 001	410	632
	2012		158	75	851	1 026	0	284	12 401	417	3 252
R.A. Açores	2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012		0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.A. Madeira	2008	x	x	0	x	0	x	x	x	x	x
	2009	x	x	0	x	0	x	x	x	x	x
	2010	4 160	177	0	0	0	0	196	1 086	0	0
	2011	436	11	0	0	0	0	0	209	0	0
	2012	3 906	75	0	0	0	0	19	1 346	0	0
NUTS I		Espécie									
		Outras Resinosas	Outros Carvalhos	Pinheiro bravo	Pinheiro manso	Sobreiro	Floresta "Laurissilva"	Urzais arbóreos	Povoamentos jovens	Outras	
Continente	2008	102		216	1 218	0	110	0	0	0	0
	2009	151		2 234	4 240	3	186	0	0	0	0
	2010	111		4 020	13 081	401	498	0	0	0	0
	2011	917		1 584	4 637	0	232	0	0	0	0
	2012	0		0	16 545	2 352	6 138	0	0	0	0
R.A. Açores	2008	0		0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0		0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0		0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0		0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0		0	0	0	0	0	0	0	0
R.A. Madeira	2008	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	2009	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	2010	114	0	654	0	0	1 062	354	517	0	0
	2011	0	0	201	0	0	0	0	0	0	15
	2012	13	0	1 339	0	0	626	63	0	0	425

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta / Secretaria Regional da Agricultura e Floresta - Direção Regional das Florestas / Região Autónoma da Madeira



Quadro 5.4 - Incêndios na Rede Nacional de Áreas Protegidas

Área Protegida	Incêndios (N.º)					Área Ardida (ha)				
	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012
Portugal	x	x	x	365	773	x	x	x	8 705	10 949
Continente	472	727	368	312	701	2 539	10 059	18 426	8 095	6 712
Parque Natural da Peneda do Gerês	44	191	34	47	121	238	4 273	9 227	1 652	833
Parque Natural de Montesinho	135	175	42	110	110	1 398	2 726	275	2 473	2 584
Parque Natural do Litoral Norte	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parque Natural do Alvão	1	36	25	20	15	33	390	1 615	814	436
Parque Natural do Douro Internacional	21	72	42	21	125	180	744	1 356	441	1 521
Parque Natural da Serra da Estrela	103	96	82	68	87	589	1 055	5 706	2 618	895
Parque Natural da Serra D'Aire e Candeeiros	6	5	7	1	60	5	42	45	8	60
Parque Natural do Tejo Internacional	0	2	1	0	1	0	3	20	0	1
Reserva Natural da Serra da Malcata	0	3	3	2	3	0	17	11	45	44
Reserva Natural das Berlengas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reserva Natural da Duna de S. Jacinto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reserva Natural do Paul de Arzila	0	4	2	0	1	0	0	0	0	0
Paisagem Protegida da Serra do Açor	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0
Parque Natural da Arrábida	15	14	23	19	29	4	4	5	10	6
Parque Natural da Serra de Sintra-Cascais	69	8	35	4	22	47	9	98	30	39
Reserva Natural do Estuário do Tejo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reserva Natural do Estuário do Sado	0	1	0	0	11	0	10	0	0	3
Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Serra de São Mamede	4	3	3	4	13	0	0	0	0	6
Parque Natural da Serra de São Mamede	52	42	24	13	10	16	13	55	3	5
Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	7	35	28	1	21	15	13	7	2	7
Parque Natural do Vale do Guadiana	7	14	6	1	3	9	750	3	1	6
Reserva Natural do Paul do Boquilobo	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
Reserva Natural de Lagoa de S. André e da Sancha	0	2	0	1	3	0	1	0	0	0
Parque Natural da Ria Formosa	7	19	9	0	25	4	8	3	0	3
Reserva Natural do Sapal de Castro Marim-Vila Real de Santo António	0	4	2	0	5	0	0	0	0	1
Sítio Classificado do centro Histórico de Coruche	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0
Sítio Classificado do corno de bico	0	0	0	0	24	0	0	0	0	48
Paisagem Protegida da Serra de Montejunto	0	0	0	0	8	0	0	0	0	210
R.A. Açores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.A. Madeira	x	x	x	53	72	x	x	x	610	4 237
Parque Natural da Madeira	x	x	x	53	72	x	x	x	610	4 237

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta



Quadro 5.5 - Medidas Agro-ambientais no âmbito dos programas de Desenvolvimento Rural (PRODER/PRODERAM/PRORURAL)

Medidas Agro-ambientais	Beneficiários Pagos (Nº)				Área de compromisso (ha) ou Cabeças normais (CN)				Montante Pago (10 ³ EUR)			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Portugal	20 590	22 746	24 734	25 043	x	x	x	x	55 218	65 039	73 697	74 240
Continente	16 876	18 343	19 523	20 602	x	x	x	x	47 575	56 677	64 153	67 192
Valorização de modos de produção												
Alteração dos Modos de Produção												
Agrícola												
Modo de Produção Integrada	6 096	6 814	7 432	7 458	160 941	222 531	265 686	267 541	24 494	30 579	34 761	36 126
Modo de Produção Biológico	1 466	1 469	1 765	1 726	67 166	72 564	85 545	83 795	11 415	11 986	13 305	13 341
Protecção da Bio-diversidade Doméstica	5 610	5 971	4 637	4 890	38 833	44 982	37 682	41 007	4 523	5 277	4 016	4 658
Conservação do solo	0	151	166	162	0	17 417	13 073	12 404	0	722	792	737
Intervenções territoriais integradas												
Alentejo												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	0	0	17	25	0	0	1 503	2 229	0	0	96	129
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	0	0	0	17	0	0	0	437	0	0	0	23
Douro Vinhateiro												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	2 916	3 185	4 118	4 386	6 106	6 787	9 862	10 674	3 417	3 688	4 958	5 121
Serra da Estrela												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	73	130	191	247	832	1 141	1 523	1 842	108	168	274	337
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	1	13	26	30	117	265	380	394	12	25	44	43
Baldios - Silvo-Ambientais	0	1	5	5	0	14	184	222	0	2	22	21
Baldios - Agro-Ambientais	0	0	0	1	0	0	0	36	0	0	0	3
Douro Internacional												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	1 129	1 204	1 452	1 805	7 851	8 539	10 313	11 861	694	755	1 209	1 370
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	1	1	1	1	3	104	104	104	1	9	9	9
MONCHIQUE												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	0	0	6	73	0	0	7	145	0	0	3	63
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	0	0	6	16	0	0	53	155	0	0	6	18
Montesinho Nogueira												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	198	238	351	418	1 331	1 784	2 951	3 579	198	273	505	583
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	3	3	9	8	35	37	247	191	5	5	26	20
Baldios - Silvo-Ambientais	0	3	11	9	0	139	667	745	0	15	57	52
Peneda Gerês												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	598	589	744	838	2 575	2 081	3 328	3 127	339	270	469	464
Baldios Agro-Ambientais	23	25	26	28	31 422	33 546	33 675	36 749	1 117	1 202	1 210	1 320
Baldios Silvo-Ambientais	27	30	31	31	2 123	2 376	2 476	2 481	125	210	218	217
Serras de Aires e Candeeiros												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	13	22	30	38	38	95	273	366	8	15	39	47
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	0	0	0	2	0	0	0	8	0	0	0	2
Costa Sudoeste												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	3	6	18	35	19	105	576	2 214	2	9	55	190
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	3	13	19	22	89	265	395	522	10	31	44	54
Tejo International												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	20	30	86	110	434	557	841	1 035	50	65	159	199
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	7	26	48	70	293	1 236	3 768	4 204	27	115	227	260
Castro Verde												
Unidades de Produção Agro-Ambientais	101	122	135	155	17 150	21 182	22 650	25 970	1 028	1 256	1 644	1 783
Unidades de Produção Silvo-Ambientais	1	1	1	1	28	14	14	20	3	0	2	2
Região Autónoma dos Açores	1 718	1 858	2 093	2 175	x	x	x	x	7 179	7 696	8 639	6 589
Agricultura Biológica	16	16	34	45	162	199	224	348	40	48	56	63
Conservação de Curraletas e Lagidos da Cultura da Vinha	277	300	313	320	227	245	252	256	181	196	201	153
Conservação de Pomares Tradicionais dos	119	137	183	226	162	178	212	238	129	142	168	143
Conservação de Sebes Vivas para a Protecção de Culturas HortoFrutiFlorícolas, Plantas Aromáticas e Medicinais	81	101	114	146	94	112	127	151	55	66	74	68
Protecção de lagoas	0	1	1	1	0	55	73	73	0	66	88	66
Manutenção da Extensificação da Produção	1 316	1 392	1 561	1 569	35 010	36 858	41 027	41 736	6 617	6 975	7 742	5 943
Protecção da Raça Autóctone Ramo Grande	155	161	161	156	809	935	1 003	1 063	156	180	192	154
Pagamentos Natura 2000 Terras florestais	0	5	8	0	0	62	238	0	0	12	48	0
Pagamentos silvo-ambientais	0	2	5	0	0	61	336	0	0	12	67	0
Prémio Perda Rendimento	0	0	2	0	0	0	4	0	0	0	2	0
Prémio Manutenção	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	1	0
Região Autónoma da Madeira	1 996	2 545	3 118	2 266	x	x	x	x	464	666	905	459
Agricultura Biológica	35	44	73	64	45	48	99	77	30	42	85	51
Manutenção de Muros de Suporte de Terras	1 972	2 522	3 078	2 232	967	1 077	1 360	883	433	624	777	375
Pagamentos Rede natura	0	0	4	3	0	0	237	220	0	0	43	33

Fonte: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.



Quadro 5.6 - Ações de defesa da floresta contra incêndios executadas anualmente, por NUTS I

NUTS I		Ação de defesa da floresta contra incêndios (DFCI)			
		Gestão de combustíveis (ha)	Pontos água beneficiados (N.º)	Manutenção de rede viária florestal (km)	Rede primária de faixas de gestão de combustíveis executada (ha)
Continente	2008	39 480	865	13 294	6 365
	2009	29 008	525	8 927	972
	2010	22 174	307	3 556	1 145
	2011	19865	429	9669	1836
	2012	19 697	431	7 103	2 932
R.A. Açores	2008	x	x	x	x
	2009	x	x	x	x
	2010	x	x	x	x
	2011	x	x	x	x
	2012	x	x	x	x
R.A. Madeira	2008	4	0	25	2
	2009	30	0	20	0
	2010	14	0	15	0
	2011	5	1	26	3
	2012	5	0	30	3

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta e Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais - Direção Regional das Florestas, RAM

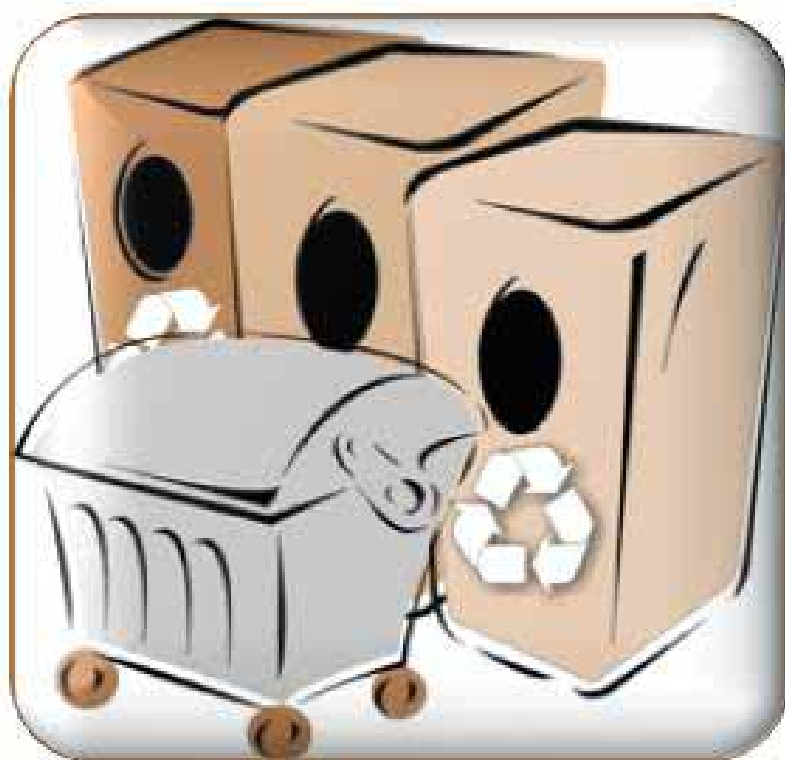
Quadro 5.7 - Despesa das Administrações Públicas na Proteção da biodiversidade e paisagem, por setores institucionais e agregados económicos

Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2008	2009	2010	2011	2012
Administrações Públicas					
Total das despesas	281 953 (Rv)	308 388 (Rv)	303 744 (Rv)	277 256 (Rv)	237 430
Despesas correntes	231 242	257 272	265 024	245 162	212 403
Despesas com o pessoal	86 141	87 847	92 482	86 998	79 870
Aquisição de bens e serviços	52 779	76 181	69 423	59 853	64 545
Transferências correntes	90 079	90 649	100 020	97 375	67 115
Outras despesas correntes	2 243	2 595	3 099	937	874
Despesas de capital	50 711	51 116	38 720	32 094	25 027
Investimentos	37 103	33 456	25 283	21 468	15 509
Transferências de capital	13 141	17 205	13 212	10 257	9 109
Outras despesas de capital	467	456	225	370	408
Administração Central					
Total das despesas	130 905 (Rv)	162 959 (Rv)	162 001 (Rv)	150 454	115 706
Despesas correntes	123 643	149 113	149 367	139 498	112 467
Despesas com o pessoal	21 563	21 132	20 818	20 928	19 296
Aquisição de bens e serviços	34 139	62 412	53 945	46 344	51 786
Transferências correntes	66 583	65 444	74 378	72 095	41 047
Outras despesas correntes	1 360	125	225	132	338
Despesas de capital	7 262	13 846	12 634	10 955	3 239
Investimentos	7 107	12 463	12 624	10 828	3 119
Transferências de capital	155	1 383	10	127	120
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	17 801	8 676	9 254	6 844	5 488
Despesas correntes	7 053	4 098	4 229	2 334	2 256
Despesas com o pessoal	841	831	778	163	302
Aquisição de bens e serviços	5 743	2 421	2 754	1 518	1 597
Transferências correntes	465	845	697	651	356
Outras despesas correntes	3	1	1	2	1
Despesas de capital	10 748	4 578	5 025	4 510	3 232
Investimentos	8 869	1 235	1 320	1 113	502
Transferências de capital	1 879	3 343	3 705	3 397	2 731
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	8 476	8 044	6 193	3 947	4 720
Despesas correntes	4 611	4 563	4 841	3 812	3 809
Despesas com o pessoal	1 464	1 497	1 498	1 498	1 470
Aquisição de bens e serviços	979	562	780	482	458
Transferências correntes	2 168	2 504	2 562	1 831	1 881
Outras despesas correntes	0	0	0	0	1
Despesas de capital	3 865	3 481	1 352	135	911
Investimentos	2 697	2 488	685	135	911
Transferências de capital	1 168	993	667	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	124 771 (Rv)	128 709 (Rv)	126 297 (Rv)	116 012 (Rv)	111 516
Despesas correntes	95 935	99 498	106 587	99 518	93 871
Despesas com o pessoal	62 273	64 386	69 388	64 409	58 802
Aquisição de bens e serviços	11 917	10 786	11 943	11 509	10 704
Transferências correntes	20 864	21 857	22 383	22 797	23 831
Outras despesas correntes	881	2 469	2 873	803	534
Despesas de capital	28 836	29 211	19 710	16 494	17 645
Investimentos	18 430	17 269	10 655	9 392	10 977
Transferências de capital	9 939	11 486	8 830	6 732	6 259
Outras despesas de capital	467	456	225	370	408

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





Resíduos

6 - RESÍDUOS

- A gestão e reciclagem de resíduos é uma questão que se relaciona e se torna cada vez mais intrínseca à problemática ambiental, na medida em que os resíduos, por um lado, colocam forte pressão sobre o ambiente quando não geridos de forma apropriada, mas por outro lado podem constituir uma origem alternativa de matéria-prima. De facto, podem contribuir para a redução das necessidades energéticas, uma vez que a reciclagem exige menores quantidades de energia e de materiais para produzir quantidades similares de “matéria-prima” reciclada comparativamente ao ativo natural correspondente.
- É tendo presente esta preocupação e situação que a recente legislação em matéria de gestão de resíduos em Portugal define uma política e hierarquia de prioridades nas práticas de gestão de resíduos conforme representado na Figura 6.1.
- Atualmente a principal preocupação passa por maximizar a valorização de resíduos, minimizando a eliminação de resíduos por deposição em aterro, em especial através do desvio de resíduos biodegradáveis da deposição em aterro para equipamentos de valorização orgânica.
- O setor da gestão de resíduos em Portugal permite dar resposta à generalidade das necessidades no país, o que em parte explica que nos últimos 4 anos (2009-2012), as saídas de resíduos do país se tenham mantido relativamente estáveis. Contudo, regista-se uma taxa de crescimento médio ao ano de 1,4% nos últimos 4 anos, contabilizando-se 65 mil toneladas de resíduos exportados em 2012, mais 3 mil toneladas do que o valor registado em 2011 (Figura 6.14).
- Não obstante os objetivos de desvio de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) da deposição em aterro e das estratégias de incremento da reciclagem e recuperação de resíduos, em 2012 (dados provisórios) ainda se verificava que em cada 10 quilos de resíduos urbanos geridos, aproximadamente 5,4 kg eram encaminhados para deposição em aterro (5,8 kg em 2011), 1,9 kg para valorização energética (2,1 kg em 2011), 1,2 kg para valorização multimaterial (similar em 2011) e 1,5 kg para valorização orgânica (0,8 kg em 2011).
- A proporção de resíduos remetidos para valorização orgânica aumentou 6,1 p.p. entre 2011-2012, e embora seja de realçar como uma melhoria significativa, ainda se situa a 10 p.p. da meta definida no primeiro PERSU¹ que estipulava atingir um nível de abrangência desta operação sobre 25% dos resíduos urbanos geridos.
- A atividade das entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos (resíduos de embalagens, óleos usados, pneus usados, veículos em fim de vida, resíduos de pilhas e acumuladores, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos) contribuiu em 2012 para a recolha seletiva de de 1 149 milhares de toneladas de resíduos (1 261 milhares em 2011), dos quais 98,6% acabaram por ser valorizados.

Figura 6.1 - Hierarquia de prioridades na gestão de resíduos



¹ Conclusões sobre a aplicação do PERSU I, resumidas na publicação do PERSU II, Portaria 187/2007 de 12 de fevereiro.



Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Resíduos urbanos recolhidos por habitante		 Pressão	Em 2013 a quantidade de resíduos recolhidos por habitante, decresceu 37 quilogramas por habitante, o que representa uma redução na geração de resíduos.
Resíduos urbanos para Valorização Orgânica e Multimaterial		 Resposta	Embora se registem quebras na geração de resíduos urbanos a proporção de resíduos urbanos conduzidos para VO e VM regista acréscimos significativos no último ano (+19%).
Despesa na Gestão de Resíduos		 Resposta	Em 2012, a despesa das Administrações Públicas na gestão de resíduos apresentou uma contração de 6,8%, ascendendo a 451 milhões de euros.

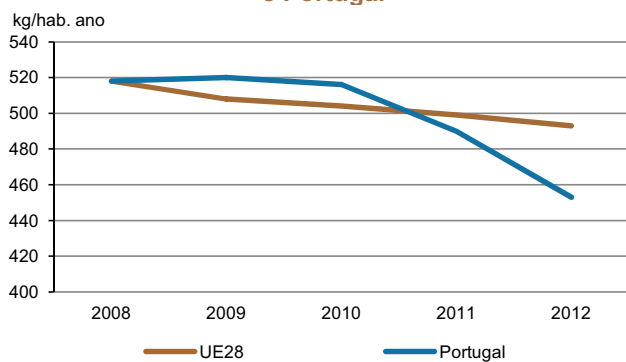


6.1 - RESÍDUOS URBANOS (RU)

No quinquénio em análise (2008-2012), verifica-se que a produção nacional de resíduos urbanos *per capita* manteve-se acima da média da UE28 no biénio 2009-2010, anos em que cada português terá gerado em média, mais 12 quilogramas de RU do que o valor médio registado para o conjunto dos habitantes dos Estados-membros da UE. Em 2008 o valor registado em Portugal (518 kg/habitante) coincide com o valor médio por habitante para a UE28. Nos últimos 2 anos, registaram-se decréscimos significativos no rácio de resíduos por habitante que atinge 490 kg/habitante em 2011 e 453 kg/habitante em 2012. Em termos relativos e comparativamente ao ano imediatamente anterior, registaram-se em 2011 e 2012 decréscimos de 5,0 % e 7,5%, respetivamente.

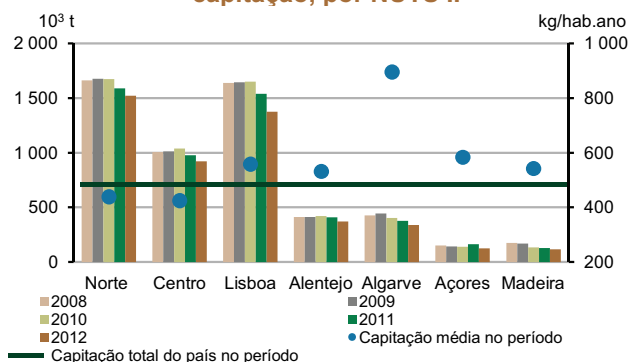
De referir que na UE28 a geração de resíduos urbanos *per capita* tem vindo a diminuir de forma progressiva, decrescendo de 518 kg/habitante ano em 2008 para 499 kg/habitante ano em 2011. Atendendo a que no período 2008-2011 a geração de resíduos urbanos *per capita* na UE28 decresceu a um ritmo médio de 1,2% ao ano, estima-se que mantendo-se a tendência em 2012, se atinja um valor na ordem dos 493 kg/habitante. Ainda assim um valor bem acima do registado em Portugal, que se situava nos 453 kg/habitante.

Figura 6.2 - Capitação de resíduos urbanos total UE e Portugal



Fonte: INE, I. P.

Figura 6.3 - Resíduos urbanos recolhidos e capitação, por NUTS II



Fonte: INE, I. P.

Observando a média das capitações no período em análise (2008-2012), verifica-se que são as regiões Norte (439 kg/habitante) e Centro (425 kg/habitante) as únicas que registaram valores inferiores a 500 kg/habitante que corresponde à média das capitações no total do país no período.

O Algarve surge como a região com a capitação mais elevada, 896 kg/habitante, valor certamente influenciado pela atividade turística.

Realça-se ainda a Região Autónoma dos Açores que atingiu valores de geração de resíduos por habitante (584 kg) acima dos ocorridos na região de Lisboa (559 kg) e das outras regiões.

Em Portugal, a quantidade de resíduos urbanos recolhidos seletivamente em 2012, fixou-se nas 665 mil toneladas, o que representava 13,9% do total dos 4,7 milhões de toneladas de resíduos recolhidos.

Em termos regionais releva-se o Algarve, o Centro e a Região Autónoma da Madeira, como as regiões que no ano 2012 registaram o maior rácio de resíduos resgatados seletivamente face ao total recolhido, com 23,5%, 16,3% e 14,2%, respetivamente.

Todavia destaca-se o decréscimo de cerca de 11,7% nas quantidades de recolha seletiva entre 2011 e 2012, o que corresponde, aproximadamente, a menos 88 mil toneladas de resíduos recolhidos para valorização multimaterial.

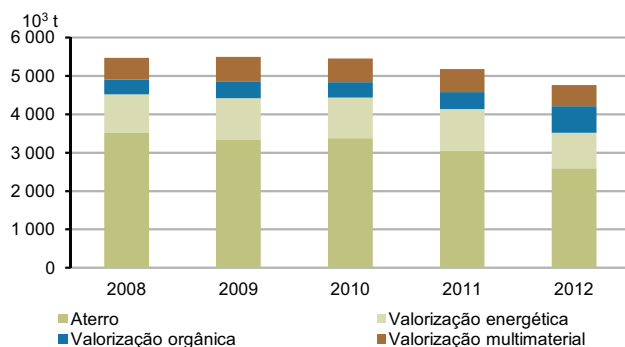
A recolha indiferenciada por seu lado registou um decréscimo de 7,3%, a que correspondiam em termos absolutos, menos 323 mil toneladas de resíduos urbanos recolhidos.

Destacam-se a região Norte e a região de Lisboa como os centros populacionais que geraram maiores quantidades de resíduos, 1,5 e 1,3 milhões de toneladas, respetivamente.

Contudo em termos médios por habitante, verifica-se que cada habitante da região de Lisboa (487 kg/habitante ano) gerou em média durante o ano de 2012, mais 73 quilogramas de resíduos que cada habitante da região Norte (414 kg/habitante ano).



Figura 6.4 - Resíduos urbanos por operação de gestão



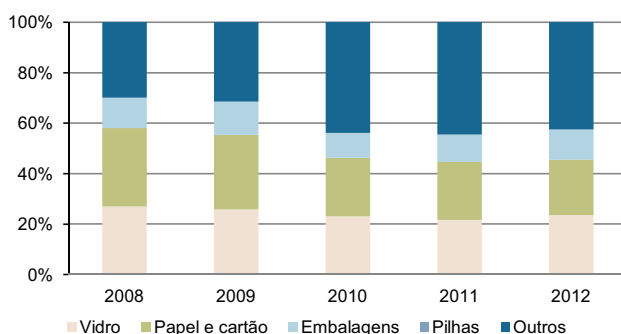
Fonte: INE, I. P.

certa medida pela redução generalizada da geração de resíduos, mas também pelo aumento das quantidades de resíduos urbanos remetidos para valorização orgânica, que registaram uma taxa de crescimento média anual de 16,1%.

Em 2012, cerca de 54,3% dos resíduos urbanos recolhidos foram encaminhados para aterro, o que corresponde a menos 10 p.p. que a proporção verificada em 2008 que se fixava em 64,5%.

Entre 2009 e 2010 verificou-se um ligeiro aumento das quantidades de resíduos depositados em aterro, mas a partir de 2011 registou uma inversão com um decréscimo de cerca de 300 mil toneladas face ao ano anterior. Em 2012 registou-se novo decréscimo acentuado que atingiu cerca de 500 mil toneladas, o que significa que a proporção de resíduos encaminhados para aterro decresceu a um ritmo de 7,4% ao ano no período 2008-2012.

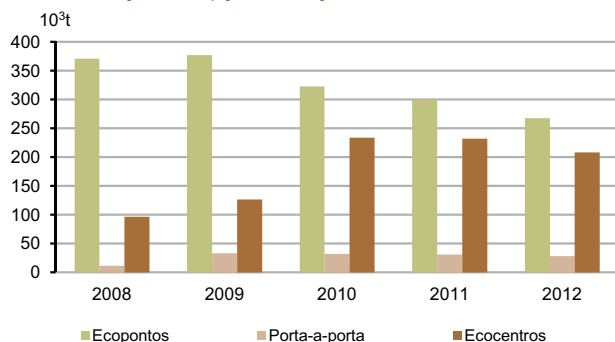
Figura 6.5 - Resíduos urbanos recolhidos seletivamente, por principais materiais



Fonte: INE, I. P.

Os resíduos de papel e cartão e de vidro, em conjunto, representavam 49,6% do total de resíduos no período em análise, e atingiram 912 mil e 860 mil toneladas, respetivamente.

Figura 6.6 - Resíduos urbanos recolhidos por via de ecopontos, porta-a-porta e ecocentros



Fonte: INE, I. P.

A região Centro é área do país em que se verificou o mais baixo rácio de quantidades de resíduos urbanos recolhidos por habitante, cerca de 399 kg/habitante.

A região do Algarve registou o valor mais elevado no rácio de resíduos gerados por habitante que se fixou em 759 kg. Todavia, a seguir aos Açores, foi a região do país em que se registou um dos maiores decréscimos entre 2011 (842 kg/habitante) e 2012 (759 kg/habitante).

As quantidades de resíduos eliminados em aterro registou no período em análise (2008-2012), uma descida quase consistente (dado o ligeiro acréscimo entre 2009 e 2010), que se explica em

Entre 2008 e 2012, foram recuperados para valorização multimaterial 3,5 milhões de toneladas de resíduos separados na origem pelas famílias e empresas, e recolhidos seletivamente através de ecopontos, porta-a-porta e entregas em ecocentros.

Todos os principais materiais (vidro, papel e cartão, embalagens, pilhas e outros) apresentaram um decréscimo nas quantidades recolhidas seletivamente entre 2011 e 2012. Contudo, releva-se a fileira dos resíduos de embalagens e do vidro como as que verificaram um decréscimo menos acentuado entre 2011 e 2012, -3,4% e -4,2%, respetivamente.

A fileira do vidro evoluiu positivamente no período 2008-2010, com uma taxa de crescimento médio de 3,8% ao ano. De 2010 em diante, evoluiu de forma negativa e decresceu regularmente com uma taxa de variação média anual de -8,2%. Em 2012, o total de resíduos de vidro gerado foi 156 mil toneladas, valor que correspondeu a menos 16 mil toneladas que o nível atingido em 2008 (172 mil toneladas).

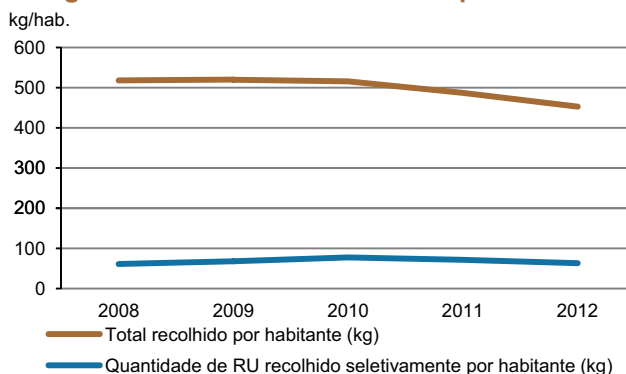
A fileira das pilhas apresentou uma tendência decrescente no período, e embora em 2010 e 2011 se registassem valores semelhantes, apresentou um decréscimo médio de 36,4% ao ano. É a fileira que no âmbito dos resíduos urbanos apresentou maior decréscimo, seguida do papel e cartão que decresceu a um ritmo de 13,6% ao ano.



Em 2012 os ecopontos constituíam o principal método de recolha seletiva, com uma proporção de 40,2% dos resíduos urbanos recolhidos seletivamente.

Salientam-se as quantidades de resíduos recolhidas porta a porta, que no período em análise e dada a tendência de redução de geração de resíduos, registou um crescimento médio de 24,2% ao ano, tendo atingido 27 mil toneladas em 2012.

Figura 6.7 - Recolha de resíduos por habitante



Fonte: INE, I. P.

Na figura 6.7 apresenta-se a evolução dos resíduos urbanos recolhidos e resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante.

No período de 2008 a 2012, registou-se um decréscimo médio anual de 1,4% no que se refere às quantidades globais de resíduos gerados por habitante/ano.

Em 2008 cada habitante gerava em média 518 kg de resíduos, registando-se em 2012 um valor de 453 kg/habitante.

As quantidades de resíduos recolhidos seletivamente por habitante evoluíram positivamente e registaram uma taxa de crescimento médio anual de 1,0%.

Em 2008 cada habitante contribuía em média para a separação de 60 kg de resíduos. No ano de 2012 o contributo por habitante atingiu 63 quilogramas de resíduos separados.

Releva-se ainda que do total dos resíduos recolhidos em 2012, cerca de 13,9% foram recolhidos seletivamente atingindo 665 mil toneladas, correspondendo a sua maior parte a valorização multimaterial (514 mil toneladas) e a valorização orgânica (87 mil toneladas).

6.2 - FLUXOS ESPECÍFICOS DE RESÍDUOS

Em Portugal, a quantidade de resíduos de fluxos específicos recolhidos e valorizados evoluiu negativamente desde 2008 a uma taxa média anual de -5,5 %, atingindo-se em 2012 um valor global de 1,1 milhões de toneladas (1,4 milhões de toneladas em 2008).

Tendo por base o princípio da responsabilidade alargada dos produtores, os resíduos de fluxos específicos enumerados adiante apresentaram no período em análise (2008-2012) taxas de evolução negativas no que se refere à recolha e valorização de resíduos, com exceção do fluxo de pilhas e acumuladores.

Releva-se o caso do fluxo de óleos minerais usados que embora com ligeiro acréscimo de 2009 para 2010, registou no período (2008-2012) a taxa de decréscimo das quantidades recolhidas mais acentuada com um valor médio anual de -5,3%, fixando-se em 25 mil toneladas (31 mil toneladas em 2008).

As taxas de evolução positivas do fluxo de pilhas e acumuladores devem-se à implementação de redes de recolha no âmbito das obrigações das novas entidades gestoras licenciadas em 2010.

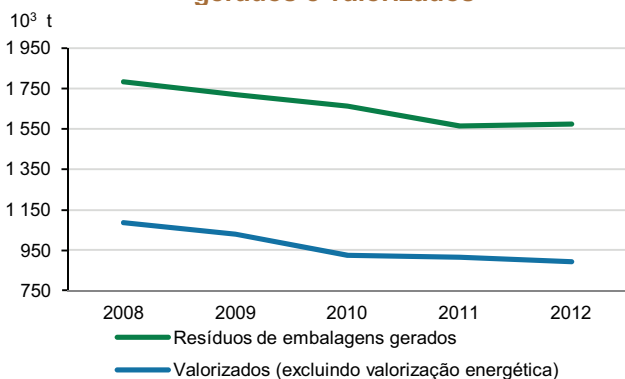
Em 2012, as entidades SPV, VALORMED e VALORFITO contribuíram para a valorização de cerca de 892 mil toneladas de resíduos de embalagens (915 mil toneladas em 2011) o que corresponde a um decréscimo de 2,4% face a 2011 (não inclui dados de resíduos de embalagem para valorização energética devido a não disponibilidade dos dados para 2012).

Na Figura 6.8 apresenta-se a evolução das quantidades de resíduos de embalagens gerados e das quantidades valorizadas (excluindo a valorização energética).

No período 2008-2012 o total de resíduos de embalagem gerados apresentou uma taxa de evolução média anual de -3,0%, decréscimo um pouco menos acentuado que o revelado pela taxa de evolução média anual das quantidades de resíduos de embalagem valorizados, que atingiu -4,8%.



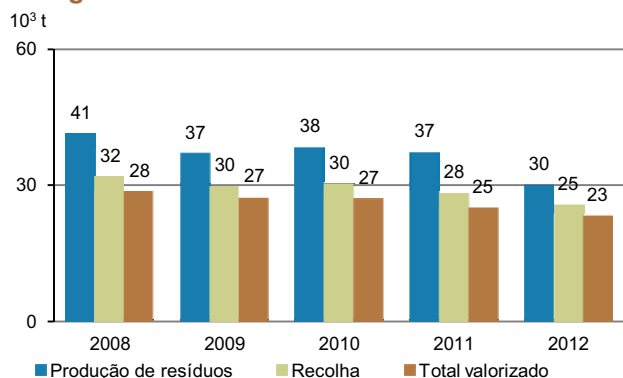
Figura 6.8 - Fluxo de resíduos de embalagens gerados e valorizados



Fonte: APA, I. P.

De igual modo em termos médios anuais no período, a proporção de resíduos valorizados face ao total de óleos minerais usados recolhidos, fixou-se em 89,7%. Todavia, o melhor registo anual verificou-se em 2009, ano em que a proporção de óleos usados valorizados atingiu 91,5% do total recolhido. De salientar que todos os óleos usados e recolhidos foram encaminhados para tratamento, não se atingindo no entanto uma taxa de 100% de valorização devido às perdas no processo de tratamento.

Figura 6.9 - Fluxo de óleos minerais usados



Fonte: APA, I. P.

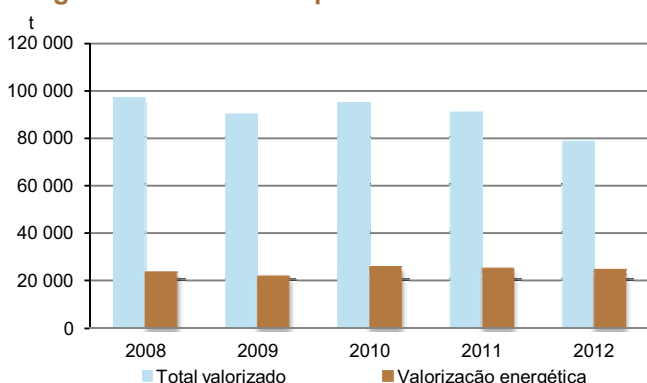
Esta divergência também se torna evidente na avaliação da proporção de resíduos valorizados (excluindo valorização energética) face aos resíduos gerados, que em 2012 se fixou em 56,7% e que corresponde a uma diminuição de 4 p.p. relativamente a 2008, ano em que atingia um valor de 61,0% do total.

No período de 2008-2012, a proporção de óleos minerais usados recolhidos relativamente ao total de resíduos de óleos usados gerados, registou em média 79,5% ao ano, salientando-se o último ano da série que atingiu a proporção mais elevada e se fixou em 85,3% do total de resíduos gerados.

No período em análise (2008-2012), verifica-se uma ligeira convergência nas quantidades de resíduos de óleos usados gerados e de óleo usados recolhidos, e que se traduz numa maior taxa de recolha e consequente melhoria a nível ambiental.

Embora se registre em todas as variáveis (óleos usados gerados, recolhidos e valorizados) uma evolução média anual negativa no período, a evolução de óleos usados valorizados (-4,8%) foi menos acentuada que a evolução das quantidades recolhidas (-5,3%), que por sua vez foi menos acentuada que a evolução das quantidades óleos minerais usados gerados (-7,7%) e traduzem a convergência verificada.

Figura 6.10 - Fluxo de pneus usados valorizados



Fonte: APA, I. P.

No que se refere à evolução de pneus usados no período em análise (2008-2012), destaca-se uma diminuição progressiva da proporção de pneus usados valorizados com uma taxa de variação média anual de -5,0%, embora entre 2009 e 2010 se tivesse verificado um acréscimo, estando estes valores relacionados com a diminuição progressiva das quantidades de pneus usados gerados e de pneus usados recolhidos.

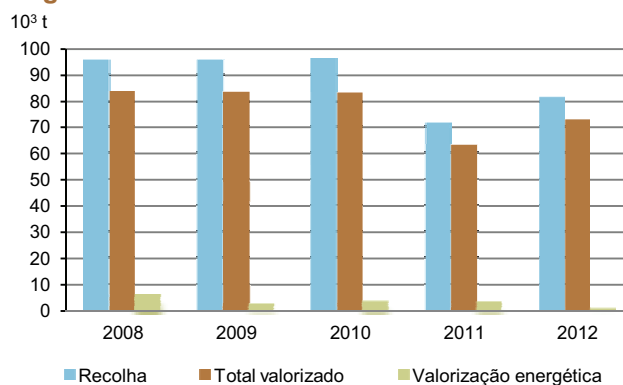
No conjunto dos pneus valorizados destaca-se um ligeiro e progressivo aumento da proporção de resíduos de pneus usados remetidos para valorização energética, que apresentou uma taxa de crescimento médio anual de 1,0% no período em análise.



Em termos relativos verifica-se que em 2008 a proporção de pneus usados para valorização energética correspondia a 24,4% do total valorizado. Em 2012 aumentou 7 p.p., fixando-se em 31,2% dos pneus valorizados. Embora se tivesse registado no período um aumento nas quantidades de pneus usados para valorização energética, esta evolução relativa deveu-se em grande parte ao decréscimo das quantidades remetidas para outras operações de valorização.

As quantidades de pneus usados valorizados, excluindo a valorização energética, evoluiu a uma taxa média anual de -7,2%, decrescendo de 72,7 mil toneladas em 2008 para se fixar em 53,7 mil toneladas em 2012.

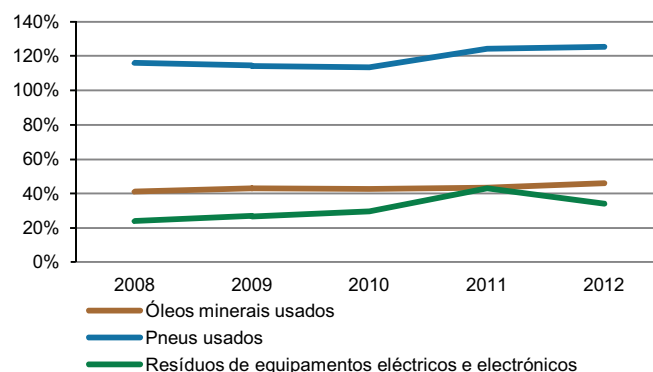
Figura 6.11 - Resíduos de veículos em fim de vida



Fonte: APA, I. P.

À semelhança do que sucede com os restantes fluxos, também os veículos em fim de vida (VfV) recolhidos apresentaram um decréscimo no período, embora entre 2011 e 2012 se tivesse verificado um acréscimo de 9 mil toneladas (13,3%), fixando-se neste último ano em 81 mil toneladas. Ainda assim, valor inferior ao registado em 2008 que atingia perto de 96 mil toneladas. No período 2008-2012 registou-se uma taxa de variação média anual de -4,0% no que se refere às quantidades recolhidas de VfV, e -3,4% nas quantidades valorizadas. A proporção de resíduos de VfV valorizados no conjunto dos resíduos recolhidos apresentou uma tendência estável com os valores a oscilar em torno de 87,5% para os anos de 2008 a 2012. No último ano registou-se a proporção mais elevada de resíduos de VfV valorizados que se fixou em 89,5% do total recolhido.

Figura 6.12 - Percentagem de resíduos recolhidos relativamente às quantidades de respetivo produto colocado em mercado



Fonte: INE, I. P.

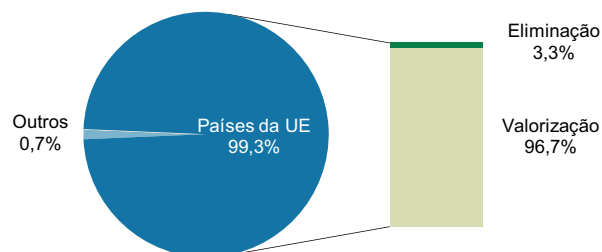
Na figura 6.12 apresenta-se a proporção de resíduos recolhidos dos fluxos específicos de óleos minerais usados, pneus usados e resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos face ao total de produtos novos correspondentes colocados no mercado.

Destaca-se o caso de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos que embora apresentando uma tendência crescente no período 2008-2012, registou no último ano da série (2012) um decréscimo de cerca de 9 p.p., fixando-se em 34,0% a proporção de REEE recolhidos relativamente às quantidades de produtos correspondentes colocados em mercado (43,0% em 2011). No entanto, é de salientar que tanto a colocação de produtos novos no mercado como a recolha diminuíram no período.



6.3 - MOVIMENTO TRANSFRONTEIRO DE RESÍDUOS

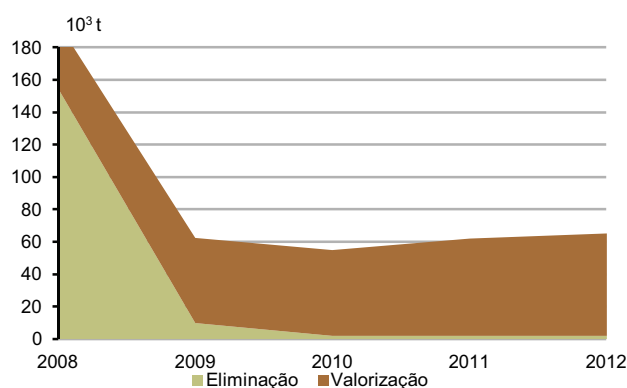
Figura 6.13 - Resíduos exportados por principal destino e operação de gestão



Em 2012, o total de resíduos exportados atingiu 65 mil toneladas, o que corresponde a um acréscimo de 3 mil toneladas (4,8%) em relação ao ano anterior.

Fonte: INE, I. P.

Figura 6.14 - Resíduos exportados por operação de gestão



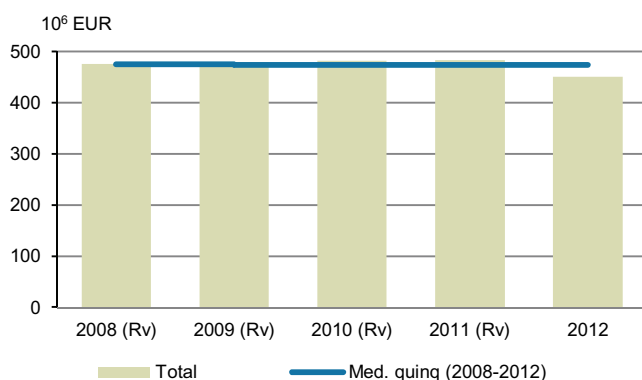
Fonte: INE, I. P.

Seguindo a tendência dos últimos 2 anos, a quase totalidade dos resíduos exportados eram de natureza perigosa (97,4%) e destinaram-se na sua maior parte (96,7% dos perigosos) a operações de valorização.

As quantidades de resíduos exportados não apresentaram uma tendência evolutiva regular no período em análise (2008-2012), todavia nos últimos 3 anos registou-se uma variação média anual positiva de 8,8%.

6.4 - DESPESA NA GESTÃO DE RESÍDUOS

Figura 6.15 - Despesa das Administrações Públicas na Gestão de resíduos



Fonte: INE, I. P.

No período em análise, as Administrações Públicas aplicaram, em média, anualmente mais de 475 milhões de euros, com exceção de 2012 que registou uma diminuição de 6,8% (451 milhões de euros).

Com 440 milhões de euros de despesa em 2012, a Administração Local concentrou 77,3% do total da despesa com atividades de recolha e transporte de resíduos. Inclui-se nesta despesa a varredura e limpeza urbanas, asseguradas pelos serviços municipais ou pelas entidades prestadoras de serviços de recolha de resíduos urbanos indiferenciados mediante a celebração de um contrato de prestação de serviço.

A segunda maior despesa na vertente de resíduos na AP foi da responsabilidade da Região Autónoma da Madeira, com a totalidade da despesa a ser efetuada sob a forma de transferência corrente e de capital para uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Esta sociedade gere o Sistema de transferência, triagem, tratamento e valorização de resíduos da Região Autónoma da Madeira, mediante concessão em regime de serviço público e de exclusividade. Comparativamente a 2011, os gastos deste setor reduziram-se para metade, tendo-se fixado nos 7 milhões de euros.



Na Região Autónoma dos Açores, a gestão de resíduos inverteu a tendência dos últimos dois anos fixando-se em 2012 nos 3 milhões de euros (11 milhões de euros no ano transato). Este decréscimo deveu-se a um significativo abrandamento do mercado das obras públicas com impacto nos projetos e empreitadas de centros de processamento de resíduos e centros de valorização orgânica por compostagem e selagens de lixeiras.

De referir que na Administração Central registaram-se igualmente gastos nesta área ambiental, nomeadamente nas atividades desenvolvidas pela APA, IP, mas pelo facto de não ser possível a sua identificação, dada a diversidade de funções que desempenha no âmbito das políticas do ambiente, foram integradas no capítulo “Outros domínios de ambiente”.

Em termos de agregados económicos, salientou-se no período em análise, o predomínio das despesas correntes face às de capital.

Com efeito, mais de metade das despesas correntes referiram-se a aquisição de bens e serviços, pelos serviços municipais para a recolha de resíduos (indiferenciada e seletiva) realizada por terceiros mediante contratos de prestação de serviços e os pagamentos a entidades gestoras de serviços “em alta”, responsáveis pela armazenagem, triagem, valorização e eliminação dos resíduos.

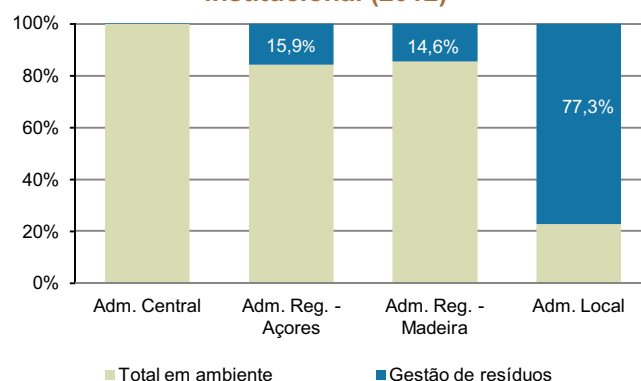
As despesas correntes incluíram também os gastos com pessoal (28,1% das despesas correntes, em 2011 o seu peso era 28,9%) que somado às despesas anteriores representaram 81,2% do total de despesas correntes em 2012.

De referir que nas despesas de capital a contribuição dos investimentos no último ano não foi além dos 3,2% do total das despesas (em 2011 o investimento tinha representado 4,9%).

Em 2012, mais de metade dos municípios do país (abrangendo cerca de 4,6 milhões de pessoas) com serviços de gestão de resíduos urbanos “em baixa”, designadamente a recolha indiferenciada de resíduos urbanos, gastaram, em média, entre 25 e 49 euros/habitante com a gestão de resíduos. Aproximadamente 1/5 dos municípios (englobando 28,7% do total da população), sobretudo das regiões Norte e Centro, apresentaram uma despesa por habitante da ordem dos 25 euros.

No extremo oposto, a despesa em 9,5% dos municípios correspondeu ao escalão mais elevado, com realce para os municípios situados nas zonas turísticas do litoral do Continente e Regiões Autónomas e em alguns municípios do interior.

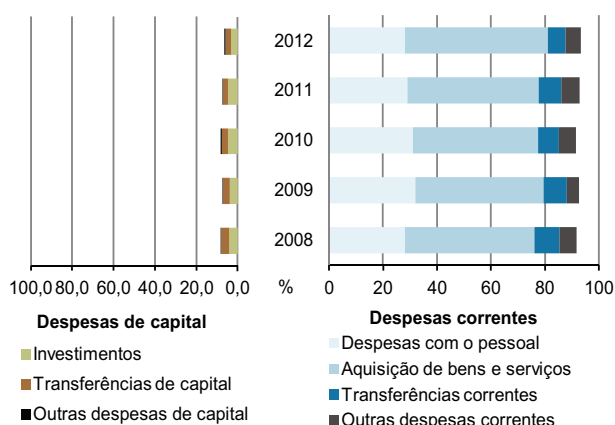
Figura 6.16 - Percentagem da Gestão de resíduos no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2012)



Nota: não foi considerado no período de referência de 2012 a informação do domínio Gestão de águas residuais (dados não disponíveis).

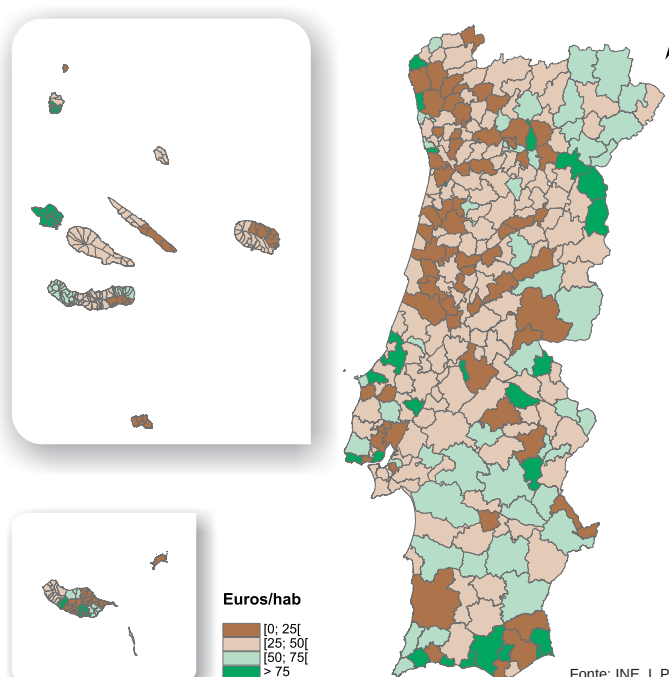
Fonte: INE, I. P.

Figura 6.17 - Despesa das Administrações Públicas na Gestão de resíduos, por agregado económico



Fonte: INE, I. P.

Figura 6.18 - Despesa da Administração Local por habitante no domínio da Gestão de resíduos



6.5 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 6.1 - Resíduos urbanos geridos por regiões (NUTS I, II e III)

Regiões	Resíduos urbanos geridos					Capitação				
	2008	2009	2010	2011 (Rv)	2012 (Po)	2008	2009	2010	2011	2012
	t					kg / hab. ano				
Portugal	5 471 844	5 496 267	5 457 137	5 177 780	4 765 923	518	520	516	490	453
1 Continente	5 144 882	5 185 031	5 183 569	4 888 485	4 526 449	512	516	515	487	452
11 Norte	1 662 967	1 676 001	1 673 896	1 587 634	1 520 918	447	452	452	430	414
111 Minho-Lima	108 296	110 328	106 701	100 205	96 397	437	447	434	409	396
112 Cávado	185 701	185 107	178 348	167 004	167 437	454	452	435	407	408
113 Ave	200 893	205 971	201 317	192 076	190 230	390	400	392	375	372
114 Grande Porto	685 492	676 364	675 312	651 048	615 521	532	525	524	506	480
115 Tâmega	201 534	217 891	215 097	202 349	193 186	363	393	390	367	352
116 Entre Douro e Vouga	103 539	104 222	114 734	101 715	96 813	373	377	416	370	352
117 Douro	85 434	86 783	89 380	86 266	81 265	404	414	431	420	399
118 Alto de Trás-os-Montes	92 078	89 334	93 007	86 971	80 070	437	428	451	426	397
16 Centro	1 006 951	1 010 733	1 038 390	976 311	920 461	430	432	445	420	399
161 Baixo Vouga	177 780	178 302	179 046	172 490	166 123	454	456	458	442	427
162 Baixo Mondego	155 980	159 226	167 090	153 611	142 931	465	476	501	464	436
163 Pinhal Litoral	109 949	110 214	113 751	107 882	99 811	423	423	436	413	384
164 Pinhal Interior Norte	47 380	48 071	50 417	45 869	43 425	354	361	381	350	334
165 Dão-Lafões	108 650	108 014	109 060	103 332	97 648	387	386	392	373	355
166 Pinhal Interior Sul	12 497	12 805	12 228	12 690	12 033	298	308	298	312	300
167 Serra da Estrela	17 356	17 025	17 027	16 294	15 261	381	380	385	374	355
168 Beira Interior Norte	41 726	41 380	42 414	39 634	37 655	387	388	402	381	368
169 Beira Interior Sul	32 791	32 377	31 667	32 694	31 231	431	427	420	437	424
16A Cova de Beira	33 213	32 957	33 564	32 816	30 314	370	370	380	375	351
16B Oeste	174 279	173 428	187 325	168 117	154 382	487	481	517	464	427
16C Médio Tejo	95 352	96 934	94 800	90 882	89 647	428	436	428	413	410
17 Lisboa	1 637 421	1 642 825	1 649 609	1 539 016	1 375 141	588	587	586	545	487
171 Grande Lisboa	1 146 515	1 161 195	1 165 794	1 093 502	972 259	568	572	572	535	477
172 Península de Setúbal	490 906	481 630	483 815	445 513	402 882	642	625	623	570	515
18 Alentejo	410 787	411 067	418 925	407 717	371 835	536	538	551	539	495
181 Alentejo Litoral	57 595	57 544	60 642	60 126	53 050	583	584	617	614	543
182 Alto Alentejo	64 338	63 092	65 150	62 317	58 019	531	524	546	528	499
183 Alentejo Central	94 265	94 395	95 361	91 936	83 975	556	560	569	552	509
184 Baixo Alentejo	69 266	69 911	70 147	69 148	62 895	535	544	550	547	502
185 Lezíria do Tejo	125 323	126 126	127 624	124 190	113 896	507	510	515	501	461
15 Algarve	426 755	444 405	402 749	377 808	338 095	976	1003	898	842	759
2 R. A. dos Açores	152 183	142 058	140 139	162 831	123 431	617	576	568	659	499
3 R. A. da Madeira	174 780	169 178	133 430	126 464	116 043	661	636	499	475	440

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção Regional de Estatísticas da Madeira, Serviço Regional de Estatísticas dos Açores

Quadro 6.2 - Resíduos urbanos geridos por regiões (NUTS I e II), segundo a origem de recolha

Origem de recolha e anos	Portugal	Continente						Unidade: t	
		Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira
Total									
2008	5 471 844	5 144 881	1 662 967	1 006 951	1 637 421	410 787	426 755	152 183	174 780
2009	5 496 267	5 185 031	1 676 001	1 010 733	1 642 825	411 067	444 405	142 058	169 178
2010	5 457 138	5 183 569	1 673 896	1 038 390	1 649 609	418 925	402 749	140 139	133 430
2011 (Rv)	5 177 780	4 888 485	1 587 634	976 311	1 539 016	407 717	377 808	162 831	126 464
2012 (Po)	4 765 923	4 526 449	1 520 918	920 461	1 375 141	371 835	338 095	123 431	116 043
de Recolha Indiferenciada									
2008	4 829 941	4 544 216	1 469 494	926 435	1 438 805	373 472	336 010	144 182	141 543
2009	4 779 412	4 509 890	1 451 849	918 939	1 426 869	367 147	345 086	132 770	136 752
2010	4 637 372	4 389 891	1 455 756	922 994	1 346 784	368 945	295 412	131 227	116 254
2011 (Rv)	4 424 094	4 163 771	1 382 890	880 995	1 255 177	363 691	281 017	150 679	109 644
2012 (Po)	4 100 451	3 888 347	1 314 708	830 864	1 150 576	333 705	258 494	112 517	99 587
de Recolha Seletiva									
2008	641 905	600 667	193 473	80 517	198 616	37 315	90 746	8 001	33 237
2009	716 855	675 141	224 152	91 794	215 956	43 921	99 318	9 288	32 426
2010	819 765	793 677	218 140	115 396	302 825	49 980	107 336	8 912	17 176
2011 (Rv)	753 686	724 714	204 744	95 316	283 839	44 026	96 790	12 152	16 820
2012 (Po)	665 472	638 102	206 209	89 597	224 565	38 130	79 601	10 914	16 457

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção Regional de Estatísticas da Madeira, Serviço Regional de Estatísticas dos Açores



Quadro 6.3 - Resíduos urbanos geridos por principais operações de gestão

Unidade: t

Principais operações de gestão	2008	2009	2010	2011 (Rv)	2012 (Po)
Total	5 471 844	5 496 267	5 457 137	5 177 780	4 765 923
Aterro	3 530 220	3 341 707	3 380 815	3 048 127	2 592 797
Valorização Energética	992 953	1 082 831	1 058 376	1 088 265	929 808
Valorização Orgânica	382 025	423 515	398 593	446 595	693 833
Valorização Multimaterial	566 647	648 214	619 354	594 792	549 485

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção Regional de Estatísticas da Madeira, Serviço Regional de Estatísticas dos Açores

Quadro 6.4 - Resíduos urbanos geridos por recolha seletiva e principais materiais separados

Unidade: t

Recolha seletiva e principais materiais	2008	2009	2010	2011 (Rv)	2012 (Po)
Total	636 369	702 512	805 183	753 686	665 472
dos quais:					
Vidro	172 259	182 121	185 942	163 506	156 721
Papel/Cartão	197 689	207 136	186 818	172 928	146 616
Embalagens	75 753	92 652	79 270	82 194	79 379
Pilhas	237	218	169	167	96
Outros	190 431	220 385	352 983	334 891	282 661

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Direcção Regional de Estatísticas da Madeira, Serviço Regional de Estatística dos Açores

Quadro 6.5 - Resíduos urbanos geridos seletivamente por meio de recolha

Unidade: t

Meios de recolha seletiva	2008	2009	2010	2011 (Rv)	2012 (Po)
Total	636 369	702 512	805 183	753 686	665 472
dos quais por:					
Ecopontos	370 878	376 619	322 160	299 781	267 234
Porta a Porta	11 670	33 252	32 143	30 897	27 857
Ecocentros	96 664	126 540	233 634	231 109	208 081
Outros	157 156	166 101	217 246	191 899	162 299

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente



Quadro 6.6 - Número de pontos de recolha e outros locais de entrega/receção de resíduos de fluxos específicos por distritos

2012

Unidade: N.º

Regiões e Distritos / Ilhas	VALORMED		VALORFITO	VALORCAR		VALORPNEU	AMB3E			
	Sistema farmácias	Sistema veterinário	Pontos de retoma activos	Resíduos de baterias	Veículos em fim de vida	Ponto de recolha	Centro de receção	Ponto de recolha	Ponto eletrão	Ponto de receção da distribuição
Portugal	2 982	59	682	86	82	58	112	211	203	43
Continente	2 772	57	658	72	68	40	80	205	187	33
1 Aveiro	192	4	47	6	6	2	10	6	12	1
2 Beja	57	4	16	2	2	2	3	13	1	0
3 Braga	184	4	65	4	4	1	4	13	11	2
4 Bragança	41	6	30	1	1	1	1	14	0	1
5 Castelo Branco	62	X	21	2	2	1	2	11	2	0
6 Coimbra	148	2	43	5	5	2	5	4	13	2
7 Évora	59	4	16	3	3	1	2	4	1	1
8 Faro	114	X	16	3	3	2	4	16	11	3
9 Guarda	57	2	22	1	1	1	1	12	1	0
10 Leiria	131	4	51	6	6	3	7	3	7	1
11 Lisboa	658	5	29	9	8	5	12	37	55	4
12 Portalegre	46	1	8	1	1	1	2	7	1	0
13 Porto	431	9	72	7	7	5	8	16	28	5
14 Santarém	146	3	56	7	4	2	3	17	9	2
15 Setúbal	199	4	18	5	5	5	11	19	20	5
16 Viana do Castelo	65	2	39	3	3	2	2	6	3	2
17 Vila Real	69	X	45	3	3	2	1	4	3	1
18 Viseu	113	3	64	4	4	2	2	3	9	3
R.A. Açores	44	1	24	6	6	8	11	3	5	2
19 Ilha do Corvo	X	X	X	X	0	0	1	0	0	0
20 Ilha da Graciosa	X	X	X	X	0	1	1	0	0	0
21 Ilha das Flores	1	X	X	X	0	1	1	0	0	0
22 Ilha de Santa Maria	X	X	X	1	1	1	1	0	0	0
23 Ilha de São Jorge	2	X	X	X	0	1	1	0	0	0
24 Ilha do Faial	3	X	X	X	0	1	1	0	1	0
25 Ilha do Pico	4	X	X	1	1	1	1	0	0	0
26 Ilha Terceira	11	X	X	2	2	1	2	1	2	1
27 Ilha de S. Miguel	23	1	X	2	2	1	2	2	2	1
R.A. Madeira	61	X	0	1	1	1	5	0	3	3
28 Ilha da Madeira	60	X	0	1	1	1	4	0	3	3
29 Ilha de Porto Santo	1	X	0	0	0	0	1	0	0	0

(continua)

Quadro 6.6 - Número de pontos de recolha e outros locais de entrega/receção de resíduos de fluxos específicos por distritos (cont.)

2012

Unidade: N.º

Regiões e Distritos/Ilhas	ERP Portugal	ERP Portugal	AUTOSIL	GVB	SOGILUB	ECOPIILHAS
	REEE: Locais de receção	Baterias: Pontos de recolha	Baterias: Pontos de recolha	Baterias: Pontos de recolha	Locais de recolha	Pontos de recolha
Portugal	1 745	841	410	43	128	6 668
Continente	1 649	769	383	25	104	6 208
1 Aveiro	121	61	7	3	6	529
2 Beja	39	21	14	1	9	71
3 Braga	84	33	5	1	3	317
4 Bragança	18	8	1	1	13	44
5 Castelo Branco	39	23	4	1	3	99
6 Coimbra	78	38	9	1	2	263
7 Évora	43	18	5	0	9	139
8 Faro	91	31	50	3	3	358
9 Guarda	28	10	9	0	7	61
10 Leiria	85	42	8	1	1	344
11 Lisboa	384	169	169	7	5	1 809
12 Portalegre	22	14	3	0	1	40
13 Porto	270	125	25	4	22	962
14 Santarém	76	41	8	1	10	288
15 Setúbal	125	73	44	0	10	510
16 Viana do Castelo	47	29	4	0	0	126
17 Vila Real	33	14	2	1	0	66
18 Viseu	66	19	16	0	0	182
R.A. Açores	48	36	24	8	9	108
19 Ilha do Corvo	0	0	0	1	1	X
20 Ilha da Graciosa	4	3	0	1	1	4
21 Ilha das Flores	0	0	0	1	1	4
22 Ilha de Santa Maria	1	0	0	1	1	2
23 Ilha de São Jorge	1	1	0	1	1	4
24 Ilha do Faial	7	5	1	1	1	10
25 Ilha do Pico	3	2	0	1	1	5
26 Ilha Terceira	10	8	0	1	1	19
27 Ilha de S. Miguel	22	17	2	X	1	60
R.A. Madeira	0	0	0	1	3	122
28 Ilha da Madeira	0	0	0	1	2	121
29 Ilha de Porto Santo	0	0	0	0	1	1

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente



Quadro 6.7 - Fluxos específicos de resíduos recolhidos e valorizados

Unidade: t

Fluxo específico de resíduos	Quantidades de materiais geridos e valorizados				
	2008	2009	2010	2011	2012
Embalagens e resíduos de embalagens					
Produção de resíduos	1 784 849	1 719 274	1 664 296	1 565 838 (Rv)	1 574 736
Total valorizado	1 178 626	1 131 921	1 020 580	984 620 (Rv)	892 246
do qual: valorização energética	90 439	101 370	96 589	70 035	x
Óleos minerais usados					
Total colocado em mercado (a)	77 135	68 936	70 302	64 416	55 508
Produção de resíduos	41 169	36 767	38 080	36 964	29 809
Total recolhido	31 695	29 578	30 097	28 024	25 451
Total valorizado	28 253	27 078	26 837	24 744	23 110
Pneus usados					
Total colocado em mercado	83 139	78 349	83 294	72 785	62 431
Produção de resíduos	90 304	86 959	89 058	78 881	65 231
Total recolhido	96 210	89 575	94 373	90 373	78 268
Total valorizado	96 210	89 575	94 373	90 373	78 268
do qual: valorização energética	23 504	21 878	25 759	25 144	24 483
Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos					
Total colocado em mercado	173 812	169 049	157 065	129 732	117 001
Total recolhido	41 231	45 190	46 660	55 779	39 808
Total valorizado	35 463	38 733	40 549	50 140	35 204
Resíduos de pilhas e acumuladores					
Total colocado em mercado	2 472	2 371	30 900	30 780	27 500
Total recolhido	479	497	34 664	30 946	32 187
Total valorizado	479	497	30 982	30 392	32 069
Veículos em fim de vida					
Total recolhido	95 691	95 703	96 242	71 664 (Rv)	81 226
Total valorizado	83 468	83 159	82 937	62 995 (Rv)	72 666
do qual: valorização energética	6 103	2 477	3 815	3 551 (Rv)	963

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

(a) Óleos novos colocados no mercado sujeitos a ecovalor.

Quadro 6.8 - Movimento transfronteiriço de resíduos por nível de perigo e principal operação de gestão

Unidade: t

Movimentos, operações e nível de perigosidade	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações	194 822	62 503	55 123	62 336	65 339
Não perigoso	894	1 093	1 333	939	1 661
Perigoso	193 928	61 411	53 791	61 397	63 677
Eliminação	154 709	10 019	2 152	1 947	2 158
Não perigoso	554	282	154	107	79
Perigoso	154 155	9 737	1 998	1 840	2 079
Valorização	40 113	52 485	52 971	60 389	63 181
Não perigoso	340	811	1 179	832	1 582
Perigoso	39 773	51 674	51 793	59 558	61 598

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Quadro 6.9 - Movimento transfronteiriço de resíduos por país de destino e principal operação de gestão

Unidade: t

País de destino das exportações	Eliminação					Valorização				
	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012
Total exportado	154 708	10 019	2 152	1 947	2 158	40 113	52 485	52 971	60 389	63 181
Alemanha	646	591	236	175	41	84	436	139	308	1 296
Áustria	0	0	0	0	0	459	25	0	0	0
Bélgica	880	721	1 381	1 307	1 570	191	0	147	224	166
Espanha	152 985	8 572	481	404	457	39 263	51 165	51 584	58 935	61 245
França	197	135	54	61	90	0	48	116	6	27
Holanda	0	0	0	0	0	116	0	0	71	0
Índia	0	0	0	0	0	0	811	324	0	0
Inglaterra	0	0	0	0	0	0	0	0	13	0
Marrocos	0	0	0	0	0	0	0	661	832	446

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente



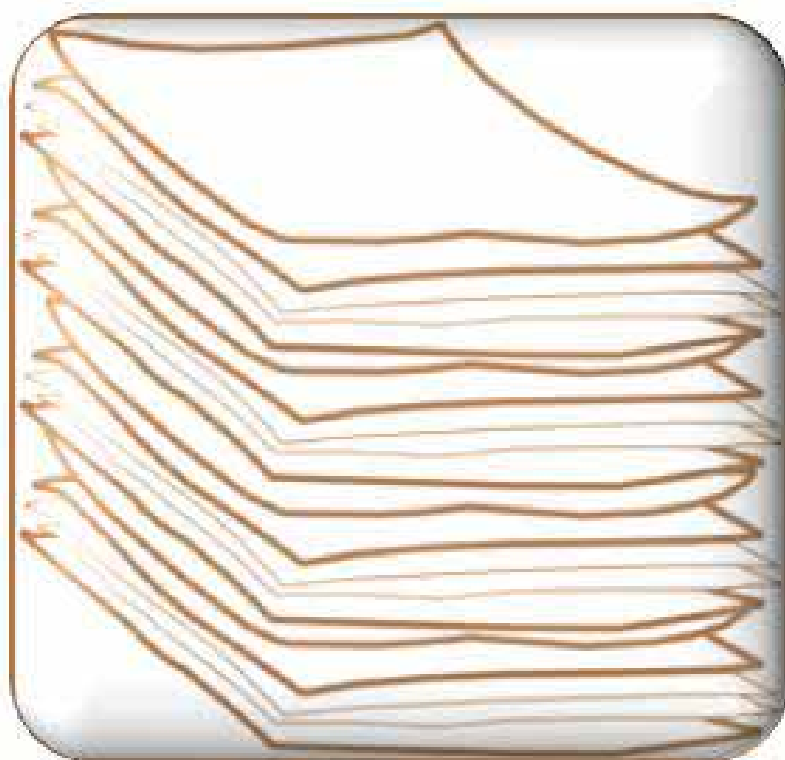
**Quadro 6.10 - Despesa das Administrações Públicas na Gestão de resíduos,
por setor institucional e agregado económico**

Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2008	2009	2010	2011	2012
Administrações Públicas					
Total das despesas	476 104 (Rv)	480 138 (Rv)	481 929 (Rv)	483 672 (Rv)	450 543
Despesas correntes	436 462	444 361	440 948	448 542	420 674
Despesas com o pessoal	134 103	153 539	150 181	139 958	126 720
Aquisição de bens e serviços	228 577	228 610	223 098	235 765	239 015
Transferências correntes	43 621	41 130	37 416	40 326	28 746
Outras despesas correntes	30 161	21 082	30 253	32 492	26 193
Despesas de capital	39 642	35 777	40 982	35 131	29 870
Investimentos	20 256	18 838	23 586	23 614	14 441
Transferências de capital	18 135	15 547	14 351	10 719	12 559
Outras despesas de capital	1 251	1 391	3 044	797	2 869
Administração Central					
Total das despesas	1 134 (Rv)	1 106 (Rv)	218 (Rv)	277	94
Despesas correntes	835	1 106	218	277	94
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	835	1 106	218	277	94
Transferências correntes	0	0	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	0
Despesas de capital	299	0	0	0	0
Investimentos	299	0	0	0	0
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	0	1 578	10 643	11 553	2 890
Despesas correntes	0	659	547	698	541
Despesas com o pessoal	0	12	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	0	647	546	598	388
Transferências correntes	0	0	1	100	3
Outras despesas correntes	0	e	e	0	150
Despesas de capital	0	919	10 097	10 855	2 350
Investimentos	0	913	10 097	10 782	2 350
Transferências de capital	0	6	0	73	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	12 090	1 730	12 503	15 200	7 341
Despesas correntes	9 832	1 730	12 503	15 048	5 553
Despesas com o pessoal	0	0	0	0	0
Aquisição de bens e serviços	0	0	0	0	0
Transferências correntes	0	0	0	5 693	5 553
Outras despesas correntes	9 832	1 730	12 503	9 355	0
Despesas de capital	2 258	0	0	151	1 788
Investimentos	0	0	0	0	0
Transferências de capital	2 258	0	0	151	1 788
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	462 880 (Rv)	475 724 (Rv)	458 565 (Rv)	456 643 (Rv)	440 217
Despesas correntes	425 795	440 866	427 680	432 518	414 486
Despesas com o pessoal	134 103	153 527	150 181	139 958	126 720
Aquisição de bens e serviços	227 743	226 857	222 334	234 890	238 533
Transferências correntes	43 621	41 130	37 415	34 533	23 190
Outras despesas correntes	20 329	19 352	17 749	23 137	26 044
Despesas de capital	37 086	34 858	30 885	24 124	25 732
Investimentos	19 957	17 925	13 490	12 832	12 092
Transferências de capital	15 878	15 541	14 351	10 495	10 771
Outras despesas de capital	1 251	1 391	3 044	797	2 869

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





**Outros
domínios de
ambiente**

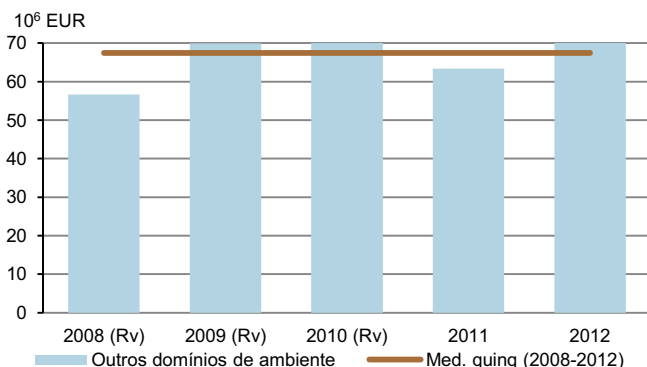
7 - DESPESA NOS OUTROS DOMÍNIOS DE AMBIENTE

- Este capítulo engloba os restantes domínios de ambiente definidos pela “Classificação de atividades e despesas de proteção do ambiente”, tais como “Proteção contra ruídos e vibrações” (exceto proteção nos locais de trabalho), “Proteção contra as radiações”, “Investigação e desenvolvimento” e “Outras atividades de proteção do ambiente”.

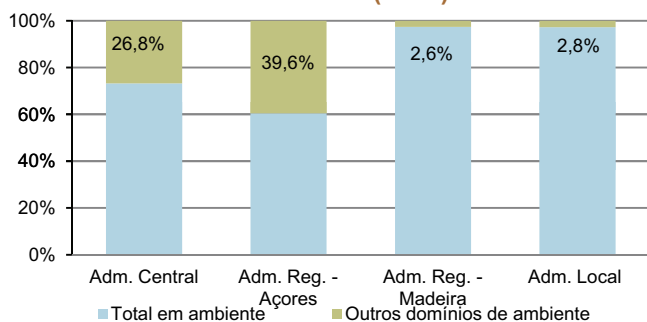
Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Despesa nos Outros domínios de ambiente		Resposta	 A despesa das Administrações Públicas registou um acréscimo de 22,3%, ascendendo o seu valor a 77 milhões de euros.



7.1 - DESPESAS NOS OUTROS DOMÍNIOS DE AMBIENTE

Figura 7.1 - Despesa das Administrações Públicas nos Outros domínios de ambiente

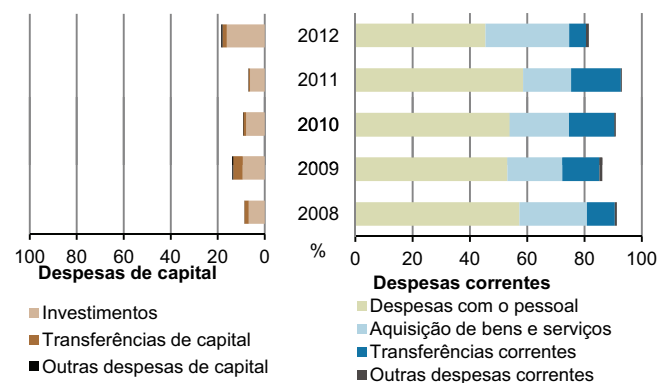
Fonte: INE, I. P.

Figura 7.2 - Percentagem dos Outros domínios no total da despesa em ambiente, por setor institucional (2012)

(a) Nota: não foi considerado no período de referência de 2012 a informação do domínio Gestão de águas residuais (dados não disponíveis).

Fonte: INE, I. P.

Comparativamente ao ano de 2011, as contribuições da Administração Central e da Administração Regional/Região Autónoma dos Açores no total da despesa em ambiente aumentaram, respetivamente 12 p.p. e 17 p.p..

Figura 7.3 - Despesa das Administrações Públicas nos Outros domínios de ambiente, por agregado económico

Fonte: INE, I. P.

Dos "Outros domínios de ambiente", o mais representativo é constituído por "Outras atividades de proteção de ambiente", que compreende as ações de administração geral, planeamento e regulamentação no âmbito das atividades de proteção do ambiente, incluindo ainda as atividades que não são passíveis de desagregação, como acontece em alguns Organismos e programas/projetos inseridos nos planos de investimento.

No período em análise, as despesas das Administrações Públicas registaram acréscimos nos primeiros três anos, seguidos de uma diminuição em 2011 para voltarem a aumentar em 2012 (+22,3%) ascendendo o seu valor a 77 milhões de euros (63 milhões de euros em 2011). Este facto deveu-se à reestruturação orgânica realizada pelo XIX Governo Constitucional com a integração das 5 ex-ARH e do ex-INAG na APA, I.P. a partir de agosto de 2012, o que motivou a reafecção das despesas destas entidades para o domínio "Outras Atividades de Proteção do Ambiente".

Numa análise setorial, o peso deste conjunto de domínios no total da despesa em ambiente é muito distinto: por um lado, 26,8% dos gastos da Administração Central e cerca de 2/5 da Administração Regional/Região Autónoma dos Açores foram aplicados neste grupo, em oposição à Região Autónoma da Madeira e à Administração Local que individualmente, não registaram valores superiores a 3%.

Ao longo do período em análise, mais de 2/5 dos gastos deste conjunto de atividades foram aplicados em "despesas com o pessoal" (em 2011 representaram 58,5%) e em "aquisição de bens e serviços", (entre 17% e 29%) totalizando 3/4 do total da despesa destes domínios. Não obstante a integração das 5 ex-ARH e do ex-INAG na APA, I.P., não se ter refletido nos gastos com o pessoal, que diminuiram 14 p.p. face a 2011, o aumento da despesa resultou dos acréscimos em "aquisição de bens e serviços" e "investimentos", face a 2011, de 112,9% e 216,1%, respetivamente. Estes aumentos estiveram relacionados com projetos associados à elaboração de planos de gestão de bacias hidrográficas e despesas de investimento realizadas pelas entidades inseridas neste domínio ambiental.



7.2 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 7.1 - Despesa das Administrações Públicas nos Outros domínios de ambiente, por setor institucional e agregado económico

Unidade: 10³ EUR

Setores institucionais e agregados económicos	Anos				
	2008	2009	2010	2011	2012
Administrações Públicas					
Total das despesas	56 874 (Rv)	69 904 (Rv)	71 011	63 791	77 486
Despesas correntes	51 673	60 240	63 723	59 364	63 140
Despesas com o pessoal	32 426	37 113	37 700	37 081	35 208
Aquisição de bens e serviços	13 340	13 376	14 646	11 061	22 638
Transferências correntes	5 480	9 066	11 089	11 021	4 539
Outras despesas correntes	427	685	289	201	755
Despesas de capital	5 201	9 665	7 288	4 427	14 347
Investimentos	3 836	6 590	6 449	3 960	12 496
Transferências de capital	1 319	2 777	745	388	1 431
Outras despesas de capital	45	298	93	79	420
Administração Central					
Total das despesas	28 918 (Rv)	38 472 (Rv)	44 116 (Rv)	37 683	53 067
Despesas correntes	26 283	34 623	39 846	35 575	41 628
Despesas com o pessoal	15 617	20 733	21 498	19 978	19 067
Aquisição de bens e serviços	8 036	7 796	9 290	5 374	18 046
Transferências correntes	2 629	6 067	9 017	10 132	4 129
Outras despesas correntes	1	27	41	91	387
Despesas de capital	2 635	3 849	4 270	2 109	11 438
Investimentos	1 760	1 907	3 623	2 109	10 573
Transferências de capital	875	1 942	647	0	865
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Açores					
Total das despesas	8 790	11 111	8 759	7 174	7 216
Despesas correntes	7 591	7 351	7 230	6 521	6 565
Despesas com o pessoal	4 582	4 832	4 912	5 154	4 843
Aquisição de bens e serviços	1 365	1 405	1 547	1 268	1 469
Transferências correntes	1 643	1 099	770	98	95
Outras despesas correntes	0	15	0	1	157
Despesas de capital	1 199	3 759	1 529	653	651
Investimentos	1 082	2 966	1 489	304	336
Transferências de capital	117	793	40	350	315
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Regional - Madeira					
Total das despesas	1 215	1 638 (Rv)	1 770	1 766	1 318
Despesas correntes	1 215	1 623	1 760	1 753	1 318
Despesas com o pessoal	1 192	1 552	1 666	1 568	1 139
Aquisição de bens e serviços	22	71	94	186	178
Transferências correntes	0	0	0	0	0
Outras despesas correntes	0	0	0	0	1
Despesas de capital	0	15	10	13	0
Investimentos	0	15	10	13	0
Transferências de capital	0	0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Administração Local					
Total das despesas	17 683	18 683	16 367	17 168	15 886
Despesas correntes	16 585	16 643	14 888	15 515	13 629
Despesas com o pessoal	11 034	9 997	9 624	10 382	10 159
Aquisição de bens e serviços	3 916	4 104	3 715	4 233	2 946
Transferências correntes	1 209	1 899	1 301	791	314
Outras despesas correntes	426	643	248	110	210
Despesas de capital	1 098	2 041	1 478	1 653	2 257
Investimentos	994	1 701	1 328	1 536	1 586
Transferências de capital	59	42	57	38	251
Outras despesas de capital	45	298	93	79	420

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.





**Empresas
com
atividades
de gestão e
proteção do
ambiente**

8 - EMPRESAS COM ATIVIDADES DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

- A agenda ambiental vem conquistando uma presença crescente na vida social, na economia das empresas e no planeamento do desenvolvimento. No entanto, a dimensão do compromisso ambiental entre as empresas portuguesas é não só reduzida, como tem gradualmente vindo a decrescer, como atesta a pouca expressão que a certificação ambiental ainda tem no parque empresarial. Ainda assim, as grandes empresas parecem já ter adotado alguma sensibilização ambiental, corroborada pela elevada concentração de certificações ambientais existentes nas empresas do escalão com mais de 1 000 pessoas ao serviço.
- Os instrumentos de gestão ambiental são compromissos voluntários, que quando são implementados promovem a melhoria do desempenho ambiental das organizações. Fazem parte destes contratos a certificação ambiental ISO 14001, o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditorias (EMAS, na sigla inglesa) e o rótulo ecológico. Neste capítulo apresentam-se alguns indicadores do Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditorias (EMAS).

Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente		Estado 	A adesão do parque empresarial à redução do impacto ambiental decorrente dos seus sistemas produtivos foi de 36,2% (38,4% em 2011).
Empresas com certificação ambiental		Estado 	Em 2012, apenas 11,4% das empresas possuíam certificações ambientais com destaque para os setores das "Indústrias petrolíferas", "Indústrias de material de transporte" e "Eletricidade, gás e água".
Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente		Estado 	Em 2012, o "Investimento" das empresas, no âmbito da proteção do ambiente, registou um decréscimo de 44,4% e deveu-se essencialmente à diminuição no domínio "Proteção da Qualidade do Ar e Clima".

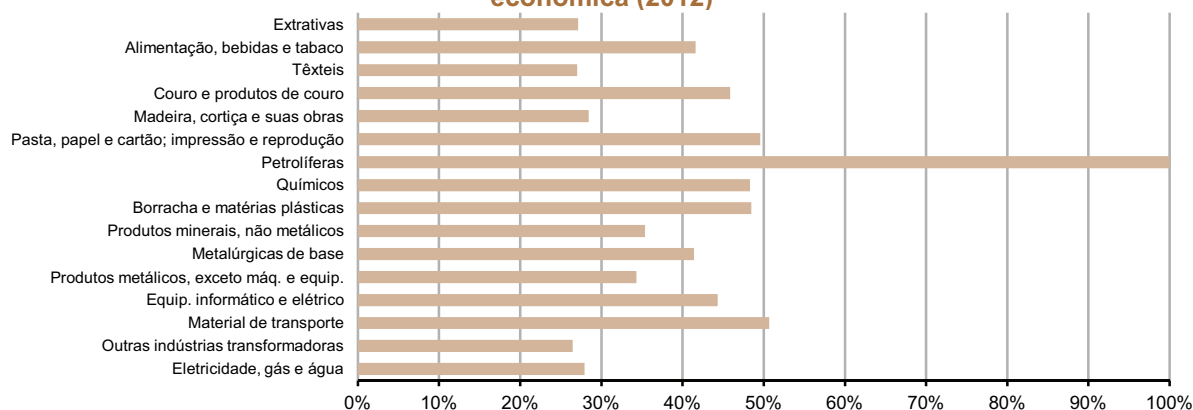


8.1 - EMPRESAS COM ATIVIDADES DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

Em 2012, o compromisso ambiental das [empresas](#) relativo aos respetivos processos produtivos traduziu-se num investimento de 83 milhões de euros (menos 66 milhões de euros face a 2011) e um resultado financeiro negativo da ordem dos 112 milhões de euros, superior em 10 milhões de euros face ao exercício de 2011. Para este resultado concorreu um montante de gastos de 234 milhões de euros, face a um valor total de rendimentos de 122 milhões de euros.

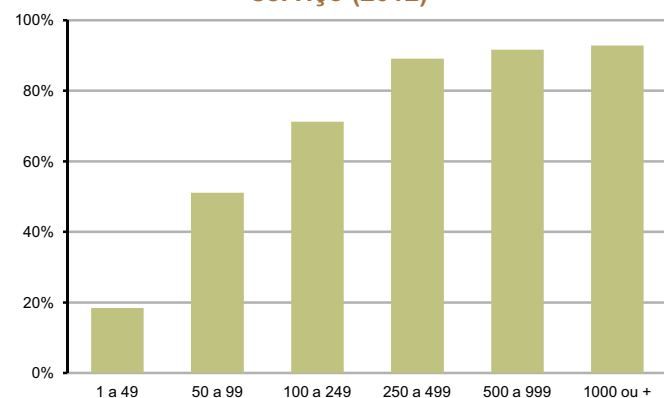
A adesão do parque empresarial à redução do impacto ambiental decorrente dos seus sistemas produtivos foi 36,2% (38,4% em 2011). O setor das “Indústrias petrolíferas” é o único em que a totalidade das unidades produtivas adota medidas de proteção ambiental. Os restantes setores com maior adesão apresentam uma conduta ambiental apenas seguida por cerca de metade das suas unidades produtivas, são eles as “Indústrias de material de transporte” (50,7%), “Indústrias da pasta de papel, papel e cartão; impressão e reprodução” (49,6%), “Indústrias da borracha e matérias plásticas” (48,5%) e “Indústrias químicas e farmacêuticas” (48,3%). No extremo oposto estão os setores menos sustentáveis do ponto de vista ambiental ou sem necessidade de realizarem ações de controlo e redução da poluição: as empresas dos setores das “Outras indústrias transformadoras” e “Indústrias têxteis”, em que as medidas adotadas de proteção do ambiente apenas cobrem cerca de 1/4 do total das empresas em atividade em cada um dos respetivos setores.

Figura 8.1 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica (2012)



Fonte: INE, I.P.

Figura 8.2 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por escalão de pessoal ao serviço (2012)



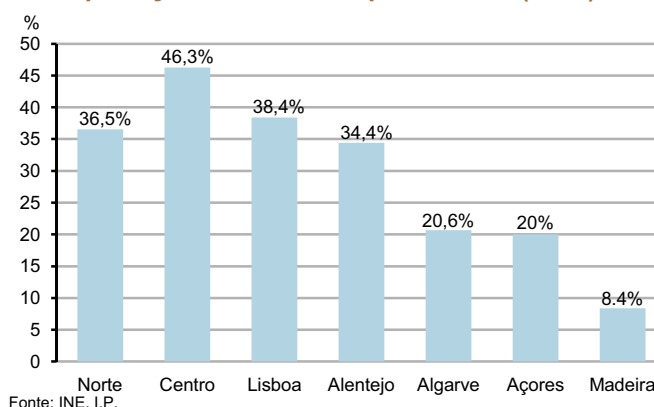
Fonte: INE, I.P.

As empresas de maior dimensão (tendo por base o [número de pessoas ao serviço](#)) são as que revelam maior responsabilidade ambiental. Em 2012, 92,9% das empresas com 1 000 ou mais pessoas ao serviço adotaram medidas de proteção ambiental, quando no ano anterior todas as empresas do escalão tiveram essa preocupação. Já nas empresas posicionadas nos escalões de pessoal de menor dimensão (entre 50 a 99 e menos de 49 indivíduos), o conceito de sustentabilidade ambiental aplicado ao setor empresarial só está presente, respetivamente em 51,1% e 18,4% das empresas (56,3% e 20,5% em 2011).



Em termos regionais, o *ranking* das empresas com atividades de controlo e redução da poluição continuou mais uma vez a ser liderado pela região Centro com 46,3% das empresas com sede nesta região, seguindo-se as regiões de Lisboa e do Norte cujas unidades produtivas apresentaram compromissos ambientais em 38,4% e 36,5%, do parque empresarial localizado nessas regiões. Na Madeira apenas 8,4% das empresas adotam medidas de proteção ambiental. Comparativamente com o ano anterior, as empresas das regiões do Norte, Centro e da Região Autónoma da Madeira foram as que registaram decréscimos na execução de medidas ambientais com -4 p.p., para a primeira região e -3 p.p., para as restantes.

Figura 8.3 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por NUTS II (2012)

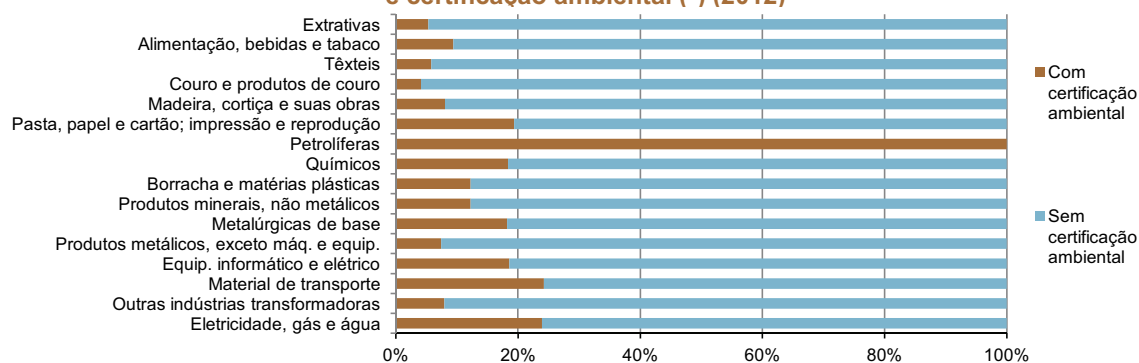


Os benefícios que os agentes económicos podem alcançar com a certificação ambiental são diversos, desde a otimização dos processos tecnológicos (diminuição dos consumos energéticos, matérias-primas, recursos naturais), minimização do impacto ambiental das atividades, melhoria da imagem perante a opinião pública, acessibilidade a determinados mercados e concursos em que a certificação ambiental é obrigatória e ainda a melhoria da posição competitiva face aos concorrentes não certificados.

Contudo, a dimensão do compromisso ambiental entre as empresas portuguesas ainda não é satisfatória, uma vez que os instrumentos de gestão ambiental colocados à disposição e que atestam o cumprimento dos requisitos ambientais legais, nomeadamente o Sistema Comunitário de Auditoria e Eco gestão (EMAS, da sigla em inglês) e ISO 14001, de forma voluntária com o objetivo de garantir uma gestão ambiental eficaz e melhorar o seu desempenho ambiental ainda são utilizados de forma restrita.

Em 2012, apenas 11,4% das empresas possuíam certificações ambientais, destacando-se os setores das “Indústrias petrolíferas”, com apenas uma empresa classificada, das “Indústrias de material de transporte” (24,2%) e “Eletricidade, gás e água” (23,9%). O menor número de certificações atribuído registou-se nas “Indústrias do couro e produtos do couro” com 4,1% e “Indústrias extrativas” com 5,3%.

Figura 8.4 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e certificação ambiental (*) (2012)



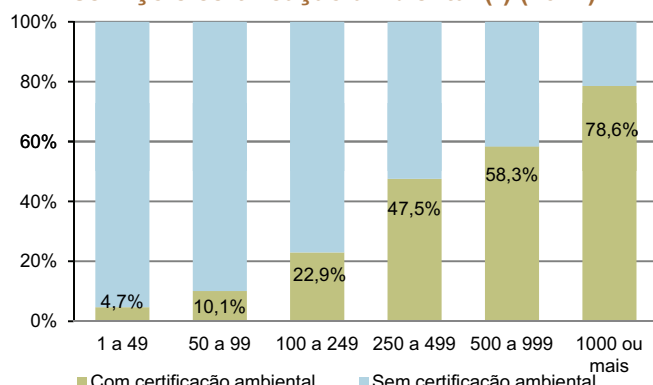
(*) Inclui ISO 14001, EMAS e exclusivamente ISO 14001 e EMAS.

Fonte: INE, I.P.

Apesar da reduzida dimensão da certificação há definitivamente um compromisso ambiental na agenda das grandes empresas. Com efeito 78,6% das empresas pertencentes ao escalão de 1 000 ou mais pessoas ao serviço possuíam em 2012 certificações ambientais (82,6% em 2011). A adesão a este tipo de acreditação vai diminuindo nas empresas de escalões de pessoal ao serviço progressivamente menores, atingindo o mínimo nas empresas com menos de 50 pessoas ao serviço (4,7%). Naturalmente que o facto do parque empresarial ser constituído maioritariamente por empresas de pequena dimensão, faz com que a certificação efetuada pelas grandes empresas represente apenas 4,2% do total de empresas certificadas a nível nacional sendo que o maior contributo (33,1%) provém das empresas pertencentes ao escalão de 100 a 249 pessoas ao serviço.



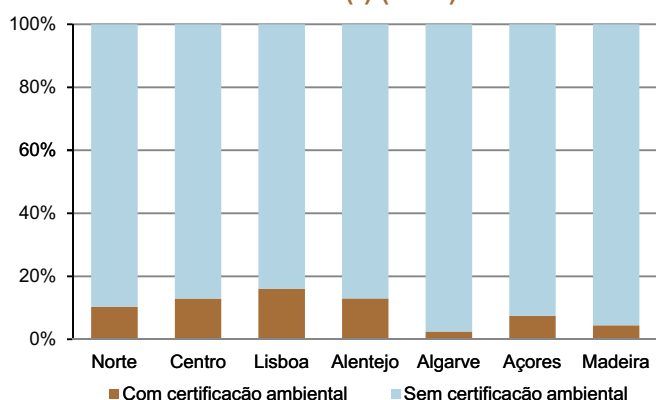
Figura 8.5 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por escalão de pessoal ao serviço e certificação ambiental (*) (2012)



(*) Inclui ISO 14001, EMAS e exclusivamente ISO 14001 e EMAS.

Fonte: INE, I.P.

Figura 8.6 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por NUTS II e certificação ambiental (*) (2012)



(*) Inclui ISO 14001, EMAS e exclusivamente ISO 14001 e EMAS.

Fonte: INE, I.P.

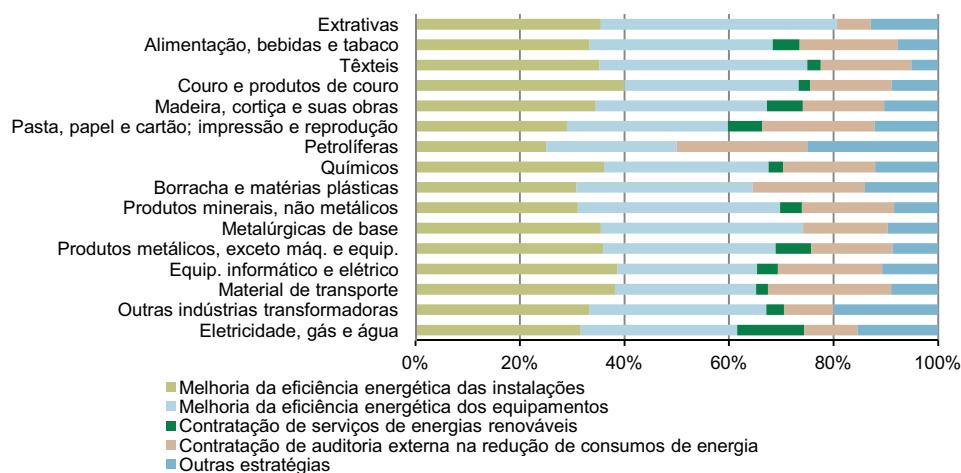
Mais de 4/5 (83,7%) das organizações certificadas estavam sediadas nas regiões do Norte, Centro e Lisboa, em contraste com as da Região Autónoma da Madeira e as do Algarve, em que apenas 1,7% das empresas na primeira região, e 1,1%, na última, utilizaram os instrumentos de gestão ambiental EMAS e ISO 14001. A nível regional, as empresas certificadas de Lisboa e Alentejo destacaram-se das restantes, com 16,1% e 13,0% respetivamente do total das organizações de cada região.

Em 2012, 18,3% das empresas afirmaram ter adotado estratégias para reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa, com destaque para as “Indústrias petrolíferas”, “Indústrias químicas e farmacêuticas”, “Indústrias da borracha e matérias plásticas” e “Eletricidade, gás e água”. Entre as ações adotadas, destaque para medidas efetuadas para a melhoria da eficiência energética das instalações e equipamentos que cobriram 67,7% das empresas certificadas. De referir ainda que 16,6% das empresas acreditadas procederam à contratação de auditoria externa para redução de consumos de energia.

A análise setorial revela que a principal estratégia adotada pelas empresas foi a melhoria da eficiência energética, nomeadamente nas “Indústrias têxteis”, “Indústrias metalúrgicas de base” e “Indústrias de couro e produtos de couro” que absorveu 3/4 do total das medidas destes setores. A contratação de serviços de

auditoria externa para a redução de consumos de energia teve maior expressão nas “Indústrias petrolíferas”, “Indústrias de material de transporte” e “Indústrias da borracha e matérias plásticas”, enquanto a contratação de serviços de energia produzida a partir de fontes renováveis teve relevância para o setor “Eletricidade, gás e água”.

Figura 8.7 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e estratégia para redução das emissões GEE (2012)

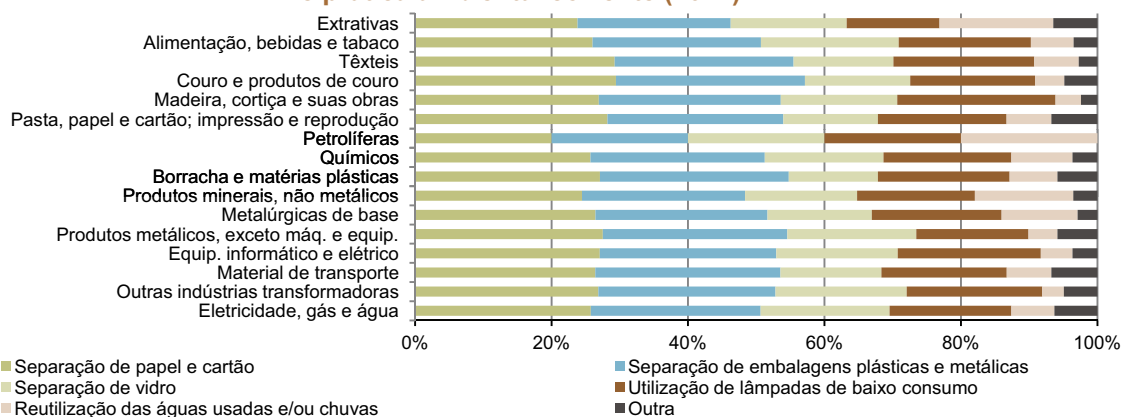


Fonte: INE, I.P.



A separação de papel e cartão e de embalagens plásticas e metálicas foram as práticas ambientais correntes mais adotadas pelas organizações em 2012, totalizando mais de metade das medidas implementadas, com exceção das “Indústrias petrolíferas”, “Indústrias extrativas” e “Indústrias de produtos minerais não metálicos”. A utilização de lâmpadas de baixo consumo e a separação do vidro constituem o segundo grupo de medidas adotadas com maior expressão, com as “Indústrias da madeira, cortiça e suas obras” e as “Indústrias de equipamento informático e elétrico” a privilegiarem a primeira medida, e as “Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco” a aplicarem a última.

Figura 8.8 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e prática ambiental corrente (2012)



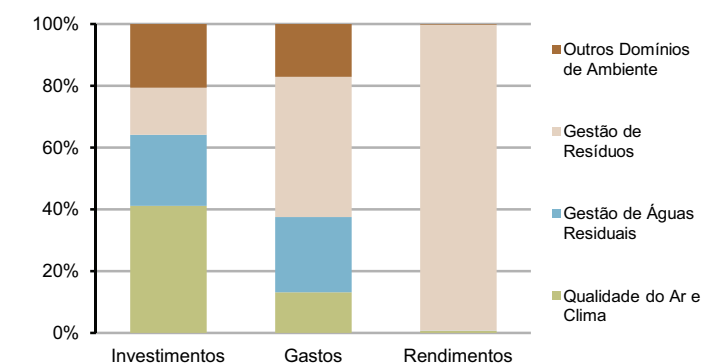
Fonte: INE, I.P.

Em 2012 o “Investimento” das empresas, no âmbito da proteção do ambiente, registou um decréscimo de 44,4% e deveu-se essencialmente à diminuição no domínio “Proteção da Qualidade do Ar e Clima” através de filtros de mangas, equipamentos para recuperação de enxofre após processamento de gases e equipamentos de purificação e depuração de emissões gasosas. No entanto, o domínio continua a ocupar a primeira posição com 41,1%, seguida pelo domínio “Gestão de Águas Residuais” com 23,0%.

Os “Gastos” (234 milhões de euros), por seu turno, diminuíram 4,9% face a 2011 e incidiram sobretudo no domínio da “Gestão de Resíduos” decorrente da atividade industrial e que resultou na geração de resíduos por parte das empresas. Daí advém a importância da “Contratação de Serviços Especializados” na estrutura dos gastos que inclui as contrapartidas pagas às entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos (Sociedade Ponto Verde, Valormed, Valorcar, entre outras) e representou 49,7% do total dos gastos, menos 5 p.p. face ao registado no ano anterior.

Praticamente a totalidade dos “Rendimentos” das empresas em análise (122 milhões de euros) foram obtidos através da “Venda de Resíduos e/ou Materiais Reciclados” que ascenderam a 117 milhões de euros, o que reflete um decréscimo de 14,4% relativamente ao exercício de 2011, justificado pelo facto das empresas optarem, devido a questões de mercado, por não vender estrategicamente estes produtos, vendendo-os só quando o preço de mercado for superior.

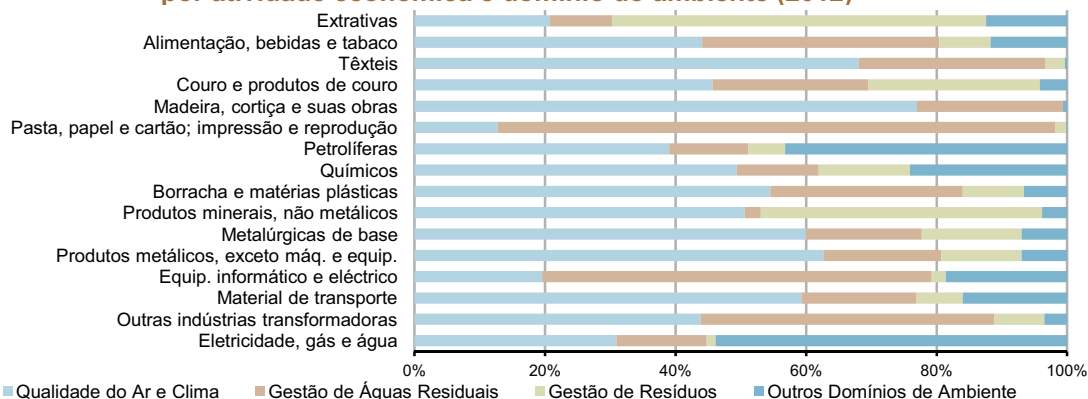
Figura 8.9 - Principais variáveis das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por domínio de ambiente (2012)



Fonte: INE, I.P.



Figura 8.10 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e domínio do ambiente (2012)

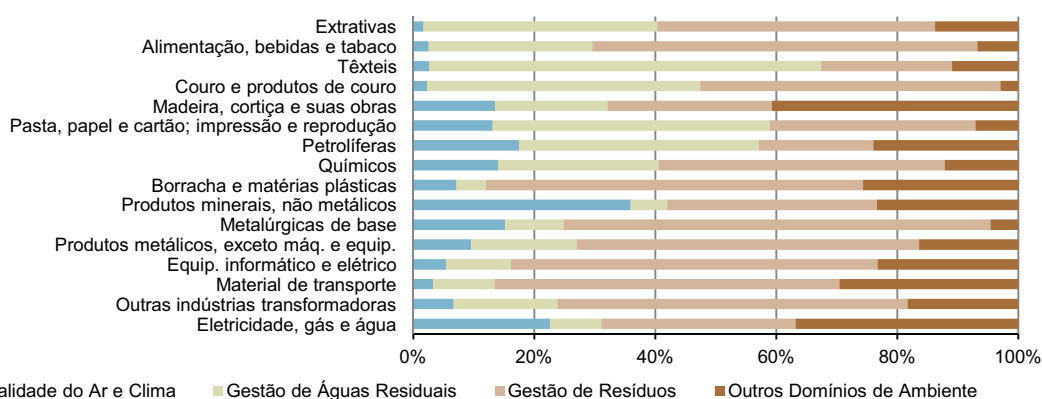


Fonte: INE, I.P.

Quando se comparam as variáveis económicas recolhidas junto das empresas, por setor de atividade, constata-se que 18,9% dos investimentos realizados foram efetuados pelo setor “Eletricidade, gás e água”. O setor das “Indústrias petrolíferas” que no ano de 2011 posicionava-se na segunda posição, em termos de importância relativa, com 16,1% dos ativos aplicados, foi ultrapassado pelas “Indústrias de produtos minerais não metálicos” e pelas “Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco” que ocuparam a 2ª e 3ª posições, contribuindo com 18,4% e 13,1% do investimento total.

Analisando em termos de setores de atividade e domínios de ambiente, verifica-se que os investimentos das “Indústrias da madeira, cortiça e suas obras” e “Indústrias têxteis” foram aplicados essencialmente no domínio “Proteção da Qualidade do Ar e Clima”, enquanto as “Indústrias da pasta de papel, papel e cartão; impressão e reprodução” e “Indústrias de equipamento informático e eléctrico” privilegiaram a “Gestão de Águas Residuais”. De referir ainda que nas “Indústrias extrativas” mais de metade do investimento realizado foi para a “Gestão de Resíduos”.

Figura 8.11 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e domínio do ambiente (2012)

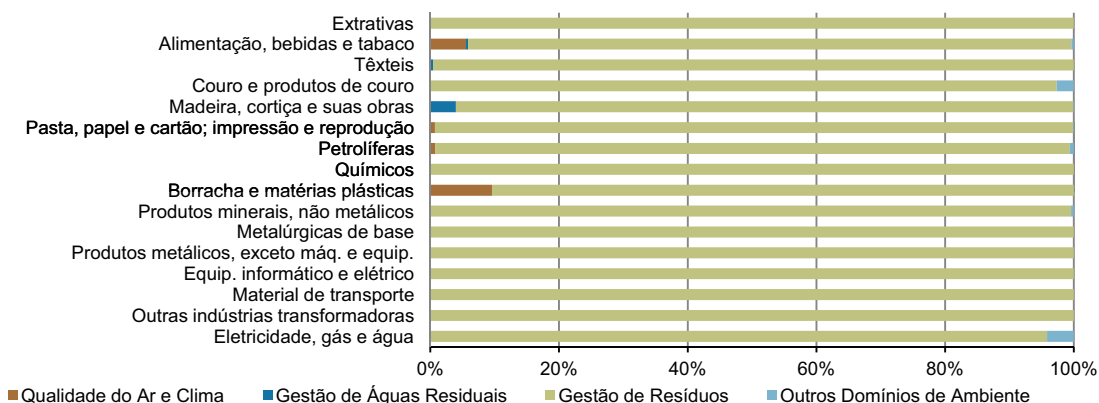


Fonte: INE, I.P.

O setor que efetuou mais gastos no controlo, redução e minimização da poluição no ano de 2012 foi novamente o setor das “Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco” com 18,4% do total de gastos. Embora tenha registado uma descida de 1 p.p. face a 2011, o setor da “Eletricidade, gás e água” continuou a ocupar a segunda posição com 13,9%. A análise por domínios de ambiente revela, que a “Gestão de Resíduos”, com um montante gasto de 106 milhões de euros, foi o que concentrou maior despesa das empresas, com exceção das “Indústrias têxteis”, “Indústrias da pasta de papel, papel e cartão; impressão e reprodução” e “Indústrias petrolíferas” que aplicaram mais gastos na “Gestão de Águas Residuais”.



Figura 8.12 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica e domínio do ambiente (2012)



Fonte: INE, I.P.

Os rendimentos são gerados essencialmente nas atividades de “Indústrias de material de transporte” (22,5%), “Indústrias de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos” (14,1%) e “Indústrias da pasta de papel, papel e cartão; impressão e reprodução” (13,5%). Estas são atividades potencialmente geradoras de resíduos comercializáveis, totalizando no seu conjunto mais de metade do valor desta rubrica.

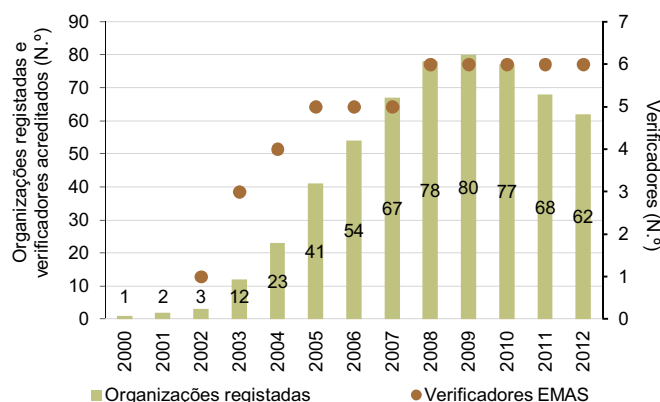
8.2 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

O Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) tem como objetivo promover a melhoria contínua dos resultados ambientais das organizações e empresas europeias, assim como o acesso do público e das partes interessadas à informação relativa à desempenho ambiental dessas organizações. Este sistema começou a ser utilizado em 1995 e era dirigido a empresas privadas, mas desde 2001 está disponível a todas as empresas dos vários setores económicos, incluindo entidades públicas e privadas.

Em 2009 a legislação EMAS voltou a ser revista, pelo Regulamento nº 1221/2009/CE, de 25 de Novembro, do Parlamento Europeu e do Conselho, pois consideraram necessário “*encorajar uma mais ampla aceitação do sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS) e o desenvolvimento de iniciativas para incentivar as organizações a publicar relatórios rigorosos, verificados por peritos independentes, sobre o desempenho ambiental ou o desenvolvimento sustentável*”¹ existindo também uma necessidade de “*aumentar o número de organizações que participam no sistema, para que a melhoria ambiental tenha um maior impacto global*”².

Figura 8.13 - Organizações registadas no EMAS e Verificadores acreditados em Portugal

Em 2012 estavam registadas em Portugal 62 organizações e 6 verificadores EMAS, isto é auditores ambientais acreditados para a certificação destes instrumentos ambientais. Face a 2011 constata-se que o número de organizações registadas decresceu 8,8%, sendo que o número de verificadores de EMAS (6) se mantém constante desde 2008.



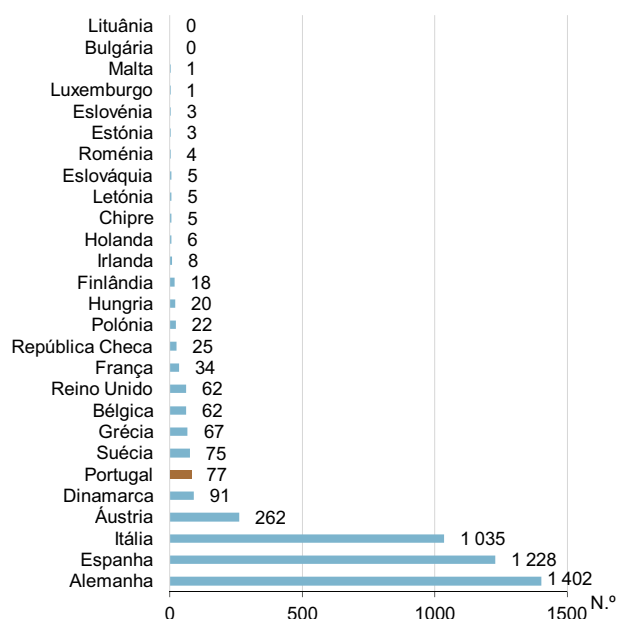
Fonte: INE, I.P.

¹ Regulamento nº 1221/2009/CE, de 25 de Novembro, do Parlamento Europeu e do Conselho, preâmbulo ponto 2.

² Regulamento nº 1221/2009/CE, de 25 de Novembro, do Parlamento Europeu e do Conselho, preâmbulo ponto 7.

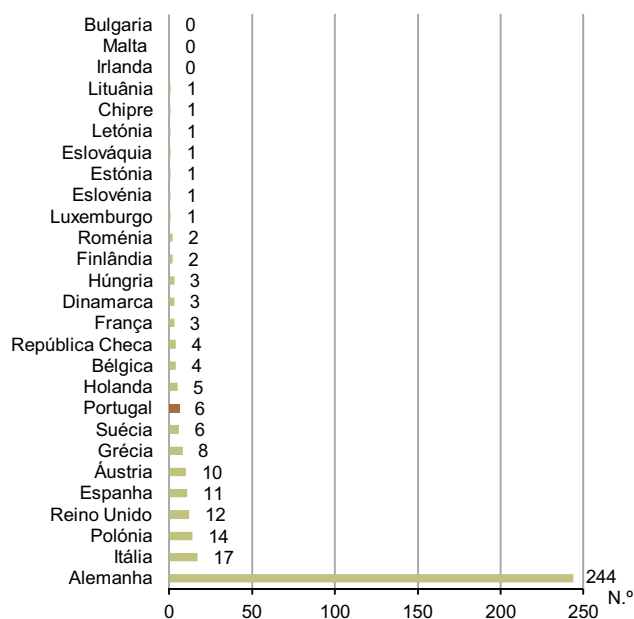


Figura 8.14 - Organizações com registo no EMAS, na UE



Fonte: INE, I.P.

Figura 8.15 - Verificadores acreditados EMAS, na UE



Fonte: INE, I.P.

Na UE e para o último ano de informação disponível, o número de organizações com este tipo de registo totaliza 4 521 ocorrências, o que permite posicionar Portugal como o sexto Estado Membro (EM) com o maior número de organizações certificadas. Também no que diz respeito às empresas acreditadas para a sua certificação, e tendo em conta que na UE foram contabilizadas pela Comissão Europeia em 2012, 361 organismos, Portugal foi o nono país, no grupo dos 27 EM da UE, com maior número de empresas acreditadas.

8.3 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 8.1 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o tipo de tecnologia

2012	Unidade: 10 ³ EUR		
Tipo de tecnologia	Total	Tecnologias Fim-de-linha	Tecnologias Integradas
Atividades económicas (CAE-Rev.3)			
Total	82 967	65 182	17 785
05-09 Extrativas	4 640	3 727	913
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	10 901	8 085	2 816
13-14 Têxteis	1 762	759	1 003
15 Couro e produtos de couro	126	76	49
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 841	2 816	24
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	6 763	4 088	2 676
19 Petrolíferas	10 197	8 708	1 488
20-21 Químicos	3 552	3 154	398
22 Borracha e matérias plásticas	2 048	1 607	441
23 Produtos minerais, não metálicos	15 300	11 986	3 314
24 Metalúrgicas de base	845	712	132
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	3 662	2 459	1 203
26-27 Equip. informático e elétrico	1 641	460	1 180
29-30 Material de transporte	840	511	329
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	2 161	1 121	1 041
35-36 Eletricidade, gás e água	15 690	14 913	778

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.2 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o domínio de ambiente

2012

Atividade económica, segundo o domínio de ambiente

					Unidade: 10³ EUR
Dominios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas Residuais	Gestão de Resíduos	Outros dominios de ambiente (*)
Atividades económicas (CAE-Rev.3)					
Total	82 967	34 082	19 103	12 624	17 159
05-09 Extrativas	4 640	961	442	2 660	577
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	10 901	4 806	3 963	853	1 279
13-14 Têxteis	1 762	1 199	504	52	6
15 Couro e produtos de couro	126	57	30	33	5
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 841	2 186	636	0	18
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	6 763	861	5 784	109	10
19 Petrolíferas	10 197	3 979	1 236	574	4 407
20-21 Químicos	3 552	1 754	446	496	855
22 Borracha e matérias plásticas	2 048	1 116	604	192	136
23 Produtos minerais, não metálicos	15 300	7 738	379	6 596	587
24 Metalúrgicas de base	845	507	150	129	59
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	3 662	2 295	661	452	255
26-27 Equip. informático e elétrico	1 641	321	980	35	305
29-30 Material de transporte	840	498	147	60	134
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	2 161	948	972	166	76
35-36 Eletricidade, gás e água	15 690	4 855	2 171	216	8 449

(*) Outros domínios de ambiente: Solos, águas subterrâneas e superficiais + Ruído + Biodiversidade + I&D + Outras atividades.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.3 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção por atividade económica, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2012	Unidade: 10 ³ EUR						
Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Atividades económicas (CAE-Rev.3)							
Total	82 967	8 615	3 785	16 891	12 779	14 381	26 516
05-09 Extrativas	4 640	571	...	247	...	3 409	-
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	10 901	1 271	662	3 189	452	2 212	3 115
13-14 Têxteis	1 762	52	364	941	341	64	-
15 Couro e produtos de couro	126	0	69	57	0	0	0
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 841	1 919	...	61	57	...	171
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	6 763	1 769	72	4 146	142	634	-
19 Petrolíferas	10 197	-	-	-	-	-	10 197
20-21 Químicos	3 552	...	352	657	2 257	...	-
22 Borracha e matérias plásticas	2 048	...	712	802	...	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos	15 300	1 269	154	1 520	6 427	5 930	0
24 Metalúrgicas de base	845	94	52	113	585	-	-
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	3 662	217	1 016	2 321	...	0	...
26-27 Equip. informático e elétrico	1 641	0	10	211	1 037	126	257
29-30 Material de transporte	840	21	153	75	170	201	220
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	2 161	147	36	245	610	143	980
35-36 Eletricidade, gás e água	15 690	1 131	...	2 305	...	793	11 142

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.4 - Investimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo as NUTS II

2012	Unidade: 10 ³ EUR							
NUTS II	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Atividades económicas (CAE-Rev.3)								
Total	82 967	13 375	21 293	39 343	6 369	625	1 823	139
05-09 Extrativas	4 640	0	904	263	3 473	0	0	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	10 901	2 177	463	5 942	613	0	1 707	0
13-14 Têxteis	1 762	1 522	239	0	0	0	0	0
15 Couro e produtos de couro	126	40	85	0	0	0	-	-
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 841	2 195	622	0	24	0	0	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	6 763	197	6 406	153	3	0	...	...
19 Petrolíferas	10 197	-	-	10 197	-	-	-	-
20-21 Químicos	3 552	88	871	1 707	886	0	-	0
22 Borracha e matérias plásticas	2 048	1 716	88	166	78	0	0	0
23 Produtos minerais, não metálicos	15 300	68	8 282	6 863	51	0	37	0
24 Metalúrgicas de base	845	88	247	...	...	0	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	3 662	2 128	1 340	...	...	0	0	0
26-27 Equip. informático e elétrico	1 641	976	297	213	154	0	0	0
29-30 Material de transporte	840	82	481	251	26	0	0	0
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	2 161	800	353	1 008	0	0	0	0
35-36 Eletricidade, gás e água	15 690	1 298	613	12 019	922	625	...	...

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.5 - Investimentos das empresas com gestão e proteção do ambiente por NUTS II, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2012	Unidade: 10 ³ EUR						
Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
NUTS II							
Portugal	82 967	8 615	3 785	16 891	12 779	14 381	26 516
Norte	13 375	3 193	1 255	4 914	2 166	936	911
Centro	21 293	3 957	...	7 467	6 597	1 777	...
Lisboa	39 343	549	945	2 013	3 077	7 321	25 438
Alentejo	6 369	880	...	921	909	3 410	...
Algarve	625	...	...	...	0	-	-
Açores	1 823	...	...	972	30	803	-
Madeira	139	...	0	...	-	134	-

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.6 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo a rubrica contabilística

2012	Unidade: 10 ³ EUR					
Rubricas contabilísticas	Total	Gastos com a execução e monitorização	Pessoal	Formação profissional	Contratação de serviços especializados	Investigação
Atividades económicas (CAE-Rev.3)						
Total	233 727	70 496	45 461	1 228	116 124	418
05-09 Extrativas	8 717	1 949	2 175	37	4 462	95
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	42 907	9 020	4 201	141	29 514	30
13-14 Têxteis	9 884	2 837	1 603	46	5 395	3
15 Couro e produtos de couro	2 260	480	212	13	1 539	15
16 Madeira, cortiça e suas obras	4 354	1 576	778	...	1 918	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	28 550	11 217	4 101	53	13 178	1
19 Petrolíferas	9 818	4 733	869	0	4 216	0
20-21 Químicos	27 812	13 275	6 812	...	7 640	...
22 Borracha e matérias plásticas	4 731	1 205	1 070	...	2 352	...
23 Produtos minerais, não metálicos	22 059	10 251	4 003	88	7 675	42
24 Metalúrgicas de base	11 560	3 275	770	147	7 362	7
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	6 918	2 367	2 682	238	1 602	29
26-27 Equip. informático e elétrico	5 600	1 572	2 083	46	1 898	0
29-30 Material de transporte	8 346	2 093	2 316	59	3 858	21
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	7 608	1 832	2 899	111	2 760	7
35-36 Eletricidade, gás e água	32 604	2 815	8 887	85	20 755	62

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.7 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o domínio de ambiente

2012						Unidade: 10³ EUR
Domínios de ambiente		Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas Residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente (*)
Atividades económicas (CAE-Rev.3)						
Total		233 727	30 672	56 921	106 091	40 043
05-09 Extrativas		8 717	147	3 370	4 001	1 200
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		42 907	1 100	11 592	27 297	2 918
13-14 Têxteis		9 884	259	6 402	2 138	1 084
15 Couro e produtos de couro		2 260	52	1 020	1 121	67
16 Madeira, cortiça e suas obras		4 354	588	809	1 182	1 775
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		28 550	3 743	13 090	9 681	2 036
19 Petrolíferas		9 818	1 715	3 889	1 861	2 354
20-21 Químicos		27 812	3 922	7 354	13 142	3 395
22 Borracha e matérias plásticas		4 731	339	230	2 946	1 215
23 Produtos minerais, não metálicos		22 059	7 931	1 330	7 639	5 159
24 Metalúrgicas de base		11 560	1 757	1 112	8 156	535
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.		6 918	665	1 204	3 913	1 136
26-27 Equip. informático e elétrico		5 600	305	599	3 391	1 305
29-30 Material de transporte		8 346	276	847	4 754	2 469
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras		7 608	510	1 304	4 402	1 393
35-36 Eletricidade, gás e água		32 604	7 363	2 770	10 467	12 003

(*) Outros domínios de ambiente: Solos, águas subterrâneas e superficiais + Ruído + Biodiversidade + I&D + Outras atividades.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.8 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2012		Unidade: 10 ³ EUR					
Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Atividades económicas (CAE-Rev.3)							
Total	233 727	20 843	15 642	56 502	50 135	44 482	46 122
05-09 Extrativas	8 717	952	...	1 440	...	5 499	-
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	42 907	3 325	3 777	10 955	6 915	5 842	12 092
13-14 Têxteis	9 884	260	2 184	4 006	1 384	2 050	-
15 Couro e produtos de couro	2 260	400	598	1 094	...	...	43
16 Madeira, cortiça e suas obras	4 354	1 094	299	775	499	...	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	28 550	7 907	1 097	8 078	2 480	8 988	-
19 Petrolíferas	9 818	-	-	-	-	-	9 818
20-21 Químicos	27 812	...	1 610	13 036	9 375	...	-
22 Borracha e matérias plásticas	4 731	126	310	2 195	454	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos	22 059	...	332	3 092	6 197	11 899	...
24 Metalúrgicas de base	11 560	1 135	250	1 364	8 811	-	-
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	6 918	779	...	3 299	1 397	595	...
26-27 Equip. informático e elétrico	5 600	...	1 011	581	1 888	...	1 675
29-30 Material de transporte	8 346	117	468	1 388	2 788	1 374	2 210
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	7 608	554	665	1 503	2 184	1 586	1 118
35-36 Eletricidade, gás e água	32 604	2 333	2 174	3 698	5 194	2 239	16 967

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.9 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo as NUTS II

2012	Unidade: 10 ³ EUR							
NUTS II	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Atividades económicas (CAE-Rev.3)								
Total	233 727	50 364	55 288	98 983	21 456	2 300	3 340	1 995
05-09 Extrativas	8 717	185	736	837	6 935	18	6	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	42 907	12 974	7 830	15 450	3 703	876	1 609	464
13-14 Têxteis	9 884	8 743	893	22	226	0	0	0
15 Couro e produtos de couro	2 260	855	1 177	5	222	0	-	-
16 Madeira, cortiça e suas obras	4 354	2 296	1 590	241	217	9	0	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	28 550	1 633	15 972	10 752	107	51	34	0
19 Petrolíferas	9 818	-	-	9 818	-	-	-	-
20-21 Químicos	27 812	1 520	6 843	12 615	6 835	0	-	0
22 Borracha e matérias plásticas	4 731	3 011	1 020	443	248	1	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos	22 059	2 762	6 360	12 617	167	...	148	...
24 Metalúrgicas de base	11 560	4 382	1 648	4 598	932	0	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	6 918	3 201	1 894	862	384	...	...	1
26-27 Equip. informático e elétrico	5 600	2 020	1 477	1 819	284	0	0	0
29-30 Material de transporte	8 346	2 545	2 042	3 525	228	7	0	0
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	7 608	2 046	2 637	2 720	201	...	0	...
35-36 Eletricidade, gás e água	32 604	2 191	3 167	22 661	767	1 327	967	1 523

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.10 - Gastos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por NUTS II, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2012 Unidade: 10³ EUR

Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
NUTS II							
Portugal	233 727	20 843	15 642	56 502	50 135	44 482	46 122
Norte	50 364	4 367	5 507	11 867	9 883	7 159	11 581
Centro	55 288	8 418	...	24 262	9 142	6 850	...
Lisboa	98 983	4 165	2 490	9 757	27 829	21 557	33 186
Alentejo	21 456	2 380	...	7 642	3 189	6 322	...
Algarve	2 300	873	100	1 327	0	-	-
Açores	3 340	135	129	1 417	92	1 567	-
Madeira	1 995	506	232	230	-	1 026	-

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.11 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo a rubrica contabilística

2012 Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Total	Venda de resíduos e/ou materiais reciclados	Prestações de serviços	Subsídios à exploração	Outros rendimentos
Atividades económicas (CAE-Rev.3)					
Total	122 089	116 766	2 007	54	3 260
05-09 Extrativas	729	729	0	0	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 513	5 022	...	...	433
13-14 Têxteis	3 651	3 634	18	0	0
15 Couro e produtos de couro	68	62	...	0	...
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 594	1 529	65	0	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	16 510	16 357	0	32	120
19 Petrolíferas	1 137	703	434	0	0
20-21 Químicos	1 183	...	...	0	...
22 Borracha e matérias plásticas	3 126	2 346	0	0	781
23 Produtos minerais, não metálicos	4 986	1 963	1 336	0	1 688
24 Metalúrgicas de base	10 112	...	...	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	17 156	17 084	41	0	31
26-27 Equip. informático e elétrico	16 989	16 987	0	...	...
29-30 Material de transporte	27 522	...	...	0	0
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	8 103	8 075	0	0	28
35-36 Eletricidade, gás e água	3 709	3 536	0	0	174

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.12 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o domínio de ambiente

2012 Unidade: 10³ EUR

Domínios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas Residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente (*)
Atividades económicas (CAE-Rev.3)					
Total	122 089	730	142	120 948	268
05-09 Extrativas	729	0	0	729	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 513	...	...	5 169	...
13-14 Têxteis	3 651	...	...	3 636	0
15 Couro e produtos de couro	68	0	0	66	2
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 594	0	...	1 529	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	16 510	...	0	16 378	...
19 Petrolíferas	1 137	8	45	1 077	7
20-21 Químicos	1 183	0	0	1 183	0
22 Borracha e matérias plásticas	3 126	...	0	...	0
23 Produtos minerais, não metálicos	4 986	0	0	...	...
24 Metalúrgicas de base	10 112	0	0	10 112	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	17 156	0	0	17 125	31
26-27 Equip. informático e elétrico	16 989	0	0	...	...
29-30 Material de transporte	27 522	0	0	27 522	0
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	8 103	0	0	8 087	15
35-36 Eletricidade, gás e água	3 709	0	0	3 555	154

(*) Outros domínios de ambiente: Solos, águas subterrâneas e superficiais + Ruído + Biodiversidade + I&D + Outras atividades.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.13 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2012

Unidade: 10³ EUR

Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
Atividades económicas (CAE-Rev.3)							
Total	122 089	7 874	10 524	31 402	26 698	21 769	23 820
05-09 Extrativas	729	58	...	141	...	424	-
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 513	248	241	1 983	749	883	1 409
13-14 Têxteis	3 651	2 467	4	751	271	157	-
15 Couro e produtos de couro	68	...	1	38	...	0	15
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 594	847	...	255	129	...	207
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	16 510	785	1 582	3 826	3 085	7 232	-
19 Petrolíferas	1 137	-	-	-	-	-	1 137
20-21 Químicos	1 183	10	247	519	389	18	-
22 Borracha e matérias plásticas	3 126	678	112	1 951	114	...	...
23 Produtos minerais, não metálicos	4 986	...	212	711	1 335	2 526	...
24 Metalúrgicas de base	10 112	84	2 082	5 454	2 491	-	-
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	17 156	...	1 908	8 780	2 199	1 833	...
26-27 Equip. informático e elétrico	16 989	...	2 417	2 145	3 839	...	3 017
29-30 Material de transporte	27 522	57	1 067	2 297	10 351	1 487	12 263
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	8 103	1 164	601	2 324	1 625	1 312	1 077
35-36 Eletricidade, gás e água	3 709	4	9	226	35	204	3 231

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.14 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por atividade económica, segundo as NUTS II

2012

Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Atividades económicas (CAE-Rev.3)								
Total	122 089	35 829	29 702	47 360	4 512	224	3 691	771
05-09 Extrativas	729	...	106	...	539	0	...	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	5 513	1 175	1 468	1 808	1 007	...	...	40
13-14 Têxteis	3 651	993	2 568	0	90	0	0	0
15 Couro e produtos de couro	68	...	...	0	0	0	-	-
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 594	1 347	241	...	...	0	0	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	16 510	1 520	1 589	13 286	50	...	...	33
19 Petrolíferas	1 137	-	-	1 137	-	-	-	-
20-21 Químicos	1 183	166	450	231	337	0	-	0
22 Borracha e matérias plásticas	3 126	2 027	228	226	21	0	0	624
23 Produtos minerais, não metálicos	4 986	455	1 491	2 920	...	...	111	0
24 Metalúrgicas de base	10 112	3 330	1 772	5 011	0	0	0	0
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	17 156	7 473	4 184	1 015	1 023	44	3 409	9
26-27 Equip. informático e elétrico	16 989	7 845	5 005	4 072	68	0	0	0
29-30 Material de transporte	27 522	5 294	7 528	13 535	1 166	0	0	0
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	8 103	4 091	3 019	784	200	...	...	0
35-36 Eletricidade, gás e água	3 709	11	...	3 310	...	154	133	64

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 8.15 - Rendimentos das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por NUTS II, segundo o escalão de pessoal ao serviço

2012

Unidade: 10³ EUR

Escalões de pessoal ao serviço	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais
NUTS II							
Portugal	122 089	7 874	10 524	31 402	26 698	21 769	23 820
Norte	35 829	...	5 304	10 088	9 853	5 629	...
Centro	29 702	4 081	3 551	6 441	7 699	5 459	2 471
Lisboa	47 360	220	925	9 129	8 383	9 845	18 858
Alentejo	4 512	...	704	2 166	715	640	...
Algarve	224	63	6	154	0	-	-
Açores	3 691	94	...	3 413	48	...	-
Madeira	771	666	...	11	-	...	-

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 8.16 - Organizações registadas no EMAS e Verificadores acreditados em Portugal

Unidade: N.º

Ano	Organizações registadas	Verificadores EMAS
2000	1	x
2001	2	x
2002	3	1
2003	12	3
2004	23	4
2005	41	5
2006	54	5
2007	67	5
2008	78	6
2009	80	6
2010	77	6
2011	68	6
2012	62	6

Fonte: APA, I. P.

Quadro 8.17 - Organizações com registo no EMAS, UE-27

Unidade: N.º

UE-27	Organizações registadas
Total	4 521
Alemanha	1 402
Áustria	262
Bélgica	62
Bulgária	0
Chipre	5
Dinamarca	91
Eslováquia	5
Eslovénia	3
Espanha	1 228
Estónia	3
Finlândia	18
França	34
Grécia	67
Holanda	6
Hungria	20
Irlanda	8
Itália	1 035
Letónia	5
Lituânia	0
Luxemburgo	1
Malta	1
Polónia	22
Portugal	77
Reino Unido	62
República Checa	25
Roménia	4
Suécia	75

Fonte: Eurostat, Maio 2011



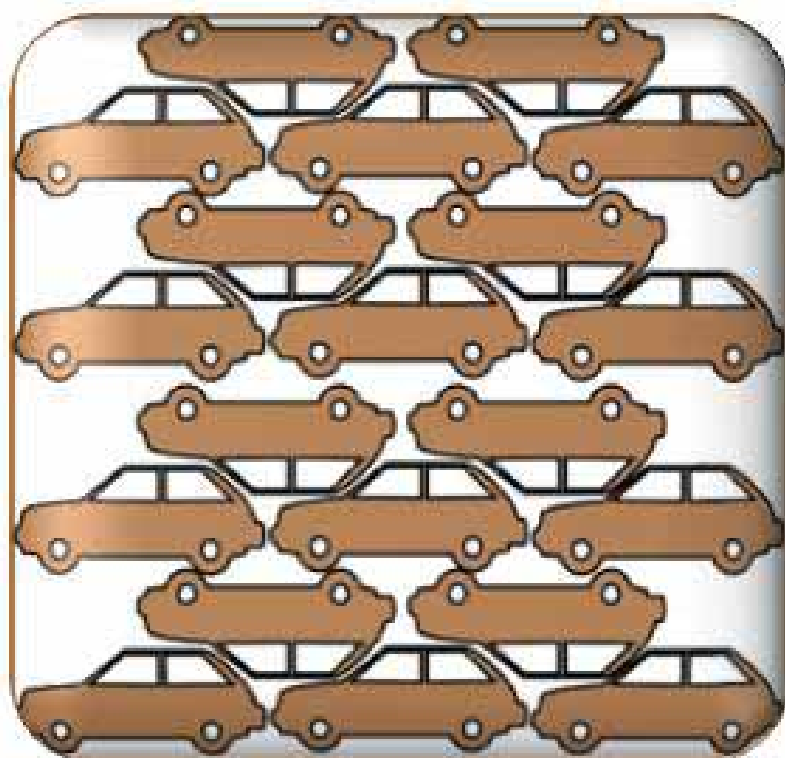
Quadro 8.18 - Verificadores acreditados EMAS, UE-27

Unidade: N.º

UE-27	Verificadores acreditados
Alemanha	244
Áustria	10
Bélgica	4
Bulgária	0
Chipre	1
Dinamarca	3
Eslováquia	1
Eslovénia	1
Espanha	11
Estónia	1
Finlândia	2
França	3
Grécia	8
Holanda	5
Hungria	3
Irlanda	0
Itália	17
Letónia	1
Lituânia	1
Luxemburgo	1
Malta	0
Polónia	14
Portugal	6
Reino Unido	12
República Checa	4
Roménia	2
Suécia	6

Fonte: Comissão Europeia, actualizado em 11/07/2012





**Setor de
bens e
serviços de
ambiente**

9 - ENTIDADES PRODUTORAS DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE

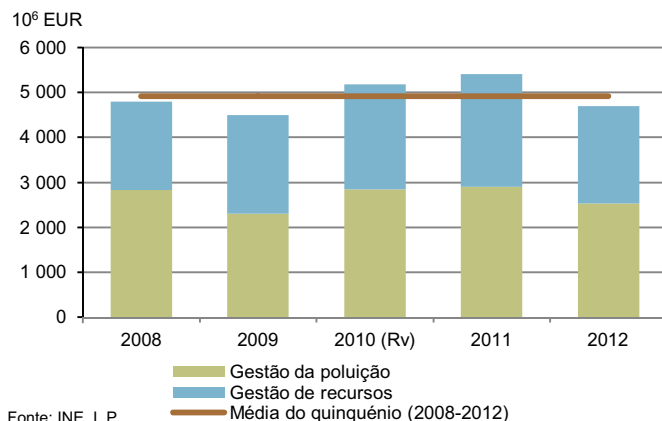
- A consciencialização da importância do combate à poluição ambiental e da preservação dos recursos naturais obriga à mobilização das autoridades governamentais, da indústria e da sociedade civil, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento de projetos inovadores que tenham como finalidade a prevenção, controlo, limitação, minimização ou correção de danos ambientais e do esgotamento de recursos, bem como a alteração de comportamentos e hábitos de consumo. A procura de novos processos produtivos mais amigáveis ao ambiente por parte das empresas industriais estimula o desenvolvimento de novas tecnologias, criando deste modo novos mercados para os bens e serviços ambientais.
- Neste capítulo são apresentados os principais resultados gerados pelas entidades produtoras de bens e serviços ambientais por atividade económica, domínios de ambiente, atividade desenvolvida e mercado.

Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Volume de negócios			Em 2012, o volume de negócios ambiental recuou ao nível de 2008, invertendo a tendência do período 2009/2011.



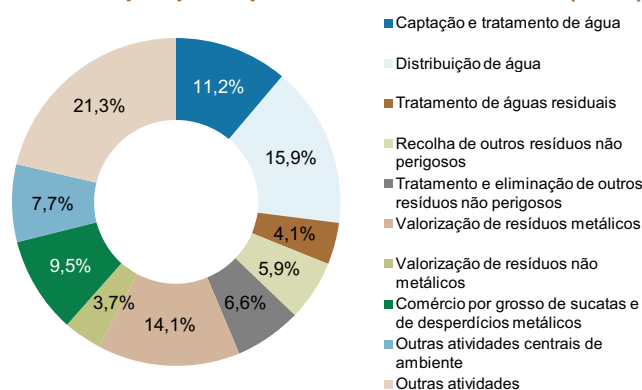
9.1 - ENTIDADES PRODUTORAS DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE

Figura 9.1 - Volume de negócios em ambiente das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, por domínios



Em 2012, o [volume de negócios](#) das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente atingiu 4,9 mil milhões de euros (em 2011 este valor foi de 5,4 mil milhões de euros), dos quais 4,7 mil milhões de euros resultaram de atividades relacionadas com a gestão da poluição e a gestão de recursos. O volume de negócios ambiental do último exercício fiscal (2012), recuou ao nível de 2008, invertendo a tendência do período 2009/2011. O decréscimo registado no volume de negócios em 2012 foi 13,0% face ao ano anterior, e ocorreu em igual proporção nos grupos “Gestão da poluição” e “Gestão de recursos”. O grupo “Gestão da poluição” continuou a ser aquele que mais contribuiu para o total do volume de negócios gerado, registando uma participação de 53,9% do total.

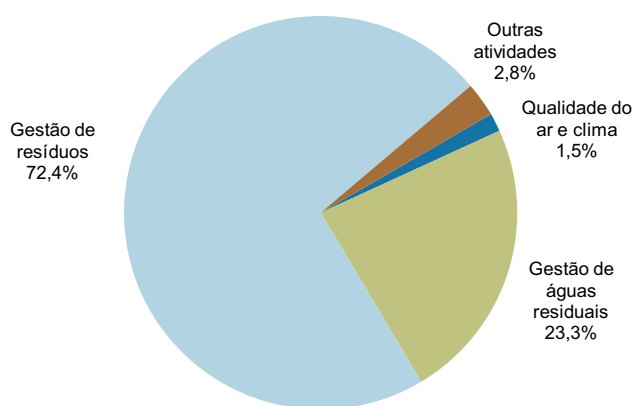
Figura 9.2 - Volume de negócios em ambiente das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, por principal atividade económica (2012)



A “Distribuição de água” e a “Valorização de resíduos metálicos” foram as atividades económicas que maior volume de negócios geraram em 2012, representando, respetivamente, 15,9% e 14,1% do total (em 2011 foram 14,3% e 11,9%, respetivamente). Comparativamente a 2011, a “Captação e tratamento de água” foi a atividade que apresentou a variação mais expressiva (+4,0%), atingindo os 525 milhões de euros de volume de negócios, seguindo-se a “Valorização de resíduos metálicos” com um acréscimo de 2,4%. Em sentido oposto, a “Valorização de resíduos não metálicos” e “Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos” contraíram, respetivamente 15,5% e 14,0%, em resultado do abrandamento da atividade industrial e da contração do consumo interno.

Esta situação levou à diminuição da produção de resíduos e consequente redução nas atividades relacionadas com o tratamento e eliminação de resíduos por parte das entidades deste setor.

Figura 9.3 - Volume de negócios em ambiente das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, por domínio do grupo “Gestão da poluição” (2012)

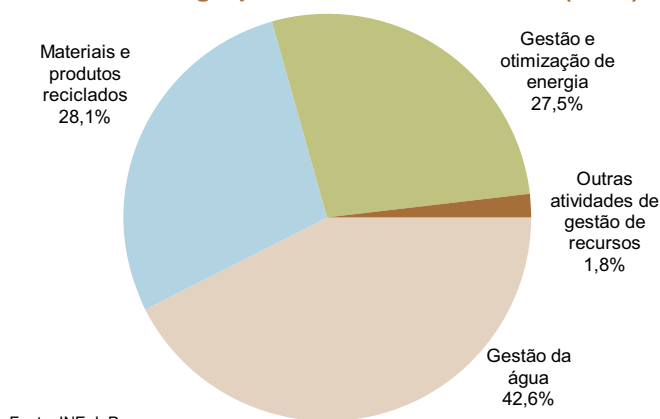


O grupo “Gestão da poluição” gerou em 2012 um volume de negócios de 2,5 mil milhões de euros (em 2011 foi 2,9 mil milhões de euros) e continuou a ser a principal área de negócio destas entidades. O domínio “Gestão de resíduos” gerou 72,4% do valor total das vendas e prestações de serviços, mantendo a sua contribuição para o total, face a 2011. O domínio “Proteção da qualidade do ar e clima” continuou a perder importância relativa face ao ano transato, com o volume de negócios a reduzir-se em quase metade (-43,3%), fixando-se nos 38 milhões de euros (67 milhões de euros no exercício anterior). Contrariando a tendência dos restantes domínios, a “Gestão de águas residuais” registou um acréscimo de 1,0% face a 2011 e reforçou o peso com mais 3 p.p. na estrutura do grupo.



No que se refere ao grupo “Gestão de recursos”, o volume de negócios fixou-se nos 2,2 mil milhões de euros (em 2011 foi 2,5 mil milhões de euros). O perfil das vendas de bens e prestações de serviços ambientais deste grupo manteve-se sensivelmente idêntico ao exercício de 2011, tendo, no entanto o domínio “Gestão da água” reforçado a sua participação em 4 p.p. com o volume de negócio a fixar-se nos 922 milhões de euros, ao contrário da “Gestão e otimização de energia” que recuou 2 p.p.. O domínio “Materiais e produtos reciclados” contribuiu com 28,1% para o total do volume de negócios em 2012.

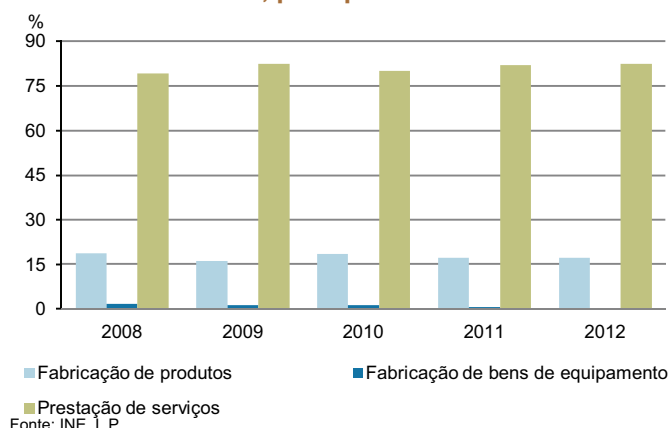
Figura 9.4 - Volume de negócios em ambiente das entidades de bens e serviços de ambiente, por domínio do grupo "Gestão de recursos" (2012)



Fonte: INE, I. P.

A “Prestação de serviços” continuou a ser a principal atividade ambiental desenvolvida pelas entidades do setor. Em 2012, o volume de negócios desta atividade movimentou 3,9 mil milhões de euros, dos quais 82,4% foram gerados pelo grupo “Gestão da poluição”. Em contrapartida, a “Fabricação de produtos” gerou 814 milhões de euros de vendas de bens e prestações de serviços ambientais, dos quais 75,6% provenientes do grupo “Gestão de recursos”. De salientar que a “Fabricação de bens de equipamento” tem vindo a perder importância ao longo do quinquénio, fixando-se, em 2012, nos 13,7 milhões de euros de volume de negócios.

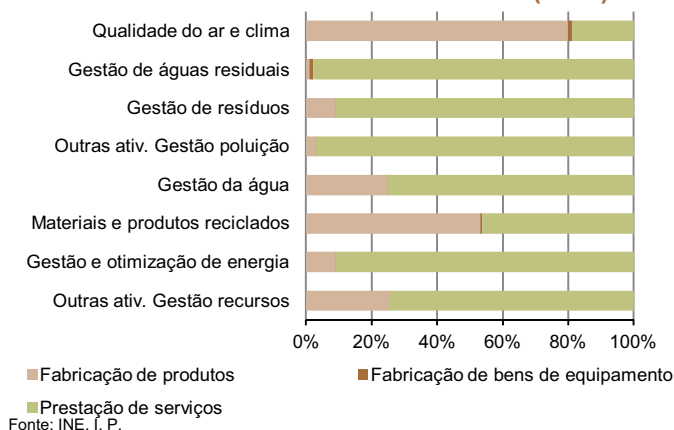
Figura 9.5 - Volume de negócios em ambiente das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, por tipo de atividade



Fonte: INE, I. P.

O montante do volume de negócios gerado por tipo de atividade desenvolvida e domínio de ambiente revela algumas assimetrias. Nos domínios “Gestão de águas residuais” e “Outras atividades da Gestão da poluição”, a quase totalidade do volume de negócios ambiental foi gerado pela “Prestação de serviços”. Mais de 80,0% do volume de negócios do domínio “Proteção da qualidade do ar e clima” foi gerado pela “Fabricação de produtos” e no domínio “Materiais e produtos reciclados” a repartição foi equitativa entre “Fabricação de produtos” e “Prestação de serviços”.

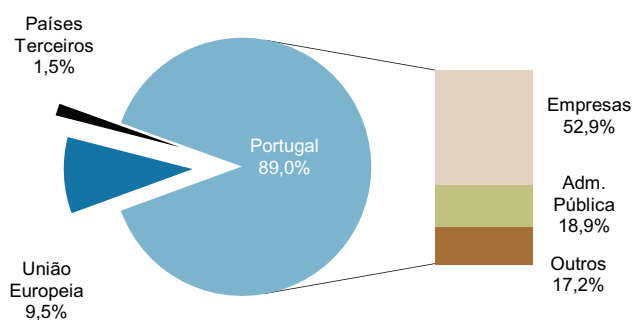
Figura 9.6 - Volume de negócios em ambiente das entidades de bens e serviços de ambiente, por tipo de atividade e domínio de ambiente (2012)



Fonte: INE, I. P.



Figura 9.7 - Volume de negócios total das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, por mercado e setor institucional (2012)



Fonte: INE, I. P.

As vendas e prestações de serviços das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente tiveram como principal cliente o mercado interno, com destaque para as Empresas e Administração Pública com, respetivamente 52,9% e 18,9% do total do volume de negócios gerado. O mercado externo registou um decréscimo de 15,6%, mais 1 p.p. que o mercado interno, movimentando 542 milhões de euros, dos quais 86,5% das vendas e prestações de serviços foram transacionadas com os países da União Europeia.



9.2 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 9.1 - Dados gerais das Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por atividade económica

2012

Atividades Económicas (CAE-Rev.3)	Empresas (N.º)		VVN (10 ³ EUR)			
	Total (*)	VVN ambiental ≥50%	Total *	Ambiental		
				Total	Poluição	Recursos
Total	1 460	1 389	4 918 173	4 697 800	2 530 826	2 166 974
Atividades Centrais de Ambiente	1 348	1 303	3 773 453	3 698 159	2 375 398	1 322 760
22112 - Reconstrução de pneus	18	12	61 831	34 532	17 489	17 042
36001 - Captação e tratamento de água	60	60	525 577	524 979	133 384	391 596
36002 - Distribuição de água	57	56	761 855	746 380	272 630	473 749
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	12	12	28 020	27 133	22 850	4 283
37002 - Tratamento de águas residuais	22	22	195 822	194 292	163 398	30 895
38111 - Recolha de resíduos inertes	18	17	6 351	6 187	6 059	128
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	123	121	281 995	277 435	263 616	13 819
38120 - Recolha de resíduos perigosos	6	6	15 935	15 895	15 751	144
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	4	4	932	932	932	0
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	53	53	313 884	311 865	249 630	62 236
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	14	13	120 108	114 148	99 569	14 579
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	38	31	16 193	14 644	13 725	919
38312 - Desmantelamento de equipamentos elétricos e eletrónicos, em fim de vida	5	5	8 458	8 458	8 458	0
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	3	3	2 489	2 489	2 489	0
38321 - Valorização de resíduos metálicos	68	68	665 131	661 239	514 997	146 242
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	129	121	180 449	175 832	58 025	117 806
39000 - Descontaminação e atividades similares	13	11	1 867	1 792	1 792	0
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	455	450	448 770	445 259	423 055	22 204
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	117	115	92 499	92 345	73 128	19 217
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	70	69	23 550	23 452	16 268	7 184
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	63	54	21 738	18 870	18 152	718
Outras atividades	112	86	1 144 720	999 642	155 428	844 214

(*) com resposta e com atividade ambiental.

Setor de bens e serviços de ambiente

Quadro 9.2 - Volume de negócios das Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por domínio de ambiente - Gestão da poluição

2012

Domínios de ambiente	N.º de empresas (*)	VVN ambiental				
		%	Total	Fabricação de produtos	Fabricação de bens de equipamento	Prestação de serviços
Gestão da poluição	1 374	100,0	2 530 826	198 176	10 303	2 322 347
Proteção da qualidade do ar e clima	46	1,5	37 740	30 191	479	7 070
Gestão de águas residuais	161	23,3	589 300	5 772	6 345	577 182
Gestão de resíduos	984	72,4	1 832 148	160 277	3 430	1 668 441
Proteção e recup. dos solos, de águas subterrâneas e superfície	47	0,5	12 132	1 398	15	10 718
Proteção contra ruídos e vibrações	24	0,1	2 444	162	1	2 280
Proteção da biodiversidade e paisagem	28	0,2	5 855	1	1	5 853
Investigação e desenvolvimento	11	0,0	606	22	15	568
Proteção contra as radiações	3	0,0	114	1	1	111
Outras atividades de gestão da poluição	70	2,0	50 488	351	15	50 122

(*) as empresas são contadas tantas vezes quantos os domínios em que atuam.



Quadro 9.3 - Volume de negócios das Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por domínio de ambiente - Gestão de recursos

2012

2012

Domínios de ambiente	N.º de empresas (*)	VVN ambiental				
		%	Total	Fabricação de produtos	Fabricação de bens de equipamento	Prestação de serviços
Gestão de recursos	542	100,0	2 166 974	615 647	3 463	1 547 864
Gestão da água	157	42,6	922 107	228 664	41	693 401
Gestão dos recursos florestais	13	0,5	10 985	9 910	1	1 075
Gestão e otimização de energia	42	27,5	596 943	53 549	1	543 393
Materiais e produtos reciclados	274	28,1	608 203	323 313	3 420	281 470
Outras atividades de gestão de recursos	56	1,3	28 736	211	1	28 525

(*) as empresas são contadas tantas vezes quantos os domínios em que atuam.

Quadro 9.4 - Distribuição do volume de negócios das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por atividade económica segundo o tipo de mercado

2012

Atividades económicas (CAE-Rev.3)	Economia nacional						Resto do mundo			
	Empresas		Adm. pública		Outros		União Europeia		Países terceiros	
	10³ EUR	%	10³ EUR	%	10³ EUR	%	10³ EUR	%	10³ EUR	%
Total	2 603 964	52,9	930 763	18,9	841 333	17,1	468 792	9,5	73 320	1,5
Atividades centrais de ambiente	1 781 037	47,2	849 844	22,5	761 403	20,2	338 452	9,0	42 717	1,1
22112 - Reconstrução de pneus	51 341	83,0	237	0,4	3 524	5,7	6 635	10,7	94	0,2
36001 - Captação e tratamento de água	147 973	28,2	149 747	28,5	227 425	43,3	4	0,0	428	0,1
36002 - Distribuição de água	141 261	18,5	233 650	30,7	386 943	50,8	0	0,0	0	0,0
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	20 535	73,3	4 051	14,5	107	0,4	3 326	11,9	0	0,0
37002 - Tratamento de águas residuais	42 858	21,9	140 321	71,7	11 606	5,9	9	0,0	1 029	0,5
38111 - Recolha de resíduos inertes	5 952	94	120	2	104	2	174	3	0	0
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	122 264	43,4	127 334	45,2	21 563	7,6	7 478	2,7	3 357	1,2
38120 - Recolha de resíduos perigosos	15 856	99,5	0	0,0	0	0,0	79	0,5	0	0,0
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	794	85,2	108	11,6	27	2,9	0	0,0	3	0,3
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	117 383	37,4	152 763	48,7	41 684	13,3	1 908	0,6	146	0,0
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	102 987	85,7	13 549	11,3	54	0,0	1 865	1,6	1 652	1,4
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	6 638	41,0	5 792	35,8	1 845	11,4	1 795	11,1	123	0,8
38312 - Desmantelamento de equipamentos elétricos e eletrónicos, em fim de vida	5 675	67	0	0	274	3	1 873	22	635	8
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	2 489	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
38321 - Valorização de resíduos metálicos	466 057	70,1	475	0,1	6 676	1,0	189 235	28,5	2 688	0,4
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	128 969	71,5	10 942	6,1	3 370	1,9	30 021	16,6	7 147	4,0
39000 - Descontaminação e atividades similares	1 218	65,2	583	31,2	67	3,6	0	0,0	0	0,0
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	295 672	65,9	5 339	1,2	46 735	10,4	81 933	18,3	19 091	4,3
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	71 361	77,1	1 381	1,5	4 374	4,7	11 253	12,2	4 131	4,5
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	17 128	72,7	233	1,0	3 185	13,5	811	3,4	2 192	9,3
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	16 625	76,5	3 219	14,8	1 841	8,5	53	0,2	0	0,0
Outras atividades	822 928	71,9	80 919	7,1	79 930	7,0	130 340	11,4	30 603	2,7





**Organizações
com atuação
na área do
ambiente**

10 - ORGANIZAÇÕES COM ATUAÇÃO NA ÁREA DO AMBIENTE

- Neste capítulo estão incluídas algumas entidades com relevância na gestão e proteção do ambiente, nomeadamente:
- Organizações não governamentais de ambiente, através de ações de sensibilização junto das populações, estudos e pareceres técnicos sobre as várias temáticas ambientais;
- Entidades detentoras de corpos de bombeiros, pelo papel de prevenção e combate aos fogos florestais;
- Outras entidades, como o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA), que desenvolve várias atividades que visam proteger e conservar o património natural.
- Os temas abordados estão divididos por duas vertentes: a vertente física, com informação relativa ao número de entidades, associados e atividades desenvolvidas e a vertente financeira, com informação sobre as principais rubricas contabilísticas/económicas.

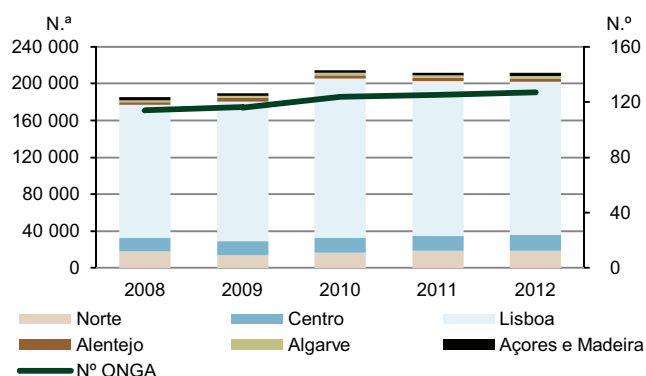
Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Atividades desenvolvidas pelas ONGA		Estado 	O número de atividades desenvolvidas pelas ONGA cresceu em 2012 (+5,5%) face ao ano transato e deveu-se sobretudo ao aumento das ações junto dos media (+84,0%) e na educação ambiental (+45,9%).
Atividades desenvolvidas pelos Corpos de bombeiros		Estado 	Os serviços prestados pelos 473 Corpos de bombeiros do País fixaram-se nos 1,1 milhões de serviços em todo o território nacional, com realce para a assistência "pré-hospitalar" com 69,5% dos serviços.



10.1 - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE

Em 2012, o número de **ONGA** existentes em Portugal era 127, das quais 97,6% estavam em atividade. Embora em número, o total de ONGA seja praticamente igual ao registado no ano anterior (+2 associações), verificou-se a entrada em atividade de 4 novas associações e a cessação de 3 associações, estas de cariz maioritariamente educativo, de treino e sensibilização ambiental. A maior concentração destas entidades localizava-se na região de Lisboa (34,6% do total), seguindo-se as regiões Norte e Centro.

Figura 10.1 - Número de ONGA e associados, por região (2012)



Fonte: INE, I. P.

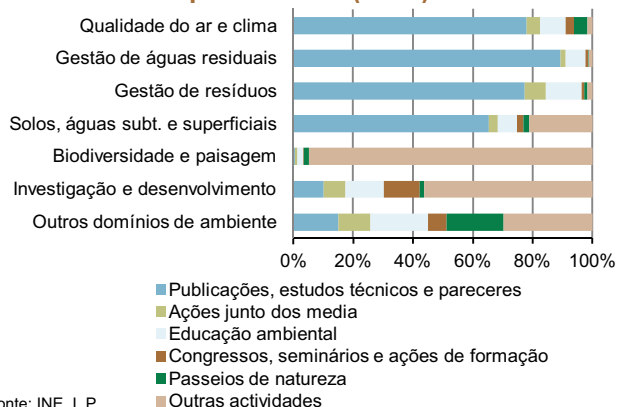
O número de inscritos nas ONGA em 2012, 211 765 associados, manteve-se próximo do registado no ano precedente (211 993 associados). Ao nível dos setores institucionais ocorreram variações positivas nas instituições sem fim lucrativo (+68,9%) e no Estado e outros Entes Públicos (+6,9%), ao contrário das empresas que registaram um decréscimo de 6,9%. De referir que os particulares continuaram a constituir a quase totalidade dos associados (97,8% do total), apresentando uma média de 1 631 indivíduos por instituição (1 664 em 2011); as empresas constituíram o segundo setor mais representado, mas a grande distância, congregando 2 822 unidades (3 031 em 2011) com uma média de 22 empresas por ONGA, enquanto em 2011 este

número era 24. As inscrições a nível regional evidenciaram tendências distintas: na região do Alentejo registou-se um decréscimo de 10,8%, em oposição ao Algarve que averbou um aumento de 8,8%.

Na região de Lisboa o número de inscrições foi em média de 58 por 1 000 habitantes, indicador largamente superior à média nacional que se situou nas 20 inscrições por 1 000 habitantes. A nível de filiação, a região de Lisboa apresentou igualmente a média mais elevada do país, com 3 730 indivíduos por associação, em oposição com o Alentejo que não foi além dos 319 associados por instituição.

O número de atividades desenvolvidas pelas ONGA aumentou em 2012 (+5,5%) face ao ano anterior, atingindo as 41 752 ações. De referir que em 2011, este número foi de 39 560 ações correspondente a um aumento de 247%.

Figura 10.2 - Atividades desenvolvidas pelas Organizações não governamentais de ambiente, por domínio (2012)



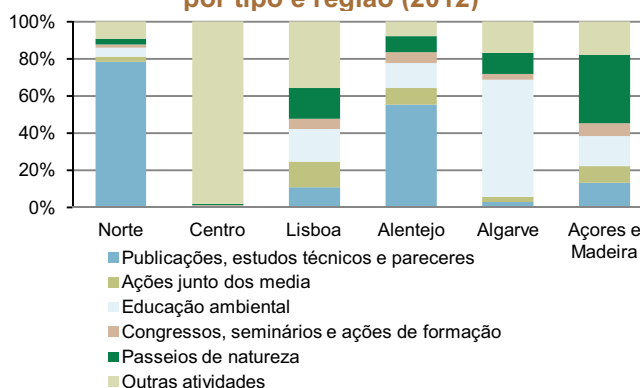
Fonte: INE, I. P.

A evolução positiva ocorrida em 2012 deveu-se sobretudo ao aumento das ações junto dos *media* (+84,0%) e na educação ambiental (+45,9%), em oposição aos congressos, seminários e ações de formação que tiveram uma redução de 37,6%. Mais de 65,3% das atividades dos domínios "Gestão de águas residuais", "Proteção da qualidade do ar e clima", "Gestão de resíduos" e "Proteção dos solos, águas subterrâneas e superficiais" foram dedicadas à elaboração de publicações, estudos e pareceres técnicos. No domínio "Proteção da biodiversidade e paisagem" a quase totalidade (94,9%) das ações inseridas nas "outras atividades" reportaram-se às atividades efetuadas pelas equipas de sapadores florestais na prevenção e proteção das áreas florestais contra incêndios e nas campanhas de sensibilização sobre as boas práticas na utilização do fogo.



A região Centro concentrou 76,2% das atividades realizadas em todo o país, sendo precisamente a região onde se encontram sediadas as associações que possuem equipas de sapadores florestais. As instituições da região Norte com 10,0% das ações executadas no país, centraram-se em publicações, estudos e pareceres técnicos, que envolveram 78,4% do total de atividades realizadas nesta região. De referir que no Alentejo mais de metade das atividades (55,6%) foram dirigidas para publicações, estudos e pareceres técnicos, enquanto no Algarve 63,1% das ações realizadas privilegiaram a educação ambiental. Nas Regiões Autónomas as atividades mais relevantes foram os passeios de natureza (36,8%), a educação ambiental (16,4%) e as publicações, estudos e pareceres técnicos (13,4%) que, em conjunto, representaram 2/3 das ações desenvolvidas nestas regiões.

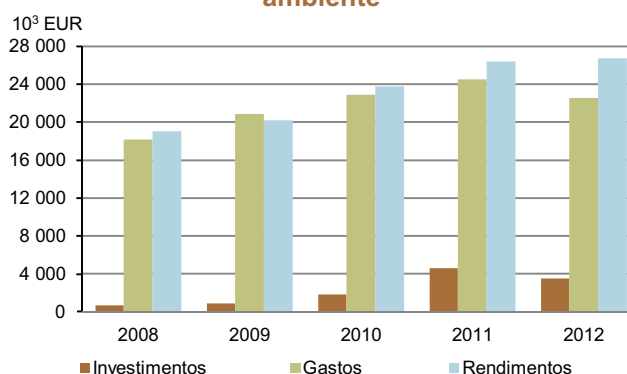
Figura 10.3 - Atividades desenvolvidas pelas Organizações não governamentais de ambiente, por tipo e região (2012)



Fonte: INE, I. P.

Em 2012, as principais rubricas contabilísticas tiveram comportamentos distintos face ao exercício do ano transato. O investimento e os gastos registaram um decréscimo de, respetivamente 23,4% e 7,9%, enquanto os rendimentos mantiveram os níveis de 2011. O investimento atingiu 4 milhões de euros (em 2011 esta rubrica apresentava uma evolução positiva e um valor de 5 milhões de euros), maioritariamente aplicado em equipamento de transporte (40,4%) e edifícios e outras construções (30,2%). Os gastos rondaram os 23 milhões de euros (25 milhões de euros em 2011) e os rendimentos totalizaram os 27 milhões de euros, mais 1 milhão de euros que em 2011. O investimento médio das associações passou de 36 871 euros por ONGA em 2011 para 27 816 euros em 2012, enquanto a média dos rendimentos e dos gastos em 2012 se situaram, respetivamente, nos 210 716 euros (191 910 euros em 2011) e nos 177 631 euros (184 687 euros em 2011).

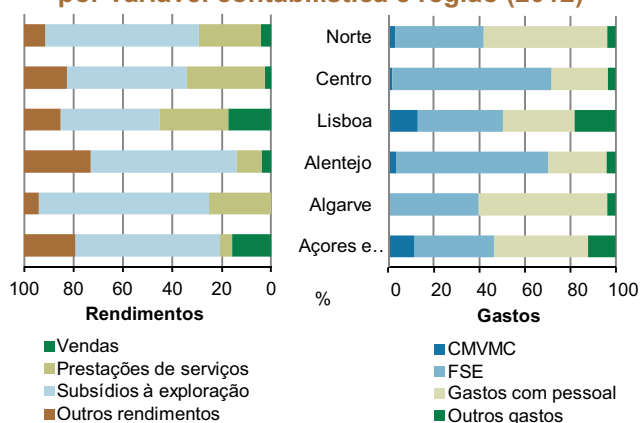
Figura 10.4 - Principais variáveis contabilísticas das Organizações não governamentais de ambiente



Fonte: INE, I. P.

Os “fornecimentos e serviços externos” (FSE) e os “gastos com o pessoal” foram as rubricas mais significativas das ONGA, contribuindo com mais de 82,7% dos gastos das associações. Ao nível regional a participação das rubricas dos gastos foi distinta: mais de metade dos gastos do Norte (54,5%) e do Algarve (56,7%) foram absorvidos pelos custos com pessoal, enquanto mais de 2/3 dos gastos do Centro (69,9%) e do Alentejo (67,0%) destinaram-se a FSE para o desenvolvimento dos projetos e atividades das ONGA. Salienta-se ainda que os gastos com a rubrica “custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas” (CMVMC) representaram, respetivamente, 12,8% e 11,4% do total dos gastos da região de Lisboa e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Figura 10.5 - Gastos e rendimentos das Organizações não governamentais de ambiente, por variável contabilística e região (2012)



Fonte: INE, I. P.

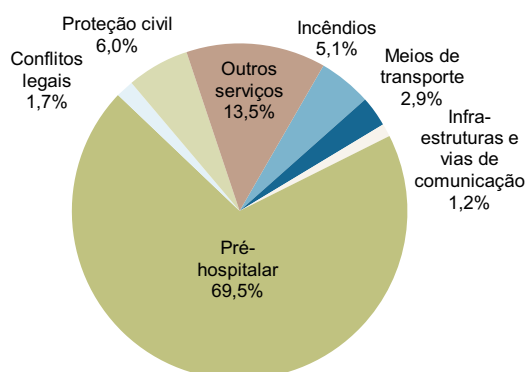


Os “subsídios à exploração” e as “prestações de serviços” foram as principais fontes de financiamento das organizações de ambiente, somando, em conjunto, 72,7% do total dos rendimentos. Para as regiões do Algarve, do Norte, do Alentejo e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira mais de 58,8% dos rendimentos foram provenientes dos “subsídios à exploração”, nomeadamente do “Estado e outros Entes Públicos” em oposição às restantes regiões, em que as fontes de financiamento foram mais diversificadas. Para as regiões do Centro e Lisboa, os “subsídios à exploração” contribuíram com, respetivamente, 48,6% e 40,3% dos rendimentos e as “prestações de serviços” representaram 31,6%, para a primeira região e 27,6%, para a segunda. De salientar que as “vendas” corresponderam, respetivamente, a 17,5% e 15,9% do total dos recursos da região de Lisboa e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

10.2 – ENTIDADES DETENTORAS DE CORPOS DE BOMBEIROS

Os [Corpos de bombeiros](#) constituem um dos serviços mais relevantes de proteção e socorro às populações existentes no País, funcionando como estrutura base de resposta ao nível local.

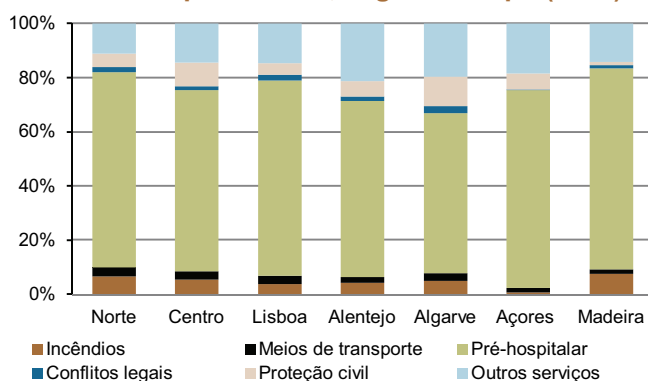
Figura 10.6 - Serviços prestados pelos Corpos de bombeiros (2012)



Fonte: INE, I. P.

Em 2012, os serviços prestados pelos 473 Corpos de bombeiros do País (menos 1 que em 2011) registaram um acréscimo de 0,6%, correspondentes a 1,1 milhões de serviços, com realce para a assistência “pré-hospitalar” que aumentou 3 p.p. face ao ano anterior. Os “outros serviços”, constituídos na sua maioria por serviços de prevenção, através de patrulhamento/vigilância, apoio em recintos de espetáculo e desportivos, abertura de portas, remoção de obstáculos, entre outros, ocuparam a segunda posição (13,5%). A contribuição dos restantes serviços foi menos expressiva, oscilando entre os 1,2% (infraestruturas e vias de comunicação) e os 6,0% (proteção civil).

Figura 10.7 - Serviços prestados pelos Corpos de bombeiros por NUTS II, segundo o tipo (2012)



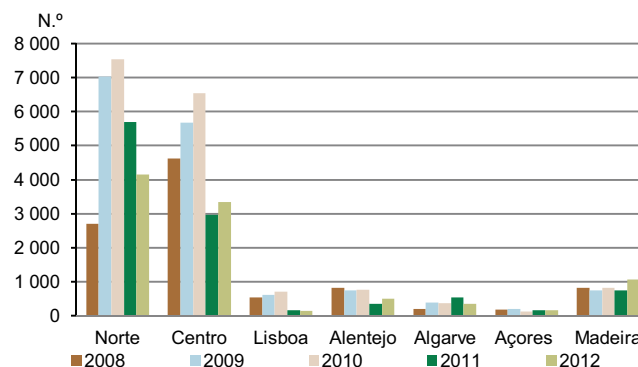
Fonte: INE, I. P.

Mais de metade dos serviços prestados pelos Corpos de bombeiros do País ocorreu nas regiões do Norte e Centro, em oposição ao Algarve (4,4%) e à Região Autónoma da Madeira (3,0%). Numa análise regional, a assistência “pré-hospitalar” foi a mais significativa em todas as regiões do território nacional, variando entre 58,9% no Algarve e 74,3% na Região Autónoma da Madeira. De referir que cerca de 1/5 dos serviços no Alentejo e no Algarve foram realizados na rubrica “outros serviços”.



A participação dos Corpos de bombeiros no combate a incêndios em povoamentos florestais diminuiu 8,6%, totalizando em 2012, 9 708 ocorrências. Este facto foi notório nas regiões do Algarve e do Norte em que as ocorrências diminuíram, respetivamente 36,6% e 27,2% face a 2011. Em sentido oposto, a Região Autónoma da Madeira e Alentejo apresentaram aumentos de, respetivamente 44,3% e de 42,1%. De referir que as associações localizadas nas regiões do Norte e Centro foram as mais solicitadas no quinquénio em análise, em comparação com as restantes regiões do País. Embora mantenha a primeira posição em termos de serviços prestados, a contribuição dos Corpos de bombeiros do Norte diminuiu 11 p.p., em contraste com os da Região Autónoma da Madeira que aumentou 4 p.p. e ocupou a terceira posição, a seguir à região Centro.

Figura 10.8 - Participação dos Corpos de bombeiros no combate a incêndios em povoamentos florestais por NUTS II



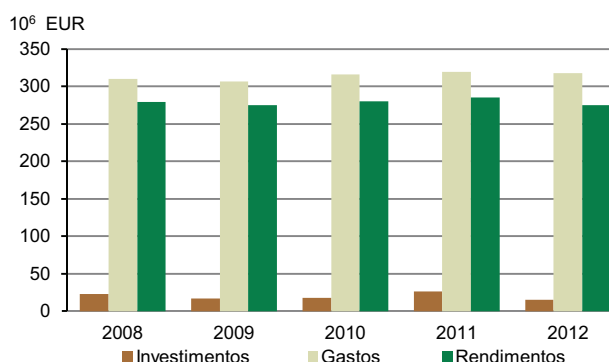
Fonte: INE, I. P.

No período de 2008-2012, o gasto médio das entidades detentoras de Corpos de bombeiros fixou-se nos 314 milhões de euros médios anuais, enquanto o rendimento médio anual do quinquénio se situou nos 279 milhões de euros. Por sua vez, o investimento continuou a ter pouca expressão no conjunto das variáveis.

Em 2012, os gastos das entidades detentoras de Corpos de bombeiros mantiveram o nível do ano anterior e totalizaram 317 milhões de euros. Cerca de 2/3 (62,2%) dos gastos foram aplicados no pessoal, seguidos pelo FSE com apenas 28,0%. Esta situação é transversal em todas as regiões do país, com realce para a Região Autónoma da Madeira e Lisboa, em que os “gastos com o pessoal” contribuíram com, respetivamente 74,7% e 73,5% do total dos gastos das regiões. Cerca de 1/3 dos gastos das regiões do Norte, Centro e Alentejo foram direcionados para FSE, em oposição à do Algarve em que 22,4% dos gastos foram destinados ao CMVMC.

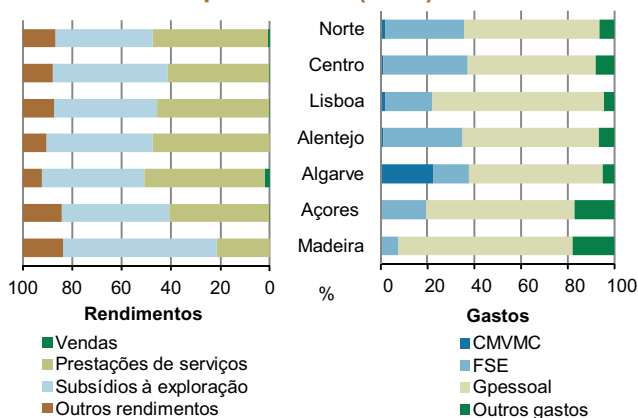
Os rendimentos destas entidades registaram um decréscimo de 3,9% em comparação com 2011 e ascenderam a 274 milhões de euros. As “prestações de serviços” e os “subsídios à exploração” foram as rubricas mais significativas com, respetivamente, 44,4% e 42,9% do total dos recursos. Numa análise regional, os “subsídios à exploração” foram a principal fonte de financiamento para a Região Autónoma da Madeira, representando 62,3% do total dos rendimentos. Para as regiões do Algarve, Alentejo e Norte as “prestações de serviços” contribuíram com mais de 46,6% dos recursos de cada uma das regiões.

Figura 10.9 - Principais variáveis contabilísticas das Entidades detentoras de Corpos de bombeiros



Fonte: INE, I. P.

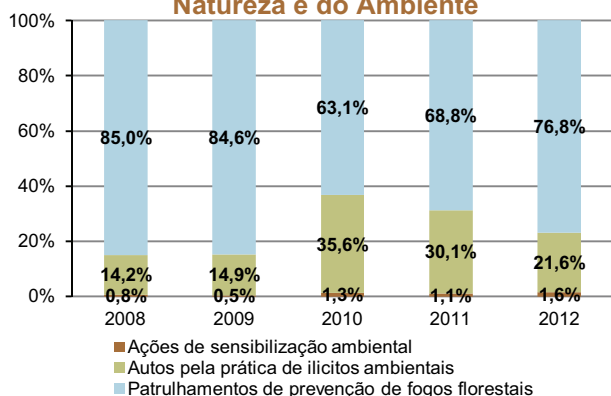
Figura 10.10 - Gastos e rendimentos das Entidades detentoras de corpos de bombeiros, por NUTS II (2012)



Fonte: INE, I. P.



10.3 - OUTRAS ENTIDADES

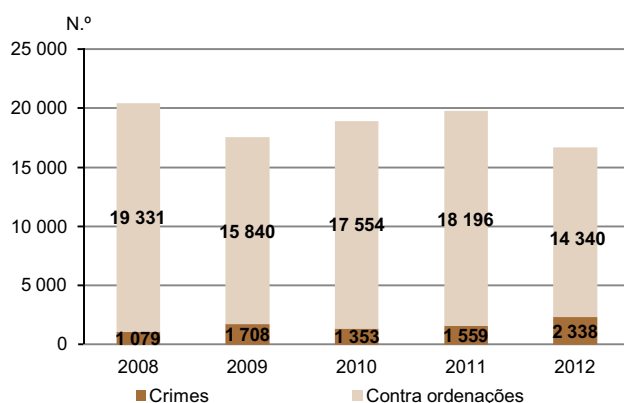
Figura 10.11 - Atividades do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente

Nota: A atividade de "Patrulhamentos de prevenção de fogos florestais" de 2012 só inclui dados para o continente.

Fonte: INE, I. P.

O Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) tem vindo a desenvolver um conjunto de atividades promotoras da proteção do ambiente, tais como ações de sensibilização ambiental, patrulhamentos de prevenção de fogos florestais e levantamento de autos de contraordenação pela prática de ilícitos ambientais, entre outras.

De 2008 a 2012 o número total de atividades desenvolvidas pelo SEPNA diminuíram 38,4%, sendo que a área de intervenção que registou a maior redução foi o "patrulhamento de prevenção de fogos florestais" (-44,4%) seguindo-se as "ações de sensibilização ambiental" (-25,2%).

Figura 10.12 - Autos originados pela prática de ilícitos ambientais

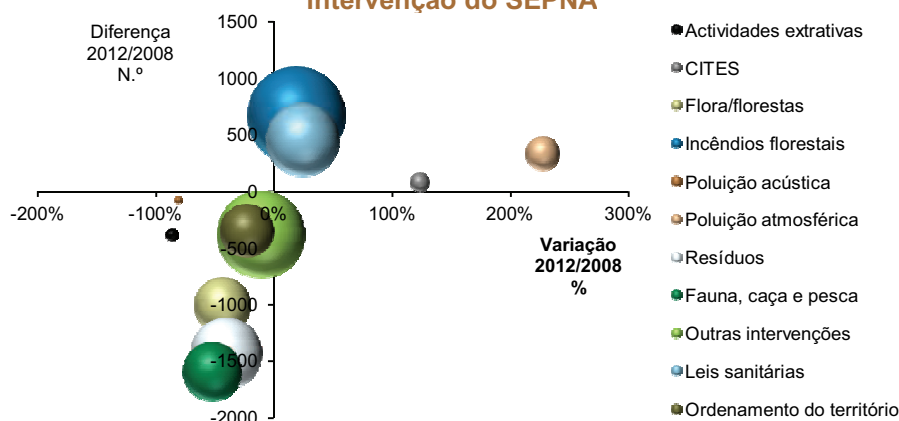
Fonte: INE, I. P.

Em 2012 foram elaborados 14 340 autos de notícia por contraordenação e 2 338 por crime pela prática de ilícitos ambientais.

Comparando os dados de 2012 com 2011, verifica-se que o número de autos de notícia por contraordenação teve um decréscimo de 21,2%, enquanto que o autos por crime aumentaram 50,0%.

A ventilação dos autos pela prática de ilícitos ambientais por área temática de ambiente permite constatar que, entre 2008 e 2012 quase todas as áreas registaram um decréscimo do número

de autos, exceto a "poluição atmosférica", o "CITES", as "leis Sanitárias" e os "incêndios florestais", os quais apresentaram ritmos de crescimento médio anual de 34,6%, 22,3%, 5,6% e 4,5%, respetivamente. Em 2012, a área que teve o maior crescimento face a 2008, a "poluição atmosférica" registou 472 autos pela prática de ilícitos ambientais, mais 328 que em 2008.

Figura 10.13 - Autos pela prática de ilícitos ambientais, por áreas de intervenção do SEPNA

Dimensão dos globos representa o número de autos pela prática de ilícitos ambientais em 2012

Fonte: INE, I. P.



10.4 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 10.1 - Associados das Organizações não governamentais de ambiente por região, segundo o setor institucional

Unidade: N.º

Regiões	Setores institucionais						
	Total	Estado e outros entes públicos	Empresas	Instituições sem fins lucrativos	Particulares	Exterior	Outros
2008							
Portugal	185 641	305	1 246	202	183 779	13	96
Norte	17 849	72	95	17	17 630	3	32
Centro	14 571	46	68	23	14 430	0	4
Lisboa	144 341	175	1 031	148	142 919	10	58
Alentejo	3 229	12	16	12	3 187	0	2
Algarve	2 172	0	22	0	2 150	0	0
Açores e Madeira	3 479	0	14	2	3 463	0	0
2009							
Portugal	189 423	399	2 393	253	186 281	23	74
Norte	13 850	26	222	53	13 546	3	0
Centro	15 496	50	80	25	15 339	0	2
Lisboa	151 371	306	2 045	161	148 769	20	70
Alentejo	3 640	12	16	12	3 598	0	2
Algarve	2 255	4	21	0	2 230	0	0
Açores e Madeira	2 811	1	9	2	2 799	0	0
2010							
Portugal	214 604	429	3 063	305	210 671	26	110
Norte	16 661	84	264	61	16 240	3	9
Centro	15 792	46	80	26	15 638	0	2
Lisboa	172 961	278	2 576	182	169 835	23	67
Alentejo	3 668	12	124	14	3 516	0	2
Algarve	2 568	8	12	15	2 533	0	0
Açores e Madeira	2 954	1	7	7	2 909	0	30
2011							
Portugal	211 993	376	3 031	299	208 039	126	122
Norte	18 276	92	776	66	17 308	3	31
Centro	16 396	24	79	24	16 269	0	0
Lisboa	167 858	223	2 130	177	165 146	123	59
Alentejo	3 662	16	26	15	3 583	0	22
Algarve	2 700	10	13	10	2 667	0	0
Açores e Madeira	3 101	11	7	7	3 066	0	10
2012							
Portugal	211 765	402	2 822	504	207 122	826	89
Norte	18 883	116	954	69	17 737	3	4
Centro	16 890	28	100	29	15 978	755	0
Lisboa	166 560	222	1 709	374	164 132	68	55
Alentejo	3 268	15	29	15	3 189	0	20
Algarve	2 938	10	18	12	2 898	0	0
Açores e Madeira	3 226	11	12	5	3 188	0	10

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 10.2 - Atividades das Organizações não governamentais de ambiente por tipo, segundo a região

Unidade: N.º

Atividades	Regiões						
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores e Madeira
2008							
Total	14 090	5 131	1 023	6 830	678	101	326
Publicações, est. técnicos e pareceres	1 169	444	85	511	69	28	31
Ações junto dos <i>media</i>	655	285	84	120	72	23	71
Ações de formação	300	21	45	150	46	1	38
Educação ambiental/ateliers/oficinas	7 020	1481	363	4704	425	23	25
Congressos, seminários	482	176	63	210	17	7	9
Ecoturismo/passeios de natureza	1 024	155	145	565	40	19	100
Outras atividades	3 440	2569	237	570	9	1	53
2009							
Total	12 972	1 044	993	9 602	506	442	385
Publicações, est. técnicos e pareceres	911	23	75	687	65	14	47
Ações junto dos <i>media</i>	867	132	152	461	25	21	76
Ações de formação	341	124	28	135	45	9	0
Educação ambiental/ateliers/oficinas	7 149	518	420	5745	241	158	67
Congressos, seminários	205	14	31	113	12	13	22
Ecoturismo/passeios de natureza	1 282	195	183	686	49	53	116
Outras atividades	2 216	38	104	1774	69	174	57
2010							
Total	11 401	1 337	635	7 911	560	448	510
Publicações, est. técnicos e pareceres	984	93	72	640	90	19	70
Ações junto dos <i>media</i>	814	127	93	480	36	14	64
Ações de formação	477	99	21	209	114	6	28
Educação ambiental/ateliers/oficinas	5 575	714	191	4 239	214	160	57
Congressos, seminários	260	46	21	142	13	9	29
Ecoturismo/passeios de natureza	1 443	201	130	812	65	61	174
Outras atividades	1 848	57	107	1 389	28	179	88
2011							
Total	39 560	4 403	31 580	2 514	293	342	428
Publicações, est. técnicos e pareceres	3 845	3 147	203	373	32	16	74
Ações junto dos <i>media</i>	481	132	64	175	59	26	25
Ações de formação	332	51	35	175	22	15	34
Educação ambiental/ateliers/oficinas	1 183	379	186	330	97	152	39
Congressos, seminários	391	205	24	117	15	12	18
Ecoturismo/passeios de natureza	1 112	109	110	606	48	62	177
Outras atividades	32 216	380	30 958	738	20	59	61
2012							
Total	41 752	4 157	31 802	4 225	290	742	536
Publicações, est. técnicos e pareceres	4 017	3 261	43	458	161	22	72
Ações junto dos <i>media</i>	885	110	91	590	26	21	47
Ações de formação	233	20	36	142	11	7	17
Educação ambiental/ateliers/oficinas	1 726	210	187	735	38	468	88
Congressos, seminários	218	51	30	95	6	16	20
Ecoturismo/passeios de natureza	1 343	131	213	694	25	83	197
Outras atividades	33 330	374	31 202	1 511	23	125	95

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 10.3 - Investimentos, gastos e rendimentos das Organizações não governamentais de ambiente por rubrica contabilística, segundo a região

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Regiões						
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores e Madeira
2008							
Investimentos	684	85	260	184	142	7	6
Gastos	18 152	2 175	2 940	8 312	3 237	486	1 003
CMVMC	1 917	17	13	1 190	77	0	619
Fornecimentos e serviços externos	9 717	1 298	2 005	4 043	1 990	139	241
Impostos	34	4	11	16	1	1	e
Gastos com o pessoal	4 877	645	803	2 233	920	135	140
Gastos e perdas de financiamento	160	20	29	80	27	3	e
Outros gastos não especificados	1 447	191	77	750	221	207	2
Rendimentos	19 084	2 429	2 920	8 785	3 600	449	901
Vendas	1 914	32	32	1 622	21	0	206
Prestações de serviços	5 547	1 188	949	3 043	350	1	16
Subsídios à exploração	8 103	631	1 723	2 532	2 493	137	587
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	3 428	556	206	1 545	722	310	88
Outros rendimentos não especificados	92	22	10	43	13	0	4
2009							
Investimentos	900	36	131	509	176	1	47
Gastos	20 856	1 663	2 043	11 135	4 715	297	1 002
CMVMC	1 506	12	10	1 435	1	e	48
Fornecimentos e serviços externos	10 546	1 197	1 012	5 723	2 188	118	308
Impostos	47	12	7	15	13	1	e
Gastos com o pessoal	7 039	357	854	3 105	1 958	141	625
Gastos e perdas de financiamento	300	7	28	106	153	4	2
Outros gastos não especificados	1 417	79	132	751	403	34	18
Rendimentos	20 218	1 849	2 302	11 790	2 850	405	1 021
Vendas	1 857	22	17	1 736	27	2	53
Prestações de serviços	6 198	362	489	4 764	408	0	175
Subsídios à exploração	8 913	1 380	1 533	3 040	1 937	255	768
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	3 170	82	257	2 191	467	148	25
Outros rendimentos não especificados	80	2	7	59	11	e	e
2010							
Investimentos	1 819	197	324	1 125	95	47	31
Gastos	22 901	2 460	1 966	12 781	5 004	278	412
CMVMC	1 467	12	e	1 437	1	0	16
Fornecimentos e serviços externos	11 507	1 001	773	7 023	2 521	122	67
Impostos	46	4	1	39	e	1	e
Gastos com o pessoal	8 172	1 313	1 061	3 323	2 056	147	272
Gastos e perdas de financiamento	119	8	16	51	41	3	e
Outros gastos não especificados	1 591	121	115	909	384	5	57
Rendimentos	23 797	3 033	2 000	13 208	4 801	283	473
Vendas	1 815	47	9	1 739	6	0	13
Prestações de serviços	7 099	507	833	5 163	519	26	51
Subsídios à exploração	11 099	2 103	879	4 023	3 562	176	356
Trabalhos para a própria entidade	331	249	79	2	0	0	1
Outros rendimentos e ganhos	3 136	104	97	2 097	707	80	51
Outros rendimentos não especificados	317	22	102	184	8	1	1
2011							
Investimentos	4 609	264	259	3 709	286	51	41
Gastos	24 490	3 923	3 408	11 155	5 450	370	184
CMVMC	1 580	32	7	1 526	5	0	10
Fornecimentos e serviços externos	11 357	1 569	2 080	4 525	3 017	114	53
Impostos	44	14	6	16	7	1	e
Gastos com o pessoal	8 617	2 030	949	3 285	2 056	246	52
Gastos e perdas de financiamento	166	9	12	44	94	6	e
Outros gastos não especificados	2 726	270	355	1 760	271	3	68
Rendimentos	26 391	4 069	3 507	12 502	5 703	422	188
Vendas	2 417	59	9	2 296	11	0	43
Prestações de serviços	6 780	1 027	1 042	4 088	597	19	7
Subsídios à exploração	13 463	2 694	1 898	4 162	4 236	375	99
Trabalhos para a própria entidade	16	0	16	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	3 404	165	516	1 881	808	27	8
Outros rendimentos não especificados	310	124	27	75	52	1	30
2012							
Investimentos	3 533	303	299	1 419	1 489	5	17
Gastos	22 559	3 661	2 927	9 812	5 534	390	235
CMVMC	1 633	115	50	1 252	189	0	27
Fornecimentos e serviços externos	11 100	1 418	2 046	3 695	3 706	155	82
Impostos	74	25	3	29	16	1	0
Gastos com o pessoal	7 549	1 994	732	3 090	1 414	221	98
Gastos e perdas de financiamento	86	19	6	21	20	8	13
Outros gastos não especificados	2 117	90	90	1 725	190	6	15
Rendimentos	26 761	3 856	2 923	11 237	8 128	379	238
Vendas	2 579	164	76	1 971	330	0	38
Prestações de serviços	5 901	966	925	3 097	806	96	11
Subsídios à exploração	13 561	2 395	1 420	4 526	4 820	261	140
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	2 909	208	478	1 504	691	16	13
Outros rendimentos não especificados	1 810	123	25	139	1 481	7	36

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 10.4 - Serviços prestados pelos corpos de bombeiros por NUTS II, segundo o tipo

Unidade: N.º

Unidade: N.º

NUTS II	Tipo de serviço									
	Total	Incêndios		Meios de transporte	Infraestruturas e vias de comunicação	Pré-hospitalar	Conflitos legais	Tecnológicas e industriais	Proteção civil	Outros serviços
		Povoamentos florestais	Outros incêndios							
2011										
Portugal	1 108 877	10 619	50 552	35 790	20 101	727 076	19 937	2 693	94 237	147 872
Norte	337 522	5 697	22 491	12 519	4 669	228 960	6 360	462	19 554	36 810
Centro	266 628	2 959	10 877	9 010	4 374	169 431	4 023	287	30 426	35 241
Lisboa	248 475	165	10 518	8 285	8 524	168 321	5 781	1 562	20 956	24 363
Alentejo	100 098	356	3 763	3 143	1 571	69 405	1 872	188	9 024	10 776
Algarve	46 733	546	1 785	1 427	628	24 725	1 528	122	6 769	9 203
Açores	69 786	154	327	781	145	38 662	70	38	6 440	23 169
Madeira	39 635	742	791	625	190	27 572	303	34	1 068	8 310
2012										
Portugal	1 114 956	9 708	47 176	32 534	13 672	775 373	19 134	2 738	67 063	147 558
Norte	329 620	4 146	17 714	11 156	3 484	237 295	6 218	343	15 933	33 331
Centro	271 989	3 344	11 687	8 248	2 966	181 731	3 931	267	23 987	35 828
Lisboa	247 704	136	9 387	7 579	5 018	178 165	5 397	1 880	10 736	29 406
Alentejo	116 097	506	4 454	2 571	1 115	75 388	1 861	87	6 691	23 424
Algarve	49 365	346	2 053	1 479	618	29 097	1 313	113	5 328	9 018
Açores	66 321	159	387	956	57	48 537	45	14	4 019	12 147
Madeira	33 860	1 071	1 494	545	414	25 160	369	34	369	4 404

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 10.5 - Investimentos, gastos e rendimentos das Entidades detentoras de corpos de bombeiros por rubrica contabilística, segundo as NUTS II

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	NUTS II							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
2011								
Investimentos	26 312	9 467	5 979	4 143	2 406	861	2 055	1 402
Gastos	319 707	82 489	71 926	84 549	37 508	19 572	9 904	13 759
CMVMC	10 633	2 195	950	1 995	702	4 594	39	157
Fornecimentos e serviços externos	88 878	27 024	25 993	16 171	12 829	3 189	2 239	1 433
Gastos com o pessoal	206 981	50 227	42 611	64 092	21 616	11 376	5 936	11 123
Gastos e perdas de financiamento	2 857	431	421	473	465	95	541	431
Outros gastos e perdas	10 358	2 612	1 950	1 818	1 896	319	1 149	615
Rendimentos	285 536	80 312	72 998	60 955	41 134	16 285	9 218	4 633
Vendas	721	115	228	104	33	216	25	1
Prestações de serviços	126 425	36 238	29 748	28 159	19 758	8 229	3 086	1 207
Trabalhos para a própria entidade	212	5	166	0	39	0	2	0
Subsídios, doações e legados à exploração	122 784	34 223	34 710	23 960	15 708	6 528	4 498	3 158
Outros rendimentos e ganhos	31 658	8 158	7 473	7 968	5 020	1 282	1 512	245
Outros rendimentos	3 735	1 573	675	764	576	29	96	22
2012								
Investimentos	14 998	3 013	6 582	1 528	1 618	319	1 608	330
Gastos	317 299	82 920	76 393	78 461	33 227	18 985	9 142	18 173
CMVMC	8 155	1 450	723	1 298	317	4 248	35	83
Fornecimentos e serviços externos	88 838	28 114	27 550	15 945	11 309	2 900	1 733	1 287
Gastos com o pessoal	197 216	47 939	42 000	57 639	19 387	10 882	5 802	13 568
Gastos e perdas de financiamento	5 323	709	583	455	566	112	14	2 885
Outros gastos e perdas	17 767	4 708	5 538	3 124	1 648	842	1 557	350
Rendimentos	274 468	79 300	76 204	55 332	34 172	15 490	9 076	4 895
Vendas	1 594	741	261	198	41	327	26	0
Prestações de serviços	121 858	36 942	31 449	25 041	16 160	7 535	3 676	1 053
Trabalhos para a própria entidade	988	442	45	0	0	0	0	502
Subsídios, doações e legados à exploração	117 766	31 171	35 267	23 150	14 766	6 421	3 942	3 049
Outros rendimentos e ganhos	29 807	9 089	8 505	6 821	2 515	1 201	1 390	285
Outros rendimentos	2 455	914	678	122	689	5	42	6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 10.6 - Atividades do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente

Unidade: N.º

Designação da actividade	Ano	NUTS I			
		Portugal	Continente	Açores	Madeira
Ações de sensibilização ambiental	2008	1 157	1 144	8	5
	2009	602	585	13	4
	2010	695	660	29	6
	2011	751	698	43	10
	2012	1 449	1 399	47	3
Autos pela prática de ilícitos ambientais	2008	20 410	20 061	206	143
	2009	17 548	17 267	229	52
	2010	18 907	18 320	561	26
	2011	19 755	19 239	489	27
	2012	19 182	18 304	829	49
Patrulhamentos de prevenção de fogos florestais	2008	122 668	122 668	8	x
	2009	99 702	99 702	18	x
	2010	33 481	33 481	19	x
	2011	45 212	45 212	0	0
	2012	x	68 230	x	x

Fonte: Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente

Quadro 10.7 - Número de autos pela prática de ilícitos ambientais

Unidade: N.º

Áreas de intervenção	Portugal									
	2008		2009		2010		2011		2012	
	Crimes	Contra ordenações	Crimes	Contra ordenações	Crimes	Contra ordenações	Crimes	Contra ordenações	Crimes	Contra ordenações
Total	1 079	19 331	1 708	15 840	1 353	17 554	1 559	18 196	2 338	14 340
Atividades extrativas	1	454	1	104	0	88	1	74	2	64
CITES	2	61	1	47	2	226	5	141	1	140
Fauna, caça e pesca	220	2 874	295	1 770	310	1 847	324	1 612	284	1 211
Flora/florestas	20	2 329	27	2 198	30	2 019	27	1 265	21	1 318
Incêndios florestais	728	2 707	1 287	2 267	916	2 490	1 090	2 981	1 887	2 216
Leis sanitárias	13	1 848	6	2 030	9	2 903	4	3 506	10	2 306
Litoral	0	413	0	328	0	328	0	281	0	0
Ordenamento do território	1	1 613	2	1 545	3	1 353	3	1 648	2	1 254
Património histórico	0	7	1	3	0	7	0	3	0	2
Poluição acústica	2	101	0	65	0	41	0	42	0	20
Poluição atmosférica	1	143	0	434	0	566	0	576	2	470
Águas continentais	13	1 155	9	969	5	1 016	0	1 157	3	860
Resíduos	1	3 611	0	2 177	0	2 349	0	2 603	2	2 176
Turismo e desportos	1	512	0	533	0	833	0	661	0	511
Outras intervenções	76	1 503	79	1 370	78	1 488	105	1 646	124	1 792

Fonte: Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente





**Emprego
ambiental**

11 - EMPREGO AMBIENTAL

● Neste capítulo é analisado o emprego ambiental das seguintes entidades:

- Empresas com atividade de gestão e proteção do ambiente;
- Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente;
- Organizações não-governamentais de ambiente;
- Entidades detentoras de Corpos de bombeiros;
- Outras entidades.

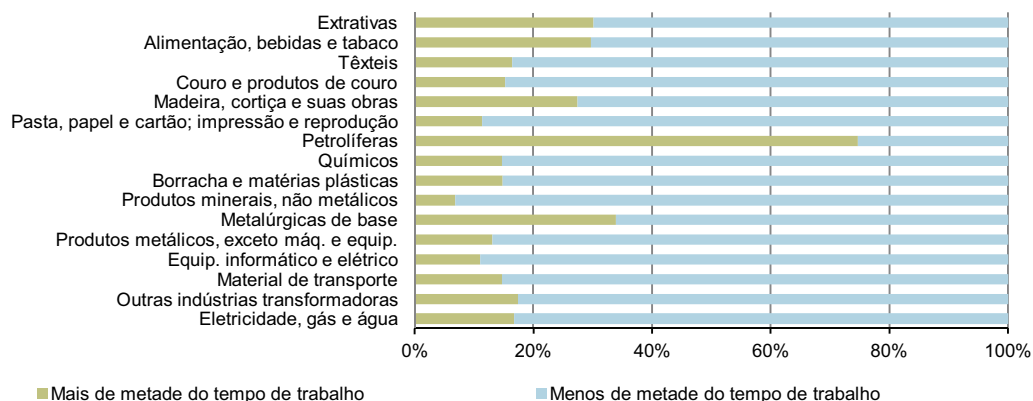
Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Número de pessoas ao serviço nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente		Estado 	Em 2012, o número de pessoas ao serviço das entidades produtoras de bens e serviços de ambiente decresceu 17,5%, correspondendo a um efetivo de 35 927 pessoas.
Número de pessoas ao serviço nas ONGA		Estado 	Em 2012, o número de pessoas ao serviço das ONGA aumentou 3,4%, e deveu-se essencialmente aos colaboradores do sexo feminino (+8,8%), ascendendo a 1 960 indivíduos.
Número de bombeiros dos quadros de comando e ativo		Estado 	Em 2012, o número de bombeiros dos quadros de comando e ativo aumentou 3,7%, tendência já verificada em 2011 (+1%), fixando-se o quadro de pessoal em 31 646 indivíduos.



11.1 - EMPRESAS COM ATIVIDADES DE GESTÃO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

As organizações têm de cumprir uma série de requisitos ambientais para combater a poluição gerada, pelo que o emprego nesta área assume cada vez maior importância.

Figura 11.1 - Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por setor de atividade e regime de afetação (2012)



Fonte: INE, I. P.

Em 2012, as empresas dos setores em análise empregavam no seu conjunto 11 147 indivíduos dedicados a atividades de proteção ambiental, dos quais 15,4% ocupavam mais de metade do tempo de trabalho em atividades relacionadas com o ambiente. Comparativamente a 2011, o número de pessoas que ocupavam mais de metade do tempo de trabalho em atividades ligadas ao ambiente diminuiu 1 p.p., (- 1 726 indivíduos). A nível setorial, assinalam-se as “Indústrias petrolíferas” com aproximadamente 3/4 dos trabalhadores com funções ligadas ao ambiente a ocuparem mais de metade do tempo de trabalho em atividades ambientais. Seguem-se as “Indústrias metalúrgicas de base” e as “Indústrias extrativas” com aproximadamente 1/3 de empregados a trabalharem sobretudo em atividades ambientais.

A conversão do tempo de atividade para “[Equivalentes a tempo completo](#)”, individualiza as “Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco” e “Indústrias de pasta, de papel e de cartão; impressão e reprodução” como os setores mais intensivos na utilização de recursos humanos para o desenvolvimento de ações de proteção ambiental, representando 14,2%, para o primeiro setor, e 11,9% para o segundo.

Figura 11.2 - Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por setor de atividade, segundo o regime de afetação

2012				Unidade: N°
Regime de afetação dos recursos humanos	Número médio de pessoas que ocupam			Emprego "equivalente a tempo completo" em atividades de ambiente
	Total	Mais de metade do tempo de trabalho em atividades de ambiente	Menos de metade do tempo de trabalho em atividades de ambiente	
Atividades económicas (CAE-Rev.3)				
Total	11 147	1 726	9 421	2 568
05-09 Extrativas	188	57	132	69
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	790	235	555	364
13-14 Têxteis	574	95	480	124
15 Couro e produtos de couro	113	17	96	29
16 Madeira, cortiça e suas obras	112	31	81	36
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	1 391	158	1 233	306
19 Petrolíferas	79	59	20	59
20-21 Químicos	952	140	812	178
22 Borracha e matérias plásticas	446	66	380	95
23 Produtos minerais, não metálicos	1 614	110	1 505	230
24 Metalúrgicas de base	150	51	99	61
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.	939	123	815	175
26-27 Equip. informático e elétrico	710	78	632	118
29-30 Material de transporte	874	129	745	152
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras	1 062	185	878	292
35-36 Eletricidade, gás e água	1 153	193	960	279

Fonte: INE, I. P.



11.2 - ENTIDADES PRODUTORAS DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE

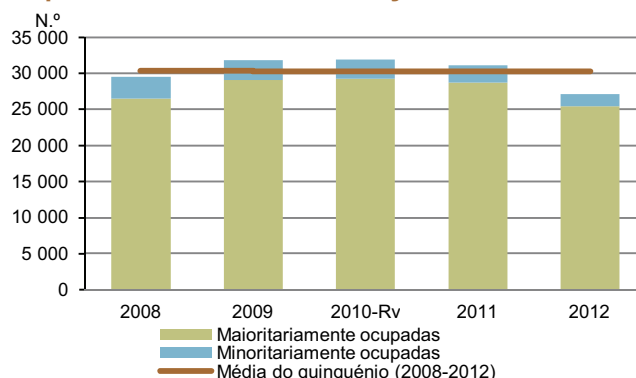
Em 2012, o número de pessoas ao serviço nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente decresceu 17,5% (em 2011 tinha decrescido 2,8%), correspondendo a 35 927 pessoas. Destas, 27 085 pessoas desempenhavam funções específicas na área do ambiente, das quais 93,8% ocupavam a maior parte do seu tempo neste setor de atividade, mais 2 p.p. que no ano anterior.

No quinquénio 2008-2012, o número de pessoas afetadas ao ambiente tem vindo a diminuir desde 2011, com maior incidência nos colaboradores que dedicam apenas parte do seu tempo em atividades relacionadas com o ambiente, com um decréscimo de 30,3%. A perda de perto de metade dos trabalhadores em 5 anos (44,8%) teve como reflexo a diminuição da representatividade destes trabalhadores em 4 p.p., passando dos 10,3% em 2008, para 6,2% em 2012.

O predomínio do sexo masculino (76,9%) mantém-se desde 2008 e nos dois tipos de ocupação, embora os que dedicam apenas parte do seu tempo de trabalho ao ambiente seja inferior em 17 p.p., face aos que ocupam a maior parte do tempo (77,9%).

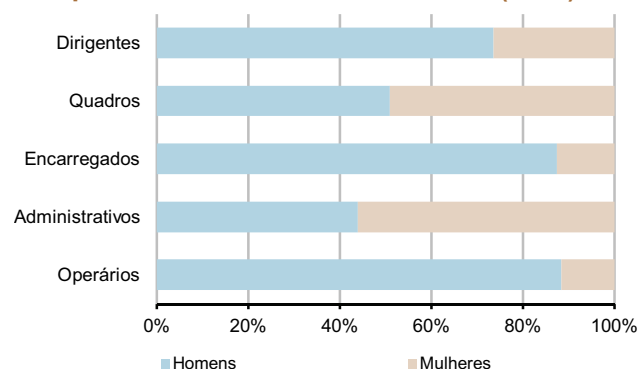
A nível profissional, cerca de 61,5% dos trabalhadores das entidades produtoras de bens e serviços em ambiente eram Operários, aprendizes e praticantes, seguidos por Empregados administrativos, comerciais e de serviços e por Quadros e técnicos médios e superiores com, respetivamente, 14,8% e 11,2% do total dos trabalhadores. Os homens predominam nos níveis constituídos por Operários, aprendizes e praticantes (88,4%), Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa (87,4%) e Dirigentes (77,6%). Nos Empregados administrativos, comerciais e de serviços e nos Quadros e técnicos médios e superiores há um equilíbrio entre homens e mulheres, com ligeira vantagem, no primeiro nível, para o sexo feminino.

Figura 11.3 - Pessoas ao serviço nas Entidades produtoras de bens e serviços em ambiente



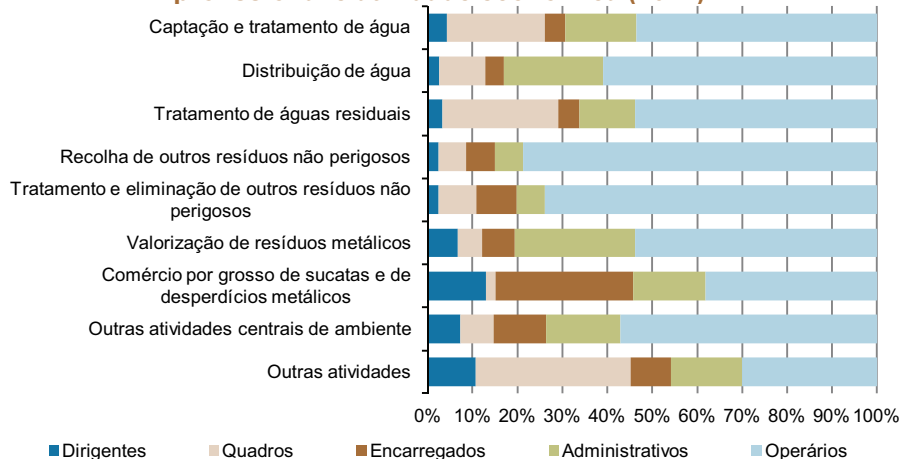
Fonte: INE, I. P.

Figura 11.4 - Pessoal ao serviço, por sexo e nível profissional na área do ambiente (2012)



Fonte: INE, I. P.

Figura 11.5 - Pessoal ao serviço em funções de ambiente por nível profissional e atividade económica (2012)



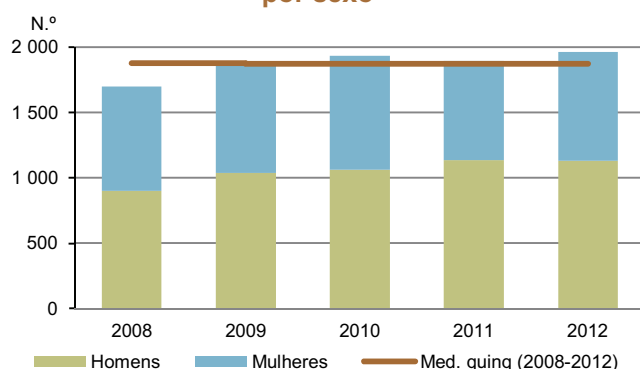
Fonte: INE, I. P.



A repartição dos níveis profissionais por atividade económica revela a predominância dos Operários, aprendizes e praticantes na generalidade dos sectores, nomeadamente na “Recolha e Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos”, com cerca de 6 400 trabalhadores. A “Captação e tratamento de água” e “Tratamento de águas residuais” foram os sectores que apresentaram uma distribuição em que metade do efetivo era constituído por Operários, aprendizes e praticantes e a parte restante repartida por Quadros, Empregados administrativos, comerciais e de serviços, Encarregados e Dirigentes. De referir que no “Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos” os Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa e os Dirigentes representaram, respetivamente 30,5% e 12,9% do total de níveis profissionais do setor. Salienta-se ainda, o facto dos Quadros e técnicos médios e superiores constituírem cerca de 1/4 (25,9%) dos efetivos do “Tratamento de águas residuais” e 1/5 (21,9%) dos trabalhadores da “Captação e tratamento de água”.

11.3 - ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE

Figura 11.6 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente, por sexo



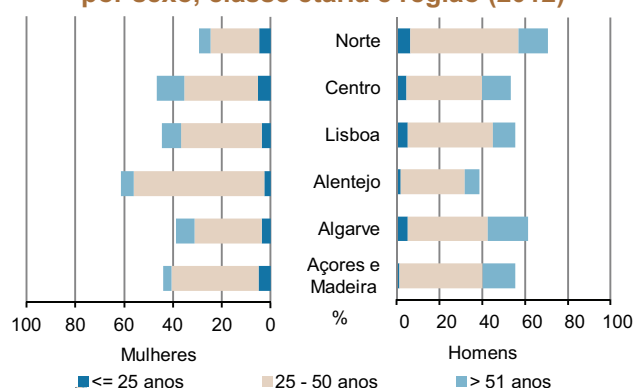
Fonte: INE, I. P.

Em 2012 o número de indivíduos ao serviço das ONGA era 1 960, com predomínio nos homens (57,8% do total do efetivo, 59,9% em 2011). Comparativamente ao ano anterior, o número de pessoas ao serviço das associações de ambiente aumentou 3,4%, e deveu-se essencialmente ao acréscimo do pessoal voluntário (+7,2%).

O perfil do colaborador das associações de ambiente caracteriza-se por ser do sexo masculino, com idade compreendida entre os 25 e os 50 anos, com formação superior (nível bacharelato ou licenciatura), e operando em regime de voluntariado.

Em proporção, os homens que colaboraram nas atividades das associações de ambiente diminuíram 2 p.p. face a 2011. A nível regional, a participação masculina foi maioritária em todas as regiões do país, com exceção do Alentejo (38,6%), e a repartição entre os sexos é muito distinta: enquanto no Centro, em Lisboa, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e no Algarve o rácio homem/mulher varia entre 1,1 e 1,6, no Norte esta relação é mais elevada e atingiu o valor de 2,4, por oposição ao Alentejo que apresenta um rácio de 0,6.

Figura 11.7 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente, por sexo, classe etária e região (2012)



Fonte: INE, I. P.

O escalão etário predominante nas ONGA corresponde à classe dos 25 - 50 anos, seguindo-se a classe de idade superior a 51 anos e por fim os indivíduos com menos de 25 anos. Esta distribuição é comum aos dois sexos. A nível regional, a participação masculina ocupava maioritariamente o escalão dos 25 - 50 anos em todas as regiões do país. A participação feminina nas atividades desenvolvidas pelas associações estava igualmente concentrada em todas as regiões do país, na classe etária dos 25 - 50 anos com realce para o Alentejo, onde 53,5% das pessoas ao serviço neste nível etário eram mulheres.



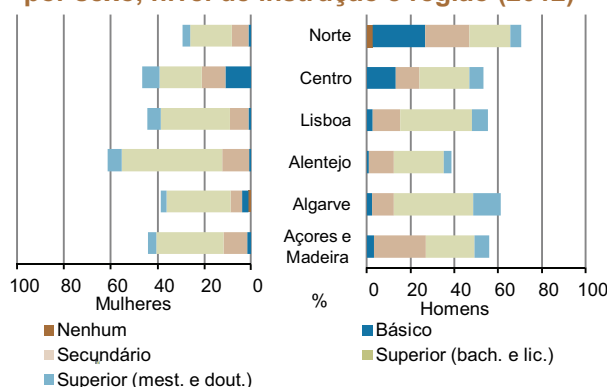
Mais de metade (52,6%) dos indivíduos que colaboraram com as ONGA concluiu o [ensino superior](#) (bacharelato e licenciatura), seguindo-se os indivíduos com o [ensino secundário](#) (22,4%). Os indivíduos do sexo masculino predominaram em todos os níveis de instrução.

Cerca de 3/4 dos indivíduos (74,6%) que colaboraram nas ONGA fizeram-no em regime de voluntariado, dos quais 75,6% prestaram o serviço em tempo parcial. A nível regional, 89,8% dos indivíduos da Região Autónoma dos Açores e da Madeira e 87,5% dos do Algarve ocuparam as atividades nestas organizações em tempo parcial, por oposição ao Alentejo, onde este tipo de prestação se situou nos 48,2%.

Em 2012, as pessoas remuneradas ao serviço das ONGA diminuíram 6,4% face ao ano transato, fixando-se nos 497 indivíduos. Esta redução já observada em 2011 (-6,7%), ocorreu essencialmente nos indivíduos do sexo masculino que registaram um decréscimo de 10,9%, ao passo que nas mulheres a diminuição foi menos acentuada (-1,2%).

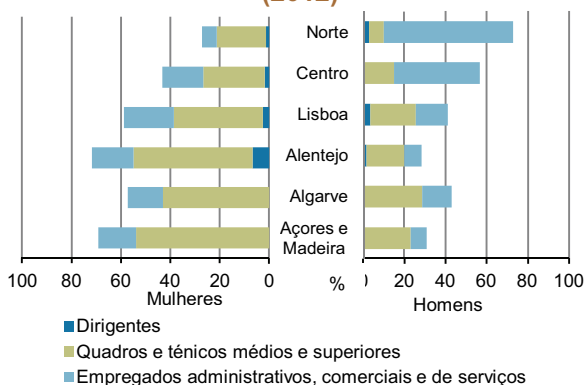
No que se refere às categorias funcionais, cerca de metade (48,5%) dos colaboradores eram [quadros e técnicos médios](#) e [superiores](#), 46,7% empregados administrativos, comerciais e de serviços e os restantes eram dirigentes. Os quadros e técnicos médios e superiores do sexo feminino predominaram em todas as regiões do país; no que se refere aos empregados administrativos, comerciais e de serviços, a região do Norte detinha 62,9% do efetivo masculino nesta categoria, seguido pelo Centro com 41,6%. Salienta-se ainda que a maioria dos dirigentes remunerados das regiões do Alentejo e do Centro eram mulheres, sendo que nesta última região, não existiam dirigentes masculinos.

Figura 11.8 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente por sexo, nível de instrução e região (2012)



Fonte: INE, I. P.

Figura 11.9 - Pessoas remuneradas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente por sexo, nível profissional e região (2012)



Fonte: INE, I. P.

11.4 - ENTIDADES DETENTORAS DE CORPOS DE BOMBEIROS

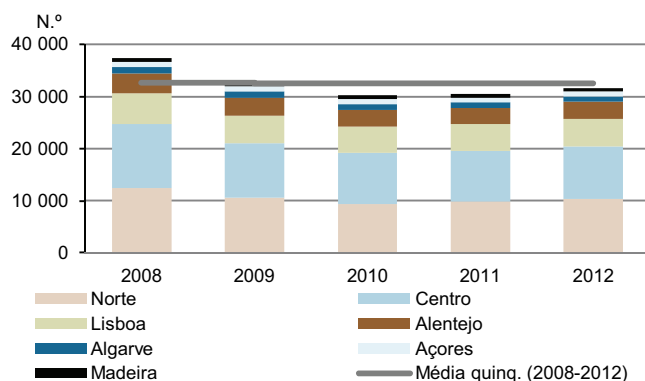
Em 2012, o número de [bombeiros](#) dos [quadros de comando](#) e [ativo](#) aumentou 3,7%, tendência já verificada em 2011 (+1%), fixando-se o quadro de pessoal em 31 646 indivíduos. A nível regional registaram-se acréscimos entre os 3,0% na região de Lisboa e os 4,6% na Região Autónoma dos Açores, enquanto na Região Autónoma da Madeira o pessoal diminuiu 4,6%. No Algarve o efetivo manteve-se estável face ao ano anterior.

A distribuição espacial dos quadros de comando e ativo apresenta elevada assimetria regional. Em 2012, 64,6% do efetivo do País estava localizado nas regiões do Norte e Centro, enquanto no Algarve e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os efetivos não ultrapassavam os 8,5% em cada uma das regiões.

Em 2012, cada entidade detentora de Corpos de bombeiros contou com uma média de 69 elementos. As regiões do Alentejo e da Região Autónoma dos Açores registaram, em média, respetivamente 48 e 53 bombeiros por corporação, em contraste com Lisboa que atingiu 80 efetivos por cada Corpo de bombeiros.



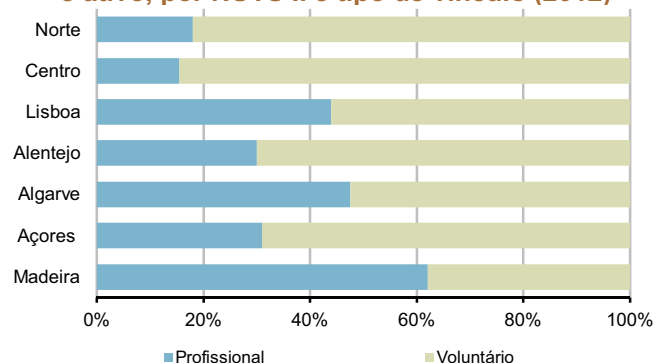
Figura 11.10 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por NUTS II



Fonte: INE, I. P.

máximo na Região Autónoma da Madeira com 90% de homens no total dos bombeiros da região. Com mais número de mulheres mas ainda assim longe da paridade, estava o Alentejo que detinha em 2012 no seu quadro de efetivos cerca de 20,3% de mulheres.

Figura 11.11 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por NUTS II e tipo de vínculo (2012)



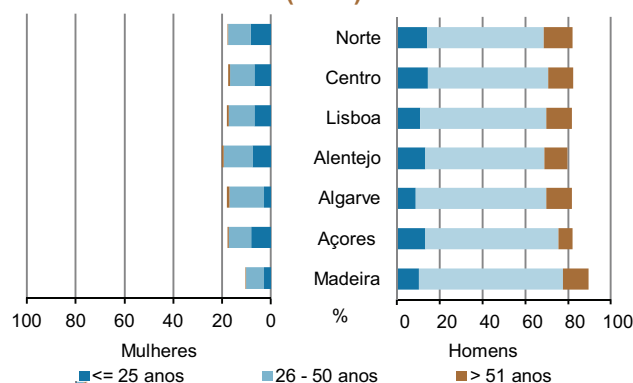
Fonte: INE, I. P.

A participação em regime de voluntariado continuou a ser uma das características destas entidades, que em 2012 abrangeu cerca de 3/4 (74,9%) do total dos efetivos (74,1% em 2011). Mais de 4/5 dos bombeiros das regiões do Norte e do Centro são voluntários, em contraste com a Região Autónoma da Madeira em que 62,1% dos bombeiros exercem a atividade como profissionais. Nas regiões de Lisboa e do Algarve, a partição entre voluntários e não voluntários é equitativa.

A participação do sexo masculino (82,1% em 2012) nas atividades dos Corpos de bombeiros continua a ser preponderante. De facto, esta prevalência verificou-se em todas as regiões, alcançando um

O escalão etário predominante dos bombeiros era, para ambos os sexos, o de 26-50 anos, seguindo-se a classe de idade com menos de 26 anos e por fim os indivíduos de idade superior a 51 anos. No entanto, a participação feminina na classe com menos de 26 anos foi bastante significativa, correspondendo a 40,6%, em contraste com a dos homens do mesmo escalão que não foi além dos 16,0%. Por outro lado, 14,9% dos elementos do sexo masculino pertenciam à classe superior a 51 anos, enquanto nas mulheres, apenas 3,2% faziam parte desta classe. A nível regional, assinala-se para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira uma presença mais significativa do efetivo pertencente ao escalão dos 26-50 anos e nas regiões do Alentejo e Algarve, em que para o mesmo escalão a participação feminina foi mais acentuada.

Figura 11.12 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por sexo, classe etária e NUTS II (2012)



Fonte: INE, I. P.

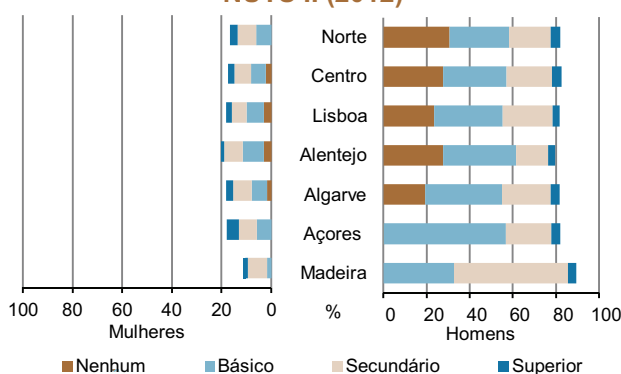
Mais de 65,1% dos bombeiros portugueses concluíram a escolaridade obrigatória (64,4% em 2011) e 6,6% o ensino superior. Os indivíduos masculinos predominaram no ensino básico completo e incompleto com, respetivamente 37,6% e 32,0%, enquanto no sexo feminino, 38,7% das mulheres concluíram o ensino secundário e 35,3% o básico. No que se refere ao ensino superior (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento) 14,6% das mulheres possuíam este grau de ensino, em oposição aos colaboradores masculinos que não foram além dos 4,9%.

O ensino básico incompleto era ainda significativo no efetivo masculino dos Corpos de bombeiros das regiões do Norte, Centro e Alentejo, oscilando entre os 30,7%, para a primeira região e os 27,6% e 27,8% para as outras duas. Em sentido inverso, na Região Autónoma da Madeira apenas havia elementos masculinos com pelo menos o ensino básico. Na Região Autónoma dos Açores mais de metade dos indivíduos completou o ensino básico enquanto na Madeira, 52,8% dos bombeiros concluíram o ensino secundário.



No que se refere às mulheres, a repartição entre o ensino básico e o secundário era equitativa em todas as regiões do País, com exceção da Região Autónoma da Madeira em que a diferença entre os dois níveis de ensino era de 6 p.p.. De realçar ainda que na Região Autónoma dos Açores, 5% dos elementos do sexo feminino concluíram o ensino superior.

Figura 11.13 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por sexo, nível de instrução e NUTS II (2012)



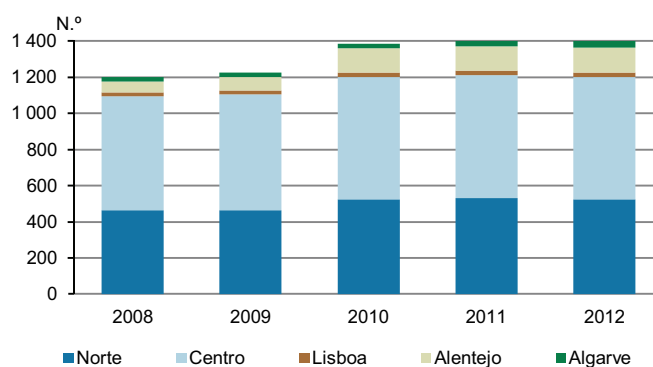
Fonte: INE, I. P.

11.5 - OUTRAS ENTIDADES

Entre 2008 a 2010, o número de pessoas ao serviço como sapadores florestais aumentou a uma taxa de crescimento média anual de 7,4%. A partir de 2011 o número de sapadores florestais apresenta alguma estabilidade, situando-se em 2012 nos 1 410 sapadores, mais 5 elementos face ao ano anterior.

A repartição do efetivo por região coloca o Alentejo em evidência pelo facto de apresentar a maior taxa média anual de crescimento no período em análise (23,6%), seguindo-se o Algarve (15,8%), Lisboa (5,7%), o Norte (3,1%), e o Centro (1,7%).

Figura 11.14 - Pessoas ao serviço como sapadores florestais

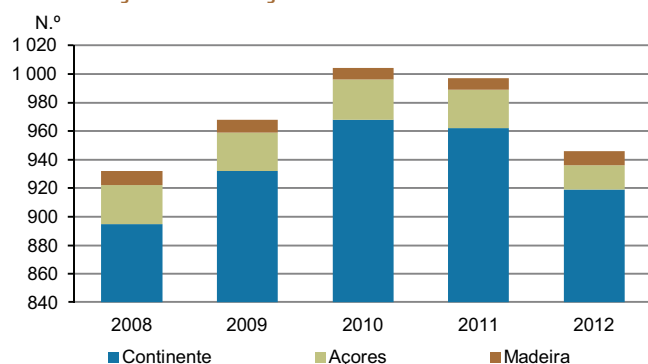


Fonte: INE, I. P.

No período de 2008-2010 o número de elementos (militares e civis) ao Serviço da Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) aumentou a um ritmo médio anual de 3,8%, tendo os efetivos aumentado de 932 para 1 004. A partir de 2011 a trajetória infletiu-se, registando-se uma redução do número de elementos (militares e civis) ao serviço do SEPNA (menos 58 elementos que em 2010).

Relativamente à Região Autónoma dos Açores constata-se que, entre 2008 e 2012 verificou-se uma diminuição do número de elementos (militares e civis) ao serviço do SEPNA (10 efetivos). A Região Autónoma da Madeira manteve o número de elementos (militares e civis) nos 10 efetivos.

Figura 11.15 - Elementos (militares e civis) do Serviço da Proteção da Natureza e Ambiente



Fonte: INE, I. P.



11.6 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 11.1 - Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente por atividade económica, segundo a ocupação em funções na área do ambiente e o sexo

2012

Unidade: N.º

2012

Unidade: N.

Atividades económicas (CAE-Rev.3)	Total *	Com funções na área do ambiente				
		Total	Maioritariamente		Minoritariamente ou ocasionalmente	
			H	M	H	M
Total	35 927	27 085	19 794	5 613	1 026	652
Atividades centrais de ambiente	32 079	25 967	19 141	5 337	873	616
22112 - Reconstrução de pneus	532	291	194	26	61	10
36001 - Captação e tratamento de água	4 380	2 723	1 882	558	148	135
36002 - Distribuição de água	8 789	6 646	4 664	1 527	286	169
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	176	146	102	42	2	0
37002 - Tratamento de águas residuais	1 501	1 396	1 041	248	48	59
38111 - Recolha de resíduos inertes	101	92	61	24	6	1
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	5 087	4 744	3 933	752	39	20
38120 - Recolha de resíduos perigosos	141	82	63	19	0	0
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	25	25	21	4	0	0
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	3 831	3 662	2 911	665	47	39
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	1 339	1 087	787	207	48	45
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	203	166	129	27	9	1
38312 - Desmantelamento de equipamentos elétricos e eletrónicos, em fim de vida	133	102	49	53	0	0
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	10	10	8	2	0	0
38321 - Valorização de resíduos metálicos	1 281	1 088	797	259	21	11
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	1 504	1 142	677	339	84	42
39000 - Descontaminação e atividades similares	34	32	22	6	2	2
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	1 422	1 241	986	205	37	13
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	648	604	362	219	11	12
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	172	148	108	26	7	7
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	770	540	344	129	17	50
Outras atividades	3 848	1 118	653	276	153	36

(*) com resposta e com atividade ambiental.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 11.2 - Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de bens e serviços de ambiente, por atividade económica, segundo o sexo e nível profissional

2012

Unidade: N.º

Atividades Económicas (CAE-Rev.3)	Total *	Com funções na área do ambiente											
		Total	Dirigentes		Quadros		Encarregados		Administrativo		Operários		
			H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Total	35 927	27 085	887	318	1 549	1 492	1 899	274	1 767	2 254	14 718	1 927	
Atividades centrais de ambiente	32 079	25 967	790	296	1 329	1 326	1 813	260	1 675	2 168	14 407	1 903	
22112 - Reconstrução de pneus	532	291	12	4	7	3	18	0	31	17	187	12	
36001 - Captação e tratamento de água	4 380	2 723	84	30	292	305	107	15	217	216	1 330	127	
36002 - Distribuição de água	8 789	6 646	107	63	312	368	247	29	620	849	3 664	387	
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	176	146	9	4	20	20	6	0	21	18	48	0	
37002 - Tratamento de águas residuais	1 501	1 396	34	11	180	181	40	26	113	60	722	29	
38111 - Recolha de resíduos inertes	101	92	5	2	5	3	13	0	5	12	39	8	
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	5 087	4 744	81	33	154	135	274	29	140	163	3 323	412	
38120 - Recolha de resíduos perigosos	141	82	3	1	4	4	5	1	22	12	29	1	
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	25	25	3	1	1	1	2	0	0	2	15	0	
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	3 831	3 662	70	16	164	147	299	27	77	155	2 348	359	
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	1 339	1 087	14	3	43	37	74	7	45	134	659	71	
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	203	166	16	1	6	2	24	3	17	20	75	2	
38312 - Desmantelamento de equipamentos elétricos e eletrónicos, em fim de vida	133	102	4	2	2	3	27	14	1	3	15	31	
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	10	10	1	0	0	0	2	0	1	2	4	0	
38321 - Valorização de resíduos metálicos	1 281	1 088	51	21	27	33	76	3	102	190	562	23	
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	1 504	1 142	72	27	59	55	84	34	88	104	458	161	
39000 - Descontaminação e atividades similares	34	32	2	1	4	0	9	3	2	2	7	2	
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	1 422	1 241	124	36	21	7	340	39	98	103	440	33	
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	648	604	48	21	15	6	76	19	35	60	199	125	
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	172	148	18	6	3	2	51	3	14	12	29	10	
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	770	540	32	13	10	14	39	8	26	34	254	110	
Outras atividades	3 848	1 118	97	22	220	166	86	14	92	86	311	24	

(*) com resposta e com atividade ambiental.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 11.3 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente, por região, segundo o sexo e a classe etária

Unidade: N.º

Regiões	Sexo			Classe etária								
	HM	H	M	< = 25 anos			26 - 50 anos			> = 51 anos		
				HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
2008												
Portugal	1 700	900	800	184	91	93	1 185	602	583	331	207	124
Norte	400	234	166	60	31	29	279	160	119	61	43	18
Centro	450	274	176	63	39	24	279	157	122	108	78	30
Lisboa	611	284	327	48	20	28	435	204	231	128	60	68
Alentejo	134	46	88	5	0	5	111	33	78	18	13	5
Algarve	29	16	13	0	0	0	20	10	10	9	6	3
Açores e Madeira	76	46	30	8	1	7	61	38	23	7	7	0
2009												
Portugal	1 876	1 040	836	201	116	85	1 335	716	619	340	208	132
Norte	275	175	100	43	24	19	169	103	66	63	48	15
Centro	447	277	170	50	27	23	291	178	113	106	72	34
Lisboa	907	473	434	93	58	35	673	346	327	141	69	72
Alentejo	132	52	80	6	4	2	112	39	73	14	9	5
Algarve	33	18	15	0	0	0	26	13	13	7	5	2
Açores e Madeira	82	45	37	9	3	6	64	37	27	9	5	4
2010												
Portugal	1 931	1 061	870	191	106	85	1 398	742	656	342	213	129
Norte	361	251	110	38	23	15	259	182	77	64	46	18
Centro	341	204	137	18	11	7	235	142	93	88	51	37
Lisboa	971	495	476	108	61	47	706	343	363	157	91	66
Alentejo	153	58	95	15	6	9	126	42	84	12	10	2
Algarve	47	25	22	2	1	1	35	16	19	10	8	2
Açores e Madeira	58	28	30	10	4	6	37	17	20	11	7	4
2011												
Portugal	1 896	1 135	761	164	99	65	1 357	798	559	375	238	137
Norte	423	300	123	48	33	15	291	208	83	84	59	25
Centro	279	177	102	24	13	11	180	114	66	75	50	25
Lisboa	954	537	417	86	51	35	704	392	312	164	94	70
Alentejo	127	57	70	3	2	1	100	38	62	24	17	7
Algarve	65	37	28	2	0	2	43	24	19	20	13	7
Açores e Madeira	48	27	21	1	0	1	39	22	17	8	5	3
2012												
Portugal	1 960	1 132	828	178	96	82	1 398	798	600	384	238	146
Norte	438	309	129	49	28	21	308	221	87	81	60	21
Centro	345	184	161	33	15	18	226	122	104	86	47	39
Lisboa	924	513	411	80	46	34	673	368	305	171	99	72
Alentejo	114	44	70	5	2	3	95	34	61	14	8	6
Algarve	80	49	31	7	4	3	52	30	22	21	15	6
Açores e Madeira	59	33	26	4	1	3	44	23	21	0	9	2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 11.4 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente, por região, segundo o sexo e nível de instrução

Unidade: N.º

Regiões	Nível de instrução															Unidade. N.º	
	Total	Nenhum			Básico			Secundário			Superior (bacharelato e licenciatura)			Superior (mestrado e doutoramento)			
		HM	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM		H
2008																	
Portugal	1 700	8	5	3	149	96	53	419	240	179	872	425	447	252	134	118	
Norte	400	5	4	1	54	37	17	81	50	31	211	108	103	49	35	14	
Centro	450	3	1	2	50	41	9	139	91	48	208	106	102	50	35	15	
Lisboa	611	0	0	0	28	10	18	143	71	72	308	151	157	132	52	80	
Alentejo	134	0	0	0	11	5	6	26	11	15	87	28	59	10	2	8	
Algarve	29	0	0	0	2	1	1	3	1	2	19	9	10	5	5	0	
Açores e Madeira	76	0	0	0	4	2	2	27	16	11	39	23	16	6	5	1	
2009																	
Portugal	1 876	4	2	2	151	102	49	433	251	182	1 024	527	497	264	158	106	
Norte	275	1	1	0	56	43	13	52	31	21	143	83	60	23	17	6	
Centro	447	3	1	2	42	35	7	136	93	43	222	117	105	44	31	13	
Lisboa	907	0	0	0	46	21	25	179	91	88	513	271	242	169	90	79	
Alentejo	132	0	0	0	3	1	2	25	14	11	93	32	61	11	5	6	
Algarve	33	0	0	0	2	1	1	5	2	3	20	10	10	6	5	1	
Açores e Madeira	82	0	0	0	2	1	1	36	20	16	33	14	19	11	10	1	
2010																	
Portugal	1 931	4	4	0	210	168	42	371	230	141	1 117	534	583	229	125	104	
Norte	361	4	4	0	110	98	12	69	51	18	149	80	69	29	18	11	
Centro	341	0	0	0	57	44	13	88	55	33	170	87	83	26	18	8	
Lisboa	971	0	0	0	31	19	12	164	97	67	639	314	325	137	65	72	
Alentejo	153	0	0	0	4	1	3	24	13	11	106	35	71	19	9	10	
Algarve	47	0	0	0	2	1	1	10	5	5	26	12	14	9	7	2	
Açores e Madeira	58	0	0	0	6	5	1	16	9	7	27	6	21	9	8	1	
2011																	
Portugal	1 896	8	6	2	194	167	27	432	291	141	1 014	536	478	248	135	113	
Norte	423	6	6	0	110	104	6	116	84	32	156	87	69	35	19	16	
Centro	279	0	0	0	32	26	6	72	53	19	133	74	59	42	24	18	
Lisboa	954	2	0	2	40	32	8	188	119	69	583	310	273	141	76	65	
Alentejo	127	0	0	0	6	2	4	29	17	12	79	34	45	13	4	9	
Algarve	65	0	0	0	3	1	2	10	7	3	41	21	20	11	8	3	
Açores e Madeira	48	0	0	0	3	2	1	17	11	6	22	10	12	6	4	2	
2012																	
Portugal	1 960	13	12	1	240	182	58	440	277	163	1 030	530	500	237	131	106	
Norte	438	12	12	0	110	105	5	120	89	31	159	81	78	37	22	15	
Centro	345	0	0	0	84	46	38	72	37	35	141	79	62	48	22	26	
Lisboa	924	0	0	0	37	26	11	190	116	74	574	302	272	123	69	54	
Alentejo	114	0	0	0	2	1	1	26	13	13	75	26	49	11	4	7	
Algarve	80	1	0	1	4	2	2	12	8	4	51	29	22	12	10	2	
Açores e Madeira	59	0	0	0	3	2	1	20	14	6	30	13	17	6	4	2	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 11.5 - Pessoas ao serviço nas Organizações não governamentais de ambiente, por região, segundo o sexo, tipo de prestação e nível profissional

Unidade: N.º

Regiões	Tipo de prestação												Unidade: N.
	Total	Pessoas remuneradas						Pessoas não remuneradas					
		Total	Dirigentes		Quadros e técnicos médios e superiores		Empregados adm., comerciais e de serviços		Total	Dirigentes		Outros colaboradores	
			H	M	H	M	H	M		H	M	H	M
2008													
Portugal	1 700	399	11	12	73	153	58	92	1 301	452	226	306	317
Norte	400	45	1	1	12	21	2	8	355	160	72	59	64
Centro	450	89	0	1	14	15	35	24	361	98	46	127	90
Lisboa	611	149	6	5	29	64	11	34	462	135	81	103	143
Alentejo	134	91	4	5	9	46	8	19	43	18	12	7	6
Algarve	29	9	0	0	4	4	0	1	20	10	6	2	2
Açores e Madeira	76	16	0	0	5	3	2	6	60	31	9	8	12
2009													
Portugal	1 876	450	12	14	91	164	76	93	1 426	503	244	358	321
Norte	275	29	4	1	4	10	4	6	246	105	36	58	47
Centro	447	94	0	2	19	7	44	22	353	118	47	96	92
Lisboa	907	206	7	8	46	87	14	44	701	216	128	190	167
Alentejo	132	70	1	3	10	44	5	7	62	30	19	6	7
Algarve	33	12	0	0	4	6	0	2	21	12	5	2	2
Açores e Madeira	82	39	0	0	8	10	9	12	43	22	9	6	6
2010													
Portugal	1 931	569	17	13	91	206	148	94	1 362	499	294	306	263
Norte	361	129	5	1	10	26	76	11	232	100	31	60	41
Centro	341	104	0	2	12	15	52	23	237	109	59	31	38
Lisboa	971	230	8	6	49	103	17	47	741	230	164	191	156
Alentejo	153	76	2	3	14	47	2	8	77	30	26	10	11
Algarve	47	11	0	0	3	6	0	2	36	16	5	6	9
Açores e Madeira	58	19	2	1	3	9	1	3	39	14	9	8	8
2011													
Portugal	1 896	531	14	14	95	163	175	70	1 365	526	267	325	247
Norte	423	150	6	2	17	23	92	10	273	110	28	75	60
Centro	279	81	0	2	13	19	41	6	198	98	50	25	25
Lisboa	954	219	7	6	47	84	37	38	735	242	147	204	142
Alentejo	127	64	1	4	14	29	5	11	63	31	21	6	5
Algarve	65	13	0	0	4	7	0	2	52	21	12	12	7
Açores e Madeira	48	4	0	0	0	1	0	3	44	24	9	3	8
2012													
Portugal	1 960	497	12	12	82	159	159	73	1 463	533	292	346	292
Norte	438	151	4	2	11	30	95	9	287	117	31	82	57
Centro	345	60	0	1	9	15	25	10	285	109	67	41	68
Lisboa	924	199	7	5	44	72	31	40	725	232	151	199	143
Alentejo	114	60	1	4	11	29	5	10	54	22	22	5	5
Algarve	80	14	0	0	4	6	2	2	66	28	11	15	12
Açores e Madeira	59	13	0	0	3	7	1	2	46	25	10	4	7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 11.6 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo por NUTS II

Unidade: N.º

NUTS II	2008	2009	2010	2011	2012
Portugal	37 435	32 811	30 298	30 530	31 646
Norte	12 417	10 562	9 431	9 941	10 358
Centro	12 342	10 513	9 744	9 671	10 096
Lisboa	5 883	5 233	5 036	5 105	5 257
Alentejo	3 800	3 521	3 231	3 152	3 271
Algarve	1 269	1 174	1 080	1 071	1 067
Açores	970	995	959	866	906
Madeira	754	813	817	724	691

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 11.7 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por NUTS II, segundo o sexo e a classe etária

Unidade: N.º

NUTS II	Sexo			Classe etária								
	HM	H	M	< = 25 anos			26 - 50 anos			> = 51 anos		
				HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
2011												
Portugal	30 530	25 313	5 217	5 468	3 571	1 897	21 017	17 883	3 134	4 045	3 859	186
Norte	9 941	8 221	1 720	1 982	1 247	735	6 503	5 560	943	1 456	1 414	42
Centro	9 671	8 050	1 621	1 807	1 224	583	6 599	5 618	981	1 265	1 208	57
Lisboa	5 105	4 244	861	816	524	292	3 618	3 093	525	671	627	44
Alentejo	3 152	2 529	623	576	375	201	2 183	1 788	395	393	366	27
Algarve	1 071	876	195	125	87	38	812	668	144	134	121	13
Açores	866	739	127	87	56	31	740	646	94	39	37	2
Madeira	724	654	70	75	58	17	562	510	52	87	86	1
2012												
Portugal	31 646	25 969	5 677	6 470	4 162	2 308	21 138	17 949	3 189	4 038	3 858	180
Norte	10 358	8 493	1 865	2 322	1 452	870	6 596	5 642	954	1 440	1 399	41
Centro	10 096	8 330	1 766	2 142	1 440	702	6 697	5 687	1 010	1 257	1 203	54
Lisboa	5 257	4 304	953	924	563	361	3 656	3 106	550	677	635	42
Alentejo	3 271	2 607	664	673	426	247	2 221	1 828	393	377	353	24
Algarve	1 067	873	194	123	91	32	804	655	149	140	127	13
Açores	906	743	163	195	120	75	648	565	83	63	58	5
Madeira	691	619	72	91	70	21	516	466	50	84	83	1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 11.8 - Bombeiros dos quadros de comando e ativo, por NUTS II, segundo o sexo e o nível de instrução

Unidade: N.º

NUTS II	Nível de instrução												Unidade: N.	
	Total	Nenhum			Básico			Secundário			Superior			
	HM	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	
2011														
Portugal	30 530	8 933	8 337	596	11 283	9 439	1 844	8 379	6 364	2 015	1 935	1 173	762	
Norte	9 941	3 281	3 153	128	3 346	2 752	594	2 610	1 897	713	704	419	285	
Centro	9 671	3 011	2 796	215	3 312	2 774	538	2 718	2 098	620	630	382	248	
Lisboa	5 105	1 417	1 267	150	2 083	1 762	321	1 338	1 050	288	267	165	102	
Alentejo	3 152	1 007	918	89	1 321	1 058	263	676	454	222	148	99	49	
Algarve	1 071	216	202	14	492	415	77	296	219	77	67	40	27	
Açores	866	1	1	0	471	430	41	314	271	43	80	37	43	
Madeira	724	0	0	0	258	248	10	427	375	52	39	31	8	
2012														
Portugal	31 646	8 964	8 317	647	11 757	9 752	2 005	8 835	6 638	2 197	2 090	1 262	828	
Norte	10 358	3 326	3 179	147	3 490	2 860	630	2 787	2 009	778	755	445	310	
Centro	10 096	3 014	2 784	230	3 594	2 992	602	2 797	2 127	670	691	427	264	
Lisboa	5 257	1 392	1 238	154	2 039	1 671	368	1 527	1 219	308	299	176	123	
Alentejo	3 271	1 006	908	98	1 384	1 108	276	730	487	243	151	104	47	
Algarve	1 067	225	207	18	447	381	66	319	240	79	76	45	31	
Açores	906	1	1	0	565	513	52	256	191	65	84	38	46	
Madeira	691	0	0	0	238	227	11	419	365	54	34	27	7	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 11.9 - Pessoas ao serviço como sapadores florestais e equipas, por região

Unidade: N.º

Ano	Pessoas ao serviço					
	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
2007	1 020	370	565	20	45	20
2008	1 200	465	630	20	60	25
2009	1 225	465	640	20	75	25
2010	1 385	525	675	25	135	25
2011	1 405	530	680	25	135	35

Fonte: Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente

Quadro 11.10 - Elementos (militares e civis) do Serviço da Proteção da Natureza e Ambiente, por NUTS I

Unidade: N.º

Ano	NUTS I			
	Portugal	Continente	Açores	Madeira
2008	932	895	27	10
2009	968	932	27	9
2010	1 004	968	28	8
2011	997	962	27	8
2012	946	919	17	10

Fonte: Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente





Síntese económico financeira

12 - SÍNTESE ECONÓMICO FINANCEIRA

- *“Para obter a redistribuição dos recursos económicos que permita atingir o desenvolvimento sustentável, todos os custos sociais e ambientais devem ser integrados nas atividades económicas, para que as externalidades ambientais sejam internalizadas. Isto significa que os custos ambientais e outros, relacionados com a exploração dos recursos naturais de forma sustentável e suportados pelo país fornecedor, devem refletir-se nas atividades económicas. Os instrumentos económicos e fiscais devem encontrar-se entre as medidas utilizadas para atingir este objetivo.”* (conclusões do Conselho Europeu, no Conselho “Ambiente”, de 12 de Dezembro de 1991).
- O projeto “Impostos com relevância ambiental” identifica as receitas obtidas pelas Administrações Públicas através da taxação de produtos e serviços (bases de imposto), que possam ter um impacto negativo no ambiente. Desta forma, consideram-se de relevância ambiental todos os impostos que recaiam sobre aquelas bases de imposto (definição de acordo com a publicação do Eurostat - Environmental taxes - A statistical guide, de 2001).
- A fonte de informação dos dados é o quadro 9 do programa de transmissão do SEC 95 - Regulamento (CE) nº 1392/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de novembro de 2007, que detalha as receitas de impostos e contribuições sociais por tipo de imposto ou contribuição social e subsetor recebedor.
- Uma taxa difere de um imposto no sentido em que as Administrações Públicas usam a receita arrecadada para estabelecer algum tipo de função de regulação (tais como a verificação de competências ou qualificações das entidades envolvidas ou o estabelecimento de sistemas de gestão em diversas áreas que tenham a tendência, no decorrer da sua atividade, para provocar externalidades negativas para a sociedade).
- Para permitir ter um quadro de referência, serão comparados os resultados de 2011 com informação similar a nível europeu, visto que é este o ano mais recente para o qual esta informação está disponível.
- Atendendo à importância dos apoios comunitários em matéria de ambiente, o INE publica um conjunto de quadros com o resumo de eixos e operações financiadas no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013) que foram enquadradas no âmbito de ações orientadas num sentido lato para a proteção do ambiente e que em grande medida incidem na gestão e controlo de poluição.
- Para permitir ter um quadro de referência das despesas das Administrações Públicas em ambiente, são compilados os resultados por domínios de ambiente.



Indicadores	Metas	Estado e Modelo DPSIR	Evolução
Impostos com relevância ambiental		 Resposta	Em 2012, a carga tributária com estes impostos foi 5,03 mil milhões de euros, valor mais baixo para o período compreendido entre 2006 e 2012. Em 2012, o valor observado foi inferior ao registado em 2011, redução que foi mais intensa que a observada para a totalidade da receita de impostos e contribuições sociais.
Despesas em atividades de gestão e proteção do ambiente		 Resposta	Em 2012, a despesa das Administrações Públicas em atividades de proteção ambiental registou um decréscimo de 11,2% face ao ano anterior, fixando-se nos 837 milhões de euros (942 milhões em 2011).



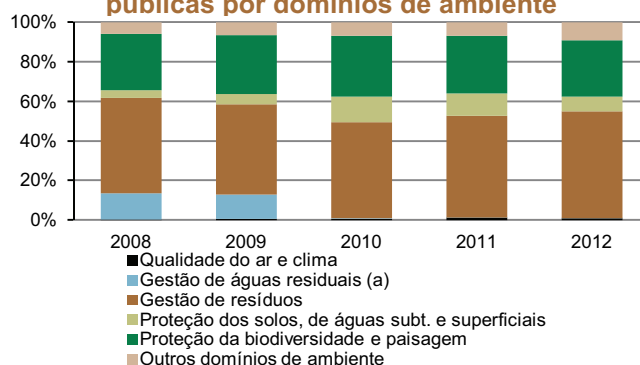
12.1 DESPESAS EM AMBIENTE

Em 2012, a despesa das Administrações Públicas em atividades de proteção ambiental registou um decréscimo de 11,2% face ao ano anterior, fixando-se nos 837 milhões de euros (942 milhões em 2011).

Mais de metade da despesa (53,9%) foi absorvida pelo domínio “Gestão de Resíduos” que rondou em 2012, os 451 milhões de euros (em 2011 esta despesa foi 484 milhões de euros correspondente a 51,3% do total das despesas das Administrações Públicas). A “Proteção da Biodiversidade e Paisagem” ocupou a segunda posição com 28,4% (29,4% em 2011). Comparativamente ao ano anterior, o grupo “Outros domínios de ambiente” constituído por domínios “Proteção contra Ruídos e Vibrações”, “Investigação e Desenvolvimento” e “Outras Atividades de Proteção do Ambiente” aumentou 22,3%, em contraste com os restantes domínios que registaram decréscimos entre 6,8% (Gestão de Resíduos) e 40,0% (Proteção dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais).

Desde 2010 a despesa das Administrações Públicas em ambiente em percentagem do PIB tem decrescido de forma continuada, fixando-se, em 2012, nos 0,51% do PIB (0,58% em 2010) e com uma taxa e variação média anual de -6.3%. A despesa na Indústria, constituída por empresas cuja atividade económica se inclui nas divisões 5 a 36 da CAE Rev.3 (indústrias extrativas e transformadoras, eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, captação, tratamento e distribuição de água) seguiu a mesma tendência, diminuindo, em percentagem do PIB, de 0,23% em 2010 para 0,19%, em 2012. Em contrapartida, a despesa dos “Produtores especializados”, constituídos essencialmente por empresas cuja atividade principal é a prestação de serviços de ambiente nas áreas do saneamento de águas residuais e no tratamento de resíduos contribuiu, nos três anos em análise, com mais de 1% do PIB. Contrariamente a outros setores, os “Produtores especializados” registaram uma taxa de crescimento de 3,3%.

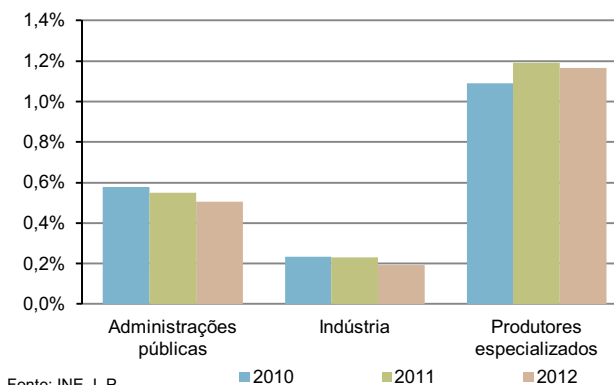
Figura 12.1 - Despesas das administrações públicas por domínios de ambiente



(a) Dados dos municípios de 2010 a 2012 não disponíveis.

Fonte: INE, I. P.

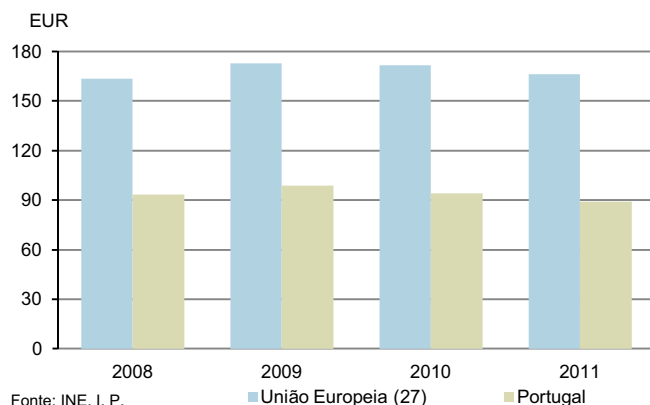
Figura 12.2 - Despesas em ambiente por setores, em percentagem do PIB



Fonte: INE, I. P.



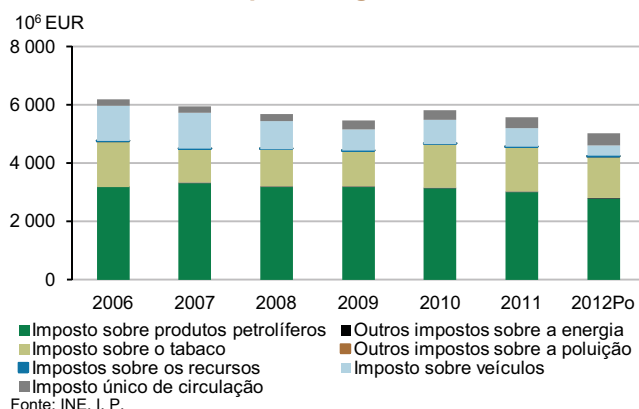
Figura 12.3 - Despesa das Administrações Públicas em ambiente, por habitante



De 2008 a 2011, a taxa de variação média de anual da despesa das Administrações Públicas em ambiente, por habitante na UE, registou um acréscimo de 0,5% embora a partir de 2009 a despesa tenha decrescido de forma continuada, fixando-se em 2011, nos 166 euros (173 euros por habitante em 2009). Pelo contrário, Portugal, apresentou entre 2008 e 2011 uma taxa de variação média anual negativa (-1,4%), acompanhando a tendência da UE pós 2009, mas com um decréscimo mais acentuado. Em termos de posicionamento na UE, contabilizou-se para 2011 uma despesa do setor público em atividades de proteção do ambiente por habitante da UE quase duas vezes superior ao despendido em Portugal.

12.2 - IMPOSTOS COM RELEVÂNCIA AMBIENTAL

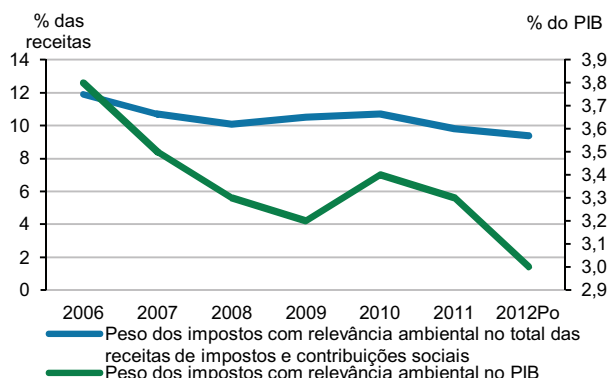
Figura 12.4 - Impostos com relevância ambiental, por categoria



Os impostos com relevância ambiental são impostos que incidem sobre bens e serviços (bases do imposto) que possuem um potencial impacto negativo sobre o ambiente.

Em 2012, a carga tributária com estes impostos fixou-se nos 5,03 mil milhões de euros, representando o valor mais baixo para o período compreendido entre 2006 e 2012. Ao longo deste período, a redução da receita fiscal com estes impostos superou os mil milhões de euros (1 152 milhões de euros). Em 2012, o valor observado foi inferior em 9,7% ao registado em 2011, redução que foi mais intensa que a observada para a totalidade da receita de impostos e contribuições sociais (variação de -6,1%).

Figura 12.5 - Total dos impostos com relevância ambiental

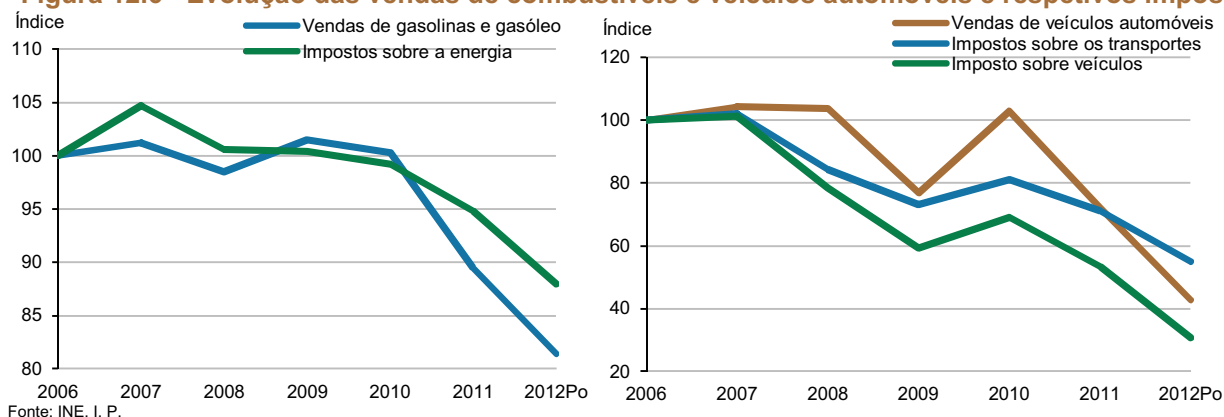


A contração da receita teve um impacto nos indicadores “Peso dos impostos com relevância ambiental no total das receitas de impostos e contribuições sociais” e “Peso dos impostos com relevância ambiental no PIB”. O primeiro passou de 9,8% em 2011 para 9,4% em 2012 (em 2006, tinha atingido 11,9%), enquanto o segundo passou de 3,3% em 2011 para 3,0%.

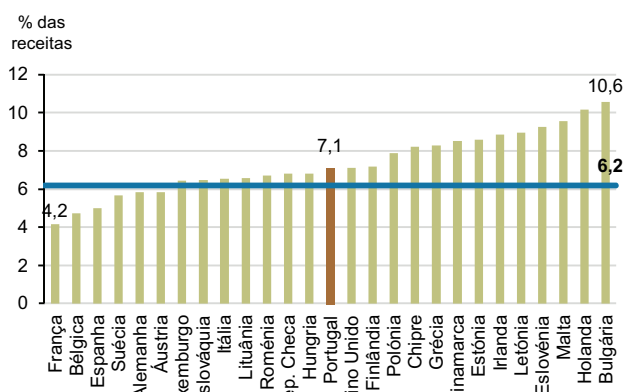
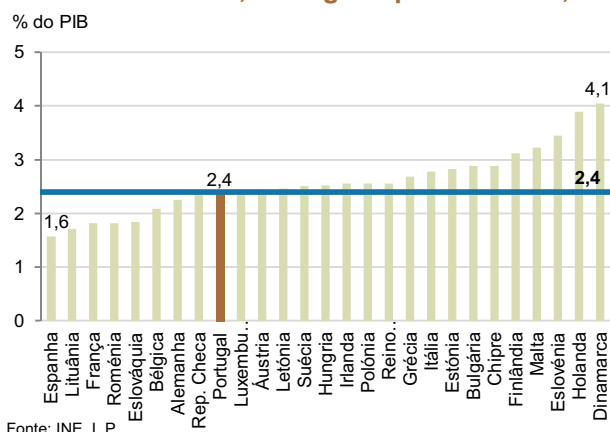
A redução dos impostos com relevância ambiental deveu-se sobretudo à diminuição das receitas com impostos sobre a energia e impostos sobre os transportes, dos quais o imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos e o imposto automóvel/ ISV, respetivamente, são os mais relevantes.

A Figura 12.6 permite analisar o comportamento da receita com aqueles impostos face à respetiva base de tributação. Enquanto as vendas de produtos petrolíferos se reduziram expressivamente em 2011 e 2012, as vendas de veículos automóveis diminuíram significativamente em 2009, para voltarem a aumentar de forma expressiva em 2010. Este aumento esteve parcialmente associado a uma antecipação na aquisição de veículos em reação ao agravamento fiscal que foi introduzido sobre este setor em 2011 (aumento do IVA de 21% para 23%, aumento das taxas do ISV e fim do programa de incentivos ao abate de veículos em fim de vida).



Figura 12.6 - Evolução das vendas de combustíveis e veículos automóveis e respetivos impostos

Comparando 2012 com o ano anterior, destaca-se a forte redução do peso do imposto sobre veículos, facto explicado pela diminuição expressiva das vendas de veículos automóveis. Porém, a reforma global da tributação automóvel que entrou em vigor em 2007, em que se reduziu a tributação no momento da compra para a substituir pelo agravamento da mesma ao longo do período de vida do veículo, contribuiu também para esta redução e explica ainda o aumento do peso do Imposto único de circulação (que passou de 6,5% em 2011 para 8,1% em 2012, ultrapassando mesmo o peso do Imposto sobre veículos, que se fixou em 7,4%, em 2012).

Figura 12.7 - Peso dos impostos com relevância ambiental no total das receitas de impostos e contribuições sociais, em alguns países da UE, 2011**Figura 12.8 - Peso dos impostos com relevância ambiental no PIB, em alguns países da UE, 2011**

Comparando com outros países da União Europeia (UE), em 2011 o “Peso dos impostos com relevância ambiental no total das receitas de impostos e contribuições sociais”, em Portugal, atingiu 7,1%, valor superior à média do conjunto da UE que se fixou em 6,2%. Em 2011, Portugal situou-se na 14ª posição dos países da UE em que os impostos com relevância ambiental tiveram mais peso no respetivo sistema fiscal (11ª posição em 2010).

Relativamente ao indicador “Peso dos impostos com relevância ambiental no PIB”, Portugal apresenta um valor idêntico à média da UE27 (2,4%).



Figura 12.9 - Estrutura dos impostos com relevância ambiental, por ramo de atividade e famílias e por categoria, 2012

NACE A10	unidade: % para o total das atividades				unidade: % para o total em cada atividade			
	Energia	Poluição	Recursos	Transporte	Energia	Poluição	Recursos	Transporte
1 Agricultura, Silvicultura e Pesca	2,0		0,1	0,8	89,5	//	0,0	10,5
2 Indústria e Energia	7,0	//	92,3	5,9	77,0	//	5,0	18,0
3 Construção	7,9	//	1,2	2,0	93,2	//	0,1	6,7
4 Comércio; Reparação automóvel; Transportes e Armazenagem; Alojamento e Restauração	28,7	//	0,6	20,5	83,5	//	0,0	16,5
5 Informação e Comunicações	0,4	//	//	0,4	77,1	//	//	22,9
6 Atividades financeiras e de seguros	0,4	//	//	0,4	78,5	//	//	21,5
7 Atividades imobiliárias	0,3	//	//	0,3	78,9	//	//	21,1
8 Atividades profissionais, técnicas e científicas e Atividades de serviços administrativos	2,2	//	0,5	10,2	43,2	//	0,1	56,8
9 Administração pública e defesa; Segurança social; Educação; Saúde e Atividades de apoio social	4,7	//	//	1,5	92,0	//	//	8,0
10 Artes, Entretenimento, Reparação bens pessoais e Outros serviços	0,7	0,02	//	0,7	78,2	1,0	-	20,8
Total dos ramos de atividade	54,3	0,02	94,7	42,7	81,5	0,0	0,7	17,8
F Famílias	44,5	99,98	5,3	57,3	39,9	45,8	0,0	14,3
O Outros (não residentes e não atribuído a um ramo)	1,2	//	//	//	100,0	//	//	//

Fonte: INE, I. P.

Avaliando a receita fiscal por tipo de contribuinte, verifica-se que continuam a ser as famílias que mais contribuem para a receita com estes impostos. A desagregação por categoria de impostos, permite identificar as famílias como os principais contribuintes com a quase totalidade da receita de impostos sobre a poluição, devido ao imposto sobre o tabaco. As famílias têm ainda um peso preponderante na receita de impostos sobre o transporte.

Por outro lado, as empresas são os principais contribuintes dos impostos sobre a energia, nomeadamente, os ramos associados aos transportes.

Analisando o perfil de contribuição de cada ramo de atividade, verifica-se que a maior parte dos impostos com relevância ambiental no setor produtivo (excluindo as Famílias) estão concentrados na categoria impostos sobre a energia (81,5%). Nas Famílias, existe uma distribuição mais equilibrada pelas várias categorias (45,8% do valor pago corresponde a impostos sobre a poluição, 39,9% a impostos sobre a energia e 14,3% a impostos sobre os transportes).

12.2.1 - Taxas com relevância ambiental

Figura 12.10 - Taxas com relevância ambiental, entre 2006 e 2011

Designação	Unidade: 10 ⁶ EUR					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Taxas sobre a poluição	617,2	687,3	729,9	750,1	687,1	715,0
Taxas de recolha e tratamento de resíduos sólidos	415,2	426,2	483,9	501,2	402,9	438,6
Taxas de salubridade e saneamento	119,6	148,2	130,2	134,6	136,2	127,7
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de embalagens de vidro, papel, plástico, metal e madeira	50,4	65,8	64,3	59,6	87,2	89,1
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de medicamentos e produtos fitossanitários	1,8	1,9	1,9	1,9	2,0	2,2
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de óleos lubrificantes usados	5,6	5,7	5,6	5,0	5,2	4,7
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de pneus	8,7	9,1	10,5	10,0	10,4	9,1
Taxa de remoção, bloqueamento e depósito de veículos e de gestão do sistema de reciclagem de veículos em fim de vida	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,6
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de equipamentos elétricos e eletrónicos	10,9	22,5	22,5	21,1	22,6	18,3
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de pilhas, baterias e acumuladores	2,5	2,5	1,4	1,6	2,0	1,7
Taxa de gestão de resíduos	//	3,1	6,6	11,9	15,7	18,5
Taxa de recolha de cadáveres de animais mortos na exploração	2,3	2,2	2,7	2,9	2,6	4,6
Taxas sobre os recursos	0,1	//	//	8,1	7,2	7,3
Taxa de recursos hídricos (componentes A, I e U)	//	//	//	8,1	7,2	7,3
Taxa de exploração de termas	0,1	//	//	//	//	//
Total das taxas com relevância ambiental	617,3	687,3	729,9	758,1	694,3	722,3

Nota: Para efeitos de comparação, em 2006, foram agregados todos os antigos impostos que foram substituídos pelo Imposto Único de Circulação (o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem).

Fonte: INE, I. P.



Em 2011, as taxas com relevância ambiental atingiram os 722 milhões de euros (0,4% do PIB), registando um crescimento de 4,0% face a 2010, explicado sobretudo pelo aumento da cobrança das taxas de recolha e tratamento de resíduos sólidos efetuada por parte dos Municípios.

As taxas de recolha e tratamento de resíduos sólidos e as de saneamento representaram 78,4% do total de receita arrecadada com as taxas com relevância ambiental em 2011.

De referir ainda que quase todos os sistemas de gestão de resíduos baseados numa taxa ECOVALOR perderam receitas, apesar do valor unitário de algumas delas ter aumentado, o que em parte estará associado à redução do consumo privado registada em 2011.

12.3 - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL (QREN): PROGRAMA DE APOIOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DO AMBIENTE

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) no período 2007-2013 tem por objetivo estratégico a qualificação dos recursos humanos, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial. A prossecução deste propósito é assegurada pela concretização, com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, de três grandes Agendas Operacionais Temáticas entre as quais se destaca, na temática do ambiente, a agenda operacional para a valorização do território. Esta é concretizada através do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e dos Programas Operacionais Regionais.

O POVT acolhe, como principais domínios de intervenção, o reforço da conectividade internacional, a melhoria das acessibilidades e da mobilidade territorial, a proteção e valorização do ambiente, a qualificação dos sistemas urbanos e ainda a estruturação das redes de infraestruturas e equipamentos para a coesão territorial e social.

Os Programas Operacionais Regionais seguem uma linha de organização programática semelhante ao POVT, mas ajustada às especificidades de cada região (NUTS II).

A realização do POVT e da agenda subjacente desenvolve-se em forte articulação com os Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, maximizando as respetivas complementaridades de atuação e reforçando a atuação de cada um dos Programas Operacionais envolvidos.

Os dados apresentados são referentes à situação contabilizada em 31 de dezembro de cada um dos anos, com exceção de 2013 cujos dados se reportam à situação em 31 de julho de 2013.

Até final de julho foram aprovadas operações de investimento associadas ao ambiente que ascendem a 3 509 milhões de euros, que representam 13,0% do total de 26 915 milhões de euros dos investimentos totais aprovados.

Figura 12.11 - Investimento global do QREN e investimento em operações ambientais

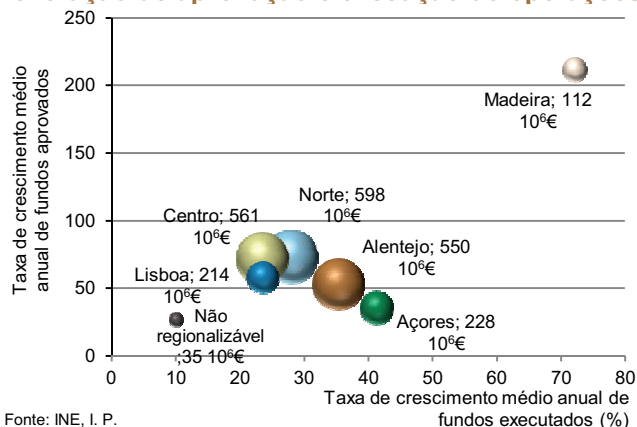


A aprovação de fundos do QREN para financiamento das operações no âmbito do ambiente (energia, proteção do ambiente e prevenção de riscos) totalizaram 2 421 milhões de euros, cerca de 69,0% dos 3 509 milhões de euros do investimento total. Os restantes 31,0% do investimento correspondem à quota-parte da entidade promotora da operação de investimento.

Em termos regionais, o Norte (598 milhões de euros), Centro (561 milhões de euros) e Alentejo (550 milhões de euros) totalizam mais de 2/3 dos 2 421 milhões de euros de fundos aprovados para financiamento das operações em ambiente.

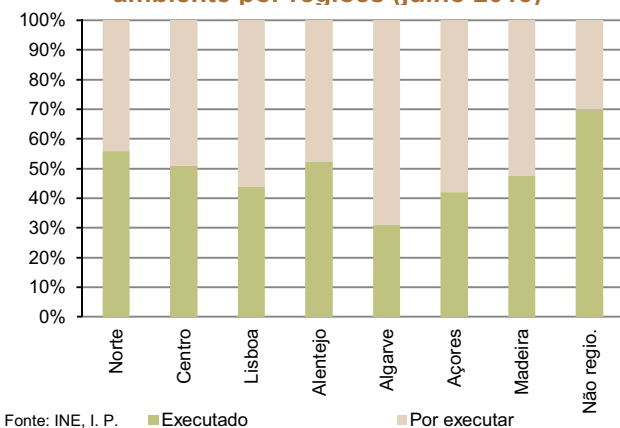


Figura 12.12 - Fundos aprovados por regiões e evolução de aprovação e execução de operações



taxa de crescimento médio anual de fundos executados. Em contrapartida surge como a região com a segunda mais baixa taxa de crescimento médio anual de fundos aprovados (figura 12.12). Significa isto que a aprovação de fundos tem registado uma desaceleração nos últimos anos mas a execução das operações tem sido mais rápida e acentuada do que nas restantes regiões, com exceção da Madeira.

Figura 12.13 - Taxa de execução em operações de ambiente por regiões (julho 2013)



Na Figura 12.12 representam-se as regiões por globos em que a dimensão dos mesmos corresponde à respetiva proporção no total dos fundos aprovados. Nos eixos do gráfico, regista-se o comportamento por regiões no que respeita à evolução da aprovação e execução dos fundos nas operações de ambiente no período de 2010 a 2013.

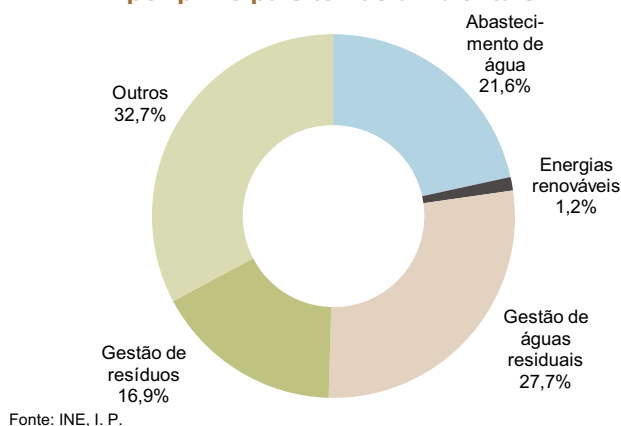
A R. A. da Madeira destaca-se por ser aquela que apresenta um incremento mais acentuado na aprovação e execução de fundos nas operações ambientais. Salienta-se o facto de entre dezembro de 2012 e julho de 2013 a aprovação de fundos de operações na região quase ter triplicado, crescendo de 41 milhões de euros para 114 milhões de euros.

A R. A. dos Açores apresentam a segunda maior taxa de crescimento médio anual de fundos executados. Em contrapartida surge como a região com a segunda mais baixa taxa de crescimento médio anual de fundos aprovados (figura 12.12). Significa isto que a aprovação de fundos tem registado uma desaceleração nos últimos anos mas a execução das operações tem sido mais rápida e acentuada do que nas restantes regiões, com exceção da Madeira.

Com exceção do caso de operações não regionalizáveis (âmbito multiregional), o Norte, Centro e Alentejo, são as únicas 3 regiões em que a taxa de execução das respetivas operações se situa acima dos 50,0% (Figura 12.13). Embora o ano em curso seja o último período de programação do QREN, a execução do programa de financiamento e das respetivas operações prolongar-se-á até 2015, ano em que está previsto o fim deste quadro de financiamento da UE.

O Norte é a região que em julho de 2013 contabilizava a mais elevada taxa de execução de projetos ambientais, registando 337 milhões de euros de fundos executados, 55,8% do total de 597 milhões de euros aprovados. A região do Algarve registava uma execução de apenas 1/3 do montante de 112 milhões de euros de fundos aprovados.

Figura 12.14 - Fundos aprovados de operações por principais temas ambientais



Os projetos nos temas prioritários de abastecimento de água potável e gestão de águas residuais mobilizaram 49,2% das verbas aprovadas em operações relativas a ambiente e totalizaram 1 190 milhões de euros. Destacam-se ainda as operações de prevenção de riscos (naturais e tecnológicos) que absorveram 475 milhões de euros que corresponderam a 19,7% do total aprovado.

Os restantes 31,1% dos fundos aprovados referem-se a projetos de gestão de resíduos urbanos e industriais (330 milhões de euros), à promoção de transportes urbanos limpos (180 milhões de euros), reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados (77 milhões de euros) e outros (165 milhões de euros).

¹ Considerou-se as estimativas intermédias da população residente no período entre 2007 e 2012. No caso de operações não regionalizáveis ou multiregionais considerou-se a população total.



As regiões Norte (597 milhões de euros), Centro (560 milhões de euros) e Alentejo (549 milhões de euros) absorveram 70,5% dos fundos aprovados nos temas prioritários de ambiente.

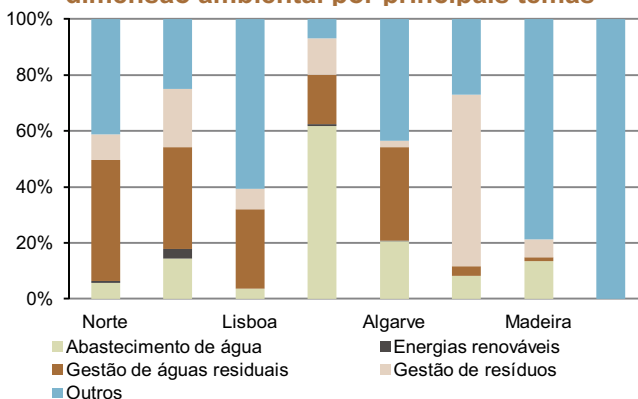
Estruturalmente as operações apresentam um padrão díspar no que respeita à distribuição dos fundos aprovados por principais temas prioritários. Todavia, as regiões Norte, Centro e Algarve, apresentam alguma similaridade na medida em que as operações de abastecimento de água e tratamento de águas residuais reúnem cerca de 50,0% dos fundos aprovados em cada região (48,8%, 50,8% e 53,9%, respetivamente). No Algarve o tema abastecimento de água apresenta maior proporção, contrariamente ao Norte e Centro em que o tratamento de águas residuais assume maior importância.

No caso do Alentejo os mesmos temas prioritários concentram perto de 79,2% dos montantes aprovados, salientando-se que as necessidades em abastecimento de água concentram cerca de 61,7% dos fundos aprovados para operações de investimento em infraestruturas afins.

As regiões dos Açores e Alentejo destacam-se como as regiões em que os fundos executados *per capita* em operações de ambiente, apresentam os valores mais elevados com 387 e 378 euros em termos médios por habitante¹, respetivamente. Segue-se a região da Madeira com um valor médio por habitante de 202 euros.

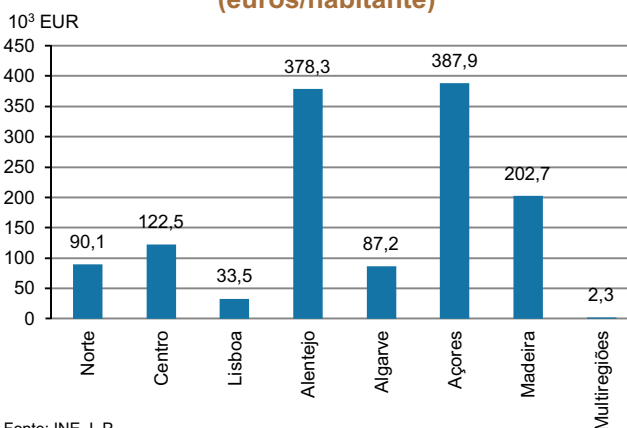
A execução de operações por principais temas prioritários apresenta uma tendência regular e muito similar. Destacam-se as operações do grupo de “diversos” que inclui várias tipologias relativas a proteção da natureza, prevenção de riscos (naturais e tecnológicos) que em 2013 atingem um nível de execução acima de 50%, limiar igualmente atingindo por operações de abastecimento de água.

Figura 12.15 - Fundos aprovados de operações de dimensão ambiental por principais temas



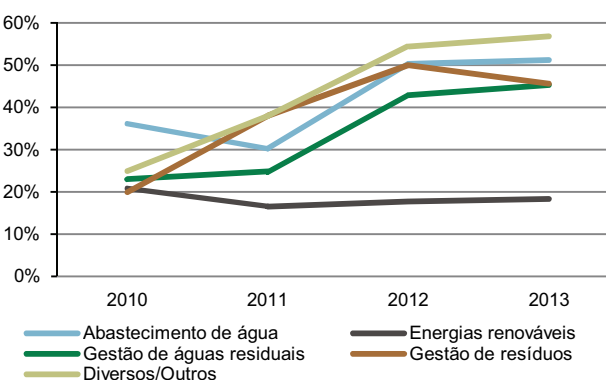
Fonte: INE, I. P.

Figura 12.16 - Fundos executados por habitante (euros/habitante)



Fonte: INE, I. P.

Figura 12.17 - Fundos executados de operações com dimensão ambiental por temas prioritários



Fonte: INE, I. P.



12.4 - QUADROS DE RESULTADOS

Quadro 12.1 - Despesa das Administrações Públicas por domínios de ambiente

Unidade: 10³ EUR

Domínios de ambiente	Anos				
	2008	2009	2010	2011	2012
Total	984 288	1 045 694	997 063	942 257	836 575
Proteção da qualidade do ar e clima	2 628	4 312	6 291	11 230	7 247
Gestão de águas residuais (a)	128 880	128 468	3 719	1 014	431
Gestão de resíduos	476 104	480 138	481 929	483 672	450 543
Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais	38 117	54 483	131 336	105 725	63 437
Proteção contra o ruído e vibrações	1 153	1 490	1 457	1 442	2 344
Proteção da biodiversidade e paisagem	281 953	308 388	303 745	277 256	237 430
Proteção contra as radiações	0	0	0	0	0
Investigação e desenvolvimento	1 600	4 543	5 984	7 825	3 523
Outras atividades de proteção do ambiente	53 852	63 872	62 602	54 092	71 619

(a) Dados dos municípios de 2010 a 2012 não disponíveis.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 12.2 - Impostos com relevância ambiental, por categoria e por ramo de atividade

Unidade: 10⁶ EUR

Categoria	2006					2007				
	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos
A	67,34	63,34	3,92	//	0,08	69,28	62,64	6,52	//	0,12
B	66,84	65,69	1,15	//	//	81,50	80,47	1,02	//	//
CA	35,62	29,50	6,12	//	//	39,13	30,09	9,05	//	//
CB	20,40	17,04	3,36	//	//	20,00	16,77	3,23	//	//
CC	20,21	17,35	2,86	//	//	20,46	17,46	3,00	//	//
CD	0,16	0,16	0,00	//	//	0,16	0,16	0,00	//	//
CE	5,17	3,96	1,21	//	//	5,57	4,37	1,20	//	//
CF	2,59	1,94	0,65	//	//	2,48	1,98	0,50	//	//
CG	25,83	22,30	3,53	//	//	26,53	22,89	3,64	//	//
CH	25,93	21,33	4,61	//	//	28,93	24,29	4,64	//	//
CI	2,48	1,97	0,52	//	//	2,40	1,93	0,48	//	//
CJ	2,58	1,88	0,70	//	//	2,69	1,93	0,76	//	//
CK	5,85	4,61	1,24	//	//	6,33	5,35	0,98	//	//
CL	4,90	2,13	2,77	//	//	5,14	2,31	2,83	//	//
CM	11,25	9,13	2,12	//	//	12,13	9,72	2,42	//	//
D	3,43	2,34	1,10	//	//	3,12	2,58	0,54	//	//
E	22,33	16,99	5,34	//	//	25,91	18,70	7,21	//	//
F	305,38	281,15	24,24	//	//	313,22	285,84	27,38	//	//
G	359,99	323,64	36,34	//	//	375,75	339,87	35,88	//	//
H	591,47	507,97	83,51	//	//	660,94	563,71	97,23	//	//
I	15,06	8,48	6,58	//	//	14,87	8,45	6,42	//	//
JA	5,35	3,94	1,41	//	//	5,22	4,26	0,96	//	//
JB	6,41	4,51	1,89	//	//	5,48	4,59	0,88	//	//
JC	6,59	5,14	1,45	//	//	6,33	5,04	1,29	//	//
K	18,31	12,30	6,01	//	//	15,43	13,16	2,27	//	//
L	16,29	9,97	6,32	//	//	15,30	10,06	5,24	//	//
MA	26,82	17,43	9,39	//	//	24,35	18,08	6,28	//	//
MB	3,06	1,77	1,29	//	//	3,10	1,98	1,12	//	//
MC	14,93	12,75	2,18	//	//	14,82	13,06	1,76	//	//
N	147,90	33,03	114,87	//	//	159,24	35,77	123,47	//	//
O	45,91	44,34	1,57	//	//	52,87	51,10	1,78	//	//
P	17,52	11,77	5,75	//	//	17,52	11,56	5,96	//	//
QA	38,90	29,83	9,07	//	//	40,91	29,14	11,78	//	//
QB	48,59	45,07	3,52	//	//	50,80	49,54	1,26	//	//
R	9,22	7,09	2,13	//	//	11,53	7,91	3,63	//	//
S	19,03	13,89	4,98	0,15	//	15,73	13,72	1,90	0,11	//
T	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
U	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
Total dos Ramos de Atividade	2 019,65	1 655,73	363,68	0,15	0,08	2 155,15	1 770,44	384,48	0,11	0,12
Famílias	4 138,28	1 506,08	1 052,49	1 578,87	0,84	3 768,69	1 541,24	1 061,22	1 165,43	0,80
Outros empregos	21,54	21,54	//	//	//	22,21	22,21	//	//	//
Total dos impostos com relevância ambiental	6 179,46	3 183,35	1 416,17	1 579,03	0,92	5 946,05	3 333,89	1 445,70	1 165,55	0,92

(continua)



Quadro 12.2 - Impostos com relevância ambiental, por categoria e por ramo de atividade (cont.)

Unidade: 10⁶ EUR

Categoria	2008					2009				
	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos
A	70,75	64,68	5,29	//	0,78	66,45	61,44	4,89	//	0,12
B	74,72	73,52	1,20	//	//	67,63	66,93	0,70	//	//
CA	36,98	29,24	7,74	//	//	38,40	30,40	8,00	//	//
CB	17,34	15,05	2,29	//	//	16,62	14,05	2,58	//	//
CC	18,81	16,27	2,54	//	//	17,99	15,55	2,44	//	//
CD	0,15	0,15	//	//	//	0,14	0,14	//	//	//
CE	5,81	4,66	1,15	//	//	6,16	4,72	1,44	//	0,01
CF	2,58	2,00	0,58	//	//	2,90	2,18	0,72	//	//
CG	24,76	21,94	2,82	//	//	23,37	20,42	2,95	//	//
CH	27,82	23,96	3,87	//	//	25,57	22,27	3,04	//	0,26
CI	2,33	1,88	0,45	//	//	1,90	1,37	0,53	//	//
CJ	3,57	2,54	1,03	//	//	3,75	3,05	0,70	//	//
CK	6,23	5,17	1,06	//	//	5,77	4,69	1,08	//	//
CL	5,16	2,33	2,83	//	//	5,59	2,07	3,53	//	//
CM	11,44	9,72	1,72	//	//	11,65	9,87	1,78	//	0,00
D	3,14	2,50	0,65	//	//	3,99	2,66	1,23	//	0,10
E	23,06	18,67	4,38	//	//	31,52	20,49	4,84	//	6,18
F	290,21	271,35	18,86	//	//	270,99	257,37	13,58	//	0,03
G	366,24	335,11	31,14	//	//	356,14	327,33	28,72	//	0,09
H	674,46	573,27	101,19	//	//	680,54	574,98	105,56	//	//
I	14,66	8,88	5,78	//	//	16,34	10,41	5,93	//	//
JA	5,32	4,33	0,99	//	//	5,26	4,35	0,91	//	//
JB	5,09	4,52	0,57	//	//	5,55	4,65	0,90	//	//
JC	6,02	4,84	1,18	//	//	5,77	4,67	1,10	//	//
K	16,65	13,63	3,01	//	//	15,69	12,70	2,99	//	//
L	12,12	8,98	3,15	//	//	10,89	9,21	1,68	//	//
MA	23,63	17,56	6,07	//	//	22,71	17,65	5,01	//	0,05
MB	2,98	1,98	0,99	//	//	3,27	2,20	1,07	//	//
MC	14,14	12,59	1,55	//	//	13,39	11,86	1,53	//	//
N	130,85	35,89	94,96	//	//	102,45	37,88	64,53	//	0,04
O	52,66	47,18	5,49	//	//	61,54	59,92	1,62	//	//
P	16,09	11,35	4,74	//	//	19,04	13,20	5,85	//	//
QA	38,44	29,99	8,44	//	//	40,97	34,17	6,80	//	//
QB	52,21	50,33	1,89	//	//	53,68	51,93	1,75	//	//
R	10,77	7,81	2,96	//	//	10,86	7,97	2,89	//	//
S	15,85	13,98	1,77	0,10	//	16,76	15,09	1,52	0,15	//
T	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
U	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
Total dos Ramos de Atividade	2 083,02	1 747,82	334,33	0,10	0,78	2 041,24	1 739,85	294,36	0,15	6,87
Famílias	3 578,77	1 434,99	860,69	1 281,34	1,75	3 405,87	1 432,31	741,03	1 232,50	0,03
Outros empregos	20,43	20,43	//	//	//	23,20	23,20	//	//	//
Total dos impostos com relevância ambiental	5 682,22	3 203,24	1 195,02	1 281,44	2,53	5 470,31	3 195,36	1 035,40	1 232,66	6,91

(continua)



Quadro 12.2 - Impostos com relevância ambiental, por categoria e por ramo de atividade (cont.)

Unidade: 10⁶ EUR

Categoria	2010					2011				
	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos
A	70,48	62,50	7,02	//	0,97	66,74	59,79	6,93	//	0,02
B	70,46	69,47	0,99	//	//	67,42	66,42	1,01	//	//
CA	40,42	29,71	10,71	//	//	38,98	28,41	10,57	//	//
CB	17,45	13,96	3,49	//	//	16,99	13,35	3,64	//	//
CC	18,55	15,28	3,27	//	//	18,04	14,60	3,44	//	//
CD	0,15	0,15	0,00	//	//	0,14	0,14	//	//	//
CE	7,13	5,20	1,93	//	//	6,96	4,97	1,99	//	//
CF	3,11	2,18	0,93	//	//	3,15	2,08	1,07	//	//
CG	24,22	20,25	3,98	//	//	23,51	19,36	4,16	//	//
CH	26,75	22,01	4,36	//	0,37	25,46	21,05	4,04	//	0,38
CI	2,06	1,37	0,69	//	//	1,98	1,29	0,69	//	//
CJ	3,82	2,88	0,94	//	//	3,43	2,53	0,90	//	//
CK	5,98	4,51	1,47	//	//	5,80	4,31	1,49	//	//
CL	6,70	2,14	4,57	//	//	7,02	1,97	5,05	//	//
CM	12,15	9,57	2,58	//	//	11,44	9,15	2,29	//	//
D	4,07	2,34	1,67	//	0,07	3,98	2,25	1,67	//	0,07
E	31,66	19,54	6,75	//	5,37	35,06	18,68	5,99	//	10,39
F	268,69	248,83	19,70	//	0,15	256,30	237,84	18,31	//	0,15
G	353,26	312,24	40,95	//	0,08	340,41	298,26	42,07	//	0,08
H	684,99	585,84	99,15	//	//	665,00	560,10	104,90	//	//
I	16,20	8,14	8,06	//	//	16,32	7,69	8,63	//	//
JA	5,30	4,06	1,25	//	//	4,98	3,87	1,11	//	//
JB	5,65	4,44	1,21	//	//	5,53	4,26	1,28	//	//
JC	6,08	4,48	1,60	//	//	5,74	4,29	1,46	//	//
K	16,51	12,77	3,74	//	//	15,73	12,21	3,53	//	//
L	11,19	8,68	2,51	//	//	10,67	8,31	2,36	//	//
MA	24,92	17,36	7,53	//	0,04	23,64	16,59	7,01	//	0,04
MB	3,55	2,18	1,37	//	//	3,59	2,08	1,51	//	//
MC	13,52	11,14	2,38	//	//	12,82	10,63	2,19	//	//
N	120,35	37,51	82,82	//	0,02	114,39	35,86	78,52	//	0,02
O	56,78	54,41	2,37	//	//	53,85	52,02	1,84	//	//
P	20,54	13,08	7,46	//	//	18,94	12,51	6,43	//	//
QA	42,06	33,21	8,84	//	//	38,73	31,76	6,98	//	//
QB	52,08	49,16	2,92	//	//	49,35	47,00	2,36	//	//
R	11,36	7,52	3,84	//	//	11,04	7,19	3,85	//	//
S	16,56	14,25	2,23	0,08	//	16,29	13,96	1,96	0,38	//
T	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
U	//	//	//	//	//	//	//	//	//	//
Total dos Ramos de Atividade	2 074,75	1 712,35	355,25	0,08	7,06	1 999,43	1 636,74	351,17	0,38	11,14
Famílias	3 698,06	1 407,05	794,90	1 496,09	0,02	3 531,78	1 344,71	657,13	1 529,88	0,07
Outros empregos	39,45	39,45	//	//	//	37,72	37,72	//	//	//
Total dos impostos com relevância ambiental	5 812,26	3 158,84	1 150,16	1 496,17	7,09	5 568,93	3 019,17	1 008,30	1 530,25	11,21

(continua)



Quadro 12.2 - Impostos com relevância ambiental, por categoria e por ramo de atividade (cont.)

Unidade: 10⁶ EUR

Categoria	2012				
	Total	Energia	Transporte	Poluição	Recursos
A	62.07	55,51	6,55	//	0,02
B	62.66	61,66	0,99	//	//
CA	36.35	26,37	9,98	//	//
CB	16.10	12,39	3,71	//	//
CC	17.08	13,55	3,53	//	//
CD	0.13	0,13	//	//	//
CE	6.60	4,62	1,98	//	//
CF	3.13	1,93	1,20	//	//
CG	22.20	17,96	4,24	//	//
CH	23.42	19,53	3,46	//	0,43
CI	1.83	1,18	0,65	//	//
CJ	2.92	2,10	0,82	//	//
CK	5.45	4,00	1,46	//	//
CL	7.25	1,76	5,49	//	//
CM	10.30	8,49	1,81	//	//
D	3.44	1,76	1,60	//	0,07
E	34.37	17,35	4,74	//	12,28
F	236.69	220,75	15,76	//	0,17
G	319.44	277,40	41,96	//	0,09
H	628.49	519,97	108,52	//	//
I	16.07	7,02	9,05	//	//
JA	4.47	3,58	0,89	//	//
JB	5.27	3,95	1,32	//	//
JC	5.19	3,98	1,21	//	//
K	14.44	11,33	3,11	//	//
L	9.79	7,72	2,07	//	//
MA	21.50	15,39	6,06	//	0,05
MB	3.56	1,93	1,63	//	//
MC	11.69	9,84	1,85	//	//
N	103.16	33,28	69,86	//	0,02
O	49.35	48,29	1,06	//	//
P	16.43	11,61	4,82	//	//
QA	33.73	29,48	4,25	//	//
QB	45.15	43,63	1,52	//	//
R	10.39	6,67	3,72	//	//
S	14.88	13,11	1,52	0,25	//
T	//	//	//	//	//
U	//	//	//	//	//
Total dos Ramos de Atividade	1 864,97	1 519,23	332,37	0,25	13,11
Famílias	3 127,63	1 247,93	447,40	1 431,56	0,74
Outros empregos	35,02	35,02	//	//	//
Total dos impostos com relevância ambiental	5 027,62	2 802,18	779,77	1 431,82	13,86

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Notas:

A	Agricultura, floresta e pesca
B	Indústrias extrativas
CA	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
CB	Indústria têxtil, do vestuário, do couro e dos produtos de couro
CC	Indústria da madeira, pasta, papel e cartão e seus artigos e impressão
CD	Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados
CE	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais
CF	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas
CG	Fabricação de artigos de borracha, de matérias plásticas e de outros produtos minerais não metálicos
CH	Indústrias metalúrgicas de base e fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos
CI	Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicação, produtos eletrónicos e óticos
CJ	Fabricação de equipamento elétrico
CK	Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.
CL	Fabricação de material de transporte
CM	Indústrias transformadoras, n. e.; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos
D	Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
F	Construção
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
H	Transportes e armazenagem
I	Atividades de alojamento e restauração
JA	Atividades de edição, gravação e programação de rádio e televisão
JB	Telecomunicações
JC	Consultoria, atividades relacionadas de programação informática e atividades dos serviços de informação
K	Atividades financeiras e de seguros
L	Atividades imobiliárias
MA	Atividades jurídicas, de contabilidade, gestão, arquitetura, engenharia e atividades de ensaios e análises técnicas
MB	Investigação científica e desenvolvimento
MC	Outras atividades de consultoria, científicas e técnicas
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
O	Administração pública e defesa; segurança social obrigatória
P	Educação
QA	Atividades de saúde humana
QB	Atividades de apoio social
R	Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas
S	Outras atividades de serviços
T	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico. Atividades de produção de bens e serviços pelas famílias para uso próprio
U	Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais



Quadro 12.3 - Impostos com relevância ambiental, por categoria e por impostoUnidade: 10⁶ EUR

Imposto	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 Po
Total dos impostos com relevância ambiental	6 179	5 946	5 682	5 470	5 812	5 569	5 028
Energia	3 183	3 334	3 203	3 195	3 159	3 019	2 802
Taxa sobre lâmpadas de baixa eficiência energética	//	//	4	5	4	2	0
Taxa de exploração sobre as instalações elétricas	11	9	10	14	15	15	14
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	3 173	3 325	3 189	3 177	3 140	3 002	2 787
Poliuição	1 579	1 166	1 281	1 233	1 496	1 530	1 432
Imposto sobre o tabaco	1 579	1 165	1 281	1 232	1 496	1 530	1 432
Imposto sobre o ruído	0	0	0	0	0	0	0
Recursos	1	1	3	7	7	11	14
Taxa de licenciamento anual para o exercício da pesca e utilização das artes	0	0	1	0	1	0	0
Licenças de caça	1	1	2	0	0	0	1
Taxa de recursos hídricos (componentes E e O)	//	//	//	7	6	6	7
Taxa de regulação dos serviços de águas e resíduos	//	//	//	//	//	5	6
Transporte	1 416	1 446	1 195	1 035	1 150	1 008	780
Imposto automóvel / Imposto sobre veículos (IA / ISV)	1 205	1 221	946	714	832	644	370
Imposto municipal sobre veículos (IMV)	132	134	//	//	//	//	//
Imposto de circulação (ICi)	61	66	//	//	//	//	//
Imposto de camionagem (ICa)	18	19	//	//	//	//	//
Imposto único de circulação (IUC)	//	6	249	321	318	365	410
Outros impostos sobre os transportes	//	//	//	//	//	//	//

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Quadro 12.4 - Taxas com relevância ambiental, por categoria e por taxaUnidade: 10⁶ euros

Taxas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 Po
Total das taxas com relevância ambiental	617,3	687,3	729,9	758,1	694,3	722,3	X
Poliuição	617,2	687,3	729,9	750,1	687,1	715,0	X
Taxas de recolha e tratamento de resíduos sólidos	415,2	426,2	483,9	501,2	402,9	438,6	X
Taxas de salubridade e saneamento	119,6	148,2	130,2	134,6	136,2	127,7	X
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de embalagens de vidro, papel, plástico, metal e madeira	50,4	65,8	64,3	59,6	87,2	89,1	72,5
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de medicamentos e produtos fitossanitários	1,8	1,9	1,9	1,9	2,0	2,2	2,0
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de óleos lubrificantes usados	5,6	5,7	5,6	5,0	5,2	4,7	5,3
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de pneus	8,7	9,1	10,5	10,0	10,4	9,1	8,2
Taxa de remoção, bloqueamento e depósito de veículos e de gestão do sistema de reciclagem de veículos em fim de vida	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,6	0,2
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de equipamentos eléctricos e electrónicos	10,9	22,5	22,5	21,1	22,6	18,3	11,9
Taxa de gestão do sistema de reciclagem de pilhas, baterias e acumuladores	2,5	2,5	1,4	1,6	2,0	1,7	1,6
Taxa de gestão de resíduos	//	3,1	6,6	11,9	15,7	18,5	16,8
Taxa de recolha de cadáveres de animais mortos na exploração agrícola	2,3	2,2	2,7	2,9	2,6	4,6	4,4
Recursos	0,1	//	//	8,1	7,2	7,3	8,2
Taxa de recursos hídricos (componentes A, I e U)	//	//	//	8,1	7,2	7,3	8,2
Taxa de exploração de termas	0,1	//	//	//	//	//	//

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P.



Quadro 12.5 - QREN - Operações de investimento relacionadas com objetivos de promoção e defesa do Ambiente no âmbito dos Programas Operacionais (PO) (a)

Rubricas e regiões	2010	2011	2012	2013
Investimento total aprovado (10³ EUR)	1 812 512	2 833 270	2 965 315	3 508 966
Norte	444 023	684 724	820 088	861 403
Centro	464 983	846 087	785 274	826 790
Lisboa	211 753	223 050	295 402	353 713
Alentejo	371 818	678 383	651 050	769 685
Algarve	155 238	164 340	135 399	228 224
Região Autónoma dos Açores	97 912	149 144	188 047	287 709
Região Autónoma da Madeira	29 390	50 146	51 333	140 242
Não regionalizável / Multiregiões	37 396	37 396	38 722	41 199
Custo elegível aprovado (10³ EUR)	1 604 526	2 544 566	2 611 177	3 050 846
Norte	402 035	621 760	717 742	753 149
Centro	427 044	781 005	716 195	725 642
Lisboa	171 438	180 977	226 571	271 430
Alentejo	318 665	599 902	570 393	678 664
Algarve	125 121	134 753	113 796	177 636
Região Autónoma dos Açores	95 004	140 969	178 876	270 684
Região Autónoma da Madeira	27 894	47 875	48 958	132 518
Não regionalizável / Multiregiões	37 324	37 324	38 646	41 123
Fundo aprovado (10³ EUR)	1 118 910	1 849 121	2 073 044	2 421 406
Norte	284 885	449 699	572 778	597 932
Centro	296 765	569 572	551 102	560 597
Lisboa	112 911	125 361	183 133	213 941
Alentejo	221 605	427 669	459 443	549 600
Algarve	73 836	87 817	77 917	123 889
Região Autónoma dos Açores	80 754	119 824	154 400	228 046
Região Autónoma da Madeira	22 028	37 454	41 443	112 469
Não regionalizável / Multiregiões	26 127	31 725	32 827	34 933
Fundo executado (10³ EUR)	286 078	575 262	1 016 070	1 213 593
Norte	64 800	133 871	303 499	333 552
Centro	56 953	149 196	246 445	285 818
Lisboa	23 999	38 290	58 605	93 951
Alentejo	81 124	137 838	241 774	287 911
Algarve	6 229	23 851	33 718	38 567
Região Autónoma dos Açores	39 068	62 089	84 452	95 712
Região Autónoma da Madeira	1 786	6 951	23 365	53 689
Não regionalizável / Multiregiões	12 120	23 175	24 213	24 394
Taxa de execução	25,6%	31,1%	49,0%	50,1%
Norte	22,7%	29,8%	53,0%	55,8%
Centro	19,2%	26,2%	44,7%	51,0%
Lisboa	21,3%	30,5%	32,0%	43,9%
Alentejo	36,6%	32,2%	52,6%	52,4%
Algarve	8,4%	27,2%	43,3%	31,1%
Região Autónoma dos Açores	48,4%	51,8%	54,7%	42,0%
Região Autónoma da Madeira	8,1%	18,6%	56,4%	47,7%
Não regionalizável / Multiregiões	46,4%	73,0%	73,8%	69,8%

Fonte: Instituto Financeiros para o Desenvolvimento Regional, I. P. (agosto de 2013)

(a) Os valores em cada ano referem-se ao acumulado das operações desde o início do programa QREN 2007-2013 e registados em 31 de dezembro de cada ano, com exceção de 2013 que se refere à situação contabilizada em 31 de julho.



Quadro 12.6 - QREN - Operações de investimento relacionadas com objectivos de promoção e defesa do ambiente no âmbito dos Programas Operacionais por temas prioritários e principais rubricas

Anos e Temas Prioritários	Investimento total aprovado	Custo elegível aprovado	Despesa pública aprovada	Fundo aprovado	Investimento total executado	Custo elegível executado	Despesa pública executada	Fundo executado	Taxa de execução
	10 ³ EUR								%
Alterações climáticas: atenuação e adaptação									
2010	463	463	463	330	0	0	0	0	0,0%
2011	463	463	463	330	0	0	0	0	0,0%
2012	463	463	463	343	0	0	0	0	0,0%
2013	463	463	463	343	0	0	0	0	0,0%
Eficiência energética, co-geração, gestão da energia									
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
2011	7 964	7 861	7 703	5 540	387	338	338	276	5,0%
2012	25 974	23 384	19 896	17 887	3 112	2 582	2 520	1 967	11,0%
2013	25 736	23 174	20 779	18 792	3 899	3 324	3 219	2 589	13,8%
Energias renováveis: biomassa									
2010	800	703	703	531	0	0	0	0	0,0%
2011	800	703	703	531	0	0	0	0	0,0%
2012	800	703	703	531	99	54	54	41	7,7%
2013	616	616	616	486	99	54	54	43	8,9%
Energias renováveis: hidroelétrica, geotérmica e outras									
2010	774	774	700	620	295	281	281	224	36,2%
2011	5 682	4 365	4 018	2 774	1 495	1 271	996	838	30,2%
2012	774	774	718	658	386	362	360	308	46,8%
2013	774	774	718	658	599	575	541	489	74,3%
Energias renováveis: solar									
2010	1 465	1 457	1 440	1 166	326	326	326	261	22,4%
2011	4 735	3 937	3 295	2 932	1 059	1 048	1 048	844	28,8%
2012	5 310	4 746	4 279	3 818	2 240	2 128	2 062	1 772	46,4%
2013	13 144	12 103	11 632	8 956	2 847	2 649	2 534	2 210	24,7%
Gestão dos resíduos domésticos e industriais									
2010	258 722	236 662	236 621	166 853	55 305	53 638	53 635	38 538	23,1%
2011	321 278	292 458	286 905	208 625	128 945	126 932	123 112	89 650	43,0%
2012	361 059	331 883	331 843	254 075	186 735	183 609	183 591	134 753	53,0%
2013	466 333	428 005	427 965	330 016	216 315	204 286	204 268	152 296	46,1%
Gestão e distribuição de água (potável)									
2010	377 843	320 055	320 055	217 477	134 580	110 310	110 310	78 635	36,2%
2011	687 368	599 754	599 754	436 192	197 643	182 178	182 178	132 321	30,3%
2012	648 341	559 825	559 825	455 924	292 160	269 660	269 660	229 298	50,3%
2013	729 670	634 890	634 890	521 584	345 866	315 461	315 461	267 483	51,3%
Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos									
2010	79 250	61 233	60 969	42 131	19 383	16 971	16 971	10 857	25,8%
2011	112 559	92 435	92 435	67 787	40 626	33 072	33 072	23 781	35,1%
2012	116 735	97 142	97 142	77 197	60 007	53 119	53 119	42 395	54,9%
2013	115 550	93 810	93 810	74 824	69 545	61 771	61 771	49 854	66,6%
Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)									
2010	329 424	314 019	305 214	224 117	84 555	76 433	75 210	55 655	24,8%
2011	417 728	397 165	381 806	293 741	161 253	151 430	146 981	114 950	39,1%
2012	405 343	384 810	376 791	324 087	218 318	206 574	202 783	174 753	53,9%
2013	657 658	576 056	567 997	475 990	284 545	270 151	264 897	228 660	48,0%
Prevenção e controlo integrados da poluição									
2010	19 301	19 114	19 114	15 935	2 628	2 339	2 339	1 982	12,4%
2011	18 457	18 265	18 223	15 341	1 961	2 705	2 705	2 265	14,8%
2012	9 047	8 858	8 858	7 530	3 006	3 750	3 750	3 188	42,3%
2013	9 047	8 858	8 858	7 530	3 579	4 323	4 323	3 675	48,8%

(continua)



Quadro 12.6 - QREN - Operações de investimento relacionadas com objectivos de promoção e defesa do ambiente no âmbito dos Programas Operacionais por temas prioritários e principais rubricas (cont.)

Anos e Temas Prioritários	Investimento total aprovado	Custo elegível aprovado	Despesa pública aprovada	Fundo aprovado	Investimento total executado	Custo elegível executado	Despesa pública executada	Fundo executado	Taxa de execução
	10 ³ EUR								%
Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (inclui rede NATURA 2000)									
2010	74 441	66 635	66 562	49 913	19 671	17 374	17 374	14 285	28,6%
2011	69 324	62 843	62 843	48 882	27 217	24 975	24 975	20 436	41,8%
2012	67 254	61 752	61 752	50 739	40 108	37 226	37 226	30 863	60,8%
2013	69 390	63 075	63 075	51 937	46 195	42 865	42 865	35 653	68,6%
Promoção de transportes urbanos limpos									
2010	7 120	5 989	5 989	3 773	1 892	1 834	1 834	935	24,8%
2011	6 681	5 763	5 763	3 934	2 662	2 595	2 595	1 525	38,8%
2012	266 700	199 859	199 859	188 506	118 848	108 025	108 025	101 657	53,9%
2013	258 922	191 230	191 230	180 308	168 764	139 644	139 644	131 542	73,0%
Qualidade do ar									
2010	2 530	2 463	2 463	1 617	1 112	1 112	1 112	761	47,1%
2011	3 728	2 611	2 611	1 751	1 544	1 523	1 523	1 076	61,5%
2012	3 518	2 401	2 401	1 722	1 657	1 628	1 628	1 198	69,6%
2013	4 886	3 764	3 764	2 701	1 705	1 676	1 676	1 238	45,8%
Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados									
2010	73 743	70 448	70 370	48 468	6 714	6 672	6 672	4 498	9,3%
2011	98 266	93 996	93 919	67 194	21 665	21 372	21 372	15 256	22,7%
2012	100 320	96 934	96 857	72 688	39 451	38 694	38 664	28 608	39,4%
2013	110 058	104 467	104 390	77 925	47 466	46 530	46 500	34 156	43,8%
Tratamento de água (águas residuais)									
2010	586 638	504 511	498 356	345 979	133 127	117 505	117 469	79 446	23,0%
2011	1 078 236	961 945	949 990	693 566	248 064	226 103	224 291	172 043	24,8%
2012	953 677	837 643	829 708	617 342	377 027	339 748	335 742	265 270	43,0%
2013	1 046 718	909 560	901 625	669 357	463 164	390 585	386 363	303 706	45,4%

Fonte: Instituto Financeiros para o Desenvolvimento Regional, I. P. (agosto de 2013)

(a) Os valores em cada ano referem-se ao acumulado das operações desde o início do programa QREN 2007-2013 e registados em 31 de dezembro de cada ano, com exceção de 2013 que se refere à situação contabilizada em 31 de julho.



Quadro 12.7 - QREN - Fundos aprovados em operações com objectivos de promoção e defesa do ambiente no âmbito dos Programas Operacionais por temas prioritários e regiões (a)

Unidade: 10³ EUR

Temas Prioritários e Anos	Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. dos Açores	R. A. da Madeira	Não regionalizável / Multiregião
Alterações climáticas: atenuação e adaptação									
2010	330	0	0	0	330	0	0	0	0
2011	330	0	0	0	330	0	0	0	0
2012	343	0	0	0	343	0	0	0	0
2013	343	0	0	0	343	0	0	0	0
Eficiência energética, co-geração, gestão da energia									
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	5 540	0	5 540	0	0	0	0	0	0
2012	17 887	0	17 887	0	0	0	0	0	0
2013	18 792	0	18 792	0	0	0	0	0	0
Energias renováveis: biomassa									
2010	531	0	0	0	531	0	0	0	0
2011	531	0	0	0	531	0	0	0	0
2012	531	0	0	0	531	0	0	0	0
2013	486	50	0	0	435	0	0	0	0
Energias renováveis: hidroelétrica, geotérmica e outras									
2010	620	0	320	0	300	0	0	0	0
2011	2 774	0	2 475	0	300	0	0	0	0
2012	658	0	340	0	318	0	0	0	0
2013	658	0	340	0	318	0	0	0	0
Energias renováveis: solar									
2010	1 166	0	266	0	900	0	0	0	0
2011	2 932	50	266	0	2 617	0	0	0	0
2012	3 818	151	282	0	3 384	0	0	0	0
2013	8 956	4 938	282	0	3 383	353	0	0	0
Gestão dos resíduos domésticos e industriais									
2010	166 853	24 505	88 057	1 001	36 391	0	16 899	0	0
2011	208 625	26 528	96 738	1 257	40 115	0	38 065	5 922	0
2012	254 075	31 184	99 181	801	45 820	0	69 898	7 191	0
2013	330 016	36 637	89 139	2 012	52 789	2 949	139 300	7 191	0
Gestão e distribuição de água (potável)									
2010	217 477	11 740	37 566	0	119 732	24 301	12 608	11 530	0
2011	436 192	34 735	95 410	6 277	246 975	24 673	13 728	14 394	0
2012	455 924	35 890	86 443	6 669	268 287	25 802	17 576	15 258	0
2013	521 584	34 196	80 945	7 815	338 912	25 469	18 989	15 258	0
Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos									
2010	42 131	9 956	24 399	1 741	0	6 035	0	0	0
2011	67 787	21 794	33 941	1 577	0	7 960	2 515	0	0
2012	77 196	20 491	35 363	1 436	4 955	9 978	4 973	0	0
2013	74 824	19 329	35 037	1 297	4 883	9 128	5 150	0	0
Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)									
2010	224 117	27 860	45 957	67 903	10 016	18 280	20 090	7 885	26 127
2011	293 741	44 244	71 576	65 448	20 305	19 055	27 939	13 449	31 725
2012	324 087	50 555	81 234	73 585	22 926	19 906	29 173	14 983	31 725
2013	475 990	69 231	100 394	84 756	26 624	44 389	30 658	86 104	33 834
Prevenção e controlo integrados da poluição									
2010	15 935	1 869	0	0	0	0	14 066	0	0
2011	15 341	1 177	0	0	98	0	14 066	0	0
2012	7 530	623	0	0	0	0	6 907	0	0
2013	7 530	623	0	0	0	0	6 907	0	0

(continua)



Quadro 12.7 - QREN - Fundos aprovados em operações com objectivos de promoção e defesa do ambiente no âmbito dos Programas Operacionais por temas prioritários e regiões (a) (cont.)

Unidade: 10³ EUR

Temas Prioritários e Anos	Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. dos Açores	R. A. da Madeira	Não regionalizável / Multiregião
Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (inclui rede NATURA 2000)									
2010	49 913	21 827	4 027	1 657	9 823	0	12 578	0	0
2011	48 882	21 117	3 951	1 657	4 535	0	17 623	0	0
2012	50 739	19 869	4 096	1 657	4 837	57	19 121	0	1 102
2013	51 937	19 803	4 175	1 293	6 459	57	19 051	0	1 099
Promoção de transportes urbanos limpos									
2010	3 773	0	713	1 047	0	0	0	2 013	0
2011	3 934	0	713	957	0	0	0	2 265	0
2012	188 506	135 243	645	50 212	0	0	0	2 406	0
2013	180 308	135 243	645	42 015	0	0	0	2 406	0
Qualidade do ar									
2010	1 617	1 151	0	299	0	167	0	0	0
2011	1 751	1 178	0	299	0	200	74	0	0
2012	1 722	1 131	0	257	0	260	74	0	0
2013	2 701	2 195	0	169	0	260	78	0	0
Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados									
2010	48 468	7 643	21 930	14 143	4 752	0	0	0	0
2011	67 193	6 776	34 111	13 907	12 399	0	0	0	0
2012	72 688	18 119	28 254	13 916	12 399	0	0	0	0
2013	77 925	18 165	26 822	13 916	19 022	0	0	0	0
Tratamento de água (águas residuais)									
2010	345 979	178 334	73 531	25 119	38 830	25 053	4 513	600	0
2011	693 566	292 100	224 853	33 982	99 464	35 929	5 814	1 424	0
2012	617 342	259 521	197 379	34 602	95 643	21 914	6 679	1 604	0
2013	669 356	257 523	204 026	60 669	96 433	41 283	7 914	1 509	0

Fonte: Instituto Financeiros para o Desenvolvimento Regional, I. P. (agosto de 2013)

(a) Os valores em cada ano referem-se ao acumulado das operações desde o início do programa QREN 2007-2013 e registados em 31 de dezembro de cada ano, com excepção de 2013 que se refere à situação contabilizada em 31 de julho.



Quadro 12.8 - QREN - Operações de investimento relacionadas com objectivos de promoção e defesa do ambiente, aprovadas e executadas no âmbito dos Programas Operacionais por temas prioritários e as regiões (2007-2013) (a)

Anos e Temas Prioritários	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. dos Açores	R. A. da Madeira	Não regionalizável / Multirregiões
Total									
Aprovado (10 ³ EUR)	2 421 406	597 932	560 597	213 941	549 600	123 889	228 046	112 469	34 933
Executado (10 ³ EUR)	1 213 593	333 552	285 818	93 951	287 911	38 567	95 712	53 689	24 394
Taxa de execução	50,1%	55,8%	51,0%	43,9%	52,4%	31,1%	42,0%	47,7%	69,8%
Alterações climáticas: atenuação e adaptação									
Aprovado (10 ³ EUR)	343	0	0	0	343	0	0	0	0
Executado (10 ³ EUR)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de execução	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Eficiência energética, co-geração, gestão da energia									
Aprovado (10 ³ EUR)	18 792	0	18 792	0	0	0	0	0	0
Executado (10 ³ EUR)	2 589	0	2 589	0	0	0	0	0	0
Taxa de execução	13,8%	0,0%	13,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Energias renováveis: biomassa									
Aprovado (10 ³ EUR)	486	50	0	0	435	0	0	0	0
Executado (10 ³ EUR)	43	0	0	0	43	0	0	0	0
Taxa de execução	8,9%	0,0%	0,0%	0,0%	9,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Energias renováveis: hidroelétrica, geotérmica e outras									
Aprovado (10 ³ EUR)	658	0	340	0	318	0	0	0	0
Executado (10 ³ EUR)	489	0	295	0	194	0	0	0	0
Taxa de execução	74,3%	0,0%	86,9%	0,0%	60,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Energias renováveis: solar									
Aprovado (10 ³ EUR)	8 956	4 938	282	0	3 383	353	0	0	0
Executado (10 ³ EUR)	2 210	0	277	0	1 902	30	0	0	0
Taxa de execução	24,7%	0,0%	98,3%	0,0%	56,2%	8,5%	0,0%	0,0%	0,0%
Gestão dos resíduos domésticos e industriais									
Aprovado (10 ³ EUR)	330 016	36 637	89 139	2 012	52 789	2 949	139 300	7 191	0
Executado (10 ³ EUR)	152 296	16 714	75 683	799	30 333	0	25 745	3 023	0
Taxa de execução	46,1%	45,6%	84,9%	39,7%	57,5%	0,0%	18,5%	42,0%	0,0%
Gestão e distribuição de água (potável)									
Aprovado (10 ³ EUR)	521 584	34 196	80 945	7 815	338 912	25 469	18 989	15 258	0
Executado (10 ³ EUR)	267 483	18 950	19 644	4 436	189 759	8 785	15 073	10 837	0
Taxa de execução	51,3%	55,4%	24,3%	56,8%	56,0%	34,5%	79,4%	71,0%	0,0%
Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos									
Aprovado (10 ³ EUR)	74 824	19 329	35 037	1 297	4 883	9 128	5 150	0	0
Executado (10 ³ EUR)	49 854	11 420	26 554	958	3 480	3 177	4 266	0	0
Taxa de execução	66,6%	59,1%	75,8%	73,8%	71,3%	34,8%	82,8%	0,0%	0,0%
Prevenção de riscos (naturais e tecnológicos)									
Aprovado (10 ³ EUR)	475 990	69 231	100 394	84 756	26 624	44 389	30 658	86 104	33 834
Executado (10 ³ EUR)	228 660	29 734	51 212	32 626	12 014	16 959	24 368	37 974	23 773
Taxa de execução	48,0%	42,9%	51,0%	38,5%	45,1%	38,2%	79,5%	44,1%	70,3%
Prevenção e controlo integrados da poluição									
Aprovado (10 ³ EUR)	7 530	623	0	0	0	0	6 907	0	0
Executado (10 ³ EUR)	3 675	622	0	0	0	0	3 053	0	0
Taxa de execução	48,8%	99,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	44,2%	0,0%	0,0%
Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede NATURA 2000)									
Aprovado (10 ³ EUR)	51 937	19 803	4 175	1 293	6 459	57	19 051	0	1 099
Executado (10 ³ EUR)	35 653	12 030	3 502	1 285	1 683	26	16 506	0	620
Taxa de execução	68,6%	60,7%	83,9%	99,4%	26,1%	46,1%	86,6%	0,0%	56,5%
Promoção de transportes urbanos limpos									
Aprovado (10 ³ EUR)	180 308	135 243	645	42 015	0	0	0	2 406	0
Executado (10 ³ EUR)	131 542	100 742	572	29 643	0	0	0	585	0
Taxa de execução	73,0%	74,5%	88,7%	70,6%	0,0%	0,0%	0,0%	24,3%	0,0%
Qualidade do ar									
Aprovado (10 ³ EUR)	2 701	2 195	0	169	0	260	78	0	0
Executado (10 ³ EUR)	1 238	963	0	169	0	46	60	0	0
Taxa de execução	45,8%	43,9%	0,0%	100,0%	0,0%	17,7%	77,3%	0,0%	0,0%
Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados									
Aprovado (10 ³ EUR)	77 925	18 165	26 822	13 916	19 022	0	0	0	0
Executado (10 ³ EUR)	34 156	4 240	16 747	7 396	5 774	0	0	0	0
Taxa de execução	43,8%	23,3%	62,4%	53,1%	30,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Tratamento de água (águas residuais)									
Aprovado (10 ³ EUR)	669 356	257 523	204 026	60 669	96 433	41 283	7 914	1 509	0
Executado (10 ³ EUR)	303 706	138 138	88 742	16 640	42 730	9 544	6 642	1 270	0
Taxa de execução	45,4%	53,6%	43,5%	27,4%	44,3%	23,1%	83,9%	84,1%	0,0%

Fonte: Instituto Financeiros para o Desenvolvimento Regional, I. P. (agosto de 2013)

(a) Os valores em cada ano referem-se ao acumulado das operações desde o início do programa QREN 2007-2013 e registados em 31 de dezembro de cada ano, com exceção de 2013 que se refere à situação contabilizada em 31 de julho.





**Metodologias,
conceitos e
nomenclaturas**

13.1 - METODOLOGIAS

13.1.1 - Despesas com a proteção do ambiente

Os setores institucionais adotados pelo Sistema de Contas Nacionais, como unidades estatísticas fundamentais, caracterizam-se pelo seu comportamento e autonomia de decisão. Às Administrações Públicas compete a produção de serviços não mercantis destinados à coletividade, bem como, a realização de operações de redistribuição, do rendimento e das riquezas nacionais. O sistema de Contabilidade Nacional em vigor na União Europeia considera o setor institucional “Administrações Públicas” dividido em subsectores, dos quais se destacam a Administração Central, a Administração Regional, a Administração Local e a Segurança Social.

Segundo o “Sistema Europeu de Recolha de Informação Económica sobre o Ambiente” (SERIEE), as unidades consideradas no setor institucional Administrações Públicas, cuja função principal é a gestão e proteção do ambiente, podem dividir-se em duas categorias: produtores característicos especializados e não especializados. Identificam-se na primeira categoria as unidades que produzem serviços não mercantis diretamente ligados à gestão e proteção do ambiente. Na segunda categoria, ou seja, nos produtores característicos não especializados, consideram-se as unidades que prestam serviços de gestão e proteção do ambiente, como atividade auxiliar de uma atividade principal, secundária ou única não característica, e nas quais se incluem as unidades correspondentes às Administrações Públicas (Central, Regional e Local e respetivas Instituições Sem Fins Lucrativos).

A recolha de dados relativos à despesa das Administrações Públicas em gestão e proteção do ambiente provém de várias fontes, nomeadamente da Conta Geral do Estado, Contas das Regiões Autónomas e Contas de Gerência de alguns Serviços e Fundos Autónomos, bem como de inquéritos realizados junto de unidades estatísticas dos setores em observação.

São utilizadas as nomenclaturas inerentes ao Sistema de Contabilidade Nacional, à Classificação Económica das Receitas e das Despesas da Contabilidade Pública e à Classificação de Atividades e Despesas de Proteção do Ambiente para a classificação dos domínios de gestão e proteção do ambiente.

Administração Central

Em Portugal, a Administração Central é um dos principais setores institucionais responsáveis por significativos fluxos financeiros na área de gestão e proteção do ambiente. Englobando o Estado e demais organismos centrais, a sua competência exerce-se a nível nacional, incluindo igualmente alguns organismos autónomos que, embora exercendo a atividade a nível local, constituem meios de ação da Administração Central e são por esta financiados, a título principal.

Para a recolha de dados financeiros considera-se as unidades pertencentes aos subsectores institucionais: Estado e Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central. Deste modo, são analisadas a Conta Geral do Estado e as Contas de Gerência de algumas instituições deste nível de administração.

Administração Regional

A Administração Regional reúne os Órgãos dos Governos Regionais (Açores e Madeira) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional. A informação é recolhida com base nas Contas das Regiões e nas Contas de Gerência dos Serviços e Fundos Autónomos selecionados.

Administração Local

A Administração Local reúne diversos órgãos dos quais se destacam – os Municípios, os Serviços Autónomos da Administração Local e as Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL) da Administração Local. Estas últimas, de acordo com o sistema de informação definido pelo Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT) para o ambiente, têm um tratamento individualizado, agrupando as ISFL da Administração Central e Local.

A informação de natureza económica é recolhida através do “Inquérito aos Municípios - Proteção do Ambiente” (IMPA), efetuada por via Web, com periodicidade anual, de âmbito nacional e exaustiva (totalidade dos municípios). A informação recolhida refere-se às receitas e despesas efetuadas por administração direta dos Municípios nos domínios “Proteção da Qualidade do Ar e Clima”, “Gestão de Resíduos”, “Proteção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais”, “Proteção contra Ruídos e Vibrações”, “Proteção da Biodiversidade e Paisagem”, “Investigação e Desenvolvimento” e “Outras Atividades de Proteção do Ambiente”.



O “Inquérito aos Municípios - Proteção do Ambiente” obteve uma taxa de resposta de 100%, correspondente aos 308 Municípios do País.

Paralelamente é recolhida informação, de natureza financeira, através do “Inquérito às Entidades Gestoras de Resíduos Urbanos” (IEGRU) às entidades gestoras de serviços de gestão de resíduos urbanos em baixa, designadamente as empresas municipais e os serviços municipalizados.

13.1.2 - Empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente

O “Inquérito às Empresas - Gestão e Proteção do Ambiente” (IEGPA) é um inquérito anual efetuado por via web e pontualmente por via postal, a uma amostra de empresas cuja atividade económica se inclua nos sectores económicos, correspondentes às seguintes secções da CAE Rev. 3: B - Indústrias extrativas; C - Indústrias transformadoras, D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio e da E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição, apenas a divisão Captação, tratamento e distribuição de água.

Para além de referências metodológicas do EUROSTAT, este inquérito decorre da aplicação do Regulamento CE Nº 295/2008 de 11 de Março de 2008, relativo às Estatísticas Estruturais das Empresas, em particular no que se refere às variáveis de ambiente – 21 11 0 investimento em equipamentos e instalações fim-de-linha destinados ao controlo e redução da poluição; 21 12 0 investimentos em equipamentos limpos integrados e reconversão para processos limpos; 21 14 0 despesas correntes em atividades de controlo e redução da poluição. Desta forma, o inquérito incide sobre as atividades económicas industriais consideradas mais “agressivas” para o ambiente e, como tal, suscetíveis de gerar a maior parte e os mais significativos investimentos em atividades de proteção ambiental, no que se refere à esfera da iniciativa empresarial.

Com base na amostra obtida, os dados estimados são representativos para o conjunto dos setores de atividade abrangidos, no que se refere ao esforço financeiro suportado na luta que desenvolvem contra a poluição.

Para seleção do universo das unidades estatísticas a inquirir foi utilizado o Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas do INE. O processo de seleção obedeceu à seguinte metodologia:

Base de amostragem: Ficheiro de empresas constituído a partir do Universo de Empresas dos Inquéritos de Estrutura do ano 2012.

Todas as empresas com 1 ou mais pessoas ao serviço e classificadas nas Seções B, C, D e na Divisão 36 da CAE Rev.3.

Estratificação: O universo foi estratificado de acordo com as variáveis atividade económica, região e dimensão, medida pelo número de pessoas ao serviço e pelo volume de negócios, atendendo aos seguintes critérios:

CAE: Classificação das Atividades Económicas – Revisão 3 a dois dígitos (nível Divisão).

NUTS: Nível II da nomenclatura, representando as sete regiões do país - Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

EPS: Consideraram-se os seguintes escalões:

- (1) 1 a 49 pessoas ao serviço;
- (2) 50 a 99 pessoas ao serviço;
- (3) 100 ou mais pessoas ao serviço.

EVN: Consideraram-se os seguintes escalões:

- (1) 0 a 499 999 €;
- (2) 500 000 € a 49 999 999 €;
- (3) 50 000 000 € ou mais.

Foram inquiridos exaustivamente os estratos constituídos por empresas com 100 ou mais pessoas ao serviço ou com 50 000 000 € ou mais de volume de negócios.

Repartição da amostra: O número de empresas a inquirir por estrato, foi calculado com base na variável volume de negócios, utilizando a seguinte fórmula:

$$n_h = \frac{N_h S_h}{\sum_{i=1}^H N_i S_i} \times n \quad h=1, 2, \dots, n$$

em que:

$h \rightarrow$ índice de estrato;

$nh \rightarrow$ dimensão da amostra, no estrato h ;

$Nh \rightarrow$ dimensão do universo, no estrato h ;

$Sh \rightarrow$ desvio padrão da variável volume de negócios, no estrato h ;

$n \rightarrow$ dimensão total da amostra;

$H \rightarrow$ número total de estratos, da base de amostragem.

Seleção da amostra: Depois de constituir o universo do inquérito e concluído o estudo e dimensionamento da amostra respetiva, em cada estrato definido para o efeito, a amostra foi selecionada por ordem crescente de carga estatística acumulada e número aleatório associado à empresa, em que a carga estatística representa o número de operações estatísticas para as quais a empresa já foi selecionada.

A fiabilidade das estimativas obtidas no inquérito, foi estimada através dos coeficientes de variação *à posteriori*, calculados a partir das respostas obtidas conjuntamente com as respostas imputadas.

Estimadores: O estimador do total da variável X , num determinado estrato h , é dado por:

$$\hat{X}_h = \frac{N_h}{n_h} \sum_{i=1}^{n_h} x_{ih} \quad , \text{ com } i=1, 2, \dots, nh \quad \text{onde:}$$

$i \rightarrow$ índice de empresa

$h \rightarrow$ índice de estrato;

$Nh \rightarrow$ dimensão do universo no estrato h ;

$nh \rightarrow$ número de empresas da amostra que responderam ao inquérito;

$x_{ih} \rightarrow$ valor da variável X , da empresa i , no estrato h ;

O estimador do total da variável X , para uma agregação de estratos A , é dado por:

$$\hat{X}_A = \sum_{h \in A} \hat{X}_h \quad , \text{ com } h \in A$$

(# $A \leq H$, ou seja, o número de estratos da agregação A é menor ou igual ao número total de estratos H).

O estimador da variância do total, é dado por:

$$\hat{Var}(\hat{X}) = \sum_{h=1}^H \frac{N_h}{n_h} (N_h - n_h) s_h^2$$

sendo,

$$s_h^2 = \frac{1}{n_h - 1} \sum_{i=1}^{n_h} (x_{ih} - \bar{x}_h)^2$$

a variância calculada a partir dos valores da amostra, para cada um dos estratos.



Coeficiente de variação: O coeficiente de variação (C.V.) de um estimador é medido em termos relativos e é dado pelo quociente entre o desvio padrão do estimador e o valor do parâmetro a estimar. No caso do estimador do total, o C.V. (em %) é dado por:

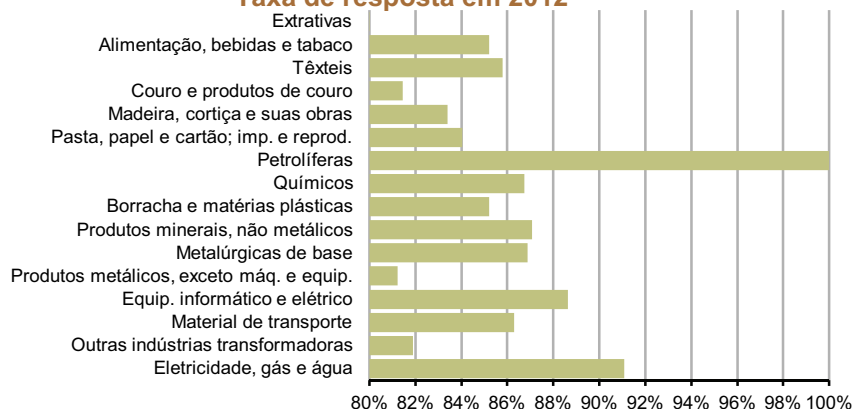
$$\hat{CV}(\hat{X}) = \frac{\sqrt{\hat{Var}(\hat{X})}}{\hat{X}} \times 100\%$$

Ao calcular o coeficiente de variação de uma estimativa pode construir-se um intervalo de valores que apresenta uma certa confiança, medida em termos de probabilidade, de conter o verdadeiro valor que se pretende estimar. Segundo a teoria da amostragem, os limites do intervalo de confiança são:

$$\left[\hat{X} \pm \hat{cv}(\hat{X}) \cdot \hat{X} \right] \quad , \text{ para um nível de confiança de 68\%;}$$

$$\left[\hat{X} \pm 1,96 \cdot \hat{cv}(\hat{X}) \cdot \hat{X} \right] \quad , \text{ para um nível de confiança de 95\%.}$$

Figura 13.1 - Inquérito às Empresas Gestão e Proteção do Ambiente - Taxa de resposta em 2012



A taxa de resposta global situou-se nos 85%. Ao nível das regiões NUTS II, a região do Alentejo e a região do Algarve registaram as taxas de resposta mais baixas, respetivamente, 80% e 74%.

Tratamento de não resposta: Para contornar o problema das não respostas foi efetuada imputação.

Em cada estrato, determinou-se o número de não respostas - NR_h e, de entre as empresas respondentes, selecionaram-se aleatoriamente NR_h empresas.

Para cada uma dessas empresas, determinou-se a estrutura de distribuição do total de cada variável observada (investimento em ambiente, gastos em ambiente, rendimento com atividades de ambiente e pessoal ao serviço afeto a atividades de ambiente) pelas suas parcelas.

Seguidamente e, para cada variável observada, determinou-se a proporção que cada uma delas representa em relação ao valor total da variável respetiva (investimento, gastos, rendimentos e pessoal ao serviço) declarado na IES 2012.

A cada não resposta atribuiu-se aleatoriamente a estrutura de uma das empresas previamente selecionada. Essa estrutura foi aplicada ao valor total da variável respetiva (investimento, gastos, rendimentos e pessoal ao serviço) declarado na IES 2012, pela empresa não respondente do IEGPA.

Figura 13.2 - Coeficientes de variação das principais rubricas contabilísticas das empresas com atividades de gestão e proteção do ambiente por setor de atividade

2012		Unidade: %		
Rubricas contabilísticas		Investimentos	Gastos	Rendimentos
Atividades económicas (CAE-Rev.3)				
Total		3,1	0,7	2,3
05-09 Extrativas		11,4	4,5	5,0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		5,3	1,8	2,0
13-14 Têxteis		10,8	4,8	66,0
15 Couro e produtos de couro		25,0	10,2	2,0
16 Madeira, cortiça e suas obras		69,1	22,2	54,2
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		0,6	0,8	1,4
19 Petrolíferas		0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos		0,5	1,2	0,4
22 Borracha e matérias plásticas		19,5	1,2	0,7
23 Produtos minerais, não metálicos		7,4	0,6	2,8
24 Metalúrgicas de base		0,0	0,7	0,5
25 Produtos metálicos, exceto máq. e equip.		23,9	5,1	4,8
26-27 Equip. informático e eléctrico		0,3	5,0	1,1
29-30 Material de transporte		1,6	1,1	0,7
28-31-32-33 Outras indústrias transformadoras		5,9	2,8	7,9
35-36 Eletricidade, gás e água		1,3	2,2	0,0

13.1.3 - Entidades Produtoras de Bens e Serviços de Ambiente

O “Inquérito ao Setor dos Bens e Serviços de Ambiente” (ISBSA) é um inquérito anual, efetuado por via Web e pontualmente por via postal, que visa a obtenção de dados sobre as atividades de proteção do ambiente e gestão de recursos realizadas por sociedades, serviços municipalizados, entidades empresariais municipais, empresas municipais e empresários em nome individual. As atividades incidem essencialmente sobre a produção de bens e prestação de serviços com o fim de promover a proteção ambiental, isto é, reduzir o impacto poluente da atividade industrial que desenvolvem e/ou reduzir a depleção dos recursos naturais.

São recolhidos dados sobre a distribuição do VVN segundo os tipos de bens produzidos e/ou de serviços prestados classificados por domínios de ambiente, assim como segundo a natureza dos clientes da entidade. A recolha de informação incide igualmente sobre o número de pessoas ao serviço da entidade com funções de ambiente, segundo o género, grupos funcionais e regime de trabalho.

O questionário pretende seguir as orientações do Manual do Setor de Bens e Serviços em Ambiente do Eurostat quanto à caracterização do setor tal como o VVN (peso por domínio de ambiente e atividade) e emprego (desagregação do género).

Unidades inquiridas

Entidades do Ficheiro de Unidades Estatísticas, associados da Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais (APEMETA), diretórios e revistas de ambiente.

Taxa de resposta

A taxa de resposta foi de 83,2%, sendo que cerca de 66,0% das entidades desenvolveram atividades relativas à produção de bens, tecnologias e serviços relacionados com a gestão da poluição e/ou recursos.

Figura 13.3 - Inquérito ao Setor de Bens e Serviços de Ambiente - Taxa de resposta em 2012

Unidades inquiridas		
Com resposta		Com atividade ambiental
N.º	%	
1 841	83,2	1 460

Tratamento de não-respostas

Para as entidades em falta no ano n, que responderam e estavam ativas em n-1, são estimados os valores de VVN e NPS.

Variável “Volume de Negócios” - VVN

Aplicação, a todas as variáveis de VVN do IBSA, da taxa média de variação do VVN (Informação Empresarial simplificada - IES), por estrato de cálculo, entre o ano n-1 e o ano n

$$vvn_a^n = vvn_a^{n-1} \times \frac{VVN_i^n}{VVN_i^{n-1}}$$

vna → variável calculada da entidade em falta;

n-1 → período de referência anterior;

n → período de referência atual;

i → estrato de cálculo;

VVNi → VVN total do estrato i.

O VVNi obtém-se a partir da IES.

Estratos de cálculo

Figura 13.4 - Estratos de cálculo para o VVN das Atividades Centrais de Ambiente

2012	Unidade: EUR		
CAE-Rev.3	Escala 1	Escala 2	Escala 3
22112	< 718 561	718 561 - 2 437 206	> 2 437 206
36001	< 192 533	192 533 - 5 640 392	> 5 640 392
36002	< 7 636 167	7 636 167 - 15 909 500	> 15 909 500
37001	< 40 925	40 925 - 866 944	> 866 944
37002	< 704 779	704 779 - 9 172 540	> 9 172 540
38111	< 48 880	48 880 - 129 379	> 129 379
38112	< 393 444	393 444 - 1 536 795	> 1 536 795
38120	< 319 488	319 488 - 2 006 940	> 2 006 940
38211	< 103 613	103 613 - 111 336	> 111 336
38212	< 1 359 602	1 359 602 - 6 054 374	> 6 054 374
38220	< 3 205 504	3 205 504 - 9 395 268	> 9 395 268
38311	< 70 722	70 722 - 218 254	> 218 254
38313	< 596 822	596 822 - 1 410 910	> 1 410 910
38321	< 1 029 348	1 029 348 - 3 185 443	> 3 185 443
38322	< 154 849	154 849 - 798 208	> 798 208
39000	< 57 122	57 122 - 147 007	> 147 007
46771	< 70 609	70 609 - 260 965	> 260 965
46772	< 92 087	92 087 - 326 727	> 326 727
46773	< 66 260	66 260 - 173 478	> 173 478

Definiram-se os seguintes estratos de cálculo:

Atividades Centrais de Ambiente (CAE Core)

As respostas obtidas para 2012 foram analisadas para a criação de estratos homogêneos. Devido às grandes disparidades de nível de VVN entre os diferentes ramos de atividade optou-se pela criação de 57 escalões que se distribuem diferenciadamente pelas CAE a 5 dígitos, definidos a partir dos valores do 2º e 3º quartis:

Outras Atividades (CAE não Core)

Em 2012, 348 ocorrências distribuíram-se por 85 CAE “não core”, ou seja em média cerca de 4 empresas por CAE, havendo no entanto 42 com apenas 1 empresa o que constitui forte constrangimento à criação de estratos viáveis, tal como ocorreu no ano anterior. A agregação de CAE não se revelou solução, constatando-se que não há homogeneidade dentro dos agregados assim constituídos.

Assim, optou-se pela definição de estratos com base apenas nos escalões de VVN obtidos a partir do 2º e 3º quartis:

Figura 13.5 - Estratos de cálculo para o VVN das Outras Atividades

2012	Unidade: EUR		
CAE-Rev.3	Escala 1	Escala 2	Escala 3
Não core	< 176 403	176 403 - 1 098 828	> 1 098 828

Atualização anual dos escalões de VVN

Os escalões de VVN são atualizados anualmente a partir do 2º e 3º quartil calculados sobre os dados obtidos em n-1.

Variável “Número de Pessoas ao Serviço” - NPS

Aplicação, a todas as variáveis de NPS do IBSA, da taxa média de variação do NPS (IES), por estrato de cálculo, entre o ano $n-1$ e o ano n

$$nps_a^n = nps_a^{n-1} \times \frac{NPS_i^n}{NPS_i^{n-1}}$$

nps_a → variável calculada da entidade em falta;
 $n-1$ → período de referência anterior;
 n → período de referência atual;
 i → estrato de cálculo;
 NPS_i → NPS total do estrato i .

O NPS_i obtém-se a partir da IES.

Estratos de cálculo

Definiram-se os seguintes estratos de cálculo:

Figura 13.6 - Estratos de cálculo para o NPS

2012	Unidade: Nº	
CAE-Rev.3	Escalão 1	Escalão 2
22112	<= 5	> 5
36001	<= 10	> 10
36002	<= 50	> 50
37001		
37002	<= 15	> 15
38111		
38112	<= 5	> 5
38120		
38211		
38212	<= 35	> 35
38220		
38311		
38313		
38321	<= 5	> 5
38322	<= 5	> 5
39000		
46771		
46772		
46773		
Não core	<= 5	> 5

13.1.4 - Organizações com atuação na área do ambiente

As instituições que desempenham papel ativo na gestão e proteção do ambiente, foram classificadas em “Organizações Não Governamentais de Ambiente” e “Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros”.

Organizações Não-Governamentais de Ambiente

Tendo em conta as atividades desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente, através de ações de sensibilização e de esclarecimento junto das populações, tornou-se necessário recolher diretamente essa informação. Assim, com base no ficheiro cedido pela Agência Portuguesa do Ambiente, responsável pela organização do Registo Nacional das ONGA, realizou-se o “Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente” (IONGA) junto a estas organizações.

A taxa de resposta obtida na edição de 2012 foi de 96,9%.

Tratamento de não resposta: para colmatar a ausência de resposta das organizações inquiridas foi efetuada imputação. À partida o número de pessoas ao serviço (NPS) nas organizações tem influência no desenvolvimento de atividades ambientais. Tendo em consideração esta situação procedeu-se à estratificação dos dados por NPS. A variável NPS foi analisada para a criação de escalões, dando origem a 6 estratos homogêneos.

Figura 13.7 - Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente - Taxa de resposta em 2012

Unidades inquiridas	
Com resposta	%
123	96,9

A imputação de não respostas é feita apenas para as organizações não respondentes do ano n (ano de referência) e é feita variável a variável, apenas quando existe informação recolhida para o ano ($n-1$).

Tratamento de não respostas para os dados físicos, com exceção das atividades desenvolvidas:

Os dados do ano n são imputados pelos valores recolhidos para o ano ($n-1$).

Tratamento de não respostas para os dados financeiros e dados físicos referentes às atividades desenvolvidas:

Inicialmente é feita uma organização dos dados pelos 6 escalões do NPS que constituem os estratos para efeitos de imputação:

- (1) 0 a 4 pessoas ao serviço;
- (2) 5 a 9 pessoas ao serviço;
- (3) 10 a 14 pessoas ao serviço;
- (4) 15 a 19 pessoas ao serviço;
- (5) 20 a 49 pessoas ao serviço;
- (6) 50 ou mais pessoas ao serviço.

Havendo informação do valor médio do estrato nos anos $(n-1)$ e n e do valor recolhido para o ano $(n-1)$, aplica-se a tendência do estrato. Com efeito,

$$v_{ij}^n = v_{ij}^{n-1} \times \frac{\overline{v_{jk}^n}}{\overline{v_{jk}^{n-1}}},$$

onde,

v_{ij}^n - valor a ser imputado da variável de ordem j na organização i no ano n ;

v_{ij}^{n-1} - valor da variável de ordem j na organização i no ano $(n-1)$;

$\overline{v_{jk}^n}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano n ;

$\overline{v_{jk}^{n-1}}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano $(n-1)$;

n - ano de referência dos dados;

$n-1$ - ano anterior ao ano de referência dos dados.

Se o valor médio do estrato não existir ou for nulo, para pelo menos um dos anos, opta-se por considerar o rácio da tendência calculado para a totalidade das organizações (sem divisão por estrato). Com efeito,

$$v_{ij}^n = v_{ij}^{n-1} \times \frac{\overline{v_j^n}}{\overline{v_j^{n-1}}},$$

onde,

v_{ij}^n - valor a ser imputado da variável de ordem j na organização i no ano n ;

v_{ij}^{n-1} - valor da variável de ordem j na organização i no ano $(n-1)$;

$\overline{v_j^n}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano n ;

$\overline{v_j^{n-1}}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano $(n-1)$;

n - ano de referência dos dados;

$n-1$ - ano anterior ao ano de referência dos dados.

Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros

Dados os serviços prestados por estas instituições na gestão e proteção do ambiente, cujo papel de combate aos fogos florestais é de importância vital para a conservação e proteção da natureza e das espécies, afigurou-se indispensável recolher diretamente informação sobre as mesmas. À semelhança da edição de 2011, o INE continua a utilizar dados de fonte administrativa proveniente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), entidade responsável pela criação e manutenção do Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses. Uma vez que as atribuições da ANPC se restringem às associações humanitárias de bombeiros e respetivos corpos de bombeiros do território continental, o INE realizou, em simultâneo, o "Inquérito às Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros" (IEDCB) junto dos corpos de bombeiros dependentes dos municípios e de entidades privadas do Continente com base no ficheiro cedido pela ANPC, e das regiões autónomas, para recolha de dados físicos e financeiros relativos às atividades desenvolvidas.

O inquérito é anual e efetuado por via Web. A taxa de resposta do inquérito obtida na edição de 2012 foi de 100%. No que se refere aos dados administrativos, a taxa de resposta da componente física foi de 100%, enquanto a componente financeira situou-se nos 94,9%.

Tratamento de não resposta: para colmatar a ausência de resposta das associações inquiridas foi efetuada a imputação de não respostas para as entidades detentoras de corpos de bombeiros que não responderam aos dados financeiros no ano n (ano de referência) e é feita variável a variável, apenas quando existe informação recolhida para o ano $(n-1)$.

À partida o volume de negócios (VVN) das entidades detentoras de corpos de bombeiros tem influência nos seus gastos, rendimentos e investimentos. Tendo em consideração esta situação procedeu-se à estratificação dos dados por VVN. A variável VVN foi analisada para a criação de escalões, sendo estes construídos a partir dos valores do primeiro, segundo e terceiro quartis (Q1, Q2 e Q3, respetivamente).

Inicialmente é feita uma organização dos dados pelos 4 escalões do VVN que constituem os estratos para efeitos de imputação:

EVVN	VVN
1	<Q1
2	[Q1; Q2[
3	[Q2; Q3[
4	>=Q3

Imputação pela tendência do estrato

- Havendo informação do valor médio do estrato nos anos $(n-1)$ e n e do valor recolhido para o ano $(n-1)$, aplica-se a tendência do estrato. Com efeito,

$$v_{ij}^n = v_{ij}^{n-1} \times \frac{\overline{v_{jk}^n}}{\overline{v_{jk}^{n-1}}},$$

onde,

v_{ij}^n - valor a ser imputado da variável de ordem j na unidade estatística i no ano n ;

v_{ij}^{n-1} - valor da variável de ordem j na unidade estatística i no ano $(n-1)$;

$\overline{v_{jk}^n}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano n ;

$\overline{v_{jk}^{n-1}}$ - valor médio da variável de ordem j no estrato k no ano $(n-1)$;

n - ano de referência dos dados;

$n-1$ - ano anterior ao ano de referência dos dados.

- Se o valor médio do estrato não existir ou for nulo, para pelo menos um dos anos, opta-se por considerar o rácio da tendência calculado para a totalidade das unidades estatísticas (sem divisão por estrato). Com efeito,

$$v_{ij}^n = v_{ij}^{n-1} \times \frac{\overline{v_j^n}}{\overline{v_j^{n-1}}},$$

onde,

v_{ij}^n - valor a ser imputado da variável de ordem j na unidade estatística i no ano n ;

v_{ij}^{n-1} - valor da variável de ordem j na unidade estatística i no ano $(n-1)$;

$\overline{v_j^n}$ - valor médio da variável de ordem j no ano n ;

$\overline{v_j^{n-1}}$ - valor médio da variável de ordem j no ano $(n-1)$;

n - ano de referência dos dados;

$n-1$ - ano anterior ao ano de referência dos dados.

13.1.5 - Estatísticas dos Resíduos Urbanos

Os dados reportados foram disponibilizados pela APA e resultam da informação reportada pelas entidades gestoras de sistemas de gestão de resíduos urbanos no sistema SIRAPA.

13.1.6 - Estatísticas do Movimento Transfronteiriço de Resíduos

Os quantitativos apresentados são dados administrativos registados, resultantes dos procedimentos legais e administrativos de notificação para controlo de transferências de resíduos, podendo não refletir a quantidade real das transferências de resíduos.

As transferências de resíduos da lista verde não estão contabilizadas para os anos de 2007 e 2009, uma vez que, de acordo com o Regulamento (CEE) n.º 259/93 do Conselho, de 1 de Fevereiro, não era obrigatória a apresentação do Anexo VII da Convenção de Basileia para as transferências desses resíduos. Só com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 45/2008, transpondo a jurisprudência do Regulamento (CE) n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho, começou a ser obrigatória a apresentação do Anexo VII da Convenção de Basileia nas transferências de resíduos da lista verde.

O termo “exportação” utiliza-se apenas para facilidade de interpretação global, tratando-se na realidade de transferências de resíduos para países comunitários e exportação para países terceiros, conforme definido na legislação de referência (Regulamento (CE) n.º 1013/2006).

13.2 - CONCEITOS

Acidificação: aumento da acidez do meio resultante da volatilização de diversos compostos, nomeadamente amoníaco, óxidos de azoto e óxidos de enxofre, que provocam a contaminação das chuvas, provocando alterações químicas.

Água segura: corresponde à percentagem de água controlada e de boa qualidade, sendo esta o produto da percentagem de cumprimento da frequência de amostragem pela percentagem de cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação dos parâmetros sujeitos a controlo de rotina 1, controlo de rotina 2 e controlo de inspeção, tal como definido no Anexo II do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.

O cumprimento da frequência mínima de amostragem, ou seja, a percentagem de análises realizadas, é calculado em função do número de análises regulamentares obrigatórias:

$$\% \text{ de análises realizadas} = \left(1 - \frac{N.^\circ \text{ de análises em falta}}{N.^\circ \text{ análises regulamentares obrigatórias}} \right) \times 100$$

A expressão que permite determinar a percentagem de análises em cumprimento do valor paramétrico (VP) é:

$$\% \text{ de análises em cumprimento do VP} = \left(\frac{N.^\circ \text{ de análises em cumprimento do VP}}{N.^\circ \text{ análises realizadas com VP (a)}} \right) \times 100$$

(a) Refere-se a todos os parâmetros com valor paramétrico definido no decreto-lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, exceto os parâmetros acrilamida, epicloridrina, cloreto de vinilo e radioativos.

$$\text{água segura} = \% \text{ de análises realizadas} \times \% \text{ de análises em cumprimento do valor paramétrico}$$

Atividade de proteção do ambiente: considera-se uma atividade de proteção do ambiente toda a ação, que prossegue um fim de proteção do ambiente. Compreende-se ações que contribuem para a prevenção e diminuição do desgaste provocado no ambiente pela poluição e/ou as atividades que contribuem para adiar o esgotamento dos recursos existentes na natureza. Contam-se nesta última situação, entre outras, tecnologias que permitem o aproveitamento de energias renováveis, produtos ou tecnologias que contribuem para uma redução do consumo de energia, face a outros produtos ou tecnologias convencionais menos onerosas.

Atividade principal: entende-se por atividade principal a de maior importância, medida pelo valor a preços de venda dos produtos vendidos ou produzidos ou dos serviços prestados no período de referência. Na impossibilidade da determinação do maior volume de vendas das atividades exercidas, considera-se como principal a que ocupa com carácter de permanência o maior número de pessoas ao serviço.

Atividade secundária: atividade exercida pela empresa ou estabelecimento para além da atividade principal.

Adequabilidade do tratamento face à qualidade da água bruta: consoante a sua qualidade, as águas superficiais destinadas à produção de água para consumo humano, são classificadas nas categorias A1, A2 e A3, de acordo com as normas de qualidade fixadas no Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto. A cada categoria corresponde um esquema de tratamento distinto, de forma a tornar as águas superficiais aptas para consumo humano (Classe A1 – tratamento físico e desinfecção; Classe A2 – tratamento físico, químico e desinfecção; Classe A3 – tratamento físico, químico de afinação e desinfecção)

Área protegida: área terrestre, área aquática interior ou área marinha na qual a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentam uma relevância especial decorrente da sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico e que exigem medidas específicas de conservação e gestão no sentido de promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, pela regulamentação das intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.



Aterro: instalação de eliminação para a deposição de resíduos acima ou abaixo da superfície natural (isto é, deposição subterrânea), incluindo: - as instalações de eliminação internas (isto é, os aterros onde o produtor de resíduos efetua a sua própria eliminação de resíduos no local da produção), - uma instalação permanente (isto é, por um período superior a um ano) usada para armazenagem temporária, mas excluindo:

- instalações onde são descarregados resíduos com o objetivo de os preparar para serem transportados para outro local de valorização, tratamento ou eliminação;
- a armazenagem de resíduos previamente à sua valorização ou de tratamento por um período geralmente inferior a três anos;
- a armazenagem de resíduos previamente à sua eliminação por um período inferior a um ano.

Bacharelato: curso de 3 anos, comprovativo de uma formação científica, académica e cultural adequada ao exercício de determinadas atividades profissionais, conducente ao grau de bacharel.

Biomassa: combustível com origem nos produtos e resíduos da agricultura (incluindo substâncias vegetais e animais), nos resíduos das florestas e indústrias conexas e na fração biodegradável dos resíduos industriais e urbanos.

Bombeiro: indivíduo que está integrado de forma profissional ou voluntária num corpo de bombeiros e tem por atividade cumprir as respetivas missões: proteção de vidas humanas e bens em perigo, mediante a prevenção e extinção de incêndios; o socorro de feridos, doentes ou náufragos; prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.

Bombeiro profissional: bombeiro que exerce a sua atividade em exclusividade ou como profissão principal, mediante um contrato de trabalho, por via do qual auferir a respetiva remuneração.

Bombeiro voluntário: bombeiro que exerce a sua atividade como ocupação secundária, desempenhando outra profissão como atividade profissional.

Cabeça normal: medida pecuária que relaciona os efetivos, convertidos em cabeças normais, em função das espécies e das idades, através de uma tabela de conversão, e, em que, um animal adulto da espécie bovina corresponde a 1 C.N..

Capitação: consumo médio expresso em quilogramas ou litros/habitante, durante o período de referência, tomando para base do seu cálculo a população residente no território a meio ou no fim do ano, consoante o período de referência observado.

Carvão: combustível de cor negra que pode ser um sedimento fóssil orgânico, formado por resíduos de vegetais e solidificado por baixo de camadas geológicas (carvão mineral), ou consistir em madeira carbonizada (pela combustão sem ar, por exemplo), e ser usado para cozinhar e para aquecimento doméstico (carvão vegetal) entre outros fins.

Coesão económica, social e territorial: exprime a solidariedade entre os estados-membros e as regiões da União Europeia, através da qual se favorece o desenvolvimento equilibrado do território comunitário, a redução das diferenças estruturais entre as regiões da União, bem como a promoção de uma verdadeira igualdade de oportunidades entre as pessoas. Concretiza-se através de diversas intervenções financeiras, nomeadamente as dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão.

Compostagem: processo de reciclagem onde se dá a degradação biológica, aeróbica ou anaeróbica, de resíduos orgânicos, de modo a proceder à sua estabilização, produzindo uma substância húmida, utilizável em algumas circunstâncias como um condicionador do solo.

Consumo aparente de fertilizantes: total de fertilizantes disponíveis para serem utilizados no mercado interno pelo setor agrícola (inclui eventuais perdas e stocks).

Corpo de bombeiros: unidade operacional onde se integram os bombeiros que é oficialmente homologada e tecnicamente organizada, preparada e equipada para exercer as missões que lhe são atribuídas.

Corpo de bombeiros misto: corpo de bombeiros constituído por bombeiros profissionais e voluntários, sujeitos aos respetivos regimes jurídicos, que depende de uma câmara municipal ou de uma associação humanitária de bombeiros e que se organiza de acordo com o modelo definido pela entidade a que está vinculado, nos termos de regulamento aprovado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e depois de ouvido o Conselho Nacional de Bombeiros.

Corpo de bombeiros privativo: corpo de bombeiros pertencente a uma pessoa coletiva privada que tem necessidade de criar e manter um corpo profissional de bombeiros com formação adequada, para autoproteção e por motivos relacionados com a sua atividade ou o seu património.

Corpo de bombeiros profissional: corpo de bombeiros criado e mantido na dependência direta de uma câmara municipal, sendo exclusivamente integrado por bombeiros profissionais.

Corpo de bombeiros voluntário: corpo de bombeiros pertencente a uma associação humanitária de bombeiros e constituído por bombeiros em regime de voluntariado.

Despesa consolidada: despesa efetuada no setor, sendo eliminados os fluxos entre as diversas unidades componentes do mesmo setor institucional.

Destino final dos resíduos: fase última da sequência de operações (meios e/ou processos) de eliminação e/ou valorização dos resíduos, pela qual se considera que os resíduos sujeitos a um dado tratamento atingiram um grau de nocividade o mais reduzido possível, ou mesmo nulo. Nos casos em que um resíduo é sujeito a operações de eliminação e valorização em simultâneo, deve ser especificado em termos relativos, as quantidades submetidas a cada tipo de operação.

Dirigentes: indivíduos que definem a política geral da empresa/instituição ou que exercem uma função consultiva na organização da mesma. Inclui os diretores setoriais (diretor financeiro, diretor comercial, diretor de produção, etc.). Deverão ser excluídas as pessoas que, embora tendo essas funções não auferem uma remuneração de base.

Doutoramento: processo conducente ao grau de doutor realizado numa instituição de ensino superior universitário no âmbito de um ramo do conhecimento. Consiste na elaboração de uma tese de investigação inovadora e original, contribuindo para o progresso do conhecimento, podendo envolver a prestação de provas complementares quando a regulamentação aplicável o impuser.

Efeito de estufa: absorção pela atmosfera de parte da radiação infravermelha emitida pela superfície da Terra em resultado da concentração de gases com efeito de estufa.

Efetivo animal: animais que são propriedade de uma exploração agrícola, bem como os criados sob contrato pela exploração.

Eletricidade: energia produzida por centrais hidroelétricas, nucleares e térmicas convencionais, de ondas e marés, eólicas e solares fotovoltaicas.

Eliminação de resíduos: qualquer operação que visa dar um destino final adequado aos resíduos nos termos previstos na legislação em vigor (ver em nomenclaturas listagem de operações de eliminação conforme consta no Decreto-Lei 178/2006 de 5 de Setembro D.R. Série I N.º 171 de 5 de Setembro).

Emprego equivalente a tempo completo: o emprego equivalente a tempo completo, que é igual ao número de empregos equivalentes a tempo completo, é definido como o total de horas trabalhadas dividido pela média anual de horas trabalhadas em empregos a tempo completo no território económico.

Empresa: entidade jurídica (pessoa singular e coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias atividades, num ou vários locais.

Energia eólica: energia cinética do vento explorada para a produção de eletricidade em turbinas eólicas.

Energia geotérmica: energia disponível como calor emitido do interior da crosta terrestre, geralmente sob a forma de água quente ou de vapor.

Energia hídrica: energia renovável com fonte na energia potencial resultante dos fluxos de água nos rios.

Energia hidroelétrica: energia potencial e cinética da água convertida em eletricidade em centrais hidroelétricas

Energia primária: energia que pode ser utilizada diretamente ou que vai ser sujeita a transformação, incluindo a energia utilizada nos processos de transformação e as perdas inerentes a esses processos.

Energia solar fotovoltaica: luz solar convertida em eletricidade pela utilização de células solares geralmente constituídas por material semicondutor que, exposto à luz, gera eletricidade.



Energia solar térmica: calor resultante da radiação solar, podendo vir de centrais solares termoelétricas, de equipamento para a produção de água quente de uso doméstico ou para o aquecimento sazonal de piscinas como por exemplo coletores planos, principalmente do tipo termossifão.

Ensino básico: nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção do aluno em esquemas orientados para a vida ativa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

Ensino secundário: nível de educação escolar que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa – Cursos tecnológicos. Ambos os tipos de cursos têm a duração de três anos, correspondentes ao 10, 11º e 12º anos de escolaridade.

Ensino superior: ensino que compreende as universidades, as escolas universitárias não integradas, os institutos politécnicos e as escolas superiores politécnicas não integradas. Nível de ensino que compreende o ensino universitário e o ensino politécnico ao qual têm acesso indivíduos habilitados com um curso do ensino secundário, ou equivalente, que, façam prova de capacidade para a sua frequência, bem como os indivíduos maiores de 25 anos que, não estando habilitados com um curso do ensino secundário ou equivalente, e não sendo titulares de um curso do ensino superior, façam prova, especialmente adequada, para a sua frequência.

Entidade detentora de corpo de bombeiros: entidade pública ou privada que cria e mantém em atividade um corpo de bombeiros, de acordo com a legislação em vigor.

Entidade gestora: entidade responsável pela exploração e funcionamento, e eventualmente também pela conceção, construção e manutenção, dos sistemas de abastecimento público de água, dos sistemas de águas residuais e/ou dos sistemas de resíduos urbanos, ou de parte destes sistemas (Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto).

Equipamento e instalações fim-de-linha: instalações específicas e/ou equipamentos, ou partes distintas de maquinaria, funcionando no término do processo de produção, destinadas a tratar, prevenir (evitar), reduzir ou medir a poluição.

Estabelecimento: empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

Exploração agrícola: unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros, e que deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições seguintes: 1. produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; 2. atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais); 3. estar submetida a uma gestão única; 4. estar localizada num local bem determinado e identificável.

Exportação de energia: venda de produtos energéticos com destino a um país estrangeiro.

Fabricação de bens de equipamento: compreende o fabrico de bens de equipamento, que se destinam em regra, a uma utilização prolongada no tempo, e que constituem imobilizados corpóreos adquiridos por outras empresas, organismos públicos, famílias, etc. São equipamentos que no decurso da sua utilização concorrem para um fim de proteção do ambiente, como por exemplo filtros para o tratamento de emissões para a atmosfera, estações de tratamento de águas residuais, equipamentos para triagem e redução de resíduos sólidos, etc.

Fabricação de produtos: considera-se o fabrico de produtos que sejam utilizados e consumidos no decurso de atividades de proteção ambiental, como por exemplo, agentes químicos e biológicos aplicados no tratamento de águas residuais e/ou de resíduos sólidos.

Fertilizante: substâncias utilizadas (adubos e/ou corretivos) com o objetivo de direta ou indiretamente melhorar a nutrição das plantas.

Fluxo de resíduos: agrupamento de resíduos segundo o tipo de produto componente. Identificam-se as diferentes categorias de produtos componentes dos resíduos, tais como: fluxo de resíduos de embalagens, fluxo de resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos, fluxo de resíduos de pilhas e acumuladores, fluxo de resíduos de pneus, fluxo de resíduos de solventes, fluxo de resíduos de óleos, fluxo de resíduos de veículos em fim de vida, entre outros.

Fonte de energia renovável: fonte de energia não fóssil e não mineral, renovável a partir dos ciclos naturais.

Fornecimentos e serviços externos: todos os custos por aquisição de bens de consumo corrente que não sejam existências e de serviços prestados por entidades externas à unidade estatística de observação.

Fundo de coesão: fundo instituído em 1993 para acelerar a convergência económica, social e territorial da União Europeia, destina-se a países cujo PIB médio por habitante, é inferior a 90% da média comunitária. Este fundo contribui, numa perspetiva de promoção do desenvolvimento sustentável, para o financiamento das intervenções no domínio do ambiente e das redes transeuropeias de transportes nos dez novos Estados Membros, em Espanha, na Grécia e em Portugal.

Fundos estruturais: instrumentos financeiros de política regional da União Europeia. Têm por objetivo reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões e das ilhas menos favorecidas, incluindo as zonas rurais, com vista a reforçar a sua coesão económica, social e territorial.

Fungicidas: substância ou preparação que destrói os fungos ou impede o seu desenvolvimento.

Gás natural: gás constituído essencialmente por metano, que existe em estado natural em depósitos subterrâneos, associado ao petróleo bruto ou ao gás recuperado das minas de carvão (grisu).

Gestão da poluição: atividades de prevenção, medição, redução, eliminação, correção dos efeitos da poluição e de qualquer outro dano ao ambiente, nomeadamente à atmosfera, solos, rios assim como problemas associados à gestão dos resíduos, poluição sonora e ameaças aos ecossistemas. Notas: Excluem-se medidas tomadas por razões de higiene e segurança dos locais de trabalho ou as que visam o aumento da eficiência (por exemplo a redução de matérias-primas) ou rentabilidade da produção e melhoria da qualidade dos produtos e/ou serviços.

Gestão dos recursos: gestão de recursos de modo sustentável como a conservação de recursos naturais que estão sujeitos a esgotamento pelo consumo humano, visando a limitação ou minimização do seu uso. Notas: Refere-se ao aproveitamento da energia renovável, poupança de energia, gestão da água potável, entre outras atividades.

Herbicidas: produtos químicos, que, pela sua variedade e poder seletivo, atuam nas ervas daninhas procurando não prejudicar o normal desenvolvimento das culturas.

Importação de energia: compra de produtos energéticos a um país terceiro.

Imposto com relevância ambiental: receita obtida pelas Administrações Públicas através da taxa de produtos e serviços cuja base de imposto possa ter um impacto negativo no ambiente. Esta receita provém de pagamentos obrigatórios, sem contrapartida, no sentido em que as Administrações Públicas não oferecem, diretamente, nada em troca à unidade institucional que está a efetuar o pagamento, embora possam usar esses fundos para o fornecimento de bens e serviços para outras unidades institucionais ou para a comunidade como um todo.

Incêndio florestal: combustão não limitada no tempo nem no espaço e que atinge uma área florestal.

Incineração: tratamento térmico de resíduos no qual a energia de matérias combustadas é transformada em energia térmica. Os compostos combustíveis são transformados em gases de combustão que se libertam na forma de gases de chaminé. A matéria inorgânica não combustível mantém-se na forma de escórias ou cinzas volantes.

Intensidade energética: quociente entre o consumo bruto de energia e o Produto Interno Bruto (PIB) (valores anuais). Mede o consumo energético de uma economia e a sua eficiência energética global.

Inquérito exaustivo: são inquiridas a totalidade das unidades estatísticas de um dado universo.



Instalação, montagem e/ou comércio de equipamentos ou produtos concebidos para ações de proteção ambiental: compreende as atividades de construção e instalação de equipamentos aplicados em atividades de proteção ambiental, designadamente: construção e instalação de estações de tratamento de águas residuais, estações de transferência de resíduos e aterros, centrais para aproveitamento de energias renováveis, etc. Compreende ainda atividades de comércio de equipamentos e produtos aplicados em ações de proteção do ambiente, como por exemplo, agentes químicos e biológicos para o tratamento de águas residuais, emissões atmosféricas ou resíduos sólidos.

Inseticida: substância ou preparação usada para controlar e combater insetos.

Investimento: conjunto de importâncias despendidas com a aquisição de imobilizado que a unidade estatística de observação utiliza como meio de realização dos seus objetivos.

Licenciatura: curso de 4 a 6 anos, comprovativo de uma sólida formação científica, técnica e cultural que permita o aprofundamento de conhecimentos numa determinada área do saber e de um adequado desempenho profissional, conducente ao grau de licenciado.

Madeira, resíduos de madeira e outros resíduos sólidos: culturas energéticas (choupo, salgueiro, etc.), matérias lenhosas geradas por um processo industrial (indústria da madeira/papel, em particular) ou fornecidas diretamente pela silvicultura e agricultura (lenha, aparas de madeira, paletes de madeira, casca, serrim, lascas, estilhaços, licor negro etc.), assim como resíduos de palha, cascas de arroz, cascas de nozes, cama de aves de capoeira, borras de uvas esmagadas, entre outros, cujo fim preferencial é a combustão.

Mestrado: curso com a duração máxima de 4 semestres, compreendendo a frequência do curso de especialização e a apresentação de uma dissertação original, comprovativo de um nível aprofundado de conhecimentos numa área científica específica e a capacidade para a prática de investigação. Podem candidatar-se ao grau de mestre os indivíduos detentores do grau de licenciado com a classificação mínima de 14 valores ou, excecionalmente, após apreciação curricular, licenciados com classificação inferior.

Milho Bt: planta de milho geneticamente modificada, na qual foi introduzido no seu genoma o gene CrYAb da bactéria de solo *Bacillus thuringiensis* Bt. A presença deste gene faz com que as plantas produzam uma proteína que, quando consumida pelas larvas dos insetos, *Ostrinia nubilalis* e *Sesamia nonagrioides*, vulgarmente chamadas de brocas do milho, é tóxica e provoca-lhes a morte, protegendo, assim, as plantas.

Nível de escolaridade: nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

Número médio de pessoas ao serviço: somatório do pessoal ao serviço na última semana completa de cada mês de atividade, a dividir pelo número de meses de atividade da instituição.

Ondas de calor: ocorre uma onda de calor quando num período de 6 dias consecutivos, a temperatura máxima do ar é superior em 5°C ao valor médio das temperaturas máximas diárias no período de referência (1961-1990).

Onda de Frio: ocorre onda de frio quando num período de 6 dias consecutivos, a temperatura mínima do ar é inferior em 5°C ao valor médio das temperaturas mínimas diárias no período de referência (1961-1990).

Operação de gestão de resíduos: operações que correspondem à recolha, ao transporte, à valorização e à eliminação de resíduos e incluem a supervisão destas operações, a manutenção dos locais de eliminação após encerramento e as medidas tomadas na qualidade de comerciante ou corretor.

Organismo geneticamente modificado: um organismo geneticamente modificado (OGM) é um organismo que foi transformado pela inserção, no seu material genético ou ADN ácido desoxirribonucleico, de um ou mais transgenes. Por transgene entende-se uma sequência de ADN que, por técnicas de engenharia genética, é inserida no ADN de um organismo. Cada transgene é concebido para produzir no organismo recetor o ganho ou a perda de uma função específica.

Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA): associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza.

Orientação técnico-económica: determina o grau e o tipo de especialização de uma exploração agrícola e é baseada na relação entre as diferentes atividades da exploração (frações da Margem Bruta Padrão total da exploração). Se 2/3 da Margem Bruta Padrão total provém apenas de uma atividade, essa exploração é considerada especializada nessa atividade; se apenas 1/3 da Margem Bruta Padrão total provir de uma atividade, diz-se orientada nessa atividade; finalmente, se a Margem Bruta Padrão total de nenhuma atividade representar 1/3 da MBS total, a exploração é classificada como mista nessas atividades.

Pessoal ao serviço: pessoas que no período de referência efetuaram qualquer trabalho remunerado de pelo menos uma hora para a instituição, independentemente do vínculo que tinham.

Pessoal não remunerado: indivíduos que exercem uma atividade na empresa/instituição e que, por não estarem vinculadas por um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, não recebem uma remuneração regular, em dinheiro e/ou géneros pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido.

Pessoal remunerado: indivíduos que exercem uma atividade na empresa/instituição nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, que lhes confere o direito a uma remuneração regular em dinheiro e/ou géneros. Inclui os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa/instituição observada sendo por esta diretamente remunerados, mas mantendo o vínculo à empresa/instituição de origem. Exclui os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa/instituição observada, sendo remunerados pela empresa/instituição de origem e mantendo com ela o vínculo laboral.

Pessoas maioritariamente ocupadas com funções de ambiente: pessoas que se avaliam em 50% ou mais do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com a execução de atividades de gestão e proteção do ambiente.

Pessoas minoritárias ou ocasionalmente ocupadas com funções de ambiente: pessoas que se avaliam em menos de 50% do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com atividades de gestão e proteção do ambiente.

Potencial de efeito de estufa: mede o efeito, nas propriedades de radiação da atmosfera, de 1 tonelada de gás equivalente a CO₂. Uma vez que os vários gases de efeito de estufa têm períodos de vida diferentes, é necessário definir um horizonte temporal para calcular o potencial.

Povoamento florestal: áreas ocupadas por um conjunto de árvores florestais crescendo num dado local, suficientemente homogêneas na composição específica, estrutura, idade, crescimento ou vigor, e cuja percentagem de coberto é no mínimo de 10%, que ocupa uma área no mínimo de 0,5 ha e largura não inferior a 20m.

Produtos fitofarmacêuticos: substâncias que se destinam a proteger os vegetais ou os produtos vegetais contra todos os organismos prejudiciais ou a impedir a sua ação. Ex: acaricidas, inseticidas, fungicidas, herbicidas, etc.

Produtos “verdes”: produtos que, em fase de consumo corrente ou final, são menos poluentes, comparativamente a outros existentes no mercado, e que verifiquem um objetivo de proteção do ambiente (exemplo: gasolina s/chumbo, detergentes sem fosfatos, fuel com baixo teor de sulfurosos, óleo lubrificante biodegradável, etc.).

Quadro ativo: quadro de pessoal constituído pelos elementos aptos para executarem as missões do corpo de bombeiros, em cumprimento das ordens que lhes são determinadas pela hierarquia, bem como das normas e procedimentos estabelecidos, e que estão normalmente integrados em equipas.

Quadro de comando: quadro de pessoal constituído pelos elementos do corpo de bombeiros a quem é conferida a autoridade para organizar, comandar e coordenar as atividades exercidas pelo corpo de bombeiros, incluindo, a nível operacional, a definição estratégica dos objetivos e missões a desempenhar.

Quadros e técnicos médios: quadros e técnicos das áreas administrativas, comercial ou de produção com funções de organização e adaptação da planificação estabelecida superiormente, as quais requerem conhecimentos técnicos de nível médio.

Quadros e técnicos superiores: quadros e técnicos da área administrativa, comercial ou de produção da empresa com funções de coordenação nessas áreas de acordo com planificação estabelecida superiormente, bem como funções de responsabilidade, ambas requerendo conhecimentos técnico-científicos de nível superior.



Qualificação funcional dos recursos humanos: recursos humanos ao serviço da entidade gestora em 31 de Dezembro, segundo a hierarquia funcional utilizada no Balanço Social do Ministério do Trabalho e Solidariedade e em função do vínculo à entidade patronal. Para o enquadramento dos efetivos nos níveis de qualificação, foi utilizada a classificação estabelecida nos diplomas legais aplicáveis a cada entidade gestora. A imputação do número de funcionários por tipo de serviço é feita segundo os seguintes critérios:

- os funcionários que se dedicam a tarefas apenas sobre um tipo de sistema são imputados nesse tipo;
- os funcionários que executam tarefas sobre mais que um tipo de sistema ou contribuem para a gestão global da entidade gestora, quando ela tem responsabilidade de exploração de mais de um tipo de sistema, são imputados proporcionalmente ao tempo dedicado a cada um.

Inclui todos os trabalhadores ligados à empresa por um contrato de trabalho no período de referência e que auferem do estabelecimento uma remuneração base. Inclui os trabalhadores temporariamente ausentes no período de referência por férias, maternidade, conflito de trabalho, formação profissional, assim como doença e acidentes de trabalho de duração igual ou inferior a 1 mês. Exclui os trabalhadores a cumprir serviço militar, em regime de licença sem vencimento, em desempenho de funções públicas, ausentes por doença ou acidentes de trabalho de duração superior a 1 mês, pagos exclusivamente à comissão, colocados por empresas de trabalho temporário e ao abrigo de um contrato de aprendizagem.

Resíduo setorial: resíduo produzido no exercício de atividades económicas com processos produtivos que geram resíduos diferentes dos resíduos gerados pelas famílias nas suas habitações. Compreende todos os resíduos não abrangidos pelo conceito de resíduo urbano tais como resíduos agrícolas, de construção e demolição, de atividades extrativas e mineiras, hospitalares e industriais.

Resíduo urbano: resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, é semelhante ao proveniente de habitações.

Sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS, sigla em inglês): instrumento de participação voluntária que tem como principais objetivos a promoção de uma melhoria contínua do comportamento ambiental global de uma organização através da conceção e implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, bem como uma avaliação sistemática, objetiva e periódica de desempenho desse mesmo sistema e a prestação de informações relevantes ao público e a outras partes interessadas, através da publicação da Declaração Ambiental.

Superfície agrícola utilizada: superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes.

Taxa com relevância ambiental: receita obtida pelas Administrações Públicas através da taxação de produtos e serviços cuja base de imposto possa ter um impacto negativo no ambiente. Uma taxa difere de um imposto no sentido em que as Administrações Públicas usam a receita arrecadada para estabelecer algum tipo de função de regulação (tais como a verificação de competências ou qualificações das entidades envolvidas ou o estabelecimento de sistemas de gestão em diversas áreas que tenham a tendência, no decorrer da sua atividade, para provocar externalidades negativas para a sociedade).

Tecnologias integradas: equipamentos e/ou instalações ou partes de equipamento e/ou instalações, tendo sofrido modificações no sentido da diminuição da poluição. Contrariamente ao equipamento e instalações "Fim de linha", estes encontram-se integrados no processo de produção. É contabilizado apenas o custo adicional decorrente das especificidades do equipamento ou construção. O valor é estimado, por exemplo, comparando com outras soluções alternativas existentes no mercado, mas que não verifiquem as normas de proteção do ambiente existentes, ou a implementar.

Tecnologias limpas ou menos poluentes: equipamentos e/ou instalações, onde se tenha operado modificações no sentido da diminuição da poluição. Incluem-se igualmente, os equipamentos que permitem uma racionalização de consumo dos recursos naturais, nomeadamente, o recurso água.

Transporte de resíduos: qualquer operação que vise transferir fisicamente os resíduos do local onde é gerado para outro local de destino final (incluindo locais de transferência onde se efetua a triagem ou reacondicionamento dos resíduos). Habitualmente, quando se trata de sistemas urbanos de recolha de resíduos, considera-se que o transporte se inicia após a recolha do último contentor e termina com a descarga dos resíduos na instalação de valorização ou eliminação.

Tratamento de água para abastecimento: processo que torna apta a ser utilizada para consumo humano, a água captada de qualquer fonte.

Variação populacional: diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

Valorização de resíduos: qualquer operação de reaproveitamento de resíduos prevista na legislação em vigor (ver em nomenclaturas listagem de operações de valorização conforme consta no Decreto-Lei 178/2006 de 5 de Setembro D.R. Série I N.º 171 de 5 de Setembro).

Vendas: regista o valor das alienações dos bens (mercadorias; produtos acabados e intermédios; ou subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos) resultantes do desenvolvimento da atividade corrente da empresa.

Volume de negócios: quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às atividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos diretamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade.

Zonas desfavorecidas: áreas designadas por zonas desfavorecidas apresentam condições naturais ou condicionantes ambientais desfavoráveis à atividade agrícola. Segundo o regulamento comunitário Reg. (CE) N.º 1257/99, as zonas desfavorecidas podem ser classificadas segundo três categorias (zonas desfavorecidas de montanha, zonas desfavorecidas com desvantagens específicas e outras zonas desfavorecidas).



13.3 - NOMENCLATURAS

13.3.1 - Classificação Estatística de Atividades e de Despesas de Proteção do Ambiente

Domínio 1 - Proteção da Qualidade do Ar e Clima

Compreende todas as atividades referentes aos processos de produção, às atividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objetivo é o de reduzir a poluição atmosférica, assim como, às atividades de medição e controle das emissões de gases que afetam a camada do ozono. Inclui-se igualmente, os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias, que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despoeiramento e outras técnicas, assim como, as atividades que aumentem a dispersão dos gases, por forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos.

Domínio 2 - Gestão de Águas Residuais

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição da água. Inclui-se, igualmente, os sistemas de coletores, canalizações, condutas e bombas destinadas a evacuar as águas residuais desde o seu ponto de produção até à estação de tratamento, ou até ao ponto onde são evacuadas, assim como o tratamento das águas de arrefecimento.

Domínio 3 - Gestão de Resíduos

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através dos resíduos. Inclui-se igualmente, as atividades de recolha dos resíduos pelos serviços municipais ou organismos similares, seja por empresas do setor público ou privado, empresas especializadas ou pela administração pública, assim como, o transporte de resíduos para os centros de tratamento ou de eliminação. A recolha dos resíduos municipais pode ser seletiva (efetuada de uma maneira específica, para um dado produto), ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos), não incluindo os serviços de limpeza (desentulho) no período de Inverno. São também consideradas as atividades de eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioativos), assim como de resíduos não tóxicos (tratamento físico-químicos, incineração, tratamento biológico ou qualquer outro tipo de tratamento).

Domínio 4 - Proteção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais

Compreende as atividades de proteção do ambiente, implicando a construção, manutenção e exploração de instalações de descontaminação de solos poluídos, purificação de águas subterrâneas, assim como a proteção contra infiltrações poluentes nas águas subterrâneas. Inclui-se igualmente, as atividades diretamente ligadas à estanquicidade dos solos de fábricas, instalação de captações de derramamento de poluentes, de fugas, e reforço das instalações de armazenamento e transporte de produtos poluentes, assim como o tratamento das lamas resultantes de dragagem. São também consideradas as atividades de proteção dos solos contra a erosão e outras degradações físicas e prevenção e correção da salinidade dos solos.

Domínio 5 - Proteção contra Ruídos e Vibrações (exceto proteção dos locais de trabalho)

Compreende medidas e atividades de controlo e redução de ruído ou vibrações, gerados por atividades industriais ou transportes. Atividades para controlo e redução de ruído em zonas habitacionais (isolamento sonoro de discotecas, etc.) bem como medidas e ações aplicadas em instalações públicas (piscinas, etc.), escolas, etc., são incluídas. Exclui-se, medidas de redução de ruído e vibrações nos locais de trabalho por razões de higiene e segurança no trabalho. Inclui-se as atividades relativas às instalações antirruído: écrans, terraplenagens, tapumes, janelas antirruído, revestimentos das autoestradas ou dos caminhos-de-ferro urbanos.

Domínio 6 - Proteção da Biodiversidade e Paisagem

Compreende as atividades relativas à proteção dos ecossistemas e do "habitat", essenciais ao bem-estar da fauna e da flora, a proteção das paisagens pelo seu valor estético, assim como a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Inclui-se igualmente, as atividades de proteção visando a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como as atividades de proteção e gestão da floresta, atividades visando introduzir espécies da fauna e flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção, remodelação de paisagens afetadas para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São, igualmente, compreendidas as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, atividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização e limpeza da poluição em sítios aquáticos.

Domínio 7 - Proteção contra Radiações

Compreende as atividades que visam reduzir ou eliminar os efeitos nefastos das radiações emitidas por um qualquer emissor, à exceção das centrais nucleares e das instalações militares. Exclui-se as medidas tomadas em locais de trabalho.

Domínio 8 - Investigação e Desenvolvimento

Compreende as atividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com o objetivo de aumentar o stock de conhecimentos humanos, visando a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

Domínio 9 - Outras Atividades de Proteção do Ambiente

Compreende as atividades de administração geral e orientação virada para o suporte das decisões tomadas no quadro das atividades de proteção do ambiente, quer seja por unidades públicas ou privadas. Inclui-se igualmente, as atividades cujo principal objetivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação em gestão e proteção do ambiente. São excluídas as atividades do sistema educativo geral.

13.3.2 - Domínios de Ambiente

A. Gestão da Poluição

Idem Classificação de Atividades e de Despesas de Proteção do Ambiente (13.3.1).

B. Gestão de Recursos

B1 - Gestão da água

Domínio da “Gestão de Recursos” referente a atividades de conceção, construção e instalação de sistemas, bem como de serviços vocacionados para a recolha, purificação e distribuição de água potável para consumo humano, para atividades industriais, comerciais entre outras. Notas: Incluem-se atividades de conservação, redução, consumo e melhoria da reutilização da água.

B2 - Materiais e produtos reciclados

Domínio da “Gestão de Recursos” que diz respeito à produção de equipamentos, tecnologias, materiais específicos e/ou à conceção, construção, instalação e a prestação de outros serviços relacionados com a produção de novos materiais ou produtos diferenciáveis como reciclados, a partir de resíduos e desperdícios, ou a preparação destes materiais ou produtos para posterior consumo. Notas: Incluem-se o papel reciclado e outros produtos reciclados. Exclui-se a recuperação de energia que se considera no domínio da Gestão e Otimização de Energia.

B3 - Gestão e otimização de energia

Domínio da “Gestão de Recursos” que inclui quaisquer atividades de programação, construção e instalação de sistemas, gestão ou prestação de serviços para produção, recolha e/ou transmissão de energia a partir de fontes renováveis, assim como para reduzir o consumo de calor e de energia (redução do uso de vapor) e/ou minimizar as perdas de calor e de energia (co-geração). Notas: A energia renovável tem origem em processos naturais que são constantemente reabastecidos. Existem várias formas de energia renovável com origem direta ou indireta do sol ou do calor gerado nas camadas mais profundas da Terra. Inclui a energia gerada a partir do sol, vento, marés, ondas, geotermia, biogás, biodiesel entre outras fontes.

B4 - Gestão dos recursos florestais

Domínio da “Gestão de Recursos” que considera quaisquer atividades relacionadas com programas e projetos de reflorestação e gestão da floresta numa base de sustentação a longo prazo. Notas: Incluem-se a administração e uso da floresta de modo a manter a sua biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração bem como o potencial para preencher funções ecológicas, económicas e sociais não provocando danos aos ecossistemas. Inclui-se a floresta que tenha certificação.



B5 - Outras atividades de gestão de recursos

Domínio da “Gestão de Recursos” que se refere a serviços que envolvam a proteção e gestão de património natural e cultural, ou a educação e interpretação do ambiente natural que não represente uma ameaça ou degradação do mesmo. Notas: Incluem-se atividades relacionadas com a gestão de recursos naturais não incluída em nenhum dos domínios anteriores.

13.3.3 - Operações de Gestão de Resíduos

Operações de Eliminação:

- i) Deposição sobre o solo ou no seu interior, por exemplo em aterro sanitário;
- ii) Tratamento no solo, por exemplo biodegradação de efluentes líquidos ou de lamas de depuração nos solos;
- iii) Injeção em profundidade, por exemplo injeção de resíduos por bombagem em poços, cúpulas salinas ou depósitos naturais;
- iv) Lagunagem, por exemplo descarga de resíduos líquidos ou de lamas de depuração em poços, lagos naturais ou artificiais;
- v) Depósitos subterrâneos especialmente concebidos, por exemplo deposição em alinhamentos de células que são seladas e isoladas umas das outras e do ambiente;
- vi) Descarga em massas de águas, com exceção dos mares e dos oceanos;
- vii) Descarga para os mares e ou oceanos, incluindo inserção nos fundos marinhos;
- viii) Tratamento biológico não especificado em qualquer outra parte do presente decreto-lei que produz compostos ou misturas finais que são rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de i) a xii);
- ix) Tratamento físico-químico não especificado em qualquer outra parte do presente decreto-lei que produz compostos ou misturas finais rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de i) a xii), por exemplo evaporação, secagem ou calcinação;
- x) Incineração em terra;
- xi) Incineração no mar;
- xii) Armazenagem permanente, por exemplo armazenagem de contentores numa mina;
- xiii) Mistura anterior à execução de uma das operações enumeradas de i) a xii);
- xiv) Reembalagem anterior a uma das operações enumeradas de i) a xiii);
- xv) Armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de i) a xiv), com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada.

Operações de Valorização:

- i) Utilização principal como combustível ou outros meios de produção de energia;
- ii) Recuperação ou regeneração de solventes;
- iii) Reciclagem ou recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes, incluindo as operações de compostagem e outras transformações biológicas;
- iv) Reciclagem ou recuperação de metais e de ligas;
- v) Reciclagem ou recuperação de outras matérias inorgânicas;
- vi) Regeneração de ácidos ou de bases;
- vii) Recuperação de produtos utilizados na luta contra a poluição;
- viii) Recuperação de componentes de catalisadores;

- ix) Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos;
- x) Tratamento no solo em benefício da agricultura ou para melhorar o ambiente;
- xi) Utilização de resíduos obtidos em virtude das operações enumeradas de i) a x);
- xii) Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de i) a xi);
- xiii) Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de i) a xii), com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada.





Anexos

Instruções

Domínio "Proteção do Ar e Clima" - Compreende todas as atividades referentes aos processos de produção, às atividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objetivo é o de reduzir a poluição atmosférica. Inclui ainda as atividades de medição e controle das emissões de gases que afetam a camada do ozono, assim como, as atividades que aumentem a dispersão dos gases, de forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos. Compreende igualmente os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despoeiramento e outras técnicas.

2 Proteção do Ar e Clima	Cod	EUROS
2.1 Receitas Correntes (2.1.1 + ... + 2.1.7)	2005	
2.1.1 Taxas de poluição do ar (04.01.23.99)	2010	
2.1.2 Multas por poluição do ar (04.02.04)	2015	
2.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	2020	
2.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	2025	
2.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	2030	
2.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	2035	
2.1.7 Outras receitas correntes	2040	
2.2 Receitas de Capital (2.2.1 + ... + 2.2.6)	2045	
2.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	2050	
2.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	2055	
2.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	2060	
2.2.4 Ativos financeiros (11)	2065	
2.2.5 Passivos financeiros (12)	2070	
2.2.6 Outras receitas de capital	2075	
2.3 Total das Receitas (2.1 + 2.2)	2080	
2.4 Despesas Correntes (2.4.1 + ... + 2.4.5)	2085	
2.4.1 Despesas com o pessoal (01)	2090	
2.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	2095	
2.4.3 Transferências correntes (04)	2100	
2.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	2105	
2.4.5 Outras despesas correntes	2110	
2.5 Despesas de Capital (2.5.1 + ... + 2.5.5)	2115	
2.5.1 Investimentos (07.01)	2120	
2.5.2 Transferências de capital (08)	2125	
2.5.3 Ativos financeiros (09)	2130	
2.5.4 Passivos financeiros (10)	2135	
2.5.5 Outras despesas de capital	2140	
2.6 Total das Despesas (2.4 + 2.5)	2145	
2.7 Observações:	2150	



Instruções

Domínio "Gestão de Resíduos" - Compreende as modificações nos processos de produção, a adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através de resíduos. Incluem-se igualmente, as atividades de recolha de resíduos pelos serviços municipais, o transporte de resíduos para os centros de tratamento, estações de triagem, empresas de valorização ou de eliminação. Inclui a varredura e limpeza urbana. A recolha de resíduos municipais pode ser seletiva (efetuada de uma maneira específica, para um dado produto) ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos). São também consideradas as atividades de tratamento e eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioativos), assim como de resíduos não tóxicos (tratamentos físico-químicos, incineração, tratamento biológico, colocação em aterro ou qualquer outro tipo de tratamento).

► **3.6.3 Transferências correntes e 3.7.4 Transferências de capital** - devem ser incluídas as verbas que a Câmara Municipal transfere para os serviços municipalizados no âmbito deste domínio.

3 Gestão de Resíduos		Cod	EUROS
Identifique com um X a(s) atividade(s) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal:			
	Sim	Não	Se respondeu Não , indique a entidade gestora:
3.1 Recolha indiferenciada e seletiva	☐ 3005	☐	
3.2 Tratamento de resíduos	☐ 3010	☐	
3.3 Receitas Correntes (3.3.1 + ... + 3.3.7)		3015	
3.3.1 Taxas de resíduos sólidos (04.01.23.99)		3020	
3.3.2 Multas por despejos ilegais de resíduos (04.02.04)		3025	
3.3.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)		3030	
3.3.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)		3035	
3.3.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)		3040	
3.3.6 Venda de bens e serviços correntes - tarifas de resíduos sólidos (07.02.09.02)		3045	
3.3.7 Outras receitas correntes		3050	
3.4 Receitas de Capital (3.4.1 + ... + 3.4.6)		3055	
3.4.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)		3060	
3.4.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)		3065	
3.4.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)		3070	
3.4.4 Ativos financeiros (11)		3075	
3.4.5 Passivos financeiros (12)		3080	
3.4.6 Outras receitas de capital		3085	
3.5 Total das Receitas (3.3 + 3.4)		3090	
3.6 Despesas Correntes (3.6.1 + ... + 3.6.5)		3095	
3.6.1 Despesas com o pessoal (01)		3100	
3.6.2 Aquisição de bens e serviços (02)		3105	
3.6.3 Transferências correntes (04)		3110	
3.6.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)		3115	
3.6.5 Outras despesas correntes		3120	
3.7 Despesas de Capital (3.7.1 + ... + 3.7.7)		3125	
3.7.1 Investimentos - Infraestruturas para tratamento de resíduos sólidos (07.01.04.11)		3130	
3.7.2 Investimentos - Material de transporte para a recolha de resíduos (07.01.06.01)		3135	
3.7.3 Investimentos - Equipamento básico de recolha de resíduos (07.01.10.01)		3140	
3.7.4 Transferências de capital (08)		3145	
3.7.5 Ativos financeiros (09)		3150	
3.7.6 Passivos financeiros (10)		3155	
3.7.7 Outras despesas de capital		3160	
3.8 Total das Despesas (3.6 + 3.7)		3165	
3.9 Observações:	3170		



Instruções

Domínio "Proteção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais" - Compreende as atividades de proteção do ambiente, implicando a construção, a manutenção e exploração de instalações de descontaminação de solos poluídos, a purificação de águas subterrâneas, assim como, a proteção contra infiltrações poluentes nas águas subterrâneas. Incluem-se igualmente as atividades diretamente ligadas à estanquicidade dos solos de fábricas, à instalação de captações de derramamento de poluentes, de fugas e reforço das instalações de armazenamento, e ao transporte de produtos poluentes, assim como, o tratamento das lamas resultantes de dragagem. São também consideradas as atividades de proteção dos solos contra a erosão e outras degradações físicas e de prevenção e correção da salinidade dos solos.

Nota: Excluem-se as atividades de abastecimento de água, de gestão de águas residuais e de proteção da biodiversidade e paisagens .

4 Prot. e Recup. dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais	Cod	EUROS
4.1 Receitas Correntes (4.1.1 + ... + 4.1.7)	4005	
4.1.1 Taxas de poluição dos solos, de águas subterrâneas e superficiais (04.01.23.99)	4010	
4.1.2 Multas por poluição dos solos, de águas subterrâneas e superficiais (04.02.04)	4015	
4.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	4020	
4.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	4025	
4.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	4030	
4.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	4035	
4.1.7 Outras receitas correntes	4040	
4.2 Receitas de Capital (4.2.1 + ... + 4.2.6)	4045	
4.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	4050	
4.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	4055	
4.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	4060	
4.2.4 Ativos financeiros (11)	4065	
4.2.5 Passivos financeiros (12)	4070	
4.2.6 Outras receitas de capital	4075	
4.3 Total das Receitas (4.1 + 4.2)	4080	
4.4 Despesas Correntes (4.4.1 + ... + 4.4.5)	4085	
4.4.1 Despesas com o pessoal (01)	4090	
4.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	4095	
4.4.3 Transferências correntes (04)	4100	
4.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	4105	
4.4.5 Outras despesas correntes	4110	
4.5 Despesas de Capital (4.5.1 + ... + 4.5.5)	4115	
4.5.1 Investimentos (07.01)	4120	
4.5.2 Transferências de capital (08)	4125	
4.5.3 Ativos financeiros (09)	4130	
4.5.4 Passivos financeiros (10)	4135	
4.5.5 Outras despesas de capital	4140	
4.6 Total das Despesas (4.4 + 4.5)	4145	
4.7 Observações:	4150	

Instruções

Domínio "Redução de Ruídos e Vibrações" - Compreende as medidas e as atividades de controlo e redução de ruído ou vibrações gerados por atividades industriais ou transportes. São incluídas as atividades para controlo e redução de ruído em zonas habitacionais (isolamento sonoro de discotecas, etc.), bem como medidas e ações, desenvolvidas com o mesmo objetivo, e aplicadas em instalações públicas (piscinas, escolas, etc.). Incluem-se as atividades relativas às instalações antirruído (ecrãs, terraplanagens, tapumes, janelas antirruído, revestimentos das autoestradas, dos caminho-de-ferro urbanos e aeroportos), bem como, as verbas relacionadas com a elaboração e monitorização das cartas de ruído. Excluem-se as medidas de redução de ruído e vibrações nos locais de trabalho por razões de higiene e segurança no trabalho.

5 Redução de Ruídos e Vibrações	Cod	EUROS
5.1 Receitas Correntes (5.1.1 + ... + 5.1.7)	5005	
5.1.1 Taxas de poluição sonora (04.01.23.99)	5010	
5.1.2 Multas por poluição sonora (04.02.04)	5015	
5.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	5020	
5.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	5025	
5.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	5030	
5.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	5035	
5.1.7 Outras receitas correntes	5040	
5.2 Receitas de Capital (5.2.1 + ... + 5.2.6)	5045	
5.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	5050	
5.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	5055	
5.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	5060	
5.2.4 Ativos financeiros (11)	5065	
5.2.5 Passivos financeiros (12)	5070	
5.2.6 Outras receitas de capital	5075	
5.3 Total das Receitas (5.1 + 5.2)	5080	
5.4 Despesas Correntes (5.4.1 + ... + 5.4.5)	5085	
5.4.1 Despesas com o pessoal (01)	5090	
5.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	5095	
5.4.3 Transferências correntes (04)	5100	
5.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	5105	
5.4.5 Outras despesas correntes	5110	
5.5 Despesas de Capital (5.5.1 + ... + 5.5.5)	5115	
5.5.1 Investimentos (07.01)	5120	
5.5.2 Transferências de capital (08)	5125	
5.5.3 Ativos financeiros (09)	5130	
5.5.4 Passivos financeiros (10)	5135	
5.5.5 Outras despesas de capital	5140	
5.6 Total das Despesas (5.4 + 5.5)	5145	
5.7 Observações:	5150	



Instruções

Domínio "Proteção da Biodiversidade e Paisagem" – Compreende as atividades relativas à proteção dos ecossistemas e do habitat, essenciais ao bem-estar da fauna e da flora, a proteção das paisagens pelo seu valor estético, assim como, a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Incluem-se igualmente as atividades de proteção que visam a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como, as atividades de proteção e gestão da floresta, (as atividades que visam introduzir espécies da fauna e da flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção), a remodelação de paisagens afetadas para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São igualmente, compreendidas as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, as atividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, de eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização, de limpeza de poluição em sítios aquáticos, bem como, de limpeza do litoral e praias. Excluem-se as atividades relacionadas com a gestão de jardins e parques urbanos.

► **Para as Câmaras Municipais que possuem Corpos de Bombeiros de natureza municipal (Sapadores e não Sapadores)**, as despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes deverão ser contabilizadas nos respectivos códigos como se tratassem de despesas do município. As verbas recebidas da Adm. central para os bombeiros municipais são contabilizadas nas rubricas 6.1.3 - Transf. correntes - Adm. central - Estado e 6.2.1 - Transf. de capital - Adm. central - Estado.

► **6.1.2 Multas por danos causados à fauna e à flora** - Exemplos: fogo posto nas florestas, destruição de habitats e espécies da fauna e da flora em vias de extinção, danos nos sítios naturais protegidos por lei, etc.

► **6.4.3 Transferências correntes e 6.5.4 Transferências de capital** - incluem-se as transferências efetuadas pela Câmara Municipal para Corpos de Bombeiros Voluntários (valores registados nas contas 04.07.01 - Transferências correntes para Instituições sem fins lucrativos e 08.07.01 - Transferências de capital para Instituições sem fins lucrativos).

6 Proteção da Biodiversidade e Paisagem	Cod	EUROS
6.1 Receitas Correntes (6.1.1 + ... + 6.1.7)	6005	
6.1.1 Taxas de proteção/conservação da biodiversidade e paisagens (04.01.23.99)	6010	
6.1.2 Multas por danos causados à fauna e à flora (04.02.04)	6015	
6.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	6020	
6.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	6025	
6.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	6030	
6.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	6035	
6.1.7 Outras receitas correntes	6040	
6.2 Receitas de Capital (6.2.1 + ... + 6.2.6)	6045	
6.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	6050	
6.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	6055	
6.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	6060	
6.2.4 Ativos financeiros (11)	6065	
6.2.5 Passivos financeiros (12)	6070	
6.2.6 Outras receitas de capital	6075	
6.3 Total das Receitas (6.1 + 6.2)	6080	
6.4 Despesas Correntes (6.4.1 + ... + 6.4.5)	6085	
6.4.1 Despesas com o pessoal (01)	6090	
6.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	6095	
6.4.3 Transferências correntes (04)	6100	
6.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	6105	
6.4.5 Outras despesas correntes	6110	
6.5 Despesas de Capital (6.5.1 + ... + 6.5.7)	6115	
6.5.1 Investimentos - Prevenção e combate a incêndios florestais (07.01)	6120	
6.5.2 Investimentos - Prot. das espécies e habitats, áreas protegidas e reservas naturais (07.01)	6125	
6.5.3 Investimentos - Outros (07.01)	6130	
6.5.4 Transferências de capital (08)	6135	
6.5.5 Ativos financeiros (09)	6140	
6.5.6 Passivos financeiros (10)	6145	
6.5.7 Outras despesas de capital	6150	
6.6 Total das Despesas (6.4 + 6.5)	6155	
6.7 Observações:		



Instruções

Domínio "Investigação e Desenvolvimento" - Compreende as atividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com o objetivo de aumentar o capital de conhecimentos humanos, que visam a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

7 Investigação e Desenvolvimento	Cod	EUROS
7.1 Receitas Correntes (7.1.3 + ... + 7.1.7)	7005	
7.1.1 Taxas		
7.1.2 Multas		
7.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	7010	
7.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	7015	
7.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	7020	
7.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	7025	
7.1.7 Outras receitas correntes	7030	
7.2 Receitas de Capital (7.2.1 + ... + 7.2.6)	7035	
7.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	7040	
7.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	7045	
7.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	7050	
7.2.4 Ativos financeiros (11)	7055	
7.2.5 Passivos financeiros (12)	7060	
7.2.6 Outras receitas de capital	7065	
7.3 Total das Receitas (7.1 + 7.2)	7070	
7.4 Despesas Correntes (7.4.1 + ... + 7.4.5)	7075	
7.4.1 Despesas com o pessoal (01)	7080	
7.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	7085	
7.4.3 Transferências correntes (04)	7090	
7.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	7095	
7.4.5 Outras despesas correntes	7100	
7.5 Despesas de Capital (7.5.1+ ... + 7.5.5)	7105	
7.5.1 Investimentos (07.01)	7110	
7.5.2 Transferências de capital (08)	7115	
7.5.3 Ativos financeiros (09)	7120	
7.5.4 Passivos financeiros (10)	7125	
7.5.5 Outras despesas de capital	7130	
7.6 Total das Despesas (7.4 + 7.5)	7135	
7.7 Observações:	7140	



Instruções

Domínio "Outras Atividades de Proteção do Ambiente" - Compreende as atividades de administração geral e orientação/regulamentação que visam o suporte das decisões tomadas no quadro das atividades de proteção do ambiente, quer as mesmas sejam tomadas por unidades públicas ou por unidades privadas. Incluem-se igualmente as atividades cujo principal objetivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação relativa à gestão e proteção do ambiente, nomeadamente nas campanhas de sensibilização e de educação ambiental, junto da população escolar, e nas campanhas de publicação, de divulgação e formação profissional relativa à temática ambiental (excepto formação relativa à saúde no trabalho).

Excluem-se as atividades relacionadas com a gestão de jardins e parques urbanos.

8 Outras Atividades de Proteção do Ambiente	Cod	EUROS
8.1 Receitas Correntes (8.1.1 + ... + 8.1.7)	8005	
8.1.1 Taxas (04.01.23.99)	8010	
8.1.2 Multas (04.02.99)	8015	
8.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	8020	
8.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Particip. comunitária em projetos cofinanciados (06.03.06)	8025	
8.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	8030	
8.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	8035	
8.1.7 Outras receitas correntes	8040	
8.2 Receitas de Capital (8.2.1 + ... + 8.2.6)	8045	
8.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	8050	
8.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Particip. comunitária em projetos cofinanciados (10.03.07)	8055	
8.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	8060	
8.2.4 Ativos financeiros (11)	8065	
8.2.5 Passivos financeiros (12)	8070	
8.2.6 Outras receitas de capital	8075	
8.3 Total das Receitas (8.1 + 8.2)	8080	
8.4 Despesas Correntes (8.4.1 + ... + 8.4.5)	8085	
8.4.1 Despesas com o pessoal (01)	8090	
8.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	8095	
8.4.3 Transferências correntes (04)	8100	
8.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	8105	
8.4.5 Outras despesas correntes	8110	
8.5 Despesas de Capital (8.5.1 + ... + 8.5.5)	8115	
8.5.1 Investimentos (07.01)	8120	
8.5.2 Transferências de capital (08)	8125	
8.5.3 Ativos financeiros (09)	8130	
8.5.4 Passivos financeiros (10)	8135	
8.5.5 Outras despesas de capital	8140	
8.6 Total das Despesas (8.4 + 8.5)	8145	
8.7 Observações:	8150	





INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA CONFIDENCIAL E OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9992 VÁLIDO ATÉ 2013/12/31.

IEGRU - Inquérito às Entidades Gestoras de Resíduos Urbanos

Referência dos dados:
2012

Contactos para resposta e esclarecimento de dúvidas:
 INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
 Serviço de Inquéritos por Autopreenchimento
 Núcleo de Recolha Lisboa 5
 Av. António José de Almeida 1000-043 Lisboa
 Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outras redes)
 Fax: 218 454 098 / E-mail: ambiente@ine.pt

Resposta eletrónica: <http://webinq.ine.pt/aderentes>

Identificação da unidade estatística

Número de identificação fiscal (NIF) Homepage

Designação social

Distrito/Iilha Município Freguesia

Endereço

Localidade Código postal -

Telefone Fax e-mail

Situação da unidade estatística no período de referência dos dados

Situação na atividade	☐	BC005
Aguarda início de atividade	☐	
Em atividade	☐	
Atividade suspensa em	<u> / / </u>	BC010
Atividade cessada em	<u> / / </u>	
Nº meses de atividade no período de referência	<u> </u> <u> </u>	BC007

(indique 0 meses se não realizou operações ativas ou passivas no período de referência)

Atividade económica principal (CAE Rev. 3) [][][][][] BC001

Ocorreu algum facto relevante no período de referência dos dados? Sim ☐ Não ☐

Indique qual: BC025 Data / / BC020

III Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificacões referentes à sua resposta ou outras observacões que julque convenientes.

IV Responsável pelo preenchimento

Nome contacto _____

Endereço _____

Localidade _____ Código postal

--	--	--	--	--

 -

--	--	--	--

Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

Função _____ * NIF

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Assinatura _____ Data ____/____/____

*NIF da entidade responsável pelo preenchimento, se diferente da unidade estatística

Instruções de preenchimento

Arredondamentos dos dados financeiros (euro):

- 1º Os valores monetários devem ser expressos em euros sem decimais;
- 2º Os arredondamentos devem ser feitos por excesso quando as décimas forem iguais ou superiores a 5, e por defeito, quando forem inferiores a 5;
- 3º Os valores devem ser inscritos à direita;

Exemplo: 370,65 euros



1 Plano de contas

1.1 A Entidade Gestora utiliza o Sistema de Normalização Contabilística (SNC)?

----- 1030 ☐ **Sim** ☐ **Não**

Se respondeu "**Sim**", continue o preenchimento.Se respondeu "**Não**", **continue o preenchimento, e envie ao INE a documentação** (ex. cópia da conta de gerência) referente ao período de referência dos dados para validação da informação.**2 Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos em Baixa**

	Cod	EUROS
2.1 Investimentos (Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis do ano) -----	2005	
2.2 Gastos (2.2.1 + ... + 2.2.5) -----	2010	
2.2.1 Custos próprios com a recolha, transporte, tratamento, valorização e destino final (Conta 61)	2015	
2.2.2 Fornecimentos e serviços externos (Conta 62) -----	2020	
2.2.3 Taxas pagas à Adm. Pública no âmbito da gestão de resíduos urbanos (parte Conta 6813)	2025	
2.2.4 Gastos com o pessoal (2.2.4.1 + 2.2.4.2) -----	2030	
2.2.4.1 Remunerações (Subcontas 631 + 632) -----	2035	
2.2.4.2 Outros gastos com o pessoal (Subcontas 633 a 638) -----	2040	
2.2.5 Outros gastos -----	2045	
2.3 Rendimentos (2.3.1 + ... + 2.3.5) -----	2050	
2.3.1 Vendas (Conta 71) -----	2055	
das quais: 2.3.1.1 Venda de resíduos e/ou materiais valorizáveis -----	2060	
2.3.2 Prestações de serviços (Conta 72) -----	2065	
das quais: 2.3.2.1 Prestações de serviços a municípios -----	2070	
2.3.3 Subsídios à exploração (Conta 75) -----	2080	
dos quais: 2.3.3.1 Municípios -----	2085	
2.3.4 Imputação de subsídios para investimentos (Subconta 7883) -----	2090	
dos quais: 2.3.4.1 Municípios -----	2095	
2.3.5 Outros rendimentos -----	2100	

Introdução

A presente operação estatística visa a obtenção de dados financeiros junto das entidades gestoras de serviços de gestão de resíduos urbanos indiferenciados em baixa, designadamente as empresas municipais e os serviços municipalizados.

Face a alterações estruturais que se verificaram na gestão de serviços de resíduos urbanos, como seja a dissociação dos serviços em alta e em baixa, esta operação estatística vem complementar uma outra realizada pelo INE junto dos municípios e denominada "Inquérito aos Municípios - Proteção do Ambiente".

O objetivo é caracterizar os fluxos económico-financeiros do domínio Gestão de Resíduos (domínio pertencente à Classificação de Atividades e de Despesas de Proteção do Ambiente) no âmbito municipal.

Instruções de preenchimento do quadro 2

Serviços de gestão de resíduos urbanos em baixa - compreende a operação de recolha, seletiva ou indiferenciada, de triagem e ou mistura de resíduos com vista ao seu transporte para instalações de valorização ou eliminação.

Investimentos - incluir as aquisições de ativos, assim como os trabalhos realizados na própria empresa que se traduzem num aumento efetivo do valor dos ativos. Devem incluir os ativos fixos tangíveis, tais como a construção de novas infraestruturas e equipamentos associados à gestão de resíduos urbanos, ações de ampliação e remodelação/reabilitação de infraestruturas e a aquisição/substituição de equipamento. Devem ainda incluir os ativos intangíveis ("software", patentes, etc.) e os custos com a elaboração de projetos de construção/ampliação de infraestruturas.

Taxas pagas à Administração Pública no âmbito da gestão de resíduos urbanos - indique o montante pago a organismos públicos relativo à gestão de resíduos urbanos (Ex.: taxas de licenciamento, taxas de registo, taxas de gestão de resíduos pagas à Autoridade Nacional de Resíduos e taxas pagas à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Gastos com o pessoal - incluir os gastos com o pessoal relacionados com a gestão de resíduos urbanos.

Outros gastos - incluir os gastos não contabilizados nas rubricas anteriores e que resultam diretamente da atividade de gestão de resíduos urbanos.

Subsídios à exploração - incluir os subsídios recebidos como forma de subvenção à exploração no âmbito da atividade da gestão de resíduos urbanos.

Imputação de subsídios para investimentos - incluir os subsídios recebidos cuja finalidade é a aquisição de ativos fixos tangíveis no âmbito da atividade da gestão de resíduos urbanos.

Outros rendimentos - incluir os rendimentos não contabilizados nas rubricas anteriores.





INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA CONFIDENCIAL E OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9995 VÁLIDO ATÉ 2013/12/31.

IEGPA - INQUÉRITO ÀS EMPRESAS GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

Referência dos dados:
2012

Contactos para resposta e esclarecimento de dúvidas:
 INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
 Serviço de Inquéritos por Autopreenchimento
 Núcleo de Recolha Lisboa 5
 Av. António José de Almeida - 1100-043 Lisboa
 Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outras redes)
 Fax: 218 454 098 email: inega@ine.pt

Resposta eletrónica: <http://webinq.ine.pt/aderentes>

I Identificação da unidade estatística

Número de identificação fiscal (NIF) | | | | | | | | Homepage _____

Designação social _____

Distrito/Ilha _____ Município _____ Freguesia _____

Endereço _____

Localidade _____ Código postal | | | | - | | | _____

Telefone Fax e-mail

Situação da unidade estatística no período de referência dos dados

Situação na atividade		BC005
Aguarda início de atividade	☐	
Em atividade	☐	
Atividade suspensa em	<u> / / </u>	 BC010
Atividade cessada em	<u> / / </u>	☐
Nº meses de atividade no período de referência	<u> </u> <u> </u>	 BC007

(indique 0 meses se não realizou operações ativas ou passivas no período de referência)

Atividade económica principal (CAE Rev. 3)

Ocorreu algum facto relevante no período de referência dos dados? Sim ☐ Não ☐

Indique qual: Data / /

III Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julque convenientes.

BC030

IV Responsável pelo preenchimento

Nome contacto _____

Endereço _____

Localidade _____ Código postal

--	--	--	--	--

 -

--	--	--	--

Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

Função _____ * NIF

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Assinatura _____ Data / /

*NIF da entidade responsável pelo preenchimento, se diferente da unidade estatística



A Iniciativas ambientais adotadas

NP EN ISO 14001 - Norma Portuguesa que estabelece requisitos e linhas de orientação para a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental nas organizações.

Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) - Mecanismo de participação voluntária destinado a organizações que querem comprometer-se a avaliar, gerir e melhorar o seu desempenho ambiental, possibilitando evidenciar, perante terceiros e de acordo com os respectivos referenciais, a credibilidade do seu sistema de gestão ambiental e do seu desempenho ambiental. O EMAS é estabelecido numa organização visando a avaliação e melhoria do desempenho ambiental e o fornecimento de informação relevante ao público e outras partes interessadas em termos de desempenho ambiental e de comunicação do mesmo.

A.1 A empresa possui alguma instalação com certificação ambiental de acordo com a NP EN ISO 14001? A0100 **Sim** ☐ **Não** ☐

A.2 A empresa possui alguma instalação com registo no EMAS atribuído pela Agência Portuguesa do Ambiente? A0200 **Sim** ☐ **Não** ☐

A.3 A empresa constituiu alguma garantia financeira que lhe permite assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade por si desenvolvida (Decreto-Lei nº 147/2008, 29 de Julho)? A0300 **Sim** ☐ **Não** ☐

Caso tenha respondido "Sim", assinala com "X" a(s) opção(ões) escolhida(s):

A0310 Apólice de seguro ☐ A0320 Garantia bancária ☐ A0330 Fundo próprio ☐ A0340 Fundo ambiental ☐

A.4 A empresa adotou alguma estratégia para redução de emissões de gases com efeitos de estufa decorrentes da sua atividade? A0400 **Sim** ☐ **Não** ☐

Caso tenha respondido "Sim", assinala com "X" a(s) opção(ões) escolhida(s):

Melhoria da eficiência energética das instalações A0410 ☐

Melhoria da eficiência energética dos equipamentos A0420 ☐

Contratação de serviços de um fornecedor de energia produzida a partir de fontes renováveis A0430 ☐

Contratação de auditoria externa para auxílio na redução de consumos de energia A0440 ☐

Utilização de biocombustíveis adequados aos veículos A0450 ☐

Utilização de biomassa como combustível A0460 ☐

Alteração dos produtos/serviços A0470 ☐

Outra A0480 ☐

A0490 Especifique: _____

A.5 A empresa fabricou equipamento(s) e/ou produto(s) certificado(s) pelos organismos de certificação de produtos? A0500 **Sim** ☐ **Não** ☐

Caso tenha respondido "Sim", assinala com "X" a opção escolhida:

A0510 1 - 4 ☐ A0520 5 - 9 ☐ A0530 ≥ 10 ☐

A.6 A empresa implementou medidas de redução das emissões de carbono emitidas pelas TIC (tecnologias de informação e comunicação)? A0600 **Sim** ☐ **Não** ☐

Caso tenha respondido "Sim", assinala com "X" a(s) opção(ões) escolhida(s):

Adoção de políticas de impressão A0610 ☐

Adoção de programas de reciclagem de papel A0620 ☐

Adoção de programas de reciclagem de toneres e tinteiros A0630 ☐

Implementação de planos para redução de resíduos elétricos e eletrónicos A0640 ☐

Inclusão de critérios de eficiência energética dos equipamentos, produtos e serviços A0650 ☐

Outra A0660 ☐

A0670 Especifique: _____

A.7 A empresa tem no seu organograma um cargo de direção com responsabilidade direta sobre questões ambientais? A0700 **Sim** ☐ **Não** ☐

A.8 A empresa promoveu formação aos seus colaboradores sobre medidas ambientais a adotar dentro da organização? A0800 **Sim** ☐ **Não** ☐

A.9 A empresa adota medidas ambientais nas suas atividades correntes? A0900 **Sim** ☐ **Não** ☐

Caso tenha respondido "Sim", assinala com "X" a(s) opção(ões) escolhida(s):

Separação de papel e cartão A0910 ☐

Separação de embalagens plásticas e metálicas A0920 ☐

Separação de vidro A0930 ☐

Utilização de lâmpadas de baixo consumo A0940 ☐

Reutilização das águas de abastecimento/residuais/pluviais A0950 ☐

Outra A0960 ☐

A0970 Especifique: _____



INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
LEI Nº 22/2008 DE 13 DE MAIO) DE RESPOSTA CONFIDENCIAL E OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9846 VÁLIDO ATÉ 2013/12/31.

ISBSA - Inquérito ao Setor de Bens e Serviços de Ambiente

Referência dos dados:

2012

Contactos para resposta e esclarecimento de dúvidas:
 INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
 Serviço de Inquéritos por Autopreenchimento
 Núcleo de Recolha Lisboa 5
 Av. António José de Almeida 1000-043 Lisboa
 Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outras redes)
 Fax: 218 454 098 / E-mail: ambiente@ine.pt

Resposta eletrónica: <http://webinq.ine.pt/aderentes>

Identificação da unidade estatística

Número de identificação fiscal (NIF) [][][][][][][][] Homepage _____

Designação social _____

Distrito/Ilha _____ Município _____ Freguesia _____

Endereço _____

Localidade _____ Código postal [][][][] - [][][][] _____

Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

II Situação da unidade estatística no período de referência dos dados

Situação na atividade	☒	BC005
Aguarda início de atividade	☐	
Em atividade	☐	
Atividade suspensa em	<u> / / </u>	BC010
Atividade cessada em	<u> / / </u>	
Nº meses de atividade no período de referência	<u> </u> <u> </u> <u> </u>	BC007

(indique 0 meses se não realizou operações ativas ou passivas no período de referência)

Atividade económica principal (CAE Rev. 3) | | | | | | BC001

Ocorreu algum facto relevante no período de referência dos dados? Sim ☐
Não ☐

Indique qual: BC025 Data / / BC020

III Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julgue convenientes.

IV Responsável pelo preenchimento

Nome contacto _____

Endereço _____

Localidade _____ Código postal

--	--	--	--

 -

--	--	--	--

Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

Função _____ * NIF

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Assinatura _____ Data / /

*NIF da entidade responsável pelo preenchimento, se diferente da unidade estatística

1 Volume de Negócios (VVN) por domínios de ambiente e tipo de atividade da entidade

Por favor assinala a **percentagem do VVN da(s) atividade(s) desenvolvidas** e sua distribuição pelos **vários domínios de ambiente**.
(Ver conceitos e exemplos de atividades dos Domínios abaixo mencionados nas instruções de preenchimento)

Domínios	Atividades desenvolvidas pela entidade				Total da formação do VVN por domínios de ambiente (%)
	Fabricação de produtos (%)	Fabricação de bens de equipamento (%)	Instalação, montagem e/ou comércio de equip. ou produtos (%)	Prestação de serviços (%)	
1	2	3	4	5	6
A. Gestão da Poluição					
A 1 · Proteção da Qualidade do Ar e Clima	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
A 2 · Gestão de Aguas Residuais	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
A 3 · Gestão de Resíduos	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
A 4 · Proteção dos Solos, Aguas Subterrâneas e Superficiais	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
A 5 · Redução de Ruidos e Vibrações	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
A 6 · Proteção da Biodiversidade e Paisagem	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
A 7 · Investigação e Desenvolvimento	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
A 8 · Proteção Contra as Radiações	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
A 9 · Outras Atividades de Gestão da Poluição	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
B. Gestão dos Recursos					
B 1 · Gestão da Água	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
B 2 · Materiais e Produtos Reciclados	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
B 3 · Gestão e Otimização de Energia	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
B 4 · Gestão dos Recursos Florestais	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
B 5 · Outras Atividades de Gestão de Recursos	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
C. Outra(s) atividade(s) não associada(s) ao ambiente					
	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
D. Total da formação do VVN em percentagem, por tipo de atividade					
	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	100 0 0 0

ATENÇÃO: CASO TENHA INSCRITO 100% NO QUESITO C DO QUADRO 1, "Outra(s) atividade(s) não associada(s) ao ambiente", TERMINE AQUI O PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO.



2 Distribuição do Volume de Negócios (VVN) segundo os mercados

Por favor assinala a percentagem do VVN, resultante das atividades desenvolvidas na área do ambiente, associada à representatividade dos mercados.

Mercados	Peso dos mercados na formação do VVN (%)
1	2
1 . Economia Nacional	[][][], []%
1.1. Empresas	[][][], []%
1.2. Administrações Públicas (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3)	[][][], []%
1.2.1. Administração Central	[][][], []%
1.2.2. Administração Regional	[][][], []%
1.2.3. Administração Local	[][][], []%
1.3. Outros	[][][], []%
Total	[1][0][0], [0] % (1.1+1.2+1.3)
2 . Resto do Mundo	[][][], []%
2.1. União Europeia	[][][], []%
2.2 Países Terceiros	[][][], []%
Total	[1][0][0], [0] % (2.1+2.2)
3 . Total	[1][0][0], [0] % (1+2)

3 Número de pessoas ao serviço com funções de ambiente, segundo o sexo e grupos profissionais

Grupos Profissionais	Número médio de pessoas ao serviço com funções na área do ambiente					
	Maioritariamente ocupadas		Minoritária ou ocasionalmente ocupadas		Total	
	Total	dos quais, Mulheres	Total	dos quais, Mulheres	Total	dos quais, Mulheres
	2	3	4	5	6	7
1. Dirigentes	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]
2. Quadros e técnicos, médios e superiores	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]
3. Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa ..	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]
4. Empregados administrativos, comerciais e de serviços ---	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]
5. Operários, aprendizes e praticantes	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]	[][][][]





INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008, DE 13 DE MAIO), DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9991. VÁLIDO ATÉ 2013/12/31.

**LONGA - INQUÉRITO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
DE AMBIENTE**

Referência dos dados:

2012

Contactos para resposta e esclarecimento de dúvidas:
 INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
 Serviço de Inquéritos por Autopreenchimento
 Núcleo de Recolha Lisboa 5
 Av. António José de Almeida 1000-043 Lisboa
 Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outras redes)
 Fax: 218 454 098 / E-mail: ambiente@ine.pt

Resposta eletrónica: <http://webinq.ine.pt/aderentes>

Identificação da unidade estatística

Número de Identificação Fiscal (NIF) Homepage: _____

Designação social _____

Distrito/Iilha _____ Município _____ Freguesia _____

Endereço _____

Localidade _____ Código Postal - _____

Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

II Situação da unidade estatística no período de referência dos dados

Situação na atividade	☒ ☒	BC005
Aguarda início de atividade	☐	
Em atividade	☐	
Atividade suspensa em	____ / ____ / ____	BC010
Atividade cessada em	____ / ____ / ____	
N.º meses de atividade no período de referência		BC007

(indique 0 meses se não realizou operações ativas ou passivas no período de referência)

Atividade económica principal (CAE Rev. 3)											
Ocorreu algum facto relevante no período de referência dos dados?											
										Sim ☐	
										Não ☐	
Indique qual:			Data		/	/	/				

III Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julgue convenientes.

IV Responsável pelo preenchimento

Nome contacto _____

Endereço _____

Localidade _____ Código postal [] [] [] [] - [] [] [] _____

Telefone _____ Fax _____ e-mail _____

Função _____ * NIF [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] [] []

Assinatura _____ Data ____ / ____ / ____

*NIF da entidade responsável pelo preenchimento, se diferente da unidade estatística

Os quadros assinalados com "(✓)" contêm notas explicativas nas folhas de instruções de preenchimento.

1 Plano de Contas

A instituição utiliza o Sistema de Normalização Contabilística (SNC)?

	Sim	Não
1030	☐	☐

Se respondeu "**Sim**", continue o preenchimento.

Se respondeu "Não", continue o preenchimento, e envie ao INE a documentação (ex. cópia da conta de gerência) referente ao período de referência dos dados para validação da informação.

2 Natureza dos Associados (v)

Entidades Associadas	Cod	Nº. de Associados em 31/12/2012
2.1 Total (2.2 + ... + 2.7)	2005	
2.2 Estado e outros entes públicos	2010	
2.3 Empresas	2015	
2.4 Instituições sem fins lucrativos	2020	
2.5 Particulares	2025	
2.6 Exterior	2030	
2.7 Outros	2035	



3 Número de Pessoas ao Serviço (✓)		Unidade: Nº				
Grupos Profissionais	Cod	Número Médio de Pessoas ao Serviço			Total de Horas de Trabalho Efetuadas Durante o Ano	
		Total	A Tempo Completo	A Tempo Parcial	Trabalhador a Tempo Completo	Trabalhador a Tempo Parcial
		1	2	3	4	5
3.1 Total (3.2 + 3.3)	3005					
3.2 Pessoal Remunerado (3.2.1 + ... + 3.2.3)	3010					
3.2.1 Dirigentes	3015					
3.2.2 Quadros e Técnicos Médios e Superiores	3020					
3.2.3 Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços	3025					
3.3 Pessoal não Remunerado (3.3.1 + 3.3.2)	3030					
3.3.1 Dirigentes	3035					
3.3.2 Outros colaboradores	3040					

4 Número de Pessoas ao Serviço por Sexo/Escalão Etário/Nível de Escolaridade															Unidade: Nº						
Nível de Escolaridade	Cod	Sexo	Total geral	Total	Pessoal Remunerado									Pessoal não Remunerado							
					Total	Dirigentes			Quadros e Técnicos Médios e Superiores			Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços			Total	Dirigentes			Outros colaboradores		
						Escalões Etários			Escalões Etários			Escalões Etários				Escalões Etários			Escalões Etários		
						<=25	26-50	51+	<=25	26-50	51+	<=25	26-50	51+		<=25	26-50	51+	<=25	26-50	51+
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
4.1 Total geral (H + M)	4005	HM																			
4.2 H (4020 + ... + 4060)	4010	H																			
Total M (4025 + ... + 4065)	4015	M																			
4.2.1 Nenhum nível de instrução	4020	H																			
	4025	M																			
4.2.2 Ensino Básico	4030	H																			
	4035	M																			
4.2.3 Ensino Secundário	4040	H																			
	4045	M																			
4.2.4 Ensino Superior (Bacharelato e Licenciatura)	4050	H																			
	4055	M																			
4.2.5 Ensino Superior (Mestrado e Doutorado)	4060	H																			
	4065	M																			

► Atenção: Os valores que registou em 3.1 - Total de pessoas ao serviço e em 4.1 - Total geral (H+M) têm de ser iguais.



5 Atividades Desenvolvidas (✓)

Unidade: Nº

Tipo de Atividades Desenvolvidas	Cod	DOMÍNIOS DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE								
		Proteção do Ar e Clima	Gestão de Águas Residuais	Gestão de Resíduos	Proteção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais	Redução de Ruídos e Vibrações	Proteção da Biodiversidade e Paisagem	Proteção Contra Radiações	Investigação e Desenvolvimento	Outras Atividades de Proteção do Ambiente
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
5.1 Total (5.2 + ... + 5.8)	5005									
5.2 Publicações, Estudos Técnicos e Pareceres	5010									
5.3 Ações junto dos Media	5015									
5.4 Ações de Formação	5020									
5.5 Educação Ambiental/ Ateliers/Oficinas	5025									
5.6 Congressos, Seminários	5030									
5.7 Ecoturismo/ Passeios de Natureza	5035									
5.8 Outras Atividades	5040									
Especifique:	5045									

6 Investimentos

Unidade: Euro

Rubricas	Cod	Adições
6.1 Total de Investimentos (6.2 + 6.3 + 6.4)	6005	
6.2 Ativos Intangíveis	6010	
dos quais:	6015	
6.2.1 Projetos de Desenvolvimento	6020	
6.3 Ativos fixos tangíveis (6.3.1 + ... + 6.3.6)	6025	
6.3.1 Terrenos e Recursos Naturais	6030	
6.3.2 Edifícios e Outras Construções	6035	
6.3.3 Equipamento Básico	6040	
6.3.4 Equipamento de Transporte	6045	
6.3.5 Equipamento Administrativo	6050	
6.3.6 Outras	6055	
6.4 Outros Investimentos		



7 Contas de Gastos e Rendimentos

Designação	Código de Contas SNC	Cod	Euros
Gastos			
7.1 Total dos Gastos (7.2 + ... + 7.7)		7005	
7.2 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	61	7010	
7.3 Fornecimentos e Serviços Externos	62	7015	
Dos quais:			
7.3.1 Gastos com a Recolha e Tratamento de Águas Residuais		7020	
7.3.2 Gastos com a Recolha e Tratamento de Resíduos		7025	
7.4 Impostos	681	7030	
Dos quais:			
7.4.1 Taxas de Conservação de Esgotos		7035	
7.5 Gastos com o Pessoal (7.5.1 + 7.5.2)	63	7040	
7.5.1 Remunerações	631 + 632	7045	
7.5.2 Outros Gastos com o Pessoal	633 a 638	7050	
7.6 Outros Gastos e Perdas	64 a 67 e 682 a 688	7055	
7.7 Gastos e Perdas de Financiamento	69	7060	
Rendimentos			
7.8 Total dos Rendimentos (7.9 + ... + 7.14)		7070	
7.9 Vendas	71	7075	
7.10 Prestações de Serviços	72	7080	
7.11 Subsídios à Exploração (7.11.1 + ... + 7.11.5)	75	7090	
7.11.1 Estado e outros entes públicos		7095	
7.11.2 Empresas		7100	
7.11.3 Instituições sem fins lucrativos		7105	
7.11.4 Particulares		7110	
7.11.5 Exterior		7115	
7.12 Trabalhos para a Própria Entidade	74	7120	
7.13 Outros Rendimentos	73 + 76 + 77 + 79	7130	
7.14 Outros Rendimentos e Ganhos	78	7135	
Dos quais:			
7.14.1 Imputação de subsídios para investimentos (7.14.1.1 + ... + 7.14.1.5)	7883	7140	
7.14.1.1 Estado e outros entes públicos		7145	
7.14.1.2 Empresas		7150	
7.14.1.3 Instituições sem fins lucrativos		7155	
7.14.1.4 Particulares		7160	
7.14.1.5 Exterior		7165	

► **7.11.1 e 7.14.1.1 Estado e outros entes públicos** - incluir as verbas recebidas da Agência Portuguesa do Ambiente, dos Governos Cívicos, dos Municípios, das Juntas de Freguesia, entre outras entidades públicas.



A Identificação do corpo de bombeirosLocalização da infraestrutura (em Graus, Minutos, Segundos ou em Metros - **por favor assinalar apenas uma opção**):

Graus, Minutos, Segundos (WGS84):

A.1 Latitude ° ' , " N A.2 Longitude ° ' , " W

ou

Metros

A.3 Coordenada X , m A.4 Coordenada Y , m

A.5 Sistema de Referência (Assinalar a opção escolhida de 1 a 7)

1. ETRS89 / PT-TM06

☐ A1040 ☐ 2. Hayford-Gauss Datum Lisboa - Coordenadas Militares

3. Hayford-Gauss Datum 73

4. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 26 - Grupo Central e Oriental do Arquipélago dos Açores

5. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 25 - Grupo Ocidental do Arquipélago dos Açores

6. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 28 - Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens

7. Outro

Especifique:

Nota: Caso o corpo de bombeiros possua mais do que uma infraestrutura, é favor indicar as restantes localizações a seguir ao Quadro F.**B Corpo de bombeiros**

B.1 Espécie de corpo de bombeiros (Assinalar a opção escolhida de 1 a 4)

1. Corpo de bombeiros profissional

☐ B1000 ☐ 2. Corpo de bombeiros misto

3. Corpo de bombeiros voluntário

4. Corpo privativo de bombeiros

C Quadros de pessoal do corpo de bombeiros a 31 de Dezembro (v)Unidade: n^o

Tipo de vínculo	Cod	Total geral	Quadro de comando					
			Total	Masculino		Feminino		
				Escalaão etário		Escalaão etário		
				26-50	51 +	26-50	51 +	
		1	2	3	4	5	6	
C.1 TOTAL (C.1.1 + C.1.2)	C1000							
C.1.1 Profissional	C1010							
C.1.2 Voluntário	C1020							

Unidade: n^o

Tipo de vínculo	Cod	Quadro ativo						
		Total	Masculino			Feminino		
			Escalaão etário			Escalaão etário		
			Até 25	26-50	51 +	Até 25	26-50	51 +
		7	8	9	10	11	12	13
C.1 TOTAL (C.1.1 + C.1.2)	C1000							
C.1.1 Profissional	C1010							
C.1.2 Voluntário	C1020							

Unidade: n^o

Nível de escolaridade	Cod	Total geral	Quadro de comando				Quadro ativo		
			Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	
C.2 TOTAL (C.2.1 + ... + C.2.4)	C2000								
C.2.1 Nenhum nível de instrução	C2010								
C.2.2 Ensino básico	C2020								
C.2.3 Ensino secundário	C2030								
C.2.4 Ensino superior	C2040								

Formação	Cod	Total		Quadro de comando		Quadro ativo	
		1	2	3	4	5	6
C.3 Formação recebida (em horas)	C3000						



D Serviços prestados pelo corpo de bombeiros (v)

Tipo de serviços	Cod	Nº de serviços
D.1 TOTAL DE SERVIÇOS (D.1.1 + ... + D.1.9)	D1000	
D.1.1 Combate a incêndios em povoamentos florestais	D1010	
D.1.2 Combate a outros incêndios	D1020	
D.1.3 Assistência a acidentes com meios de transporte	D1030	
D.1.4 Apoio a situações com infraestruturas e vias de comunicação	D1040	
D.1.5 Assistência pré-hospitalar	D1050	
D.1.6 Assistência a situações de conflitos legais	D1060	
D.1.7 Apoio a situações tecnológicas e industriais	D1070	
D.1.8 Outros serviços prestados	D1080	
D.1.9 Outros serviços de proteção civil	D1090	
D.2 Nº de horas afetas a incêndios em povoamentos florestais	D2000	

NOTAS: 1) Os quadros E e F estão de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL) (Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) (Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho).

Caso a entidade **não tenha optado por aplicar o SCN-ESNL em 2012** (nº 3, art.º 22º, Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março) **ou por não se adequar à entidade**, preencha os quadros E e F com a informação disponível.

2) Para as **entidades detentoras - municipais e privadas** - a informação reporta-se apenas a gastos, rendimentos e investimentos realizados no ano de referência pela entidade detentora com os corpos de bombeiros.

E Contas de gastos e rendimentos da entidade detentora

Código SNC-ESNL	GASTOS	Cod	Valor (Euros)
	E.1 TOTAL DOS GASTOS (E.2 + ... + E.6)	E1000	
61	E.2 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	E1010	
62	E.3 Fornecimentos e serviços externos	E1020	
63	E.4 Gastos com o pessoal	E1030	
64 a 68	E.5 Outros gastos e perdas	E1040	
69	E.6 Gastos e perdas de financiamento	E1050	
Código SNC-ESNL	RENDIMENTOS	Cod	Valor (Euros)
	E.7 TOTAL DOS RENDIMENTOS (E.8 + ... + E.13)	E1060	
71	E.8 Vendas	E1070	
72	E.9 Prestações de serviços	E1080	
	Dos quais:		
722	E.9.1 Quotizações e joias	E1090	
74	E.10 Trabalhos para a própria entidade	E1100	
75	E.11 Subsídios, doações e legados à exploração	E1110	
	Dos quais:		
751	E.11.1 Subsídios do Estado e outros entes públicos	E1120	
752	E.11.2 Subsídios de outras entidades	E1130	
78	E.12 Outros rendimentos e ganhos	E1140	
	Dos quais:		
7883	E.12.1 Imputação de subsídios para investimentos (E.12.1.1 + E.12.1.2)	E1150	
	E.12.1.1 Subsídios do Estado e outros entes públicos	E1160	
	E.12.1.2 Subsídios de outras entidades	E1170	
73+76+77	E.13 Outros rendimentos	E1180	

• E.11.1 e E.12.1.1 Subsídios do Estado e outros entes públicos - incluir as verbas recebidas da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Secretarias Regionais, Governos Civis, Municípios, Juntas de Freguesia, entre outras entidades públicas.



F Investimentos da entidade detentora

INVESTIMENTOS DO ANO	Cod	Valor (Euros)
F.1 TOTAL DOS INVESTIMENTOS (F.2 + F.3 + F.4)	F1000	
F.2 Ativos fixos tangíveis (F.2.1 + F.2.2 + F.2.3)	F1010	
F.2.1 Edifícios e outras construções	F1020	
F.2.2 Equipamento de transporte	F1030	
F.2.3 Outros	F1040	
F.3 Ativos intangíveis	F1050	
F.4 Outros investimentos	F1060	

FIM DO QUESTIONÁRIO - OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO.

A Identificação do corpo de bombeiros (continuação)Localização da infraestrutura (em Graus, Minutos, Segundos ou em Metros - **por favor assinale apenas uma opção**):

Graus, Minutos, Segundos (WGS84):

A.1 Latitude ° ' " N A.2 Longitude ° ' " W

ou

Metros

A.3 Coordenada X m A.4 Coordenada Y m

A.5 Sistema de Referência (Assinale a opção escolhida de 1 a 7)

1. ETRS89 / PT-TM06

☐ A1040

2. Hayford-Gauss Datum Lisboa - Coordenadas Militares

3. Hayford-Gauss Datum 73

4. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 26 - Grupo Central e Oriental do Arquipélago dos Açores

5. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 25 - Grupo Ocidental do Arquipélago dos Açores

6. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 28 - Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens

7. Outro

Especifique:

 A1050**A Identificação do corpo de bombeiros (continuação)**Localização da infraestrutura (em Graus, Minutos, Segundos ou em Metros - **por favor assinale apenas uma opção**):

Graus, Minutos, Segundos (WGS84):

A.1 Latitude ° ' " N A.2 Longitude ° ' " W

ou

Metros

A.3 Coordenada X m A.4 Coordenada Y m

A.5 Sistema de Referência (Assinale a opção escolhida de 1 a 7)

1. ETRS89 / PT-TM06

☐ A1040

2. Hayford-Gauss Datum Lisboa - Coordenadas Militares

3. Hayford-Gauss Datum 73

4. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 26 - Grupo Central e Oriental do Arquipélago dos Açores

5. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 25 - Grupo Ocidental do Arquipélago dos Açores

6. ITRF93 / PTRAO8 - UTM fuso 28 - Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens

7. Outro

Especifique:

 A1050**Nota:** Caso o corpo de bombeiros possua mais do que três infraestruturas, é favor de fotocopiar as páginas necessárias para as restantes localizações.